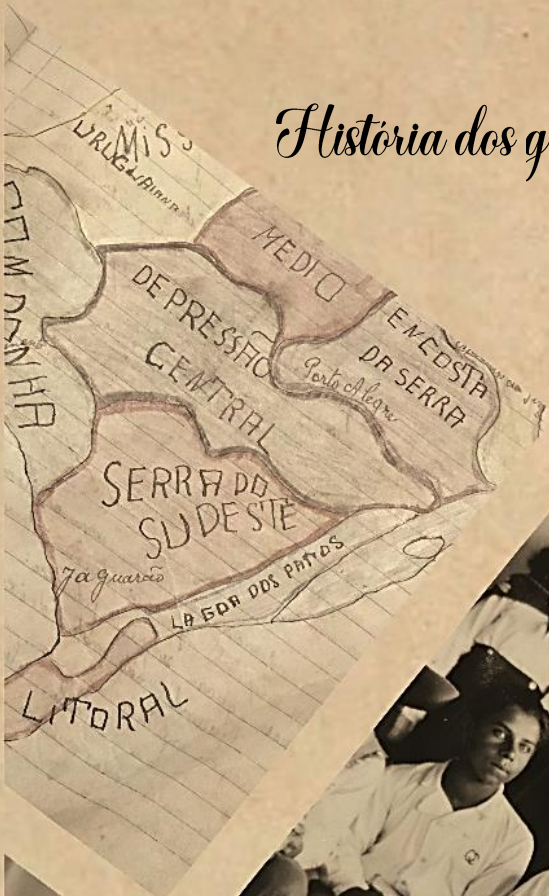


*História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha:*

*matizes de práticas pedagógicas e escolares*

*(Rio Grande do Sul, 1926-1949)*

*Cassiane Curtarelli Fernandes*



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES EM GARIBALDI E FARROUPILHA:  
MATIZES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESCOLARES  
(RIO GRANDE DO SUL, 1926-1949)**

CASSIANE CURTARELLI FERNANDES

CAXIAS DO SUL

2021

CASSIANE CURTARELLI FERNANDES

**HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES EM GARIBALDI E FARROUPILHA:  
MATIZES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESCOLARES  
(RIO GRANDE DO SUL, 1926-1949)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito final para obtenção do título de Doutora em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup> Terciane Ângela Luchese

CAXIAS DO SUL

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

F363h Fernandes, Cassiane Curtarelli

História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha: matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do Sul, 1926-1949) [recurso eletrônico] / Cassiane Curtarelli Fernandes. – 2021.

Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

Orientação: Terciane Ângela Luchese.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Educação - Rio Grande do Sul - História. 2. Ambiente escolar - Garibaldi - Aspectos culturais. 3. Ambiente escolar - Farroupilha - Aspectos culturais. I. Luchese, Terciane Ângela, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37(816.5)(091)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

***“História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha:  
matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do  
Sul, 1926 – 1949)”***

Cassiane Curtarelli Fernandes

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 22 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

Dra. Terciane Ângela Luchese (presidente – UCS)

Dra. Eliana Relá (UCS)

Dr. Jose Edimar de Souza (UCS)

*Participação por videoconferência*

Dra. Eliane Teresinha Peres (UFPel)

*Participação por videoconferência*

Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UDESC)

*Participação por videoconferência*

Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba (UNESP)

*Participação por videoconferência*

Dr. Joaquim Pintassilgo (Universidade de Lisboa)

Dedico esta tese:

Às mulheres da minha família, minhas ancestrais, que por motivos diversos não puderam estudar.

À minha mãe Elisabet, que me ensinou as primeiras palavras e o amor pelos estudos.

À professora Terciane, que me ensinou, entre tantas coisas, as belezas e os caminhos da pesquisa.

Às professoras e ex-alunos(as) dos grupos escolares investigados, em especial, Ernilda, Elia, Nilza, Ada, Alda, Salvador, Ulídio, Niuton, Acir e Alzedir, que tive o prazer de conhecer e entrevistar.

*Amo a história – e é por isso que  
estou feliz por vos falar, hoje,  
daquilo que amo.*

*(Lucien Febvre, 1989, p.28).*

## AGRADECIMENTOS

Chegou a hora de concluir mais uma etapa de minha vida acadêmica. Etapa que só foi possível pelo auxílio e pelo incentivo de tantas pessoas especiais que convivi e que também conheci nestes últimos anos.

Primeiramente, agradeço *a Deus* pelo dom da vida e pela constante proteção.

Agradeço *aos meus pais Luiz e Elisabet* pelo amor incondicional, pela motivação nos estudos e pelo constante apoio. Obrigada pela companhia na estrada, na visita a alguns arquivos, inclusive, na participação de algumas entrevistas de História Oral.

Agradeço *ao meu esposo Gustavo* pela paciência, pelo amor, pelas palavras de estímulo e pela compreensão nos momentos de ausência.

Agradeço *à querida orientadora, amiga e eterna professora Terciane Ângela Luchese* pelo cuidado, pelo incentivo e pelo apoio constante. Obrigada por me permitir crescer ao teu lado! Obrigada por compartilhado comigo as tuas experiências de vida, de docência e de pesquisa! Nesta Tese, há muito do que aprendi contigo. Mais uma vez, ser tua orientanda foi um privilégio e um presente. A ti, *profe. Terci*, todo o meu afeto, respeito, admiração e gratidão.

*Aos professores e professoras do Curso de Doutorado em Educação da Universidade de Caxias do Sul*, agradeço pelos aprendizados, discussões e reflexões proporcionadas em cada aula.

Agradeço *aos professores José Edimar de Souza, Eliana Rela, Eliane Teresinha Peres, Maria Teresa Santos Cunha, Rosa Fátima de Souza Chaloba e Joaquim Pintassilgo* pelas sugestões e contribuições preciosas compartilhadas na Banca de Qualificação de meu projeto de pesquisa. Também, agradeço pela disponibilidade em participarem da Defesa da Tese, em meio a tantas demandas. Que privilégio os ter neste momento!

*Aos meus queridos colegas e amigos do Curso de Doutorado em Educação: Mariana, Dilnei, Alexandre, João, Valdete, Flávia, Milena, Joane, Marcelo, Débora e Sirlei*, agradeço pelo carinho e pela amizade consolidada. A presença de vocês tornou esta caminhada mais leve e cheia de vida. Realmente, formamos uma turma muito especial!

Agradeço *à equipe diretiva da EMEF Angelo Chiele; em especial, Fernando e Caroline* pela compreensão e pelo auxílio para que eu pudesse participar dos eventos e sair para estudar às terças-feiras à tarde. Muito obrigada!

Agradeço *aos funcionários dos arquivos* em que estive presente buscando vestígios para a composição da Tese; em especial, *à Elenita J. Girondi*, historiadora do Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.



Agradeço às secretárias e às diretoras do Colégio Estadual Farroupilha, da EMEF Cardeal Arcoverde, da EEEF Carlos Barbosa, da EEEF Carlos Gomes, da EEEF Izabel Venzon, da EEEF Júlio Mangoni e da EMEF Nova Sardenha por abrirem as portas de suas instituições, me confiando os seus acervos.

Agradeço à Carla Peroni, à Fernanda Piletti e ao amigo de longa data Ronaldo Coelho pelo auxílio prestado na localização de meus entrevistados; inclusive, me acompanhando em algumas entrevistas.

Com muito afeto, agradeço à Ernilda, Elia, Ulídio, Alda, Alzedir, Salvador, Acir, Niuton, Ada e Nilza por compartilharem comigo memórias tão preciosas acerca dos grupos escolares locais. Gratidão pela acolhida e pelo carinho!

Agradeço aos amigos Michel de Miranda e Letícia Lazzari pela arte da capa e pela revisão ortográfica.

À CAPES, agradeço pela concessão da bolsa que tornou possível a realização deste estudo.

Enfim, agradeço *a todos* que, de uma forma ou outra, me acompanharam neste percurso e contribuíram para a produção deste estudo.

## RESUMO

A tese tem como objeto de investigação a história dos grupos escolares instituídos em dois municípios localizados no Rio Grande do Sul. Seu objetivo é investigar a constituição e a organização dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha, narrando nuances das culturas escolares produzidas no cotidiano destas instituições em correlação com o contexto. A delimitação temporal inicia em 1926, por ser o ano de instalação do primeiro grupo escolar em Garibaldi, e finaliza em 1949, em virtude da possível transferência do Grupo Escolar Daltro Filho e das mudanças ocorridas no processo de escolarização local durante a próxima década, com a criação de grupos escolares municipais em Garibaldi. O aporte teórico fundamenta-se na História Cultural, na História da Educação e na História das Instituições Escolares. A metodologia utilizada foi a análise documental histórica e a História Oral. O estudo privilegiou como categoria de análise as práticas pedagógicas e escolares, entendidas como *os fazeres ordinários da classe* e também da escola; distintas, assim, de outras práticas sociais produzidas e reproduzidas na tessitura do cotidiano escolar, com a tarefa de ensinar, educar, disciplinar, moralizar, orientar. Portanto, a tese é a de que os grupos escolares locais se constituíram como espaços privilegiados para a disseminação da cultura nacional, sobretudo a partir da organização e da realização das festividades cívicas. Neste cenário, destaco a atuação do Grupo Escolar Farroupilha como uma escola de referência para as demais, inclusive na elaboração de práticas de nacionalização, colocando em evidência o trabalho de um corpo docente que alçou voos para além da sala de aula, ocupando lugares de destaque na área educacional; formando, inclusive, outros professores por meio de cursos de aperfeiçoamento. Defendo que, nos grupos escolares locais, houve uma circulação de práticas vinculadas ao processo de renovação educacional no Rio Grande do Sul com o uso dos livros de leitura e escrita, de materiais e espaços que se relacionavam ao ensino intuitivo e ao método simultâneo. No entanto, ao mesmo tempo, houve uma continuidade de práticas que se distanciavam deste discurso, como a aplicação de castigos físicos e humilhações, arquivadas apenas nas lembranças de alunos(as) e professoras. Também, ao olhar para os índices de reprovação até o final da década de 1940, penso que o discurso de renovação educacional em voga não foi eficiente ao ponto de intervir na realidade destas instituições, contribuindo para que fossem lugares de rigorosidades, seleções e exclusões. Por fim, defendo a importância do corpo docente que esteve em cada uma das escolas pesquisadas, assumindo, diante de certa omissão do Estado, o protagonismo na busca de soluções para os problemas cotidianos. As professoras, junto aos alunos e as comunidades, criaram e recriaram o cotidiano, inventariando práticas para a aquisição de recursos que trariam mais conforto aos estudantes. Aponto que foram elas que resistiram e recriaram práticas que não estavam na legislação e nos discursos educacionais em circulação. Na sutileza das práticas cotidianas, nem tudo foi aceito ou efetivado.

**Palavras-chave:** Grupo escolar. História das Instituições. Culturas Escolares. Garibaldi e Farroupilha. Nacionalização do ensino.

## ABSTRACT

The thesis has as its investigation object the history of school groups established in two municipalities located in Rio Grande do Sul. Its objective is to investigate the constitution and organization of school groups in Garibaldi and Farroupilha, narrating nuances of school cultures produced in the daily life of these institutions in correlation with the context. The temporal delimitation begins in 1926, as it was the year of the first school group's installation in Garibaldi, and ends in 1949, due to the possible transference of Daltro Filho School Group and the changes that occurred in the local schooling process over the next decade, with the creation of municipal school groups in Garibaldi. The theoretical contribution is based on Cultural History, History of Education and History of School Institutions. The methodology used was historical document analysis and Oral History. The study prioritized pedagogical and school practices as a category of analysis, understood as the ordinary activities of the class and also of the school; thus distinct from other social practices produced and reproduced in everyday school life, with the task of teaching, educating, disciplining, moralizing, guiding. Therefore, the thesis is that local school groups were constituted as privileged spaces for the dissemination of national culture, especially through the organization and realization of civic festivities. In this scenario, I highlight Grupo Escolar Farroupilha's performance as a reference school for others, especially in the development of nationalization practices and in relation to their teacher's work, who went beyond the classroom, occupying prominent places in the educational area; training other teachers through improvement courses. I argue that, in local school groups, there was a circulation of practices linked to the process of educational renewal in Rio Grande do Sul with the use of reading and writing books, materials and spaces that were related to intuitive teaching and the simultaneous method. However, at the same time, there was a continuity of practices that were opposite to this discourse, such as the application of physical punishment and humiliation, which are filed only in students and teachers memories. Also, when looking at the failure rates up to the end of the 1940s, I think that the educational renewal discourse in vogue was not efficient to the point of intervening in the reality of these institutions, fact that contributed to school groups being places of rigor, selections and exclusions. Finally, I defend the importance of the faculty who attended each of the schools surveyed, assuming, in the face of certain omission by the State, the leading role in the search for solutions to everyday problems. The teachers, together with students and communities, created and recreated daily life, devising practices for resources acquisition that would bring more comfort to students. I point out that they were the ones who resisted and recreated practices that were not in the legislation and educational discourses in circulation. In the subtlety of everyday practices, not everything was accepted or put into effect.

**Keywords:** School group. History of Institutions. School Cultures. Garibaldi and Farroupilha. Teaching nationalization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Novo prefeito, 1946 .....	85
Figura 2: Festa em honra de São Francisco de Assis, 1946 .....	96
Figura 3: Inauguração da Igreja Matriz de Daltro Filho, 1948.....	97
Figura 4: Anúncio Veraneio Guarany, 1932 .....	109
Figura 5: Veraneio Blauth e Haupt, 1933.....	110
Figura 6: Aulas subvencionadas pelo Município e pelo Estado em Garibaldi, 1930...	156
Figura 7: Fachada do prédio rural .....	196
Figura 8: Capa e um dos textos do livro O Pequeno Escolar .....	211
Figura 9: Caderno de desenho - Grupo Escolar (?), 1944 .....	225
Figura 10: Caderno de desenho - Grupo Escolar (?), 1944 .....	226
Figura 11: Caderno de desenho - Grupo Escolar (?), 1944 .....	227
Figura 12: Registros do Livro Caixa da Caixa Escolar do GE de Picada Velha, 1943	248
Figura 13: Histórias matemáticas - Grupo Escolar de Vila Jansen, 1948 .....	264
Figura 14: Álbum do Município de Garibaldi – Grupo Escolar Carlos Gomes .....	281
Figura 15: Ditado sobre Bento Gonçalves - Grupo Escolar de Vila Jansen, 1949.....	285
Figura 16: Notícias de Farroupilha, 1943 .....	288
Figura 17: Resultado do 2º exame parcial - 2º Ano do GE de São Marcos, 1940 .....	306
Figura 18: Gráfico para verificação do grau de adiantamento, 1940 .....	307
Figura 19: Quadro de formatura do Grupo Escolar de São Marcos, 1943 .....	326
Figura 20: Quadro de formatura do Grupo Escolar de Vila Jansen, 1946.....	327

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Alunos(as) do Grupo Escolar de Caruara, 1943 .....	19
Fotografia 2: Alunos(as) do Grupo Escolar de Picada Velha, década de 1940.....	19
Fotografia 3: Garibaldi, década de 1920 .....	50
Fotografia 4: Farroupilha, década de 1940.....	50
Fotografia 5: Inauguração da Intendência de Garibaldi, 1901 .....	53
Fotografia 6: Vista da cidade de Garibaldi, na década de 1910 .....	55
Fotografia 7: Vista da Vila de Garibaldi, 1928 .....	67
Fotografia 8: Cooperativa Agrícola de Garibaldi, década de 30 do século XX .....	69
Fotografia 9: Vista central de Garibaldi, 1942 .....	72
Fotografia 10: Carlos Barbosa, início da década de 10 do século XX .....	89
Fotografia 11: Praça da Bandeira, 1940 .....	108
Fotografia 12: Farroupilha, década de 40 do século XX.....	113
Fotografia 13: Linha Jansen, 1918 .....	123
Fotografia 14: Capela de Nova Milano [?].....	127
Fotografia 15: Alunos e professoras da Escola Santa Cruz, de Nova Milano [?] .....	130
Fotografia 16: Escola Municipal N° 73, Linha Azevedo Castro, Garibaldi/RS [?].....	130
Fotografia 17: Colégio São José, em Garibaldi, década de 1930 .....	135
Fotografia 18: Colégio Metodista em Garibaldi, década de 1930.....	141
Fotografia 19: Prédio do Instituto Comercial Santo Antônio, 1936.....	143
Fotografia 20: Escola Santa Bárbara, 1950 .....	146
Fotografia 21: Colégio São Tiago, 1950 .....	150
Fotografia 22: Prefeito, autoridades e professores (Garibaldi, década de 1940).....	160
Fotografia 23: Inauguração do Grupo Escolar Farroupilha, 1938.....	165
Fotografia 24: Inauguração do Grupo Escolar de Picada Velha, 1942 .....	165
Fotografia 25: Intendência Municipal de Garibaldi, 1926 .....	181
Fotografia 26: Prédio do Grupo Escolar Farroupilha, 1938 .....	195
Fotografia 27: Prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, década de 1940.....	197
Fotografia 28: Prédio do Grupo Escolar de Caruara, 1943 .....	199
Fotografia 29: Grupo Escolar de Picada Velha, 1943 .....	200
Fotografia 30: Prédio do Grupo Escolar Carlos Gomes, década de 1940 .....	202
Fotografia 31: Hora da Leitura, Grupo Escolar de Caruara, 1943 .....	205
Fotografia 32: Alunos(as) do Grupo Escolar Farroupilha, 1942 .....	205
Fotografia 33: Lousa de ardósia (s/d).....	221
Fotografia 34: Sala do 1º Ano B - Grupo Escolar Farroupilha, 1942 .....	230
Fotografia 35: Distribuição da Sopa no Grupo Escolar Farroupilha, 1945 .....	242
Fotografia 36: Alunos(as) e professoras do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, 1948 .	250
Fotografia 37: Alunos do 3º ano do Grupo Escolar Farroupilha na Biblioteca, 1942..	256
Fotografia 38: Parada da Mocidade - Grupo Escolar Farroupilha, 1940.....	260
Fotografia 39: Comunhão Solene - Grupo Escolar de Picada Velha, 1947 .....	260
Fotografia 40: Celebrações do Pan-americano - Grupo Escolar Farroupilha, 1943.....	266
Fotografia 41: As pirâmides – Grupo Escolar de Caruara, 1944.....	273
Fotografia 42: Equipe “Americano” - Grupo Escolar Farroupilha, 1942.....	274
Fotografia 43: Parada da Vitória - Grupo Escolar Farroupilha, 1945 .....	276
Fotografia 44: Os gaúchos – Grupo Escolar de Caruara, 1944 .....	286

Fotografia 45: Comemoração do Dia do Professor no GE Farroupilha, 1943 .....	292
Fotografia 46: Primeira Comunhão - Grupo Escolar de Picada Velha, 1947.....	298
Fotografia 47: Formatura de 1949, Grupo Escolar Farroupilha .....	325
Fotografia 48: Professoras e alunos(as) do GE de Picada Velha, década de 1940.....	330
Fotografia 49: Alunos(as) da 3ª série do Grupo Escolar de Caruara, 1943.....	330

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Município de Garibaldi (1900-1959) .....	24
Mapa 2 - Distritos do Município de Farroupilha/RS .....	25
Mapa 3 - Grupos escolares localizados em Garibaldi e Farroupilha (1926-1949).....	193

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos escolares utilizados na pesquisa .....	37
Quadro 2: Informações acerca dos sujeitos entrevistados .....	41
Quadro 3: Entrevistas realizadas por outros pesquisadores (1984 - 2018).....	48
Quadro 4: Atividades econômicas do município de Garibaldi (1912-1916).....	63
Quadro 5: Atividades comerciais, industriais e prestações de serviço de Garibaldi, 1932 .....	70
Quadro 6: Atividades comerciais, industriais e prestações de serviço de Garibaldi/RS .....	74
Quadro 7: Prefeitos de Garibaldi/RS (1924-1951) .....	77
Quadro 8: Subintendentes dos distritos de Garibaldi/RS (1925-1951) .....	91
Quadro 9: Atividades econômicas de Nova Vicenza (1920-1929) .....	101
Quadro 10: Estabelecimentos comerciais e indústrias (1938).....	111
Quadro 11: Prefeitos de Farroupilha/RS (1934-1951) .....	117
Quadro 12: -Escolas confessionais e paroquiais em Garibaldi e Farroupilha (1899-1949) ...	132
Quadro 13: Aulas subvencionadas pelo Município e pelo Estado em Farroupilha (1935) ....	161
Quadro 14: Grupos escolares instalados em Garibaldi e Farroupilha (1926-1936) .....	187
Quadro 15: Grupos escolares constituídos em Garibaldi e Farroupilha, entre 1937 e 1939 ..	189
Quadro 16: Dinâmicas da década de 40 do século XX .....	194
Quadro 17: Material didático: livros para leitura - Grupo Escolar de Picada Velha (1949) ..	213
Quadro 18: Material de consumo – Grupo Escolar de Picada Velha (1949) .....	222
Quadro 19: Lista de mapas, Grupo Escolar de Picada Velha (1949) .....	228
Quadro 20: Publicações sobre alimentação na Revista do Ensino do RS (1939-1941) .....	239
Quadro 21: Datas comemorativas celebradas nos grupos escolares locais (1942-1949) .....	263
Quadro 22: Programações do Dia da Pátria em Farroupilha e Garibaldi .....	268
Quadro 23: Exames finais no Grupo Escolar de Nova Vicenza (1933) .....	302
Quadro 24: Sugestões para organização das questões das provas finais (1939) .....	305
Quadro 25: Conteúdos das provas objetivas organizadas pelo CPOE/RS (1943).....	308
Quadro 26: Resultados dos exames finais nos grupos escolares (1940-1944).....	313
Quadro 27: Permanência dos(as) alunos(as) nos grupos escolares (1945-1949) .....	317

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Grupos escolares instalados no Rio Grande do Sul (1930-1942).....	174
---	-----



## **LISTA DE SIGLAS**

ACEF – Acervo do Colégio Estadual Farroupilha  
AEMEFCA – Acervo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde  
AEEEFCEB – Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa  
AEEEFCEG – Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Gomes  
AEEEFCEI – Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Izabel Venzon  
AEEEFCEJ – Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Júlio Mangoni  
AEMEFCNS – Acervo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Sardenha  
AHMG – Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi  
AHMJA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami  
AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul  
CPOE/RS – Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul  
PL – Partido Libertador  
PRL – Partido Republicano Liberal  
PRR – Partido Republicano Rio-Grandense  
RCI – Região Colonial Italiana  
UCS – Universidade de Caxias do Sul  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>19</b>
<b>2 CONTEXTOS E PRÁTICAS CULTURAIS .....</b>	<b>50</b>
2.1 O MUNICÍPIO DE GARIBALDI: “ <i>UNA BELLA E CIVILISSIMA CITADINA</i> ” .....	52
<b>2.1.1 O contexto político .....</b>	<b>76</b>
<b>2.1.2 A formação e o desenvolvimento dos distritos .....</b>	<b>86</b>
2.2 O MUNICÍPIO DE FARROUPILHA: “ <i>UMA PÉROLA ENGASTADA NO CUME VERDEJANTE DA SERRA</i> ” .....	98
<b>2.2.1 O contexto político .....</b>	<b>115</b>
<b>2.2.2 A formação e o desenvolvimento dos distritos .....</b>	<b>121</b>
<b>3 FÉ, INSTRUÇÃO E NACIONALIZAÇÃO: NUANCES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM GARIBALDI E FARROUPILHA .....</b>	<b>130</b>
3.1 UM OLHAR PARA AS ESCOLAS CONFSSIONAIS E PAROQUIAIS .....	131
3.2 UM OLHAR PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS .....	152
<b>4 OS GRUPOS ESCOLARES LOCAIS: ELOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS.....</b>	<b>165</b>
4.1 A EMERGÊNCIA DOS GRUPOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO SUL.....	167
4.2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES EM GARIBALDI E FARROUPILHA: PARTICULARIDADES E SEMELHANÇAS .....	179
<b>5 MATIZES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESCOLARES.....</b>	<b>205</b>
5.1 MATERIALIDADES QUE PRODUZIRAM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: “ <i>ENTÃO EU PEGAVA ALGO E PERGUNTAVA EM ALEMÃO E DEPOIS EM ITALIANO</i> ” .....	208
5.2 “ <i>MATEI A PROFESSORA AFONSINA!</i> ”: RECREIOS, PERIPÉCIAS E CASTIGOS.....	231
5.3 O TRABALHO SOCIAL E EDUCATIVO DAS INSTITUIÇÕES AUXILIARES DO ENSINO. ....	245
<b>6 FESTEJOS, CELEBRAÇÕES, OU ENTÃO, TRADIÇÕES INVENTADAS .....</b>	<b>260</b>

6.1 AS FESTAS CÍVICAS E AS CELEBRAÇÕES EUCARÍSTICAS .....	262
6.2 A CELEBRAÇÃO DOS EXAMES FINAIS E AS FESTAS DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO .....	300
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>330</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>345</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>370</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>372</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Fotografia 1: Alunos(as) do Grupo Escolar de Caruara, 1943



Fonte: Acervo fotográfico da EMEFNS – Farroupilha/RS.

Fotografia 2: Alunos(as) do Grupo Escolar de Picada Velha, década de 1940



Fonte: Acervo da EMEFCA – Carlos Barbosa/RS.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Pensar o passado, chegar lá, nesse mundo escondido e misterioso da temporalidade escoada. [...] Compor tramas, surpreender enredos, supor desfechos de situações outras, distantes no tempo, e, por vezes, aparentemente incompreensíveis... Não serão essas, a rigor, as metas de todo aquele que busca tornar-se um historiador?*

(Sandra Jatahy Pesavento, 2008a, p. 11).

Inspirada nas palavras de Pesavento (2008a), dou início à apresentação da Tese intitulada “História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha: matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do Sul, 1926-1949)”. Antes de prosseguir, explico que o trabalho construído até aqui advém de escolhas, leituras, reflexões, análises, escritas e rescritas de alguém que tem buscado constituir-se como pesquisadora da História da Educação em meio a *arte de fazer* da sala de aula (CERTEAU, 2014). Assim, em cada linha escrita, há muito do que foi aprendido, ressignificado e vivenciado nos últimos anos.

Minha aproximação com o campo da *História da Educação* e, conseqüentemente, com os pressupostos teóricos e metodológicos da *História Cultural*, tela de fundo para os matizes deste estudo, iniciou com o ingresso no Curso de Mestrado em Educação no ano de 2014. Neste período, dedicado exclusivamente à pesquisa, compreendi que

a história da educação não é o passado, o que esmaeceu e desapareceu e não volta, mas sim a continuidade que vem ao agora e até o amanhã, um passado que se prolonga em presente e em projeto: a história é um modo – o mais pertinente, o mais adequado – de bem pôr os problemas de hoje graças a uma indagação científica do passado. (NÓVOA, 2015, p. 26).

Há, na *História da Educação*, possibilidades para entendermos as mudanças e as permanências que cercam o universo educacional envolvendo instituições, formação docente, teorias pedagógicas, discursos, materialidades e práticas. Enquanto campo de pesquisa e disciplina, ela nos fornece subsídios para pensarmos o passado e o presente com olhos no que está no porvir: “Em cada momento, há sempre vários futuros, mas só um acontece. É na explicação deste processo que se encontra a chave da história”. (NÓVOA, 2015, p. 31).

Na época, escolhi como objeto de investigação o Grupo Escolar Farroupilha, procurando compreender o processo histórico de criação e de implantação desta escola no contexto municipal assim como as suas culturas escolares, evidenciando sujeitos e práticas. Como na Tese, recorri à *História Cultural* para realizar a prática historiográfica.

Vejo que, ao privilegiar o estudo das instituições escolares e, conseqüentemente, trabalhar com as suas culturas, seria menos potente operar com outra corrente historiográfica

que não a da *História Cultural*. Desse modo, ela foi mobilizada desde o início deste estudo, contemplando a escolha do objeto de investigação, a construção do problema e dos objetivos de pesquisa, a opção pelas categorias de análise, assim como a procura e o tratamento das fontes. Ainda, está presente no diálogo entre teoria e *corpus* empírico que resultaram na narrativa aqui apresentada. Uma narrativa possível, verossímil e, quem sabe, transitória. Entendo que a *História Cultural* está diretamente imbricada na prática historiográfica; ou seja, está no modo como enxergamos o passado, no modo como problematizamos os documentos e tecemos os nossos estudos com rigorosidade, ética e verossimilhança.

Desse modo, ao pensar o processo de constituição dos grupos escolares locais a partir dos ecos do passado utilizando as lentes da *História Cultural*, compreendi que é possível, sim, “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Ainda, de que os sujeitos encontram inúmeras formas para dar sentido ao mundo (CHARTIER, 1991), assim manifestadas “em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”. (PESAVENTO, 2008b, p. 17).

Reitero que, nos últimos anos, estive acompanhada pelos escritos de Le Goff (1996), de Ginzburg (2001), de Chartier (1991, 2002, 2004) e de Pesavento (2008a, 2008b), e que estes foram referências importantes para a realização e conclusão da pesquisa realizada.

Ao finalizar o Mestrado, visualizei e indiquei algumas possibilidades para futuras investigações, entre elas:

a análise acerca do processo de criação e de implantação do *Grupo Escolar de Cajuru*, do *Grupo Escolar de Linha Jansen* e do *Grupo Escolar de São Marcos*, instituições localizadas na zona rural do município em 1937, atentando para a produção das culturas escolares de cada uma dessas instituições, assim como estabelecendo conexões com o processo histórico educacional do *Grupo Escolar Farroupilha*, percebendo as proximidades e os distanciados entre tais escolas. (FERNANDES, 2015, p. 203).

Munida pelo desejo de prosseguir com os estudos, iniciei o processo de doutoramento, almejando continuar trabalhando com a temática dos grupos escolares; porém, dessa vez, ampliando a análise para outros municípios da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI). Assim, ao escolher como espaço de estudo a RCI, investigaria a constituição dos grupos escolares nos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Farroupilha, originários das três primeiras colônias italianas criadas e povoadas por imigrantes e descendentes a partir de 1875 (LUCHESE, 2007).

Após o ingresso no Doutorado, por meio dos diálogos, das leituras e do manuseio dos documentos, me vi diante de duas possibilidades de pesquisa: a primeira, de produzir um estudo mais amplo acerca dos grupos escolares na RCI, como proposto no projeto de seleção; e a segunda, de optar por apenas uma parte dos municípios e realizar um estudo mais centralizado e com maior profundidade, evidenciando as culturas escolares.

Decidi, então, optar pela segunda possibilidade e trabalhar somente com os grupos escolares que foram constituídos em Garibaldi e Farroupilha, entre os anos de 1926 a 1949, a saber: *Grupo Escolar Carlos Gomes*, *Grupo Escolar Farroupilha*, *Grupo Escolar de Carlos Barbosa*, *Grupo Escolar de São Marcos*, *Grupo Escolar de Vila Jansen*, *Grupo Escolar de Caruara*, *Grupo Escolar de Picada Velha* e *Grupo Escolar Daltro Filho*. Infiro que Garibaldi e Farroupilha foram alguns dos primeiros municípios da RCI que receberam esse modelo de escola, no início do século XX. Na verdade, Farroupilha, quando recebeu o seu primeiro grupo escolar, ainda era distrito do município de Caxias. Assim, a pergunta é inevitável: Por que não estudar, então, o município de Caxias do Sul? Em primeiro lugar, porque, em 1934, Farroupilha se emancipou de Caxias e essa escola passou a pertencer ao seu território; e, em segundo, pela ligação emocional desta pesquisadora com esse local, que é sua cidade natal.

A partir desta escolha, passei a delimitar os caminhos para a realização do respectivo estudo. Escolhi 1926 como ponto de partida por ser o ano de instalação do primeiro grupo escolar em Garibaldi, e escolhi 1949 como término em virtude da possível transferência do Grupo Escolar Daltro Filho e das mudanças ocorridas no processo de escolarização local durante a próxima década, com a criação de três grupos escolares municipais em Garibaldi no ano de 1950. Entendo que, a partir da década de 50 do século XX, se iniciou um novo ciclo de investimentos e estratégias de escolarização, o que demandaria um novo olhar analítico.

Os municípios de Garibaldi e Farroupilha, pertencentes à Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, distantes um pouco mais de 100 km da capital Porto Alegre, tiveram início a partir da chegada dos primeiros imigrantes, predominantemente italianos, no final do século XIX.

Nesse período, o Rio Grande do Sul recebeu um número significativo de imigrantes, sobretudo aqueles saídos da península itálica, como destacam Luchese e Rech (2018, p. 18):

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o fenômeno migratório movimentou milhares de europeus em direção à América, em busca de melhores condições de vida. As transformações decorrentes da expansão capitalista e as novas formas de produção e de trabalho foram construindo condições para acentuar o processo de migração. No caso italiano, as guerras pela Unificação não podem ser desconsideradas. [...] No caso brasileiro, os imigrantes foram

considerados necessários para a substituição do trabalho escravo, a colonização das terras devolutas e o trabalho no comércio e nas nascentes atividades industriais.

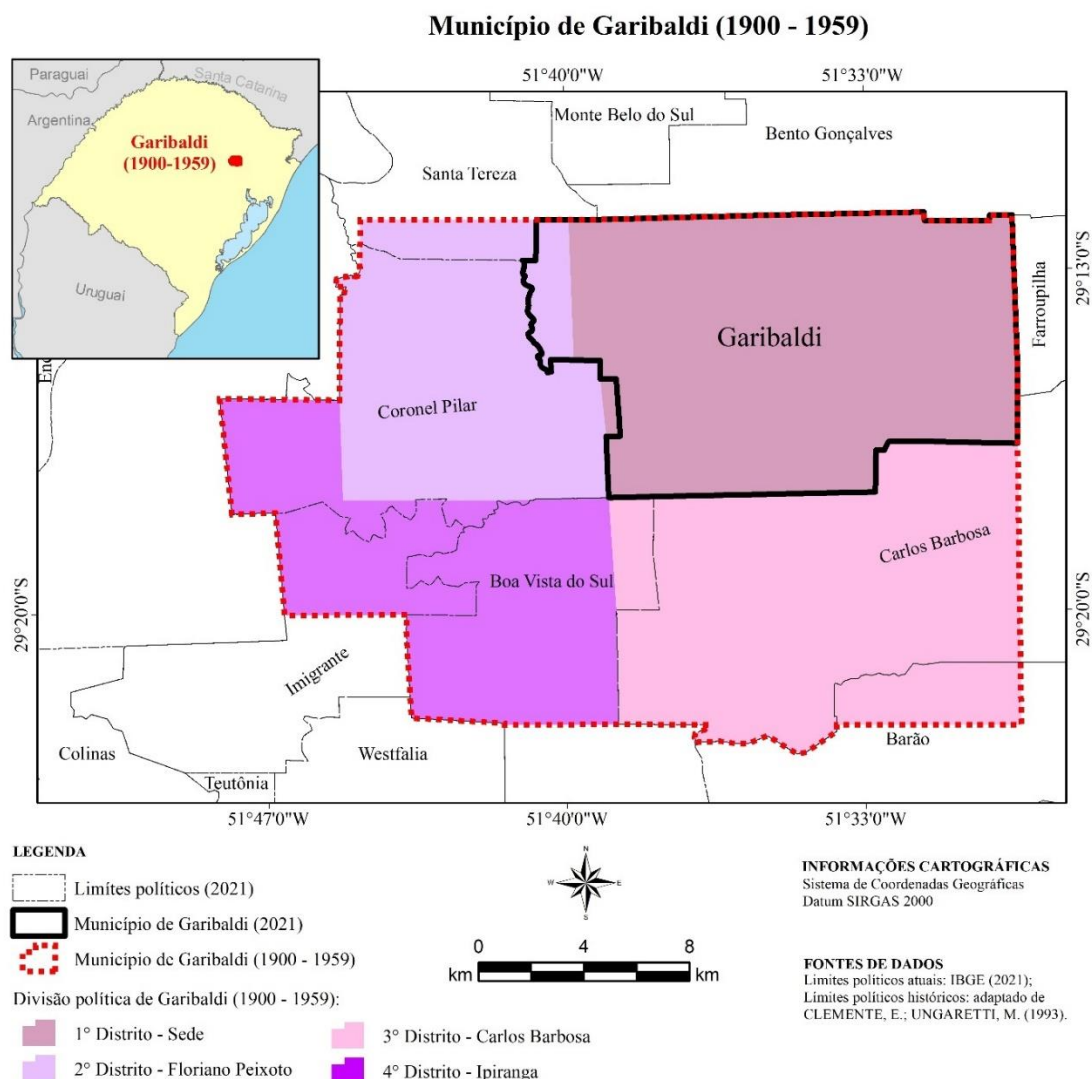
Assim, em 1870, o presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Sertório, iniciou o processo de povoamento das terras devolutas da Região Nordeste do Estado, criando as colônias Conde d'Eu, Dona Isabel e Fundos de Nova Palmira, que, a partir de 1875, passaram a receber levas de imigrantes, especialmente italianos. Também, foram criados o núcleo colonial de Nova Milano, que, a partir de 1876, passou a pertencer à Colônia Fundos de Nova Palmira, denominada, então, de Colônia Caxias, bem como a Colônia Particular Sertorina, que começou a ser povoada em 1881, pelo seu proprietário Luis Antonio Feijó Junior. Um tempo depois, Feijó Junior fundou um outro núcleo colonial próximo a Caxias, denominado, inicialmente, de Linha Vicenza. Mais tarde, essa povoação passou a ser distrito de Caxias, denominado de Nova Vicenza.

Em 1890, com a instalação da República, a Colônia Caxias foi elevada à condição de município, como também foram reunidas Conde d'Eu e Dona Isabel para a criação do município de Bento Gonçalves. Com a chegada do século XX, novas modificações territoriais aconteceram, sendo que, em 1900, foi criado o município de Garibaldi, desmembrado de Bento Gonçalves.

No Mapa 1, pode-se observar a delimitação atual do município de Garibaldi, bem como a delimitação antiga que perdurou de 1900 até 1959, compreendendo a sede e os três distritos, que hoje são os atuais municípios de Carlos Barbosa (1959), Boa Vista do Sul (1995) e Coronel Pilar (1996). Pontua que o Grupo Escolar Carlos Gomes, o Grupo Escolar de Carlos Barbosa, o Grupo Escolar de Picada Velha e o Grupo Escolar Daltro Filho foram instalados na sede e em dois destes distritos, como se verá ao longo da Tese.



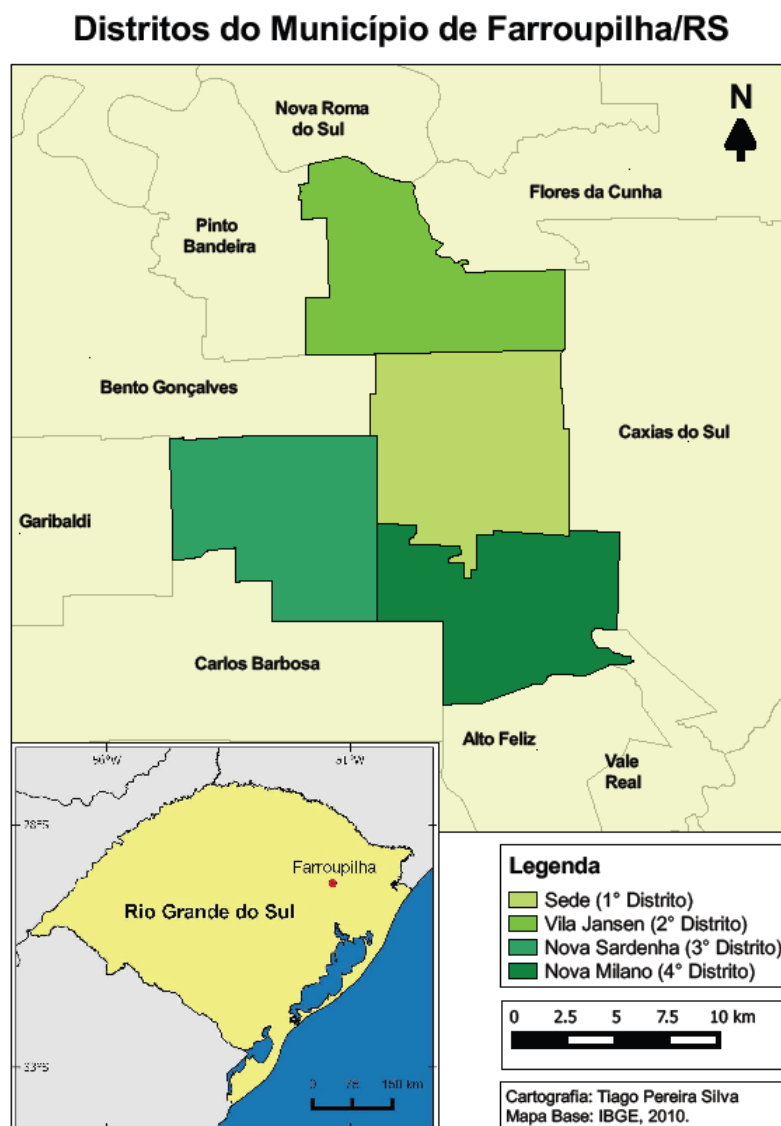
Mapa 1 - Município de Garibaldi (1900-1959)



Já o município de Farroupilha foi emancipado apenas em 1934, sendo que, para sua constituição, foram reunidos os distritos de Nova Vicenza e Nova Milano, antigos núcleos coloniais pertencentes ao município de Caxias; o Distrito de Linha Jansen, que era parte de Bento Gonçalves e o Distrito de Nova Sardenha, que fazia parte de Montenegro.

No Mapa 2, é possível constatar a delimitação do novo município, incluindo as demarcações dos distritos que o compuseram. Essa divisão territorial permanece até os dias atuais, sendo que em três destes distritos foram instalados grupos escolares, a saber: o Grupo Escolar Farroupilha, na sede; o Grupo Escolar de São Marcos e o Grupo Escolar de Vila Jansen, no 2° distrito; e o Grupo Escolar de Caruara, no 3° distrito.

Mapa 2 - Distritos do Município de Farroupilha/RS



Fonte: Fernandes (2015).

Ponto que os oito grupos escolares estudados na Tese foram instalados em municípios localizados no interior do Estado, em áreas consideradas rurais. Mesmo nas sedes, embora com “ares” de urbanidade, havia um contexto rural predominante.

Na sequência, delineei o problema central que mobilizou a investigação realizada, assim descrito: Como ocorreu o processo de constituição e organização dos grupos escolares nos municípios de Garibaldi e Farroupilha, entre os anos de 1926 a 1949? Quais culturas escolares foram produzidas no cotidiano dessas instituições ao longo desse período? A partir destas duas questões, o objetivo geral do estudo foi investigar a constituição e a organização destes grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha, narrando nuances das culturas escolares produzidas no cotidiano destas instituições em correlação com o contexto.

Partindo do objetivo geral, defini como objetivos específicos:

- Conhecer o processo de criação e emancipação dos municípios de Garibaldi e Farroupilha, bem como os contextos econômicos, sociais, religiosos, políticos e culturais dos mesmos até a década de 40, do século XX.
- Compreender quais foram os investimentos do Estado e dos municípios em torno da emergência e da manutenção dessas escolas no âmbito local.
- Identificar os sujeitos que fizeram parte da história dos grupos escolares locais, sobretudo alunos(as) e professores(as).
- Investigar as práticas pedagógicas e escolares produzidas no cotidiano dos grupos escolares locais.

Para tal, recorri a análise documental histórica, mobilizando um *corpus* empírico, constituído em diversos arquivos e acervos. Também, optei por trabalhar com a História Oral, realizando entrevistas com os(as) ex-alunos(as), estudantes dos grupos escolares locais.

A justificativa para a realização deste estudo se assenta em três relevâncias: pessoal, social e científica. A pessoal, na oportunidade de, como professora, historiar antigas escolas primárias dos municípios de Garibaldi e Farroupilha, incluindo o Grupo Escolar Farroupilha, atual Colégio Estadual Farroupilha, instituição onde cursei o Ensino Médio e que funciona no mesmo espaço, edificado em 1938. Ao pesquisar essas escolas, o desejo de conhecer nuances de suas histórias, identificando, em especial, sujeitos e práticas. A social, no ensejo de compartilhar o conhecimento construído na pesquisa com a comunidade escolar destas instituições ainda em funcionamento, pois acredito que, ao conhecer a história do local onde se estuda e se trabalha, se estabelecem vínculos que auxiliam na identificação com a escola e na preservação do seu patrimônio. A científica, na possibilidade de contribuir com os estudos já existentes acerca do processo de instituição dos grupos escolares no Brasil, no Rio Grande do Sul e, sobretudo, no contexto local. Certamente, conhecer a historicidade dos grupos escolares pertencentes a esses municípios permite entrever do passado, nuances que nos permitem compreender, tensionar e questionar o vivido.

Embasada pela teoria, pela análise da documentação localizada, pelas curiosidades e inquietações de meu tempo, compus esta narrativa, defendendo a Tese de que os grupos escolares locais se constituíram como espaços privilegiados para a disseminação da cultura nacional, sobretudo a partir da organização e da realização das festividades cívicas. Neste cenário, destaco a atuação do Grupo Escolar Farroupilha como uma escola de referência para

as demais, inclusive na elaboração de práticas de nacionalização, colocando em evidência o trabalho de um corpo docente que alçou voos para além da sala de aula, ocupando lugares de destaque na área educacional; formando, inclusive, outros professores, por meio de cursos de aperfeiçoamento.

Ainda, defendo que, nos grupos escolares locais, houve uma circulação de práticas vinculadas ao processo de renovação educacional no Rio Grande do Sul com o uso dos livros de leitura e escrita, de excursões, de materiais e espaços que se relacionavam ao ensino intuitivo e ao método simultâneo. No entanto, ao mesmo tempo, houve uma continuidade de práticas que se distanciavam deste discurso, como a aplicação de castigos físicos e humilhações, arquivadas apenas nas lembranças de alunos(as) e professoras. Também, ao olhar para os índices de reprovação até o final da década de 40 do século XX, penso que o discurso de renovação educacional em voga não foi eficiente ao ponto de intervir na realidade destas instituições, contribuindo para que fossem lugares de rigorosidades, seleções e exclusões.

Por fim, defendo a importância do corpo docente que esteve em cada uma das escolas pesquisadas, assumindo, diante de certa omissão do Estado, o protagonismo na busca de soluções para os problemas cotidianos: falta de merenda, de uniforme, de materiais escolares. Foram as professoras, junto aos alunos e as comunidades, que criaram e recriaram o cotidiano, inventariando práticas para a aquisição de recursos que trariam mais conforto aos estudantes. Nada foi adquirido sem esforço, sem doação, sem entrega. Também, aponto que foram elas que resistiram e recriaram práticas que não estavam na legislação e nos discursos educacionais em circulação. Na sutileza das práticas cotidianas, nem tudo foi aceito ou efetivado.

Considerando estes aspectos gerais, apresento alguns conceitos que se tornaram importantes para a realização do presente estudo, em correlação com a *História Cultural*, a *História da Educação* e a *História das Instituições Escolares*. Antes de prosseguir, considero serem oportunos alguns apontamentos em torno da vertente da *História das Instituições Escolares*, onde a escola é objeto central de múltiplas investigações. Instituição secular, proveniente da modernidade, “querida ou odiada, porém sempre recordada, ela foi o cenário-chave de nossa sociabilidade infantil, um lugar fundamental para o desenvolvimento de nossa própria identidade”, como sintetizou Escolano Benito (2010, p. 13-14). Nas palavras de Luchese (2018, p. 55), uma escola é um “lugar com histórias, sujeitos, contextos, tempos e espaços diferenciados, que ganha contornos e modos de operar, de sistematizar, de transformar e fazer acontecer o ensinar e o aprender”.

É na *História das Instituições Escolares* que ancoramos nossas pesquisas, encontrando espaço e subsídios para historiar a escola de outro tempo. Sejam elas públicas ou privadas,

laicas ou confessionais, há em seu interior “um quebra-cabeça a ser decifrado” e o “passaporte de ingresso é o conjunto de fontes” que encontramos e selecionamos, conforme afirma Sanfelice (2007, p. 77).

Magalhães (2004, p. 155) alerta para o fato de que “nada da vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu”. Assim, é preciso atentar para as particularidades de cada escola, identificar os seus sujeitos, estabelecer conexões com o seu entorno, bem como compreender as diferentes realidades que a circundaram: sociais, políticas, culturais, econômicas, religiosas. Nada pode ser naturalizado na análise, pois:

por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externa a elas. (SANFELICE, 2007, p. 77).

Como se verá ao longo deste estudo, cada escola analisada é única, pois únicos foram também os sujeitos que delas fizeram parte. Embora sejam todas *escolas graduadas*, denominadas de grupo escolar, instituídas pelo Estado, instaladas em dois municípios próximos territorial, cultural e economicamente, há particularidades que as diferenciam. Há elementos da *Cultura Escolar* que são próprios de cada instituição.

Ao privilegiar a temática dos grupos escolares, seria impossível não trabalhar com os conceitos de *escola graduada* e de *forma escolar*. Assim, no cenário mundial, sobretudo nos Estados Unidos e em diversos países da Europa<sup>1</sup>, emergiu, em meados do século XIX, a *escola graduada*: uma nova forma de escola primária. Nas palavras de Souza (1998, p. 31):

Em realidade, na origem da escola graduada encontra-se um processo de profundas transformações sofridas pela escola primária: da existência de um conjunto de escolas sem uniformidade para um sistema mais ordenado, estandardizado e de caráter estatal; de uma escola de ler-escrever-contar para uma escola de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico; de escola de acesso restrito para uma escola de acesso obrigatório, generalizado e universalizado.

A forma proposta pela *escola graduada* previa uma série de modificações na organização didático-pedagógica do ensino; entre elas, a adoção de espaços específicos e de novos métodos de ensino-aprendizagem, assim como o emprego do tempo, da formação de classes homogêneas, com alunos divididos por idades e por grau de adiantamento, com um

---

<sup>1</sup> “Em Portugal, assim como na Alemanha ou na Bélgica, as escolas graduadas receberam o nome de escolas centrais”. (FELGUEIRAS; POUBEL E SILVA, 2006, p. 59).

professor para cada classe sob o controle de um diretor, entre outras modificações fundamentadas nas concepções de modernidade e de inovação educacional (SOUZA, 1998).

Na constituição desta *forma escolar*, destaca-se a organização da classe, que passou de “uma simples divisão de alunos” para um “padrão organizativo” utilizado para “departamentalizar o serviço dos professores e o próprio espaço escolar”, como reflete Barroso (2001, p. 69). Ainda, conforme explicita o respectivo autor, a classe passou a adquirir “valor de ‘medida’ na progressão dos alunos (passar de ‘classe’) e na divisão temporal do percurso escolar”, sendo que este termo “vai-se tornando sinônimo de ‘ano’ de escolaridade”. (BARROSO, 2001, p. 69).

É relevante reconhecer a força deste modelo que, ao longo dos séculos XIX e XX, se consolidou em diversos países, permanecendo até a atualidade:

A “classe” (um agrupamento pré-definido de alunos que, face a face com um professor, aprende, em simultâneo, no mesmo espaço e no mesmo tempo, um conjunto delimitado de conhecimentos) continua a ser, no essencial, o módulo de base de todos os arranjos organizacionais, espaciais, temporais, pedagógicos, disciplinares, etc., que estruturam a escola, definem as práticas dos professores e regulam as atividades dos alunos. (BARROSO, 2001, p. 80).

No Brasil, a *escola graduada* emergiu com a denominação de *grupo escolar* e foi instalada, primeiramente, na capital paulista, no ano de 1893; expandindo-se, paulatinamente, para outros Estados brasileiros<sup>2</sup> em meio aos discursos de uma educação laica, obrigatória e gratuita.

Ao investigar o processo de implantação dos grupos escolares em São Paulo, Souza (2006) destaca que:

A criação das escolas centrais é colocada como uma questão simples e decorrente do processo de reforma, bastando reunir em um só prédio as escolas já existentes em uma localidade. Dessa forma, foram criados os grupos escolares, por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-las a funcionar em um só prédio. A denominação “grupo escolar” foi preferida à “escolas centrais”, ratificando o sentido mesmo da reunião de escolas. (SOUZA, 2006, p. 64, grifos da autora).

A mesma autora explica que o processo de consolidação do grupo escolar no cenário paulista foi se concretizando aos poucos e que, com o tempo, passou a ser “uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade” (SOUZA, 2006, p. 67), produzindo uma cultura escolar com

---

<sup>2</sup> Rio de Janeiro (1897), Pará (1899), Maranhão (1903), Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte (1908), Espírito Santo (1908), Bahia (1908), Mato Grosso (1910), Piauí (1910), Sergipe (1911), Santa Catarina (1911), Acre (1915), Paraíba (1916) e Goiás (1918).

a divisão do trabalho docente em classes, com a profissionalização dos professores, com a produção de novas práticas escolares e pedagógicas, com prédios próprios e, muitas vezes, majestosos. Assim, cabe dizer que os primeiros grupos escolares foram instalados nas capitais e nas cidades com um maior desenvolvimento econômico, uma vez que a sua organização dependia de investimentos significativos por parte do poder público.

Em contrapartida, Souza (2006) reitera que a expansão e a manutenção dos grupos escolares nas cidades paulistas sofreram também com a escassez de recursos financeiros por parte do governo estadual, sendo que algumas destas escolas continuaram a padecer por problemas antigos:

Más condições dos edifícios, dificuldades de manutenção dos prédios construídos e inadequação dos prédios alugados, precariedade de recursos materiais, má formação e baixos salários do corpo docente, dificuldades de padronização e uniformização do ensino tendo em vista a diversidade de tipos de escola primária e de efetivação dos métodos e programas e, mais grave, a ineficácia da educação popular cujos altos índices de seletividade revelavam a face obscura da exclusão escolar e a impossibilidade de a escola pública cumprir os ideais de democratização do ensino. (SOUZA, 2006, p. 80).

Desse modo, a partir da pesquisa de Souza (2006), se pode concluir que, embora organizados no mesmo Estado, os grupos escolares apresentaram particularidades em relação ao local em que foram implantados, sendo que nem todas as cidades dispunham de recursos para mantê-los.

Assim, ao atentar para a constituição dos grupos escolares no cenário brasileiro, é preciso verificar o que os une e o que os diferencia, uma vez que cada Estado conduziu, ao seu modo, a implantação destas instituições, como é possível verificar nas pesquisas de Faria Filho (1996), Souza (1997), Peres (2000), Pinheiro (2001), Locatelli (2012), Araújo, Souza e Pinto (2012), Lobato (2014), Rizzini e Schueler (2014) e Schram (2014). No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, a *escola graduada* emergiu com a denominação de colégio elementar, em 1909 (PERES, 2000). Já os grupos escolares foram postos em circulação somente em 1915, caracterizando uma outra *forma escolar*: escolas reunidas, instaladas no interior, funcionando em espaços improvisados e comportando um número menor de alunos e de professores, até a sua consolidação em 1939, quando foram extintos os colégios elementares.

Assim, o conceito de *forma escolar* proposto por Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 37) me ajudou a pensar na configuração e nas particularidades da *escola graduada* no Rio Grande do Sul. Ainda, me ajudou a compreender as especificidades dos grupos escolares locais, atentando para um “conjunto coerente de traços” próprios destas escolas em correlação com as

práticas socializadoras internas e externas a elas. Lembro que, para estes autores: “A forma escolar não é estritamente confundida com a instituição escolar, nem limitada por ela, mas é transversal em relação a diversas instituições e grupos sociais”. (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 46).

Pintassilgo (2019, p. 14), ao estudar um conjunto de instituições educativas e trabalhar com o conceito de *forma escolar*, explicita:

O conceito de forma escola, tal como nos é proposto, representa, não o podemos esquecer, uma construção teórica e estrutural. As escolas reais nunca atingiram a perfeição desse modelo; sempre combinaram dimensões que nos remetem para a realidades bem mais híbridas e complexas. Mesmo possuindo essa consciência, importa reconhecer a importância que um conceito como este tem para uma compreensão mais profunda do que é a escola e de qual o seu papel social. A forma escolar não é uma caricatura; ela é, antes, uma versão esquemática, purificada ou sublimada da escola nas suas diversas dimensões e sedimentos, até os mais profundos, aqueles que não são imediatamente visíveis ao nosso olhar.

Na tentativa de historiar os oito grupos escolares instituídos em Garibaldi e Farroupilha, recorri também aos conceitos de *Cultura Escolar* e *Culturas de Escola*. Reitero que Barroso (2004) aguçou o meu olhar em torno do conceito de *Cultura Escolar*, ampliando minhas compreensões sobre o mesmo.

Na perspectiva deste autor: “Os estudos históricos sobre a escola deverão ter em linha de conta as três dimensões essenciais do processo de referencialização da cultura organizacional: as normas, as estruturas e os atores”. (BARROSO, 2004, p. 110). Assim, instigou-me a pensar em uma *Cultura Escolar* que é vinculada às determinações externas, onde a escola é transmissora de uma cultura definida e produzida, “que se traduz nos princípios, finalidades e normas que o poder político (social, econômico, religioso) determinam”; também, que é produzida pela forma escolar de educação em voga e pelos atores da escola “nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes”. (BARROSO, 2004, p. 104).

Seguindo esta concepção, também busquei apoio nas concepções de Viñao Frago (1995, p. 69), entendendo que a *Cultura Escolar* engloba tudo: “Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer”. Em consonância com o autor, entendo que não existe uma única cultura escolar, sendo que cada instituição de ensino produz a sua cultura escolar específica e, por isso, seria melhor a utilização do termo “culturas escolares”, no plural. Dessa forma, é possível pensar que existem “tantas culturas escolares quanto instituições de ensino”, como salienta Vidal (2005a, p. 35).



Para Julia (2001), a *Cultura Escolar* é entendida como um objeto histórico, e definida pelo autor como: “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. (JULIA, 2001, p. 10). Portanto, Julia (2001) também aguçou o meu olhar em torno do funcionamento interior das instituições em estudo, ou seja, de suas culturas específicas; atentando especialmente para as práticas escolares que foram produzidas no cotidiano, uma vez que, ao investigar tais práticas, tentei me aproximar da “caixa preta” destas escolas, buscando compreender, dentro do possível, o que ocorria “nesse espaço particular”. (JULIA, 2001, p. 13).

Vinculado à *Cultura Escolar*, o conceito de *Culturas de Escola* proposto por Barroso (2004) também foi pertinente para que eu pudesse pensar algumas nuances em torno dos valores, normas, condutas, estratégias, rotinas, hábitos, símbolos que estiveram presentes no cotidiano de cada uma das escolas investigadas, com reflexos nas práticas pedagógicas e escolares. Logo, a *prática* foi a categoria de análise privilegiada neste estudo. Pontuo que, ao trabalhar com tal conceito, as contribuições de Certeau (1985; 2014), de Chartier (2000) e de Escola Benito (2017) foram fundamentais. Neste trabalho, as práticas pedagógicas e escolares são entendidas como *os fazeres ordinários da classe* e também da escola, distintas, assim, de outras práticas sociais. São produzidas e reproduzidas na tessitura do cotidiano escolar, com a tarefa de ensinar, educar, disciplinar, moralizar, orientar.

Ao analisar um conjunto de escolas instaladas do Rio Grande do Sul em dois municípios pertencentes à RCI, escolhendo como recorte temporal as décadas de 20 a 40 do século XX, tornou-se basilar elucidar o conceito de *nacionalização*.

Este conceito vincula-se à criação dos Estados-nações, sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX (HOBSBAWM, 1990). É um conceito político, pautado na invenção de tradições comuns a serem partilhadas e ligado às conquistas territoriais, à independência, à modernidade. Relaciona-se às comemorações culturais, à organização dos sistemas educacionais, à difusão de símbolos e à “escolha” de línguas oficiais (ANDERSON, 2008).

No Brasil, após a instauração da República, ele ganhou novo impulso com a instalação do Estado Novo, significando “em todo o período do primeiro governo Vargas, a afirmação de um projeto com conteúdo nacional, centrado na língua portuguesa e no catolicismo, e a extirpação de qualquer experiência que destoasse dessa perspectiva”, conforme sinaliza Nascimento (2014, p. 46). É deste projeto que adveio a campanha de nacionalização do ensino, “pois havia um entendimento de que a formação de uma nação passava também pela

uniformização da língua. O seu uso era condição para a brasilidade e a escola era o veículo que permitiria a efetivação desse ideário”. (BEZERRA, 2014, p. 324).

No Rio Grande do Sul, a *nacionalização* foi levada ao pé da letra pelo Interventor Osvaldo Cordeiro de Farias (1938-1943) e pelo Secretário de Educação e Saúde Pública, José Pereira Coelho de Souza (1937-1945), fazendo parte de uma política que queria aculturar as populações estrangeiras, especialmente, através da escola, pois, cabia à educação:

Curar a causa da endemia, para que não se repetisse. Impunha-se, pois, condenar definitivamente a indiferença e a desatenção do Estado para com esta verdadeira nacionalização dos brasileiros oriundos das correntes imigratórias do último século. Era preciso penetrar nesses densos aglomerados teuto e ítalo-brasileiros não apenas com a administração pública e a autoridade policial, mas também e principalmente com a escola, e, por intermédio desta, com a língua, a história, o civismo e o culto da tradição pátrias<sup>3</sup>.

Como se verá ao longo desta Tese, os grupos escolares abertos no interior do Rio Grande do Sul, em especial, nos municípios de Garibaldi e Farroupilha, colonizados por imigrantes e descendentes, foram instituídos e utilizados para a difusão dos ideais nacionalistas, o que fica evidenciado, sobretudo, nas diferentes práticas escolares produzidas no período em questão. Também é possível verificar em estudos anteriores a importância que adquiriu a escola, especialmente a pública, na condução e na execução desta política de nacionalização. Como exemplo, cito as contribuições de Gertz (2005), Bastos (2005), Kreutz (2010; 2014) e a obra organizada por Quadros (2014).

Para tal, diversas medidas preventivas e repressivas foram tomadas pelo governo gaúcho. Kreutz (2014) assinala que as medidas preventivas foram divididas em extraescolares e escolares, assim descritas: extraescolares – caravanas nacionalistas, caravanas dos coloninhos ou gauchinhos e Parada da Juventude Brasileira; escolares - desdobramento da rede escolar estadual, nacionalização rigorosa do sistema escolar particular, criação do Corpo de Delegados Escolares Regionais e de Orientadores Técnicos (1939) e a nomeação de professores para a rede pública estadual. Entre as medidas repressivas, o autor destaca a prisão de professores, o fechamento de escolas, a destruição de obras e documentos históricos, bem como a “vistoria do material escolar de crianças a caminho da escola”. (KREUTZ, 2014, p. 171).

Gertz (2005, p. 146) lembra que a ação nacionalizadora tomou contornos diferentes para cada grupo de imigrantes e descendentes, não atingindo

---

<sup>3</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, DD. Presidente da República pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1943. p. 10. AHRGS.

de forma linear, uniforme, todos os grupos, havendo significativas diferenças na avaliação das várias populações “estrangeiras” que se encontravam em território gaúcho. E mais, as ações podiam variar de região para região, de forma que determinado grupo de “alienígena” em determinada região podia ser atingido com intensidade bastante diferente que o mesmo grupo em outra região.

No caso dos “italianos”, o autor aponta que foram avaliados com maior benevolência em comparação com os “alemães”, mas isso não quer dizer que não houve resistências e silenciamentos. Ainda, sugere que, se fosse vasculhada “a memória da população, também se encontraria muitas referências amargas sobre o período entre italianos e descendentes”. (GERTZ, 2005, p. 152).

Juntamente à campanha de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul, foram postos em circulação os princípios da Escola Nova, influenciando os *tempos de renovação educacional* no Estado, especialmente a partir das ações do CPOE/RS, órgão criado em 1943. Por isso, faço alguns apontamentos breves.

A Escola Nova foi um movimento que ocorreu em diversas partes do mundo, entre o final do século XIX e o transcorrer do século XX, inclusive no Brasil, sob o suporte de diversos estudiosos europeus e norte-americanos, como Adolphe Ferrière e John Dewey, para citar alguns exemplos. Cabe ressaltar que esse movimento influenciou uma série de reformas educacionais em diversos estados do Brasil, especialmente a partir da atuação de escolanovistas brasileiros, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, entre outros.

De acordo com Peres (2011, p. 120, grifos da autora), “a história do movimento da Escola Nova revela que havia muitas divergências e discordâncias em relação *ao quê e como* seria a escola renovada”. Desse modo, entendo que uma das motivações (talvez a principal) para a difusão desse movimento estava assentada na ideia de uma “oposição” à escola tradicional. Assim como assinala Vidal (2003, p. 497, grifos da autora), “era pela diferença quanto às práticas e saberes escolares anteriores que se construía a representação do ‘novo’ nessa formação discursiva”. Desse modo, pode-se dizer que esse “novo” incluía:

A centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno. (VIDAL, 2003, p.497).

Os enunciados da Escola Nova no cotidiano dos grupos escolares pesquisados revelaram-se nas leituras realizadas pelas professoras nos momentos de formação em serviço, na incorporação de novas práticas escolares e pedagógicas, nos usos de algumas materialidades,

entre outros aspectos que podem ser observados a partir dos registros escritos e imagéticos preservados acerca da memória destas instituições.

Destaco que o conceito de *representação* também perpassa a construção deste estudo, especialmente a partir de Ginzburg (2001, p. 85), como ausência e como presença: “A ‘representação’ faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”. No tocante, sustento que os vestígios investigados em minha pesquisa não estão sendo pensados como a realidade do passado, mas como representações desse passado. Da mesma forma, a *narrativa* que produzo também é uma representação verossímil acerca do processo de constituição e organização dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha, pois carrega as marcas das minhas escolhas enquanto pesquisadora e das minhas interpretações acerca dessa história. O conceito de *narrativa* também foi relevante, compreendido a partir de Stone (1979, p. 4) como uma modalidade de escrita da história “orientada por algum ‘princípio fecundo’, e que possui um tema e um argumento”.

Por fim, ao trabalhar com narrativas orais, evocando lembranças de velhos, refleti acerca do conceito de *memória*, diferenciando-o da história. A partir de Izquierdo (2018, p. 1), entendo que a memória “significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações”. A memória porta as experiências de vida de cada sujeito, por isso é única e singular. Não há memórias idênticas, pois cada um lembrará de um jeito. Todos os meus entrevistados lembraram aspectos da escola, mas a escola, para cada um, foi diferente. Desse modo, no jogo de lembranças e esquecimentos, existe um acervo particular na memória de cada indivíduo, evocado, muitas vezes, pelo coração que “pede ao cérebro que lembre”. (IZQUIERDO, 2018, p. 4).

Partindo do olhar teórico lançado sobre a presente investigação, apresento, a partir deste momento, a construção do *corpus* empírico e as metodologias utilizadas para a composição da presente narrativa.

### **Documentos e memórias... análise documental e História Oral**

Tendo em vista o conjunto considerável de documentos e de memórias coletadas para a composição da Tese, compartilho alguns caminhos da minha prática historiográfica.

Inicialmente, minha busca se deu pelos acervos escolares, pois, como reflete Vidal (2005b, p. 22), esses espaços integram a vida da escola e podem nos oferecer:

Elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com o seu entorno (a cidade e a região na qual se insere).

Em Farroupilha, cheguei até estas escolas, antigos grupos escolares, através do estudo realizado ao longo do Mestrado. Neste trabalho, identifiquei, como já explicitado, os outros três grupos escolares criados em 1937 no município. Desse modo, por ser farroupilhense e ter familiaridade com o universo escolar, sabia exatamente a identificação e a localização destas escolas.

Primeiramente, estive na Escola Estadual de Ensino Fundamental Izabel Venzon; depois, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Júlio Mangoni, e, por último, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Sardenha, respectivamente: Grupo Escolar de São Marcos, Grupo Escolar de Vila Jansen e Grupo Escolar de Caruara. Ainda, cabe mencionar que voltei ao Colégio Estadual Farroupilha para visitar a documentação sobre o Grupo Escolar Farroupilha.

Dado o primeiro passo, parti em busca de informações sobre os grupos escolares instituídos em Garibaldi e, nesse momento, os documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi (AHMG) foram fundamentais para a identificação destas instituições. Assim, inicialmente, acessei as caixas organizadas por período e administrações municipais e, para minha alegria, encontrei tudo o que precisava naquele momento: correspondências e ofícios trocados entre intendentess/prefeitos e diretores dos grupos escolares, recortes de jornais, circulares e decretos. Nestes indícios, encontrei os nomes dos quatro grupos escolares, as datas e os lugares em que foram instalados. Provida destas informações, iniciei a busca pela localização destas instituições na atualidade, que se deu por meio de pesquisas nos sites da Secretaria de Educação do Estado e das prefeituras, bem como nas redes sociais e com moradores locais. Essa investigação me levou ao acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Gomes, em Garibaldi, como também aos acervos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde, localizadas no município de Carlos Barbosa. Nesta busca, deparei-me, também, com os silenciamentos em torno do Grupo Escolar Daltro Filho, posteriormente desativado. Pontuo que fiz algumas incursões pelo município de Imigrante, visitando acervos e entrando em contato com moradores locais afim de localizar informações acerca desta escola, mas não obtive sucesso.

Assim, importa dizer que, nos acervos destas sete escolas, compus a primeira parte do *corpus* empírico da Tese, contando com diversos registros escritos e imagéticos referentes, em especial, às décadas de 1930 a 1940 do século XX. Dentre as instituições investigadas, apenas uma possui uma sala específica para abrigar o seu acervo; nas demais, os documentos estão preservados nas secretarias e bibliotecas. Na maioria das escolas, a documentação já estava organizada de maneira cronológica e os registros mais antigos estavam separados em caixas numeradas, ordenadas por datas e por nomenclaturas, o que facilitou o meu acesso a estas fontes.

Inspirada em Cunha (2015, p. 294), entendo que:

Objetos e documentos frutos da cultura material da escola, presentes nestes acervos escolares criam, preservam e salvaguardam lugares de memória transpassados por continuidades e descontinuidades e, ao mesmo tempo, abrem diferentes possibilidades para o estudo das relações entre escola, alunos, professores, diretores a partir de múltiplas materialidades. São, igualmente, campo de apropriações e criação, podendo conjugar espaços à memória, tanto escolar, quando pessoal e familiar, construída em múltiplas temporalidades.

Em seguida, iniciei o processo de verificação e seleção dos documentos fotografados nestes acervos, fazendo a leitura prévia das fontes arquivadas. Depois dessa etapa, os documentos foram catalogados em pastas digitais por município, escola, nomenclatura e ano. Diante de tantos registros, foi preciso “colocar o passado em ordem” (CANDAU, 2011, p. 83), e o trabalho com a análise documental exigiu que eu encontrasse meios para pensar, classificar, ordenar, denominar e datar os indícios encontrados, tornando a prática de pesquisa a mais organizada possível. Assim, posteriormente, os materiais das pastas foram analisados e os conteúdos distribuídos em quadros no *Word*, organizados da seguinte maneira: acervo e escola, nomenclatura e período, descrição e categoria da cultura escolar.

Conforme fui avançando na pesquisa e relendo os documentos, novas seleções foram necessárias, originando outros quadros. Diante de tantos documentos, foi preciso fazer escolhas. Portanto, compartilho no quadro abaixo os documentos escolares que foram privilegiados neste estudo:

Quadro 1: Documentos escolares utilizados na pesquisa

<b>Grupo Escolar</b>	<b>Município</b>	<b>Acervo</b>	<b>Documento</b>	<b>Período</b>
Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Livro de Matrículas	1930-1938
Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Livro de Atas Exames	1939-1948; 1948-1955
Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Livro de Atas Exames e Sabatinas	1933-1938

Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Livro Atas Cívicas – CPM	1940-1951
Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Livro Atas CPM	1938-1953
Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Livro Atas Comemorações	1942-1949
Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Livro Diário da Escola	1940-1944
Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Livro Hora da Leitura	1944-1947
Grupo Escolar Farroupilha	Farroupilha	ACEF	Fotografias	1938-1949
Grupo Escolar de São Marcos	Farroupilha	AEEEFIV	Livro de Ata de Exames	1938-1946
Grupo Escolar de São Marcos	Farroupilha	AEEEFIV	Livro Atas Cívicas	1949-1953
Grupo Escolar de São Marcos	Farroupilha	AEEEFIV	Livro de Matrículas	1939-1949
Grupo Escolar de São Marcos	Farroupilha	AEEEFIV	Livro de Posses	1938-1954
Grupo Escolar de São Marcos	Farroupilha	AEEEFIV	Quadro de formatura	1943
Grupo Escolar de Vila Jansen	Farroupilha	AEEEFJM	Quadro de formatura	1946
Grupo Escolar de Vila Jansen	Farroupilha	AEEEFJM	Ata de instalação	1938
Grupo Escolar de Vila Jansen	Farroupilha	AEEEFJM	Ata da fundação da Caixa Escolar	1938
Grupo Escolar de Vila Jansen	Farroupilha	AEEEFJM	Ata da entrega do saldo da Caixa Escolar do G.E. de Jansen	1944
Grupo Escolar de Caruara	Farroupilha	AEMENS	Histórico da Escola	2017
Grupo Escolar de Caruara	Farroupilha	AEMENS	Livro de Matrículas	1940-1949
Grupo Escolar de Caruara	Farroupilha	AEMENS	Fotografias avulsas	1943-1944
Grupo Escolar Carlos Gomes	Garibaldi	AEEEFJG	Fotografia do prédio escolar	1940
Grupo Escolar Carlos Gomes	Garibaldi	AEEEFJG	Álbum do Município de Garibaldi	-
Grupo Escolar Carlos Gomes	Garibaldi	AEEEFJG	Livro de Matrículas	1940-1949
Grupo Escolar de Carlos Barbosa	Garibaldi	AEEEFJG	Histórico da Escola	2010
Grupo Escolar de Picada Velha	Garibaldi	AEMEFC	Livro Lançamento de notas	1942-1968
Grupo Escolar de Picada Velha	Garibaldi	AEMEFC	Livro de Atas	1942-1948
Grupo Escolar de Picada Velha	Garibaldi	AEMEFC	Livro Atas CPM	1949-1961
Grupo Escolar de Picada Velha	Garibaldi	AEMEFC	Fotografias avulsas	1942 -1949
Grupo Escolar de Picada Velha	Garibaldi	AEMEFC	Livro Caixa, da Caixa Escolar	1943-1949
Grupo Escolar de Picada Velha	Garibaldi	AEMEFC	Livro do Inventário	1949-1957

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação às fotografias, importa dizer que, no Colégio Estadual Farroupilha, estavam, em maioria, organizadas em álbuns presentes na biblioteca, identificadas com data e legenda do período em que foram produzidas. Foi o maior acervo fotográfico encontrado,

contando com mais de 150 imagens capturadas entre os anos de 1938 a 1950, representando diferentes momentos da história da instituição. De acordo com Candau (2011, p. 90), a prática da fotografia é uma arte da memória, pois “permite representar materialmente o tempo passado, registrá-lo e dispô-lo em ordem; mantendo com seu passado tantos elos quanto fotos em seu álbum”. Nas demais escolas, foram localizadas imagens avulsas, algumas até sem identificação, mas que, diante do cenário representado, puderam ser contextualizadas.

Destaco que a maior parte da massa documental refere-se à década de 1940, pois, com base nas contribuições de Peres (2000) e de Quadros (2006), entendo que, nesse período, ocorreu, no Rio Grande do Sul, uma preocupação mais efetiva em relação à documentação escolar por parte da Secretaria de Educação do Estado; possivelmente como forma de organizar e testemunhar o trabalho realizado nas instituições, bem como de controlar o que ocorria no espaço escolar, uma vez que tais registros cristalizariam memórias dignas de serem lembradas (CANDAU, 2011).

Para além dos acervos escolares, estive, também, em outros espaços, caracterizando um segundo momento de busca documental, como no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA)<sup>4</sup>, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS)<sup>5</sup>, na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac<sup>6</sup>, na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>7</sup> e na Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul (UCS)<sup>8</sup>, onde localizei entrevistas, fotografias, relatórios, exemplares da Revista do Ensino, entre outros documentos. Depois da pesquisa inicial no AHMG, retornei em muitas outras manhãs e tardes do verão de 2019 à procura de novos documentos relacionados aos grupos escolares, mas também à cidade de Garibaldi<sup>9</sup>, bem como às escolas municipais e confessionais.

---

<sup>4</sup> O AHMJA possui um acervo bem catalogado, extenso e organizado, com possibilidade de pesquisa on-line no seu acervo situado em Caxias do Sul/RS. Neste local, consultei entrevistas pertencentes ao Banco de Memória, bem como fotografias, impressos e o documento “Merenda do escolar” (1940).

<sup>5</sup> O AHRGS, situado em Porto Alegre/RS, tem documentos importantes acerca do Estado. Neste espaço tive acesso aos “Boletins de colégios e grupos” (1929;1930), ao relatório produzidos pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias (1943) e ao relatório de nacionalização (1939).

<sup>6</sup> Nesta Biblioteca, localizada em Farroupilha/RS, consultei dois exemplares do Almanaque Ilustrado (1938; 1940) e o trabalho acadêmico intitulado “A História da Educação no município de Farroupilha” (1984), de onde extraí as entrevistas realizadas com as professoras Olga R. Brentano e Maria Frida Lydia Schulke.

<sup>7</sup> No acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS, em Porto Alegre/RS, localizei exemplares da Revista do Ensino (1939-1942) e das cartilhas “João de Deus” e “O pequeno escolar”.

<sup>8</sup> Na Biblioteca da UCS, localizada em Caxias do Sul/RS, consultei o relatório produzido por J.P. Coelho de Souza (1940).

<sup>9</sup> Neste local, consultei diversas fotografias e documentos, tais como correspondências, relatórios dos intendentess/prefeitos, documentos escolares, programações da Semana da Pátria, entre outros. Para sistematizar a documentação encontrada no AHMG acerca do contexto histórico, político, educacional, religioso, cultural e social de Garibaldi, foram organizadas 52 pastas digitais, separadas por temática, por exemplo: pasta 1 – Capuchinhos, pasta 2 – Colégios São José e Escola Santa Inês, pasta 3 – Emancipação.



Também, no Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), consultei, de forma *on-line*, relatórios, decretos e alguns exemplares da Revista do Ensino. Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi possível fazer uma busca nos jornais que estavam em circulação no período contemplado neste estudo, a saber: *A Época*, *A Federação*, *Caxias*, *Diário de Notícias*, *Estado do Rio Grande do Sul*, *Il Colono Italiano*, *Il Gionarle Dell Agricoltore*, *O Brazil*, *O Momento* e *Staffetta Riograndense*, posterior *Correio Riograndense*. Nestes impressos, obtive informações importantes sobre os municípios e suas escolas, em especial, sobre os grupos escolares locais.

Em posse dos documentos, dei início à análise, buscando apoio nas contribuições de Le Goff (1996), tendo o cuidado de analisá-los enquanto monumentos, visto que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1996, p. 545).

Assim, com base no autor, compreendo que impressos, fotografias, documentos escolares e demais registros escritos analisados nesta Tese são produções humanas e foram fabricados em diferentes tempos e espaços por sujeitos dotados de opiniões, sentimentos e representações. Além disso, não considero que a preservação destes documentos tenha ocorrido de maneira natural, uma vez que foram conservados por alguém e com alguma finalidade. Nessa perspectiva, explica Le Goff (1996, p. 547) que “o documento não é inócuo”, e prossegue dizendo que:

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p. 547).

Dessa forma, a análise documental histórica exigiu a desmontagem dos documentos-monumentos, ou seja, foi preciso dar atenção para as condições de produção, circulação e preservação dos vestígios encontrados; foi preciso formular perguntas, já que as fontes não falam por si. Foi preciso questionar, refletir, pensar... a tessitura da narrativa exigiu tempo e paciência. Foi preciso cruzar e combinar “as marcas do passado”, na tentativa de compor um “caprichoso quebra-cabeças”, como instigou-me a pensar Pesavento (2008a).

Aliás, procurei interpretar os indícios escritos a partir das contribuições de Luchese (2014a), buscando inspiração nos seus modos de fazer pesquisa em História da Educação. Na

análise de documentos textuais, a autora atenta para seis preocupações principais relacionadas à concepção do documento, as quais busco utilizar, a saber: condições de produção do documento, procedimentos internos, condições de circulação, a materialidade utilizada, a apropriação e a preservação.

Em relação às fotografias, as compreendo como fragmentos de um determinado passado e que carregam as representações, as escolhas e os olhares dos fotógrafos que as registraram. Assim, no jogo entre efêmero e perpétuo, “toda fotografia resulta de um processo de criação; ao longo desse processo, a imagem é elaborada, construída técnica, cultural, estética e ideologicamente”. (KOSSOY, 2007, p. 32). Seu uso na pesquisa exigiu o constante exercício de “ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos – incluindo ausências significativas”, como advertiu Burke (2004, p. 238).

Além da análise documental histórica, optei por trabalhar com a História Oral, tendo em vista as potencialidades desta metodologia para a compreensão das culturas escolares. Há muitas nuances da história das instituições que não estão nos registros escritos e imagéticos, mas somente nas memórias de ex-alunos(as) e professores(as), ou seja, nas experiências de quem realmente viveu a escola de outra época (ALBERTI, 2004; ALMEIDA, 2009).

A seguir, compartilho um quadro elaborado após as entrevistas, no qual é possível conferir os nomes e as datas de nascimento dos(as) entrevistados(as), o grupo escolar e o período em que ficaram nestas instituições, assim como as profissões que seguiram posteriormente.

Quadro 2: Informações acerca dos sujeitos entrevistados

Nome	Nascimento	Grupo Escolar	Período	Profissão
Ernilda Maria Cavalli Turquetto	14/01/1927	Professora no GE de Vila Jansen	1947-1962	professora
Elia Ferri	06/12/1935	Aluna no GE de Vila Jansen	? -1949	agricultora
Ulídio Três	? /04/1936	Aluno no GE de Vila Jansen	-	agricultor
Alda Lúcia Felicetti Ribeiro	27/07/1940	Aluna no GE de Nova Sardenha	1948-1952	avicultora
Alzedir Dal Magro	26/05/1933	Aluno no GE de Nova Sardenha	1940-1947	operário
Salvador Felicetti	05/04/1938	Aluno no GE de Nova Sardenha	1945-1952	motorista
Acir Girondi	16/11/1931	Aluno no GE Carlos Gomes	1934-1937	empresário
Niuton Renato Casacurta	04/09/1940	Aluno no GE Carlos Gomes	1945-1950	empresário
Ada Inês Barsé Tieppo	24/04/1934	Aluna no GE de Carlos Barbosa	1940-1947	professora
Nilza Catarina Barsé	28/06/1936	Aluna no GE de Carlos Barbosa	1943-1950	doceira

Fonte: Elaborado pela autora.

Alda, Alzedir e Salvador, meus primeiros entrevistados, foram localizados quando estive à procura de documentação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Sardenha.

Nesse espaço, tive a oportunidade de contar com o auxílio da diretora Claudete, moradora da comunidade de Nova Sardenha. Ao analisar os livros de matrícula comigo, fez a indicação dos alunos para as entrevistas, como também me auxiliou a localizar Alda e Alzedir. Em meio a isso, deparei-me com o nome de seu Salvador Felicetti, antigo conhecido e tio de um querido amigo que, posteriormente, intermediou a entrevista.

Na tarde do dia 30 de abril de 2018, realizei minha primeira entrevista com a Alda, prima de Salvador. Como não tinha o contato telefônico, fui diretamente até a sua residência, onde gentilmente me recebeu e aceitou dar o seu depoimento. Antes de iniciar, busquei contar um pouco sobre minha história de vida, meu interesse pela escola e pela sua narrativa, bem como explicar como essas memórias seriam usadas em meu estudo. Depois de um momento de apresentação e descontração inicial, fui fazendo as perguntas em forma de conversa, seguindo um roteiro com eixos temáticos previamente estabelecidos<sup>10</sup>.

Almeida (2009, p. 225) explica que, em cada entrevista,

o primeiro encontro é quase um momento de catarse, em que entrevistado e entrevistador deixam entrever suas expectativas, desejos e ansiedades. A entrevista estabelece uma parada no cotidiano do sujeito. Afinal, o narrador, ao aceitar participar da pesquisa, é convidado a “voltar atrás no tempo” e, assim, sua memória inicia uma operação no sentido de reconstruir vivências do passado que hoje são consideradas marcantes.

Iniciei pedindo os dados de identificação e, em seguida, fui ajudando a evocar lembranças da infância, da família e da comunidade em que residia, para depois perguntar sobre a escola. Nesse momento, fui incluindo questões acerca dos espaços e tempos, como também das práticas escolares, saberes e sujeitos.

Alda foi professora leiga no município de Vacaria e, depois, trabalhou muitos anos como avicultora na comunidade onde reside até hoje. Gostaria de ter estudado para ser professora, mas não foi possível devido à distância da comunidade até o centro de Farroupilha. Narrou memórias muito interessantes da época em que fora aluna, contando sobre o cotidiano escolar, a relação com as professoras, as atividades desenvolvidas, bem como descreveu o prédio e a sala de aula. Foi a entrevista mais rápida de todas, talvez, pela minha ansiedade e inexperiência, já que foi a primeira. Mesmo assim, saí de sua casa satisfeita com as memórias compartilhadas.

Minha segunda entrevista ocorreu no dia 05 de maio de 2018, com Salvador Felicetti, em um sábado de manhã. Cheguei à sua casa acompanhada pelo amigo que, como já mencionado, intermediou esse momento. Fomos recebidos com alegria por Salvador, que nos

---

<sup>10</sup> O roteiro pode ser observado no apêndice deste trabalho.

conduziu até a cozinha, onde a mesa estava posta com café, chimarrão, biscoitos, geleias e um apetitoso bolo de chocolate. Nossa conversa foi ao redor da mesa e contou com a presença da esposa Estefânia e do sobrinho Ronaldo, que, simplesmente, ouviram a narrativa sem fazer interferências.

Salvador nasceu na comunidade de Nova Sardenha, posterior Distrito de Caruara. Era filho de pais agricultores e tinha cinco irmãos. Viveu boa parte de sua vida nesse local, mudando-se, depois, para as proximidades da região central de Farroupilha. Em relação à sua infância, rememorou:

*Era boa essa infância! Era bom de se viver...muito melhor do que agora. A gente ia pra aula, estudava, ia pra casa trabalhar na roça. Era tudo divertido! No domingo, a gente ia fazer festa e futebol... e hoje não tem mais isso. Era divertido! O tempo de infância era bom! Muito divertido! (FELICETTI, 2018).*

Entre uma cuia de chimarrão e outra, me contou um pouco sobre o que lembrava da comunidade naquele período, bem como sobre o grupo escolar. Foi uma entrevista muito especial! Ao final, me mostrou uma fotografia da época em que fora servir o exército e me deu de presente uma compota de pêssegos.

Na tarde deste mesmo sábado, consegui agendar uma entrevista com Alzedir, por intermédio de minha mãe, amiga de uma das filhas de meu entrevistado. Novamente, fui até sua casa acompanhada, só que, dessa vez, pela minha mãe e pelo meu padrasto Miguel, ex-vizinho de Alzedir. Fomos recebidos com sorrisos e abraços de um senhor muito simpático, alto e de cabelos brancos. Sentamo-nos ao redor da mesa e iniciamos nossa conversa, que durou quase uma hora, contando com as contribuições e curiosidades de minhas companhias que, em alguns momentos, estimularam a fala do entrevistado.

Alzedir nasceu em Bento Gonçalves, mas, quando pequeno, se mudou com a família para Nova Sardenha que, na época, pertencia ao município de Montenegro: “*Faz oitenta anos que estou aqui!*”, lembrou ele. Ao longo da conversa, narrou memórias preciosas acerca do contexto da comunidade, informações que complementaram as memórias das entrevistas anteriores. Também, falou bastante sobre a época em que foi aluno do grupo escolar, lembrando da sala de aula, do prédio, das professoras, dos castigos físicos, exames finais, entre outras memórias que me aproximaram das culturas escolares que eu buscava.

Em 2019, pude realizar mais duas entrevistas. A primeira foi com Ernilda, professora do Grupo Escolar de Vila Jansen entre os anos de 1947 a 1962, quando se mudou para o centro de Farroupilha e passou a lecionar no Grupo Escolar Farroupilha. Obtive o contato de Ernilda através do Professor José Edimar de Souza e de sua orientanda Fernanda Piletti, que

desenvolveu, junto à Universidade de Caxias do Sul, a dissertação intitulada “Memórias de escolarização no meio rural de Farroupilha/RS: o Grupo Escolar Jansen (1937-1958)”.

Fiz o contato inicial por telefone e agendamos a entrevista para o dia 22 de janeiro de 2019, às 9h da manhã, em sua casa. Quando cheguei, fui recebida no portão por uma senhora muito amável, usando um vestido. Era uma manhã ensolarada! Fui convidada a entrar e, enquanto atravessávamos o jardim, foi me contando da sua paixão por flores. Fomos conversando e me senti muito à vontade. Chegamos à sala, local da entrevista. Sentamo-nos no sofá e fui explicando sobre o meu trabalho. Depois, iniciamos a gravação.

Ernilda tem 94 anos de idade e é natural de Nova Roma do Sul, município próximo a Farroupilha. Ficou órfã de mãe aos 11 anos e não teve irmãos. Logo que a mãe faleceu, o pai se casou novamente e foram morar em Vacaria, onde estudou no internato das Irmãs de São José. Após três anos de internato, começou a lecionar; tinha, nessa época, 17 anos. Desde então, seguiu trabalhando como professora municipal e depois estadual. Em 1947, foi nomeada para dar aula no Grupo Escolar de Vila Jansen.

No decorrer da entrevista, a ex-professora contou sobre sua infância e sobre os primeiros anos de docência no município de Nova Roma do Sul. Depois, falou a respeito da comunidade de Vila Jansen e narrou suas memórias como professora no grupo escolar. Sem dúvida, foi uma das entrevistas mais significativas, por ser uma conversa entre professoras de gerações muito diferentes. Em diversos momentos, fui tomada pela emoção ao ouvi-la contar sobre as dificuldades encontradas para lecionar no cotidiano de uma escola pequena, localizada na zona rural, bem como sobre as alegrias e recompensas que também existiram. Em cada frase, o amor pela profissão escolhida transparecia. Em alguns momentos, ela me perguntava: “*Tu também te sente assim?*”, ou então, “*É ainda assim que faz?*”

Depois da realização da entrevista, ela me levou para conhecer a sua biblioteca. Em seguida, tomamos um café e conversamos sobre outros assuntos. Quando me despedi, era quase 11 horas. Saí com a sensação de ter feito uma grande amiga e com um convite para voltar e fazer uma visita.

Depois, entrevistei Acir Girondi, aluno do Grupo Escolar Carlos Gomes, identificado a partir dos livros de matrícula encontrados no acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Gomes (AEEEF CG), em Garibaldi. Como já tinha conhecimento que ele era pai de Elenita J. Girondi, historiadora do AHMG, pedi sua ajuda para marcar a entrevista, que ocorreu no espaço do Arquivo, no dia 25 de janeiro de 2019. Como a entrevista foi marcada e realizada no mesmo dia, eu estava sem o roteiro prévio, mas isso não impediu que a mesma se realizasse com êxito.

Acir é natural de Garibaldi e estudou por três anos no grupo escolar, sendo matriculado, depois, no Instituto Comercial Santo Antônio, dos Irmãos Maristas. Na entrevista, relatou sobre sua história de vida, sobre como era a cidade na época de sua infância, como também rememorou os espaços da escola, as trocas de prédio, as primeiras professoras e atividades realizadas no Jardim de Infância. Ao falar de sua adolescência, se emocionou ao lembrar de um dos castigos sofridos no Instituto. Grazziotin e Almeida (2012, p. 27) explicam que “ao ter como fonte memórias de velhos, abarcamos sentimentos e emoções, fazendo emergir diferentes dimensões da cultura e representações de um tempo pesquisado em espaços geográficos específicos”.

Após ter finalizado esta etapa, compreendi que cada entrevista é, de fato, um evento único, e que com alguns entrevistados consegui alargar a “ponte interpessoal”, criando vínculos que potencializaram esse momento (ERRANTE, 2000).

Ao iniciar 2020, decidi que faria outras entrevistas; então, em posse de alguns dos livros de matrícula, digitei os nomes dos(as) alunos(as) que estudaram no Grupo Escolar de Carlos Barbosa, no Grupo Escolar Carlos Gomes e no Grupo Escolar de Picada Velha ao longo da década de 1940. Inicialmente, fui com a minha lista até a Casa Paroquial de Carlos Barbosa para solicitar uma ajuda na localização dos(as) alunos(as) do respectivo grupo escolar. Fui muito bem recebida, e a ajuda valiosa levou-me até a casa de Ada, uma professora aposentada. Depois do primeiro contato, combinamos que a entrevista seria realizada em um sábado à tarde, com a presença de Luiz, esposo de Ada, também ex-aluno do Grupo Escolar de Carlos Barbosa.

Assim, no dia 14 de março, fui recebida por ambos na cozinha da residência, com todos os cuidados que se faziam necessários naquele momento: álcool gel, máscara e distanciamento. Na ocasião, Ada me contou sobre sua história de vida e compartilhou memórias interessantes da época em que estudara no grupo escolar. Luiz, após participar inicialmente da entrevista, optou por dar continuidade às suas tarefas. Segundo ele, como havia estudado pouco, não tinha muitas coisas para contar.

É importante referir que, assim como Luiz, outros dois ex-alunos do Grupo Escolar de Carlos Barbosa optaram por não conceder uma entrevista alegando terem estudado por pouco tempo. Como se verá ao longo deste estudo, o trabalho na infância foi um empecilho para a escolarização de muitas crianças, sobretudo para os meninos, responsáveis pelo auxílio no sustento da família.

No dia da entrevista, Ada havia separado uma fotografia dela e dos irmãos para me mostrar. Pelo uso dos sapatos e uniformes, ela acredita ser de um dia especial. Lembrou com saudades dos dois irmãos menores, já falecidos. Ao longo da entrevista, recordou de outra

fotografia e disse que iria procurá-la para me mostrar; assim, deixei meu telefone para que ela entrasse em contato. Alguns dias depois, após a ligação aguardada, voltei até a casa de Ada para fotografar a imagem produzida na frente do prédio do grupo escolar, em meio aos festejos da Semana da Pátria de 1948, imagem que utilizo na capa e no Capítulo 5. Reitero que essa foi a única imagem encontrada acerca do Grupo Escolar Barbosa. Neste dia, também pedi o contato de Nilza, sua irmã, para ligar e agendar uma entrevista.

Depois, fui ao AHMG para conversar com a historiadora Elenita, afim de pedir um auxílio na localização dos estudantes do Grupo Escolar Carlos Gomes e, por intermédio dela, obtive o contato telefônico de Niuton, atualmente radicado em Campinas/SP. Logo, entrei em contato e agendamos uma entrevista que foi marcada no dia 20 de março, via *WhatsApp*, conforme exigência do entrevistado. Foi uma conversa breve, onde o ex-aluno trouxe informações importantes acerca do pátio e do prédio escolar, bem como do recreio e de algumas festividades cívicas.

Nesta mesma época, estive com Nilza, irmã de Ada. Foi uma entrevista muito significativa! Nilza foi a única dos quatro irmãos que nasceu em Farroupilha e, diferentemente de Ada, que adorava estudar e queria ser professora, Nilza tinha outros planos e sonhos. Optou por ficar em casa e cuidar dos pais na velhice. Casou, teve filhos e, por muitos anos, foi doceira em Carlos Barbosa. Entre suas memórias de infância, compartilhou: *Eu gostava de correr de carrinho de lomba e jogar bolinha de gude. Eu era moleque, bem moleque! Até os 10 anos, eu andei sempre de calça comprida como moleque.* (BARSÉ, 2020).

Na sala de sua casa, Nilza narrou memórias singulares acerca dos castigos físicos, do recreio, do espaço escolar, das peripécias de aluna, das materialidades. Assim como sua irmã, também separou duas fotografias para mostrar, ambas da década de 1950, retratando o momento da formatura no Curso Primário.

Ao trabalhar com as narrativas de memórias escolares aqui apresentadas, destaco o cuidado para não as tomar como verdades do passado, mas como representações dos sujeitos que viveram as experiências do cotidiano escolar, cada um ao seu modo. Assim, entendo que estas memórias não são a história, mas que fortalecem “a pesquisa, produzindo uma História”, como explicam Grazziotin e Almeida (2012, p. 28).

Com o agravamento da pandemia, precisei encerrar as entrevistas, ainda que temporariamente. Nesse meio tempo, perdi uma das entrevistas em virtude do falecimento da professora e escritora Maura Ungaretti, ex-aluna do Grupo Escolar Carlos Gomes. Ao final de 2020, conheci, por intermédio da professora Terciane Ângela Luchese, a acadêmica e pesquisadora Carla Peroni, residente no Distrito de Vila Jansen. A ajuda de Carla foi

fundamental na localização de dois ex-alunos do antigo grupo escolar instalado nesta localidade. Além de fazer o contato inicial com Elia e Ulídio, ela me acompanhou nas duas entrevistas. Também compartilhou comigo imagens dos quadros de formatura do Grupo Escolar de Vila Jansen, sendo um deles utilizado no Capítulo 6.

Desse modo, no dia 05 de novembro de 2020, fomos recebidas pela querida Elia, em sua residência. Novamente, com todos os cuidados necessários, fomos conversando sobre sua infância e sobre a época em que estudara no grupo escolar. Na ocasião, Elia havia separado o seu caderno para nos mostrar.

O caderno inicia em 1948 e finaliza em 1949. Está completo e bem conservado. Apresenta capa dura de coloração escura e foi produzido pela Livraria Selbach. Os registros foram realizados a lápis e à caneta, contendo textos, desenhos e exercícios vinculados aos conteúdos estudados. Conservado ao longo do tempo, em meio às memórias da aluna que sonhava ser professora, ele constitui-se em uma relíquia, para Elia e para mim. Encontrar este objeto da cultura material escolar, tão raro, foi uma linda surpresa! Sua localização “coloca em evidência um desejo de guardar-se em ‘papel’ para, quem sabe, salvaguardar-se do esquecimento, conservando-se o que, quase sempre, se extravia na vertigem do tempo”. (CUNHA, 2019, p. 128).

Na tarde ensolarada do dia 01 de dezembro de 2020, encerrei as entrevistas com a participação de Ulídio, ex-aluno do Grupo Escolar de Vila Jansen. A gravação da narrativa ocorreu na cozinha, ao redor da mesa, contando com a participação de Carla, de meu pai e da esposa de meu entrevistado.

Ulídio nasceu em Vila Jansen e dedicou sua vida à família e à agricultura. Filho de uma família numerosa, estudou até o 4º Ano e, assim como Elia, também foi aluno de Ernilda. Durante a entrevista, Ulídio rememorou aspectos em torno da infância e da escolarização. Sem dúvida, foi uma tarde muito especial e proveitosa!

Ainda em relação às entrevistas, cabe dizer que não consegui acesso aos ex-alunos do Grupo Escolar de Picada Velha em virtude do agravamento da pandemia. Assim, optei por respeitar as decisões das famílias e prosseguir com minhas análises e escritas, deixando-as para outro momento.

Além das entrevistas realizadas por mim, utilizei entrevistas realizadas por outros pesquisadores, as quais apresento no quadro a seguir:



Quadro 3: Entrevistas realizadas por outros pesquisadores (1984 - 2018)

Nome	Vinculação com a Tese	Município	Localização da entrevista	Responsável	Ano
Olga R. Brentano	Docência no GE Farroupilha	Farroupilha	Trabalho acadêmico: “A História da Educação no município de Farroupilha”	Crivelatti, <i>et al.</i>	1984
Maria F. L. Schulk	Docência no GE Farroupilha e no GE de Caruara	Farroupilha	Trabalho acadêmico: “A História da Educação no município de Farroupilha”	Crivelatti, <i>et al.</i>	1984
Olga R. Brentano	Docência no GE Farroupilha	Farroupilha	Banco de Memória do AHMJSA	Gilmar Marcílio; Janete Zucolotto	1991
Alice Gasperin	Docência no GE Farroupilha	Farroupilha	Banco de Memória do AHMJSA	Sônia S. Fries; Susana Grigoletto	1996
Ayres Agostini	Arroio Marrecão	Garibaldi	Trabalho “Diagnóstico preliminar da qualidade ambiental do Arroio Marrecão – Garibaldi (RS)” – AHMG	Marisa Bortolini	1999
Irene Zamboni	Contexto social	Garibaldi	Trabalho “Garibaldi 1900” – AHMG	Ana Maria M. Nichetti	-
Amália M. Ceresoli	Contexto social	Garibaldi	Trabalho “Garibaldi 1900” – AHMG	Ana Maria M. Nichetti	-
Itália P. Bordignon	Contexto social de Vila Jansen	Farroupilha	Banco de Memória do AHMJSA	Rosana Peccini e Sônia S. Fries	2012
Irma V. Mangini	Contexto social de Nova Milano	Farroupilha	Banco de Memória do AHMJSA	Sônia S. Fries; Susana Storchi	2013
João Carlos Rossler	Contexto social de Farroupilha/medicina	Farroupilha	Banco de Memória do AHMJSA	Sônia S. Fries	2018

Fonte: Elaborado pela autora.

Destas dez entrevistas, quatro foram realizadas com antigas professoras dos grupos escolares constituídos em Farroupilha, valiosas para a análise das práticas pedagógicas e escolares. Como pode-se ver no quadro, estas entrevistas foram localizadas em distintos espaços, incluindo o Banco de Memória do AHMJSA. A partir deste arquivamento, foram transformadas em documento oral, me ajudando a contar esta história (ALMEIDA, 2021).

Ressalto que, para trabalhar com a metodologia da *História Oral*, busquei subsídios nos escritos de Bosi (1994), de Errante (2000), de Alberti (2004), de Almeida (2001; 2009; 2021) e de Grazziotin e Almeida (2012). Também me inspirei na forma como Souza (2015) e Brito (2018) trabalharam com as memórias de sujeitos escolares em suas pesquisas. Pontuo que todos estes estudos me prepararam para a realização, a transcrição e a análise das entrevistas realizadas.

Apono que as narrativas orais apresentadas neste estudo são tomadas como documentos, problematizadas e concebidas como “a presença do passado” e não o passado em si (ALBERTI, 2004, p. 15). Com essa ideia, procurei utilizá-las com rigorosidade, tecendo-as

com os documentos escritos e imagéticos, sempre que possível, tendo ciência de que assim como um filme, as entrevistas revelam pedaços do passado no presente, com seus “cortes, edições, mudanças de cenário”, como bem explicou Alberti (2004, p. 15).

Considerando o caminho percorrido e as escolhas realizadas, organizei a Tese em sete capítulos, além destas *Considerações iniciais*. No segundo capítulo, intitulado *Contextos e práticas culturais*, apresento os cenários da pesquisa, evidenciando aspectos em torno da formação e do desenvolvimento dos municípios de Garibaldi e Farroupilha. No terceiro capítulo, denominado *Fé, instrução e nacionalização: nuances do processo de escolarização em Garibaldi e Farroupilha*, trabalho com outras iniciativas de escolarização existentes em âmbito local, para além dos grupos escolares. No quarto capítulo: *Os grupos escolares locais: elos de histórias e memórias*, discorro acerca da emergência destas escolas no Rio Grande do Sul e, em seguida, trato da constituição desta forma escolar em Garibaldi e Farroupilha. No quinto capítulo, intitulado *Matizes das práticas pedagógicas e escolares*, direciono o olhar para algumas práticas produzidas na cotidianidade das escolas investigadas. Na sequência, no sexto capítulo, *Festejos, celebrações, ou então, tradições inventadas*, analiso festividades e celebrações escolares, com destaque para as festas cívicas e as festas de encerramento do ano letivo, bem como a organização da Primeira Comunhão no Grupo Escolar de Picada Velha e a celebração dos exames finais. Nas *Considerações Finais*, sétimo e último capítulo, apresento as conclusões da Tese, compartilhando os resultados e retomando os aspectos que mais se destacaram no decorrer desta narrativa, assim como apontando algumas possibilidades para futuros estudos.

## 2 CONTEXTOS E PRÁTICAS CULTURAIS

Fotografia 3: Garibaldi, década de 1920



Fonte: Acervo fotográfico do AHMJSA – Caxias do Sul/RS.

Fotografia 4: Farroupilha, década de 1940



Fonte: Gomes (2018). Acervo de Luis Carlos Kuhn.

## 2 CONTEXTOS E PRÁTICAS CULTURAIS

*Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno.*

*(José Luis Sanfelice, 2007, p. 78).*

Para iniciar o presente capítulo, escolhi duas imagens<sup>11</sup> que representam os cenários de minha pesquisa: os municípios de Garibaldi e Farroupilha, localizados na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, formada sobretudo por imigrantes e descendentes de italianos, no final do século XIX. No decorrer do texto, procuro narrar as diferenças e semelhanças destes dois municípios, destacando, sob o meu olhar de historiadora, os aspectos mais relevantes de suas tantas histórias.

Como se verá, há algumas particularidades no processo de formação, desenvolvimento e emancipação de Garibaldi e Farroupilha, bem como similaridades: no “progresso” propiciado pela chegada do trem, na produção de práticas religiosas, culturais e sociais, no setor econômico que na época que tinha sua maior riqueza na produção agrícola; entre outros exemplos.

Começo analisando a emergência e o processo de emancipação dos dois municípios, assim como o desenvolvimento dos contextos econômicos, sociais, religiosos e culturais dos mesmos até a década de 40 do século XX, recorte final deste estudo. Esse movimento de pesquisa se faz necessário na medida em que não há como pensar o processo de organização de uma ou mais instituições escolares sem levar em conta o contexto histórico em que elas foram instituídas, pois, “nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno”. (SANFELICE, 2007, p. 78). Nesse processo, surgem ainda as festas religiosas, os jogos de futebol, os piqueniques, os teatros, os bailes nos clubes, como os encontros nos cafés e praças, entre outras práticas culturais que constituem a identidade social destes dois municípios, exibindo maneiras próprias de se estar no mundo (CHARTIER, 2002).

Depois, direciono o olhar para o contexto político, entendendo a partir de Veiga (2008, p. 25) que esse campo “é o lugar em que se produzem, na concorrência entre os agentes nele envolvidos, problemas, programas, propagandas, conceitos e acontecimentos” que vão ter influências no processo de escolarização local, como se verá ao longo dos próximos capítulos.

---

<sup>11</sup> Na legenda da Fotografia 3, localizada no AHMJS, não consta a data em que ela foi produzida, porém, diante da análise do cenário, acredito que tenho sido da década de 1920.

Por fim, contextualizo, de forma breve, os cenários dos distritos, pois é nesse espaço, predominantemente rural, que serão instalados os demais grupos escolares entre os anos de 1935 a 1939, sendo que há, aqui, um outro entorno e uma outra dinâmica de vida que precisa ser narrada.

## 2.1 O MUNICÍPIO DE GARIBALDI: “UNA BELLA E CIVILISSIMA CITADINA”

*Attualmente Garibaldi é in pieno periodo di sviluppo ed il capoluogo offre l'aspetto di una bella e civilissima cittadina. Date le sue capacità produttive enormemente sviluppate, un lusinghiero avvenire si prospetta per questo Municipio, la cui popolazione é nella sua grandissima maggioranza italiana e discendente da emigranti italiani e prolificamente forte.*

*(Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, 1925, p.141)<sup>12</sup>*

O município de Garibaldi, como já explicitado, foi colonizado por imigrantes e descendentes, sobretudo de italianos, no final do século XIX<sup>13</sup>. No ano de 1900, mais especificamente no dia 31 de outubro, é elevado à condição de vila e município autônomo, desmembrando-se de Bento Gonçalves<sup>14</sup>. Assim, seu território passou a ser constituído por dois distritos: 1º distrito (sede) Garibaldi e 2º distrito São Lourenço de Villas Boas. A partir dos estudos realizados por Luchese (2007), é possível compreender que o desenvolvimento econômico da colônia por meio da agricultura, da criação de animais e da instalação de pequenas indústrias e casas comerciais permitiu a sua emancipação política no início do século XX.

O nome escolhido para a nova cidade prestava uma homenagem ao italiano Giuseppe Garibaldi. Cabe explicitar também que esse era o nome da primeira praça organizada na antiga colônia, ao lado da igreja. Com a emancipação, a praça passou a chamar-se Praça 31 de Outubro, certamente um dos primeiros espaços de convívio e sociabilidade da população local.

<sup>12</sup> Atualmente Garibaldi está em pleno período de desenvolvimento e a capital oferece a aparência de uma cidadela bonita e muito civilizada. Dadas as suas capacidades produtivas enormemente desenvolvidas, um futuro lisonjeiro está à frente para este Município, cuja população é em sua grande maioria italiana e descendente de imigrantes italianos e prolificamente forte”. (Cinquentenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1925, p. 141).

<sup>13</sup> Entre 1870 a 1875, há presença de uma comunidade de imigrantes alemães, austríacos, suíços e franceses em Conde D’Eu (KOFF, 1995; CLEMENTE; UNGARETTI, 1993; POSSAMAI, 2006). Segundo Migot (2008, p. 89): “Os primeiros italianos da imigração oficial e organizada chegaram a Conde D’Eu no final de 1875 e foram sendo assentados ao longo da Linha Estrada Geral e da Linha Figueira de Mello”.

<sup>14</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 327, de 31 de outubro de 1900**. Eleva a ex-colônia Conde d’Eu a categoria de vila e município autônomo, sob a designação de Garibaldi. AHMG.

Para administrar o novo município, foi nomeado pelo governo estadual o intendente provisório Jacob Nicolau Ely. Conforme aponta Luchese (2007, p. 81), nesse período:

As administrações municipais ficaram a cargo de um Intendente, eleito a cada quadriênio e responsável pela direção dos serviços. Além dele, havia um Conselho Municipal, respondendo pela elaboração e aprovação de leis e pela homologação de orçamentos. Era composto por 7 conselheiros. Cada distrito contava também com um Subintendente. Além desses, organizou-se toda a estrutura administrativa necessária com a nomeação de inspetores, fiscais, zeladores de estradas e cemitérios, auxiliares de obras públicas e administrativas, entre outros.

No ano seguinte ao da emancipação, Jacob Nicolau Ely foi eleito pelo voto popular, ficando na administração do novo município por oito anos consecutivos<sup>15</sup>. A fotografia a seguir data de 1901 e retrata a inauguração do prédio da Intendência Municipal de Garibaldi, uma das primeiras obras da administração do Intendente Jacob Nicolau Ely.

Fotografia 5: Inauguração da Intendência de Garibaldi, 1901



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG - Garibaldi/RS.

<sup>15</sup> O primeiro Conselho foi composto pelos seguintes membros: Domingos Paganelli, Achille Brogioli, Candido Machado de Leão, Guilherme Cherubini, Henrique Kerber, Ângelo Faraon e D. João Fronchetti (pároco local). Dados extraídos do documento Biografia dos Prefeitos (1900-1930). AHMG.

A partir da imagem, é possível compreender que a inauguração da Intendência foi um ato festivo, contando com a presença de autoridades políticas e religiosas, como de grande parte da população local e da banda (1), que animou o festejo. Na foto, é possível identificar o Intendente Jacob Nicolau Ely (2) e, próximo a ele, um dos padres capuchinhos (3), provavelmente o líder da igreja local em Garibaldi. Além disso, é possível visualizar um pouco do cenário municipal no início do século XX, com o prédio e seus símbolos: o Brasão de Armas Nacionais (4), o Brasão do Rio Grande do Sul (5) e as três bandeiras (6).

Para além da construção do prédio da Intendência, na gestão de Jacob N. Ely foi construído o Quartel da Guarda Municipal, inaugurada a Estação Férrea de Santa Luiza, em 1908, e edificadas diversas pontes de alvenaria sobre os arroios existentes na área central da Vila e nas zonas rurais mais afastadas<sup>16</sup>, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias.

Vale destacar aqui a construção da referida Estação Férrea em um dos povoados pertencentes à Vila, o povoado nº 35 da Estrada Geral<sup>17</sup>. Essa era a principal via<sup>18</sup> de Garibaldi, abrigando as primeiras moradias, casas comerciais e hotéis, como também ligando a localidade aos municípios de Montenegro, Bento Gonçalves e Alfredo Chaves. À beira desta estrada, foi construída a primeira estação da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, dando continuidade à linha férrea que seguia de Porto Alegre<sup>19</sup>.

A instalação da Estação Férrea fez o povoado nº 35 progredir e, por meio do Ato nº 74, de 25 de janeiro de 1910, passou a denominar-se Carlos Barbosa, prestando uma homenagem ao então Interventor do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves<sup>20</sup>. No mesmo ano, o povoado foi elevado à condição de 3º Distrito de Garibaldi, certamente por conta do desenvolvimento econômico propiciado pela instalação da linha férrea<sup>21</sup>.

Para contextualizar o espaço da Vila de Garibaldi nesse período, apresento a fotografia a seguir que é referente a década de 1910, sendo possível identificar nela a Rua Buarque de

---

<sup>16</sup> Como exemplo, cito as pontes de alvenaria construídas sobre o Arroio Marrecão, na Rua Buarque de Macedo (área central de Garibaldi) e na Linha Boa Vista (zona rural). Fonte: “Biografia dos Prefeitos (1900-1930)”, localizada no AHMG.

<sup>17</sup> A distribuição dos terrenos na RCI era feita pela Comissão de Terras, que media, dividia e numerava os lotes para posterior entrega aos colonos. Cada conjunto de lotes determinava uma linha ou travessão. O povoado nº 35 recebeu esse nome porque era o lote nº 35 da Linha Estrada Geral.

<sup>18</sup> Luchese (2015, p. 73) assinala que “a estrada mais importante para os núcleos coloniais de Dona Isabel e Conde d’Eu, mais tarde também para Alfredo Chaves, era a Estrada Geral, posteriormente denominada de Buarque de Macedo”.

<sup>19</sup> Em 1910, são inauguradas as estações férreas de Caxias e Farroupilha. Em Garibaldi, o trem chega no ano de 1917; em Bento Gonçalves, no ano de 1919.

<sup>20</sup> Carlos Barbosa Gonçalves governou o Rio Grande do Sul entre os anos de 1908 a 1913.

<sup>21</sup> Ato nº 77, de 08 de agosto de 1910 (MIGOT, 2008).

Macedo (1), o prédio da Hospedaria do Imigrante e da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Stella d'Italia*<sup>22</sup>, como também a Igreja Matriz de São Pedro (3).

Fotografia 6: Vista da cidade de Garibaldi, na década de 1910



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG – Garibaldi/RS.

Como se pode observar, o espaço central da Vila de Garibaldi era relativamente pequeno nesse período, contando com poucas ruas e algumas construções de madeira e alvenaria. A Rua Buarque de Macedo (1), antiga Estrada Geral, era uma das ruas mais populosas nesse período e, segundo consta no Relatório do Intendente Affonso Aurélio Porto (1913), era também uma das mais movimentadas. De acordo com o Intendente, essa estrada servia “de escoadouro aos municípios de Lagoa Vermelha, Alfredo Chaves, Bento Gonçalves e Garibaldi, veiculando diariamente milhares de toneladas de produtos coloniais até a estação Carlos Barbosa”<sup>23</sup>. No mesmo documento, é apontado que, dentro da vila, a estrada estava em perfeitas condições, porém necessitava de reparos urgentes nos pontos em que dava acesso a outras localidades, pois as péssimas condições dificultavam o trânsito de mercadorias, especialmente no inverno.

<sup>22</sup> Atual prédio do AHMG.

<sup>23</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Affonso Aurélio Porto, referente ao período administrativo de 1913. Garibaldi, 1913. p. 10. AHMG.



Ainda, destacam-se, no cenário acima, o prédio da Hospedaria do Imigrante, juntamente com a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro (2) e a Igreja Matriz (3). A Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Stella d'Italia* foi fundada em Garibaldi no ano de 1884, tendo como finalidade unir e auxiliar os italianos da Colônia Conde d'Eu<sup>24</sup>. O prédio em que se localizava tinha dois andares; no primeiro pavimento funcionava a Sociedade Italiana e, no segundo, a Hospedaria do Imigrante. Em seu trabalho, Beneduzi (2004) aponta que:

Na década de 1880, o prédio funcionou como Hospedaria dos Imigrantes, permitindo um pouso ao recém-chegado, até que ele tivesse construído a sua primeira moradia. Seguindo o ideário do estatuto da Sociedade, buscava dar o primeiro abrigo, unindo e protegendo os imigrantes italianos que chegavam em terra desconhecida. (BENEDUZI, 2004, p. 221).

Segundo o mesmo autor, a Hospedaria funcionou até meados de 1913 e, nesse ano, com a vinda “do médico Julio Motti, suas instalações serviram para o atendimento médico, no primeiro hospital de Garibaldi. Mantinha-se, assim, mesmo alterando o serviço a ser prestado, a finalidade de assistência à comunidade italiana do município”. (BENEDUZI, 2004, p. 221). Conforme as pesquisas de Beneduzi (2004) e Luchese (2007), a Sociedade Italiana também mantinha uma escola, que funcionava em suas dependências.

No mesmo ano de fundação da Sociedade (1884), foi criada pelo Bispo do Rio Grande do Sul<sup>25</sup> a Paróquia da freguesia de São Pedro de Conde d'Eu, demarcando oficialmente a presença da Igreja Católica no cotidiano da comunidade. Na produção de sua tese, Beneduzi (2004) ressalta que a criação desta Paróquia trazia consigo a conquista de alguns direitos, como a edificação de uma igreja e a presença constante de um sacerdote na localidade para a realização de casamentos, batizados, enterros ou, mesmo, para bênçãos e conselhos. Nas palavras de Clemente e Ungaretti (1993, p. 31): “os imigrantes trouxeram a Conde d'Eu a língua italiana e a fé católica. Trataram de erigir oratórios e capelas logo após a construção de suas casas”.

A primeira igreja foi de madeira e, antes dela, os imigrantes e descendentes, sobretudo de italianos, reuniam-se em torno de uma pequena capela existente na localidade. Ao que tudo indica, foi construída em 1889, tendo como padroeiro São Pedro. Com o passar do tempo, construíram um prédio de alvenaria para abrigar a igreja que, no ano de 1920, ficou

---

<sup>24</sup> Para compreender como funcionava a Sociedade Italiana e o trabalho desenvolvido por ela no contexto de Garibaldi, sugiro a leitura da tese de Beneduzi (2004).

<sup>25</sup> Dom Sebastião Dias Laranjeiras.

praticamente destruída em um incêndio. No ano seguinte, iniciou-se a edificação da nova igreja, concluída em 1924 (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993).

Ainda em relação à religiosidade, cabe destacar a presença das congregações francesas que chegaram em Garibaldi, entre o final do século XIX e o início do século XX. Os primeiros, foram os Capuchinhos, no ano de 1896<sup>26</sup>. Logo “fundaram um seminário em Garibaldi e iniciaram inúmeras missões e atendimentos religiosos”, conforme explica Luchese (2015, p. 223). Dois anos depois, a convite do Bispo Mons. D. Cláudio José G. Ponce de Leão e do Frei Capuchinho Bruno Gillonnay, chegaram as Irmãs de São José de Moûtiers (LUCHESE, 2015). No ano de 1899, as Irmãs instalaram o Colégio São José e depois o noviciado, uma oportunidade para as jovens que desejassem seguir carreira religiosa. Por fim, em 1904, o município recebeu os Irmãos Maristas, que logo trataram de fundar o Colégio Santo Antônio, destinado à formação educacional e religiosa de meninos e jovens.

Além de católicos, existia na Colônia Conde d’Eu moradores que eram evangélicos, pertencentes à Igreja Metodista. Inicialmente, esses moradores frequentavam o templo existente em Bento Gonçalves, inaugurado no dia 27 de março de 1889, sendo o primeiro a ser instalado no Rio Grande do Sul<sup>27</sup>. De acordo com o Pastor Marcos Calovi, os dois primeiros batismos em Garibaldi datam do dia 02 de setembro de 1891, o que sinaliza a existência de uma comunidade metodista neste núcleo colonial ainda no final do século XIX<sup>28</sup>. Provavelmente, foram batismos realizados pelo pastor de Bento Gonçalves, uma vez que os registros apontam para a construção de uma Igreja Metodista em Garibaldi apenas em 1923<sup>29</sup>. Assim como as congregações católicas, os metodistas também fundaram a sua escola, denominada de Colégio Rio Grande, instalada no dia 15 de fevereiro de 1929, como explicarei posteriormente<sup>30</sup>.

Em relação aos aspectos religiosos no contexto da RCI, Luchese (2007, p. 95) ressalta que: “é preciso considerar que a força do catolicismo foi muito maior nas zonas rurais do que

---

<sup>26</sup> A 18 de janeiro de 1896 chegaram os Padres Capuchinhos Frei Rafael De La Roche, acompanhado de Frei Bruno de Gillonnay e de Frei Leão de Montsapeu, com a missão de atender as necessidades espirituais dos numerosos imigrantes dispersos pelos núcleos de colônias da região” (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993, p. 31).

<sup>27</sup> As informações sobre a Igreja Metodista foram extraídas do texto “A Igreja Metodista de Garibaldi”, escrito pelo Pastor Marcos Calovi. Esse material compõe uma pasta identificada como “Igreja Metodista”, juntamente com outros documentos relacionados à igreja e disponíveis para acesso no AHMG. Porém, não foi possível identificar a data em que o texto foi escrito.

<sup>28</sup> Segundo o Pastor Marcos Calovi, foram batizadas “Ampelia e Marcelina Bartholamei pelo Rev. João C. Correia (no pastorado de Carlos Lazzare, na ainda Villa Conde D’Eu, futura Villa e Cidade de Garibaldi)”. Fonte: texto “A Igreja Metodista de Garibaldi”, pasta “Igreja Metodista”. AHMG.

<sup>29</sup> No texto “A Igreja Metodista de Garibaldi”, consta que no dia 01 de janeiro de 1923 “forma-se a Igreja Metodista de Garibaldi, com 36 membros até então arrolados na I.M. de Bento Gonçalves”.

<sup>30</sup> Existem divergências quanto ao nome do Colégio pois, em alguns indícios, aparece como Colégio Rio Branco e, em outros, como Colégio Rio Grande. No próximo capítulo, voltarei a falar desta instituição escolar.

nas urbanas, já que nestas era possível encontrar anarquistas, agnósticos, mazzinistas<sup>31</sup>, maçons e mesmo alguns comunistas”. De acordo com os vestígios localizados no AHMG, é possível dizer que a primeira loja maçônica foi fundada em Garibaldi no dia 02 de junho de 1902 e regularizada em 13 de julho do mesmo ano, com o nome de Loja Triângulo Giuseppe Mazzini. A seguir, compartilho um trecho da Ata de Regularização encontrada:

Ata de Regularização do Triângulo Giuseppe Mazzini, como abaixo se segue:  
Aos treze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e dois (1902) E. V, ao vale de Garibaldi, *reunidos em lugar vedado as vistas profanas*, na casa de residência, digo de moradia de João Carlos Rodrigues da Cunha, presentes Ataliba Rossler o qual apresentou, digo, assumindo a cadeira da Presidência, apresentou os poderes pelo ato número setenta e sete, para regularização deste Aug. Triângulo, o qual é datado de nove de junho do corrente ano; os quais poderes ficaram arquivados na secretaria deste Triângulo. Sendo lida a ata de instalação e bem assim todos os documentos da carta da regularização, na presença dos Iir. Ignacio Brocca, Enrico Grossi e de mim João Carlos Rodrigues da Cunha, secretário. Foi deferido o compromisso ao respeitável ir. mestre Ignacio Brocca, tanto como ao secretário e tesoureiro João Carlos Rodrigues da Cunha, e Enrico Grossi, prestamos também o compromisso ao ir. Luis Faraon gr.  
3<sup>32</sup>.

A partir da ata acima transcrita, é possível identificar a data da regularização e instalação da mesma e o local em que ela funcionava, bem como identificar o nome dos principais membros da Loja Triângulo, incluindo João Carlos Rodrigues da Cunha, natural de Barra do Ribeiro/RS, morador da Colônia Conde d’Eu desde 1875 e pertencente à Loja Concórdia de Bento Gonçalves, aberta em 1894<sup>33</sup>. O trecho grifado na ata sinaliza as dificuldades enfrentadas pelos maçons da localidade, especialmente pela perseguição religiosa. No mesmo documento, João Carlos escreve: “queremos fazer funcionar este Triângulo muito secretamente devido a perseguição dos Jesuítas que aqui os há com abundância”<sup>34</sup>.

Certamente, muitos foram os conflitos e disputas existentes entre religiosos católicos e maçons no cotidiano de Garibaldi<sup>35</sup>. Em seu estudo, Beneduzi (2004) aponta que a maçonaria era a grande inimiga dos eclesiásticos, e que o jornal *Staffetta Riograndense*, mantido pelos Padres Capuchinhos na localidade, seguidamente publicava reportagens combatendo o garibaldismo, a maçonaria e o protestantismo: os “três maiores ‘males do século’, como era

<sup>31</sup> “Mazzinistas eram os adeptos do movimento fundado por Giuseppe Mazzini. Ele era genovês, nascido em 22/05/1805, proveniente de uma família vinculada aos carbonários (organização patriótica secreta). Empunhou a bandeira da unificação da Itália e fundou o movimento *Giovine Itália* (a Jovem Itália)”. (LUCHESE, 2007, p. 95).

<sup>32</sup> Ata de Regularização do Triângulo Giuseppe Mazzini. Garibaldi, 13 de julho de 1902. Grifo meu. AHMG.

<sup>33</sup> De acordo com Luchese (2007, p. 95), existiram várias lojas maçônicas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, entre elas: a Força e Fraternidade (Caxias do Sul, 1887) e a Concórdia (Bento Gonçalves, 1894).

<sup>34</sup> Acredito que queria se referir aos Padres Capuchinhos que existiam em Garibaldi. Como se desconhece a presença de Jesuítas nessa cidade, ainda mais no início do século XX, pode ter sido um equívoco de grafia.

<sup>35</sup> Entre outras questões, a dissertação de Valduga (2007) também aponta conflitos entre religiosos e maçons no final do século XIX, na Colônia Caxias.

mencionado no periódico”. (BENEDUZI, 2004, p. 274). A partir de Amaral (2017), entendo que:

No contexto da Modernidade, a maçonaria, uma instituição filosófica e filantrópica de natureza discreta, privada e de caráter secreto, foi uma das mais expressivas formas de organização política oposicionista ao absolutismo real e ao poder clerical, especialmente do jesuítico, representando um lugar de circulação de ideias e práticas modernas, destacadamente no *largo* século XIX. (AMARAL, 2017, p. 63, grifo da autora).

Pode-se dizer que a maçonaria foi representada como um perigo para a Igreja Católica ao defender o uso da razão, da liberdade de pensamento e indo contra todas as formas de tirania “seja intelectual, moral ou religiosa”. (AMARAL, 2017, p. 65), bem como defendendo a separação entre Igreja e Estado. No campo da educação, os maçons entendiam que era preciso um ensino laico, obrigatório e gratuito, diminuindo a hegemonia das congregações em torno da escolarização, sendo que as escolas mantidas pelas ordens religiosas eram, em maioria, destinadas à elite<sup>36</sup>.

Não encontrei fontes que permitam afirmar até qual ano a Loja Triângulo funcionou. Porém, há vestígios de uma outra loja, aberta em 1933, identificada como José Garibaldi, que manteve suas atividades até o início da década de 40 do século XX<sup>37</sup>, contando com a presença de sócios brasileiros e italianos de diferentes profissões: ferroviários, agricultores, funcionários públicos, um fotográfico, um médico e um farmacêutico<sup>38</sup>. Entre os anos de 1933 e 1934, aparecem matriculados onze sócios.

Pouco ainda se sabe a respeito das diferentes lojas maçônicas na RCI e de sua convivência conflituosa com os Capuchinhos; assim como das suas influências na história da educação local e no próprio contexto social, econômico e político da Região<sup>39</sup>. Como se pode entender, a religiosidade fazia parte do dia a dia dos moradores de Garibaldi, e os espaços da igreja e da maçonaria eram espaços de convívio social, de união, de rezas e de encontros. Nesse sentido, cabe salientar que as festividades religiosas integravam o universo cultural dos

<sup>36</sup> Amaral (2017, p. 69) esclarece que: “para os maçons, o clero através de sua ação pastoral e, especialmente da Companhia de Jesus, atuando junto à educação das elites, sedimentava conceitos e condutas que perpetuavam uma organização social arcaica que levava o país ao atraso”.

<sup>37</sup> O maçom Joaquim Pinto Leitão escreve ao amigo Júlio Motti, ex-membro da Loja José Garibaldi, para tratar de assuntos pessoais. No texto, menciona o fechamento da Loja, mas não dá maiores informações. O documento data de 22/02/1946. Caixa Maçonaria. AHMG.

<sup>38</sup> Há indícios de que o Prefeito de Garibaldi, Dormelindo de Oliveira (1932-1935), tenha participado da sociedade, mas seu nome não aparece em nenhum registro localizado até o momento. Os dados apresentados foram extraídos de uma folha avulsa, identificada como “Quadro de obreiros que compõem a Aug. Loja José Garibaldi” (espécie de livro de matrículas da sociedade) com a identificação no nome civil, nome simbólico, nacionalidade, estado civil, profissão e lugar de nascimento de cada participante. Caixa Maçonaria. AHMG.

<sup>39</sup> Acerca de Caxias, há o estudo de Rela (1961).

garibaldinos, com destaque para a Festa de São Pedro, padroeiro do município, celebrada no mês de junho. Próxima à Igreja de São Pedro, existia a Praça 31 de Outubro, antiga Praça Garibaldi e, como mencionado no início do texto, provavelmente um dos primeiros espaços de sociabilidade.

No Relatório do Intendente Affonso Aurélio Porto (1913), é possível identificar algumas melhorias que estavam sendo feitas na praça para torná-la um local mais agradável para a população. Assim escreveu ele:

Ressentia-se esta Villa da falta de uma praça arborizada e ajardinada para gozo de seus habitantes. [...]. Em vista da necessidade higiênica e do aformoseamento, iniciei, em terrenos pertencentes ao município à rua Júlio de Castilhos, entre a Igreja, Intendência e Club Borges de Medeiros trabalhos para esse fim. Foi preciso nivelar o terreno que tinha forte declividade. Isso está sendo feito com a construções de paredões de pedra trabalhada, rejuntada e cimento. [...]. Já pedi ao Horto Florestal do Rio, por intermédio da Inspetoria Agrícola, mudas de árvores ornamentais de várias espécies<sup>40</sup>.

Pela descrição feita, a Praça 31 de Outubro era um espaço importante, mas sem condições de uso, tanto que recebeu atenção da administração municipal no início da década de 10 do século XX. Ao lado dela, funcionava o Clube Político Borges de Medeiros, fundado em 20 de setembro de 1904, sendo composto por sócios que pertenciam ao Partido Republicano Riograndense (PRR).

Segundo o Estatuto do Clube (1925, p. 1), o mesmo tinha como finalidade “manter e fazer propaganda dos sãos princípios da Política Republicana, oferecendo também aos seus membros diversões compatíveis com a natureza de instituições de tal ordem”<sup>41</sup>. Assim, o Clube Político Borges de Medeiros foi palco de reuniões do partido, de eventos políticos e sociais do município, bem como de diversos bailes e peças teatrais<sup>42</sup>. Ao que tudo indica, em seu espaço, funcionava também o Cine Teatro Odeon, porém, são raros os indícios encontrados até o presente momento sobre o funcionamento deste cinema. A partir do que foi possível apreender, o cinema era adaptado e a projeção dos filmes ocorria em umas das paredes do clube, pois não havia tela.

---

<sup>40</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Affonso Aurélio Porto, referente ao período administrativo de 1913. Garibaldi, 1913. p. 15. AHMG.

<sup>41</sup> Em 17 de março de 1925, o clube foi reorganizado, originando o novo estatuto.

<sup>42</sup> Pelo que consta em um edital da Prefeitura Municipal de Garibaldi, o clube teria funcionado até 1932, tendo sido fechado porque todos os seus sócios teriam se filiado ao Partido Republicano Liberal. Fonte: Edital da Prefeitura Municipal de Garibaldi: Clube Político Borges de Medeiros, de 01 de fevereiro de 1933. AHMG.

Nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 1913, o Clube Borges de Medeiros sediou a 1ª exposição de uvas do município. Alguns dias antes, o Jornal *Il Colono Italiano* publicou uma nota a respeito:

1ª Esposizione d'uve  
**del Municipio di Garibaldi**

La Commissione sottoscritta, volendo vieppiu dare maggior impulso all'industria del nostro municipio, resolve di fare una' Esposizione d'uve e suoi derivati, che avrà luego nei giorni 23, 24 e 25 del corrente mesi, no saloni del Clube Borges de Medeiros. D'accordo col regolamento che segue, all' migliori espositori di questi prodotti seranno aggiudicati parecchi premi; saranno ammessi all'iscrizione esclusivamente prodotti del Municipio. Ogni espositore manderà alla Commissione organizzatrice almeno due chili delle differenti qualità di uva, che vorrà esporre e sei bottiglie d'ogni qualità da vino, portando: il nome dal produttore, il nome della qualità, o prodotto, ed il luogo ove fu coltivata, o fabbricato<sup>43</sup>.

Abaixo da notícia havia o regulamento para inscrição, dando maiores informações a respeito da exposição. No evento, foram avaliados as melhores uvas e os melhores vinhos de produtores locais, com direito a menção honrosa e a premiação em medalhas nas categorias ouro, prata e bronze. Pelo que consta na notícia, tinha como objetivo divulgar a vasta produção agrícola do município em torno da produção de uvas e vinhos, que iniciou com a chegada dos imigrantes, sobretudo de italianos.

No Relatório do Intendente Affonso Aurélio Porto (1913) há uma descrição completa da exposição realizada. Segundo o ele, compareceram 113 expositores de uva e 20 expositores de vinho, avaliados por três enólogos que compunham a comissão julgadora. Nas palavras do Intendente, o evento “pelos magníficos resultados práticos que deixou, excedeu a expectativa geral” e “para aqueles que ainda não conheciam o nosso Município, foi uma verdadeira revelação”. (GARIBALDI, 1913, p-17-18)<sup>44</sup>. Além da avaliação, os enólogos também realizaram conferências sobre vitivinicultura para os agricultores e demais autoridades presentes<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> 1ª Exposição de uvas **do Município de Garibaldi**. A Comissão subscrita desejando dar maior impulso para a indústria do nosso município, resolve fazer uma Exposição de uvas e seus derivados, que acontecerá nos dias 23, 24 e 25 do corrente mês, no salão do Clube Borges de Medeiros. De acordo com o Regulamento que segue, os melhores expositores desses produtos serão agraciados com prêmios pagos. Serão permitidas as inscrições exclusivamente de produtos do Município. Cada expositor enviará para a Comissão organizadora pelo menos dois quilos de diferentes qualidades de uva que deseja expor e seis garrafas de cada um dos tipos de vinho, contendo: o nome do produtor, o nome da qualidade ou produto e o lugar em que foi cultivada ou fabricado. Fonte: *Il Colono Italiano*, Garibaldi, n. 49, 15 feb. 1913. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

<sup>44</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Affonso Aurélio Porto, referente ao período administrativo de 1913. Garibaldi, 1913. p. 17-18. AHMG.

<sup>45</sup> Até hoje, o município de Garibaldi é conhecido por ser um dos grandes produtores de uva da Região, assim como pela qualidade dos vinhos e espumantes fabricados nas vinícolas locais. Entre elas, destacam-se as Vinícolas Garibaldi e Peterlongo.

Entre os produtores premiados na Exposição, chamam a atenção os Irmãos Maristas, que ficaram com a medalha de bronze no prêmio para uvas e medalha de prata no prêmio para vinhos, assim como Manoel Peterlongo, que ficou com a medalha de ouro por produzir o melhor vinho. Em seu livro, Clemente e Ungaretti (1993) apontam que os Irmãos Maristas que se estabeleceram em Garibaldi eram do norte da França, região em que se cultivava uva e se fabricava vinhos. Conforme os autores:

O Irmão Pacômio Sion, mano do Irmão José Sion, diretor do Colégio Santo Antônio, plantou as parreiras nos terrenos vizinhos. Produzia vinho para o consumo e dos Irmãos e dos alunos internos. Em 1911 com o Irmão Sinforiano fundou a Granja Pindorama, 1ª cantina da região, com o vinho Conde D'Eu. (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993, p. 65)<sup>46</sup>.

Manoel Peterlongo<sup>47</sup> era italiano e estava em Garibaldi desde 1875. Nos anos iniciais de 1900, deu início à fabricação de vinhos brancos finos com as uvas produzidas no quintal de sua residência. Mais tarde, “utilizando o processo de fermentação natural na própria garrafa (*Champenoise*), criado pelo abade francês Don Pérignon, Manoel produziu o primeiro champanhe brasileiro”. (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993, p. 65, grifo meu). Após ganhar a Medalha de ouro da Exposição, com o Vinho *Typo Champagne* e Moscatel<sup>48</sup>, em 1915, instalou a vinícola Casa Peterlongo, passando a comercializar os seus produtos.

A comercialização de uvas e a produção de vinhos movimentaram a economia de Garibaldi desde cedo, juntamente com outros produtos advindos da agricultura e da pecuária, inicialmente cultivados e fabricados de forma rudimentar. Entre os anos de 1912 a 1916, o município produziu em grandes quantidades: banha e carne de porco, leite, queijo, milho, trigo, feijão, centeio, batatas, erva mate, lentilha, arroz, mel e manteiga que, segundo o Intendente Affonso Aurélio Porto, constituíam a “riqueza da região colonial”. (GARIBALDI, 1913, p. 5).

<sup>46</sup> Pelo que foi possível verificar no Relatório do Intendente (1913), um dos irmãos Sion era da comissão julgadora da Exposição.

<sup>47</sup> Segundo Trivilin (2009, p. 81-82): Manuel Peterlongo, “ao chegar a terras brasileiras, instala-se em um lote, na região central da colônia de Conde d’Eu (atual município de Garibaldi), diferentemente da maioria dos italianos que rumaram para as colônias de colonização do Estado e que possuíam, como conhecimentos de trabalho, os ligados à lida com a terra, Manoel trazia consigo os conhecimentos inerentes à sua profissão de agrimensor. Por sua profissão de engenheiro, foi convidado pela intendência estadual a participar da medição da área que se destinaria ao município de Garibaldi, realizando todo o traçado urbano e rural da cidade, por volta do ano de 1890. Por seu trabalho, anos depois, tornou-se coletor estadual, passando a exercer a função de controle e cobrança de impostos territoriais do município. Manoel e sua família trouxeram em sua bagagem um volume de capital financeiro considerável que lhe proporcionou a instalação em um lote da sede colonial, que possuía um preço maior do que os do interior da colônia por estar em uma melhor localização, e também lhes permitiu ocupar cargos de relevância junto ao governo do Estado”. Em 1890, Manoel casou com Regina Vivan, com quem teve dez filhos: nove meninas e um menino, o caçula Armando Peterlongo”. Disponível em: <http://www.peterlongo.com.br/vinicola>. Acesso em: 06 fev. 2019.

<sup>48</sup> Informações retiradas do diploma de Manoel Peterlongo, após a premiação no evento. AHMG.

Além da agricultura e da pecuária, o município contava com outras atividades econômicas, como o comércio e a indústria. Abaixo, segue um quadro com as casas comerciais e as indústrias existentes no município entre os anos de 1912 a 1916, construído a partir dos Relatórios dos Intendentes Municipais.

Quadro 4: Atividades econômicas do município de Garibaldi (1912-1916)

<b>Casas comerciais e serviços</b>	<b>Indústrias</b>
27 ferrarias	12 fábricas de laticínios
11 carpintarias e marcenarias	5 fábricas de chapéu de palha
10 correarias <sup>49</sup>	5 fábricas de cerveja
2 lombilharias <sup>50</sup>	5 fábricas de charutos
26 sapatarias	5 fábricas de magnésia
3 curtumes	4 fábricas de caramelos
2 farmácias	2 fábricas de gaitas
6 padarias	1 fábrica de mobílias de vime
90 lojas de ferragens	1 fábrica de pólvora
38 lojas de fazendas	5 fábricas de vinho
127 casas de secos e molhados	2 fábricas de refinação de banha
1 loja de calçado	1 fábrica de sinos
2 hotéis	5 fábricas de erva-mate
-	3 fábricas de escovas e vassouras
-	1 fábrica de cestas de vime
-	3 fábricas de cutelaria
-	3 fábricas de salame
-	4 fábricas de gasosa
-	1 fábrica de velas de cera
-	1 fábrica de foguetes
-	1 fábrica de sabão
-	21 moinhos hidráulicos
-	3 moinhos a vapor
-	6 engenhos a vapor
-	1 engenho hidráulico
-	3 olarias

Fonte: Elaborado pela autora como base nos relatórios dos intendentes Affonso Aurélio Porto (1913) e Manuel Marques da Silva Acauan (1917), localizados no AHMG – Garibaldi/RS.

É preciso considerar certa margem de erro nos dados acima, uma vez que, na época, não havia um serviço regular de estatística para contabilizar todas as indústrias e casas comerciais existentes na zona urbana e rural do município, como o próprio Intendente Manuel Marques da Silva Acauan registrou em relatório (1917)<sup>51</sup>. Na falta deste serviço, o Intendente menciona que, para conseguir contabilizar os dados referentes à produção agrícola, comercial e industrial do período, precisou buscar informações com os subintendentes dos distritos e os inspetores de

<sup>49</sup> De acordo com o Dicionário Aurélio, era um estabelecimento onde se vendiam correias e artigos em couro.

<sup>50</sup> Estabelecimento que vendia lombilhos, um tipo de sela usada para cavalgar. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/lombilharia/>. Acesso em: 02 set. 2021.

<sup>51</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Manuel Marques da Silva Acauan, referente ao período administrativo de 1917. Garibaldi, 1917. AHMG.



seção. Mesmo assim, as informações do quadro são relevantes para se entender um pouco do contexto econômico local, com ênfase para a diversificação de indústrias instaladas já nos anos iniciais da emancipação.

Chama a atenção o número significativo de fábricas de laticínios que produziam leite, queijo e manteiga<sup>52</sup>, assim como os moinhos hidráulicos que produziam em grande escala a farinha de milho e de trigo. Em relação ao comércio, ainda iniciante, destacam-se as casas de secos e molhados que, como apontam De Boni e Costa (1982, p. 21):

[...] desempenhavam as funções hoje atribuídas ao supermercado, ao banco, à transportadora e à manufatura de produtos primários. Lá o colono encontrava tudo o que necessitava, e a ela entregava os próprios produtos, já que as dificuldades de transporte impediam-no de levá-los diretamente aos centros consumidores.

No tocante, cabe destacar que, ao menos uma das 27 ferrarias mencionadas nos relatórios ficava em Carlos Barbosa e era de propriedade de Valentin Tramontina<sup>53</sup>. Em 1911, Valentin iniciou os trabalhos de “ferraria e consertos em geral” (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993, p. 74), ampliando seu negócio nos anos posteriores com auxílio da esposa Elisa e de alguns funcionários.

Vale lembrar que o Quadro 4 foi composto com os estabelecimentos presentes na área central de Garibaldi, no 2º distrito – Floriano Peixoto, no 3º distrito – Carlos Barbosa e nas dezesseis linhas coloniais<sup>54</sup>, contabilizando uma população de 14.418 habitantes em 1912. Destes, 913 moravam na Vila, como era chamada a zona “urbana”, e os demais, nas zonas rurais.

Clemente e Ungaretti (1993, p. 78) ressaltam que, com o crescimento das atividades econômicas, “surgiam aqui e acolá caixas populares para a guarda e frutificação de valores financeiros em Garibaldi”. Nesse sentido, no ano de 1912, foi aberta uma agência do Banco da Província e três agências do Banco Pelotense<sup>55</sup>.

---

<sup>52</sup> As fábricas de laticínios, instaladas nas zonas rurais de Garibaldi eram as seguintes: Fábrica de A. Franciosi (Linha Alencar Araripe, nº 7), Cooperativa de Laticínios (Azevedo e Castro), Filial da Companhia de Laticínios *Italo-Brazileira* (Azevedo e Castro), Filial da Cooperativa de Azevedo e Castro (São José), Fábrica de Victorio Bonfanti (Linha Garibaldina), Fábrica de Francisco Simon & Comp. (Estrada Geral), Companhia de Laticínios *Italo-Brazileira* (Borghetto), Fábrica de Domingos Pertile (Estrada Geral), Fábrica de Laticínios (São Miguel), Fábrica de Carlos Zibetti (Figueira de Mello, nº43), Fábrica de Laticínios da Boa Vista, José Nicolau & Comp. (Boa Vista) e Fábrica de queijo, Tulio Tosi & Comp. Empresas que, juntas, se destacavam pela quantidade significativa de leite, manteiga e queijos produzidos. Eram consideradas pelo Intendente Affonso como a indústria do futuro. Relatório do Intendente Affonso Aurélio Porto (1913, p. 5-6). AHMG.

<sup>53</sup> Fundador do Grupo Tramontina.

<sup>54</sup> Boa Vista, Figueira de Mello, Victoria, Estrada Geral, São Miguel, Garibaldi Nova, Garibaldi Velha, Alencar Araripe, Araújo e Souza, Costa Real, Conselheiro Camargo, Presidente Soares, Azevedo Castro, Barão de S. Thecla, Manoel Maria de Carvalho e Barão de Cotegipe. (GARIBALDI, 1913, p. 8). AHMG.

<sup>55</sup> Conforme Clemente e Ungaretti (1993, p.18): “uma na Vila, uma em Carlos Barbosa e outra no Borghetto”.

Os mesmos autores também rememoram alguns empreendimentos familiares existentes em Garibaldi no começo de sua história e, entre eles, citam os hotéis Casacurta e Faraon. Alguns vestígios apontam que o Hotel Casacurta teria iniciado logo nos primeiros anos de colonização em Conde d’Eu, fundado pelo casal de imigrantes italianos Sebastião e Izabel Casacurta<sup>56</sup>.

Já o Hotel Faraon foi fundado pelo imigrante italiano Luiz Faraon, em 1884. De acordo com o livro *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud* (1925), a partir de 1900 o hotel passou a ser administrado pelo filho Vicente Faraon, que ampliou e reformou o espaço devido às necessidades da cidade em expansão. Informação que condiz com os escritos do Intendente Acauan, quando este menciona que, nessa época, os veranistas enchiam “os Hotéis e casas desocupadas da Villa. Se maior não é a afluência é devido à falta de cômodos, vendo-se os dois únicos Hotéis aqui existentes obrigados a recusarem grande número de hospedes”. (GARIBALDI, 1917, s/p.). Aos poucos, o turismo local começava a se desenvolver, especialmente a partir de 1917, com a instalação da Estação Férrea em Garibaldi, facilitando o acesso à Vila.

A chegada do trem impulsionou o turismo e a economia local, uma vez que facilitou o transporte de mercadorias e de pessoas. Em 1919, foram construídas oficinas para o trem que eram utilizadas “para fazer consertos em vagões, para conservação do material de via permanente, reparos pequenos em locomotivas e, posteriormente, para manutenção da linha telegráfica”, como ressalta Mezadri (2003, p. 41-42).

Cabe destacar ainda que a construção da estação férrea e da oficina fez com que Garibaldi recebesse pessoas para trabalhar em ambas, vindas de diversos lugares do Estado. Em seu entorno, surgiu o bairro ferroviário que mantinha armazém, time de futebol e uma escola. Ao final da década de 10 do século XX, Garibaldi já possuía um número maior de ruas e casas, mantinha igrejas e uma loja maçom; contava com espaços para a diversão local como a praça, o clube e o cinema. Tinha hotéis, casas comerciais e indústrias, como também quatro agências bancárias, cadeia, cemitério, duas estações de trem e uma central telefônica, que funcionava desde 1910. A energia elétrica fornecida ainda era insuficiente. Contava, também, com um jornal local, o *Il Colono Italiano*.

Esse jornal foi instalado pelo Padre Giovanni Fronchetti, juntamente com os sócios Adolfo Morreau e João Carlotto, em 1910. Ambos compraram o jornal *La Libertà*, que funcionava em Caxias e era de propriedade do Padre Carmine Fasulo, pároco da cidade. Os

---

<sup>56</sup> Foram encontradas datas divergentes a respeito do ano exato de fundação do hotel mas, ao que tudo indica, ele surgiu antes de 1900, quando Garibaldi era Colônia de Conde d’Eu. Fonte: Clemente e Ungaretti (1993) e imagens do acervo de fotos do AHMG.

novos donos transferiram o maquinário para Garibaldi e ali passaram a publicar o impresso com o apoio dos Capuchinhos. Conforme Valduga (2007, p. 85): “a mudança de direção acarretaria também na mudança de nome: *La Libertà* passaria a chamar-se, já no mês de janeiro de 1910, *Il Colono Italiano*”, perdurando com essa nomenclatura até 1917, quando passou a se identificar como *Staffetta Riograndense*, tendo como sócios os Padres Capuchinhos. O mesmo autor assinala que, em 1921, o Padre Giovanni Fronchetti vendeu sua parte do jornal para os Capuchinhos, que se tornaram os proprietários do *Staffetta* e “concretizavam o antigo sonho de frei Bruno de Gillonnay: o de atuar evangelicamente através da imprensa”. (VALDUGA, 2007, p. 118). Em 1930, o jornal trocou de nome e passou a se chamar *Correio Riograndense*.

Luchese (2015, p. 78), ao estudar os primeiros municípios da RCI, destaca que:

A criação dos municípios e o processo crescente de urbanização e industrialização promoveram melhorias nas estradas, a construção de pontes e pontilhões, a abertura de vias nas zonas rurais, normatizações sobre a organização do perímetro urbano, cobrança de impostos e organização de códigos de postura. Passaram a ocupar-se também de questões até então pouco mencionadas: abastecimento de água potável na vila, recolhimento do lixo e cabungos.

No início da década de 20 do século XX, recorte temporal desse estudo, a cidade de Garibaldi foi representada no livro “*Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*” como “*una bella e civilissima cittadina*”<sup>57</sup>. Através das fotografias presentes no mesmo livro<sup>58</sup>, assim como nos Relatórios dos Intendentes Municipais, para citar alguns exemplos, é possível observar algumas mudanças em torno dos espaços físicos da área central e dos distritos, como também a ampliação de serviços ofertados e o aumento de estabelecimentos comerciais e industriais.

Em 1924, foi criada a lei orgânica de Garibaldi e, em 1927, o código de postura do município, que prescrevia um conjunto de regras visando a organização social. O referido documento estabelecia alguns padrões de conduta moral, de segurança e higiene pública, como também previa normatizações para as casas comerciais, as casas de moradias e o comércio ambulante.

A seguir, compartilho uma fotografia do ano de 1928, sendo possível observar a região central de Garibaldi nesse período. Se destaca, nesse cenário, a Rua Buarque de Macedo (1), nesse momento já calçada, como também o Seminário dos Capuchinhos (2), a nova Igreja Matriz (3) e a presença de diversas casas e prédios de madeira e alvenaria.

<sup>57</sup> Uma bela e civilizada cidade”. (CINQUANTENARIO, 1925, p. 141).

<sup>58</sup> A página 144 traz as fotografias dos distritos de Garibaldi.

Fotografia 7: Vista da Vila de Garibaldi, 1928



Fonte: Acervo de fotos do AHMG – Garibaldi/RS.

Nesse mesmo ano, emerge no contexto social e cultural da cidade a União dos Moços Católicos e o Sport Clube, associações destinadas à diversão do público masculino. A União foi fundada em 1º de abril de 1928, tendo por finalidade propagar a religião católica, trabalhar em prol de obras sociais e desenvolver na sociedade garibaldina a cultura e o esporte. Dentre as atividades mantidas, havia o empréstimo de livros para os associados, como também a organização de festas, teatros, jogos de futebol, de cancha de bolão, de *ping-pong*, de basquete, entre outros<sup>59</sup>.

Vinte dias depois, foi fundado o Sport Clube Conde d’Eu, que mantinha jogos de futebol e basquete<sup>60</sup>. Pelo que foi possível analisar, diferentemente da União dos Moços Católicos, não havia requisitos religiosos para os sócios e, talvez, essa fosse uma das motivações para a instalação da referida associação. Ambas se mantiveram nas próximas décadas e, a elas, seguiram-se outras iniciativas.

Para o público masculino, havia ainda a caça aos marrecos do arroio que cortava a cidade de Garibaldi, denominado de “Marrecão”. De acordo com os indícios localizados no AHMG, durante muito tempo o Arroio Marrecão foi de grande importância para a comunidade local

<sup>59</sup> Estatuto da União dos Moços Católicos de Garibaldi (1943). AHMG.

<sup>60</sup> Fundado em 21 de abril de 1928.

fornecendo água e energia. A moradora Ayres Agostini rememora que o arroio era utilizado para várias tarefas:

Em seu trajeto localizavam-se duas ferrarias: uma da família Accorsi e outra da família Lorenzi, cujos marteletes eram movidos pelo fluxo de suas águas. Outra utilização do arroio era feita pelo moinho de Atílio Lorenzi, cujos mós de pedra trituravam o milho e o trigo para a produção da farinha. Em seu trajeto havia também um gerador de energia. Por tudo isso ocupava na cidade uma posição de destaque. (AGOSTINI, 1999, s/p.)<sup>61</sup>.

Além disso, servia de lazer através da pesca, da caça, dos piqueniques em suas margens e dos banhos nos dias de veraneio. Dona Amália Mosna Ceresoli<sup>62</sup>, relembra que, nos anos iniciais de 1920, havia no espaço do Cine Odeon uma pista de patinação e que, aos domingos, ela e suas amigas iam até o cinema para patinar.

Em relação ao contexto econômico da década de 20 do século XX, comparando o Quadro 4, exposto anteriormente, com a relação comercial e industrial contabilizada no livro *“Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud”*, é possível observar uma ampliação destes serviços de 1916 a 1925, uma vez que surgem no cenário da cidade novas fábricas e casas de comércio<sup>63</sup>. Chama a atenção, nesta relação, a instalação de cinco pousadas, de uma agência da Ford e de mais um cinema local, denotando algumas das necessidades nos anos de 1920. A agricultura continuava em pleno desenvolvimento com destaque para a produção e exportação de uvas e vinhos pelas maiores cantinas da cidade: a Granja Pindorama, fundada pelos Irmãos Maristas em 1911, a Casa Fracalanza, a Antonio Paganelli & Filhos e a Casa Peterlongo que, a partir de 1924, estava sob o comando do filho de Manoel, Armando Peterlongo. Ainda, existiam outras cantinas menores na vila e nos distritos.

Em 1931, um número significativo de produtores rurais se reuniu na sede do Clube Borges de Medeiros, a fim de juntar forças contra as dificuldades enfrentadas no transporte dos produtos coloniais das zonas rurais para a vila por meio de estradas ineficientes e contra a dificuldade de comercialização dos seus produtos, fundando a Cooperativa Agrícola de

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida a Marisa Bortolini, em 1999. A mesma encontra-se anexada no trabalho “Diagnóstico preliminar da qualidade ambiental do Arroio Marrecão – Garibaldi (RS)”. AHMG.

<sup>62</sup> É uma das nove entrevistas que foram realizadas pela Professora Ana Maria Mosca Nichetti com antigos moradores da cidade para a composição do documento “Garibaldi 1900”. Nesse material, os moradores contam fatos particulares sobre suas infâncias e sobre o contexto local no início do século XX (atividades econômicas, espaços de diversão, administrações municipais etc.). As entrevistas foram transcritas em forma de texto e no início de cada uma delas aparece o nome, a idade, o local de nascimento, a filiação e a descendência dos pais de cada um dos entrevistados. São duas folhas avulsas para cada entrevista. Esse material encontra-se disponível no AHMG. Cabe destacar que não aparece a data em que as mesmas foram realizadas.

<sup>63</sup> Na página 143, do livro *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*, publicado em 1925, é possível ver a relação das indústrias e casas comerciais existentes em Garibaldi e que foram contabilizadas no livro.

Garibaldi<sup>64</sup>. Conforme Clemente e Ungaretti (1993, p. 67): “No subsolo da casa de um funcionário, instalaram a primeira cantina, enquanto a Diretoria promovia gestão para a aquisição de um prédio próprio, que seria a sede da organização”.

A foto a seguir apresenta o novo espaço, edificado em 1933<sup>65</sup>.

Fotografia 8: Cooperativa Agrícola de Garibaldi, década de 30 do século XX



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG – Garibaldi/RS.

Posteriormente, a Cooperativa cresceu, ampliou o seu espaço e a produção de vinhos passou de 3.000 hectolitros em 1931 para 100.000 hectolitros em 1949<sup>66</sup>. O acréscimo permitiu a entrada de novos sócios e oferta de emprego para a população local.

Em 1932, foram contabilizadas as seguintes casas comerciais, indústrias e serviços:

<sup>64</sup> No livro de Clemente e Ungaretti (1993) e no site da Cooperativa Vinícola Garibaldi aparecem contabilizados 73 produtores rurais, e no Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, 50 produtores rurais.

<sup>65</sup> Informação fornecida pela Cooperativa Vinícola Garibaldi, antiga Cooperativa Agrícola de Garibaldi.

<sup>66</sup> Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950, p. 368).

Quadro 5: Atividades comerciais, industriais e prestações de serviço de Garibaldi, 1932

<b>Casas comerciais</b>	<b>Indústrias</b>	<b>Serviços</b>
armarinho, bazar e miudezas	1 atafona <sup>67</sup>	9 alfaiatarias
Açougues	2 alambiques (cana e graspa)	barbearias
Botequins	3 curtumes	casas bancárias
casas de negócios	4 engenhos	construção, carpintaria e pintura
Farmácias	2 fábricas de café	cafés
22 ferrarias	1 fábrica de cadeiras coloniais e obras de vime	dentistas
3 padarias e confeitarias	1 fábrica de cerveja	florista
lojas <sup>68</sup>	5 fábricas de chapéu de palha	fotografia
Vidraçaria	1 fábrica de charutos	fundição de sinos
-	2 fábricas de chinelos	3 funilarias
-	2 fábricas de cutelaria	hotéis
-	1 fábrica de erva-mate	marcenaria
-	2 fábricas de escovas e vassouras	2 oficinas de carpintaria
-	1 fábrica de gaitas	1 oficina de canteiro
-	10 fábricas de laticínios	2 oficinas de cutelaria
-	2 fábricas de licores	oficina mecânica
-	1 fábrica de louças	oficina de ourives
-	1 fábrica de máquina para macarrão	1 oficina de relojoeiros
-	1 fábrica de mobílias de vime	-
-	1 fábrica de pólvora	-
-	1 fábrica de sabão	-
-	5 fábricas de salame, presunto e outros produtos suínos	-
-	7 fábricas de vinhos	-
-	18 moinhos	-
-	3 olarias	-
-	3 selarias	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos seguintes documentos: Lei de orçamento do Município de Garibaldi, para o exercício de 1932; e Relação das indústrias do município de Garibaldi (1932). AHMG - Garibaldi/RS.

Chama a atenção, no quadro acima, o desenvolvimento e o crescimento da indústria local que gerava empregos e possibilitava a exportação dos produtos produzidos para a capital e demais municípios do estado gaúcho por meio das estações férreas e das principais estradas. Entre as indústrias, destaca-se o número considerável de fábricas de laticínios, de vinhos e os moinhos que, desde os anos de 1910, existiam em grande quantidade. Também é notável a diversificação de produtos vendidos nas casas de negócios, como: louças, calçados, joias e relógios, armas, munições, camas, fogões, perfumaria, artigos para fotografias, vinhos e demais produtos agrícolas, objetos de escritório e livros escolares, roupas, brinquedos, entre outros<sup>69</sup>.

Infelizmente, não foi possível localizar a quantidade aproximada de todos os serviços e casas comerciais existentes na sede e nos distritos; porém, mesmo assim, optei por apresentar

<sup>67</sup> Conforme o dicionário Aurélio, atafona é um “engenho de moer grão, manual ou tocado por bestas”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/atafona/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>68</sup> Lojas de calçados, chapéus e ferragens. Lei do orçamento do Município de Garibaldi (1932). AHMG.

<sup>69</sup> Esses dados foram extraídos da Lei de orçamento do Município de Garibaldi, para o exercício de 1932, p. 42-44. AHMG.

tais dados localizados por entender que eles demonstram um pouco da organização econômica da cidade nos anos 30 do século XX.

Mesmo com o crescimento da industrialização, o município continuava se mantendo agrícola e, em 1938, na gestão do Prefeito Vicente Dal Bó, foi inaugurado o Campo de Cooperação Municipal, sob o auxílio financeiro da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. O Campo de Cooperação, situado na sede, tinha como finalidade prestar assistência técnica e desenvolver atividades de viticultura, pomicultura e olivicultura para a produção e o fornecimento de mudas, enxertos, bachelos e garfos para os agricultores locais<sup>70</sup>.

Como um último ponto importante referente aos anos de 1930, cabe destacar que, no dia 16 de fevereiro de 1933, foi inaugurada a Sociedade Hospitalar Beneficente São Pedro, primeiro hospital da cidade, que passou a funcionar no prédio que até então abrigara a Casa Canônica, pertencente a Mitra Diocesana de Porto Alegre.

Já em 1934, a sociedade dissolveu-se e a direção do hospital passou às mãos do Frei Caetano, vigário da Paróquia de Garibaldi, dando “nova denominação ao estabelecimento, que passou a chamar-se Hospital Beneficente São Pedro, e iniciou imediatamente uma obra de ampliação do prédio da Casa Canônica”<sup>71</sup>.

O prédio do Hospital se localizava próximo à Prefeitura Municipal, quase em frente a capela dos Padres Capuchinhos, e as melhorias em seu espaço continuaram acontecendo até o ano de 1945, com a criação da maternidade, cozinha, dispensa e capela no andar superior. Segundo o documento Síntese Histórica do Município de Garibaldi, em 1948, o hospital possuía 22 leitos e um aparelho para raio X. Nessa época, era administrado pelos médicos Ruy Fortini e Arrigo D’Arrigo, “estando o serviço de enfermagem a cargo das dedicadas Irmãs de São José”<sup>72</sup>.

A partir da pesquisa realizada, entendo que até a criação do hospital, os atendimentos médicos eram realizados no prédio da Sociedade Italiana e, possivelmente, no consultório de médicos residentes na cidade; sendo que alguns atendiam gratuitamente, pois eram pagos pela prefeitura. A década de 40 do século XX inicia com mais uma conquista na área da saúde pública, sendo que é instalado o primeiro Posto de Higiene. Conforme consta no Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950), o posto realizava um trabalho de educação sanitária, assim como vacinava e medicava a população.

---

<sup>70</sup> Informações encontradas no Termo de contrato de instalação do Campo de Cooperação, em 1938. AHMG.

<sup>71</sup> Estatuto do Hospital Beneficente São Pedro (1945, p. 1). AHMG.

<sup>72</sup> Síntese Histórica do Município de Garibaldi (1948, p. 7). AHMG.



Mesmo com os melhoramentos realizados, havia, ainda, durante os anos iniciais de 1940, valos abertos que cortavam a cidade em diversas direções, servindo de esgoto para as casas, o que ocasionava a propagação de doenças, como a febre tifoide, e também a proliferação de moscas, mosquitos e demais animais nocivos. Em relatório, o Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas escreveu que a prefeitura estava trabalhando na canalização destes valos através da construção de bueiros (GARIBALDI, 1943).

No mesmo documento, há uma imagem da vista central da cidade de Garibaldi em 1942, compartilhada a seguir.

Fotografia 9: Vista central de Garibaldi, 1942



Fonte: GARIBALDI (1943). AHMG – Garibaldi/RS.

Na foto, pode-se observar a antiga Rua Buarque de Macedo (1) que abrigava hotéis, cafés, casas comerciais e algumas das construções mais bonitas do município. Também, o prédio da Sociedade Italiana (2), a Praça 31 de Outubro (3) ao lado da Igreja Matriz (4); próximo a ambas, o prédio da União dos Moços Católicos (5), bem como a capela e o seminário dos Padres Capuchinhos (6). É notável a ampliação e a urbanização da área central da cidade nesse período, bem como a arborização e o calçamento das ruas e uma maior diversificação de casas de alvenaria e prédios. Segundo os dados da prefeitura no ano de 1943, existiam 416 prédios urbanos na cidade. Ampliaram-se, também, os locais de diversão e lazer para a comunidade

garibaldina. Além do cinema, da praça, da pista de patinação, do Arroio Marrecão e das atividades culturais e esportivas desenvolvidas pela União dos Moços Católicos e pelo Sport Clube Conde d'Eu, foram instalados, em Garibaldi, o Grêmio Esportivo de Xadrez<sup>73</sup> e o Grêmio Atlético Guarany (1940)<sup>74</sup>.

Segundo as memórias de Irene Zamboni, “o futebol naquele tempo fazia parte da juventude garibaldense e as torcidas eram animadíssimas, principalmente quando o jogo era contra os times de Bento Gonçalves”<sup>75</sup>. Normalmente, os jogos aconteciam aos domingos e reuniam grande parte da população que participava, prestigiando os times locais. Amália Mosna Ceresoli, ao relembrar a juventude e os momentos de diversão, diz que para assistir ao futebol usavam “a melhor roupa”.

Além destas agremiações, seguiram-se o Clube Recreio 1º de Maio (1943) e o Clube 31 de Outubro (1946)<sup>76</sup>. Tais instituições promoviam bailes e outras atividades culturais para os seus associados. As mesmas, juntamente com o Cine Odeon, eram pontos de encontro e diversão para jovens e famílias da comunidade. No entanto, nem todos os moradores podiam pagar pelas associações, o que de certa forma pode ter “dividido” a sociedade e excluído alguns sujeitos destes eventos.

No ano de 1948 é fundado, em Garibaldi, o Clube Rex Populi, com o auxílio do poder eclesiástico local. Essa sociedade funcionou provisoriamente em um dos salões da sede da União dos Moços Católicos e tinha como finalidade o aperfeiçoamento intelectual, físico e moral dos membros e da sociedade garibaldina<sup>77</sup>. É a partir dessa associação que se instalaria, no ano seguinte, a primeira biblioteca pública de Garibaldi, em um espaço improvisado e cedido pela União. Segundo o Relatório do Clube Rex Populi, a biblioteca popular<sup>78</sup> era a única existente em Garibaldi e sua instalação “beneficiaria a todas as classes da sociedade, não

---

<sup>73</sup> Foram encontrados poucos indícios a respeito, mas ao que tudo indica, teria surgido no início da década de 30 do século XX.

<sup>74</sup> Conforme Clemente e Ungaretti (1993, p. 44, grifo dos autores): “Em 14 de agosto de 1940, nasceu o **Grêmio Atlético Guarany**”.

<sup>75</sup> Entrevista concedida a Professora Ana Maria Mosna Nichetti, sem indicação de data, localizada no AHMG.

<sup>76</sup> Esse clube surgiu com a finalidade de “proporcionar a seus associados distrações agradáveis por meio de reuniões, bailes, conferências, concertos e esportes”. (ESTATUTO DA SOCIEDADE CLUBE 31 DE OUTUBRO, 1946, p. 2). AHMG.

<sup>77</sup> Extrato dos estatutos do Clube Rex Populi (1948). AHMG.

<sup>78</sup> Segundo os indícios localizados no AHMG, a associação e a biblioteca funcionaram por um tempo considerável na sede da União dos Moços Católicos. Em um relatório do ano de 1950, o Presidente do Clube Rex Populi, Padre Frei Euzébio de A. Chaves, descreve as dificuldades enfrentadas, como a falta de livros e a precariedade do espaço e do mobiliário da Biblioteca Popular Rex Populi. Menciona também que a mesma funcionava “todos os dias úteis e principalmente aos domingos, sendo insuficiente o seu número de obras para atender aos seus numerosos leitores, calculados, no ano findo, em 3.512, equivalendo isto precisamente a 292 consulentes mensais”. Relatório da Biblioteca Popular Rex Populi, 19 de abril de 1950. AHMG.

olvidando o operariado numeroso e de modesta possibilidade”<sup>79</sup>. Nesse ano, Garibaldi tinha 21.500 habitantes<sup>80</sup> e também contava com duas associações de classe: o Círculo Operário e a Associação Comercial e Rural<sup>81</sup>.

Na década de 40 do século XX, Garibaldi recebeu outras importantes instalações, a saber: o aeroclube (1945) e a pista de pouso (1949). Segundo relatou em ofício o Prefeito Heitor Mazzini, no ano de 1949, foi organizada “uma grande festa aviatória” para inaugurar o hangar e o campo de aviação municipal, contando com a presença de 10 mil pessoas; entre elas, moradores da cidade e demais autoridades municipais e estaduais<sup>82</sup>. Dentre os presentes, destacava-se o Major Nicomédes Becon, representante do Governo do Estado; o Senador gaúcho Joaquim Pedro Salgado Filho<sup>83</sup> e o jornalista Assis Chateaubriand<sup>84</sup>. Aproveitando a ocasião, foram batizados dois aviões doados pela Campanha Nacional de Aviação. Certamente, no período em questão, ter uma pista de pouso na cidade significava uma importante conquista e sinal de progresso, uma vez que, a partir dela, haveria aula prática de voo do curso de pilotos ministrado pelo aeroclube da cidade.

Na última década desta pesquisa, há um crescimento econômico com a diversificação das casas comerciais, indústrias e serviços ofertados no município, como se pode notar no quadro a seguir, composto por diversos documentos localizados no AHMG:

Quadro 6: Atividades comerciais, industriais e prestações de serviço de Garibaldi/RS

<b>Indústrias e serviços</b>	<b>1941</b>	<b>1942</b>	<b>1944</b>	<b>1948</b>	<b>1949</b>
Açougues	16	16	16	16	14
Cutelaria	1	1	1	2	2
Curtume	1	3	3	3	3
Dentistas <sup>85</sup>	-	7	-	-	-
Ferrarias	3	10	10	10	10
Fábrica de balanças	1	1	1	1	1
Fábrica de barris	2	2	2	2	2
Fábrica de escovas e vassouras	2	2	4	4	4

<sup>79</sup> Relatório do Clube Rex Populi, 30 de dezembro de 1948. AHMG.

<sup>80</sup> Dados para a Revista das Municipalidades (1948). AHMG.

<sup>81</sup> Síntese Histórica do Município de Garibaldi (1948). AHMG.

<sup>82</sup> GARIBALDI. **Ofício nº 310/143/49**, encaminhando ao Cel. Djalma Dias Ribeiro, Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, pelo Prefeito Heitor Mazzini, de 02 de junho de 1949. Versa sobre a inauguração do hangar e do campo de aviação municipal. AHMG.

<sup>83</sup> Político gaúcho, formado em Direito. Exerceu diversos cargos, entre eles, foi chefe da polícia do Distrito Federal, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, deputado federal, Ministro do Superior Tribunal Federal e da Aeronáutica e senador pelo Rio Grande do Sul. Faleceu em 1950, em acidente aéreo.

<sup>84</sup> Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello foi advogado, jornalista, escritor e político brasileiro. Foi um dos grandes nomes da comunicação nacional entre as décadas de 30 a 60 do século XX.

<sup>85</sup> Em 1942, de acordo com o documento Relação nominal dos dentistas estabelecidos no município de Garibaldi, encontrado no AHMG, existiam no município sete dentistas, a saber: Urbano Burger, Luiz Salvagni, Manoel Barrionuevo e João Oscar Haack, estabelecidos na sede; Albino Nicolini no 2º Distrito de Carlos Barbosa; Alcides Krauser e José Luiz Lorscheider no 4º Distrito de Daltro Filho.

Fábrica de cadeiras e móveis de vime	1	6	6	6	6
Fábrica de gelados	1	1	1	1	1
Fábrica de chapéus de palha	2	5	5	7	7
Fábrica de calçados	1	3	3	3	3
Fábrica de cerveja e gasosas	1	2	2	2	2
Fábricas de laticínios	-	6	6	6	6
Fábrica de magnésia	1	1	1	1	1
Fábricas de telhas	-	2	2	2	2
Fábricas de tijolos	-	4	4	4	4
Fábrica de velas	-	1	1	1	1
Fábrica de vinhos	5	6	6	6	6
Fotografia					1
Fundição de sinos	1	1	1	1	1
Funilarias	-	3	3	3	3
Marcenaria, carpintaria e serraria	6	8	10	14	14
Moinho	1	3	4	4	4
Oficina de ferreiro	1	1	1	1	1
Oficina mecânica	2	-	-	-	-
Ourivesarias	-	2	2	-	-
Olarias	-	-	-	3	-
Tipografia	1	1	-	-	-
Torrefação e moagem do café	1	2	2	-	-
<b>Comércio</b>					
	<b>1941</b>	<b>1942</b>	<b>1944</b>	<b>1948</b>	<b>1949</b>
Acessórios	2	-	-	-	-
Agência de automóveis	-	-	-	1	2
Casa de ferragem	2	2	2	2	2
Alfaiataria	1	-	-	8	-
Café e bar	2	2	2	3	3
Farmácia	1	3	3	3	3
Fazenda de secos e molhados/Armazéns	9	-	-	12	36
Hotéis	-	-	-	7 <sup>86</sup>	8
Livraria	1	1	1	1	2
Loja de calçados	1	-	-	2	2
Padaria e confeitaria	2	-	-	3	3
Relojoaria	1	1	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

É preciso considerar certa margem de erro em relação ao respectivo quadro, pois alguns dados não aparecem em todas as fontes consultadas; logo, algumas casas comerciais e indústrias podem ter deixado de existir entre um ano e outro, ou simplesmente não foram contabilizadas. No ano de 1941, exceto a relação dos açougueiros, os demais dados apresentados se referem somente ao comércio e as indústrias estabelecidos nas sedes do 1º e 2º distrito. Mesmo assim, essa organização ajuda a visualizar os locais de trabalho na cidade, os serviços encontrados, bem como os produtos fabricados e exportados.

<sup>86</sup> Foram identificados na área central de Garibaldi, o Hotel Martini, o Hotel do Comércio, o Hotel Brasil e o Hotel Zorzi; em Carlos Barbosa - 2º Distrito existiam o Hotel Bela Vista e o Hotel Brasil; no 4º Distrito – Daltro Filho havia o Hotel Preussler. Dados estatísticos de Garibaldi (1948). AHMG.

Em um dos relatórios de 1943, o Prefeito Olinto ressalta que faltavam indústrias de maior importância no município, sendo que as maiores empresas eram as vinícolas, consideradas as principais fontes de riqueza. Prossegue, dizendo que o município era agrícola e destacando a produção abundante de uvas e de trigo. Em relação ao trabalho do Campo de Cooperação frente a agricultura local, diz que:

O Campo de Cooperação do Município continua a prestar serviços à agricultura, incentivando-a, inteligente e eficazmente, dando assistência técnica aos agricultores, cultivando, selecionando e fazendo a distribuição de sementes de trigo e outros cereais. Realiza também estudos experimentais sobre diversas culturas, sendo que, dispondo de reprodutores especiais, suínos e bovinos, pertencentes ao Estado, procura melhorar as respectivas raças. Permanece sob a direção do competente e esforçado técnico rural, Sr. Genes da Silva Reis, que expõe em seu relatório os trabalhos realizados<sup>87</sup>.

Analisando o contexto econômico da cidade, desde 1900 até o final dos anos de 1940, é possível dizer que o processo de industrialização ocorria de maneira vagarosa e que a grande base econômica era a agricultura, advinda do trabalho do campo com o cultivo e o plantio de uvas e cereais, como também da criação de animais. Porém, eram frequentes as dificuldades enfrentadas pelos colonos para manter a qualidade e a quantidade da produção rural por motivos diversos; entre eles: estiagem, enchentes, ataques de pragas, o que refletia diretamente na economia local. Como forma de incentivar o trabalho no campo e dar apoio aos pequenos produtores rurais, eram organizadas na área central de Garibaldi<sup>88</sup>, bem como nos distritos, diversas cooperativas agrícolas.

Depois dessa contextualização, apresento a seguir, o contexto político de Garibaldi, ao longo do recorte temporal da pesquisa.

### 2.1.1 O contexto político

*Mas, a política que marcha “pari passu” a administração é a sã política, de que falava insigne plumitivo, aquela que, sendo “filha da moral e da razão” orienta-se no sentido da concórdia, do respeito, da ordem e do progresso e não a política de fancaria, a política de facções, a política de violência e ódio que, obliterando a razão e velando a voz da consciência, faz dos homens algozes dos seus próprios irmãos. Maldita seja esta política que longe de servir aos supremos interesses de um povo é o pesadelo desse próprio povo.*

*(Prefeito Vicente Dal Bó, 1937, grifos meus).*

<sup>87</sup> Relatório do exercício de 1942, apresentado ao Exmo. Sr. General Osvaldo Cordeiro de Farias, DD. Interventor Federal, pelo Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas. 1943. p. 19-20. AHMG.

<sup>88</sup> Em 1943 foi instalada, na área central de Garibaldi, a Cooperativa Agrícola Cairú, que produzia trigo e milho. **Correio Riograndense**, Garibaldi, n. 33, p. 2, 25 ago. 1943. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 mai. 2019.

Como já explicitado, o primeiro intendente de Garibaldi foi Jacob Nicolau Ely (1900-1908)<sup>89</sup> e, depois dele, a cidade de Garibaldi foi administrada por outros intendentes, a saber: Júlio Azambuja (1908-1911)<sup>90</sup>, Afonso Aurélio Porto (1911-1917)<sup>91</sup> e Manuel Marques da Silva Acauan (1917-1924)<sup>92</sup>, intendentes de outras localidades do Estado e indicados pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)<sup>93</sup>.

No início da década de 20 do século XX, Jacob Nicolau Ely voltou a assumir a administração municipal de Garibaldi e ficou no cargo por mais cinco anos. Foi em sua segunda administração que foi instalado o Grupo Escolar da Vila de Garibaldi, em 11 de junho de 1926. Entre as principais obras realizadas pelo intendente nesse período, destacaram-se a edificação da nova intendência municipal e a construção de pontes e estradas de rodagem.

Depois de Ely, os próximos prefeitos de Garibaldi foram os abaixo listados:

Quadro 7: Prefeitos de Garibaldi/RS (1924-1951)

Nome	Período administrativo	Naturalidade	Profissão	Partido
Jacob Nicolau Ely	1924-1929	Montenegro	empresário	PRR
Manoel Coelho Parreira	1929-1930	Rio Grande	engenheiro civil	PRR
Abdon de Mello	1930	Encruzilhada do Sul	promotor público	PRR

<sup>89</sup> Jacob era natural de Montenegro/RS, neto de imigrantes alemães, filiado ao Partido Republicano e casado com Vitória Peterlongo com quem teve nove filhos. Em 1911, instalou em Porto Alegre a firma Irmãos Ely, especializada no ramo madeireiro. De acordo com os indícios encontrados, antes de assumir a intendência, Jacob N. Ely foi delegado de polícia, juiz distrital e coronel da Guarda Nacional. Biografia dos Prefeitos (1900-1930). AHMG.

<sup>90</sup> Segundo o material Biografia dos Prefeitos (1900-1930), Júlio Azambuja era advogado e atuou como promotor público, juiz distrital e Diretor da Revista Terra Gaúcha. Também foi major e chefe do Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Foi casado e pai de duas filhas. Em setembro de 1911, renunciou ao cargo de Intendente Municipal de Garibaldi. Até o momento, não foram encontrados os motivos da renúncia. Em 1940, foi nomeado ao cargo de Secretário do Museu Imperial, em Petrópolis/RJ.

<sup>91</sup> Afonso Aurélio Porto era natural de Cachoeira do Sul/RS, foi casado e pai de seis filhos. Trabalhou como Intendente nos municípios de Garibaldi e Montenegro. Devido às muitas atividades que desempenhou, pode ser considerado um intelectual de seu tempo, pois foi jornalista, poeta, escritor e historiador gaúcho. Entre outras obras, publicou, em 1934, o livro “O trabalho alemão no Rio Grande do Sul”. Pertenceu à Academia Rio-Grandense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Faleceu em 1945, na capital Porto Alegre. Biografia dos Prefeitos (1900-1930). AHMG.

<sup>92</sup> Manuel Marques da Silva Acauan nasceu em 22 de novembro de 1881, na cidade de Quaraí/RS e faleceu aos 58 anos de idade em Porto Alegre, no dia 30 de novembro de 1939. Renunciou ao cargo de Intendente de Garibaldi em 1924. Até o momento, não foram encontrados os motivos da renúncia. Biografia dos Prefeitos (1900-1930). AHMG.

<sup>93</sup> O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) foi fundado em 1882, com base na ideologia positivista de Auguste Comte. Conforme assinala Kühn (2004, p. 111, grifos do autor): “O PRR adotou como ideologia o *Positivismo*, mas de maneira não ortodoxa. O positivismo, na sua concepção original, tinha uma visão progressista e conservadora ao mesmo tempo: pregava a aceleração do desenvolvimento industrial, mas sem alterações sociais. No contexto gaúcho, a adaptação das ideias positivistas permitiu que um projeto capitalista fosse implantado, com a realização da modernização econômica, especialmente no setor de transportes, e a ampliação da base política do governo, sendo realizadas alianças com as “classes médias” e com os grupos da região de colonização”. Durante os anos de 1892 a 1930, manteve-se no poder do estado gaúcho. Foram governantes do Rio Grande do Sul nesse período: Fernando Abbott (1892-1893), Júlio de Castilhos (1893-1898), Borges de Medeiros (1898-1908), Carlos Barbosa Gonçalves (1908-1913), Borges de Medeiros (1913-1928) e Getúlio D. Vargas (1928-1930).

José Loureiro da Silva	1930	Porto Alegre	advogado	PRR <sup>94</sup>
Lauro de Moura e Cunha	1930-1931	-	engenheiro	PRR <sup>95</sup>
Davide Sartori	1931-1932	Volpago (Itália)	empresário	PL
Dormelindo de Oliveira	1932-1935	-	tenente	PRL
Vicente Dal Bó	1935-1942	Garibaldi	advogado	PL
Olinto F. de O. Freitas	1942-1945	Porto Alegre	médico dentista	PTB <sup>96</sup>
Rafael Borja da Luz	1945-1946	Porto Alegre	funcionário público	PSD <sup>97</sup>
Olinto F. de O. Freitas	1946	Porto Alegre	médico dentista	PTB
Rafael Borja da Luz	1946	Porto Alegre	funcionário público	PSD
Dante Grossi	1946-1947	Garibaldi	funcionário público	PSD
Heitor Mazzini	1947-1951	Cremona (Itália)	construtor	PSD

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pasta Biografia dos Prefeitos (1900-1930; 1930-1946; 1946-1972). AHMG – Garibaldi/RS.

Manoel Coelho Parreira, Abdon de Mello, José Loureiro da Silva, Lauro de Moura e Cunha, e Davide Sartori governaram Garibaldi por curtos períodos. Segundo o estudo de Valduga (2007, p. 147) “o município da região em que o processo político pós-30 pareceu ser mais complexo foi o de Garibaldi”, fato que pode ser observado no quadro acima, onde se nota as constantes trocas de governo. Inicialmente, disputavam o poder local o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Libertador (PL)<sup>98</sup>.

Em 1928, a eleição municipal foi cancelada em Garibaldi, “por declarar-se a lei eleitoral municipal promulgada em 1924 insubsistente, devido a não atender a requisitos exigidos pelo governo do Estado na forma da lei orgânica municipal”. (VALDUGA, 2007, p. 147). O cancelamento da eleição tirou do poder municipal o intendente eleito, Manoel C. Parreira<sup>99</sup>,

<sup>94</sup> Em 1934, José Loureiro da Silva concorreu a deputado estadual pelo PRL. No entanto, não é possível afirmar a qual partido pertencia antes de 1932, ano em que foi fundado o PRL no Rio Grande do Sul. Acredito que pertencia ao PRR, levando em conta o período de administração. Também não é possível afirmar a qual partido pertencia, no entanto, levando em consideração o período administrativo, acredito que era filiado ao PRR.

<sup>95</sup> Também não é possível afirmar a qual partido pertencia, no entanto, levando em consideração o período administrativo, acredito que era filiado ao PRR.

<sup>96</sup> O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) “era um partido que se apoiava na estrutura sindical organizada pelo governo no pós-1930 e nas massas trabalhadoras”. (KÜHN, 2004, p. 133).

<sup>97</sup> O Partido Social Democrático (PSD) foi formado “pelos políticos tradicionais, de tendência conservadora. Reunia elementos do PRR e do PRL. Surgiu a partir da força das interventorias estaduais e representou uma tentativa de centralizar as forças oligárquicas locais fiéis a Vargas numa estrutura partidária”. (KÜHN, 2004, p. 132-133).

<sup>98</sup> Em 1928, foi criado o Partido Libertador (PL): “A 3 de março, em Bagé, que fora berço do federalismo, nasceu e se constituiu o Partido Libertador”. (FRANCO, 2007, p. 169). Já na eleição de 1928, em Garibaldi, o PL lançou a candidatura de Armando Peterlongo para Intendente, juntamente com o vice Lorenzo Mottin. O conselho seria composto por Davide Sartori, Battista Mottin, Leonel Tedesco, Giovanni Franceschini, Alessandro Piletti e Giovanni P. Carlotto. *Staffetta Riograndense*, Garibaldi, ano XX, n. 2, 23 mai. 1928. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 mai. 2019.

<sup>99</sup> Manoel C. Parreira era natural de Rio Grande/RS e, aos 22 anos, formou-se em Engenharia Civil, na capital Porto Alegre. Estabeleceu-se em Garibaldi em 1918, passando a trabalhar na fiscalização dos ramais da estrada de ferro de Carlos Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves. Casou-se com Arminda, filha de Júlio Lorenzoni, com quem teve três filhos: José, Maria do Carmo e Helena. O sogro, Júlio Lorenzoni, era italiano, porém naturalizou-

líder do PRR local, que administrou a cidade entre 12 de março de 1929 a 11 fevereiro de 1930. Com a saída de Manoel, Abdon de Mello<sup>100</sup> assumiu provisoriamente o governo e conforme assinala Valduga (2007, p. 147), o prefeito reelaborou “a lei eleitoral adequando-a às disposições da lei orgânica do município”, sendo possível marcar a data da próxima eleição<sup>101</sup>. No entanto, Abdon de Mello “abandona o cargo em maio de 1930, sendo substituído por José Loureiro da Silva que define a data de 13 de julho de 1930 para o novo pleito”. (VALDUGA, 2007, p. 147).

José Loureiro da Silva era advogado. Foi intendente em Garibaldi e logo depois em Gravataí/RS (1931-1933). Por ter influências políticas, no período do Estado Novo (1937-1945) foi nomeado prefeito de Porto Alegre, exercendo o mandato durante os anos de 1937 a 1943. Com sua saída, assumiu a prefeitura o engenheiro Lauro de Moura e Cunha. A respeito deste período conturbado em relação à administração municipal, Valduga (2007) lembra que:

Durante este curto espaço de tempo, os atritos entre os partidos vão aumentando: os libertadores denunciavam o abandono dos republicanos locais por Getúlio Vargas, fato comprovado pela anulação das eleições em 1928, sustentando ainda que Vargas desejava um intendente libertador para a administração municipal. Os libertadores apresentavam-se como os regeneradores da política local e não cessavam de atacar o líder republicano Manuel Parreira. Embora um clima de conflito imperasse, os partidos acabaram por entender-se e, por um determinado consenso, o candidato Lauro de Moura e Cunha elegeu-se como intendente, cargo que deveria ocupar até o final de 1933. (VALDUGA, 2007, p. 147).

Lauro governou o município entre setembro de 1930 e maio de 1931, interrompendo o mandato que, a princípio, duraria até o ano de 1933. O mesmo autor assinala que: “libertadores, republicanos e até a própria Igreja Católica saudavam o novo chefe do executivo”. (VALDUGA, 2007, p. 148). Porém, mesmo com o possível apoio da Igreja e com o acordo

---

se brasileiro em 1887 (LUCHESE, 2007). Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense, morava em Bento Gonçalves, era católico, mas também praticava a maçonaria. Foi professor de primeiras letras e editou alguns jornais locais, como o “Bento Gonçalves”. (VALDUGA, 2007). Depois de ser prefeito em Garibaldi, Manoel C. Parreira exerceu diversas funções, entre elas: Diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, professor catedrático na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, por seis anos, Vice-Reitor da Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul. Faleceu aos 83 anos de idade. Biografia dos Prefeitos (1900-1930). AHMG.

<sup>100</sup> Abdon de Mello era natural de Encruzilhada do Sul e, segundo consta no documento “Biografia dos Prefeitos”, seria adepto da maçonaria e político filiado ao Partido Republicano. Fez carreira como Promotor Público e, ao que tudo indica, ficou por pouco tempo em Garibaldi, não sendo possível até o momento localizar maiores informações a respeito de sua vida pessoal e profissional, após deixar a prefeitura local. Biografia dos Prefeitos (1900-1930). AHMG.

<sup>101</sup> Na publicação do dia 30 de abril de 1930 do Jornal *Staffetta Riograndense*, é possível ler na íntegra a nova lei eleitoral do município de Garibaldi. *Staffetta Riograndense*, Garibaldi, n.51, p. 2, 30 abr. 1930. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jun. 2018.



inicial entre os partidos, Lauro de Moura e Cunha não se manteve muito tempo no poder<sup>102</sup>Tal situação lembra os escritos de Revel (1998, p. 31), quando o autor assinala que “os atores coletivos se enfrentam, mas também se aliam ao sabor de possibilidades que são elas mesmas mutáveis”.

Depois de Lauro, foi indicado Davide Sartori<sup>103</sup>, primeiro prefeito emigrado da Itália a assumir a prefeitura local. Era membro da *Società Stella d'Italia* e pertencia ao PL local, sendo presidente do partido desde sua fundação na cidade. Assumiu a administração de Garibaldi em maio de 1931 e permaneceu até 1932.

As disputas entre os representantes do PRR e do PL em Garibaldi refletiam o contexto político vivenciado no Rio Grande do Sul e no Brasil no período em questão. Entre os anos de 1882 a 1930, o governo gaúcho foi comandado por políticos filiados ao PRR, entre eles: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Carlos Barbosa Gonçalves e Getúlio Dornelles Vargas. Tais governantes indicavam nomes de políticos ligados ao PRR para assumir a administração dos municípios gaúchos, uma vez que “os intendentess eram aliados e representantes dos governadores e do partido que os mantinha no poder (PRR)”. (LUCHESE, 2007, p. 140).

Em 1929, momento em que se intensificaram as disputas políticas em Garibaldi, Getúlio Vargas estava à frente do governo gaúcho, perdurando no cargo até o final de 1930, quando se afastou para assumir o Governo Provisório, após o golpe de estado motivado pela Revolução de 30<sup>104</sup>. Com a saída de Vargas do governo, assumiu o Estado o Interventor Federal José Flores da Cunha, político ligado ao Partido Republicano Liberal (PRL)<sup>105</sup> e que se manteve no cargo até o ano de 1937.

Como o período administrativo de Garibaldi foi conturbado, entre os anos de 1929 a 1932 não se observa a realização de grandes obras para a comunidade local; destacam-se, apenas, alguns melhoramentos em estradas e pontes, como também a extensão da linha

---

<sup>102</sup> Logo que deixou a prefeitura em Garibaldi, tornou-se prefeito na cidade de São José do Norte/RS.

<sup>103</sup> Davide nasceu em Volpago (Itália), imigrou com sua família para o Brasil ainda pequeno e se estabeleceu na antiga Colônia Conde D'Eu, no final do século XIX. Como a maioria dos imigrantes, inicialmente vivia da agricultura. Depois, com o passar do tempo, montou um curtume e uma selaria no município. Davide Sartori era casado com Emília Matielli e pai de treze filhos. Biografia dos Prefeitos (1930-1946). AHMG.

<sup>104</sup> “Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em: 07 abr. 2019.

<sup>105</sup> Fundado em 1932, pelo Interventor José Flores da Cunha, sendo composto por ex-integrantes do PL e do PRR. Conforme Kühn (2004, p. 125-126): “Esse partido tinha um programa reformista que visava desenvolver economicamente o Rio Grande do Sul, integrando-o no mercado nacional”.

telefônica e da rede elétrica. Melhorias que se estendem para os anos seguintes, quando a cidade esteve sob o comando do Tenente Dormelindo de Oliveira, (1932-1935)<sup>106</sup>, possivelmente indicado pelo General Flores da Cunha<sup>107</sup>.

Cabe ressaltar que, em 1933, é fechado o Clube Político Borges de Medeiros, uma vez que os sócios “por se terem, em sua totalidade, filiado ao Partido Republicano Liberal, resolveram a dissolução do mesmo clube”<sup>108</sup>. Um ano depois é criado, em Garibaldi, o Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha, tendo como um de seus fundadores o Tenente Dormelindo. Entre os sócios, chama atenção o Padre José de Bento Gonçalves; o Padre Caetano, Vigário da Paróquia de Garibaldi e diretor do Hospital Beneficente São Pedro; como também o Irmão Marista José Sion, figuras importantes no cenário religioso local<sup>109</sup>.

O Relatório de 1935, referente ao período administrativo do citado Prefeito, apresenta as principais obras realizadas em seu governo e, entre elas, destaco as mais significativas: a construção de quatro tanques e 350 metros de encanamento para o fornecimento de água potável à população do 2º Distrito, como também a construção de calçadas neste lugar; além da abertura de novas ruas na sede e nos demais distritos.

O próximo prefeito eleito pelo voto popular para administrar o município em 1935 foi Vicente Dal Bó<sup>110</sup>, natural de Garibaldi. Dois anos após assumir a administração do município, Vicente Dal Bó escreveu um relatório endereçado ao público garibaldino colocando a população a par da situação econômica do município, assim como das intenções de seu governo. Veja-se a seguir:

Venho falar da situação financeira do Município. Não fiz sequer uma referência a política. Sendo homem de partido, portanto homem de compromissos políticos, acima de injunções, acima dos partidos, atendendo sem distinções e sem prevenções. Bem sei que assim procedendo nada mais faço do que seguir à risca os deveres inerentes ao meu cargo. Verdadeira e sábia política do administrador consistente, como ainda há pouco declarava um pensador emérito. [...] Mas, a política que marcha “*pari passu*” a administração é a sã política, de que falava *insigne plumitivo*, aquela que, sendo “filha da moral e da razão” orienta-se no sentido da concórdia, do respeito, da ordem e do progresso e não a política de fancaria, a política de facções, a política de violência e ódio que, obliterando a razão e velando a voz da consciência, faz dos homens algozes dos seus próprios irmãos. Maldita seja esta política que longe de servir aos supremos interesses de um povo é o pesadelo desse próprio povo<sup>111</sup>.

<sup>106</sup> A respeito do Tenente, até o momento, não foram encontradas maiores informações.

<sup>107</sup> José Flores da Cunha foi interventor do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1930 a 1937.

<sup>108</sup> Edital de dissolução do Clube Político Borges De Medeiros (1933). AHMG.

<sup>109</sup> Estatuto do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha, aprovado em 1º de junho de 1934. AHMG.

<sup>110</sup> Vicente Dal Bó era filho de uma família simples da comunidade local. Antes de ser prefeito, ficou conhecido na cidade por fundar o Tiro de Guerra 395, como também por divulgar as ideias do Partido Libertador na localidade e Região. Foi casado com Amélia Spada, com quem teve seis filhos. Biografia dos Prefeitos (1930-1946). AHMG.

<sup>111</sup> Relatório apresentado pelo Prefeito de Garibaldi Vicente Dal Bó, em 1937. [s. p.]. AHMG.

A partir do relato, o prefeito se comprometeu a governar para todos, sem diferenciação entre as opções políticas existentes na cidade, como também fez uma crítica à política conservadora e arbitrária do PRR no governo estadual e municipal ao longo dos anos anteriores. No mesmo documento, mencionou a difícil situação financeira da prefeitura entre 1935 a 1937, apontando a realização apenas de serviços considerados essenciais, como a conservação de estradas. Para reorganizar as finanças, o Prefeito mencionou o reajuste de impostos locais e a diminuição do número de funcionários, extinguindo os cargos de contador, de inspetores municipais e de fiscal. Ainda, apresentou as obras que seriam realizadas nos próximos anos de sua gestão: a construção de uma nova cadeia, a remodelação da praça da área central da cidade e o abastecimento de água para os moradores da sede e dos três distritos, que pelo visto, continuava sendo insuficiente.

Vicente Dal Bó governou o município por dois mandatos consecutivos, deixando a prefeitura em 1942. Entre as concretizações de sua gestão, destaca-se: a extensão da rede elétrica ligando Garibaldi ao Município de Bento Gonçalves, a edificação de um novo prédio para abrigar a delegacia de polícia, o quartel e a cadeia, a construção de um reservatório de água com capacidade de 50 mil litros para abastecimento de água em Carlos Barbosa, melhoramentos urbanos na Vila e nos distritos (instalação de bueiros, abertura e manutenção de estradas, construção de calçadas), como também a instalação do Campo de Cooperação em 1938, fruto do Programa do Departamento Agrícola Municipal criado em sua gestão, com o intuito de fomentar e racionalizar a agricultura do município<sup>112</sup>.

Vicente Dal Bó também foi um prefeito preocupado com os aspectos educacionais de Garibaldi e, no ano de 1939, instituiu a obrigatoriedade do ensino primário, para todas as crianças em idade escolar no município, sendo o primeiro prefeito do Brasil a realizar tal feito<sup>113</sup>. Ainda, atuou em prol de melhoramentos para o Grupo Escolar Carlos Gomes, localizado na sede, como solicitou a construção de outros três grupos escolares instalados nos respectivos distritos do município.

A partir da análise do Ato nº 7, que tornou obrigatório o ensino municipal em Garibaldi, como dos Relatórios produzidos pelo Prefeito em 1937 e 1941, para citar alguns exemplos, se pode dizer que Vicente Dal Bó esteve preocupado também com as questões referentes à

---

<sup>112</sup> Síntese do Relatório do exercício de 1940 enviado ao Exmo. Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Vicente Dal Bó, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1941. AHMG.

<sup>113</sup> GARIBALDI. **Ato nº 7, de 12 de abril de 1939**. Altera o regulamento do ensino municipal, tornando efetiva a obrigatoriedade do ensino, e estabelece outras determinações. Garibaldi, 12 abr. 1939.

nacionalização do ensino, obrigando os colonos a matricularem os seus filhos em escolas nacionais e incentivando a disseminação da cultura brasileira. Nas palavras do Prefeito:

Esta Administração está cônica de ter cumprido o seu dever, incrementando o Ensino, lapidando o caráter de sua mocidade e formando uma nova e flôrea geração, capaz de “pari passu”, acompanhar alvissareira o gigantesco progresso do Estado Nacional, em favor das sagradas instituições da Pátria<sup>114</sup>.

Em 1942, com a saída de Dal Bó da prefeitura, assumiu a administração municipal o Prefeito Olinto F. de O. Freitas<sup>115</sup>, indicado pelo Interventor Federal Ernesto Dornelles (1943-1945)<sup>116</sup>, perdurando no cargo até o ano de 1945, ano em que o Interventor também deixou o governo estadual.

Na década de 40 do século XX, as finanças municipais estavam parcialmente controladas e a prefeitura vivia tempos melhores. O Prefeito Olinto empreendeu alguns melhoramentos urbanos em 1943, como o prolongamento da rede elétrica, a reforma do prédio da usina municipal, a reconstrução da rede telefônica para o 3º e 4º distritos, o aumento da iluminação pública na sede do 4º distrito, incluindo 8 lâmpadas para o Grupo Escolar Daltro Filho e o ajardinamento da praça da área central de Garibaldi, como também a instalação de brinquedos para as crianças (escorregadores, gangorras, balanços)<sup>117</sup>.

No ano seguinte, descreveu que a cidade apresentava “um aspecto agradável, sob o ponto de vista higiênico, permanecendo as ruas limpas e conservadas”. (GARIBALDI, 1944, p. 6). Pelo que consta no Relatório de 1944, foram apenas mantidos os serviços essenciais de limpeza e conservação de ruas e espaços públicos. Destaca-se o aumento do fornecimento de água potável para a população residente na sede do 4º Distrito.

---

<sup>114</sup> Síntese do Relatório do exercício de 1940 enviado ao Exmo. Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Vicente Dal Bó, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1941. p. 23. AHMG.

<sup>115</sup> Olinto F. de O. Freitas era natural de Porto Alegre/RS e formado em odontologia pela Faculdade de Medicina da capital. Em 1915, foi indicado ao cargo de Juiz Distrital do Município de Bento Gonçalves e mais tarde, Promotor Público naquele local. Depois destes cargos, foi intendente em Bento e, em 1932, prefeito da mesma cidade. (LUCHESE, 2007).

<sup>116</sup> Instalou-se no Brasil, a partir de novembro de 1937, um Estado autoritário comandado por Getúlio Vargas e apoiado pelo Exército. Uma das medidas iniciais do novo regime foi a extinção de todos os partidos políticos. As eleições, em todos os níveis, foram suprimidas por decreto. Todos os governadores de estados e os prefeitos municipais foram destituídos e substituídos por pessoas de confiança, nomeados pessoalmente pelo presidente da República e denominados de “interventores”. No Rio Grande do Sul, exerceram esses cargos principalmente autoridades militares, como o coronel Daltro Filho (19.11.1937 – 19.01.1938), o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias (1938 a 1943) e o coronel Ernesto Dornelles (1943 a 1945), primo do presidente Getúlio Vargas”. (KÜHN, 2004, p. 129, grifo do autor).

<sup>117</sup> Relatório do exercício de 1943, apresentado ao Exmo. Sr. Tem. Cel. Ernesto Dornelles, D. D. Interventor Federal, pelo Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas. Garibaldi, 1944. AHMG.

Entre novembro de 1945 e fevereiro de 1946, assumiu o governo local o funcionário público Rafael Borja da Luz, natural de Porto Alegre/RS. Em nota, o *Jornal Correio Riograndense* publicou no dia 28 de novembro de 1945, o seguinte:

#### **Garibaldi**

Novo prefeito

Por geral determinação superior, foram nomeados novos prefeitos para quase todas as comunas do Estado. Após vários anos de administração proba e honesta, foi exonerado, a pedido, do cargo de prefeito deste município o dr. Olinto F. de Oliveira Freitas. Aos 17 deste mês, o exmo. Sr. Desembargador Samuel de Figueiredo Silva, Interventor Federal do Estado, nomeou prefeito municipal neste município, em comissão, o dr. Rafael Borja da Luz, que tomou posse do cargo aos 21 do corrente. O novo edil nasceu em Porto Alegre no ano de 1900, filho do falecido dr. Erico Ribeiro da Luz, que foi juiz municipal nesta cidade, de 1913 a 1915. Estudou no Colégio Santo Antônio local e cursou a Escola Superior do Comércio na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Exerce o cargo de oficial administrativo da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e desempenhava as funções de Diretor interino da Contabilidade da mesma Secretaria, sendo também membro da Comissão de Orçamento do Estado. Ao novo prefeito e ao demissionário, nossos respeitosos cumprimentos<sup>118</sup>.

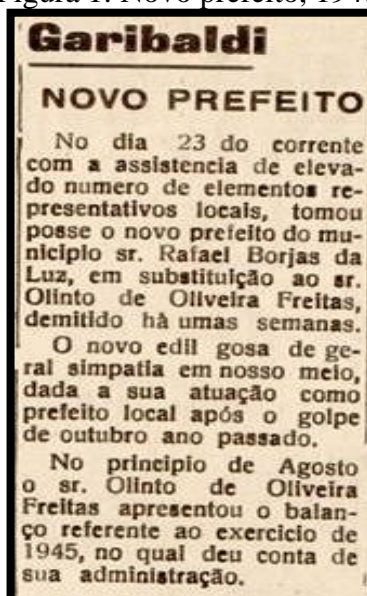
Conforme o jornal, nesse período, novos prefeitos foram nomeados para as cidades do Estado. Assim, Garibaldi ficou sob administração de Rafael Borja da Luz, funcionário estadual e ex-morador da localidade. No início de 1946, o prefeito pediu afastamento de suas funções para realizar um tratamento de saúde na capital, situação que exigiu a escolha de um novo prefeito. Olinto F. de O. Freitas foi indicado, reassumindo o governo da comuna. O prefeito ficou no cargo até agosto de 1946, quando foi novamente afastado.

Como no ano anterior, o jornal local se manifestou e publicou a seguinte nota:

---

<sup>118</sup> *Correio Riograndense*, Garibaldi, n. 41, p. 2, 28 nov. 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 mai. 2019.

Figura 1: Novo prefeito, 1946



Fonte: Correio Riograndense. Hemeroteca Digital<sup>119</sup>.

No entanto, no mesmo ano, Rafael Borja da Luz foi afastado da prefeitura e quem a assumiu foi Dante Grossi, prefeito nascido em Garibaldi<sup>120</sup>. Dante também ficou pouco tempo no governo<sup>121</sup>, sendo substituído em meados de 1947 pelo italiano Heitor Mazzini<sup>122</sup>, que cumpriu seu mandato até 1951. Heitor é o último prefeito do período contemplado nesta tese. Entre as principais obras realizadas por Mazzini, destaca-se a ampliação da rede elétrica, a construção de novos edifícios escolares, a instalação de grupos escolares municipais, melhoramentos urbanos e a criação do 5º Distrito – Arco Verde<sup>123</sup>.

No campo político, a cidade de Garibaldi vivenciou a hegemonia e o declínio do Partido Republicano Rio-Grandense. Durante anos, foi administrada por representantes oriundos de outras cidades e que não tinham ascendência italiana.

Com a chegada dos anos de 1930 e, em especial, a partir da Revolução que, segundo Valduga (2007, p. 143), foi “um marco de transformações e recomposições das forças políticas nacionais e regionais, reorganizando as oligarquias e permitindo a ascensão de elementos que

<sup>119</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, n. 34, p. 3, 28 ago. 1946. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 mai. 2019.

<sup>120</sup> Em 1927, casou-se com Victoria Carlotto, com quem teve o filho Darcy Hércules Grossi. Foi funcionário público por 35 anos em Garibaldi. Retornou à prefeitura na década de 50 do século XX, cumprindo o mandato administrativo referente ao período de 1951 a 1955. Biografia dos Prefeitos (1946-1972). AHMG.

<sup>121</sup> Até o momento, não foi possível localizar o motivo da saída de Dante Grossi da prefeitura.

<sup>122</sup> Heitor Mazzini nasceu na comuna de Cremona, no ano de 1893. Aos 21 anos de idade, imigrou com sua família para o Brasil. Em Garibaldi, reencontrou seu tio Agostinho Mazzini, que havia partido da Itália muito tempo antes. Em 1919, casou-se com sua prima, Adelina Mazzini, com quem teve cinco filhos. Heitor trabalhava como construtor e participava da *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Stella d'Italia*. Biografia dos prefeitos (1946-1972). AHMG.

<sup>123</sup> Biografia dos prefeitos (1946-1972). AHMG.

há muito almejavam participação mais efetiva na política nacional”, surgiram, no cenário local, novos partidos políticos e assumiram a prefeitura alguns governantes nascidos na localidade ou de origem italiana, com destaque para o garibaldino Vicente Dal Bó<sup>124</sup>, que se manteve na administração municipal por dois mandados consecutivos, deixando a prefeitura em 1942, quando o então Interventor Ernesto Dornelles indicou um intendente de sua confiança para assumir a cidade.

Possivelmente, a rotatividade de intendentes nos anos 30 e 40 do século XX afetou o crescimento da cidade e a continuidade dos investimentos em torno de melhorias para a população que, como visto anteriormente, carecia de energia elétrica, água potável, estradas, serviços de higiene pública e saúde.

Há, ainda, em todo esse contexto político, as influências e as interferências da Igreja Católica, que apoiava ou atacava os representantes políticos locais de acordo com os seus interesses, em especial, a partir das publicações do jornal *Staffetta Riograndense*, mantido pelos Padres Capuchinhos (VALDUGA, 2007).

### 2.1.2 A formação e o desenvolvimento dos distritos

*I distretti di Floriano Peixoto e Ypiranga sono due centri importante di produzione agricola; ma anche le industrie sono egregiamente rappresentate dal 1° e 3° Distretti.*

*(Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, 1925, p. 144)<sup>125</sup>.*

Quando Garibaldi foi emancipada, em 1900, contava com a sede (1º distrito) que era o centro administrativo e urbano, mas também com o 2º distrito, denominado de São Lourenço de Villas Boas, que mantinha a sua subintendência. Além dos núcleos principais, tanto a sede<sup>126</sup>

<sup>124</sup> Vicente Dal Bó foi eleito pela primeira vez em 1935. Em sua pesquisa, Valduga (2007) assinala que, nesse mesmo ano, as cidades de Caxias, Bento Gonçalves e Farroupilha elegeram imigrantes ou descendentes para administrar as cidades, “alguns, inclusive, permanecendo em seus cargos mesmo após o Estado Novo em 1937, como é o caso de Caxias do Sul, Garibaldi e até certo ponto Veranópolis”. (VALDUGA, 2007, p. 149).

<sup>125</sup> “Os distritos de Floriano Peixoto e Ipiranga são dois centros importantes de produção agrícola, mas as indústrias também são muito bem representadas pelo 1º e 3º distritos”. (CINQUENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL, 1925, p. 144).

<sup>126</sup> Também em 1902, o 2º distrito abrigava uma parte das Linhas Boa Vista, Azevedo Castro e Figueira de Mello, bem como mantinha a Linha Maria de Carvalho. Livro de Atas da Intendência Municipal de Garibaldi (1900-1902). AHMG.

quanto São Lourenço de Villas Boas<sup>127</sup> mantinham diversas comunidades rurais<sup>128</sup>, sendo que algumas, ao longo dos anos seguintes, progrediram e conquistaram a condição de distritos. A primeira comunidade a conquistar esse feito foi o lote nº 35 da Linha Estrada Geral<sup>129</sup>.

Em 1908, como já explicitado, foi instalada, nesse lote, a primeira estação férrea da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, identificada como Estação de Santa Luíza<sup>130</sup>. Nesse período, o lote já tinha capela<sup>131</sup>, cemitério e algumas casas comerciais e de moradia. Ao que tudo indica, era um dos lotes mais desenvolvidos sendo, também, um dos mais próximos à sede. Penso que a organização da comunidade que se formou no lote e em seu entorno, aliada à sua favorável posição geográfica<sup>132</sup>, foram fatores que contribuíram para que a estação fosse construída nessa localidade.

De fato, a chegada do trem trouxe crescimento, movimentando o comércio, a indústria e o turismo. Ainda, possibilitou um aumento populacional e empregatício, uma vez que, desde os anos iniciais de sua construção, a comunidade Trinta e Cinco começou a receber engenheiros, empreiteiros e trabalhadores braçais que vinham de outros lugares. Conforme assinala Migot (2008 p. 150), “ao longo da estrada em construção, formaram-se quatro grupos: o grupo dos engenheiros e empreiteiros, dos colonos e imigrantes, dos catarinenses e dos castelhanos”.

As modificações no contexto da comunidade chamaram a atenção das autoridades municipais, fazendo com que, no dia 25 de janeiro de 1910<sup>133</sup>, o Intendente Júlio Azambuja

<sup>127</sup> Também em 1902, o 2º distrito abrigava uma parte das Linhas Boa Vista, Azevedo Castro e Figueira de Mello, bem como mantinha a Linha Maria de Carvalho. Livro de Atas da Intendência Municipal de Garibaldi (1900-1902). AHMG.

<sup>128</sup> As comunidades rurais foram organizadas a partir de lotes de terras distribuídos pelo governo. Conforme o livro de Atas da Intendência Municipal de Garibaldi<sup>128</sup>, em 1902, o 1º distrito era dividido em 36 linhas ou seções e o 2º distrito em 15. Cada uma dessas linhas, compostas por um conjunto de lotes de terra, e cada um destes lotes abrigava uma ou mais famílias de imigrantes.

<sup>129</sup> Conforme a pesquisa realizada por Migot (2008), esse lote media 503.200 metros quadrados.

<sup>130</sup> Segundo Migot (2008, p. 152) o nome era uma homenagem do empreiteiro Faustino Gomes para sua namorada, a Prof.<sup>a</sup> Luíza Debauprès: “A nova estação deveria ter sido denominada Trinta e Cinco, mas, como já foi esclarecido, o Eng.º Faustino Gomes, querendo homenagear sua namorada, determinou que se escrevesse, na fachada do prédio, Santa Luíza, mudando, pouco democraticamente, o nome da localidade”. Conforme o mesmo autor: Faustino Gomes “era espanhol e empreiteiro da Companhia Belga *Auxiliaire*, construtora da estrada de ferro Montenegro-Caxias”. (MIGOT, 2008, p. 98).

<sup>131</sup> Em relação à construção das primeiras capelas na região, Luchese (2007, p. 91) lembra que: “Famílias de uma linha ou travessão uniam-se para, em trabalho coletivo, empreenderem a edificação da capela em madeira, pedra ou tijolos artesanais, conforme as condições do grupo. Escolhiam um padroeiro e, com o tempo, ocupavam-se na construção do altar, dos bancos, do campanário, com a aquisição dos sinos”.

<sup>132</sup> A comunidade ficava próxima ao município de Montenegro, que já tinha estação férrea. De fato, essa proximidade facilitou a ampliação da estrada de ferro de Montenegro até Garibaldi.

<sup>133</sup> “Júlio Azambuja, Intendente Municipal de Garibaldi, no uso de suas atribuições e considerando que o então pequeno povoado nº 35 da estrada Buarque de Macedo tem se desenvolvido notavelmente com a localização da Estação Férrea de Santa Luíza, resolve denominar essa povoação de Carlos Barbosa, prestando, por essa forma, uma homenagem a esse benemérito servidor do Rio Grande do Sul, no dia do 2º aniversário de seu fecundo governo.”. (ATO Nº 74, DE 25 DE JANEIRO DE 1910). AHMG.



trocasse o nome do povoado para Carlos Barbosa e, no dia 06 de agosto do mesmo, o elevasse à categoria de 3º distrito de Garibaldi, conforme se lê abaixo:

[...] Considerando, que dessa zona faz parte integrante o importante centro comercial Carlos Barbosa, onde está situada a única estação férrea deste Município e por onde escoam os produtos de vários outros, o que lhe faz ter uma população flutuante numerosa e lhe dá um movimento extraordinário de entradas e saídas, como atesta o seu rápido desenvolvimento, resolve: Art. 1º - Cria o 3º Distrito deste Município, com a seguinte área territorial, que lhe servirá ao mesmo tempo, de divisas: Estrada Geral Buarque de Macedo, Velha e Nova, 1ª seção, do nº 1 ao 46, e sobras, e terras particulares dessa mesma estrada, do nº 28 até as divisas com Montenegro, ao sul e leste, colônias, sobras e terras particulares da Linha Boa Vista e colônias da Linha Azevedo Castro, umas e outras que faziam parte do 1º distrito, até as suas divisas com o 2º; colônias da Linha Vitória, do nº 4 à colônia terminal; Art. 2º - É fixada a sede do 3º Distrito, na povoação Carlos Barbosa, cuja área fica compreendida entre as colônias de nº 35 e 39 da Estrada Geral Buarque de Macedo, limitando-se a leste com a estrada velha e tendo para oeste 250 metros de fundo. [...].<sup>134</sup>

A transcrição acima fortalece a importância do trem para a localidade, apresenta a nova e ampla delimitação do distrito bem como aponta a área central do mesmo, compreendida entre os lotes de nº 35 ao 39. É entre esses lotes que foi instalada a subintendência de Carlos Barbosa, o primeiro hotel, a primeira casa de saúde e o Grupo Escolar de Carlos Barbosa em 1935, entre outras instituições e moradias nas próximas décadas do século XX. Segundo consta no Relatório do Intendente Affonso Aurélio Porto, em 1913, Carlos Barbosa tinha uma população de 3.292 habitantes, sendo que 521 moravam na área central do distrito.

A fotografia a seguir apresenta uma parte do cenário de Carlos Barbosa<sup>135</sup> nos seus primeiros anos como distrito. É uma das imagens mais antigas encontradas até o momento. Nela, é possível identificar o primeiro prédio da estação férrea edificado em madeira (1) e, ao fundo, a antiga Capela Mãe de Deus (2), erigida em 1883.

<sup>134</sup> Ato nº 77, de 6 de agosto de 1910. Esse documento foi extraído da obra de Migot (2008, p. 184) e, segundo o autor, encontra-se depositado no AHMG.

<sup>135</sup> A imagem foi localizada no livro de Migot (2008). Na obra, não aparece a data da fotografia mas, pelo cenário, acredito seja do início da década de 10 do século XX. O autor Aldo Francisco Migo, menciona que essa foto pertence a Ezelindo Migotto, porém, não dá maiores informações.

Fotografia 10: Carlos Barbosa, início da década de 10 do século XX



Fonte: Migot (2008, p. 107).

Em 1925, ano do *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*, o distrito de Carlos Barbosa continuava em pleno desenvolvimento. Tinha agências bancárias<sup>136</sup>, correio, empresas que produziam magnésia, laticínios<sup>137</sup>, cerveja, banha, sabão, vinhos, artefatos de madeira, vime e palha, entre outros; bem como várias casas comerciais e um posto policial. Tiveram início as atividades no Hotel Vitória (1910), no Hotel Familiar (1911) e na Ferraria Valentim Tramontina (1911). Foi edificada uma nova igreja de alvenaria<sup>138</sup> e foram criados o Sport Clube Serrano (1913), o Tiro de Guerra n° 395 (1917), a Casa de Saúde do Dr. Moureau (1910), a Escola Santa Rosa, pelas Irmãs de São José de Moûtiers (1920), a farmácia Casa Francisco D'Arrigo (1920)<sup>139</sup> e o Bordini Hotel (1924).

<sup>136</sup> Conforme a pesquisa de Migot (2008), foram instaladas três agências bancárias em Carlos Barbosa: Banco do Comércio de Porto Alegre (1911), Banco Pelotense (1912) e Banco da Província (1912). Porém, até o momento, não foi possível saber até que ano elas funcionaram.

<sup>137</sup> Entre essas empresas, destaca-se a fundação da Cooperativa de Laticínios União Colonial Ltda, em 1912, atual Cooperativa Santa Clara Ltda (MIGOT, 2008).

<sup>138</sup> “Sobre a primitiva capela e parte do cemitério anexo, nos anos de 1915/1916, foi construída uma nova capela de alvenaria, mais ampla, com arte, e conhecida como igreja dos trilhos, porque edificada a poucos metros dos trilhos da estrada de ferro e da Estação Ferroviária”. (MIGOT, 2008, p. 107).

<sup>139</sup> Segundo Migot (2008, p. 178), nessa farmácia não se “comercializava remédios, apenas. Nela eram feitos muitos procedimentos médicos, inclusive pequenas cirurgias praticadas por médicos convidados”.

Nesse mesmo ano, houve uma reorganização distrital e Carlos Barbosa passou a ser o 2º distrito de Garibaldi, pela importância econômica e proximidade com a sede. Com essa mudança, Floriano Peixoto passou a ser o 3º distrito.

Floriano Peixoto era o antigo distrito de São Lourenço de Villas Boas que, em 1910, teve sua nomenclatura trocada para prestar uma homenagem ao Presidente do Brasil, Floriano Peixoto (1891-1894). Em 1913, a população do distrito era composta por 5.882 habitantes, sendo apenas 213 moradores estabelecidos na sede do mesmo e, os demais, nas áreas coloniais<sup>140</sup>.

Como traz a epígrafe de abertura deste subcapítulo, a economia do distrito de Floriano Peixoto girava em torno da *produzione agrícola*, desde os seus primeiros anos. No entanto, teve um crescimento pouco significativo se comparado com Carlos Barbosa que, como já mencionado, recebeu a estação férrea. Entre 1900 e 1925, existiam, no distrito, alguns moinhos, serrarias, ferrarias, açougues e uma agência do Banco Nacional do Comércio. Também, foram organizadas empresas que se dedicavam à produção de cerveja e artefatos de couro, bem como foram abertas diversas casas comerciais (POSSAMAI, 2006). Tinha correio, Tiro de Guerra, igreja e um pequeno cemitério.

No livro “História do Município de Coronel Pilar”, Possamai destaca a existência de um restaurante, a partir de 1900, que servia almoço e jantar para tropeiros que passavam pela região, como também cita a existência das pousadas de Lourenço Veronese e de Alexandre Galvagni (POSSAMAI, 2006).

Em 1919, houve a instalação do 4º distrito, Ipiranga<sup>141</sup>, dividindo o território que, anteriormente, pertencia ao 3º Distrito Floriano Peixoto. O último distrito emergiu a partir de um dos lotes da Linha Azevedo Castro<sup>142</sup> denominado de São João de Azevedo Castro, devido ao desenvolvimento agrícola, comercial e populacional do mesmo; bem como pelas solicitações da comunidade que ficava distante da área central de Garibaldi e necessitava de alguns serviços básicos, como policiamento e registros civis.

A sede do distrito ficou compreendida entre os lotes de nº 88 a 91, sendo que um destes lotes recebeu, em 1891, a primeira capela da comunidade, tendo como padroeiro São João Batista. Em 1950, o Jornal *Correio Riograndense* relembrou a história do 4º Distrito e

---

<sup>140</sup> Informações extraídas do Relatório do Intendente Municipal Affonso Aurélio Porto (1913). AHMG.

<sup>141</sup> Criado em 19 de agosto de 1919, por Ato nº 38. Dados estatísticos de Garibaldi (1932). AHMG.

<sup>142</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/imigrante/historico>. Acesso em: 27 abr. 2019.

citou que esse local começou a ser povoado por imigrantes alemães, a partir de 1880<sup>143</sup>.

Veja-se abaixo:

Foi mais ou menos no ano de 1880 que os primeiros colonos alemães entraram na colônia Conde d'Eu, hoje Garibaldi. A pequena povoação, que passou pelos nomes de Ipiranga e Daltro Filho, pertencia primeiramente à paróquia dos Padres Capuchinhos que apesar de toda a boa vontade não podia cuidar desta zona por não entenderem o idioma alemão. Procurou-se então um Padre de Estrela cujo vigário recebeu a nomeação de Administrador da Capela de São João Batista nos terrenos de Azevedo Castro<sup>144</sup>.

Se sabe, até o presente momento, que no período em que foi elevado à condição de distrito, existia uma agência do Banco Pelotense e uma agência do Banco Nacional do Comércio; como também um posto policial, correio, indústrias e algumas casas comerciais e de prestação de serviços.

Para uma melhor organização, os distritos mantinham suas subintendências com administradores que eram indicados pelos intendentess de Garibaldi. Abaixo, apresento um quadro com os subintendentes de cada localidade, levando em consideração o período administrativo do município<sup>145</sup>, que refletiu em mudanças também nas gestões das subintendências, especialmente na de Carlos Barbosa, considerada a 2ª mais importante.

Quadro 8: Subintendentes dos distritos de Garibaldi/RS (1925-1951)

<b>Período Administrativo</b>	<b>2º Distrito - Carlos Barbosa</b>	<b>3º Distrito – Floriano Peixoto (Cel. Pilar)</b>	<b>4º Distrito – Ipiranga (Daltro Filho)</b>
1924-1929	Fidêncio Guedes (1920-1925) Salvador Bordini (1925-1929)	Eolino Fava (1924), Salvador Bordini (1925) <sup>146</sup> , Eolino Fava (1926), Hugo Fava (1926-1931)	Jacob Steffenon
1929-1930	Major Francisco M. Gimenes	Hugo Fava	Jacob Steffenon
1930	Major Francisco M. Gimenes	Hugo Fava	Jacob Steffenon
1930	Major Francisco M. Gimenes	Hugo Fava	Jacob Steffenon
1930-1931	João P. Carlotto <sup>147</sup>	Hugo Fava	Jacob Steffenon
1931-1932	João P. Carlotto	Stefano Aroldi	-
1932-1935	João P. Carlotto (1933), Clodoveu Accorsi (1934-1935)	Melibio T. Machado <sup>148</sup>	João Bonotto
1935-1942	Clodoveu Accorsi (1935), Brasil Gomes de Oliveira (1936), João Spader Filho (1941)	Lydio L. De Negri (1935-1937), Stefano Aroldi (1937-1942)	Antenor Giongo
1942-1945	João Spader Filho (1942) <sup>149</sup> , Brasil Gomes de Oliveira	Adalberto S. Veeck (1942-1943), Sady de Lavra Pinto	Antenor Giongo

	(1942-1943), Adalberto S. Veeck (1943-1944)		
1945-1946	Adalberto S. Veeck (1945) João V. Thompson	João Bonotto Antônio Mânica <sup>150</sup>	_151
1946	João V. Thompson	Lenorio Bortolini	-
1946	João V. Thompson	Afonso Capelari	-
1946-1947	Ernesto Carlotto (1947)	Afonso Capelari	-
1947-1951	Ernesto Carlotto (1947-1948) <sup>152</sup> , Afonso Capelari (1948-1949), Ernesto Carlotto (1950-1951)	João Bonotto (1948-1951)	Antenor Giongo

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos seguintes documentos: Relatório do Intendente Dormelindo de Oliveira (1935), Relatório do Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas (1943) e Lista de Subprefeitos e Prefeitos de Cel. Pilar. Também foram consultadas as obras de Migot (2008) e de Possamai (2006).

Como mencionado, os subintendentes eram nomes de confiança dos intendentes municipais e, normalmente, eram filiados ao partido que estava no poder local. Alguns chegaram a administrar dois distritos em períodos diferentes, como Adalberto S. Veeck e Afonso Capelari; outros tiveram uma breve passagem pelas subintendências. Pelo que foi possível entender, o 4º Distrito foi o único que não teve tantas modificações ao longo dos anos pesquisados. Não foi possível identificar a naturalidade dos acima listados mas, pelo que foi encontrado em reportagens do Jornal *Staffeta*, posterior Correio Riograndense, eram pessoas de influência e poder aquisitivo, pois a maioria mantinha empreendimentos comerciais, eram sócios da União dos Moços Católicos e representantes do Tiro de Guerra 395.

Cabe destacar que as subintendências funcionavam em espaços improvisados, sendo chamados pelo Prefeito Vicente Dal Bó, em 1941, de verdadeiros pardieiros<sup>153</sup>. Eram casas adaptadas e que abrigavam conjuntamente a subintendência, a subdelegacia de polícia e a

<sup>143</sup> Nos anos seguintes, a localidade recebeu imigrantes e descendentes de outras nacionalidades, entre esses, italianos.

<sup>144</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, ano 41, n. 44-45, p. 1, 01 nov. 1950. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

<sup>145</sup> Tempo em que cada intendente ou prefeito esteve à frente da administração municipal de Garibaldi/RS.

<sup>146</sup> Foi dono do Bordini Hotel, “agente dos correios, um dos fundadores do Tiro de Guerra, Inspetor Escolar do Município de Garibaldi, subprefeito e subdelegado de Carlos Barbosa”. (MIGOT, 2008, p. 170).

<sup>147</sup> Filho do comerciante e hoteleiro Pedro Carlotto. Segundo Migot (2008), seguiu o pai no ramo do comércio e da hotelaria.

<sup>148</sup> Era dentista.

<sup>149</sup> Era dono do Hotel Bela Vista, em Carlos Barbosa. Conforme Migot (2008, p.171): “foi o proprietário do lote rural nº 35, que emprestou o nome à localidade. Neste lote foi construída a primeira capela e o primeiro cemitério”.

<sup>150</sup> Foi eleito vereador pelo PL, em 1947.

<sup>151</sup> Até agora, não foi possível localizar informações a respeito dos subintendentes do 4º Distrito entre os anos de 1945 a 1947. Antenor Giongo é transferido para a subintendência da sede (1º Distrito), retornando em 1947.

<sup>152</sup> Em 1948, foi indicado pelo governo estadual para exercer o cargo de subdelegado de polícia no 2º Distrito. Era irmão de João Pedro Carlotto.

<sup>153</sup> Síntese do Relatório do exercício de 1940 enviado ao Exmo. Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Vicente Dal Bó, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1941. AHMG.

cadeia. Diante da precária situação, o Prefeito organizou um projeto para a construção de edifícios adequados para abrigar essas instituições nos próximos anos, na sede do 3º e do 4º distrito, assim como a restauração do prédio do 2º distrito.

Bem como na sede, ao longo das décadas de 30 e 40 do século XX, aconteceram modificações no cenário dos distritos pertencentes ao município. Entre estas, destaco, primeiramente, as mudanças em relação à toponímia das localidades no período do Estado Novo (1937-1945), vinculadas a nacionalização, fazendo referência a personagens da história estadual.

Desse modo, em 1939, o distrito de Ipiranga mudou sua identificação para Daltro Filho<sup>154</sup>, prestando uma homenagem ao Interventor do Rio Grande do Sul (1937-1938). Já em 1944, Floriano Peixoto passou a se identificar como Distrito de Coronel Pilar<sup>155</sup>. Segundo destaca Possamai (2006), a mudança de nome foi um pedido dos militares do Tiro de Guerra, que existia na sede do distrito, para homenagear o Coronel Fabrício Batista de Oliveira Pilar<sup>156</sup>,

O crescimento populacional também foi significativo nesse período. Em 1933, a população de Garibaldi contava com aproximadamente 17.000 habitantes<sup>157</sup>, sendo 2.500 moradores estabelecidos na área central do município, 800 na sede do 2º Distrito, 150 na sede do 3º Distrito, 100 na sede do 4º Distrito e, a grande maioria, nas áreas coloniais<sup>158</sup>.

Ainda, entre as particularidades da década 30 do século XX, destaco a instalação dos grupos escolares. Assim, em 1935, é instalado o Grupo Escolar de Carlos Barbosa, no 2ª distrito e, em 1939, são instalados o Grupo Escolar de Daltro Filho, no 4º distrito, e o Grupo Escolar de Picada Velha, na Linha Boa Vista, pertencente ao Distrito de Carlos Barbosa. Nota-se que Floriano Peixoto foi o único dos distritos que não recebeu esse modelo escolar; talvez, por interferências de ordem política, religiosa ou, mesmo, econômica.

Mais uma vez, destaca-se a relevância de Carlos Barbosa para o município de Garibaldi, sendo que o mesmo é privilegiado com a instalação de mais um grupo escolar no final dos anos

---

<sup>154</sup> Em 1988, Daltro Filho conseguiu sua emancipação política, formando, juntamente com o Distrito de Arroio da Seca (Estrela/RS), o município de Imigrante.

<sup>155</sup> Em 16 de abril de 1996, o Distrito é elevado à condição de Município de Coronel Pilar.

<sup>156</sup> Conforme Possamai (2006, p. 22), Coronel Fabrício Batista de Oliveira Pilar era um “revolucionário republicano, contra os federalistas, lutou ao lado dos Coronéis Bento Gonçalves, Pedroso Portugal e Correia Câmara”.

<sup>157</sup> Conforme dados disponíveis no censo, em 1940, Garibaldi contava com 17.873 habitantes, destes 8.728 eram homens e 9.145 eram mulheres. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940\\_pt\\_XX\\_t1\\_RS.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940_pt_XX_t1_RS.pdf). Acesso em: 16 jan. 2022.

<sup>158</sup> Dados estatísticos de Garibaldi (1933). AHMG.

de 1930. O local escolhido para receber a nova instituição foi a comunidade de Boa Vista<sup>159</sup>, povoada a partir de 1878 por imigrantes italianos (MIGOT, 2008).

A denominação Boa Vista pode ter sido:

Uma homenagem ao presidente da província do RS em 1865, o Conde de Boa Vista. Há quem diga que possa ter sido atribuída à bela visão da região montanhosa, cortada pelo arroio, deslumbrada pelos demarcadores de terras, em seus primórdios. Ressaltamos que a localidade de Boa Vista também era diferenciada de toda Linha, com o nome de Picada Velha, ou Boa Vista Nossa Senhora das Graças, nos escritos religiosos. (SCARATTI, 2006, p. 24).

Migot (2008) sinaliza que essa comunidade se desenvolveu no entorno dos lotes de nº 11 e 12 da ala sul. Segundo ele, em 1895, foi iniciada a construção da Capela Nossa Senhora das Graças nestes lotes. Próximo a ela, ficava, também, o cemitério. A partir de 1900, a economia da Linha girava em torno dos produtos advindos da agricultura e da pecuária, bem como do comércio local e dos diferentes serviços. De acordo com Scaratti (2006), existia, na comunidade, casas de secos e molhados, de ferramentas, açougues, botequins, sapatarias, alfaiatarias, moinhos, carpintarias, selarias, fábricas de queijo, móveis e infláveis. Também tinha um consultório médico, um time de futebol (1919)<sup>160</sup>, uma agência do Banco do Comércio (1922) e um hotel de madeira<sup>161</sup>.

Pela pesquisa empreendida por Scaratti (2006), compreendo que o hotel foi um importante espaço de sociabilidade da Linha Boa Vista e, de certo modo, ligado à História da Educação local, uma vez que abrigava os “professores que vinham lecionar no novo grupo escolar a partir de 1939”. (SCARATTI, 2006, p. 145). Ainda, o hotel sediou várias festas de casamento, bailes e almoços, que eram animados pelas bandas constituídas pelos moradores de Boa Vista.

Com o passar do tempo, as atividades econômicas se diversificaram também nos distritos e foram surgindo novos empreendimentos. Em Carlos Barbosa, houve a fundação dos hotéis Bela Vista e Brasil, da empresa Móveis João de Martini (1933), da Cooperativa de Trigo de Carlos Barbosa (1943) e da Indústria de Laticínios Sul Brasil (1948); na Linha Boa Vista, surgiram novas ferrarias, fábricas de queijo, moinhos, uma selaria e uma alfaiataria, bem como a empresa de esquadrias e móveis Artefatos Boa Vista Ltda (1935), a Cantina de Ernesto

<sup>159</sup> “A Linha Boa Vista tinha 168 lotes rurais, sendo na 1ª Secção, 36 ao Norte e 31 ao Sul, e na 2ª Secção, 51 ao Norte e 50 ao Sul”. (SCARATTI, 2006, p. 23). Em 1950, tornou-se o 5º distrito de Garibaldi, passando a identificar-se como Arcoverde. Atualmente, é o 2º Distrito do município de Carlos Barbosa/RS.

<sup>160</sup> Em 1919, foi instalado o Sport Club Savóia de Boa Vista, primeiro time de futebol da localidade (SCARATTI, 2006).

<sup>161</sup> Até o momento, não foi possível identificar o nome do hotel.

Gobatto (1943) e a Cooperativa Agrícola Boa Vista Ltda; em Coronel Pilar, apareceram novas ferrarias, casas de secos e molhados, lojas de calçados, botequins e a Fábrica de Queijos São José (1940); em Ipiranga, foi aberto o Hotel Preussler, instalado um hospital (1930)<sup>162</sup> e surgiu a Cooperativa Agrícola Daltro Filho Ltda (1948), bem como foram instaladas carpintarias, serrarias, algumas casas comerciais, açougues e armazéns.

A agricultura continuava sendo o carro chefe da economia local. Em 1937, o Prefeito Vicente Dal Bó mencionou em seu relatório administrativo<sup>163</sup> que os principais produtos do município eram os vinhos, os laticínios e o trigo. Chama atenção, na década de 30 e 40 do século XX, a criação das cooperativas locais na sede e nos demais distritos do município, fortalecendo a produção em torno destes três produtos.

Em relação à religiosidade, o catolicismo era predominante nos distritos<sup>164</sup>. Assim, diversas foram as capelas e capitéis<sup>165</sup> construídos, bem como as festas religiosas<sup>166</sup> organizadas pelas comunidades, com auxílio dos padres em honra aos padroeiros locais. Estas festas, muitas vezes, envolviam semanas de preparação e contavam com missa, procissão, jogos e almoço festivo. Eram espaços sociais de diversão, encontros, celebração da fé e arrecadação de fundos para a manutenção das igrejas e paróquias.

O Jornal *Staffeta Riograndense*, posteriormente denominado, como já mencionado, de Correio Riograndense, tinha circulação nos distritos e foi um importante espaço de divulgação das festas religiosas, como se pode observar na notícia abaixo, publicada no dia 28 de outubro de 1946.

---

<sup>162</sup> O hospital teria sido construído em 1930, pelo Dr. Ito João Snel (HESSEL, 1998).

<sup>163</sup> Relatório do Prefeito Municipal Vicente Dal Bó, apresentado em 1937, referente aos dois primeiros anos de sua administração (1935-1937). AHMG.

<sup>164</sup> Os dados de 1940, indicam que 17.506 moradores eram católicos, 330 eram protestantes, 1 era israelita, 21 eram espíritas, 5 não tinham religião e 6 mantinham uma religião não declarada. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940\\_pt\\_XX\\_t1\\_RS.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940_pt_XX_t1_RS.pdf). Acesso em: 16 jan. 2022.

<sup>165</sup> “Cada capitel tem sua história. Ao contrário das capelas, construídas por decisão de toda a comunidade, os capitéis eram construídos por uma ou algumas famílias apenas, cumprindo votos e promessas ou gestos de agradecimento”. (MIGOT, 2008, p. 299).

<sup>166</sup> Em Daltro Filho, havia festa em honra a São Francisco e à Nossa Senhora do Rosário. Em Coronel Pilar, tinha a celebração de São Lourenço e de Maria Bambina.



Figura 2: Festa em honra de São Francisco de Assis, 1946



Fonte: Correio Riograndense. Hemeroteca Digital<sup>167</sup>.

Destaco que a década de 40 do século XX foi de realizações no cenário católico, sendo que foram inauguradas a Igreja Matriz de Carlos Barbosa (1947) e a Igreja Matriz de Daltro Filho (1948). A Igreja Matriz de Coronel Pilar estava em construção, sendo inaugurada em meados de 1950. Também, deu-se início em 1940, a edificação do Convento Franciscano São Boaventura, no 4º Distrito Daltro Filho. O prédio foi construído em partes, sendo totalmente finalizado em janeiro de 1949. Nesse mesmo ano, chegaram à localidade as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida<sup>168</sup>.

Novamente, o jornal católico dos Capuchinhos publicou diversas notícias a respeito das respectivas inaugurações. A publicação do dia 02 de junho de 1948 apresenta uma imagem da igreja de Daltro Filho acompanhada da descrição da festividade, ocorrida no dia 23 de maio, contando com a presença ilustre de Dom José Barea, Bispo da Diocese de Caxias do Sul, que veio “benzer o novo e grandioso templo, erguido a Deus pelo povo desta terra”<sup>169</sup>. Entre as demais autoridades, destaca-se a diretora do Grupo Escolar Daltro Filho, que participou fazendo uma fala “em nome do povo”. A festa iniciou pela manhã contando com procissão e missa, e

<sup>167</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, n.43, p.4, 23 out. 1946. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

<sup>168</sup> Informações presentes na obra de Hessel (1998). Aqui, tomada como referência e documento histórico. O livro encontra-se na seção de Coleções Especiais, da Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul/RS.

<sup>169</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, n. 22, p. 1, 02 jun. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

“ao meio dia, o povo se esparramou pelas diversas tendas de comestíveis, enquanto S. Exmo. com as autoridades se dirigiu ao Seminário Seráfico” para um banquete<sup>170</sup>.

Figura 3: Inauguração da Igreja Matriz de Daltro Filho, 1948



Fonte: Correio Riograndense. Hemeroteca Digital.

Além da participação nas festas religiosas, a população dos distritos e demais linhas coloniais se divertia frequentando os bailes que eram animados pelas diversas bandas musicais existentes<sup>171</sup>. Luchese (2007, p. 98) ressalta que as mesmas também “participavam ativamente da vida social com apresentações em ocasiões bem diversificadas: datas cívicas, festividades religiosas ou escolares, no recebimento de autoridades políticas e religiosas”. Em 1946, foi instalado o Clube Cruzeiro, em Carlos Barbosa, passando a utilizar o prédio do extinto Tiro de Guerra 395. O mesmo foi palco para bailes, apresentações teatrais e demais “promoções sociais, culturais e esportivas”. (MIGOT, 2008, p. 142). Os jogos de futebol também movimentavam as comunidades rurais<sup>172</sup>.

<sup>170</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, n. 22, p. 1, 02 jun. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

<sup>171</sup> Em Coronel Pilar, existiam a Banda Barbosa, a Sociedade Fluminense, a Sociedade Musical Ordem, Paz e Progresso, Banda Fernandinha, Banda da Capela São Luiz de Castro (POSSAMAI, 2006); e, em Boa Vista, existiam a Banda de Música de Boa Vista e o Jazz Juventude (SACARATTI, 2006).

<sup>172</sup> Na Linha Boa Vista (2º Distrito), existiam o Sport Clube Savóia (1919) e O Internacional (1943). Em Carlos Barbosa, o Sport Clube Serrano (1913).

Além dos espaços em que aconteciam os bailes e os jogos de futebol, destaco os cafés, as praças e o cinema. Em Coronel Pilar, havia, desde 1902, uma casa teatral que era da paróquia local; em Carlos Barbosa, havia projeção de cinema em uma casa que era de Vicente Dal Bó (MIGOT, 2008). As estações de veraneio também atraíam muitos turistas para os distritos, em busca do clima agradável e da boa comida, conforme Luchese (2007, p. 100):

A partir dos anos de 1920, principalmente, tornaram-se comuns os veranistas provenientes em sua maioria da capital que, atraídos pelo clima (pelas crenças higienistas era o ideal), pelos passeios por entre os parreirais e árvores frutíferas, pela tranquilidade das cidades nascentes. Hospedavam-se nas casas de pasto, hotéis e mesmo junto às famílias. Prestigiavam os pratos típicos, o vinho, as festividades e as exposições.

Certamente, muito ainda teria para se dizer acerca da vida cotidiana nos distritos, incluindo os diferentes contextos e práticas culturais. No entanto, a partir dos indícios encontrados, tentou-se recuperar os rastros desse passado “por intermédio de uma poeira de acontecimentos minúsculos”. (REVEL, 1998, p. 31), mas que dão vida a essas localidades e a seus atores, permitindo compreender um pouco do cenário em que foram instalados os grupos escolares de Garibaldi/RS.

## 2.2 O MUNICÍPIO DE FARROUPILHA: “UMA PÉROLA ENGASTADA NO CUME VERDEJANTE DA SERRA”

*A cidade de Farroupilha, sede do município, é como que uma pérola engastada no cume verdejante da serra dadivosa e rica, onde anualmente afluem da Capital do Estado numerosíssimas famílias de veranistas, atraídas pelo seu clima salubérrimo e pelo longo rosário de esmeraldinos parreirais, que dão uma nota alegre e famosos pela produção de excelentes uvas, que anualmente são vendidas nos principais mercados do País.*

*(Almanaque ilustrado, 1940, p. 55).*

Assim como Garibaldi e os demais municípios da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, o município de Farroupilha também foi colonizado, sobretudo, por imigrantes e descendentes de italianos no final do século XIX. Surgiu a partir da instalação e do povoamento das Colônias Caxias<sup>173</sup> e Sertorina.

A Colônia Caxias, anteriormente denominada de Fundos de Nova Palmira, foi criada em 1875. Segundo Luchese (2007, p. 58), “já no mesmo ano de sua criação, Caxias passou a

<sup>173</sup> Para uma maior compreensão sobre o processo de constituição da Colônia Caxias, sugiro ver as pesquisas de Giron (1977), Gardelin e Costa (1993), Machado (2001), Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998), Luchese (2007) e Bergozza (2010).

receber levas de imigrantes, juntamente com Dona Isabel e Conde d'Eu". Nesse mesmo ano, chegaram a essa Colônia, entre outros italianos, as famílias de *Luigi Sperafico*, *Tommaso Radaelli* e *Stefano Crippa* que, após terem os seus lotes de terras distribuídos, fundaram o núcleo colonial de Nova Milano<sup>174</sup>.

Conforme Montegutti *et al.* (1993, p. 63), depois de estabelecidos, os moradores de Nova Milano “levantaram uma igreja de alvenaria, havia um padre, cartório e um subprefeito, com função, também, de subdelegado”. O núcleo mantinha pequenas casas comerciais e indústrias.

Enquanto esse núcleo e as Colônias Caxias, Dona Isabel e Conde d'Eu desenvolviam-se, a Colônia Sertorina permanecia inabitada. Segundo Gasperin (1989), essa Colônia começou a ser povoada a partir do ano de 1881, quando o seu proprietário, Luis Antonio Feijó Junior<sup>175</sup>, “mudou-se com a sua família para a sua Sesmaria, ocupando a sua parte ao leste, nas proximidades da Colônia Caxias”. (GASPERIN, 1989, p. 147), passando a lotear e a vender aos imigrantes as terras de sua propriedade. Ainda conforme destaca Gasperin (1989, p.147), nesse período, “Feijó Júnior fundou um núcleo de imigrantes italianos, trevisanos e vicentinos” que denominaram a localidade de Linha Vicenza<sup>176</sup>.

Os indícios da época apontam que Nova Vicenza teve um acentuado crescimento econômico e populacional devido à sua localização, próxima às estradas que conduziam às Colônias Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel, o que facilitou a instalação e o desenvolvimento de pequenas casas comerciais e indústrias, logo nos anos iniciais. A agricultura também movimentou a economia local desde cedo, em especial, a partir da produção e da venda de produtos coloniais, como o vinho e a banha de porco (LINS, 2013). Os imigrantes ali estabelecidos ergueram uma igreja tendo como padroeiro São Vicente, conseguiram um padre, uma aula pública<sup>177</sup> e uma escola mantida pelas Irmãs Carlistas (GASPERIN, 1989).

<sup>174</sup> Nova Milano, por ter sido povoada inicialmente, foi considerada como sede das colônias, mas, conforme ressaltam Dalla Vechia, Herédia e Ramos (1998), em 1876, a sede passou a localizar-se na Colônia Caxias.

<sup>175</sup>“Luis Feijó Junior era fazendeiro, natural de Bom Jesus, segundo Distrito de Triunpho, Município do Rio Grande do Sul, localizado às margens do Rio Taquari. Ainda moço, mudou-se para Pelotas. Nessa cidade conheceu João Sertório, do qual se tornou amigo e mais tarde compadre e companheiro de negócios”. (GASPERIN, 1989).

<sup>176</sup> Enquanto o núcleo de Nova Vicenza ia sendo povoado, “pelo lado oeste da colônia, nas divisas com Conde D'Eu e D. Isabel, Azevedo & Companhia invadiram as terras de Feijó Júnior, loteando e vendendo qualquer tamanho de área, de acordo com as posses dos compradores. Esses eram, quase na sua totalidade, oriundos das áreas vizinhas da Colônia Sertorina ou mesmo da sede de D. Isabel. Montaram cinco serrarias, dois moinhos, portanto, sete indústrias hidráulicas; logo, também, uma cervejaria, um armazém, canchas de bochas e de bolão e um salão de baile. O lugarejo foi denominado de Sertorina por estar assentado na Colônia do mesmo nome”. (GASPERIN, 1989, p. 148).

<sup>177</sup> Em 1899, há o registro “de uma escola localizada nas imediações da comunidade de Nova Vicenza, próxima à igreja de São Vicente. A escola funcionava em um casarão de madeira, com o nome de Aula de Nova Vicenza e, inicialmente, era destinada apenas para meninos, permanecendo, assim, por alguns anos”. (FERNANDES; LUCHESE, 2014, p. 6).

A chegada do século XX trouxe mudanças para os núcleos colônias de Nova Milano e Nova Vicenza. Em 1902, Nova Milano passou a ser o 3º distrito de Caxias, antiga colônia, emancipada em 1890. Contava com um padre permanente, cartório, subintendente e uma “agricultura que produzia de vento em popa”, como explica Gasperin (1989, p. 150). Nova Vicenza continuava sendo um núcleo particular, sendo que, em 1910, foi favorecida com a construção da estrada de ferro que facilitava, entre outras questões, o comércio dos produtos fabricados nesta localidade com outras regiões do Estado.

É válido pontuar que, ao mesmo tempo em que a Estação Férrea foi desejada pelos moradores em virtude do progresso que ela representava, também foi alvo de discórdias entre “milaneses” e “vicentinos”, pois cada localidade queria o trem circulando em sua comunidade. Nova Milano “reivindicava preferência sobre a estrada, pelo privilégio de ter sido o berço da colonização italiana”. (GASPERIN, 1989, p. 150) e Nova Vicenza, por concentrar, nesse período, o centro “urbano” da localidade. Por fim, a estação férrea não passou por nenhuma dessas terras, mas sim no meio dos dois vilarejos, “lugar em que até então era menos povoado”. (LINS, 2013, p. 50).

A construção da Estação Férrea originou, aos poucos, um novo núcleo populacional ao seu redor, pois “conseguiu concentrar um bom número de casas comerciais, tornando-se assim um forte ponto de referência para a época”. (LINS, 2013, p. 51)<sup>178</sup>. Também recebeu pessoas de diversos lugares que vieram para trabalhar na edificação da linha férrea, bem como outros imigrantes e descendentes atraídos pelas novas possibilidades econômicas, especialmente famílias de alemães.

Segundo Gasperin (1989), o lugarejo criado próximo à Estação ainda não tinha nome e, para distingui-lo,

começaram a dizer: Nova Vicenza “Velha” e Nova Vicenza “Nova”. Por ser a estação que polarizava todo o movimento, o núcleo ao seu redor passou a ser a verdadeira Nova Vicenza. Assim, enquanto a zona da estação se expandia, São Vicente (a “Velha”) e Nova Milano esvaziavam-se. (GASPERIN, 1989, p. 151).

Nas proximidades da Estação de Nova Vicenza, iniciou-se a construção, em 1911, da estrada estadual Júlio de Castilhos, que tinha como objetivo ligar o Rio Grande do Sul a Santa

---

<sup>178</sup> A partir dos anúncios em jornais, foi possível identificar, ao longo da década de 10 do século XX, alguns dos empreendimentos próximos à estrada de ferro, entre eles: o depósito de secos e molhados de João Thofern & Cia; a Grande Selaria de Antonio Pasqual; o armazém de secos e molhados para atacado, de propriedade de Ângelo Antonello; a Loja J.C.F. Fetter & Filho, que vendia artigos de fazenda, ferragens, secos e molhados, louças, tintas e miudezas; a Padaria Familiar de Pedro Padoran; a Casa de Secos e Molhados de Alberto A. Matte e a fábrica Tedesco, Coltro, Aguzzoli & Cia. Foram consultados exemplares do jornal *O Brazil* (1911, 1913) no acervo da Hemeroteca Digital.

Catarina (TARTAROTTI, 2014). Era uma via importante e que passava por diversos municípios<sup>179</sup> e localidades, incluindo Nova Milano, São Marcos e Vila Jansen, posteriores distritos de Farroupilha, facilitando o transporte, a circulação e a venda de diversos produtos produzidos nestes locais para outras cidades e regiões do estado.

Nessa mesma rua foi instalado, em 1914, no bar e restaurante de Luiz Ornaghi, o Clube 24 de janeiro, posteriormente denominado de Clube Vicentino<sup>180</sup>. Foi o primeiro clube da localidade e palco de inúmeros bailes e festividades que reuniam uma parcela da comunidade local, possivelmente, a mais favorecida economicamente. Logo, os sócios conseguiram adquirir um terreno na área central da Vila para a construção da nova sede.

O crescimento populacional e econômico de Nova Vicenza, especialmente, a partir da construção da estação férrea e da estrada Júlio de Castilhos, contribuiu para que, em 1917, por meio do Ato nº 84, a localidade fosse elevada à condição de 3º Distrito de Caxias, ocupando a posição que, até então, pertencia a Nova Milano, fortalecendo as disputas entre as duas localidades. Com essa mudança, Nova Milano passou a ser uma linha colonial.

Em 1927, Nova Vicenza foi elevada à condição de 2º Distrito de Caxias. Nesse período, contava com linha telefônica, correio, subprefeitura, igrejas, grupo escolar, escola confessional, clube e um conjunto significativo de estabelecimentos comerciais que, ao longo dos próximos anos, se ampliaram.

A partir das necessidades da localidade em expansão, surgiram novas casas comerciais, pequenas indústrias e uma diversidade de serviços prestados, como é possível conferir no quadro a seguir:

Quadro 9: Atividades econômicas de Nova Vicenza (1920-1929)

<b>Atividade</b>	<b>Especificação</b>	<b>Proprietário</b>
Comércio	Armazém	Waldemar Beling
Comércio	Armazém	João Thofern
Comércio	Armazém	Luiza Maria e Clementina Barbieri
Comércio	Açougue	Abel Pessin
Comércio	Artigos de montaria	Ferdinando Dinardi
Serviço	Alfaiataria	Clemente Antônio Moroni
Serviço	Alfaiataria	Marcos Benvenuto
Serviço	Alfaiataria	Ambrósio Pasqual
Serviço	Alfaiataria	Emilio Tisato
Indústria	Bebidas	Antonio Moretto
Indústria	Bebidas	Annuncio Arsego
Indústria	Bebidas (agricultor)	Angelo Bianchi

<sup>179</sup> Segundo Tartarotti (2014, p. 36): “Cruzava pela Feliz, seguia pelo Vale Real e subia o morro, cruzando por Nova Milano, passando pela Vila Estação Nova Vicenza, seguindo para São Marcos e Vila Jansen. Passava a ponte sobre o Rio das Antas, Castro Alves, Nova Roma, Antônio Prado, Vila Ipê, Vacaria e ia até a divisa dos dois Estados, separados pelo Rio Uruguai”.

<sup>180</sup> Atual Clube do Comércio.

Indústria	Bebidas (cervejaria)	Antonio Zaniol
Indústria	Bebidas	Antonio Venturella
Indústria	Bebidas	Annibal Zanfelicé
Indústria	Bebidas	Beijamin Caberron
Indústria	Bebidas	Domingos Foresti
Indústria	Bebidas	Guilherme Molon
Indústria	Bebidas	Luiz Armagni
Indústria	Bebidas	Luiz Fossati
Indústria	Bebidas	Thomaz Beneditte
Indústria	Bebidas	Vicente Roa
Serviço	Barbearia	Emilio Tisato
Serviço	Barbearia	Jorge Zanatta
Comércio	Café-Bar	Arthur Weber
Comércio	Café América	Luiz Ornaghi
Comércio	Casa de secos e molhados	João Jacob Farinon
Serviço	Casa de Pouso	Gabriel Puhl
Comércio	Casa de tecidos	Cezário Buaês
Comércio	Casa de secos e molhados	Henrique Verona Lezzo
Comércio	Casa de secos e molhados	Antônio Tedesco
Serviço	Dentista	Augusto Lino Breitenbach
Indústria	Fábrica de calçados	Carlos Egger e Paulo Broilo
Serviço	Farmácia	Dionísio Cibelli
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Pedro Fetter
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Gaspar Fredolino Webber
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Humberto Jaconi
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Victorio Tartarotti
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Arcangelo Milesi
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Alberto Augusto Matte
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Angelo Antonello
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Alexandre Troglio
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Carlos Valentini
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Dal Molin & Irmãos
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Julio Bergamo
Comércio	Fazenda, secos e molhados	João Farinon
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Fredolino Zimer
Comércio	Fazenda, secos e molhados	Umberto Jorani
Indústria	Ferragens	Caetano Angela & Cia
Indústria	Ferraria	João Gardini
Indústria	Ferraria	Antônio Tedesco
Indústria	Funilaria	Luiz Vedovelli Filho
Serviço	Hotel Tartarotti	Guilherme Tartarotti
Serviço	Hotel Tedesco	Antônio Tedesco
Serviço	Hotel Veraneio Matte	Alberto Augusto Matte
Serviço	Ourives	Carlos Beltrani
Comércio	Loja de roupas	Jorge Zanatta
Serviço	Marcenaria	Alexandre Bartelle
Comércio	Padaria e confeitaria	Pedro Padovan
Comércio	Relojoaria	João Milesi
Serviço	Sapataria	Ludovico Merlin
Serviço/Comércio	Sapataria	Guilherme Stefler
Comércio	Secos e molhados	Pedro Zanella
Indústria	Selaria	João Rissi

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório da Intendência Municipal de Caxias do Sul, 1921-1923, p. 100-101. AHMJS – Caxias do Sul/RS. Também, a partir das obras de Tartarotti (2014) e de Gomes (2018).

O quadro acima foi construído a partir das informações presentes no Relatório da Intendência Municipal de Caxias do Sul (1921-1923), bem como nas obras de Tartarotti (2014) e Gomes (2018). Provavelmente, não contabiliza<sup>181</sup> todas as casas comerciais, indústrias e serviços existentes na época, mas sua construção permite entender que Nova Vicenza estava em constante desenvolvimento nesse período, uma vez que é significativo o número de estabelecimentos comerciais existentes. Entendo que tais atividades econômicas geravam empregos e atendiam às necessidades da população, como alimentação, saúde, vestuário, entre outros exemplos.

Chama atenção a quantidade de indústrias de bebida, bem como as casas de fazenda e de secos e molhados. As autoras Giron e Bergamaschi (2001, p. 102), ao investigar as casas de negócio em Caxias entre os anos de 1875 a 2000, pontuam que “as casas de secos, molhados e fazendas representavam a metade das casas comerciais do município e vendiam inúmeros produtos como: miudezas, ferragens, louças, tintas, secos e molhados, cimento, sal, querosene, arames, cal e caçados, entre outros”. Penso que as indústrias de bebida se dividiam em cantinas, cervejarias e pequenos alambiques.

Além destas atividades, é preciso lembrar da agricultura, que gerava uma boa renda aos cofres municipais. Em nota, o Jornal *Caxias* destacou que Nova Vicenza havia exportado, em agosto de 1927, uma grande quantia de vinhos, banha, salame, vinagre, milho e trigo<sup>182</sup>. A potência advinda da agricultura contribuiu para que, no final da década de 1920, o distrito fosse contemplado com uma instituição rural, que tinha como finalidade ministrar o ensino primário e os ensinamentos práticos e rudimentares da agricultura, denominada de Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza, primeiro grupo escolar instalado no município de Farroupilha/RS.

Aos poucos, a paisagem de Nova Vicenza foi se transformando, com o aumento da população, mais casas foram sendo construídas, novas ruas foram abertas, a sede ganhou iluminação, agências bancárias e um Tiro de Guerra (1921). Surgiram os espaços de encontro, como o cinema e os cafés, entre eles, o café bar de Arthur Weber, também identificado como Café Central<sup>183</sup>, bem como o Café América, de Luiz Ornaghi (1926). Surgiram a pensão de Gabriel Puhl e os hotéis Tartarotti, Tedesco e Matte, oferecendo hospedagem às pessoas que visitavam a localidade a trabalho ou a passeio.

---

<sup>181</sup> Também é possível que, entre 1920 e 1929, alguns desses estabelecimentos tenham deixado de existir.

<sup>182</sup> *Caxias*, Caxias, ano I, n. 15, p. 2, 15 set. 1927. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

<sup>183</sup> *Caxias*, Caxias, ano I, n. 15, p. 2, 15 set. 1927. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 mai. 2019.



Em 1926, foi instalado o Cinema Guarani, o primeiro cinema da localidade. Segundo o estudo de Pozenato e Giron (2007), funcionava em um prédio de madeira localizado na Rua Júlio de Castilhos<sup>184</sup>. De acordo com as autoras, a descrição do espaço interno do Cinema Guarani era a seguinte:

A plateia acomodava cerca de 600 pessoas. Inicialmente, as cadeiras eram em estilo colonial simples, com o assento de palha trançada, depois foram colocadas poltronas mais atualizadas, mas ainda não estofadas. Eram de madeira, fixas, com assento dobrável. Aos lados, havia dois corredores. Entre a sala de entrada e a de projeção havia uma meia parede que servia de balaústre. A cabine de projeções ficava mais elevada que a sala destinada à plateia e para chegar a ela havia uma escada. A sala era provida de um palco para apresentações teatrais. [...] Na entrada havia a bilheteria, e logo após um balcão, onde eram vendidas balas. (POZENATO; GIRON, 2007, p. 45).

Pelo que se sabe, o cinema funcionou até a década de 1950, quando foi vendido para a família *Bolognese*, que fechou o espaço e instalou, no local, uma loja de calçados. Em 1928, foi fundado o Sport Club Santa Rita, posteriormente denominado de Grêmio Esportivo Santa Rita, com a finalidade de promover festas, bailes, jogos de futebol e bocha.

Ainda em relação a essa década, é importante mencionar a instalação do Hospital Cibelli, fundado pelo farmacêutico Dionísio Cibelli, entre os anos de 1922 e 1924, uma vez que foi o primeiro espaço de saúde desta localidade. Segundo o senhor João Rossler, filho de um dos médicos que trabalhou nesse hospital, o prédio era de madeira, “era um sobradão grande de dois andares com sótão e aí ele fez uma ligação dessa parte com a parte de alvenaria, a farmácia já era de alvenaria e em cima tinha a sala de cirurgia”. (ROSSLER, 2018, p. 4)<sup>185</sup>. Segundo ele, na década de 40 do século XX, a casa de madeira foi desmanchada e deu lugar a uma nova construção de alvenaria para abrigar o hospital.

Octavio Giuriolo, Sendi, José Carlos Borba Luppi, José Brugger e Luiz Rodrigues Bicca<sup>186</sup> foram alguns dos médicos que exerceram a medicina neste hospital. Além do Dr. Bicca, a partir de 1939, o hospital passou a contar também com os trabalhos do Dr. Jayme Rössler. Este último permaneceu no Hospital Cibelli por longos anos, passando a ser o seu proprietário a partir de 1955, com o falecimento de Dionísio.

---

<sup>184</sup> Acerca do processo de constituição dos cinemas da Região Nordeste do Rio Grande do Sul, ver Pozenato e Giron (2007).

<sup>185</sup> Entrevista com João Carlos Rossler, realizada por Sônia Storchi Fries, em 05 de abril de 2018. Está transcrita e foi localizada no Banco de Memória do AHMJSA – Caxias do Sul/RS.

<sup>186</sup> Informações extraídas de Tartarotti (2014) e Rossler (2018).

A década de 30, do século XX, foi uma das mais significativas para a história desta localidade, uma vez que esse período é marcado por diversas conquistas nos cenários político, social, religioso e cultural, como se verá no decorrer do texto.

No cenário político, destaco as mobilizações pela emancipação, ocorrida em 11 de dezembro de 1934 por meio do Decreto nº 5.799, assinado pelo governador do período, o General Flores da Cunha<sup>187</sup>. De acordo com Giron e Bergamaschi (2001, p. 143), às vésperas da emancipação municipal:

Nova Vicenza já possui uma estrutura comercial que abrange todos os setores da produção; há casas de comércio que se destinam à venda de calçados; há lojas de tecidos, vários armazéns, ferragens e até bomba de gasolina. Nova Vicenza tem calçadas, rua principal e praça central. Era, enfim, uma pequena e progressista cidade.

O novo município foi denominado de Farroupilha<sup>188</sup> e teve como primeiro Prefeito o advogado Armando Antonello. Para sua constituição, foi anexada uma parte do território dos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro, compreendendo a organização de quatro distritos, assim identificados até os dias atuais: 1º Distrito (sede), 2º Distrito Linha Jansen, 3º Distrito Nova Sardenha e 4º Distrito Nova Milano.

Em 1932, foi aberta a Farmácia Farroupilha<sup>189</sup> e, em 1935, foi inaugurado o Sanatório de Nova Vicenza, um segundo espaço de saúde para a localidade, agora na condição de município. De acordo com os indícios localizados nos jornais *A Federação*<sup>190</sup> e *O Momento*<sup>191</sup>, o sanatório surgiu a partir de uma sociedade constituída por 86 associados<sup>192</sup>, pertencentes aos distritos de Nova Vicenza e Nova Milano, bem como das demais linhas coloniais, entre elas: São Marcos, Caravaggio, Linha Jansen, Sardenha, Desvio Blauth, Forqueta, São Miguel e São José. Para a construção do hospital, a família Fetter doou uma área de 4.800 metros quadrados na área central de Nova Vicenza.

---

<sup>187</sup> Para maiores informações a respeito do processo de emancipação de Nova Vicenza, sugiro o estudo de Trentin (2002). Voltarei a falar da emancipação quando discorrer acerca do contexto político de Farroupilha/RS.

<sup>188</sup> Sobre a toponímia escolhida para representar o novo município, Trentin (2002, p. 66) pontua que: “O nome Farroupilha teve origem política, com a finalidade de agradar ao interventor e ao mesmo tempo eliminar qualquer resquício que pudesse provocar divergência entre Nova Vicenza e Nova Milano. Mas, também, a denominação de Farroupilha, foi tomada em homenagem ao Centenário da Revolução Farroupilha, que seria comemorado no ano seguinte em todo o Estado”.

<sup>189</sup> Empreendimento de Dalcy Ferrari de Andrade.

<sup>190</sup> **A Federação**, Porto Alegre, p. 4., 23 dez. 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

<sup>191</sup> **O Momento**, Caxias, ano I, n. 46, p. 1, 2 jan. 1934; **O Momento**, Caxias, ano III, n. 108, p. 1. 16 mar. 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

<sup>192</sup> Esses dados foram extraídos de uma reportagem do Jornal *A Federação* do ano de 1933. Tartarotti (2014, p. 226) menciona que, no ano seguinte, foram registrados 141 associados, “considerados fundadores do Sanatório Nova Vicenza, cuja lista de subscrição data de 17 de fevereiro de 1934”.

No início da década de 1940, o sanatório passou a se chamar Hospital São Carlos, uma homenagem às Irmãs de São Carlos que atuaram nesse espaço por longos anos. Nesse mesmo período, foi inaugurada uma nova ala do hospital e, em 1949, devido a dificuldades financeiras, “os sócios quotistas transferiram as suas partes à Mitra Diocesana”. (GASPERIN, 1989, p. 277)<sup>193</sup>.

No mesmo ano de inauguração do Sanatório de Nova Vicenza foi inaugurada a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus<sup>194</sup>, edificada nas proximidades do mesmo, também em um terreno doado pela família Fetter. Nesse período, a paróquia estava sob responsabilidade do Padre Thiago Bombardelli e, conforma explicita Tartarotti (2014, p. 20), o Padre teria se dedicado à promoção de festas e rifas, com o objetivo de angariar recursos financeiros para a construção da nova igreja, bem como para mediar os conflitos existentes entre os moradores de Nova Vicenza “Velha” e da região central de Farroupilha, perto da estação férrea.

A primeira igreja construída no município foi a Igreja de São Vicente, logo quando o núcleo colonial de Nova Vicenza fora formado. Inicialmente, era um prédio de madeira, substituído, em 1915, por uma construção de alvenaria.

No entanto, em 1918, em visita à localidade, o Arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker, “tendo em vista o crescimento do povoado situado nas proximidades da estação ferroviária, emanou um decreto estabelecendo a transferência da paróquia para a vila”. (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL'OSBEL, 1993, p. 63). Tal situação gerou revolta e novas discórdias entre os moradores de Nova Vicenza “velha e “nova” ao longo dos próximos anos, chegando, segundo Tartarotti (2014, p. 20, grifo do autor): “a formar duas ‘vertentes’ no meio católico”.

As orações, os terços, os santos de devoção, a fé em Deus, a presença do padre, a construção de capitéis e igrejas faziam parte do universo cultural dos imigrantes italianos e foram elementos importantes para superar as precariedades e as dificuldades do cotidiano, especialmente, nos primeiros anos. As festas religiosas também mobilizavam a comunidade: havia celebrações para homenagear São Vicente Mártir e o Sagrado Coração de Jesus, como também Nossa Senhora de Caravaggio. O Jornal *Staffetta*, de Garibaldi, pela vinculação

---

<sup>193</sup> A partir desse ano, o hospital passou a se identificar como Hospital Beneficente São Carlos (GASPERIN, 1989).

<sup>194</sup> Segundo dados do censo de 1940, dos 12.511 habitantes de Farroupilha, 12. 229 eram católicos, 262 eram protestantes, 1 era ortodoxo, 2 em espíritas, 4 eram de outra religião, 6 não tinham religião e 7 não declararam sua religião. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940\\_pt\\_XX\\_t1\\_RS.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940_pt_XX_t1_RS.pdf). Acesso em: 16 jan. 2022.

religiosa que tinha, divulgou diversas destas festas, entre elas, as romarias ao santuário de Caravaggio<sup>195</sup>.

Destaca-se, ainda, no cenário religioso, a presença das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrianas que foram atuantes, em especial, no contexto educacional de Farroupilha, instalando o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1917), o Juvenato São Carlos (1924) e o Instituto Nossa Senhora de Caravaggio (1937). Na década de 40 do século XX, a convite do Monsenhor Thiago Bombardelli, chegaram a Farroupilha os Irmãos Maristas, para a organização do Colégio São Thiago (1945), como explicarei ao longo do Capítulo 3.

Os imigrantes alemães também organizaram o seu templo religioso na área central de Nova Vicenza, em meados da década de 1920. Conforme consta no livro de Tartarotti (2014), Carlos Fetter teria doado o terreno e ajudado na construção da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Antes do templo, o autor destaca que as práticas religiosas eram realizadas nas residências das famílias Fetter e Engers<sup>196</sup>. Possivelmente, também existiram outras religiões no contexto local e que, até agora, não foram contabilizadas.

A partir da gestão do Prefeito Armando Antonello (1934-1937), o município começou a adquirir contornos mais urbanos, uma vez que foram niveladas e abertas novas ruas, construídas calçadas, bem como foi comprada uma área de terra para a construção de uma barragem, tendo em vista o abastecimento e o fornecimento de água potável para a população. Na gestão do Capitão Eudoro Lucas de Oliveira (1937-1940), foi inaugurado o novo prédio do Grupo Escolar Farroupilha (1938) e foram construídos o prédio da Prefeitura Municipal e o espaço da Praça da Bandeira, este último, local de importantes celebrações cívicas nos anos seguintes.

---

<sup>195</sup> A origem do santuário se relaciona à chegada dos primeiros imigrantes italianos que escolheram Nossa Senhora de Caravaggio para ser a padroeira da primeira capela, inaugurada em 1879, mesmo ano em que aconteceu a primeira romaria (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL'OSBEL, 1993). A festa em honra à Nossa Senhora de Caravaggio foi amplamente divulgada pelo jornal *Staffetta* e atraiu muitos romeiros das diversas cidades e linhas da RCI.

<sup>196</sup> Cita os Fetter, Weissheimer e Matte como famílias pioneiras de origem alemã em Nova Vicenza, seguidos pelos Fuhr, Krause, Schulke, Dietrich e outros (TARTAROTTI, 2014).

Fotografia 11: Praça da Bandeira, 1940



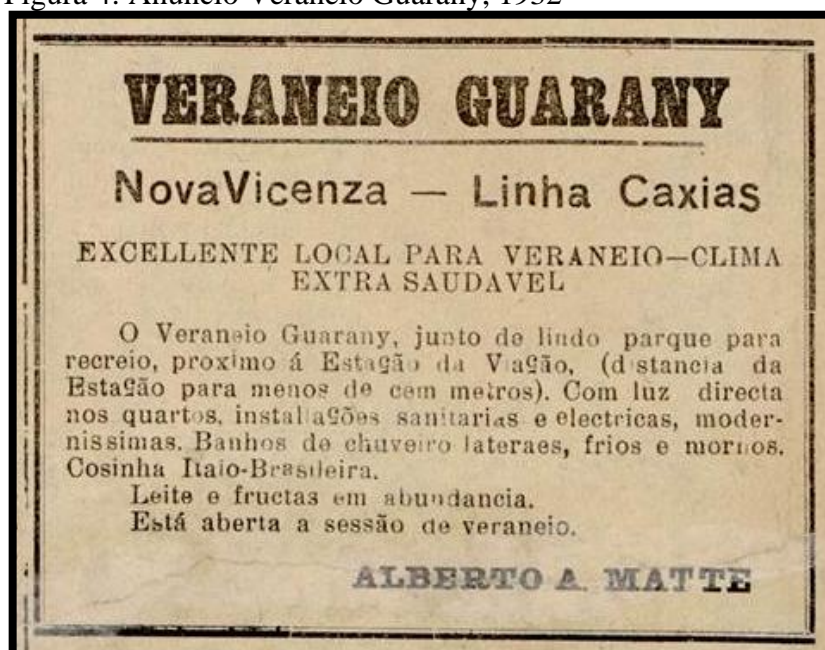
Fonte: Acervo fotográfico do Museu Casa de Pedra – Farroupilha/RS.

A praça foi construída ao lado da Prefeitura e, como se pode ver na imagem, era um espaço amplo e muito bonito, com a presença de jardins, fonte, coreto e diversos bancos para acolher a comunidade nos momentos de descontração. Além dos clubes, do cinema, da praça e das festas religiosas, a população também se divertia assistindo aos jogos de futebol. Em Farroupilha, durante as décadas de 1910 a 1930, foram criados o Sport Clube 24 de Janeiro, o Sport Clube 15 de Novembro, o Americano Futebol Clube e o Brasil Futebol Clube. No ano de 1938, foi fundado, também, o Grêmio Náutico Farroupilha, uma agremiação criada por alguns jovens da sociedade local, com o objetivo de praticar basquete e regatas.

Outro aspecto interessante desta década e que seria impossível deixar de mencionar é a emergência dos veraneios, que impulsionaram o turismo local e, de certo modo, fortaleceram a economia da nova cidade, atraindo muitos turistas, especialmente da capital, em busca do clima agradável, bons vinhos, mesa farta e belas paisagens. Na década de 30 do século XX, existia, próximo à estação férrea, o Veraneio Guarany, antigo Veraneio Matte. Segundo Lins (2013, p. 57), “era uma das principais opções de lazer da região. Além de pessoas de outras cidades, concentrava grande público farroupilhense nos finais de semana, principalmente aos domingos, quando as famílias se encontravam”.

O anúncio publicado no Jornal *Caxias*, em 1932, apresentava as instalações do veraneio e dava ênfase para a cozinha italiana, como se pode ler abaixo:

Figura 4: Anúncio Veraneio Guarany, 1932



Fonte: Caxias. Hemeroteca Digital<sup>197</sup>.

Além deste, existia outro veraneio famoso localizado no Desvio Blauth, comunidade rural próxima à Nova Vicenza e colonizada, predominantemente, por imigrantes e descendentes alemães.

Até 1934, este veraneio pertencia ao município de Montenegro. Ficava próximo à Estação Férrea de Nova Sardenha, localizada na comunidade rural de mesmo nome. Com a emancipação de Farroupilha, Nova Sardenha tornou-se o seu 3º Distrito, bem como o Desvio Blauth, que passou a ser uma linha colonial do novo município. Certamente, a proximidade da malha ferroviária facilitou a chegada dos turistas ao Veraneio Blauth e Haupt.

Conforme reportagem publicada em 1930, no jornal *Estado do Rio Grande do Sul*<sup>198</sup>, o veraneio mantinha excelentes acomodações e oferecia diversas atrações para os hóspedes, como piqueniques, passeios em meio à natureza, lagos artificiais para passeios de bote, piscinas para banhos, cancha de tênis e salão para festas. No *Álbum de Montenegro*, produzido em 1933, consta, ainda, que os proprietários mantinham um aviário, “cuja produção de ovos, destinam-se ao consumo dos veranistas. Para o mesmo fim, possuem tampos de leite”. (GOTTSELIG, (1933, s. p.).

<sup>197</sup> Caxias, Caxias, Ano XIX, n. 1001, [s. p.] 28 fev. 1932. Edição especial. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 mai. 2019.

<sup>198</sup> *Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano II, n. 355, p. 2. 16 dez. 1930. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 mai. 2019.

Figura 5: Veraneio Blauth e Haupt, 1933



Fonte: Gottselig (1933).

Alzerdir, ex-aluno do Grupo Escolar de Caruara, ao revisitar suas memórias de infância, descreveu o espaço físico do veraneio de modo muito parecido com o que foi localizado na reportagem e no álbum, mencionando que quem comandava o mesmo era a Dona Elsa, esposa do pastor Haupt. Segundo ele, “*o povo daqui juntava durante o ano frango, porco pra fazer salame, banha, queijo, ovos... isso tudo vendia-se ali*”. (DAL MAGRO, 2018). Havia a hospedaria, onde, possivelmente, se fazia também a comercialização dos produtos advindos da agricultura local.

Em relação ao trabalho agrícola, cabe destacar que, no final desta década, houve uma diversidade de produtos exportados de Farroupilha, tais como: vinhos, cereais, uvas<sup>199</sup>, couro, calçados, produtos suínos, cal, utensílios agrícolas, café moído e frutas diversas. Segundo o Almanaque Ilustrado de 1938, Farroupilha era uma das cidades da Região que mais contribuía para o desenvolvimento econômico do Estado, prosseguindo dessa forma nos anos posteriores.

Segundo o mesmo documento, Farroupilha contava também “com um comércio assás desenvolvido” e o movimento era “operado pelas sucursais do Rio Grande, Comércio e o Porto Alegre”. Entre os estabelecimentos mais importantes, destaca:

<sup>199</sup> Em 1936, a Prefeitura organizou a 1ª Exposição Municipal de Uvas, tendo, como objetivo, premiar os agricultores locais pela produção da melhor uva.

Quadro 10: Estabelecimentos comerciais e indústrias (1938)

Comércio	Proprietário	Indústria	Proprietário
Atacado	Pedro Antonello	Sociedade Vinícola Riograndense Ltda.	-
Atacado	Dal Molin & Irmãos	Cooperativa Vinícola Nova Vicenza	-
Casa comercial	João Farinon	Cooperativa Vinícola Nova Milano	-
Casa comercial	Ludovico Merlin	Cooperativa São João	-
Casa comercial	Angelo Bartelli	Cooperativa Jacinto	-
Casa comercial	Alexandre Troglio	Cooperativa Vinícola Forqueta	-
Casa comercial	Manoel Pasqual	Sindicato Industrial Madeireira Ltda.	-
Casa comercial	Luiz Galleano	Sociedade Vinícola Beiser Ltda. (Desvio Blauth)	-
Casa comercial	Victorio Tartarotti	Fábrica de palhões	Umberto Bertuol
Casa comercial	Querino Tartarotti	Fábrica de calçados	Carlos Egger e Paulo Broilo
Casa comercial	Joaquin Beal	A.J. Renner & Cia (Maceração de fibras de linho)	-
Casa comercial	Domingos Galleano	Fábrica de cordas	Germano Bohn
Casa comercial	Arcangelo Milesi	Escultura em madeira	Alexandre Bartelle
Casa comercial	Raymundo Arrossi	Moinho de trigo e milho	Antonio Covolan
Casa comercial	Caetano Grendene	Sociedade Moinho Nova Milano	
Casa comercial	Alfredo Ruaro & Cia	Instrumentos agrícolas	Irmãos Damiani
Casa comercial	P. C. W. Fetter	Fábrica de artigos de cobre	José Reginato
Casa comercial	Victorio Brambilli	Fábrica de café e sabão	Klein & Pasqual
Casa comercial	Carlos Beltrani	Marcenaria e carpintaria	Alexandre Longhi
Casa comercial	Mauricio Starosta	Moinho descascador de arroz	Martin Rangab
Casa comercial	Emilio Weissheimer	Fábrica de cadeiras e serraria	Luiz Sebben
Casa comercial	Manuel Ferreira Cardoso	Fábrica de queijos	Luiz Peroni
Casa comercial	Rafael Maccari	Serraria	Viúva Victorio Travi
Casa comercial	Romulo Noro	Serraria	João Cesca
Casa comercial	Dante Travi & Cia	Correaria	Albino Dietrich
Casa comercial	José Gasparin	Correaria	F. Fuhr
Casa comercial	Viúva Bergamo	-	-
Casa comercial	Julio Bergamo	-	-
Casa comercial	Hermindo Venzes	-	-
Casa comercial	Luis Buseti	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Almanaque Ilustrado (1938), localizado na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac – Farroupilha/RS.

Fazendo um comparativo com o quadro “Atividades econômicas de Nova Vicenza (1920-1929)”, é possível observar a presença de novos estabelecimentos comerciais no cenário da cidade, como também a instalação de novas indústrias que produziam artigos variados, como café, sabão, queijo, cobre, linho, corda. Ainda se pode notar a presença de moinhos e vinícolas, o que fazia sentido diante da exportação significativa de cereais, vinho e uva nessa década.

Diante da riqueza agrícola, nesse mesmo período, foi criada a Associação Rural, tendo como objetivo defender os interesses dos agricultores locais. Além disso, iniciou-se a organização do Campo Experimental Municipal, sob os cuidados de Antão de Jesus Batista, ex-diretor do Grupo Escolar Farroupilha. De acordo com *Il Gionarle Dell Agricoltore*:



O campo experimental terá por finalidade a multiplicação de sementes, produção de mudas, enxertos e bacelos, com o foco principal na fruticultura, pois este município é um dos mais aptos ao comércio de frutas, principalmente uvas e maçã. Farroupilha tem em mão 90% da exportação de uvas frescas. A organização do campo experimental será uma medida de grande alcance na fruticultura deste município. Além da fruticultura o campo será, também, empregado em outras culturas que possam ser experimentadas aqui<sup>200</sup>.

Destaco como um último aspecto desse período a construção, em 1939, de um prédio para abrigar a delegacia e o presídio. Conforme Tartarotti (2014, p. 133), o prédio foi erguido na Rua Júlio de Castilhos: “na parte superior, que ficava na altura da rua, localizava-se o gabinete do Delegado e as demais dependências da delegacia e na parte inferior, o presídio”.

No início da década de 40 do século XX, diante do momento histórico marcado pela consolidação do Estado Novo (1937-1945), Farroupilha ganhou destaque na imprensa local e estadual, uma vez que estava sob a administração do Capitão Eudoro Lucas de Oliveira e, depois, do Tenente Januário Dutra, que, logicamente, mantinham boas relações com o atual governo. Como exemplo, cito um trecho do Almanaque Ilustrado, cuja epígrafe foi retirada para compor o presente capítulo:

A cidade de Farroupilha, sede do município, é como que uma pérola engastada no cume verdejante da serra dadivosa e rica, onde anualmente afluem da Capital do Estado numerosíssimas famílias de veranistas, atraídas pelo seu clima salubérrimo e pelo longo rosário de esmeraldinos parreirais, que dão uma nota alegre e famosos pela produção de excelentes uvas, que anualmente são vendidas nos principais mercados do País. (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1940, p. 55).

Como se vê, o documento tece um texto poético acerca de Farroupilha, demarcando a presença dos veraneios e da maior riqueza advinda da agricultura: a produção de uvas e vinhos.

Logo que Januário Dutra assumiu a prefeitura, o Jornal *A Época*<sup>201</sup>, de Caxias, publicou uma reportagem destacando os pontos fortes da cidade e procurando enaltecer o novo prefeito. Mencionou a existência do Sítio Santa Rita como um local de veraneio da população e de treinamento para o Grêmio Náutico Farroupilha, espaço que, provavelmente, pertencia apenas para a “elite” local. Além do Grêmio Náutico, apontou outras agremiações e os esportes existentes no município, como o futebol, voleibol, tênis, atletismo e cestobol<sup>202</sup>.

<sup>200</sup> *Il Gionarle Dell Agricoltore*, Caxias, ano V, n. 205, p. 9, 07 abr. 1938. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

<sup>201</sup> *A Época*, Caxias, Ano II, n. 95, p. 5, 01 set. 1940. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

<sup>202</sup> Basquetebol.

Vale pontuar que a gestão do Prefeito Januário (1940) foi marcada por duas importantes conquistas: a criação da Biblioteca Pública Municipal, instalada no salão nobre da prefeitura, e a inauguração da primeira estação rodoviária do Estado, sendo a segunda do Brasil.

Na fotografia a seguir, é possível visualizar a região central da cidade, na década de 40 do século XX. Esse é um dos poucos registros fotográficos que foram localizados acerca do cenário urbano nesse período histórico.

Fotografia 12: Farroupilha, década de 40 do século XX



Fonte: Gomes (2018, p. 375).

Na imagem, se pode localizar algumas construções importantes, como o prédio do Grupo Escolar Farroupilha (1), o Hospital São Carlos (2), a Igreja Matriz (3), o prédio da Escola Nossa Senhora de Lourdes (4) e um trecho da Rua Júlio de Castilhos (5), ladeado pelos casarões de alvenaria que abrigavam boa parte do comércio local e cortado pela linha férrea que seguia até Garibaldi/RS.

O Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1950, p.286) destacou os principais estabelecimentos comerciais e industriais ao final dos anos de 1940:

[...] 9 carpintarias e marcenarias, 8 cantinas, 6 oficinas mecânicas, 37 armazéns de comércios diversos, 5 fábricas de calçados, 4 depósitos de madeira, 4 hotéis, 4 depósitos de engarrafamento de bebidas, 4 de material para construções, 4 tanoarias, 4 ferragens, 3 fábricas de móveis, 3 caieiras, 3 fabricas de caixa de madeira, 3 agências

de automóveis e acessórios, 3 casas bancárias, 2 fábricas de óleos e graxas, 2 curtumes, 2 fábricas de laticínios, 2 industrializadoras de linho e linhaça, 2 fábricas de bebidas, 1 destilaria de álcool, 1 refinaria de banha e fábrica de produtos suínos, 1 moagem de café, 1 correaria, 1 industrializadora de vime, 1 fábrica de vinagre, 1 de sabão, 1 beneficiadora de erva-mate, 1 tipografia e uma livraria.

A partir da contabilização feita no Álbum Comemorativo, observa-se a existência de novos estabelecimentos, tais como: as oficinas, as fábricas de calçados, depósitos para engarrafamentos de bebida, agências de automóveis, fábricas de laticínios, entre outros; apontando, mais uma vez, a diversificação de produtos e estabelecimentos necessários às transformações ocorridas no contexto do município. Ressalto que a livraria e a tipografia citadas pelo autor pertenciam a Jacob Alberto Brentano, esposo de Olga Ramos Brentano, professora no Grupo Escolar Farroupilha.

Em 1949, a população do município era de 15.650 habitantes, sendo 13.230 na zona rural e 2.420 na zona “urbana” e suburbana<sup>203</sup>; enfatizando que, até o final dos anos de 1940 do século XX, período de abrangência desta pesquisa, a maioria da população era campesina e vivia da agricultura, sendo que o cultivo da terra e o manejo das atividades do campo constituíram, por um longo tempo, a principal base econômica do município. Assim, conforme afirma Gasperin (1989, p. 214), a localidade “nasceu agrícola, expandiu-se em muitas formas de progresso, tanto na cidade como no campo, sem nunca abandonar o élan da sua vocação primitiva”, ou seja, a produção agrícola.

De forma sucinta, no decorrer deste subcapítulo, procurei apresentar o início do processo de formação do município, bem como busquei compreender o seu desenvolvimento a partir de importantes modificações, como a transição de Colônia para Distrito de Caxias, a expansão do centro urbano, o qual, em grande parte, se deslocou para as proximidades da Estação Férrea e da estrada estadual Júlio de Castilhos, o aumento da economia local, a chegada à localidade de outras etnias, a emergência de espaços de lazer, de saúde, entre outras agências socializadoras (FARIA FILHO, 2008). Isso permitiu entender um pouco mais a respeito do espaço em que o Grupo Escolar Farroupilha foi organizado, bem como da cidade que irá receber, em 1937, mais três grupos escolares estaduais, instalados nas zonas rurais.

---

<sup>203</sup> Informações extraídas do Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1950, p. 280).

### 2.2.1 O contexto político

*Farroupilha inicia a terceira etapa de sua vida administrativa, depositando lealmente toda a sua confiança e o seu apoio ao novo Prefeito, o ilustre militar Tenente Januário Dutra, cuja inteligência moça e grande capacidade de trabalho, farão com que o seu nome figure gravado com letras douradas nas páginas da história da comuna.*

*(Jornal A Época, Caxias, 1940, p.5)<sup>204</sup>.*

Em 1934, o município de Farroupilha conquistou sua independência política, desmembrando-se de Caxias. O desenvolvimento ocorrido nas décadas anteriores fez com que alguns moradores de Nova Vicenza e demais localidades coloniais passassem a desejar tal feito, tendo início um movimento pró-emancipação, liderado pelo Coronel Ângelo Antonello<sup>205</sup>.

No entanto, havia um grupo contrário, que não via vantagens na emancipação. Como exemplo, destaco uma notícia publicada no dia 05 de julho de 1934, no Jornal *O Momento*<sup>206</sup>. No impresso, se observa que alguns moradores de Nova Milano fizeram um abaixo-assinado, no mês de abril, contra a emancipação do 2º Distrito, e o endereçaram ao Prefeito Miguel Muratore, que também discordava da mesma e havia elevado a comunidade de linha colonial a 6º Distrito de Caxias em 1933, sendo muito quisto por isso.

Segundo Tartarotti (2014), em Nova Vicenza, também havia um grupo contrário ao movimento emancipatório, tendo como um de seus principais nomes o farmacêutico Dionísio Cibelli. Nas palavras do autor: “Dionísio Cibelli além de suas atividades profissionais era um político ativo. Porém, por questão de princípio e por pertencer a Partido adversário, não era simpatizante do movimento que batalhou pela emancipação”. (TARTAROTTI, 2014, p. 247).

<sup>204</sup> **A Época**, Caxias, ano II, n. 95, p.5, 01 set. 1940. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

<sup>205</sup> Conforme destaca Tartarotti (2014, p. 267): “Contava ele com a participação de seu sobrinho, Dr. Armando Antonello, para manter contato com as esferas administrativas estaduais a fim de obter as condições para concretizar o objetivo da emancipação. Armando Antonello passou a contar com o apoio de Atos Damasceno Ferreira, que era um dos diretores da Secretaria do Interior e de Mansueto Bernardi. Foi através de Atos Damasceno Ferreira que os membros da Comissão Emancipadora chegaram ao Secretário João Carlos Machado e, por intermédio deste, ao Governador General Flores da Cunha, interventor Federal”.

<sup>206</sup> As populações de N. Milano e outros núcleos contra o vilamento de N. Vicenza. Ao coronel Prefeito Municipal foi endereçado o seguinte ofício, contendo 243 assinaturas: Os abaixo assinados firmados, representando as populações de N. Milano, Forqueta do Caí, Boemia, Perau, Oito Colônias e São Miguel, tendo conhecimento de que uma comissão composta de vários elementos, residentes no segundo distrito deste município, ao qual pertencemos, promoveu um abaixo assinado e mesmo organizou comissões afim de pleitearem o vilamento de Nova Vicenza, vimos expor perante V. S. que não julgamos oportuna a criação do vilamento acima referido, por isso que nenhuma vantagem, ao nosso ver, trará às populações acima referidas nem mesmo a coletividade, muito ao contrário só lhe poderá acarretar maiores ônus, dados os encargos com que uma nova administração terá de arcar. Nestes termos, aguardamos deferimento. Nova Milano, abril de 1934. (Segue-se 243 assinaturas). **O Momento**, Caxias, ano II, n. 72, p. 4, 05 jul. 1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

No entanto, partindo da perspectiva de que “tudo é objeto de conflitos, de negociações, de transações provisórias” (REVEL, 1998, p. 25) e levando em consideração o desenvolvimento de Nova Vicenza e das demais comunidades, bem como, as possíveis relações políticas de Armando Antonello; no dia 11 de dezembro de 1934, o General Flores da Cunha assinou o Decreto nº 5.779, que criava o município de Farroupilha, diante dos representantes de Nova Vicenza e Nova Milano.

Além destes, o documento foi assinado contando com a participação de autoridades locais e dos demais membros da comitiva de emancipação que foi à Porto Alegre/RS. Tratava-se de uma comitiva composta, em maioria, por comerciantes, empresários e agricultores, naturais de Nova Vicenza e Nova Milano, como também da Itália e de outras localidades do estado gaúcho<sup>207</sup>.

Gasperin (1989) e Tartarotti (2014) citam, em suas obras, que houve uma grande festa para comemorar a emancipação do município, contando com missa, almoço festivo e baile no Clube Vicentino. Conforme a autora:

A comissão promovedora da emancipação resolveu comemorar o evento com uma pomposa festa popular. Fez propaganda que haveria um grande churrasco para todos os que quisessem confraternizar. Da Sertorina saiu um caminhão de carga lotado de pessoas, inclusive eu, para fazer-se presente à grande festa. (GASPERIN, 1989, p. 171).

Tartarotti (2014, p. 278) destaca que a missa e o almoço ocorreram no Veraneio Matte: “no salão de festas foram instaladas as autoridades e convidados e no bosque dos Fetter o restante do pessoal que se fez presente a fim de prestigiar o acontecimento”. Entre os convidados, o autor destaca a presença de autoridades políticas, religiosas e militares, como o Padre Gialdino, vigário da paróquia de São Marcos; Dr. Celeste Gobatto, ex-Intendente de Caxias; Capitão Mozart, representante do comando da Brigada Militar do Estado; Adolpho Pena, Deputado Estadual, entre outros. À noite, encerrando os festejos, ocorreu o baile, certamente apenas para sócios e convidados; sendo, nessa ocasião, escolhida como rainha da emancipação a professora Sylvia Jaconi, filha de Humberto, membro da comissão de propaganda do Comitê Pró-emancipação de Nova Vicenza.

Como já mencionado, Armando Antonello<sup>208</sup> foi nomeado como primeiro prefeito do novo município. Em 1935, concorreu ao cargo de prefeito pelo PRL, sendo eleito, conforme

---

<sup>207</sup> Como Bom Jesus, Alto Feliz, Carlos Barbosa e Bento Gonçalves.

<sup>208</sup> Armando Antonello era natural de Porto Alegre/RS, filho de imigrantes italianos e formado em Economia e Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal de Pelotas/RS. Foi casado com Wanda Camozato e, após

reportagem do Jornal *Staffetta Riograndense*<sup>209</sup>, com aproximadamente 1.330 votos de um total de 2.489 eleitores. Tais números sinalizam que a votação foi acirrada, e que havia divergências políticas no contexto municipal, provavelmente entre PRL e PL. No ano seguinte, tomou posse como prefeito eleito, juntamente com sete vereadores, todos do PRL<sup>210</sup>, incluindo alguns membros que faziam parte da comitiva de emancipação.

No pouco tempo em que esteve à frente da prefeitura, Antonello realizou melhoramentos urbanos, como a abertura e o nivelamento de ruas, a construção de calçadas bem como inaugurou o Sanatório Nova Vicenza e o local para a construção da Igreja Matriz. O *Il Giornale Dell'Agricoltore*<sup>211</sup> mencionou, em algumas publicações, que ele também esteve preocupado com as questões relacionadas à agricultura local e ao fornecimento de água para a população. Se manteve no cargo até 1937 quando, em virtude do início do Estado Novo (1937-1945), foi destituído de suas funções, passando a exercer a advocacia.

Depois dele, os prefeitos de Farroupilha no período de abrangência desta pesquisa foram os seguintes:

Quadro 11: Prefeitos de Farroupilha/RS (1934-1951)

Nome	Período administrativo	Naturalidade	Profissão	Partido
Armando Antonello	1934-1937	Porto Alegre/RS	Advogado	PRL
Cap. Eudoro Lucas de Oliveira	1937-1940	Piratini/RS	Capitão da Brigada Militar	PRL
Ten. Januário Dutra	1940	-	Oficial da Brigada Militar	PRL
Nelson T.Schneider	1940-1942	Porto Alegre/RS	Empresário	PRL
Antonio P. Pinto	1942-1944	-	-	PRL
Raul Cauduro	1944-1947	-	Advogado	PRL
Alberto O. Farinon	1947	-	-	PSD
José Baumgartner	1947-1951	Farroupilha (Nova Milano)	Empresário	PTB

Fonte: Elaborado pela autora com base nas obras de Trentin (2002), Gasperin (1989) e Montegutti, Giacomel, Dall'Osbel (1993).

Como lembra Gasperin (1989), no Governo de Getúlio Vargas, os governadores dos Estados, assim como os prefeitos municipais, não eram eleitos, mas sim, nomeados. Nesse sentido, é interessante observar, no quadro acima, que, depois de Antonello, os prefeitos

---

perder o cargo de prefeito, passou a atuar como advogado em Farroupilha, Garibaldi e Bento Gonçalves. Em 1944, mudou-se para Porto Alegre. Faleceu em 1973, na cidade de Farroupilha. (TARTAROTTI, 2014).

<sup>209</sup> *Staffetta Riograndense*, Garibaldi, n. 48, p. 3, 4 dez. 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>210</sup> *O Momento*, Caxias, ano IV, n. 152, 13 jan. 1936. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>211</sup> *Il Giornale Dell'Agricoltore*, Caxias, p. 15, 1935; *Il Giornale Dell'Agricoltore*, Caxias, p. 5, 25 mar. 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

Eudoro, Januário, Nelson, Antonio, Raul e Alberto foram nomeados pelo governo e não apresentavam nenhuma ligação com a comunidade local; sendo que, ao final do Estado Novo, a situação se modificou com José Baumgartner, o primeiro prefeito eleito pela comunidade e morador do município.

Quando Antonello deixou o governo, foi indicado para assumir o município o Capitão Eudoro Lucas de Oliveira. Sua chegada, no dia 21 de dezembro de 1937, foi retratada pelo *Jornal A Época*. De acordo com o impresso:

Quando, ao desembarque, o Capitão Eudoro Lucas de Oliveira, envergando a farda de oficial da invicta Brigada Militar, com o porte nobre, sereno e altivo se apresentou pela vez primeira ao povo de Farroupilha, desde logo todos vislumbraram nele o mensageiro da paz tão desejada, o realizador das grandes aspirações coletivas. Neste dia todos os munícipes regressaram aos seus lares levando consigo uma grande e confortadora esperança<sup>212</sup>.

O texto enaltecendor, tecendo elogios ao prefeito condiz com o momento histórico da época, em que a propaganda política realizada nos meios de comunicação servia para fortalecer o novo regime e criar um imaginário político, pois como explica Capelato (2005, p. 201-202):

A propaganda política se vale de ideias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário, que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica é a sedução, elemento de ordem emocional e de grande eficácia na atração das massas.

Se pode dizer que o jornal *A Época* procurou exercer essa “sedução” a partir de suas publicações durante o período estadonovista, destacando a figura dos novos prefeitos da Região, bem como dos interventores gaúchos e do próprio Getúlio Vargas.

Certamente, pela sua posição política, o Capitão Eudoro conseguiu realizar importantes obras no cenário municipal, como a construção do prédio da prefeitura e da Praça da Bandeira, bem como a abertura de novas ruas e novas escolas. Na sua gestão, também foi inaugurado o Campo de Cooperação Municipal, os prédios do Grupo Escolar Farroupilha e da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus.

Oliveira governou o município até meados de 1940, dedicando atenção especial à educação, uma vez que tinha como meta de governo “o maior desenvolvimento da Instrução Pública pela grandeza do Brasil”. (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1940, p. 55). Assim, incentivou a expansão dos grupos escolares, especialmente os localizados nas zonas rurais e

---

<sup>212</sup> *A Época*, Caxias, ano II, n. 52, 01 out. 1939. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

com maior predominância de imigrantes e descendentes. Também, instituiu a obrigatoriedade do ensino primário no município, em 1939.

Em 1940, houve uma permuta de funções entre Eudoro Lucas de Oliveira e Januário Dutra, prefeito de Herval/RS. Ambos trocaram de município e Farroupilha passou a ser administrada pelo Tenente Dutra, que permaneceu no cargo por apenas cinco meses. Novamente, o Jornal *A Época* se manifestou e dedicou uma página do impresso ao município e ao novo prefeito:

Farroupilha inicia a terceira etapa de sua vida administrativa, depositando lealmente toda a sua confiança e o seu apoio ao novo Prefeito, o ilustre militar Tenente Januário Dutra, cuja inteligência moça e grande capacidade de trabalho, farão com que o seu nome figure gravado com letras douradas nas páginas da história da comuna<sup>213</sup>.

O Tenente teve uma passagem rápida pela cidade e, dentro de pouco tempo de governo, inaugurou a Biblioteca Pública e a rodoviária. Em novembro de 1940, foi dispensado das funções de Prefeito, em virtude de ter sido convocado para serviço na Brigada Militar, conforme destacou o Jornal *Diário de Notícias*<sup>214</sup>. Com sua saída, assumiu o Prefeito Nelson T. Schneider<sup>215</sup>, que também teve uma passagem rápida pela cidade, permanecendo na administração da mesma até 1942, quando foi indicado para administrar Novo Hamburgo/RS.

Em relação à sua administração, se pode dizer que foi um prefeito preocupado com as questões educacionais, fortalecendo a Campanha de Nacionalização do Ensino por meio do incentivo das atividades cívicas. Além disso, auxiliou na construção do prédio do Grupo Escolar de Cajuru, localizado na zona rural (1941), como também ofereceu uma área de propriedade do município para a construção de um edifício que serviria de amparo para os menores abandonados<sup>216</sup>.

Como visto no Quadro 11, o prefeito seguinte foi Antônio Pedroso Pinto, que também não se manteve muito tempo à frente da cidade. No entanto, até o momento, foram localizadas poucas informações à respeito do político e dos motivos que o levaram a deixar o cargo, em 1944. De acordo com uma notícia publicada no Jornal *Correio Riograndense*<sup>217</sup>, Antônio teria

<sup>213</sup> *A Época*, Caxias, ano II, n. 95, p.5, 01 set. 1940. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

<sup>214</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano XVI, n. 249, p. 4, 20 nov. 1940. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>215</sup> O empresário Nelson T. Schneider era natural de Porto Alegre/RS e oriundo de uma família de políticos. Foi casado com Alice Krieger e prefeito dos municípios de Farroupilha, Novo Hamburgo e Canela.

<sup>216</sup> Até o momento, não foi possível verificar se, de fato, o edifício foi construído.

<sup>217</sup> *Correio Riograndense*, Garibaldi, ano 85, n. 51, p. 4, 27 dez. 1944. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 jun. 2019.



pedido exoneração de suas funções de prefeito, sendo substituído por Raul Cauduro, prefeito de Torres/RS<sup>218</sup>. O mesmo permaneceu em Farroupilha entre os anos de 1944 a 1947, quando foi nomeado para exercer o cargo de ajudante oficial do Registro de Imóveis na capital, Porto Alegre. Até o momento, se sabe que, em sua gestão, foi inaugurada a nova ala do Hospital São Carlos, em 1945.

Com a repentina saída de Raul, assumiu, provisoriamente, Alberto O. Farinon, até a nova eleição que levou à prefeitura o farroupilhense natural de Nova Milano, José Baumgartner<sup>219</sup>, encerrando um ciclo de prefeitos nomeados e sem vinculação municipal. O prefeito cumpriu os seus quatro anos de mandato pelo PTB, sendo que, ao final do mesmo, faleceu vítima de um infarto enquanto estava a trabalho em Porto Alegre. Suas principais obras foram: abertura de novas ruas, melhoria no fornecimento de energia elétrica, construção de pontes e instalação de quatro escolas municipais (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL'OSBEL, 1993).

Diante das fontes localizadas, pode-se dizer que o contexto político farroupilhense não foi tão conturbado quanto em Garibaldi, possivelmente, em virtude do fechamento dos partidos políticos e da escolha dos prefeitos pelos interventores estaduais. Porém, ao que tudo indica, havia, no contexto do município, dois grupos políticos: o PRL e o PL, que tiveram suas divergências e disputas políticas.

Farroupilha foi um município governado, inicialmente, por dois representantes da Brigada Militar, o que permitiu com que, em pouco tempo, a cidade realizasse importantes obras, como a construção da biblioteca, da rodoviária, a abertura de escolas e demais melhoramentos urbanos. Depois de 1940, se observa uma sucessão de prefeitos que ficaram pouco tempo na localidade, sendo indicados para outros cargos e funções. Essa troca constante interrompeu um ciclo de benefícios que, até então, estavam sendo postos em circulação para a população, pois não se observa maiores realizações no contexto local, após esse período. O ano de 1947 trouxe uma importante mudança para a comunidade: a possibilidade de escolha de um candidato, levando ao cargo de Prefeito Municipal José Baumgartner<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup> Raul Cauduro era advogado e, antes de exercer suas funções como prefeito em Farroupilha, foi juiz municipal em Viamão/RS e prefeito de Torres/RS.

<sup>219</sup> Era natural de Nova Milano e foi fundador da Sociedade Moinho Nova Milano Ltda. e da Cooperativa Vitivinícola Emboaba Ltda. Foi casado com Otilia e pai de sete filhos, entre eles, dois seminaristas. Faleceu em 1951, em Porto Alegre/RS. **Correio Riograndense**, Garibaldi, n. 27, p. 1, 18 jul. 1951. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

<sup>220</sup> Infelizmente, não foram encontrados os relatórios dos prefeitos de Farroupilha, sendo que esse tipo de fonte poderia auxiliar na compreensão da gestão de cada prefeito, suas realizações, dificuldades financeiras, investimentos e, possivelmente, ajudaria na contextualização das décadas investigadas, como na narrativa realizada acerca de Garibaldi.

## 2.2.2 A formação e o desenvolvimento dos distritos

*Fica elevado à categoria de município, com denominação de “FARROUPILHA”, a sede do povoado de Nova Vicenza, o território constituído pelos 2º e 6º distritos de Caxias (Nova Vicenza e Nova Milano), incluindo o Travessão Quatro Colônias, que ultimamente foi desanexado do referido 6º distrito, pelo 3º distrito de Bento Gonçalves (Linha Jansen) e pelo 9º distrito de Montenegro (Nova Sardenha).*

*(Decreto nº 5.779, de 11 de dezembro de 1934).*

A epígrafe apresentada reproduz um trecho do Decreto nº 5.779, de 11 de dezembro de 1934, que emancipou de Caxias o município de Farroupilha. Como visto, para a constituição do novo município, foram anexados territórios que pertenciam a Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro, ficando a cidade composta pela sede e pelos três distritos localizados nas zonas rurais: Vila Jansen (2º Distrito), Nova Sardenha (3º Distrito) e Nova Milano (4º Distrito). Cabe destacar que, além destes distritos, existiam as linhas coloniais, que também passaram a fazer parte do mesmo, entre elas, as comunidades de: São Marcos, Caravaggio, Desvio Blauth, Machadinho e Rio Burati.

Entender, ainda que de forma breve, um pouco do contexto histórico, social, econômico, religioso e cultural destas localidades se faz necessário, uma vez que é nesses espaços que foram instalados o Grupo Escolar de Vila Jansen, o Grupo Escolar de Caruara e o Grupo Escolar de São Marcos, no final da década de 30 do século XX. Nesse processo, chama a atenção que apenas a comunidade de Nova Milano não foi contemplada com uma destas instituições, possivelmente pelas influências e interferência da Igreja Católica, que mantinha uma escola nesta localidade<sup>221</sup>.

A comunidade de Vila Jansen pertencia à Colônia Dona Isabel, elevada à condição de município em 1890, com a denominação de Bento Gonçalves<sup>222</sup>. Conforme consta na obra organizada por De Paris (1999), em 1879, havia 417 pessoas morando na Linha Jansen, estabelecidas em 167 lotes coloniais. Já em 1884, a população passou para 1.075 habitantes, sendo 595 homens e 480 mulheres, divididos em 233 moradias. Tais dados sinalizam para a chegada de novos moradores à localidade, bem como para as dinâmicas de vida, envolvendo casamentos e nascimentos, sendo que as famílias numerosas eram comuns nesse período.

<sup>221</sup> Em 1924, foi instalado o Juvenato São Carlos, em Nova Milano, posteriormente denominado de Escola Santa Cruz, aos cuidados das Irmãs Scalabrianas, como se verá no próximo capítulo.

<sup>222</sup> “Em 1900, o Município de Bento Gonçalves foi dividido em Garibaldi (correspondente a Conde d’Eu) e Bento Gonçalves (Dona Isabel)”. (LUCHESE, 2015, p. 20).

Era uma Linha povoada, em maioria, por imigrantes e descendentes de italianos<sup>223</sup>, que viviam, sobretudo, da agricultura familiar, uma vez que “desde que se estabeleceram na região, os imigrantes iniciaram o cultivo da videira e da cultura de subsistência: arroz, trigo, milho, feijão, batata, frutas e verduras”. (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL'OSBEL, 1993, p. 35).

Em relação a estes anos iniciais, De Paris (1999, p. 66) ainda aponta a presença de uma pequena sociedade italiana, fundada em 1889, tendo “por finalidade o mútuo socorro e a instrução”, bem como a existência de duas aulas públicas.

No ano de 1909, Vila Jansen passou a ser o 3º Distrito de Bento Gonçalves, permanecendo subvencionada ao mesmo até 1934, quando passou a pertencer a Farroupilha. Nesse período, é possível identificar a emergência de algumas pequenas indústrias, como os moinhos de Agostinho Buseti e dos irmãos Guilherme e Alfredo Gemelli, bem como a fábrica de salames, a serraria a vapor e a cantina de vinhos de Luiz Buseti. A passagem da estrada estadual Júlio de Castilhos, a partir de 1911, impulsionou o desenvolvimento da indústria e do comércio na localidade, pois, a partir de então, ficaria mais fácil comercializar o que era produzido.

A fotografia a seguir, mostra o espaço central da Vila Jansen, em 1918. Um cenário rural, com a presença de algumas casas de madeira e da capela; ponto de encontro, de rezas, de festas religiosas.

---

<sup>223</sup> Em sua obra, Montegutti, Giacomel e Dall'osbel (1993, p. 35) pontuam que as famílias Mandelli, Mongoni, Gasperin, Romagna, Giacomelli, Três, Lazzari, Tocheto, Moroni, Signori, Marmentini, Biazus, Brum e Pozza seriam algumas das mais antigas estabelecidas neste lugar.

Fotografia 13: Linha Jansen, 1918



Fonte: Luchese (2015, p. 87).

Com o passar dos anos, esse espaço se ampliou e foram surgindo mais casas de moradia, casas comerciais e indústrias. Nas próximas décadas, houve a instalação de importantes cantinas para a fabricação de vinho, como as Cooperativas Vitivinícolas São João e Linha Jacinto, bem como foram abertos botequins, alambiques, moinhos, carpintarias, serrarias, ferrarias, subprefeitura, cartório, hospedaria, alfaiataria, entre outros serviços (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL'OSBEL, 1993).

Dona Itália Peccini Bordignon<sup>224</sup> ressalta que havia na localidade o “*Andreazza, que era carreteiro. Aquele tinha carroça grande eles tinham casa de negócio lá na Linha Jansen*”. (BORDIGNON, 2012). Lembra que os carreteiros da Jansen traziam para Caxias queijo, salame, verduras e frutas para serem vendidos nos armazéns, bem como compravam e levavam para a colônia produtos que não tinha lá.

Como já referenciado, em 1934, a Vila passou a pertencer à Farroupilha e, com isso, ganhou um grupo escolar em 1937. Na década de 40 do século XX, a professora Ernilda foi lecionar no Grupo Escolar de Vila Jansen e, em relação ao contexto do Distrito nesse período, menciona que havia:

*A escola, a subprefeitura, dois hotéis, depois um fechou porque o dono foi embora, foi para Santa Catarina, mas não me lembro do nome. Um pouco de anos depois, mas*

<sup>224</sup> Entrevista com Itália Peccini Bordignon, concedida a Rosana Peccini e a Sônia Storchi Fries, em 13 de dezembro de 2012. Está transcrita e foi localizada no Banco de Memória do AHMJSA – Caxias do Sul/RS.

*eu já estava aqui (centro de Farroupilha), o outro hoteleiro foi embora também, o Sonaglio.* (TURQUETTO, 2019).

Depois, destacou que tinha uma costureira, o correio e que muitas pessoas viviam da agricultura produzindo “*uva, parreira, trigo, milho, essas coisas*”, mas não moravam no centro do Distrito. Em relação às práticas culturais, rememorou a Festa de São João: “*Ele é o padroeiro da capela lá. Acho que ainda continua..., mas a capela não era onde é agora. Era lá embaixo, logo depois que passasse o rio*”. (TURQUETTO, 2019). Dona Ernilda apontou, também, que a paróquia ficava em São Marcos<sup>225</sup>, há, aproximadamente, 3 km de distância da Vila Jansen e que, por isso, “*lá a gente não tinha sempre missa, todos os domingos não. Não era sempre que o padre ia*”. Além da importância da figura do padre, da missa e das festas religiosas, é interessante destacar neste contexto a circulação do Jornal *Correio Riograndense*.

Especialmente no início dos anos de 1940, localizei diversas notas de agradecimentos destinadas a alguns moradores da Vila que conseguiram novos sócios para o impresso, entre eles, o senhor Giacomo Mandelli, que enviou “20 novas assinaturas junto aos 15 cruzeiros cada uma para o ano de 1945”<sup>226</sup>. Pelo que foi possível entender, os assinantes do jornal foram convidados a participar de uma campanha denominada “Apóstolos abnegados do jornal católico”, que tinha como objetivo fazer com que cada um procurasse uma nova assinatura. Como forma de agradecimento, os nomes eram publicados no “mural de honra”, juntamente com a quantidade de assinaturas<sup>227</sup>.

O Distrito de Nova Sardenha, inicialmente, pertencia ao município de São Sebastião do Caí. Depois, em 1924, passou a pertencer a Montenegro, ficando subvencionado ao município até dezembro de 1934, quando Farroupilha conquistou sua emancipação. Ao que tudo indica, com o passar dos anos, recebeu imigrantes alemães e italianos. Com o aumento da população, além da produção agrícola, se desenvolveram o comércio e a indústria. Surgiram as serrarias de Pedro Cesar Pacini, de Carlos Blauth, de Alfredo Franzem e de Antônio Gallas, bem como a casa comercial de Modesto Picolli, a fábrica de móveis de Primo Tedesco<sup>228</sup> e os hotéis de Maria de Nardi, Manuel Achilles e Sebila Pacini.

Entre 1908 e 1910, houve a construção e a inauguração da estação Férrea de Nova Sardenha, próxima ao centro da comunidade, o que favoreceu o seu crescimento nas décadas

<sup>225</sup> A localidade de São Marcos, mencionada pela professora, também recebeu um dos grupos escolares em 1937. No entanto, até o momento, foram encontrados poucos indícios em relação a essa localidade.

<sup>226</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, ano 35, n. 47, p. 1, 29 nov. 1944. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

<sup>227</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, ano 36, n. 2, p. 6, 10 jan. 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

<sup>228</sup> Em 1912, se mudou para Nova Vicenza, onde deu continuidade às suas atividades do setor madeireiro.

seguintes. Infelizmente, são poucos os documentos encontrados acerca desse período inicial. Se sabe que, em 1913, havia um juiz distrital e que, em 1916, foi edificada em madeira a Igreja São Paulo da Cruz. No mesmo ano em que foi fundada uma comunidade evangélica luterana. Ainda, que o território do mesmo abrangia as seguintes localidades: Desvio Blauth, São José, Linha Müller, Machadinho, Linha Ely, São Miguel e Mundo Novo. Em 1924, existiam quatro fábricas de laticínios, uma aula particular, três aulas municipais e uma aula estadual<sup>229</sup>.

Já nas décadas de 30 e 40 do século XX, é possível observar uma diversificação de atividades econômicas desenvolvidas em Nova Sardenha: havia olarias, ferrarias, sapatarias, matadouro, duas vinícolas e fábricas de cal, de erva-mate e de caixas para exportar uvas.

Alzedir, morador de Nova Sardenha, recorda que, entre o final dos anos de 1930 e início de 1940, havia poucas indústrias,

*depois que veio esse forno de cal, aí depois trouxeram, o cara de Venâncio Aires veio e colocou uma fábrica de erva-mate e gente tirava a erva-mate. Não era nada fácil carregar a erva-mate pra fora dos matos. Não é que nem hoje, tudo árvore plantada. Amarrava com taquara, 14/15kg... dava menos, mas carregar aquilo nas costas com tempo de cerração, chuva. (DAL MAGRO, 2018).*

Tais memórias são compartilhadas por Salvador, amigo de Alzedir e ex-morador da localidade:

*Olha, no tempo que eu era criança, ali em Nova Sardenha existia muita coisa. Existia futebol, existia salão de baile, serraria, cooperativa. Tinha cantina de vinho, que no tempo da uva nós fazia caixa pra encaixotar a uva. Então dois, três meses ali, era só fazer caixa pra uva, pra encaixotar. Era umas caixas grandona, tinha 30 kg de uva. Depois daí a gente trabalhava em casa. Naquela época ali era assim. Mas tinha de tudo! Tinha ferraria, tinha moinho... e foi se terminando. (FELICETTI, 2018).*

Além das indústrias, foram abertas lojas, armazéns, alfaiatarias, bares, açougues e hotéis, entre eles, o Veraneio Blauth e Haupt. Foram instaladas escolas isoladas e um cartório, tendo como Juiz de Paz o senhor João Domingues Felicetti. Em 1939, foi organizado o grupo escolar no centro do Distrito.

Entre os serviços, ainda é preciso lembrar das parteiras e benzedadeiras, como também dos médicos<sup>230</sup> que frequentavam as zonas rurais, esporadicamente. Nessa época, eram longas as distâncias entre as comunidades rurais e os centros urbanos. Dona Alda, prima de Salvador e moradora de Nova Sardenha, explicou que se alguém ficasse doente ou precisasse de algo,

<sup>229</sup> Informações presentes na obra de Netto (1924). Aqui, tomada como referência e documento histórico. O livro encontra-se na seção de Coleções Especiais, da Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul/RS.

<sup>230</sup> João Carlos Rossler menciona que, quando era criança, acompanhava o seu pai, o médico Jayme Rossler, em atendimentos pelo interior do município (ROSSLER, 2018).

tinha que correr pedir ajuda para quem tinha carro: “*Na época, que eu lembro, tinha dois senhores que tinham carro. Ninguém mais tinha carro*”. (RIBEIRO, 2018). Para ir até a cidade, usavam cavalos e, algumas vezes, o trem.

A partir de 1934, quando passou a pertencer à Farroupilha, recebeu a instalação da subprefeitura, tendo como primeiro subprefeito Guilherme Faggion. Também foi instalada a subdelegacia, que passou a contar com “um subdelegado, dois soldados da Brigada Militar com residência fixa e até uma cadeia”. (MONTEGUTTI, GIACOMEL E DALL'OSBEL, 1993, p. 39).

Para a diversão local, Montegutti, Giacometel e Dall'osbel (1993) ressaltam a existência de salões de baile, uma casa de espetáculo e circo. Nas comunidades do interior, havia ainda o cinema itinerante organizado por João Beux, que passava pelas localidades exibindo alguns filmes que “tinham temas religiosos, como a vida de Nossa Senhora Aparecida, a vida de Jesus Cristo, comédias, faroeste”. (GOMES, 2018, p. 204). Salvador (2018), quando questionado acerca de sua infância, lembrou com saudades dos jogos de futebol aos domingos. Assim, como na sede, os moradores das localidades mais afastadas se divertiam assistindo e jogando futebol.

Em relação à nomenclatura do Distrito, entendo que foi uma homenagem à Itália, sendo escolhida pelos primeiros imigrantes que povoaram o local. Em 1939, em virtude da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo no Brasil, algumas cidades e localidades tiveram suas nomenclaturas alteradas, fazendo referência à cultura nacional. Desse modo, Nova Sardenha passou a se identificar como Cajurú e, Nova Milano, como Emboaba. Em 1949, aconteceu uma nova alteração em relação às toponímias dos distritos, sendo que Emboaba voltou a ser Nova Milano e Cajurú passou a ser Caruara<sup>231</sup>. Em relação a estas mudanças, Dal Magro (2018) explica que “*Cajurú é um nome indígena e Caruara é o nome, como se diz..., é uma praga. É uma doença indígena. Aí botaram o nome aqui*”. O grupo escolar, como levava o nome do Distrito, também foi mudando a sua nomenclatura, como explicarei no Capítulo 4.

O Distrito de Nova Milano iniciou sua história em 1875, com a chegada dos primeiros imigrantes italianos, entre eles, as famílias de *Luigi Sperafico, Tommaso Radaelli e Stefano Crippa*. De acordo com Braga (2005, p. 14), esses italianos “foram os três primeiros chefes de família a chegar com o propósito de enraizar-se em um novo *paesi*” (grifo meu) e, segundo os

---

<sup>231</sup> Apenas em 1962 o 3º Distrito voltou a se chamar Nova Sardenha.

vestígios sinalizam, a partir da chegada desses imigrantes é que se iniciou a ocupação da Região<sup>232</sup>.

Nova Milano, por ter sido povoada inicialmente, foi considerada como sede das colônias, mas, conforme ressaltam Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998), em 1876, a sede passou a localizar-se na Colônia Fundos de Nova Palmira, mais tarde denominada de Colônia Caxias. Com a emancipação de Caxias, passou a ser o 3º Distrito do município até 1917, quando perdeu essa posição para Nova Vicenza, passando a ser linha colonial.

Nesse período, no núcleo colonial de Nova Milano, havia algumas casas comerciais, entre elas, a Caetano Ronchi & Cia e os estabelecimentos de Pedro Bergamo e André Fossati, que vendiam tecidos, miudezas, ferragens, louças, secos e molhados. Também mantinham cantinas para a fabricação de vinho e um importante moinho. A maioria da população vivia da agricultura e da criação de pequenos animais.

Como nos demais locais, o futebol era o esporte mais praticado, sendo que em 1914, foi fundado o Sport Clube Victoria. A comunidade ainda tinha praça e uma igreja de madeira, substituída em 1921 por construção de alvenaria, como se vê na figura a seguir.

Fotografia 14: Capela de Nova Milano [?]



Fonte: Acervo fotográfico do AHMISA – Caxias do Sul/RS.

---

<sup>232</sup> Por esse motivo, Farroupilha é considerada o berço da imigração italiana no Rio Grande do Sul, pois é nessa localidade que teve início o processo de formação dos municípios que compõem a Região Colonial Italiana do Estado, entre eles: Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis, entre outros.



Não foi possível localizar a data exata da imagem, mas, diante do cenário, penso que seja da década de 1920. Pode-se observar a nova igreja, algumas construções em madeira, a praça, bem como um número significativo de pessoas, dando a impressão de que o registro ocorreu em dia festivo para a comunidade.

Dona Irma Varisco Mangini<sup>233</sup>, moradora de Nova Milano, lembra da *sagra* que era a festa em honra a Santa Teresa, padroeira da localidade. Ela rememora que a festa iniciava com missa, procissão e reza do terço, depois tinha o almoço e diversas brincadeiras como cartas, rifas, *tômbola* (bingo) e pesca. Diante de tantos preparativos e diversões, certamente, estas festas religiosas eram aguardadas com entusiasmo pelas comunidades. A entrevistada ainda destacou outra atividade que ocupava o tempo das jovens nessa época: a organização do enxoval, normalmente bordado à mão<sup>234</sup>. Também, lembrou dos passeios na praça: “Nós íamos passear, né, nós pegávamos em cinco, seis de braço assim, né, passeava lá na praça pra cá, pra lá, pra cá, pra lá. [risos] Cinco, seis moças, né, pra cá, pra, e os rapazes atrás”. (MANGINI, 2013).

Na década de 30 do século XX, surgiram novas instalações, como a Cooperativa Agrícola Nova Milano e o Banco do Rio Grande do Sul. Em 1933, pelo Ato nº 148, assinado pelo Prefeito Miguel Muratore, o núcleo de Nova Milano passou a ser o 6º Distrito de Caxias. Segundo reportagem publicada no Jornal *O Momento*<sup>235</sup>, essa decisão foi tomada levando em consideração que a localidade era o povoado mais antigo do município e, nessa década, apresentava um número considerável de habitantes como também recursos materiais e econômicos, pois possuía indústrias e uma quantia significativa de estabelecimentos comerciais, como a Cooperativa Agrícola. Sendo sede do Distrito, o centro de Nova Milano passaria a contar, a partir de então, com um escrivão, um juiz de casamento e um subprefeito. Para a constituição do distrito, foram anexados alguns lotes do Travessão Milanez e das comunidades São José, Trentino, Sete Colônias, Picada dos Boêmios, Perau, Pedro Guedes, Portugal, Quatro Colônias e mais 19 lotes<sup>236</sup>.

Em 1934, há mais uma mudança e, com a emancipação de Farroupilha, Nova Milano passou a ser o seu 4º Distrito, como explicado anteriormente. Até o momento, em relação às

---

<sup>233</sup> Entrevista com Irma Varisco Mangini concedida a Sônia Storchi Fries e a Susana Storchi, em 09 de setembro de 2013. Está transcrita e foi localizada no Banco de Memória do AHMJSA – Caxias do Sul/RS.

<sup>234</sup> Dona Irma rememorou que bordava o enxoval de noite, à luz de velas, porque durante o dia tinha que trabalhar em casa e na roça.

<sup>235</sup> **O Momento**, Caxias, ano 1, n. 21, p. 4, 06 jul. 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

<sup>236</sup> Talvez, lotes particulares e que não pertenciam à nenhuma das comunidades citadas.

próximas décadas, foram encontrados poucos indícios referentes à organização econômica de Nova Milano.

Por fim, o presente texto não dá conta de todas as dinâmicas estabelecidas no cotidiano destes três Distritos e de São Marcos, uma vez que seria impossível pesquisar e escrever tudo o que foi vivido ao longo destes anos. Assim, diante das condições e dos documentos disponíveis, penso ter conseguido mapear e registrar as informações mais importantes que permitem compreender o motivo principal que levou à instalação dos grupos escolares nestas comunidades: o forte caráter étnico de colonização europeia.

Uma agricultura de subsistência, a falta de energia elétrica, a organização das primeiras indústrias e casas comerciais, o aumento da população e, com ele, a emergência de diversos serviços. As privações devido à localização distante do núcleo urbano, os momentos de diversão na praça, no futebol, nas festas religiosas. A manutenção da fé, visível na construção de capelas, igrejas, capitéis. As constantes trocas de nomenclatura e a divisão político-administrativa, são dinâmicas que vão ao encontro do que escreveu Luchese (2007, p. 100):

Ao inventar seu próprio cotidiano, os imigrantes e seus descendentes, em poucas décadas, apropriaram-se das condições oferecidas pelo projeto imigrantista. Criaram estratégias de sobrevivência nos lugares a eles destinados e produziram fazeres diferenciados e dinâmicos, no seu dia a dia. Fizeram acontecer não apenas o trabalho e a religiosidade. Não apenas o sofrimento e a abnegação. Mas um caleidoscópio de vidas e vivências.

Por fim, como visto ao longo deste capítulo, os municípios de Garibaldi e Farroupilha, não são apenas próximos territorialmente, mas se identificam pelos avanços propiciados pela passagem do trem, pelas riquezas advindas da agricultura, pela produção de práticas religiosas e culturais, como também pelas constantes mudanças na liderança das prefeituras. Além destas questões, como se verá no próximo capítulo, mantêm proximidades também em relação as dinâmicas de escolarização, compondo a tríade fé, instrução e nacionalização que passo a narrar.

### 3 FÉ, INSTRUÇÃO E NACIONALIZAÇÃO: NUANCES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM GARIBALDI E FARROUPILHA

Fotografia 15: Alunos e professoras da Escola Santa Cruz, de Nova Milano [?]



Fonte: Acervo fotográfico do AHMJSa – Caxias do Sul/RS.

Fotografia 16: Escola Municipal Nº 73, Linha Azevedo Castro, Garibaldi/RS [?]



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG – Garibaldi/RS.

### 3 FÉ, INSTRUÇÃO E NACIONALIZAÇÃO: NUANCES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM GARIBALDI E FARROUPILHA

*Sabe-se que os processos de escolarização foram dinâmicos. Em um mesmo momento histórico, conviveram escolas primárias instituídas, organizadas e mantidas por diferentes setores da sociedade, da Igreja e do Estado.*

*(Terciane Ângela Luchese, 2007, p. 103).*

Partindo da perspectiva de que os processos de escolarização nos municípios de Garibaldi e Farroupilha “foram dinâmicos” e que, além dos grupos escolares, existiram outras iniciativas; esse terceiro capítulo privilegia a análise em torno das escolas confessionais e paroquiais, organizadas pelas diferentes congregações religiosas. Além disso, narra brevemente a existência das escolas particulares italianas e das escolas apoiadas pelo governo italiano, priorizando a emergência das escolas públicas municipais e estaduais.

Nessa tessitura, se observa que tais iniciativas representaram os desejos e os propósitos das diferentes agências e sujeitos envolvidos com o processo escolar. Primeiramente, a Igreja Católica e Metodista, tendo como grandes articuladores os párocos locais e o pastor. Em seguida, a comunidade, formada em maioria por imigrantes e descendentes, principalmente de italianos, que organizou escolas particulares italianas, cedendo o espaço e pagando os seus professores. Paralelamente à essas iniciativas, surgiram as escolas italianas apoiadas pelo governo da Itália, normalmente vinculadas às Associações de Mútuo Socorro. No entanto, com o passar do tempo, diante da falta de recursos, essas escolas foram sendo fechadas e, perante a necessidade de instrução, as comunidades se mobilizaram, solicitando ao governo que assumisse os gastos com a escolarização. Por fim, com o início do século XX, emergiram as escolas públicas subvencionadas pelo Estado e pelos municípios.

Estas últimas, entre as décadas de 1920 a 1940, estiveram presentes em todo o território municipal, sobretudo em meio a zona rural, onde se mantinha traços étnicos, pois a instalação dessas escolas, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) teve, entre outros propósitos, a nacionalização, e os prefeitos assumiram essa responsabilidade empreendendo diversas medidas para disseminar o ensino e a cultura nacional.

#### 3.1 UM OLHAR PARA AS ESCOLAS CONFSSIONAIS E PAROQUIAIS

*Aqui em Conde d’Eu, as Irmãs estão instaladas num local aprazível. Além de uma linda capela tem o noviciado, um internato e uma escola primária. Poder-se-ia perguntar como, em tão pouco tempo, conseguiram tanto? Dir-lhes-ei que o senhor Bispo de Porto Alegre prestou toda sua benevolência e um pequeno amparo. A Providência foi boa, muito além do que se podia esperar.*

(Padre Bruno de Gillonnay, 1900)<sup>237</sup>.

As Irmãs de São José de Moûtiers e Chambéry, os Irmãos Maristas, as Irmãs de São Carlos, as Irmãs do Imaculado Coração de Maria e as Irmãs de Nossa Senhora Aparecida foram as congregações religiosas que se estabeleceram nos municípios de Garibaldi e Farroupilha, entre o final do século XIX e o início/meio do século XX, fruto de uma profunda reestruturação da Igreja Católica no Brasil. Em paralelo às iniciativas católicas, os Metodistas também organizaram o seu templo e a sua escola em Garibaldi.

Nessa conjuntura, se percebeu que tais congregações atuaram de forma expressiva no campo religioso, social e educacional desses municípios, ofertando a catequese, a assistência hospitalar, a formação religiosa e, em especial, a educacional, pois todas fundaram as suas escolas contando com o apoio do pastor ou pároco local, como se verá ao longo do texto. Assim, entre 1899 e 1949, foram abertas várias instituições escolares sob a direção das congregações religiosas, como se pode conferir no quadro a seguir.

Quadro 12: Escolas confessionais e paroquiais em Garibaldi e Farroupilha (1899-1949)

<b>Congregação</b>	<b>Escola</b>	<b>Ano de abertura</b>	<b>Município</b>
Irmãs de São José de Moûtiers	Colégio São José	1899	Garibaldi – sede
Irmãos Maristas	Colégio Santo Antônio <sup>238</sup>	1904	Garibaldi – sede
Irmãs de São José de Moûtiers	Escola São Lourenço <sup>239</sup>	1905	Garibaldi – Distrito de São Lourenço de Villas Boas (Floriano Peixoto)
Irmãs de São Carlos	Colégio Nossa Senhora de Lourdes <sup>240</sup>	1917	Farroupilha – sede
Irmãs de São José de Chambéry	Escola Santa Rosa <sup>241</sup>	1919	Garibaldi – Distrito de Carlos Barbosa
Irmãs de São José de Moûtiers	Escola Nossa Senhora de Lourdes <sup>242</sup>	1923	Garibaldi – sede
Irmãs de São Carlos	Escola Santa Cruz <sup>243</sup>	1924	Farroupilha – Nova Milano
Metodistas	Colégio Rio Grande	1929	Garibaldi – sede
Irmãs do Sagrado Coração de Maria	Escola Santa Bárbara <sup>244</sup>	1937	Garibaldi – Distrito de Floriano Peixoto

<sup>237</sup> *apud* D'Apremont e Gillonnay (1976, p. 167).

<sup>238</sup> Na década de 1930, o Colégio Santo Antônio passou a se chamar Instituto Comercial Santo Antônio e, depois, em 1944, trocou a nomenclatura para Escola Técnica de Comércio Santo Antônio. Atualmente é uma escola estadual de Garibaldi.

<sup>239</sup> Escola paroquial que funcionou de 1905 a 1924 (POSSAMAI, 2006).

<sup>240</sup> Entre 1917 a 1921, a instituição educativa se chamou de Colégio Nossa Senhora do Rosário (BELUSSO, 2016). Atual Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

<sup>241</sup> Atual Colégio Santa Rosa, no município de Carlos Barbosa/RS.

<sup>242</sup> Denominada de Escola Santa Inês, em 1936.

<sup>243</sup> Inicialmente denominada de Juvenato São Carlos. Hoje, identifica-se como EMEF Santa Cruz.

<sup>244</sup> No ano de 1977, a escola passou a ser estadual, denominando-se de Escola Estadual de 1º Grau São Lourenço. Nesse período, Floriano Peixoto passou a se identificar como Distrito de Coronel Pilar.

Irmãs de São Carlos	Escola Nossa Senhora de Caravaggio <sup>245</sup>	1937	Farroupilha – Linha Colonial Caravaggio
Irmãos Maristas	Colégio São Tiago <sup>246</sup>	1945	Farroupilha – sede
Irmãs de Nossa Senhora Aparecida	Escola Santo Antônio	1949	Garibaldi – Distrito de Daltro Filho

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do número significativo de instituições, seria impossível não mencionar, ainda que de forma breve, alguns indícios acerca da história destas escolas<sup>247</sup>, partindo da perspectiva que esse investimento de pesquisa se faz necessário mediante a força que exerceu, sobretudo a Igreja Católica no contexto dos municípios que compõe essa pesquisa.

Como já mencionado, depois dos Capuchinhos, a primeira congregação religiosa que se estabeleceu em Garibaldi/RS, a convite do Bispo de Porto Alegre e do Frei Bruno Gillonay, foi a das Irmãs de São José de Moûtiers, em meados de 1898. Ao que tudo indica, Madre Maria Paula e as Irmãs Maria Azélia, Clotilde e Dorothée foram as primeiras a chegar no Rio Grande do Sul e em terras garibaldinas. Foram instaladas em uma casa provisória e, no dia 16 de janeiro de 1899, iniciaram as aulas no Colégio São José.

No entanto, em virtude da febre tifoide que vitimou entre janeiro e março deste mesmo ano a Irmã Dorothée e a Madre Maria Paula, as aulas foram logo suspensas:

As Irmãs, sofrendo profundamente a tristeza da provação, foram obrigadas a enviar as postulantes às famílias, suspender as aulas e abandonar sua residência pelo perigo da contaminação. Dom Giovanni acolheu as Irmãs na Casa Paroquial a pedido de Frei Bruno, que também contraíra a epidemia. (CONGREGAÇÃO IRMÃS DE SÃO JOSÉ, 1998, p. 41).

Como é possível ler acima, juntamente com a escola, as Irmãs deram início à tradição religiosa de formar novas freiras, sendo que, em 1899, iniciaram o Postulado quatro jovens: Clorinda Corazza, Cândida Bertotto, Cristina Salvadori<sup>248</sup> e Carolina Danielli. Passando alguns meses, a escola voltou a funcionar normalmente, sendo que, em 1900, Garibaldi recebeu mais um grupo de Irmãs de São José de Moûtiers para dar continuidade ao trabalho iniciado.

Nesse mesmo ano, teve início a fundação do Noviciado das Irmãs de São José e aconteceu a primeira Tomada de Hábito. Nesse período, havia quatro noviças e seis

<sup>245</sup> Atual EMEF Nossa Senhora de Caravaggio.

<sup>246</sup> Mudou de localização, mas manteve a nomenclatura. Hoje pertence ao Estado.

<sup>247</sup> A história das escolas confessionais na Região pode ser objeto de estudo para futuras pesquisas no âmbito da História da Educação local, bem como a análise histórica de cada uma destas escolas também seria possível. Até o momento, dentre as instituições educativas mencionadas no quadro, se tem a pesquisa de Belusso (2016) sobre o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Farroupilha.

<sup>248</sup> Faleceu de febre tifoide, alguns dias antes da Madre Maria Paula. (Congregação Irmãs de São José, 1998).

missionárias na localidade, número que se ampliou, sendo que a Tomada de Hábito ocorria duas vezes ao ano. Em uma carta, datada de 1900<sup>249</sup>, Madre Margarida de Jesus, Superiora Provincial do Colégio São José, escreveu para a Superiora Geral de Moûtiers na França, relatando essa prática religiosa, como se pode ler abaixo:

Na hora aprazada, o senhor vigário e o Pe. Bruno, precedidos pela Cruz das procissões, acompanhados por 4 senhores, de tochas acesas, foram receber as candidatas à porta da Igreja. Entoaram o “*Veni Creator*”, encaminhando-se para o altar, onde as postulantes tinham lugar reservado. Grande era a piedosa curiosidade do pessoal que se esgueirava pelos cantos, erguendo-se o mais possível e subindo nos bancos e confessionários, para melhor apreciar as 4 jovens, trajadas de branco, prontas para dizerem adeus ao mundo, para melhor servir a Deus na pessoa das crianças e dos pobres. Depois das interrogações em uso no nosso cerimonial, entraram na sacristia para revestirem o hábito religioso. (D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 168, grifo meu).

A Tomada de Hábito pode ser pensada como um rito de passagem entre o mundo profano e religioso, reafirmando uma pertença. Todo o ano novas missionárias, filhas de imigrantes e descendentes, diante da comunidade e dos líderes religiosos locais, vestiam o hábito religioso, assumindo o compromisso de propagar os valores e a fé cristã, dando continuidade ao trabalho iniciado pelas primeiras missionárias. No protocolo de sua cerimônia, “a missão” de “recordar à sociedade interações, aproximações simbólicas e significados repartidos”. (BOTO, 2014, p. 106). A veste representava a escolha pela vida religiosa e o seu uso demarcava publicamente a presença e a atuação das Irmãs de São José no cotidiano do município. A Igreja Católica, como explica Hobsbawn (1997, p. 13), “frente aos novos desafios políticos e ideológicos” precisou “conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins”.

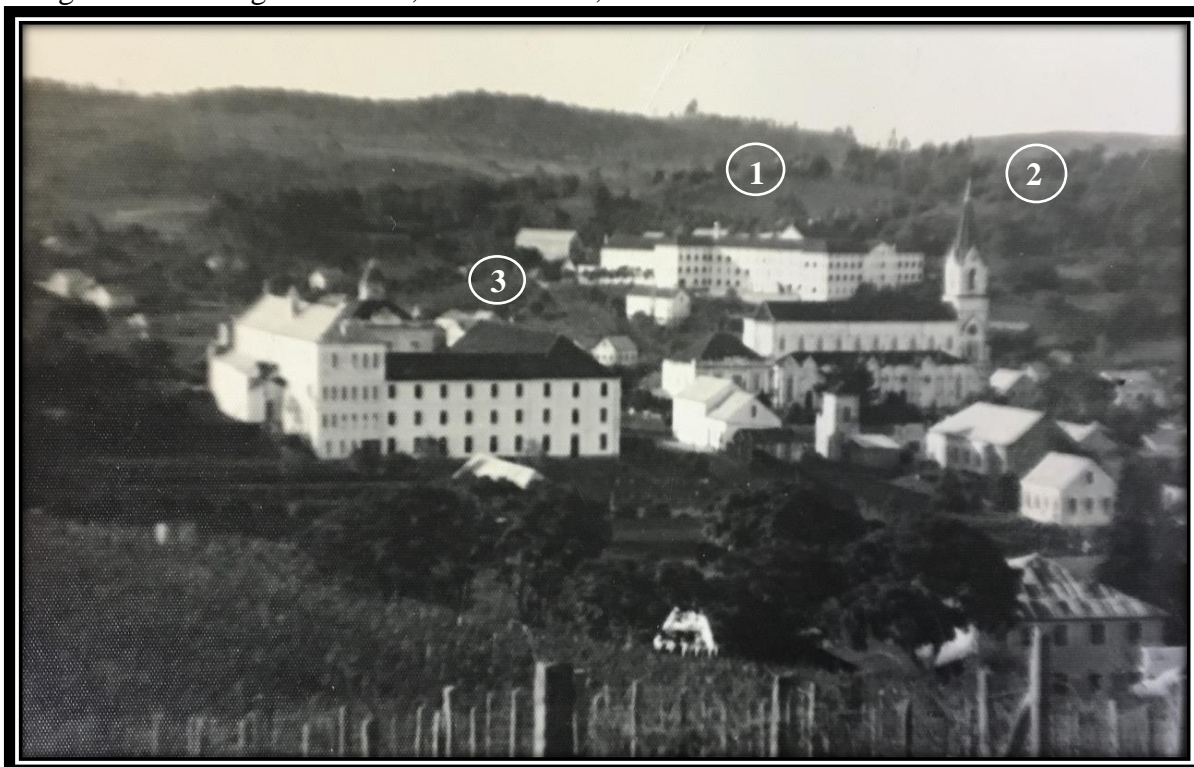
Diante da demanda de matrículas e da chegada de novas postulantes, a casa improvisada já não era suficiente. Sendo assim, se teve início a construção de um prédio próprio para a escola em um terreno que pertencia a Frei Bruno e a Dom Giovanni<sup>250</sup>, pároco local. O Colégio (1) foi construído próximo à Igreja Matriz de São Pedro (2) e ao seminário dos Padres Capuchinhos (3), na área central da cidade, como se pode visualizar na imagem a seguir.

---

<sup>249</sup> O intuito da carta era enviar um resumo da festa da Purificação de Nossa Senhora, quando se realizou a primeira Tomada de Hábito das Postulantes que viviam no noviciado das Irmãs. A mesma está transcrita na obra de D’Apremont e Gillonnay (1976, p. 168).

<sup>250</sup> Conforme o livro da Congregação Irmãs de São José (1998, p. 48): “Também foi por eles traçado o projeto arquitetônico do Convento das Irmãs de São José”.

Fotografia 17: Colégio São José, em Garibaldi, década de 1930



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG – Garibaldi/RS.

A imagem é da década de 1930, mas permite visualizar o local em que o Colégio foi construído em 1900, próximo à instituições importantes, bem como a grandiosidade do prédio edificado em um lugar de destaque no cenário local. Das ruas da cidade, era possível ver ao alto, na “Colina São José”<sup>251</sup>, a imponência da escola e do convento.

A escolha do local e do prédio para abrigar a escola, lembrou-me dos dizeres de Escolano Benito (1998, p. 26), de que:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

Segundo consta no livro da Congregação Irmãs de São José (1998, p. 48), a obra ficou pronta em cinco meses, sendo inaugurada no dia 13 de junho de 1900, “graças ao trabalho das Irmãs, noviças e postulantes, à colaboração ativa dos colonos, dos pais dos alunos e de outros

<sup>251</sup> Dia 13 de junho de 1900, festa de São Antônio de Pádua, foi a data escolhida para a benção da nova moradia. Nessa manhã de inverno, inaugurava-se um novo Tabernáculo. Cristo seria a força da caminhada das Irmãs. Era justo que o bimbalar dos sinos chamasse os habitantes da Vila para testemunhar tão rico presente. Um grupo numeroso acorreu e invadiu a colina, que a partir desse dia chamou-se Colina São José”. (CONGREGAÇÃO IRMÃS DE SÃO JOSÉ, 1998, p. 49).



benfeitores”. Em 1902, já estavam matriculadas 150 meninas, sob a direção da Madre Margarida de Jesus.

Para edificar um prédio desse porte em tão pouco tempo, as Irmãs também tiveram o apoio do Bispo de Porto Alegre que, ao que tudo indica, contribuiu financeiramente, conforme é possível entender a partir de um relato do Padre Bruno Gillonnay, o mesmo usado na epígrafe de abertura desse subcapítulo:

Aqui em Conde d’Eu, as Irmãs estão instaladas num local aprazível. Além de uma linda capela tem o noviciado, um internato e uma escola primária. Poder-se-ia perguntar como, em tão pouco tempo, conseguiram tanto? Dir-lhes-ei que o senhor Bispo de Porto Alegre prestou toda sua benevolência e um pequeno amparo. A Providência foi boa, muito além do que se podia esperar. (D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 167).

O jornal *Staffeta* Riograndense publicou, ao longo dos anos, vários anúncios do Colégio São José, sendo possível identificar em alguns registros as finalidades do ensino ministrado, a saber: 1) Imprimir no coração das alunas as verdades da religião e as virtudes sólidas; 2) Dar-lhes conhecimentos conforme as condições da família e 3) Torná-las capazes de fazer apreciar a virtude por sua modéstia, polidez e afabilidade<sup>252</sup>. Além disso, as disciplinas que eram ofertadas na instituição: Doutrina Cristã, Leitura, Aritmética, História, Geografia, Ciências Naturais, Caligrafia, além do ensino de Língua Portuguesa, Italiana e Francesa, bem como de diversos trabalhos de agulhas. Assim, se compreende que estudar nessa escola significava ter uma formação completa: moral, religiosa, culta e educativa. No entanto, como deixa subentendido no item 2, apenas para as famílias que pudessem pagar por ela. Normalmente, o ensino das escolas confessionais era destinado à elite local, com ressalva para as matrículas gratuitas, que só eram possíveis quando o poder público municipal ajudava financeiramente as instituições. Muitas vezes, os pais ofereciam também à escola os seus serviços, como forma de pagamento.

Na década de 30 do século XX, com apoio da comunidade, foram ampliados os espaços para o Colégio e o convento, sendo que, em 1932, foi inaugurada a Casa Provincial das Irmãs em Garibaldi. A partir de então, a parte central do prédio ficou composta pelas salas da administração e Casa Provincial, ligando os dois prédios laterais que mantinham as salas de aula da escola, como também o noviciado e o postulado. Próxima ao prédio, havia sido construída uma gruta de Nossa Senhora de Lourdes e um amplo e ornamentado jardim.

---

<sup>252</sup> *Staffeta Riograndense*, Garibaldi, ano XI, n. 42, p. 3, 22 jan. 1920. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

Além de Garibaldi, as Irmãs de São José abriram escolas em outras localidades da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, como em Caxias do Sul<sup>253</sup>, Nova Trento<sup>254</sup>, Alfredo Chaves<sup>255</sup>, Bento Gonçalves e Antônio Prado<sup>256</sup>, bem como atuaram em outros espaços para além do escolar, como no atendimento hospitalar. De acordo com Luchese (2015, p. 227): “No ano de 1925, cerca de duzentas freiras dessa congregação eram filhas de imigrantes e já haviam se consagrado ao serviço religioso. Portanto, a enfermagem, o magistério e a catequese constituíram o tríplice apostolado das Irmãs de São José”.

Em 1905, por intermédio do Pároco Giuseppe Pandolphi, foram enviadas ao 2º Distrito de Garibaldi três Irmãs de São José para iniciarem as atividades educativas na Escola São Lourenço. Conforme os registros no livro da Congregação Irmãs de São José (1998) e na obra de Possamai (2006), a escola passou a funcionar em uma pequena casa de madeira, próxima à Casa Paroquial, abrigando também algumas internas.

Por meio dos escritos de Possamai (2006), entendo que essa escola era paroquial pois se mantinha através de doações da comunidade e da paróquia. Ao que tudo indica, atendia meninos e meninas da localidade. O autor menciona que, com o passar dos anos, as Irmãs foram “para a casa canônica de pedra, atrás da atual Casa Paroquial. Na atual igreja, havia a primeira Casa Religiosa, também em madeira, que servia de cozinha para a escola. O teto era de tabuinhas, e as paredes, de tábuas largas, desiguais, serradas a mão”. (POSSAMAI, 2006, p. 246).

Ao analisar os registros no Livro Tombo da Paróquia de São Lourenço, o mesmo autor assinala que as Irmãs ministravam a catequese todos os dias, que o ensino era misto e a escola dirigida pela Madre Matilde. Em 1916, havia sete alunos internos e seis externos. Por meio destes vestígios, é possível compreender que a Escola São Loureço era modesta e pequena, mantida pelas Irmãs com o apoio do Pároco local. As missionárias permaneceram nesse Distrito até 1924, quando, diante das precariedades do prédio escolar e sem o apoio do novo pároco

---

<sup>253</sup> Acerca da história do Colégio São José em Caxias do Sul, sugiro os estudos de Luchese (2007) e Grazziotin (2010), como também a obra da Congregação Irmãs de São José (1998).

<sup>254</sup> Atual município de Flores da Cunha. Sobre a escola fundada nesse local, ver Congregação Irmãs de São José (1998).

<sup>255</sup> Atual município de Veranópolis/RS. Em relação à chegada das Irmãs neste município, bem como a instalação do Colégio São José, posteriormente denominado de Colégio Regina Coeli, ver Matiello (2013).

<sup>256</sup> Acerca da escola aberta nessa localidade, ver a obra da Congregação Irmãs de São José (1998). Conforme Luchese (2007), as Irmãs de São José também abriram escolas em outras localidades do Rio Grande do Sul, como em Montenegro, Sananduva, Lagoa Vermelha, Pelotas, Vacaria e Porto Alegre.

decidiram deixar a comunidade (POSSAMAI, 2006)<sup>257</sup>. Com a saída das Irmãs, foi indicada para trabalhar nessa escola a professora Mássima Fava<sup>258</sup>.

Além desta escola, Luchese (2007) menciona, a partir de uma publicação do jornal *Corriere d'Itália* de 1916, que havia uma pequena escola paroquial italiana na Linha Garibaldi. De acordo com a reportagem, essa escola atendia alguns rapazes à noite na casa do Professor Bernardo Lovison, com material fornecido pelo vigário local e obtido no Régio Consulado de Porto Alegre<sup>259</sup>. Possivelmente, outras iniciativas isoladas, de curta permanência devem ter existido, já que havia incentivo dos párocos locais para a abertura de escolas paroquiais, mantidas pelas comunidades com auxílio da Igreja.

No ano de 1919, foi fundada pelas Irmãs de São José de Chambéry<sup>260</sup> a Escola Santa Rosa, em Carlos Barbosa, Distrito de Garibaldi. Segundo a pesquisa de Migot (2008, p. 118), antes de abrir a escola, as Irmãs de São José já atuavam em Carlos Barbosa desde 1904, “numa casa de madeira, próxima à antiga igreja dos trilhos”, ofertando o ensino primário e a catequese. O mesmo autor assinala que essa instituição funcionou em um espaço improvisado até 1926, quando foi inaugurado o novo prédio na área central do distrito.

Em uma publicação do Jornal *Staffeta*, datada de 1922, é possível identificar que lá estudavam meninas e meninos. Característica essa das escolas confessionais instaladas nas zonas rurais, diferentemente dos Colégios principais, organizados na sede. Ainda, havia uma mensagem para que os pais matriculassem os seus filhos na escola, pois lá receberiam uma educação religiosa e civil. De certa forma, induzia a pensar que o valor pago era um investimento formativo, e que a educação religiosa e civil era o patrimônio mais bonito que deixariam para os seus filhos.

A missão educativa prosseguiu e, em 1923, a congregação fundou mais uma escola na cidade, denominada de Escola Nossa Senhora de Lourdes, posteriormente Escola Santa Inês, localizada no subúrbio. Nas palavras de Clemente e Ungaretti (1993, p. 39):

---

<sup>257</sup> Esses teriam sido os motivos apontados por Possamai (2006) em seu livro. No entanto, pode ser que a partida das Irmãs tenha sido influenciada por outras questões, como o interesse dos colonos por escolas gratuitas e subvencionadas pelo estado ou município, já que as condições financeiras de muitos eram difíceis e não tinham como custear os gastos com seus filhos na escola. Também, a necessidade de trabalho braçal em casa ou na lida da roça que não permitiam a frequência e a matrícula mínima na instituição, que como visto, era baixa. Pode ser também por conta de outros desentendimentos com os moradores ou mesmo com o novo pároco local.

<sup>258</sup> Até o momento, não foi possível dizer se essa professora era paga pelo município ou pela comunidade. Possamai (2006) menciona que Mássima Fava lecionou sozinha por sete anos nessa instituição escolar, após a saída das Irmãs.

<sup>259</sup> Conforme a pesquisadora, esse jornal foi localizado no Museu Histórico Casa do Imigrante, em Bento Gonçalves/RS e data de 11/08/1916 (LUCHESE, 2007, p. 252).

<sup>260</sup> Como se nota, Garibaldi recebeu as Irmãs de São José oriundas de Moûtiers e de Chambéry, províncias francesas autônomas. A partir de 1953, as Irmãs de Moûtiers e Chambéry se unificaram, formando uma única congregação.

Em 1923, o bairro ferroviário contava com muitas crianças sem escola. O Pe. Bruno, coadjutor da Paróquia, preocupou-se com a situação. Fez um apelo às Irmãs de São José. A madre Justina Inês atendeu de imediato. As primeiras duas irmãs foram: Teofânia e Joaquina.

Nos escritos da Congregação Irmãs de São José (1998, p. 102) é possível perceber que a instituição atendeu as crianças da comunidade até o ano de 1936, momento em que as oficinas da estação férrea “foram transferidas para Santa Maria, assim como muitas famílias”. Como a escola estava prestes a ser fechada, “Madre Justina Inês adquiriu um terreno do Sr. Francischetti e mandou construir uma casa de madeira, onde funcionaria uma escola para os pobres”. Em virtude dessa atitude, a escola mudou de nome, prestando uma homenagem a Madre. A mesma obra menciona que “os alunos recebiam gratuitamente a formação primária e muitos eram auxiliados com material escolar, uniformes e alimentação”. (CONGREGAÇÃO IRMÃS DE SÃO JOSÉ, 1998, p. 102).

Até o momento, foram encontrados poucos indícios nos jornais locais acerca da existência dessa instituição escolar e, da mesma forma, não há referência desta nos relatórios dos prefeitos municipais. Penso que esse silenciamento pode ser explicado a partir dos seguintes fatores: por ser uma escola pequena e estar situada no bairro ferroviário, uma das partes mais humildes da cidade; por ser considerada uma unidade “anexa” ao Colégio São José ou, ainda, pode ser que tenha sido contabilizada como escola paroquial ou, mesmo, municipal<sup>261</sup>. O fato é que a instituição não tinha a mesma visibilidade e estrutura das escolas confessionais da região central, destinadas à elite local.

Ao que tudo indica, a Escola Santa Inês prosseguiu ao longo dos anos ofertando educação para os moradores mais pobres. Uma notícia publicada no Jornal *Correio Riograndense*, em 1947, corrobora com essa afirmação:

**Preito de gratidão:**

No dia feliz de sua Primeira Comunhão, as crianças da Escola Santa Inês, desta cidade, cumprem o dever de expressar ao benemérito casal Heitor e Adelina Mazzini os mais sinceros agradecimentos pela sua valiosa contribuição, oferecendo vestuário adequado aos alunos necessitados e patrocinando generosamente uma agradável e interessante festinha a todos os néo-comungantes. Com este gesto de amor aos pequeninos e a caridade cristã, o Sr. Heitor Mazzini e exma. esposa proporcionaram a todos os participantes um dia cheio de inesquecíveis alegrias<sup>262</sup>.

<sup>261</sup> Essa hipótese surgiu em virtude de que a Irmã Teofânia, professora da escola, era funcionária pública municipal. No entanto, a Orientadora de Ensino Naydes Bordini afirma em um ofício do ano de 1948 que a escola não era municipal mas, sim, particular.

<sup>262</sup> *Correio Riograndense*, Garibaldi, ano 38, n. 49, p. 2, 05 nov. 1947. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

Como se lê, o Prefeito Heitor Mazzini e sua esposa Adelina ofereceram o vestuário e uma pequena confraternização para que os alunos e alunas da escola pudessem realizar a Primeira Comunhão. Cabe ressaltar que, nesse período, a Diretora era a Irmã Teofânia, formada no noviciado da cidade e uma figura religiosa de destaque no cenário local, sendo professora municipal por 45 anos.

A princípio, também no bairro ferroviário, foi aberto o Colégio Rio Grande, em 1929, sob organização dos Metodistas. Até o momento, pouco se sabe em relação a essa escola, bem como são divergentes os seus indícios. Alguns documentos localizados no AHMG apontam que essa instituição funcionava sob direção do Rev. Armando Lima, com ajuda inicial da Professora Irene Lopes da Rosa, sendo considerada uma escola paroquial. Conforme o texto denominado de “Igreja Metodista de Garibaldi: 108 anos de história”<sup>263</sup>, no ano de 1930, a escola já contava com uma matrícula de 100 alunos, assistidos por mais quatro professores, além de Irene: Ednéia Carneiro de Souza, Victória da Camino, Luiz Rocca e Robertina Lima. No mesmo escrito, existe a menção de que a escola teria recebido, em alguns momentos, auxílio financeiro da Igreja Metodista do exterior para realizar algumas ações mais ousadas, como a compra de máquinas de escrever para a oferta de cursos.

A seguir, compartilho uma das poucas imagens localizadas acerca do Colégio e que está presente no texto mencionado anteriormente. Ao que tudo indica, teria funcionado junto à Igreja. Na fotografia, é possível identificar o que penso ser o prédio onde se localizava a escola, alguns alunos, professores e o diretor, Rev. Armando Lima (1).

---

<sup>263</sup> Esse material compõe uma pasta identificada como “Igreja Metodista”, juntamente com outros documentos relacionados à igreja e disponíveis para acesso no AHMG. Porém, não foi possível identificar a data em que o texto foi escrito.

Fotografia 18: Colégio Metodista em Garibaldi, década de 1930



Fonte: Texto “Igreja Metodista de Garibaldi: 108 anos de história”. AHMG – Garibaldi/RS.

Infelizmente, não foi possível identificar os demais sujeitos presentes na foto, bem como os motivos de sua produção, ficando apenas alguns questionamentos: Teria sido realizada para registrar o início ou final de sua breve existência? Faltam alunos ou seriam apenas esses? Como era o ensino nessa escola? Quantas classes existiam? Quem eram os seus alunos(as)? Os professores eram leigos ou com formação? Até o momento, não é possível responder a tais perguntas, somente se sabe que a instituição funcionou de 1929 a 1932, culminando com a saída do Pastor Armando Lima da Igreja, com o falecimento da Prof. Irene e com o acúmulo de dívidas diante da possível escassez de recursos financeiros vindos do exterior. No entanto, na pesquisa de Chiesa (2016), há vestígios de que a escola se chamava Colégio Rio Branco, e de que era estadual.

Além das Irmãs de São José e dos Metodistas, havia a ordem dos Irmãos Maristas<sup>264</sup>, instalada na cidade desde 1904, com a sua escola. A vinda dos Irmãos passou por um longo

<sup>264</sup> Congregação francesa, originária de La Valla, idealizada pelo Padre Marcelino Champagnat, em 1817. Seu nome se deve a devoção à Virgem Maria. Segundo Resende (2017, p. 19): “Em 1917, em La Valla, Champagnat, reuniu os dois primeiros discípulos e constituiu a primeira comunidade de Irmãos Maristas, [...] atentos à carência da região por escolas e educação religiosa”. Nunes (2006) explica que os primeiros Maristas chegaram ao Brasil no ano de 1897, em Minas Gerais. Depois, se expandiram para outros estados. No Rio Grande do Sul, se estabeleceram a partir de 1900, na cidade de Bom Princípio, próxima à Garibaldi/RS.

período de solicitações e negociações por parte dos Padres Capuchinhos, que queriam trazer para a localidade essa congregação, como se pode ler abaixo:

A ideia foi lançada em 4 de junho de 1899 pelo Revmo. Vigário de Garibaldi, Dom João Fronchetti. Foi eleita uma comissão para fazer a propaganda, angariar donativos entre os colonos. Os que se distinguiram foram os Srs. Achylles Brogioli e Jacob Ely. Na reunião de 6 de junho de 1899 foi decidido pela Comissão Organizadora, que o terreno e a Escola seriam doados aos Irmãos. No caso, porém, em que fosse abandonada a Escola por eles voluntariamente, tudo voltaria à paróquia. Reuniu a população o capital de Cr\$ 9.787,00 para compra do terreno e a construção da Escola. Mais tarde, ainda houve maior contribuição popular para preencher o que faltava para completar o necessário<sup>265</sup>.

Pelo exposto, é possível entender que Dom João Fronchetti foi um dos articuladores desse projeto, contando com a participação de Jacob Ely, prefeito eleito em 1901, bem como de Achille Brogioli, membro do Conselho Municipal, também desse período. Após muitas reuniões e trocas de membros da Comissão, foi comprado o terreno e construído o prédio para abrigar o Colégio, sendo que só após a construção do edifício é que os Irmãos *Marie Druon*<sup>266</sup>, *Marie Deodat* e *Paul Norbert*, seguidos um tempo depois por *Joseph Dieudonné*<sup>267</sup>, *Marie Laurentin*, *Sinforiano*, *Mario Pacomme* e *Louis Bernard*, se estabeleceram na cidade.

Conforme Rodrigues (1997, p. 200) era “um belo colégio” e foi construído “através de dons privados da parte dos colonos”. A escola era destinada ao público masculino e foi identificada como Colégio Santo Antônio, mantendo externato e internato, ofertando o ensino primário e secundário.

A próxima fotografia aclara a dimensão do espaço escolar destinado ao Colégio dos Maristas. A imagem é referente ao ano de 1936, sendo possível observar o primeiro prédio construído (1) e as demais ampliações ocorridas nos próximos anos.

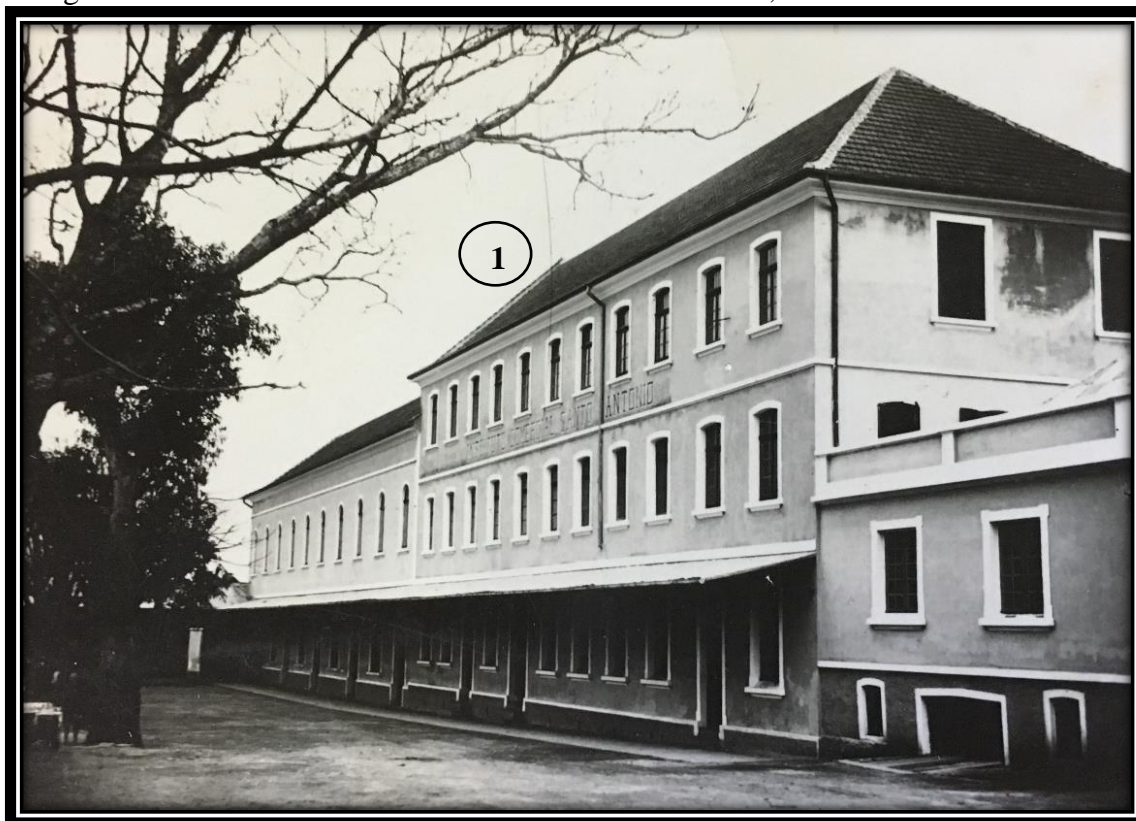
---

<sup>265</sup> ANAIS DA CASA, 1951. AHMG.

<sup>266</sup> José Ademar Sion, primeiro professor. Chamado pelos colonos italianos de “*Beppo, o Giusta-ossi*”. (Rodrigues, 1997, p. 472).

<sup>267</sup> Primeiro diretor do Colégio Santo Antônio.

Fotografia 19: Prédio do Instituto Comercial Santo Antônio, 1936



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG – Garibaldi/RS.

Em 1909, de acordo com Rodrigues (1997), o Colégio mantinha 33 alunos matriculados e 5 Irmãos. No ano de 1911, foi aberto o Juvenato, que contribuiu para o aumento de matrículas nos próximos anos, sendo que, em 1921, havia 170 alunos, sendo 85 internos; e, em 1925, 230 alunos e 90 internos. Esse aumento de matrículas no internato e externado exigiu ampliações no espaço escolar, como se pode verificar na imagem acima<sup>268</sup>.

Além disso, a partir de 1910, a escola passou a oferecer também o ensino comercial, que preparava os alunos para a profissão de Guarda-Livros. Como é possível ler em uma reportagem do jornal *Il Colono Italiano*<sup>269</sup>, no Colégio, os alunos tinham formação religiosa, moral, cívica, educativa e profissional. Participavam de aulas de agricultura, religião, como também das aulas de “cívica e moral, português, italiano, inglês, aritmética, álgebra, geometria, ciências naturais, física e química, geografia, coreografia, história pátria, escrituração mercantil, caligrafia, desenho, música vocal e instrumental”. (LUCHESE, 2007, p. 226).

<sup>268</sup> Em relatório produzido entre 1928-1929 pelo Irmão *Marie-Odulphe* e transcrito por Rodrigues (1997, p. 472), há reclamações desse período quanto ao prédio escolar: “Para o colégio, uma construção impõe-se: dormitórios, salas de aula, refeitório, capela, tudo é incômodo”, dando a impressão de que as acomodações já não eram suficientes para atender as necessidades dos Irmãos e alunos.

<sup>269</sup> *Il Colono Italiano*, Garibaldi, ano III, p. 1, 11 mar. 1911. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 ago. 2019.



No ano de 1934, o Colégio passou a se chamar Instituto Comercial Santo Antônio, tendo sido oficializado o Curso Comercial existente pela portaria nº 10.370, da Superintendência do Ensino Comercial do estado, conferindo diplomas oficiais de Guarda-Livros<sup>270</sup>. Além disso, os alunos também podiam adquirir a caderneta de reservista, participando da Escola de Instrução Militar nº 88, que funcionava dentro da instituição desde 1919<sup>271</sup>. Conforme histórico da escola:

Neste colégio funcionou também, durante vários anos, uma escola de instrução militar através da qual foi conferido o certificado de prestação do serviço militar obrigatório a muitos alunos procedentes também de localidades distantes como Vacaria, Lagoa Vermelha, Bom Jesus e outras<sup>272</sup>.

A partir dos dados presentes da obra de Rodrigues (1997), é possível entender que os cursos oferecidos e a instrução militar não eram particularidade do Instituto São Antônio, mas sim parte de um projeto educacional empreendido pelos Maristas no Rio Grande do Sul. Em 1936, os Irmãos mantinham escolas em diversas cidades do Estado, como em Porto Alegre, Santa Maria, Uruguaiana, Sant'Ana do Livramento, Passo Fundo, Cruz Alta, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Hamburgo Velho<sup>273</sup>, Lajeado, Bom Princípio, Alfredo Chaves<sup>274</sup> e Guaporé. Nesse mesmo ano, o Instituto de Garibaldi formou 104 contadores e 479 reservistas, número expressivo para a época<sup>275</sup>. Esses dados induzem a reflexão da dinâmica de escolarização e formação pensada e organizada pelos Irmãos, especialmente nesse momento, uma vez que “a década de 30 caracterizava-se por um acentuado nacionalismo, um radicalismo ideológico com várias conotações de acordo com a força política e econômica das nações que os adotavam”. (RODRIGUES, 1997, p. 532).

Cabe pontuar que, além de oferecer formação cristã, educacional, militar e técnica, os Irmãos mantinham ainda a Granja Pindorama, fundada em 1911. Os parreirais ficavam no entorno do Colégio e o principal produto produzido era o Vinho de Missa<sup>276</sup> para o consumo próprio e para a venda. De acordo com Rodrigues (1997), além de viticultor, o Irmão Pacômio era também apicultor e, ao que tudo indica, conduzia as atividades agrícolas na instituição.

Em 1937, chegaram em Floriano Peixoto, antigo Distrito de São Lourenço de Villas Boas, na zona rural de Garibaldi, Madre Maria Ursolina e mais três Irmãs do Sagrado Coração

<sup>270</sup> *Staffetta Riograndense*, Garibaldi, ano XXV, n. 6, p. 8, 07 fev. 1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

<sup>271</sup> A Escola de Instrução Militar funcionou até 1945.

<sup>272</sup> Histórico do Colégio Santo Antônio (1974). AHMG.

<sup>273</sup> Município de Novo Hamburgo/RS.

<sup>274</sup> Município de Veranópolis/RS.

<sup>275</sup> Dados presentes na obra de Rodrigues (1997, p. 541).

<sup>276</sup> Informações extraídas de Rodrigues (1997).

de Maria<sup>277</sup> para a instalação da Escola Santa Bárbara, por intermédio do vigário local, Pe. Luiz Simonaggio. Em sua obra, Possamai (2006, p. 248), explica que no dia 28 de fevereiro de 1937, “chegaram as primeiras Irmãs destinadas a trabalhar com educação, catequese, liturgia, ornamentação da igreja matriz, preparo de hóstias para toda a Paróquia, responsabilidade pelas roupas da igreja e lavagem e confecção destas”.

Como visto, muitas foram as tarefas destinadas às Irmãs nessa comunidade, mas entre elas, destaco a instalação da escola e, em seguida, do juvenato, dando continuidade à formação religiosa e educacional iniciadas pelas congregações que as antecederam. O mesmo autor pontua que as aulas tiveram início no dia 1º de março, contando com a matrícula de 42 crianças, como também que, aos poucos, foram chegando as internas que buscavam formação religiosa. No entanto, como o espaço era pequeno, não podia atender a muitas alunas.

Em virtude dos escritos de Possamai (2006) e de uma reportagem publicada no *Jornal Correio Riograndense* (1950)<sup>278</sup>, compreendo que a escola ficava próxima à moradia das Irmãs e era um prédio pequeno, com apenas um pavimento, como se pode visualizar na imagem a seguir:

---

<sup>277</sup> A Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria tem suas origens em Viena, na Áustria, a partir de Bárbara Maix que, juntamente com outras jovens, deu início a um projeto de assistência religiosa. Em virtude das perseguições religiosas durante a Revolução Francesa, o grupo decidiu deixar a localidade e partir para o Brasil, estabelecendo-se no Rio de Janeiro; onde, em 1849, fundaram a Congregação. Disponível em: <https://www.icm-sec.org.br/barbara-maix/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

<sup>278</sup> *Correio Riograndense*, Garibaldi, ano 41, n. 44-45, p. 4, 01 nov. 1950. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

Fotografia 20: Escola Santa Bárbara, 1950



Fonte: Acervo de fotos do AHMG – Garibaldi/RS.

Tendo como pano de fundo a paisagem rural do Distrito, nota-se o prédio escolar (1) edificado em alvenaria e a casa que servia de moradia para as Irmãs (2). Ao centro da fotografia, estão os moradores da comunidade e as autoridades políticas (3), bem como Irmãs, alunos(as) e internas (4). Acredito que essa foto tenha sido feita em virtude do cinquentenário de emancipação política de Garibaldi, envolvendo diversos festejos noticiados em uma reportagem especial do *Correio Riograndense*, publicada em 01 de novembro de 1950. Além disso, na mesma publicação, há uma parte dedicada à Instrução Municipal, com dados acerca das escolas e algumas fotografias.

Por fim, a última iniciativa de escolarização confessional em Garibaldi foi a Escola Santo Antônio, fundada em 1949, no 4º Distrito Daltro Filho que, até então, não tinha nenhuma escola religiosa. A inauguração da instituição regida pelas Irmãs de Nossa Senhora Aparecida<sup>279</sup> foi noticiada no jornal local e contou com a presença do Bispo de Caxias, Dom José Baréa. Em nota, a imprensa escreveu que:

<sup>279</sup> Essa Congregação surgiu no século XIII, na Região Alemã da Baviera, na cidade de Ingolstadt. O primeiro grupo de missionárias chegou no Brasil em 1938, sendo que o estado de Minas Gerais foi o primeiro a receber essas Irmãs. Paulatinamente, ampliaram a missão religiosa para outros estados, incluindo o Rio Grande do Sul.

O Rev. Frei Gaudioso, a alma da obra, que ora se inaugura, dá largas a satisfação de que se sente possuído. E Dom José, ao lançar a bênção sobre a nova casa de educação, felicita a população que não mediu esforços e generosas ofertas nos trabalhos da construção<sup>280</sup>.

Por meio deste registro, entendo que a escola surgiu por iniciativa do Frei Gaudioso, estabelecido na localidade desde o início da década de 40 do século XX, sendo uma figura de destaque no cenário religioso local; pois, enquanto esteve à frente da paróquia de Daltro Filho, participou da construção da Igreja Matriz local e do Convento Franciscano São Boaventura. Além disso, tratou da vinda das Irmãs de Nossa Senhora Aparecida para a instalação de uma escola, diante “da suma importância do ensino católico”, como relatou o mesmo jornal em outra publicação<sup>281</sup>.

Cabe ressaltar, a partir da obra de Hessel (1998), que as Irmãs chegaram em Daltro Filho no dia 24 de fevereiro de 1949, instalando provisoriamente a escola em um salão que pertencia a Guilherme Krackhecke. O mesmo também cedeu alguns quartos de seu hotel para que as missionárias pudessem se estabelecer. A escola, inaugurada em 15 de março de 1950, demorou um ano para ficar pronta e foi edificada ao lado da Igreja Matriz.

No que se refere a Farroupilha, chegaram, em 1917, as Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrianas<sup>282</sup>, instaladas em Bento Gonçalves desde 1915. Até a década de 40 do século XX, foi a única congregação religiosa que se estabeleceu no município.

No mesmo ano em que chegaram à localidade, colocaram em funcionamento o Colégio Nossa Senhora do Rosário, posteriormente denominado de Colégio Nossa Senhora de Lourdes. A instituição iniciou a partir do trabalho das Irmãs Helena Luca, Josefina Oricchio, Bernardete Ugatti e Joana de Camargo, sendo organizada próxima à Igreja de São Vicente e também da Aula de Nova Vicenza, funcionando nesse local até 1922; quando, então, foi transferida para as proximidades da estrada de ferro, na área pertencente à Nova Vicenza “Nova” (SCHNEIDER; GAUER, 2009).

A partir da obra de Slomp e Barbieri (1997), Belusso (2016, p. 28) menciona que a escola surgiu por iniciativa da comunidade, com apoio do pároco local, sendo que à mesma

<sup>280</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, ano 41, n. 13, p. 5, 29 mar. 1950. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

<sup>281</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, ano 41, n.º 44-45, p. 1, 01 nov. 1950. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

<sup>282</sup> De origem italiana, fundada em 1895, sendo o ramo feminino da Congregação de São Carlos. Nesse mesmo período, as Irmãs chegaram ao Brasil para trabalhar em orfanato organizado pelo Padre Marchetti, em São Paulo. Acerca do histórico dessa congregação religiosa e da história do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, ver o estudo de Belusso (2016).

coube: “Arcar com as despesas de viagem das Irmãs, providenciar-lhes uma moradia e espaço para a escola próximos da Igreja e ainda subsidiar-lhes uma quantia em dinheiro que deveria ser completada pelas mensalidades dos alunos”.

Ainda de acordo com as contribuições de Belusso (2016, p. 31), em 1922, a instituição passou a funcionar em uma casa de madeira na Rua Júlio de Castilhos, ofertando o ensino primário e misto para as crianças da localidade. Nessa escola, se aprendia “Religião, Português, Italiano, Aritmética e Geometria, Geografia, História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Caligrafia, Desenho e Piano”. No ano seguinte, foi edificado um prédio em madeira para abrigar a escola no terreno doado pelo morador Carlos Fetter, na área central do Distrito de Nova Vicenza.

Gasperin (1989, p. 238) aponta que, com o passar dos anos, o espaço escolar foi ficando insuficiente e surgiu a necessidade de um novo local para abrigar a instituição educativa, segundo ela, o “Revmo. Pe. Adolfo Fredrizzi, então vigário Cooperador de Thiago Bombardelli, põe-se a serviço da Escola”, organizando uma Comissão de Farroupilhenses para angariar fundos para a construção do novo prédio. Desse modo,

os esforços e sacrifícios da Comissão e da comunidade foram recompensados, pois em 1943, Sua Exa. D. José Baréa, DD. Bispo Diocesano, oficia missa inaugural no novo prédio de alvenaria, que foi sucessivamente ampliado em diversas etapas nos anos posteriores. (GASPERIN, 1989, p. 238).

Além da atuação no centro da cidade, as Irmãs Carlistas se fizeram presentes em Nova Milano, fundando, em 1924, o Juvenato São Carlos, depois identificado como Escola Santa Cruz. A ideia inicial era oferecer às moças da Região um espaço para a formação religiosa; no entanto, conforme explicita Belusso (2016, p. 52), “ficou decidido, devido à distância e à dificuldade de comunicação, que seria apenas uma escola para as crianças da comunidade de Nova Milano”. A mesma autora cita que essa escola funcionou em uma casa de madeira que pertencia ao Padre Albino Agazzi até 1950<sup>283</sup>. Ainda conclui destacando que por um certo tempo:

O Juvenato São Carlos foi uma instituição subvencionada pelo Estado. A subvenção às escolas particulares era concedida sob forma de incentivo para que o ensino fosse efetivamente em língua vernácula e fosse ministrado também o ensino cívico no intuito de concretizar as ações educativas durante o processo de nacionalização. (BELUSSO, 2016, p. 54).

---

<sup>283</sup> Depois foi edificado um prédio de alvenaria para abrigar a instituição escolar, localizado próximo à Igreja Matriz de Nova Milano. Até 1975, a escola foi administrada pelas Irmãs, passando a ser escola municipal depois desse período.

Na fotografia apresentada na abertura do capítulo, se observa o cenário da comunidade de Nova Milano, tendo ao fundo a Igreja e uma casa de madeira, talvez, o local onde a escola funcionava. Em primeiro plano, aparecem posicionados por ordem de tamanho e ano escolar, os alunos da instituição, devidamente uniformizados e separados por gênero. Entre eles, as Irmãs Carlistas que mantinham a escola. Ao centro da imagem, chama atenção a bandeira e a presença de uma missionária. Seria a diretora da escola? A Irmã superiora da comunidade de Bento Gonçalves, em visita à instituição? Em sua pesquisa, Belusso (2016) ressalta que foram enviadas duas Irmãs para iniciarem as atividades nessa escola, e é possível que, ao longo dos anos, a mesma tenha recebido mais uma Irmã. Não foi localizada a data da imagem mas, diante do cenário, acredito que tenha sido produzida durante a década de 1920.

A última escola confessional organizada pelas Irmãs em Farroupilha foi a Escola Nossa Senhora de Caravaggio<sup>284</sup>, em 1937, na comunidade rural de mesmo nome. Também surgiu por parte da comunidade e por intermédio do pároco local, João Batista Pinzon. Para essa localidade, foram enviadas cinco Irmãs, que passaram a ministrar o ensino primário em uma casa de madeira com dois pavimentos, atendendo a meninas e meninos, com uma matrícula inicial de 65 alunos (Belusso, 2016).

Em 1903, havia também, nessa localidade, uma escola paroquial italiana aberta por iniciativa do Pároco D. Domenico Poggi com apoio de algumas pessoas da comunidade de Nossa Senhora de Caravaggio<sup>285</sup>. Não é possível dizer por quanto tempo essa escola funcionou, mas, provavelmente, até 1934, “quando, uma a uma, foram fechadas”. (LUCHESE, 2007, p. 251). Isso pode explicar a solicitação desta comunidade por uma escola confessional no final da década de 30 do século XX, culminando com a vinda das Irmãs Carlistas em 1937.

Cabe mencionar que, assim como em Garibaldi, as Irmãs atuaram no Hospital do município a partir de 1935, sendo que o mesmo recebeu o nome de Hospital São Carlos em homenagem ao trabalho desenvolvido pelas Irmãs Carlistas ao longo dos anos.

Por fim, no ano de 1945, foi organizado o Colégio São Tiago<sup>286</sup>, em Farroupilha. Como as demais instituições, surgiu por iniciativa de um religioso local; nesse caso, o Monsenhor Tiago Bombardelli. A instituição foi instalada na região central da cidade, sob a direção dos Irmãos Maristas, com o objetivo de oferecer o curso primário e ginásial para o público masculino, mantendo internato e externato<sup>287</sup> (DIAS; FABRO, 2011).

---

<sup>284</sup> Na década de 80 do século XX, as Irmãs “encerram suas atividades na escola”. (BELUSSO, 2016, p. 54).

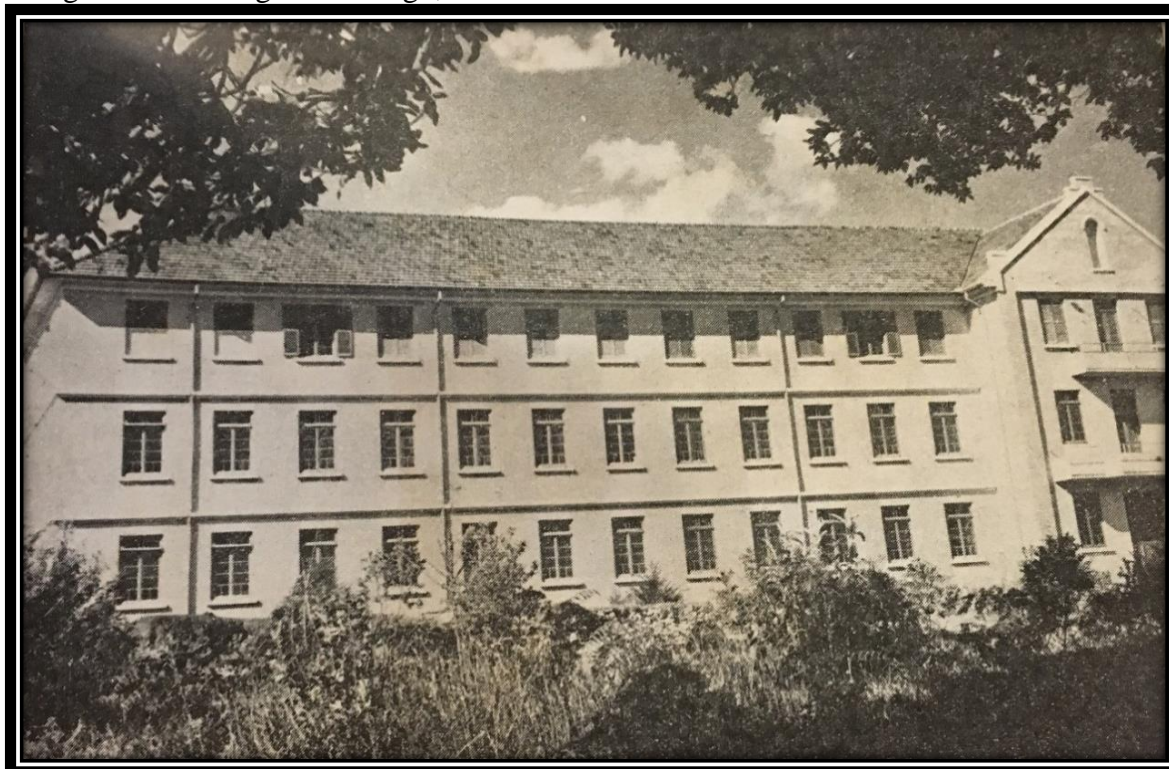
<sup>285</sup> Escola mencionada no estudo de Ribeiro (1990).

<sup>286</sup> Acerca da história dessa instituição, ver a obra de Dias & Fabro (2011).

<sup>287</sup> O internato funcionou até 1965.

Abaixo, segue uma fotografia do Colégio São Tiago, presente no Álbum Comemorativo do 75ª Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul publicado em 1950, sendo possível observar, mais uma vez, a imponência do espaço escolar.

Fotografia 21: Colégio São Tiago, 1950



Fonte: Álbum Comemorativo do 75ª Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1950, p. 284).

Na mesma obra consta que, em 1949, já estavam matriculados 110 alunos no curso de admissão e nas três primeiras séries do ginásio, bem como menciona que a escola recebia uma subvenção do município, o que oportunizava a matrícula gratuita para certos alunos.

Certamente, muito ainda precisa ser pesquisado acerca da presença e atuação educacional dos Metodistas e das congregações religiosas que se estabeleceram em Garibaldi e Farroupilha. No entanto, penso que a narrativa aqui construída conseguiu perceber como se deram estas iniciativas de escolarização confessionais e paroquiais, bem como apresentar um breve histórico de cada uma destas escolas, entre os anos de 1899 a 1950. Vale pontuar que nessa última década “cerca de 60 congregações religiosas trabalhavam no Estado, e seus estabelecimentos educacionais foram surgindo por toda a parte, culminando com a ereção de uma Universidade Católica em Porto Alegre”. (DE BONI; COSTA, 1982, p. 199)<sup>288</sup>.

---

<sup>288</sup> Em 1948, foi fundada Pelos Irmãos Maristas, em Porto Alegre, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Chama atenção, nesse processo, que todas as escolas que foram abertas contaram com o auxílio do pastor ou pároco local. Além disso, ficou evidente o apoio do Padre Capuchinho Bruno de Gillonnay, sendo que o mesmo foi o grande articulador da vinda das Irmãs de São José e dos Irmãos Maristas para o município de Garibaldi, juntamente com o auxílio do Bispo de Porto Alegre.

Em Garibaldi, além da ênfase na formação educacional, houve, por parte das Irmãs de São José e dos Irmãos Maristas, uma preocupação com a formação religiosa, pois os novos missionários dariam continuidade à religião católica e às escolas confessionais, já que eram preparados para o ensino e para a vida religiosa (D'APREMONT; GILLONNAY, 1976).

Já Farroupilha, contou somente com a presença das Irmãs de São Carlos até a chegada dos Irmãos Maristas, no final da década de 40 do século XX, atuando na região central da cidade, bem como nas localidades da zona rural.

Quanto ao Colégio Rio Grande ou Rio Branco, organizado pelos Metodistas, são poucos os indícios acerca de sua história institucional, mas diante da breve atuação, entendo que era paroquial e que vivia com poucos recursos, tendo fechado, entre outros motivos, quando cessaram os auxílios vindos do exterior.

Pode-se dizer que à Igreja Católica contribuiu para a expansão da escola primária nos municípios que compõe esta pesquisa e que, a vinda destas congregações trouxe mudanças para o cotidiano municipal, instaurando novos ritos, valores e formas de educar, bem como oportunizou o acesso a carreira religiosa<sup>289</sup> para filhos e filhas de imigrantes e descendentes, sobretudo de italianos. Por oferecer um ensino voltado para a moral, a civilidade e a fé cristã, a escola católica se tornou, inicialmente, um instrumento de propagação e preservação da cultura católica europeia (DE BONI; COSTA, 1982).

Nessa conjuntura, é preciso considerar a soberania do Colégio São José e do Colégio Santo Antônio em Garibaldi e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e do Colégio São Tiago no caso de Farroupilha, instalados em prédios imponentes, na área central. Na cultura local, a monumentalidade dos prédios escolares ficou a cargo destas escolas mantidas pelas congregações religiosas, representando a força e as ações da Igreja Católica. Partindo da concepção de que os espaços educam, entendendo que estes prédios carregam “em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam”. (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 64).

---

<sup>289</sup> Lembro que para muitos(as), esta foi a única alternativa de profissionalização possível.



Ainda, é preciso lembrar que as escolas mantidas pelas congregações foram as primeiras a ofertar o ensino secundário na região, oportunizando o prolongamento dos estudos para quem podia pagar.

Como visto, muitas foram as iniciativas de escolarização pensadas e colocadas em prática pelas congregações religiosas instaladas em Garibaldi e Farroupilha; mas, para além destas, havia a oferta de outras formas de escolarização, como se verá a partir desse momento.

### 3.2 UM OLHAR PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS

*A região colonial do Estado, especialmente esta zona, tem necessidade, para nacionalização de seus habitantes, de difusão de ensino, de acordo com normas salutareis que inculquem no sentimento do povo infantil o amor ao País onde nasce. Infelizmente, esse dever cívico está entre nós obliterado. Os nossos jovens patricios, sem meios de instrução, sem a direção espiritual precisa, conhecem mais o país de origem de seus pais do que esta grande Pátria que é o nosso orgulho.*

*(Affonso Aurélio Porto, Intendente de Garibaldi, 1913, p.2).*

*A nova Lei, baixada em ocasião oportuna, estou certo virá servir a uniformização da obrigatoriedade do ensino na região colonial.*

*(Capitão Eudoro Lucas de Oliveira, Prefeito de Farroupilha, 1939).*

Além das escolas confessionais e paroquiais, havia outras iniciativas de escolarização nos municípios de Garibaldi e Farroupilha; entre elas, as escolas particulares italianas, as escolas apoiadas pelo governo italiano e as escolas públicas, subvencionadas pelo governo municipal e estadual<sup>290</sup>, constituindo, estas últimas, o lócus do presente subcapítulo.

Em relação às escolas particulares italianas, Ribeiro (1990) explica que eram iniciativas da comunidade, regidas por um colono que fosse mais instruído ou que tivesse tido alguma experiência de escolarização na Itália. Nas palavras da autora:

*Estas escolas isoladas são denominadas, tanto na literatura, como nos depoimentos de informantes, relatórios consulares e documentos, escolas italianas. A denominação se deve ao fato de o ensino ser ministrado em língua italiana ou fala dialetal. Foram abertas sob os auspícios dos colonos e não mantinham qualquer vínculo com associações italianas ou com o governo italiano. (RIBEIRO, 1990, p. 556).*

Normalmente, o local de funcionamento era a casa do próprio professor, e este era pago pelas famílias da comunidade, muitas vezes, com o que era produzido na colônia. Ribeiro (1990, p. 557) ainda pontua que essa tipologia escolar, principalmente nas comunidades mais afastadas

---

<sup>290</sup> Para entender acerca da organização, proximidades e diferenças dessas tipologias escolares, sugiro as pesquisas de Ribeiro (1990) e de Luchese (2007).

das sedes, foi, durante muito tempo, a única possibilidade de escolarização. Assim, entre os indícios mais antigos encontrados até o momento acerca do processo de escolarização do município de Garibaldi, está o registro de uma escola particular que começou a funcionar em 1877, na Linha Figueira de Mello, sob regência do professor Basilio Turatti<sup>291</sup>.

A autora também destaca a existência de escolas italianas apoiadas pelo governo italiano, sendo que esse patrocínio se fazia de diferentes maneiras: “apoio financeiro ao professor, doação de material escolar, particularmente livros, incentivo moral para a abertura e manutenção de escolas italianas através de visitas de representantes do governo italiano”. (RIBEIRO, 1990, p. 563). Um exemplo disso são as escolas italianas vinculadas às Associações de Mútuo Socorro. Na sede de Garibaldi, como já mencionado, existia uma escola mantida pela sociedade *Stella D'Itália*, da mesma forma que na Vila Jansen, pela *Società Umberto Iº*, quando a localidade pertencia a Bento Gonçalves. Além destas, existiam outras escolas italianas mistas distribuídas entre as diversas linhas coloniais, como explica Luchese (2007)<sup>292</sup>. Além do mais, a autora pontua que:

Os subsídios às escolas rurais, por parte da Sociedade, duraram até fins de 1894, quando uma a uma foram sendo fechadas, por abandono de parte das autoridades consulares, suspendendo os subsídios, e pela falta de recursos da Sociedade para mantê-las em funcionamento. (LUCHESE, 2007, p. 188).

Diante desse quadro, as comunidades rurais “tomam a iniciativa de apelar para o poder público, a fim de que participe na manutenção da escola e, principalmente, assumam o pagamento do professor”. (RIBEIRO, 1990, p. 557).

Em relação à Farroupilha, existe o registro de uma aula localizada no núcleo colonial de Nova Vicenza a partir de 1897. Na obra de Adami (1981), foi possível localizar que a mesma surgiu em virtude de uma solicitação dos moradores da comunidade, pedindo ao poder municipal uma escola, como se pode ler abaixo:

Ilmo. Cidadão Intendente Municipal de Caxias. Dizem os abaixo assinados moradores do núcleo Nova Vicenza, da colônia Sertorina, que aquele lugar precisaria de uma escola mista. Ali tem-se no perímetro de uma légua perto de cem famílias que poderiam utilizar-se da escola. A Nova Vicenza dista 6 léguas da sede de Caxias e 5 do núcleo São Marcos; e por conseguinte os moradores da dita localidade impossibilitados de aproveitar-se das aulas abertas pelo Estado em outros lugares em vista de uma tamanha distância. Na Nova Vicenza acha-se uma capela administrada pelo Pe. Giacomo Brutomesso o qual também reconhece a necessidade de abrir-se uma aula neste lugar. Por isso os humildes abaixo assinados Vos pedem que Vos digneis obter-lhes a aula pedida por ser esta de maior utilidade daquela povoação. P.P.

<sup>291</sup> Informação extraída da pesquisa de Luchese (2007).

<sup>292</sup> Acerca destas escolas, ver Luchese (2007).

Deferimentos. Caxias, 8 de janeiro de 1897. Assina o padre e mais 31 chefes de famílias. (ADAMI, 1981, p. 72-73).

A solicitação aponta a preocupação das famílias com a educação dos seus filhos, deixando clara a necessidade de uma escola mista que pudesse atender às crianças da comunidade, tendo em vista que as escolas existentes eram muito distantes. Ao que tudo indica, o pedido foi atendido, sendo aberta uma escola aos cuidados do professor Luiz Facchin. Porém, não é possível dizer se era mesmo uma escola mista e em que lugar de Nova Vicenza ela foi instalada.

Em 1899, foi aberta uma outra escola, destinada apenas para meninos, nas imediações da sede de Nova Vicenza, lugar que ficou conhecido mais tarde como Nova Vicenza “velha”. Ao que tudo indica, a escola ficava próxima à Igreja de São Vicente e funcionava em um casarão de madeira com o nome de Aula de Nova Vicenza, sob regência do professor José Moschen<sup>293</sup>. Em 1909, a escola passou por modificações, sendo denominada de 5ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza, tendo como professora Maria Ignês Vizeu.

Conforme aponta Luchese (2007), diversas foram as reivindicações por escolas na RCI, em que os moradores se reuniam pedindo ao governo municipal a instalação de uma escola, o que comprova a importância destinada à escolarização pelos imigrantes e descendentes de italianos na Região. A partir do mesmo estudo, se pode notar que nem todas essas solicitações eram atendidas e que, na maioria das vezes, “as relações de poder e a busca do apoio das autoridades instituídas – no caso, o padre que atendia à comunidade”, eram determinantes para a abertura dessas escolas (LUCHESE, 2007, p. 143).

Com o início do século XX, cresceram as mobilizações por escolas em diversas localidades da Região, sendo à subvenção escolar uma estratégia utilizada “pelo estado e pelas Intendências para suprimir a demanda escolar”, como pontua Luchese (2007, p. 151). O auxílio financeiro do governo municipal e estadual permitiu que muitas escolas isoladas italianas passassem à condição de escolas subvencionadas. Nas palavras da autora:

A passagem de muitas escolas isoladas particulares, mantidas pelas comunidades com ensino em italiano, para a condição de escola municipal, foi muito comum. Tornava-se um benefício buscado pelos próprios professores que, a partir de então, conquistavam a garantia de recebimento de salários mensais e trimestrais. (LUCHESE, 2015, p. 148).

---

<sup>293</sup> Acerca dessa escola, ver o trabalho de Fernandes e Luchese (2014).

Como exemplo, cito o caso da aula regida pela Professora Maria Menta, na comunidade de Caravaggio, em 1914; bem como de mais duas aulas localizadas na Linha Palmeiro e Rio Buratti, também nesse período, pertencentes ao território de Farroupilha<sup>294</sup>, a partir de sua emancipação. No entanto, para receber as subvenções, era preciso ensinar em língua vernácula e apresentar o atestado de exercício docente.

Assim, é possível entender que, aos poucos, as escolas italianas cederam lugar às escolas públicas municipais e estaduais, constituindo o início da rede escolar municipal em Garibaldi e Farroupilha, como também estadual nesses locais que, por sua vez, iria se fortalecer com a instalação dos grupos escolares, a partir de 1926.

A partir da epígrafe de abertura do presente subcapítulo, é plausível entender que as subvenções escolares foram estratégias postas em circulação pelo governo com o intuito de nacionalizar as populações de imigrantes, sendo necessário, para isso, investir em escolas nacionais:

A região colonial do Estado, especialmente esta zona, tem necessidade, para nacionalização de seus habitantes, de difusão de ensino, de acordo com normas salutaras que inculcam no sentimento do povo infantil o amor ao País onde nasce. Infelizmente, esse dever cívico está entre nós obliterado. Os nossos jovens patrícios, sem meios de instrução, sem a direção espiritual precisa, conhecem mais o país de origem de seus pais do que esta grande Pátria que é o nosso orgulho<sup>295</sup>.

No mesmo Relatório, o Intendente Affonso Aurélio Porto descreve que, em 1913, havia 31 escolas subvencionadas pelo Estado e município em Garibaldi, bem como que os dois governos forneciam livros e materiais para estas aulas localizadas em casas apropriadas “feitas e cedidas, em sua maior parte gratuitamente, pelos colonos aos professores que nelas residem”. (GARIBALDI, 1913, p. 4).

Analisando os Relatórios dos Intendentes de Garibaldi Manoel Marques da Silva Acauan (1920, 1922) e Jacob Nicolau Ely (1926, 1928), como também as publicações do *Staffetta* (1926, 1929), se pode perceber que o número de escolas foi ampliado nos anos seguintes, chegando, em 1930, com 46 escolas subvencionadas e distribuídas entre a sede e os três distritos; como se pode conferir na figura a seguir, extraída de uma publicação do jornal *Staffetta Riograndense*. Nela, é possível observar o nome dos professores regentes e a classe, incluindo a sua localização.

---

<sup>294</sup> Informações retiradas da obra de Luchese (2015, p. 148).

<sup>295</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Affonso Aurélio Porto, referente ao período administrativo de 1913. Garibaldi, 1913. p. 2. AHMG.

Figura 6: Aulas subvencionadas pelo Município e pelo Estado em Garibaldi, 1930

**ACTO Nº 27, DE 1 DE FEVEREIRO DE 1930.**

BAIXA O QUADRO DAS AULAS MUNICIPAES SUBVENCIONADAS PELO MUNICIPIO E PELO ESTADO, PARA O ANNO DE 1930, NUMERANDO LOCALIZANDO E CLASSIFICANDO OS RESPECTIVOS PROFESSORES.

O Engenheiro Civil Manoel Coelho Parreira, intendente municipal de Garibaldi, usando das attribuições que são conferidas em lei, resolve:

Art. 1º — Ficam as aulas subvencionadas pelo Municipio e pelo Estado no corrente anno, numeradas, localizadas e os respectivos professores classificados da fôrma seguinte:

Numero	N O M E S	CLASSE	LOCALIZAÇÃO		
			Districto	Linha	Fracção
1ª)	Julietta Valmorbidia Pantoja	1ª	2º	Buarque de Macedo	São Sylvestre
2ª)	Victoria Regia	1ª	2º	» » »	Belvedere
3ª)	Clementina Vargas Bernardo	2ª	2º	» » »	Bairro Jacob Ely
4ª)	Maria Dalmolin	2ª	1º	» » »	Borghetto
5ª)	Amelia Pizzato	2ª	1º	» » »	Garibaldi Nova
6ª)	Beatriz Bozzetto	1ª	1º	» » » (Velha)	Tamandaré
7ª)	Ida Aliprandini	1ª	2º	Bôa Vista	N. S. das Graças
8ª)	Luiza Perazzoli	2ª	2º	» » »	» » »
9ª)	Carolino Pagliarini	2ª	2º	» » »	São Raphael
10ª)	Oscar Bürger	2ª	4º	» » »	São João da Cruz
11ª)	— Vaga	—	4º	» » »	Santo Antonio
12ª)	Rosina Oliveira Cigolini	2ª	4º	» » »	São Francisco Xavier
13ª)	Adelina Piletti	2ª	4º	» » »	N. N. Crucificado
14ª)	Emilia Bertotto	1ª	2º	Jacob Ely	Sobras
15ª)	Christina Salvadori	2ª	2º	Azevedo Castro	N. S. da Saude
16ª)	Marcolina Foppa	2ª	2º	» » »	Santo Antonio
17ª)	Marcolina Foppa	2ª	4º	» » »	São Sebastião
18ª)	Alice Guedes Dahner	2ª	4º	» » »	São Luiz
19ª)	Albino Scapini	2ª	4º	» » »	São Roque
20ª)	Anã Valiatti	2ª	4º	» » (Sul)	São José
21ª)	Guilherme Scapini	2ª	4º	» » (Norte)	São José
22ª)	Catharina Preussler	1ª	4º	» » »	Ypiranga (Sede)
23ª)	Elfide Carlotto	2ª	2º	Victoria	N. S. das Dores
24ª)	Rosa Soppelsa	2ª	1º	Figueira de Mello	São Roque
25ª)	Ignacia Theodoro	1ª	1º	» » »	São Marcos
26ª)	Maria Postinger	2ª	3º	» » »	São Valentim
27ª)	Maxina Fava	1ª	3º	» » »	Floriano Peixoto (sede)
28ª)	Jose Barili	2ª	3º	» » »	São José
29ª)	José Barili	2ª	3º	» » »	Immaculada
30ª)	Querino Piccinini	2ª	4º	» » »	São Paulo
31ª)	Clemestina Grillo	2ª	4º	» » »	N. S. da Assumpção
32ª)	Irmã Theophania	1ª	1º	Garibaldi (sede)	Bairro dr. DAHNE
33ª)	Irmã auxiliar	3ª	1º	» » »	» » »
33ª)	Colomba Catellã Massotti	2ª	1º	São Miguel	São Miguel
34ª)	— Vaga	—	1º	Alencar Araripe	São Luiz
35ª)	Rosina Zamboni Restelli	1ª	1º	» » »	Santo Antonio
36ª)	Ernestina Bresciani	2ª	1º	Araujo e Souza	São Francisco
37ª)	Maria Catesso	2ª	1º	Garibaldi Velha	São Gabriel
38ª)	Elvira Krasmann	1ª	1º	» » »	Marcilio Dias
39ª)	Celestina C. Marodin	2ª	1º	» » »	S. Alexandre
40ª)	Tharcilia B. Agostini	2ª	1º	Costa Real	São Pantaleão
41ª)	Thereza R. Bolsoni	2ª	3º	Camargo	São Luiz
42ª)	Elisa Santini	2ª	1º	Presidente Soares	São Caetano
43ª)	— Vaga	—	3º	Barão de Cotegipe	São Bartholomeu
44ª)	— Vaga	—	3º	» » »	Santo Antonio
45ª)	Pedro João Lanzarin	2ª	3º	M. M. de Carvalho	N. S. do Calvario
46ª)	Pedro João Lanzarin	2ª	3º	Barão de Santa Tecla	Santa Tecla

Fonte: *Staffetta Riograndense*. Hemeroteca Digital<sup>296</sup>.

Como visto, havia 16 aulas na sede, abarcando a região central e a zona rural; 10 aulas no 2º Distrito Carlos Barbosa, 9 aulas no 3º Distrito Floriano Peixoto e 12 aulas no 4º Distrito Ipiranga. A partir destes dados, penso que a prefeitura, juntamente com o Estado, agiu de forma ativa na organização de escolas em todo o território municipal, sendo a instrução pública uma preocupação de todas as administrações, como é possível inferir a partir dos Relatórios dos Intendentes e Prefeitos em praticamente todo o período desta pesquisa.

<sup>296</sup> *Staffetta Riograndense*, Garibaldi, ano XXI, n. 40, p. 3, 12 fev. 1930. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

Cabe inferir, que muitas dessas escolas se mantiveram até o final do século XX. Funcionaram, na grande maioria, em espaços improvisados, contando com uma sala e com uma turma que abrigava alunos(as) com diferentes idades e níveis de ensino.

Luchese (2007, p. 316), ao analisar as materialidades da sala de aula, apontou:

As escolas isoladas que prevaleceram na Região Colonial Italiana, em espaços alugados ou especialmente construídos para abrigá-las, contavam com apenas uma sala. Em seu interior, constituíam-se de um estrado na parte frontal da sala, sobre o qual ficava o quadro-negro e, às vezes, também a mesa do professor, além de uma cadeira com braços. Vinham depois as classes (banco/mesa) em madeira, enfileirados. Na entrada ficava um cabide, um barril de água e uma caneca esmaltada. Quase todas as aulas públicas possuíam, também, um armário. Nas paredes, retratos de ‘brasileiros ilustres’, mapas murais e bandeiras (algumas escolas possuíam apenas a do Brasil, outras também a do Rio Grande do Sul e a da Itália). Foram materialidades que, no seu uso e apropriação por professores e alunos, construíram a cultura escolar.

Em 1932, o Prefeito Davide Sartori escreveu:

Para o exercício de 1932, a verba para o custeio da instrução pública municipal, foi aumentada em Rs: 10:800\$000, perfazendo um total de Rs: 51:800\$000, para assim poder suprir as despesas do necessário material e aumentar algumas aulas novas em casos necessários<sup>297</sup>.

Nesse mesmo Relatório, foram contabilizadas 49 aulas municipais e 6 aulas estaduais, sendo perceptível a ampliação das escolas do município em detrimento às aulas do estado. Em 1933, na gestão do Prefeito Dormelindo de Oliveira, por meio do Ato nº 9, de 7 de abril, foi criado o Regulamento para as escolas públicas municipais, acondicionando o Programa de Ensino, início e término do ano letivo, período de aula, atribuições do inspetor escolar e dos professores, bem como disposições gerais acerca da admissão, suspensão e demissão do professorado.

No mesmo ano, o Prefeito estabeleceu um curso de férias, que tinha como função “melhorar os conhecimentos dos professores, adaptando-os aos modernos métodos de ensino”. (GARIBALDI, 1935, p. 7). A formação ocorreu em janeiro de 1934, sendo ministrado por Flausina Guilloux, aluna mestra formada pela Escola Complementar de Porto Alegre.

A partir dos registros contidos nos Relatórios também é notável, em alguns momentos, as dificuldades financeiras enfrentadas pela Prefeitura diante de um quadro considerável de escolas e professores, como menciona o Prefeito Dormelindo:

---

<sup>297</sup> Relatório de 1931 e Lei do orçamento para o exercício de 1932, apresentado pelo Sr. Davide Sartori, Prefeito Municipal. Caxias: Oficina Gráfica da Liv. Rossi, 1932. p. 30. AHMG.

Encontrei o professorado municipal com seis meses e mais de atraso nos seus vencimentos, tudo na importância de Rs. 25:200\$000, transformando esses honrados servidores do município em verdadeiros mendigos, que solicitavam o que lhes era devido”<sup>298</sup>.

Para resolver a situação e conseguir colocar os salários em dia, baixou o Ato nº 2, de 25 de janeiro de 1933, fazendo reverter 50% do seu subsídio como Prefeito em benefício da Instrução Pública, orgulhando-se de ter concluído o ano seguinte, com os vencimentos dos professores em dia. Além disso, em sua administração, foram criadas mais duas aulas.

Por meio de ações destacadas no Relatório, infiro que o Tenente Dormelindo de Oliveira foi um dos Prefeitos que mais se ocupou com as causas da educação municipal. É válido frisar que a criação do regulamento para as escolas públicas, incluindo a atenção com o magistério municipal, estava em comum acordo com as várias medidas adotadas pelo governo gaúcho para organizar a educação rio-grandense nesse período<sup>299</sup>.

Se pode dizer que a educação, na gestão do Prefeito Vicente Dal Bó (1935-1942), também foi uma prioridade, uma vez que ampliou o número de escolas municipais, passando para 84 unidades em 1940, entrevistou junto ao Estado para a instalação três novos grupos escolares e para a edificação de um novo prédio para o antigo Grupo Escolar Carlos Gomes. Ademais, um dos grandes feitos de sua administração foi a obrigatoriedade do ensino primário municipal, em 1939, estabelecendo penalidades severas para os pais que não matriculassem os seus filhos em idade escolar – mais de 07 e menos de 12 anos<sup>300</sup>.

Dal Bó ficou conhecido por ser o primeiro prefeito brasileiro a tomar tal iniciativa e, entre os principais motivos para tal, estava: a obrigatoriedade do ensino na Constituição Federal, o número de escolas suficientes para atender toda a população em idade escolar, a necessidade de coagir a população infantil da zona rural a frequentar escolas, a disseminação do idioma nacional entre as populações coloniais e a preocupação com a alfabetização local.

Como se percebe, a obrigatoriedade do ensino primário municipal, em 1939, estava vinculada ao contexto político e educacional do período, marcado pelo Estado Novo (1937-1945) e pela campanha de nacionalização do ensino, visando atingir especialmente as

<sup>298</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Snr. General José Antonio Flores da Cunha, D.D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Prefeito de Garibaldi Dormelindo de Oliveira, em 1935. p. 7. AHMG.

<sup>299</sup> Ver Bastos e Tambara (2014).

<sup>300</sup> “Art. 5º - Os pais, tutores ou pessoas de qualquer forma responsáveis por crianças em idade escolar, que, por motivo não relevante, deixarem de matricular seus filhos ou tutelados, no início do ano letivo, estarão sujeitos à multa de 50 a 100 mil réis; Art. 6º - Independente da multa estabelecida no art. anterior, deverão os alunos contribuir com 500 réis, para a caixa escolar, por cada aula que falharem, sem nenhum motivo relevante; Art. 12º - Em falta de pagamento das contribuições determinadas no presente ato, os infratores serão lançados em dívida ativa e consequentemente sujeitos a execução”. (ATO Nº 7, de 12 de abril de 1939). AHMG.

comunidades rurais que mantinham características étnicas, principalmente alemã e italiana; uma vez que “a escola foi chamada a ter um papel central na configuração de uma identidade nacional, sendo simultaneamente um elemento de exclusão de processos étnicos”, como explica Kreutz (2014, p. 166).

Os artigos 13º, 14º e 15º do Ato nº 7, de 12 de abril de 1939, reforçam o caráter nacionalista da medida tomada por Vicente Dal Bó:

Art. 13.º - No horário das aulas, é obrigatório o ensino diário da língua pátria.

Art. 14.º - É expressamente proibido falar em língua estrangeira, no recinto das escolas, ainda que em horas de recreio.

Art. 15.º - Na véspera dos feriados nacionais, os professores deverão explicar aos alunos o motivo da comemoração, procurando despertar nas crianças o amor à pátria, o respeito e a admiração a seus homens ilustres e o culto das virtudes cívicas<sup>301</sup>.

Para melhor preparar o professorado, também foi instituída uma Semana de Estudos, anualmente, sempre na primeira quinzena do mês de janeiro. Nas palavras do Prefeito Dal Bó (1941), o problema da nacionalização constituía, em Garibaldi, um fato já resolvido e solucionado:

Assim sendo, com iniciativas desse gênero, voltadas a Educação e a Instrução da mocidade local, esta Administração está cônica de ter cumprido o seu dever, incrementando o Ensino, lapidando o caráter de sua mocidade e formando uma nova e flórea geração, capaz de “pari passu”, acompanhar alvissareira o gigantesco progresso do Estado Nacional, em favor das sagradas instituições da Pátria<sup>302</sup>.

A análise dos Relatórios do Prefeito Municipal Olinto F. de O. Freitas (1943, 1944, 1945) permite enunciar que, nos próximos anos, o quadro da educação municipal se manteve aproximadamente com o mesmo número de escolas. Em 1943, houve um concurso para seleção de professores e, ao longo do ano, reuniões de estudo, visando a melhoria da linguagem dos professores (GARIBALDI, 1944), o que induz a pensar que muitos destes docentes eram de origem étnica. Partindo da ideia de que a língua unifica o país, era preciso corrigir “as falas, os linguajares e os sotaques regionais”, começando por quem estava à frente da sala de aula. (BOTO, 2014, p. 113). Assim como nos grupos escolares, foram organizadas algumas instituições auxiliares de ensino, como: *Caixa Escolar*, *Biblioteca do Professor*, *Horto Escolar*,

<sup>301</sup> GARIBALDI. **Ato nº 7, de 12 de abril de 1939**. Altera o regulamento do ensino municipal, tornando efetiva a obrigatoriedade do ensino, e estabelece outras determinações. Garibaldi, 12 abr. 1939. AHMG.

<sup>302</sup> Síntese do Relatório do exercício de 1940 enviado ao Exmo. Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Vicente Dal Bó, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1941. p. 23. AHMG.



*Museu Escolar e Círculo de Pais e Mestres*<sup>303</sup>. A merenda escolar era trazida de casa pelos alunos(as).

A seguir, apresento um registro em que se pode observar o Prefeito em meio ao grupo de professores municipais.

Fotografia 22: Prefeito, autoridades e professores (Garibaldi, década de 1940)



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG – Garibaldi/RS.

A foto foi realizada nas escadarias da Igreja Matriz de Garibaldi. Em primeiro plano, está a Orientadora Municipal de Ensino Naydes Bordini (1)<sup>304</sup>, o Prefeito Dormelindo de Oliveira (2) e o Inspetor Escolar Salvador Bordini (3)<sup>305</sup>, pai de Naydes. A partir do primeiro degrau, estão as professoras e professores das escolas municipais. Provavelmente, a imagem teve por finalidade registrar um momento memorável, como a seleção dos professores

<sup>303</sup> Em relação à organização das instituições auxiliares de ensino nas escolas estaduais, ver Peres (2000).

<sup>304</sup> Naydes Bordini era filha de Salvador Bordini e Theomista Bellini. Foi professora municipal e, a partir do início da década de 40 do século XX, Orientadora Municipal de Ensino.

<sup>305</sup> Salvador Bordini nasceu em 1888, na cidade de Mirândola, Província de Moderna, da Itália. Veio para o Brasil ainda pequeno, fixando residência em Garibaldi/RS. Estudou no Colégio Santo Antônio, se naturalizou brasileiro e foi casado com Theomista Bellini, com quem teve seis filhos. No início dos anos de 1900, foi morar sua família no Distrito de Carlos Barbosa. Foi funcionário público, subprefeito e subdelegado em Carlos Barbosa e, por muitos anos, Inspetor Escolar em Garibaldi. Na velhice, se mudou para a capital gaúcha, onde faleceu no ano de 1973. Fonte: Biografia de Salvador Bordini. AHMG.

concurados, por exemplo, ou mesmo outro acontecimento importante entre os anos de 1942 a 1945, período administrativo do referido Prefeito.

No ano de 1944, a matrícula era de 2.895 alunos nas escolas do município<sup>306</sup>. No mesmo ano, foi criado um projeto de decreto-lei com vistas a reajustar os valores pagos aos servidores, ao passo que “os vencimentos propostos ainda não satisfazem, achando-se em desacordo com a natureza do trabalho e condições intelectuais que devem ser exigidas”. (GARIBALDI, 1945, p. 10).

No início da próxima década, mais modificações, como se pode observar no Relatório do Prefeito Heitor Mazzini (1951). No início do documento, o mesmo assinala que:

Pode-se classificar de eficiente, sem sombra de dúvida, o ensino ministrado nas escolas municipais, na sua absoluta maioria radicadas na zona rural, conforme se teve ocasião de verificar, nos últimos exames finais, pelos excelentes resultados apresentados<sup>307</sup>.

Nessa fonte, também foi possível identificar uma nova iniciativa de escolarização: a organização de grupos escolares municipais, a partir de 1950. Nesse ano, foram elevadas à categoria de grupos escolares municipais as escolas Dom Pedro II e Cristo Rei, situadas na Linha Figueira de Melo (1º Distrito), como também a Escola Duque de Caxias, localizada na Linha Boa Vista (4º Distrito), mantendo a mesma nomenclatura. Ao que tudo indica, em 1949, o Grupo Escolar Daltro Filho foi transferido e a partir de então, não localizei mais nenhum indício acerca de sua existência.

Como já explicado, o município de Farroupilha conquistou sua emancipação política apenas em 1934; assim, entendo que, a partir desse período, a escolarização municipal começou a ganhar contornos mais organizados. Em 1935, havia diversas escolas subvencionadas pelo estado e município, divididas entre os quatro distritos existentes, como se pode visualizar no quadro a seguir.

Quadro 13: Aulas subvencionadas pelo Município e pelo Estado em Farroupilha (1935)

Nome do (a) Professor (a)	Localização		
	Distrito	Linha/Travessão	Subvenção
Emilia Minella	1º	Linha Alencastro	Estado/município
Delmira Beux	1º	Linha Julieta	Estado/município

<sup>306</sup> Os dados de 1940 indicam que Garibaldi contava com uma população, em maioria, alfabetizada. Dos 17. 873 habitantes, 10. 198 sabiam ler e escrever. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940\\_pt\\_XX\\_t1\\_RS.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940_pt_XX_t1_RS.pdf) . Acesso em: 16 jan. 2022.

<sup>307</sup> Relatório do exercício de 1951 apresentado a Câmara Municipal de Garibaldi pelo Prefeito Heitor Mazzini. Garibaldi, 1951. p. 5. AHMG.

Gema C. Pesca	1º	Linha Vicentina	Estado/município
Zelinda Colombo	1º	Travessão Milanez	Estado/município
Rústico Gobbato	1º	Rio Burati e Monte Berico	Município
Adelia Postali	1º	Travessão Milanez	Município
Irene Giacomet	1º	Linha Vicentina	Município
Rachel Silvestrin	1º	Linha Alencastro	Município
Theresa Roso (auxiliar)	1º	Linha Vicentina	Município
Réa Silvia Gasperin	1º	Linha Sertorina	Município
Alice Gasperin	1º	Linha Sertorina	Município
Domingas Mandelli Venzon	2º	Linha Palmeiro	Estado/município
Maria Troian	2º	Linha Jacinto	Estado/município
Christina G. Bertuol	2º	Linha Palmeiro	Estado/município
Aurora M. Verona	2º	Flores da Cunha	Estado/município
Ignez Peccin	2º	Linha Amadeu	Estado/município
Amalia Sartor David	2º	Flores da Cunha	Estado/município
Angela Favero Menta	2º	Linha Palmeiro	Município
Emilia Mandelli	2º	Linha Jacinto	Município
Estephania R. del Pizzol	2º	Flores da Cunha	Município
Clara Caravantes Garcia	2º	Flores da Cunha	Município
Theresa Lazzari	2º	Linha República	Município
Maria Facchini	2º	Linha Palmeiro	Município
Lydia Schulke	3º	Desvio Machado	Estado/município
Irma Leopoldina (Prof. Federal)	3º	Nova Sardenha	Estado
Angelina Carlesso (Prof. Estadual - contrato)	3º	São Miguel	Estado
Jorge Wartha	3º	Linha Machadinho	Município
Lydia Freitas Travi	3º	Linha Machado	Município
Maria Bondan	3º	Linha Müller	Município
João Simon	4º	Forqueta Baixa	Estado/município
Rosa Antonello	4º	Travessão Milanez	Estado/município
Juvenato São Carlos	4º	Nova Milano	Município
Maria Weber	4º	Forqueta Baixa	Município
João Perini	4º	Travessão Perau	Município
Maria Lazzari (duas aulas)	4º	Oito Colônias	Município
Santina B. Slomp	4º	Travessão Trentini	Município
Maria Radaelli	4º	Travessão Trentini	Município
Michelina Bridi	4º	Travessão Milanez	Município
Leopoldina Laner	4º	Travessão Portugal	Município
Pedro Leopoldo Fulcher	4º	Forqueta baixa	Município

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Almanack Escolar do Estado do Rio Grande do Sul (1935, p. 340-341).

De acordo com os dados presentes no Almanack Escolar do Estado do Rio Grande do Sul<sup>308</sup>, nesse momento histórico, Farroupilha mantinha 40 escolas isoladas, sendo que muitas recebiam as duas subvenções. Tal situação remete aos apontamentos de Souza (2015), quando destaca que:

a subvenção, de modo geral, foi utilizada como rubrica para os investimentos docentes e que a combinação ou complementação de recursos atendiam as necessidades de transporte, gastos com objetos e utensílios, aluguel de imóveis e ou aluguel da residência do professor. (SOUZA, 2015, p. 102).

<sup>308</sup> Acerca desta obra indico o estudo de Amaral, Weiduschadt e Castro (2016).

No Almanaque Ilustrado, publicado em 1940, é possível identificar que o número de escolas municipais se manteve praticamente o mesmo, e ainda há o registro de duas aulas isoladas, talvez, a cargo do estado.

Como mencionado no capítulo anterior, o Prefeito Eudoro Lucas de Oliveira (1937-1940), que governou o município nos anos iniciais do período estadonovista, dedicou atenção especial à educação, sendo que sua meta de governo era “o maior desenvolvimento da Instrução Pública pela grandeza do Brasil”. (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1940, p. 55). Rememoro que no período em que esteve no poder, foi construído o novo prédio do Grupo Escolar Farroupilha, bem como foram instalados mais três grupos escolares nas zonas rurais do município.

A partir de uma notícia publicada no jornal *A Época* (1939)<sup>309</sup>, é possível entender que a zona rural também foi motivo de preocupação em Farroupilha, uma vez que mantinha núcleos de colonização, sobretudo italiana. Para tentar resolver esse problema, o Prefeito Eudoro tomou algumas medidas; entre elas, a instalação dos grupos escolares nas áreas rurais, a organização do programa de ensino para as aulas municipais e a criação de um Projeto de Lei, endereçado ao Presidente Getúlio Vargas, visando a obrigatoriedade do ensino primário, assim como fez o Prefeito de Garibaldi.

A propósito, foi localizado um ofício no AHMG, datado de 29 de julho de 1939, trocado entre os Prefeitos Vicente Dal Bó e Eudoro Lucas de Oliveira. No documento, o Prefeito de Farroupilha acusava o recebimento do ofício acompanhado de uma cópia do Ato nº 7, que alterava a regulamentação do ensino e tornava obrigatória a matrícula escolar, tal como manifestava sua opinião: “A nova Lei, baixada em ocasião oportuna, estou certo virá servir de base a uniformização da obrigatoriedade do ensino na região colonial”<sup>310</sup>. A partir destes e outros indícios, se pode visualizar ações de nacionalização desencadeadas pelos prefeitos municipais em consonância com o momento histórico-político vivenciado no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul, objetivando atingir, por meio da escola, a “massa de população que, se vinha desenvolvendo de acordo com a tradições, costumes e sentimentos estranhos ao interesse e ao espírito da comunhão brasileira”. (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1939, p. 11).

Ao final da década de 40 do século XX, conforme dados presentes no Álbum Comemorativo do 75<sup>a</sup> Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1950, p. 280),

---

<sup>309</sup> *A Época*, Caxias (Sul), ano II, n. 52, p. 17, 01 out. 1939. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

<sup>310</sup> FARROUPILHA. **Ofício, nº 1.647**, enviado ao Prefeito de Garibaldi Vicente Dal Bó, pelo Capitão Eudoro Lucas de Oliveira, Prefeito de Farroupilha, em 29 de julho de 1939. Acusa o recebimento do Ato n. 7, de 12 de abril. AHMG.

a cidade de Farroupilha mantinha 47 escolas municipais e 5 escolas estaduais, sendo 4 grupos escolares e uma aula isolada. O magistério era composto por 30 professores de 1ª entrância, 12 de 2ª e 8 de 3ª, visto que “praticamente todas as crianças em idade escolar” frequentavam a escola<sup>311</sup>.

Belusso (2020, p. 453), ao compreender as ações municipais em prol da Educação no município de Farroupilha, entre os anos de 1934 a 1948, conclui que:

Farroupilha assumiu um projeto educativo, que se desdobrou em ações efetivas, em articulação com as instâncias de governo estadual e federal, com os grupos locais e a Igreja Católica, para assegurar a oferta de escolarização e ampliar os níveis de ensino. Essas ações foram garantidas pelo protagonismo do município, em especial, dos prefeitos que elencaram a Educação como prioridade, que souberam fazer uso do espaço de autonomia e despenderam o investimento dos recursos públicos necessários em materiais escolares, móveis, materiais didáticos, prêmios, pagamento de aluguéis, realização de exames finais, comemorações cívicas, contribuições de várias ordens, aquisição de terrenos, subvenções ao ensino confessional, convênios para oferta do ensino ginásial, bolsas de estudo, uniformes escolares, biblioteca pública e pagamento dos professores (efetivos, substitutos e auxiliares), além de outros profissionais, como a orientadora de ensino e o diretor da Instrução Pública. Assim, diante das evidências apresentadas, compreende-se Farroupilha, entre os anos de 1934 a 1948, como um município pedagógico.

Por fim, depois de atentar para as dinâmicas do processo de escolarização em Garibaldi e Farroupilha, privilegiando a análise em torno das escolas confessionais e paroquiais, das escolas particulares italianas e das escolas apoiadas pelo governo italiano, bem como das escolas públicas municipais e estaduais, direciono o olhar para o processo de constituição e organização dos grupos escolares locais.

---

<sup>311</sup> Importa inferir que, segundo dados de 1940, dos 12.511 habitantes de Farroupilha, 7.784 eram alfabetizados, 2.767 eram analfabetos e 8 de instrução não declarada. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940\\_pt\\_XX\\_t1\\_RS.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940_pt_XX_t1_RS.pdf). Acesso em: 16 jan. 2022.

#### 4 OS GRUPOS ESCOLARES LOCAIS: ELOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Fotografia 23: Inauguração do Grupo Escolar Farroupilha, 1938



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF – Farroupilha/RS.

Fotografia 24: Inauguração do Grupo Escolar de Picada Velha, 1942



Fonte: Acervo da EMEFCA– Carlos Barbosa/RS.

#### 4 OS GRUPOS ESCOLARES LOCAIS: ELOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

*A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais e grupais, que se contrapõem a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretetece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho, e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas.*

*(Justino P. de Magalhães, 2004, p. 155).*

Para dar início ao quarto capítulo desse estudo, apresento duas fotografias que retratam um momento importante do processo histórico educacional dos grupos escolares locais: a inauguração do prédio escolar que, por sinal, instaurou uma nova cultura a partir da organização e edificação desse espaço planejado para ser escola.

A análise das fotos, permite perceber diferenças e semelhanças entre elas. Diferenças percebidas na configuração da arquitetura escolar, uma vez que o prédio construído na região central da cidade não se parece em nada com o prédio erigido na zona rural. Ambos com obras custeadas pelo Estado, ambos grupos escolares, mas que se diferem a partir do cenário em que se encontram.

A fita em torno dos pilares, a presença das bandeiras e bandeiras bem como a participação da comunidade demarcam a importância do evento e, mais ainda, a importância da escola para essas localidades. Nesse sentido, me questiono a respeito do que representou para essas populações e para os governos locais ter, no cenário dessas cidades, um grupo escolar, ou ainda, o que significou a construção desse espaço e o que significou estudar nessa escola.

A partir de Souza (1998, p. 92), penso que receber um grupo escolar representou um “sinal de prestígio para a cidade, nesse momento em que poucas localidades os possuíam. Por isso, a sua criação era vista como uma vitória política decorrente dos esforços das autoridades locais, mediada pelo jogo político”. Para os alunos, talvez, a oportunidade de conclusão dos estudos, de novas oportunidades.

A presença das autoridades, especialmente políticas e religiosas, faz pensar nas relações de poder existentes. A inauguração do Grupo Escolar Farroupilha, em 1938, contou com a presença ilustre do Interventor do Rio Grande do Sul, Oswaldo Cordeiro de Farias, e do Secretário de Educação e Saúde Pública, José Pereira Coelho de Souza. Já o Grupo Escolar de Picada Velha, em 1942, contou com a participação do Delegado Regional de Ensino. Nos dois momentos, também foi possível identificar a presença dos párocos e das autoridades locais nessa festividade. Além disso, a imprensa, como um importante meio de divulgação, fez questão de noticiar as duas inaugurações.

Assim, olhar para a história dos grupos escolares localizados em Garibaldi e Farroupilha é a tônica neste capítulo, que procura evidenciar como se deu o processo de constituição de cada uma destas escolas, com as suas particularidades e semelhanças, na trama de histórias e memórias que lhes são peculiares.

#### 4.1 A EMERGÊNCIA DOS GRUPOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO SUL

*Cabia a educação curar a causa da epidemia, para que se não repetisse. Impunha-se, pois, condensar definitivamente a indiferença e a desatenção do Estado para com esta verdadeira nacionalização dos brasileiros oriundos das correntes imigratórias do último século. Era preciso penetrar nesses densos aglomerados teuto e ítalo-brasileiros não apenas com a administração pública e a autoridade policial, mas também e principalmente com a escola, e, por intermédio desta, com a língua, a história, o civismo e o culto da tradição pátria.*

*(General Osvaldo Cordeiro de Farias, 1943, p. 10).*

No Rio Grande do Sul, o processo de instalação dos grupos escolares foi atípico, diferindo-se do restante do país. Por aqui, a escola graduada configurou-se oficialmente em 1909, com a denominação de colégio elementar, sendo que o primeiro grupo escolar só foi instalado em 1915. Para compreender esse processo, busco apoio na historiografia já existente, sendo os estudos de Peres (2000), Bastos (2005), Quadros (2006), Luchese (2007, 2016) e Ermel (2017) as referências principais.

Ao fazer um estudo da história da escola pública primária no Rio Grande do Sul, Peres (2000, p. 81) explica que, no início do século XX, as instituições escolares de ensino primário “existentes eram, em sua maioria, particulares – havia uma rede de escolas criadas pelos imigrantes alemães e italianos especialmente na região colonial – ou mantidas pelas municipalidades”. Assim, o governo positivista gaúcho passou a trabalhar para “criar um sistema público de ensino que atendesse a população do Rio Grande do Sul”, sendo que “a criação dos colégios elementares, em 1909, foi a resposta inicial do governo do estado no sentido de estabelecer essa rede de instrução pública”. (PERES, 2000, p. 82).

No entanto, antes da expansão da escola graduada na forma de colégios elementares, houve uma tentativa de reorganização do ensino público primário gaúcho ainda no final do século XIX, em especial, por meio do Decreto n. 89 de 2 de fevereiro de 1897, que instituiu os colégios distritais no Rio Grande do Sul.

Esses colégios previam o ensino complementar dividido em três classes, com um professor para cada classe e um diretor, sendo que o mesmo deveria ser designado pelo



Presidente do Estado, sob proposta do Inspetor Geral. O método empregado seria o intuitivo e o ensino ministrado compreenderia caligrafia, português, elementos da língua francesa (gramática e versão), aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, geografia e história do Brasil e do Rio Grande do Sul; ciências físicas e história natural, noções de direito pátrio, desenho, música por audição e ginástica (DECRETO N.º. 82, 1897).

Os colégios funcionariam na capital do estado e nas cidades cujos governos pudessem auxiliar com a instalação<sup>312</sup>, em especial, alugando ou cedendo prédios para o seu funcionamento. A falta de espaços adequados fez com que a efetivação desse modelo escolar ocorresse apenas em 1901, com a instalação do primeiro colégio distrital em Porto Alegre, funcionando no edifício da Escola Normal<sup>313</sup>. Como lembra Tambara (2016, p. 20), “uma coisa é a estrutura organizacional proposta e aprovada nas diversas instâncias administrativas, e outra é a operacionalidade prática”.

Acerca deste primeiro Colégio, Ermel (2017) explica que:

Tinha como objetivo, além do ensino elementar, substituir a Escola Normal a partir do ensinamento de conhecimentos complementares. Essa instituição formaria professores para as aulas públicas do Estado e serviria de modelo para os que seriam instalados, a partir de donativos de particulares para aquisição de prédios.

Segundo o Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública (1903), nesse mesmo ano, foram instalados mais dois colégios, um no município de Santa Maria e outro no município de Cruz Alta. Entre os anos de 1902 e 1903, foram abertos outros colégios em Santa Cruz, Montenegro, Taquari, São Gabriel, Livramento, Taquara, Rio Pardo, Uruguaiana e Bagé, como é possível verificar no estudo de Ermel (2017).

Em relação à instalação destes colégios, chama atenção a escolha do prédio para abrigá-los. Está claro que o Estado não investiu na construção de edifícios escolares nesse período, porém, os prédios cedidos pelas prefeituras ocupavam um lugar de destaque no cenário local. Como exemplo, cito o Colégio Distrital de Santa Cruz, que funcionava no prédio da prefeitura, e o Colégio Distrital da capital, que funcionava no mesmo edifício da Faculdade Livre de Direito e da Biblioteca Pública. Conforme ressalta Gonçalves (2013), a centralidade do prédio “mostrava o grau de importância que o governo dava ao estabelecimento de ensino”.

---

<sup>312</sup> Art.4º - Logo que o governo obtiver os necessários edifícios, instalará na capital três colégios distritais, suprimindo-se as escolas elementares que se tornarem desnecessárias. § único. Serão também instalados estes colégios, logo que for possível, em outros municípios, dando-se preferência, aqueles cujos governos auxiliarem o Estado nesta instalação. (DECRETO N.º. 82, 1897, p. 198).

<sup>313</sup> Acerca da historiografia do Colégio Distrital de Porto Alegre, indico os estudos de Gonçalves (2013) e de Ermel (2017).

Cabe destacar que esses colégios se mantiveram até 1906, com ressalva para o Colégio Distrital de Bagé, dissolvido em 1905, por não atender aos objetivos para qual fora criado, conforme explica Bica (2015). Nesse ano, houve uma reorganização da instrução pública no Estado e, nas palavras de Ermel (2017, p. 106):

As principais alterações ocorridas com o decreto de 02 de fevereiro de 1906 correspondem a divisão das zonas escolares e a supressão dos colégios distritais, sendo substituídos pelas escolas complementares. De modo geral, as 38 regiões escolares abrigam 1, 2 ou 3 dos 65 municípios que faziam parte do Estado.

Nessa nova organização, Caxias passou a fazer parte da 10ª região escolar<sup>314</sup> e, Garibaldi, juntamente com Bento Gonçalves, da 17ª. Os colégios distritais existentes foram transformados em escolas complementares visando a formação de professores para o magistério público e o desenvolvimento do ensino elementar<sup>315</sup>. Segundo Peres (2000, p. 87) “Até 1909, funcionaram quatro dessas escolas no Rio Grande do Sul: uma em Porto Alegre, uma em Santa Maria, uma em Santa Cruz e uma em Montenegro”<sup>316</sup>. A autora também explica que estas três últimas escolas foram consideradas inadequadas no ano de 1908 pela inspeção da instrução pública do Estado, pois não mantinham condições adequadas de funcionamento, tampouco atendiam à formação de professores, como esperado.

Tal situação gerou uma nova reorganização do sistema de ensino gaúcho em 1909, transformando as escolas complementares em colégios elementares, “exceto a Escola Complementar de Porto Alegre, que continua funcionando”. (ERMEL, 2017, p. 108-109). Nesse mesmo ano, foram criados mais seis colégios localizados nos municípios de Bagé, Rio Pardo, Encruzilhada, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Bento Gonçalves, todos no interior do Estado<sup>317</sup>. Com base no estudo de Peres (2000, p. 88, grifo da autora), se pode dizer que, a partir de então, se instituiu a escola graduada no Rio Grande do Sul, fruto “da experiência ‘fracassada’ das Escolas Complementares”. Para a autora:

É possível que a falta de investimentos do governo estadual nas Escolas Complementares, a ausência de profissionais preparados para atuar nessas escolas e o baixo número de candidatos interessados em frequentar os cursos complementares expliquem o “fracasso” dessa experiência no Rio Grande do Sul. (PERES, 2000, p. 88, grifo da autora).

<sup>314</sup> Também fazia parte da 10ª região escolar o município de Antônio Prado.

<sup>315</sup> Segundo Peres (2000, p. 87): “Essas escolas mantinham o curso elementar e o curso complementar, que tinha uma duração de três anos.

<sup>316</sup> Possivelmente, os colégios distritais de Cruz Alta, Taquari, São Gabriel, Livramento, Taquara, Rio Pardo e Uruguaiana foram extintos nesse ano, como o colégio de Bagé.

<sup>317</sup> Acerca da historiografia dos Colégios Elementares, indico o estudo de Peres (2000) e de Luchese (2007).

Conforme o Art. 12 do Decreto n.º 1479 de 26 de maio de 1909, os colégios seriam instituídos onde o governo julgasse necessário, dando preferência aos municípios que oferecessem gratuitamente o edifício para o seu funcionamento. No ano seguinte, foram aprovados o Programa de Ensino e o Regimento Interno dos colégios elementares. O ensino ministrado compreenderia seis anos de escolarização, divididos em três classes com suas seções.

A respeito dessa forma escolar, Peres (2000, p. 92) assinala:

Garantir prédios adequados para o funcionamento dos colégios, agrupar os alunos de forma homogênea, designar professores e professoras para cada classe, escolher os diretores, fiscalizar o trabalho docente, selecionar os livros didáticos, formular programas e regimentos para o funcionamento desses colégios foram as preocupações iniciais e, ao mesmo tempo, as vantagens ponderadas pelos gestores do ensino público em relação aos colégios elementares. Muitas dessas preocupações atravessaram décadas sem solução adequada, como foi o caso dos prédios escolares.

Por não ser o foco deste trabalho, não me detive a procurar entender os motivos que levaram o governo estadual a adotar outra nomenclatura para a escola graduada no Rio Grande do Sul. No entanto, a partir da historiografia existente, é possível perceber que a escola graduada foi instituída com os Colégios Distritais, insuficientes para atender a demanda do ensino primário no Estado, e se consolidou com os Colégios Elementares em virtude da expansão que tiveram em, praticamente, todo território gaúcho ao longo dos próximos anos; como mostram os dados compilados por Peres (2000), sendo que, em 1929, já existiam 50 colégios deste modelo.

A mesma autora assinala que “os colégios elementares significaram a adoção de um novo modelo escolar no Rio Grande do Sul e, com isso, a *reinvenção* de uma nova cultura escolar no contexto do ensino primário”. (PERES, 2000, p. 76, grifo da autora).

Entre os colégios abertos no Rio Grande do Sul, destaco a criação do Colégio Elementar de Bento Gonçalves (1909) e do Colégio Elementar de Caxias (1912)<sup>318</sup>. Como se percebe, entre os municípios mais antigos da RCI, apenas Garibaldi não contou com esse modelo escolar. Luchese (2016, p. 85) aponta que os colégios passaram a ser requisitados por diversos intendentes, “que consideravam uma distinção para o município contar com tal modernidade”. Diante disso e da demanda pela escolarização, o Intendente de Garibaldi registrou, em 1913, o seguinte: “Tenho me empenhado vivamente com o Governo do Estado para a criação, nessa Vila, de um colégio elementar, que seria utilíssimo para o ensino”. (GARIBALDI, 1913, p. 4);

---

<sup>318</sup> Para saber mais a respeito desses Colégios, ver o estudo de Luchese (2007).

o mesmo fez o Intendente Acauan, em 1922. No entanto, as solicitações dos Intendentes nunca foram atendidas. Provavelmente, a força de atuação da Igreja Católica nesse período pode ter sido um fator contrário; afinal, a instalação de um colégio elementar se tornaria uma concorrência pelo Ensino Primário nessa localidade.

Em 1915, emergiram os grupos escolares no cenário rio-grandense. Em sua tese, Ermel (2017) explica que, nesse ano, foram instalados três grupos escolares no estado; nos municípios de Cachoeira, Dom Pedrito e São Luiz. Segundo prossegue a autora:

Os grupos escolares de Dom Pedrito e Cachoeira, instalados em 1915, foram elevados à categoria de colégios elementares no ano seguinte. Com a existência de dois colégios elementares em funcionamento na Capital, o primeiro grupo escolar foi instalado no ano de 1916 em um edifício do Governo, na Rua Voluntários da Pátria, centro de Porto Alegre. (ERMEL, 2017, p. 113).

No mesmo estudo, também é possível identificar a presença do primeiro grupo escolar constituído na RCI, organizado no município de Alfredo Chaves, em 1916, com uma matrícula inicial de 91 alunos<sup>319</sup>. Por meio do Relatório de Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, se pode entender que, até 1921, funcionaram 9 grupos escolares no Rio Grande do Sul, ao lado dos colégios elementares, das escolas isoladas e da Escola Complementar da Capital<sup>320</sup>.

Destaco, nesse mesmo documento, a seguinte informação: “Por terem ficado com frequência reduzida, três colégios foram rebaixados a grupos, passando três grupos, por causa inversa, a colégios”. (RIO GRANDE DO SUL, 1921, V. I, p. 11). A partir desses dados, entende-se que uma das principais diferenças entre os colégios elementares e os grupos escolares existentes era o número de alunos. Como menciona Peres (2000, p. 85), “No caso dos colégios elementares, era necessário, legalmente, o número de 200 ou mais alunos matriculados”. A mesma autora também explica que os primeiros grupos escolares abertos no estado eram escolas reunidas.

Para Souza (1998, p. 50), a reunião de escolas em um mesmo edifício criou um outro tipo de escola primária, as denominadas escolas reunidas: “Embora reunidas, as escolas funcionavam independentes entre si, como isoladas”. A autora também menciona que essas

---

<sup>319</sup> Os dados referentes a matrícula foram localizados no Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1920, I. Volume. Esse documento foi localizado de forma on-line no Repositório da UFSC – Florianópolis/SC.

<sup>320</sup> Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1921, I. Volume. Esse documento foi localizado de forma on-line no Repositório da UFSC.

escolas mantinham diferenças salariais e uma organização mais simples. A reunião de escolas isoladas em um único prédio era uma prática comum ao período, entendida como um benefício às finanças do Estado, que não teria mais “que arcar com os aluguéis das diversas casas que abrigavam as escolas isoladas”. (BENCOSTTA, 2011, p. 71), haja vista que “os gastos que o Governo despendia com o aluguel de casas, em sua maioria impróprias para o ensino, comprometia grande parte da verba destinada à educação”. (ERMEL, 2011, p. 88).

Alguns vestígios sinalizam para os motivos que levaram o governo gaúcho a criar os grupos escolares em 1915. Uma possibilidade seria a expansão do ensino primário de forma mais organizada e controlada por parte do Estado. Reunindo escolas em um mesmo espaço, economizaria com os aluguéis, controlaria o que seria ensinado e facilitaria o trabalho da Inspeção Escolar, responsável pela fiscalização do ensino. Ademais, como nem todos os municípios dispunham de condições para a instalação de um colégio elementar, os grupos escolares podem ter emergido como uma alternativa de escolarização viável naquele momento.

O excerto abaixo, retirado do Relatório produzido em 1923 por Protásio Alves, corrobora com essa representação:

Com a alta preocupação de estender a instrução pelo território riograndense, preferindo colocar modestas escolas em todos os pontos onde se tornem necessárias, em vez de construir deslumbrantes estabelecimentos só nas cidades, com sacrifício dos centros rurais, sem todavia deixar de ir pouco a pouco dotando a instrução pública de edifícios próprios para colégios, dando inteligente amparo, onde quer que se manifeste intensão de ensinar e vontade de aprender<sup>321</sup>.

Assim, juntamente com a expansão dos colégios elementares, foram emergindo os grupos escolares no Rio Grande do Sul, sendo que, até o final da década de 1920, já haviam sido instaladas 38 instituições desse modelo. Na RCI, além do Grupo Escolar de Alfredo Chaves, foram abertos o Grupo Escolar da Vila de Garibaldi, o Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza e o Grupo Escolar de Antônio Prado (BOLETIM DE COLÉGIOS E GRUPOS, 1929).

Em 1927, o governo estadual expediu o novo regulamento para a Instrução Pública (Decreto n.º 3.898) e, em seguida, aprovou o novo Regimento Interno para os estabelecimentos de ensino (Decreto n.º 3.903). Nas escolas públicas, o ensino teria cunho prático, concreto, intuitivo e compreenderia a educação moral, cívica, física e intelectual, bem como seria

---

<sup>321</sup> Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 31 de agosto de 1923, I. Volume. 1923. p. 8. Repositório da UFSC.

ministrado em escolas isoladas, maternais<sup>322</sup> e subvencionadas, grupos escolares e colégios elementares. Estas escolas seriam classificadas em urbanas e rurais, conforme a localização dentro ou fora dos limites urbanos e suburbanos das cidades e vilas.

Em relação aos grupos escolares, o Decreto n.º 3.898 previa apenas:

Art. 24.º - Nos lugares onde as conveniências do ensino exigirem, poderão funcionar conjuntamente, em um só prédio sob a denominação de grupo escolar, três ou mais professores.

§ 1.º - Nos grupos escolares, vigorarão o regimento e os métodos de ensino dos colégios elementares.

§ 2.º - Os grupos escolares poderão ser elevados a categoria de colégios, quando a sua frequência for superior a 200 alunos. (DECRETO N.º 3.898, 1927, p. 516).

O documento prossegue dando ênfase na organização dos colégios elementares, que eram a prioridade do governo estadual nesse período. Comparando ambos, percebe-se três diferenças. A primeira é que os grupos escolares continuavam funcionando como escolas reunidas; a segunda é que, nos grupos, o diretor poderia exercer também a docência, e a terceira é o número de alunos e professores. Pela legislação vigente, os grupos e colégios poderiam mudar de nomenclatura conforme o nível baixo ou elevado de matrículas. A respeito dessa situação, ficam alguns questionamentos em aberto: Havia mudança de prédio também ou apenas de nomenclatura? Na prática, quais eram as condições de funcionamento desses grupos que se transformavam em colégios? Qual era o tempo entre a comprovação do aumento de matrículas e a mudança de categoria?

Acerca dos colégios, Peres (2000, p. 113) explica:

Não encontrei, contudo, indícios de algum colégio elementar que tenha perdido essa condição transformando-se em grupo escolar, embora, em muitos casos, na prática, o número de frequência não atingisse o total de 200 alunos. São muitas as memórias de professoras entrevistadas para esta pesquisa sobre campanhas para o aumento de matrículas nas escolas em que lecionavam, especialmente aquelas que trabalharam em zonas rurais e suburbanas ou pequenas vilas e povoados do estado gaúcho. Quanto maior o número de alunos matriculados, maior o prestígio que o colégio tinha. O número de matrículas era, também, de alguma forma, um atestado de competência de diretores e diretoras.

Ao longo das próximas décadas, em especial, a partir da instalação do Estado Novo no Brasil e do acirramento da campanha de nacionalização do ensino, o número de grupos

---

<sup>322</sup> De acordo com o Decreto n.º 3.898, as escolas maternais seriam instaladas junto às fábricas cujas direções assumissem o compromisso de oferecer ao Estado um espaço adequado para, pelo menos, cem alunos. Essa instituição receberia crianças entre três e oito anos de idade, divididas entre 2 seções, compreendendo, na 1ª, crianças até 5 anos e, na 2ª, até 8. Na 1ª seção, o ensino deveria ser feito com base nas concepções de Froebel. O mesmo documento também previa o funcionamento de uma creche anexa à escola maternal.

escolares instituídos em diversas localidades do Estado foi sendo ampliado de forma significativa, como se pode conferir na tabela abaixo. Entre estas novas escolas, destaco o Grupo Escolar de Carlos Barbosa, o Grupo Escolar de São Marcos, o Grupo Escolar de Vila Jansen, o Grupo Escolar de Caruara, o Grupo Escolar de Picada Velha e o Grupo Escolar Daltro Filho, instalados nos municípios que compõem esta pesquisa.

Tabela 1: Grupos escolares instalados no Rio Grande do Sul (1930-1942)

ANO	GRUPOS ESCOLARES
1930	54
1934	104
1937	170
1938	281
1939	365
1940	422
1941	456
1942	518

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos indícios presentes no Boletim de Colégios e Grupos (1930), no Almanack Ilustrado (1935) e no Relatório do General Osvaldo Cordeiro de Farias (1943).

Como visto, a maior ampliação se deu no período de vigência do Estado Novo, sendo que os grupos escolares existentes no Estado passaram de 170 instituições em 1937 para 518 em 1942. Isso significa que, em cinco anos, 348 novas escolas estaduais foram postas em circulação no Rio Grande do Sul. Para Peres (2000, p. 120), esse crescimento dos grupos escolares “marcou um investimento, uma priorização, por parte do governo gaúcho, na escola urbana em detrimento da escola isolada rural, configurando a consolidação do modelo escolar”.

No dia 10 de novembro de 1937, instituiu-se o Estado Novo no Brasil por meio de um golpe de estado, onde o Congresso foi fechado pelas tropas da Polícia Militar e Getúlio Vargas anunciou a Carta Constitucional que vigoraria a partir de então (HORTA, 2012).

A instalação do novo regime impôs a dissolução dos partidos políticos e a nomeação de interventores para governar os Estados. No Rio Grande do Sul, foi indicado o general Daltro Filho e, com ele, José Pereira Coelho de Souza assumiu a Secretaria da Educação e Saúde Pública. Em 1938, com a saída de Daltro Filho, tomou posse como interventor o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, que permaneceu no cargo até 1943<sup>323</sup>.

<sup>323</sup> Acerca dos interventores do Rio Grande do Sul e suas relações com o governo federal, indico o estudo de Abreu (2005).

Acerca do Estado Novo, Cunha (2014, p. 9) lembra que:

Com a chegada dos anos 1930, as relações entre Estado e comunidades étnicas começam a ficar mais conflituosas, tanto como reflexo do cenário internacional quanto do nacional. Na Alemanha e na Itália, a ascensão dos partidos Nazistas e Fascistas fez com que as potências ocidentais, lideradas pela Inglaterra e Estados Unidos, passassem a adotar medidas contra o avanço dos regimes totalitários. No Brasil, o impacto das tensões no exterior se fez sentir pela implantação do Estado Novo no ano de 1937, que adotou medidas para nacionalizar as regiões do país onde existissem focos de imigração e colonização estrangeira.

Assim, a implantação deste governo explica-se à luz dos conflitos e processos internos, especialmente ligados à Revolução de 1930, bem como das tensões e movimentos internacionais<sup>324</sup>. Certamente, as preocupações com a identidade e a segurança nacional foram as principais motivações para a instalação do novo regime, autoritário e centralizador, “com alguns traços totalitários, característicos dos regimes fascistas europeus”. (NEUMANN, 2003, p. 33).

Nas concepções de Nascimento (2014, p. 44):

O estabelecimento do Estado Novo no Brasil significou a concretização de um projeto de nação que buscava transformá-la em um todo orgânico e corporativo, cuja realização se alcançaria por meio da atuação do Estado, fundindo povo, nação e Estado em um único organismo conduzido por seus líderes governamentais.

Diante de tais preocupações, acreditava-se que era preciso investir na nacionalização das populações estrangeiras: nacionalizar pela língua, pelos costumes, pela religião, pela memória, pela escola. Alemães, italianos, japoneses, entre outros grupos étnicos, passaram a ser perseguidos, pois representavam perigo à unidade nacional. Conforme Gertz (2005), havia, nesse período, a incapacidade de aceitar um Brasil multifacetado:

De admitir que pessoas pudessem ser bons cidadãos brasileiros com cabelos loiros e olhos azuis, falando uma língua que não fosse o português, professando uma religião que não fosse o catolicismo, cultivando hábitos alimentares que não fossem considerados “típicamente brasileiros”. (GERTZ, 2005, p. 165).

No Rio Grande do Sul, a nacionalização<sup>325</sup> ocorreu de forma mais intensa após a instalação do governo estadonovista, em especial, a partir das ações do Interventor Oswaldo

---

<sup>324</sup> “O Estado Novo ocorreu em meio a uma onda de transformações mundiais, como a ascensão de regimes totalitários na Europa. Ao contrário destes, não resultou da tomada de poder por nenhum movimento revolucionário ou de massa”. (NEUMANN, 2003, p. 37).

<sup>325</sup> São vários os estudos que abordam a nacionalização e a constituição do Estado Novo em solo gaúcho. Como exemplo, cito as pesquisas de Gertz (2005) e Neumann (2003).



Cordeiro de Farias e do Secretário de Educação e Saúde Pública, José Pereira Coelho de Souza, como já explicitado no Capítulo 1.

Na RCI, neste período, escolas foram nacionalizadas, instituiu-se a obrigatoriedade escolar, a proibição do uso de línguas estrangeiras, a troca de nomes de lugares e de instituições, “houve prisões e perseguições”, como explica Gertz (2005, p. 152). Porém, segundo o mesmo autor, ocorreu sem tanta agressividade e violência quanto nas regiões de colonização alemã (GERTZ, 2005). Aliás, os alemães foram considerados os mais perigosos e, por isso, adquiriram maior atenção do governo gaúcho.

O Interventor e o Secretário de Educação e Saúde Pública, José Pereira Coelho de Souza, implantaram a campanha de nacionalização do ensino de forma compulsória, tendo em vista o objetivo de nacionalizar as populações de imigrantes e descendentes, sobretudo pela escola. Dito isso, diversas medidas preventivas e repressivas foram colocadas em prática no Estado, deixando marcas profundas na história de muitas instituições escolares e, mais ainda, nas histórias de vida dos sujeitos que vivenciaram esse período.

Importa dizer que as zonas rurais do Rio Grande do Sul, por concentrarem maior número de imigrantes e descendentes, foram alvo de preocupações constantes por parte do governo gaúcho. Em 1939, o diretor da Seção Administrativa, encarregado dos serviços atinentes a nacionalização do ensino, ao visitar algumas colônias alemãs localizadas nas “linhas” do interior dos municípios, relatou: “Senti-me um estrangeiro em minha própria terra”. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 7)<sup>326</sup>. O mesmo, prossegue explicando que,

o colono conserva as tradições e a língua de sua pátria nativa; as crianças conversam, estudam, brincam, cantam e rezam em alemão. Em uma palavra, desconhecem o Brasil, considerando-se alemães natos. Não me forrarei a repetir a V. Excia. um trecho do relatório anterior: “É profundamente doloroso ouvir de um pequenino teuto-brasileiro de 3ª ou 4ª geração, nascido em Candelária, que era alemão porque lá nascera e Candelária era território germânico. Na mesma aula desconhecem o Presidente da República, mas o nome de Hitler lhes é familiar<sup>327</sup>.”

No mesmo documento, o diretor aponta a dificuldade de fiscalização e a necessidade de nacionalização destas populações. Apresenta as resistências de algumas comunidades de

<sup>326</sup> Esse documento pertence ao AHRGS - Porto Alegre/RS. É um relatório produzido em 1939, pelo diretor da Seção Administrativa, encarregado dos serviços atinentes à nacionalização do ensino e endereçado ao Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado, J. P. Coelho de Souza. Apresenta dez páginas e, ao final está assinado, possivelmente pelo diretor, porém, a letra é ilegível.

<sup>327</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. P. Coelho de Souza, D.D. Secretário de Educação e Saúde Pública pelo diretor da Seção Administrativa, encarregado dos serviços atinentes à nacionalização do ensino. Porto Alegre, 1939, p. 7. AHMG.

origem germânica, como também as medidas impostas pelo governo, incluindo o fechamento de escolas.

Para Bastos e Tambara (2014, p. 105), a presença dos núcleos coloniais “levou a que a campanha de nacionalização do ensino assumisse características de uma ação sistemática e repressiva das autoridades locais”. Nas palavras dos autores:

Essa ação envolveu uma política de nacionalização dos estabelecimentos de ensino particulares, acompanhada por uma política de ampliação e aperfeiçoamento da rede escolar pública, bem como por medidas de aperfeiçoamento do aparelho de ensino rio-grandense, pela centralização administrativa e pela modernização pedagógica atrelada ao ideário escolanovista. (BASTOS; TAMBARA, 2014, p. 105).

Os reflexos destes tempos impulsionaram uma nova reorganização da educação no Estado, sendo que, em janeiro de 1939, o governo gaúcho determinou, por meio do Decreto n.º 7.680, que as instituições de ensino primário seriam classificadas como escolas isoladas e grupos escolares, extinguindo os colégios elementares. Nesse mesmo ano, foram aprovados o Regimento Interno das escolas primárias (Decreto n.º 7.929) e o Programa de Ensino (Decreto n.º 8.020). Cabe dizer que, a partir do exposto no Regimento, o termo ‘classe’ passou a ser substituído por ano escolar.

Esses documentos são de extrema importância, pois norteiam aspectos das culturas escolares das instituições desta pesquisa, sobretudo em relação aos tempos, às práticas e aos saberes escolares. Ainda, importa dizer que, os mesmos estão ligados ao processo de renovação educacional que ocorria no Rio Grande do Sul, motivado pelo “clima reformista que experimentou o país nos anos de 20 e 30”. (PERES, 2000, p. 130)<sup>328</sup> e intensificou-se a partir do ano de 1937, momento em que tomou posse da Secretaria de Educação e Saúde Pública, J. P. Coelho de Souza.

Segundo Quadros (2006), o movimento reformista empreendido pelo Estado gaúcho

alcançou condições de aparecimento a partir das formulações do discurso da nacionalização do ensino, que sustentou o aparelhamento do Estado para a execução de uma ampla, intensa e profunda reforma educacional. Essa reforma se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de instrução pública, no âmbito do qual a população e a educação emergiram como um problema do governo. (QUADROS, 2006, p. 121).

---

<sup>328</sup> Segundo Peres (2000, p. 130): “Associado a isso, haviam as experiências de reformas dos sistemas de ensino público, processadas em outros estados brasileiros desde os anos 20, que iriam influenciar ações no campo da educação pública no Rio Grande do Sul (era o caso das reformas em São Paulo, com Sampaio Dória, em 1920; no Ceará, em 1922, com Lourenço Filho; na Bahia, em 1924, com Anísio Teixeira; em Minas Gerais, em 1927, com Francisco Campos; no Rio de Janeiro, em 1928, com Fernando de Azevedo)”.

Entre as medidas conduzidas pelo secretário Coelho de Souza, destaco a reorganização da Diretoria Geral de Instrução Pública, a criação das delegacias regionais de ensino, bem como a criação dos cargos de delegado e de orientador do ensino elementar, a profissionalização docente, a organização da carreira do magistério público primário, a construção de novos prédios escolares, a aquisição de novos mobiliários e materiais didáticos, como também a criação da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, posterior *Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais* – CPOE/RS, dentre outras<sup>329</sup>.

É importante frisar que essa reforma no Rio Grande do Sul envolveu diversas instituições, como: governo, igreja, partidos políticos, imprensa, escolas e comunidade; sendo resultado de uma união de elementos, como a nacionalização do ensino, o Estado Novo, o aumento populacional, os discursos pedagógicos e a participação de intelectuais, e “não de uma evolução ou necessidade”. (QUADROS, 2014, p. 145).

De acordo com os apontamentos do mesmo autor, o movimento da reforma educacional refletiu intensamente na perspectiva de modernização das instituições, sendo mais do que um movimento administrativo, pois:

[...] modificou não só a legislação que regulamentava a educação e os espaços em que se realizava, mas os métodos de ensino, as relações de trabalho, as finalidades da instrução e os dispositivos por meio dos quais ela adquiria sua eficácia social. (QUADROS, 2006, p. 117).

Diante das diversas medidas empreendidas pela reforma educacional, destaco o CPOE/RS, que, a partir de 1943, tornou-se o centro das decisões educacionais no Estado e o órgão responsável por estabelecer “formas de controle sofisticadas, tanto em relação à profissão docente quanto à vida de alunos, da escola e da comunidade escolar de um modo geral”. (PERES, 2000, p. 136). Assim, adquirindo, como afirma Quadros (2006, p. 283): “um papel proeminente no planejamento, na organização e na avaliação do processo pelo qual o Estado assumiu o problema da escola”.

Na década de 1940, somaram-se a essas ações outras modificações, já explicadas por Peres (2000, p. 120, grifos da autora):

Foi extinto, em 1942, o sexto ano das escolas primárias do estado e, a partir de 1947, de acordo com a *Lei Orgânica Federal de 1946*, o ensino no estado organizou-se em **curso elementar**, de quatro anos, e **curso complementar**, de um ano. As escolas isoladas podiam oferecer somente o curso elementar, o que na prática significava que

---

<sup>329</sup> Sugiro ver Quadros (2006, 2014).

as escolas mantinham até o 4º ano escolar, e os grupos escolares ofereciam o curso elementar e o curso complementar, ou seja, mantinham do 1º ao 5º ano.

Para concluir, ressalto que a escola graduada no Rio Grande do Sul emergiu e se consolidou no modelo dos colégios elementares, sendo que estes resultaram da oferta insuficiente e ineficiente dos colégios distritais e das escolas complementares. Como apresentou Peres (2000, p. 112), os colégios elementares representaram um novo modelo de escola pública primária com a adoção do ensino seriado: várias classes, vários professores, “em um mesmo prédio e sob direção única”. No entanto, numa avaliação muito pessoal, acredito que a falta de recursos dos governos estaduais e municipais fez com que, em 1915, na tentativa de ampliar e controlar a escolarização, o Estado optasse por introduzir os grupos escolares - reunindo escolas, como fez São Paulo no final do século XIX:

O espírito que animou o grupo escolar foi inicialmente a reunião de escolas até consolidar uma certa unidade e organicidade que transformaria as escolas reunidas em classes e salas de aula e o grupo escolar numa escola primária una. (SOUZA, 1998, p. 49).

Contudo, essa “escola primária una” só teve seu ápice, ao menos em termos de legitimação, no final da década de 1930, quando foram extintos os colégios elementares e houve a necessidade de expansão da escola nacional, diante do contexto político já tratado anteriormente.

Prossigo a análise olhando para o contexto local, procurando compreender a constituição dos grupos escolares nos municípios de Garibaldi e Farroupilha, especialmente a partir do desdobramento da rede escolar estadual, ligada à campanha de nacionalização do ensino.

#### 4.2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES EM GARIBALDI E FARROUPILHA: PARTICULARIDADES E SEMELHANÇAS

*Parece-nos que Garibaldi comportaria a criação de um grupo escolar, onde o grande número de crianças de ambos os sexos, pertencentes a famílias sem recursos necessários para se matricularem em colégios particulares, com o acréscimo dispendioso de aquisição de material escolar, poderiam haurir a instrução que lhes falta, contribuindo ainda esse gesto de V. Exa. para a difusão, entre os nossos filhos, da língua nacional, desejo de todos nós.*

*(Manuel Marques da Silva Acauan, Intendente de Garibaldi, 1920, p. 8-9).*

A instalação dos grupos escolares no cenário dessa pesquisa remonta ao ano de 1926, quando foi criado o primeiro grupo escolar no município de Garibaldi, realizando um antigo anseio do poder público municipal e, quiçá, da comunidade local.

Como visto no subcapítulo anterior, as tentativas para a instalação de um colégio elementar em terras garibaldinas não deram certo e, diante disso, iniciaram-se as mobilizações para a organização de um grupo escolar. Em 1920, o Intendente de Garibaldi Manuel Marques da Silva Acauan e alguns moradores da localidade<sup>330</sup> endereçaram uma solicitação a Borges de Medeiros, pedindo pela criação de um grupo escolar. Nas palavras do Intendente, que uso como epígrafe:

Parece-nos que Garibaldi comportaria a criação de um grupo escolar, onde o grande número de crianças de ambos os sexos, pertencentes a famílias sem recursos necessários para se matricularem em colégios particulares, com o acréscimo dispendioso de aquisição de material escolar, poderiam haurir a instrução que lhes falta, contribuindo ainda esse gesto de V. Exa. para a difusão, entre os nossos filhos, da língua nacional, desejo de todos nós<sup>331</sup>.

A mobilização solicitava essa escola na sede, em vista de haver, ali, os colégios particulares mantidos pelas congregações e, possivelmente, uma ou duas escolas isoladas, que não conseguiam atender a todas as crianças em idade escolar. Assim, era necessário mais uma escola para oferecer a instrução primária e difundir a língua nacional. No mesmo documento, o Intendente mencionava que já havia expedido uma solicitação no ano anterior e que não havia sido atendida. Em 1922, prosseguiu explicando em relatório que: “Infelizmente, porém, ainda não conseguimos obter a instituição de Colégio Elementar ou mesmo de um Grupo Escolar, o que viria atender uma velha e legítima aspiração e uma flagrante necessidade”. (GARIBALDI, 1922, p. 8).

O êxito destas solicitações só chegou em 1926, na gestão de Jacob Nicolau Ely, que, certamente, soube usar de suas influências políticas para conseguir a instalação da referida escola. Assim, no dia 11 de julho de 1926, foi oficialmente instalado o Grupo Escolar da Vila de Garibaldi no prédio da Intendência Municipal, contando, inicialmente, com três classes.

---

<sup>330</sup> Segundo o documento: “[...] Os abaixo assinados, chefes de família, constituindo as classes conservadoras da Villa de Garibaldi, vêm, *data vênia*, confiantes no alto espírito de justiça de V. Exa. e no nunca desmentido amor que dedicais à causa da Instrução como a tudo o que diz respeito ao progresso material e moral do Estado, submeter a V. Exa. as seguintes ponderações, como fundamento ao pedido de criação de um Grupo Escolar nesta localidade [...]”. (GARIBALDI, 1920, p. 8, grifo meu). No relatório, não foi possível identificar as assinaturas, mas, pelo exposto, entendo que esses “chefes de família” representavam os empresários, comerciantes, bem como moradores ligados à política local.

<sup>331</sup> Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente Manuel Marques da Silva Acauan em 12 de outubro de 1920. Garibaldi: Typographia d’O Jornal, 1920. p. 8-9. AHMG.

O prédio da Intendência havia sido inaugurado neste mesmo ano e era uma das edificações mais bonitas de Garibaldi no período. Assim, diante da falta de recursos financeiros para a construção da escola, o prédio foi aproveitado para abrigar também o grupo escolar, ao que tudo indica, na parte térrea. Na imagem abaixo, tem-se o registro do novo prédio em um dia festivo, que parece ser do dia de sua inauguração.

Fotografia 25: Intendência Municipal de Garibaldi, 1926



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG - Garibaldi/RS.

Para administrar a instituição e ministrar o ensino, foram indicados o diretor Menna Barreto Netto e a professora Addy Sobrosa, ambos de Porto Alegre. No dia 04 de julho, o Diretor Menna Barreto enviou uma correspondência ao Intendente Municipal solicitando algumas adaptações no prédio e no terreno, como a transformação de duas janelas em portas, uma faxina no quintal, a instalação de fossas higiênicas e a inscrição do nome da escola na

fachada no edifício. Ainda, mencionava que os móveis não haviam chegado e que a falta de professores o preocupava, diante do elevado número de matrículas<sup>332</sup>.

Pelo curto espaço de tempo entre a correspondência e a inauguração da escola, é provável que as solicitações do diretor não tenham sido atendidas. Assim, no dia 18 de julho, em outra correspondência, o diretor voltava a relatar o problema da falta de professores, pedindo a contratação de dois auxiliares, ao menos até o final do ano<sup>333</sup>.

Três anos após a inauguração, conforme as informações registradas no *Boletim de Colégios e Grupos*, a escola contava com uma matrícula de 131 alunos e quatro professoras que respondiam pelas três primeiras classes do Curso Primário, sendo que havia duas turmas de 1ª classe. Também, a partir de 1929, assumiu a direção da escola a professora Addy Sobrosa, conciliando essa tarefa com a docência.

Um ano após a abertura do Grupo Escolar da Vila de Garibaldi, foi instalado o Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza<sup>334</sup>, primeira escola desse modelo a ser aberta em Caxias e instalada no Distrito de Nova Vicenza, posterior município de Farroupilha. Cabe destacar que, por meio do Decreto nº 3.867, de 5 de julho de 1927, o governo do Rio Grande do Sul, sob a administração de Borges de Medeiros<sup>335</sup>, determinou a instalação de dois grupos escolares rurais no Estado, sendo um deles o respectivo Grupo Escolar<sup>336</sup>.

Para a organização desta escola, foram reunidas a 5ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza, localizada na Vicenza “Velha”, sob regência da professora Maria Ignês Vizeu e a 22ª Aula Pública e Mista de Nova Vicenza, localizada na Vicenza “Nova”, próxima à Estação Férrea, sob a regência da professora Maria Mocellini. Também, foi indicado o técnico agrícola Antão de Jesus Batista para assumir a direção escolar.

Sinalizo que, a partir do momento em que são reunidas as duas escolas isoladas no dia 27 de agosto de 1927, foi oficialmente instalado o Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza. A instalação da instituição foi noticiada alguns dias antes pela equipe do jornal *Caxias*, como se pode verificar na transcrição a seguir:

**Grupo escolar rural** - Nesta semana começará a funcionar o grupo acima, provisoriamente no edifício da Subintendência, até que sejam ultimadas as

<sup>332</sup> Correspondência do dia 04 de julho de 1926, escrita a próprio punho pelo Diretor Menna Barreto Netto e endereçada ao Intendente Municipal. AHMG.

<sup>333</sup> Correspondência do dia 18 de julho de 1926, escrita a próprio punho pelo Diretor Menna Barreto Netto e endereçada ao Intendente Municipal. AHMG.

<sup>334</sup> Acerca do processo histórico-educacional desta escola, ver Fernandes (2015).

<sup>335</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros, natural de Caçapava do Sul (RS), formou-se Advogado pela Faculdade de Direito de Recife e governou o Rio Grande do Sul por cinco mandatos.

<sup>336</sup> O outro grupo escolar foi organizado na Colônia General Osório, município de Cruz Alta.

negociações para a compra do edifício próprio, o qual, segundo nos consta, ficará no centro desta localidade.<sup>337</sup>

A partir do impresso, é possível inferir que o grupo escolar iniciou suas atividades em um espaço improvisado, localizado assim como o Grupo Escolar da Vila de Garibaldi, no prédio da Subintendência Municipal, nas proximidades da Estação Férrea, disponibilizando o ensino misto com um total de 85 alunos matriculados, sendo 37 meninos e 48 meninas<sup>338</sup>. A cedência destes dois espaços públicos para abrigar os grupos escolares pode ter sido uma alternativa viável e econômica, uma vez que não haveria gastos com os aluguéis.

Pelos vestígios encontrados, pode-se dizer que o Grupo Escolar Rural emergiu com a finalidade de ministrar o ensino primário e os conhecimentos práticos e rudimentares de agricultura. Neste sentido, compreendo que tal iniciativa do governo gaúcho ligava-se à atuação do Ministério da Agricultura sobre a educação rural durante o período da Primeira República no Brasil (MENDONÇA, 2006), bem como relacionava-se com o contexto predominantemente agrícola do Rio Grande do Sul.

Outro vestígio importante a considerar é a atuação de Celeste Gobbato<sup>339</sup>, intendente de Caxias no período em questão, devido à importância destinada em seu governo ao desenvolvimento da agricultura local com a criação da Inspetoria e do Patronato Agrícola, entre outras iniciativas que, provavelmente, contribuíram para que Caxias fosse favorecida com a instalação de um grupo escolar rural<sup>340</sup>.

Durante os anos iniciais da década de 1930, os dois grupos escolares tiveram suas nomenclaturas alteradas para Grupo Escolar de Garibaldi e Grupo Escolar de Nova Vicenza. É válido destacar que a troca de nome do Grupo Escolar de Nova Vicenza, em 1933, culminou com as mobilizações pela emancipação política do Distrito, conquistada em 1934, quando

<sup>337</sup> **Caxias**, Caxias, ano I, n. 11, p. 2. 11 ago. 1927. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>. Acesso em: 03 mai. 2019.

<sup>338</sup> Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato. Caxias: Livraria Mendes, 1928. 149 p. AHMJA.

<sup>339</sup> A partir do estudo de Monteiro (2001), entendo que Celeste Gobbato despendeu esforços no investimento da agricultura local, bem como no ensino agrícola, contingenciado pela sua história de vida e pela sua formação profissional, pois, segundo a autora: “O enólogo-viticultor Celeste Gobbato tinha 22 anos em 1912 quando deixou a Itália rumo ao Brasil. Filho de Pedro Gobbato e Anna Agnoletti Gobbato, proprietários de terras em Volpago del Montelo, ele trouxe consigo, além do conhecimento adquirido na universidade, a experiência familiar com as questões da terra. Celeste Gobbato, um intelectual, veio para o Brasil para ser professor na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Formado em Enologia e Viticultura pela Scuola di Conegliano, doutorou-se em Ciências Agrárias na Universidade de Pisa. No Brasil, ele ficou conhecido por sua dedicação à vitivinicultura. Recebeu, por isso, o título de “Príncipe da Enologia Rio-grandense”. (MONTEIRO, 2001, p. 2).

<sup>340</sup> Em relação à administração de Celeste Gobbato em Caxias entre os anos de 1924 a 1928, ver o estudo de Luchese (2019).



passou a ser município de Farroupilha, como também com a saída do diretor Antão de Jesus para assumir a Secretaria de Agricultura da nova cidade. Em virtude das poucas fontes encontradas em relação aos primeiros anos do respectivo Grupo Escolar, deduzo que esta mudança possa estar assentada nos discursos de progresso que circulavam em meio à comunidade neste momento, tendo em vista o desenvolvimento do distrito com a instalação de pequenas indústrias e casas comerciais, assim como a crescente produção agrícola.

Nesse sentido, o ensino rural ministrado pelo Grupo Escolar Rural pode ter sido representado como sinônimo de atraso frente às transformações sociais e econômicas que impulsionavam a emancipação, buscando promover a afirmação de uma identidade urbana condizente com a passagem de distrito para município. Talvez, entendia-se que era preciso transformá-lo em escola urbana, com um currículo voltado para as novas exigências da futura cidade.

Quanto ao espaço escolar, entende-se, a partir da obra de Gasperin (1989), que o Grupo Escolar de Nova Vicenza, após ocupar o prédio da Subintendência, passou a funcionar em outro prédio também de madeira, ainda de forma improvisada. No entanto, não é possível dizer se era um prédio da Prefeitura ou particular. Ao que tudo indica, o Grupo Escolar de Garibaldi continuava funcionando no espaço da Subintendência, já bastante deteriorado e em condições precárias, como se pode observar nas diversas correspondências e ofícios trocados entre os Intendentes/Prefeitos e representantes do governo estadual.

Como exemplo, transcrevo um ofício do Diretor Geral da Instrução Pública ao Prefeito Municipal, datado do dia 19 de outubro de 1931:

Ao Snr. Prefeito Municipal de Garibaldi.  
Comunico-vos que o Snr. Dr. Secretário do Interior e Exterior, solucionando o assunto contido nos vossos ofícios s/n. de 10 de julho, 10 de agosto, 2 e 3 de setembro últimos, relativamente aos consertos reclamados pelo prédio onde está instalado o Grupo Escolar nessa localidade, proferiu o seguinte despacho:  
- “Não é possível agora. O governo do Estado mandou paralisar toda as obras, por medida de economia”<sup>341</sup>.

A demora no retorno e a falta de investimentos demonstram a desatenção do governo com os problemas relativos à manutenção da escola e da instrução pública de um modo geral, pois essa situação não era uma particularidade do Grupo Escolar de Garibaldi. Como é possível observar no estudo de Peres (2000), a falta de prédios escolares adequados para as escolas

---

<sup>341</sup> RIO GRADENDO DO SUL. **Ofício nº. 5138**, encaminhado ao Prefeito de Garibaldi, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, em 19 de outubro de 1931. Responde aos ofícios anteriores solicitando consertos no prédio do Grupo Escolar. AHMG.

primárias no Rio Grande do Sul atravessou décadas sem solução. O Estado instituiu a escola, mas se omitia dos reparos e melhoramentos, deixando essas funções a cargo das municipalidades.

Na tentativa de resolver o problema, em 1936, a instituição foi transferida para um edifício alugado, de propriedade de Leonel Faraon, em uma das ruas centrais da cidade. Em meio as suas memórias de estudante, Acir Girondi (2019), ex-aluno do grupo escolar, recordou o seguinte:

*Aí tinha um prédio, ali também na Buarque de Macedo, mas perto do antigo Hotel Faraon, é bem ali na chegada... na frente da chegada da Avenida Independência, onde hoje tem ali um banco. O Banco Sicredi, o Bradesco acho que tem. Ali era um prédio, que até ele ficava assim, quase uma parte dele na rua. Era a rua assim, a rua chegava e aí tinha que desviar assim, dava a volta no prédio. Esse prédio era todo de pedra, de dois andares, ainda tinha um puxado pra trás assim, mais baixo no primeiro andar. E ali funcionou, não me lembro o ano, mais ou menos, 1940 e alguma coisa, construíram o atual Grupo Escolar Carlos Gomes. (GIRONDI, 2019).*

Segundo o Prefeito Dal Bó, esse prédio também não era adequado, pois as condições de higiene deixavam a desejar; mas, mesmo assim, era melhor que o anterior, considerado nocivo à saúde por estar em péssimas condições de conservação, além de ser úmido no inverno. A infiltração de água provocada pelas goteiras no telhado foi o maior empecilho apontado por ele, levando a suspensão das aulas, em alguns momentos.

Ainda em 1936, o Prefeito adquiriu um terreno, oferecendo-o ao Estado para a construção de um prédio que abrigaria a instituição escolar<sup>342</sup>. Chama atenção nesse fato que o município passava por uma crise econômica nesse período, como apresentado no Capítulo 2, não parecendo ter condições financeiras de arcar com a compra de um novo terreno, diante do escasso orçamento. Porém, mesmo assim, Dal Bó encontrou meios para que essa aquisição se concretizasse. Neste mesmo ano, na gestão de Armando Antonello, em Farroupilha, foi adquirido um terreno de propriedade da família Fetter para a construção do Grupo Escolar situado na sede.

Em 1935, houve a instalação do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, no 2º Distrito de Garibaldi. Para a sua organização, foi extinta a aula isolada de subvenção estadual, que funcionava no local aos cuidados do Professor José Vieira Márquez Albernaz. De acordo com um ofício localizado no AHMG, escrito pelo Prefeito Dormelindo e enviado ao Diretor de

---

<sup>342</sup> GARIBALDI. **Ofício n.º 224**, enviado ao Dr. Darcy Azambuja, Governador Interino do Estado, pelo Prefeito Vicente Dal Bó, em 02 de setembro de 1936. Comunica a compra de um terreno para construção do Grupo Escolar. AHMG.

Instrução Pública do Estado, é possível inferir que a escola emergiu por um pedido dos moradores de Carlos Barbosa, pois, segundo registrou o Prefeito:

Em resposta ao vosso ofício sob nº. 4.711, de 13 deste, identificou-se que o pedido de criação do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, endereçado ao Exmo. Snr. Governador, não foi feito diretamente por esta Prefeitura e sim por uma comissão de elementos representativos daquela localidade. A direção do Município limitou-se tão somente a encaminhar o memorial que lhe fora apresentado fazendo ver a necessidade dessa justa aspiração, não nos cabendo, pois, nenhuma responsabilidade sobre a despesa com a aquisição do material escolar e mobiliário necessário ao citado Grupo<sup>343</sup>.

Percebe-se que a Prefeitura intermediou o pedido por julgá-lo necessário, mas não tinha condições de arcar com os custos dessa aquisição, uma vez que vivia um período financeiro conturbado, como já explicitado. Após diversas trocas de ofícios entre o Prefeito e o Secretário da Educação e Saúde Pública, acertou-se que a escola funcionaria em um edifício alugado, pago pela comunidade e que o Estado bancaria os gastos com a instalação.

Importa pontuar que, no dia 13 de março de 1935, o jornal *Staffetta Riograndense* publicou uma nota dizendo que o Prefeito Dormelindo havia recebido um telegrama do diretor de Instrução Pública, comunicando-o da criação do grupo escolar. Segundo o impresso: “*la notizia ha prodotto tra noi la più viva soddisfazione e i sensi dela più profonda gratitudine verso il nostro Prefetto*”<sup>344</sup>. No entanto, diante das divergências acima mencionadas, o Grupo Escolar de Carlos Barbosa só foi inaugurado no dia 31 de agosto de 1935, no antigo casarão onde funcionou por muitos anos o Hotel de João Pedro Carlotto. A direção ficou a cargo do já professor José Vieira Márquez Albernaz<sup>345</sup> e o corpo docente foi composto, inicialmente, pelas professoras Verônica Borba, Genny Santos e Vanda Cecconi.

No ano seguinte, os representantes da Comissão Pró-grupo do Distrito de Carlos Barbosa que haviam se mobilizado para a abertura da escola solicitaram, por intermédio da Prefeitura, que o Estado assumisse os gastos com o aluguel do espaço escolar, pois como nenhuma mensalidade tinha sido paga até então, o proprietário estava exigindo o despejo. No mesmo ofício de onde extraí essas informações é possível verificar a proposta de um novo acordo: “Os meses anteriores eles se comprometeram a saldar, contanto que o Estado passe

<sup>343</sup> GARIBALDI. **Ofício [s.n.]**, do Prefeito de Garibaldi para o Diretor da Instrução Pública, 17 de junho de 1935. Responde ao Ofício n.º 4. 711. AHMG.

<sup>344</sup> Essa notícia tem produzido entre nós a mais viva satisfação e os sentimentos de mais profunda gratidão ao nosso Prefeito. *Staffetta Riograndense*, Garibaldi, ano XXVI, n.11, p. 3, 13 mar. 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03 mai. 2019.

<sup>345</sup> Histórico da Escola (2010). AEEFCB.

d'ora em diante, isto é, desde o mês de janeiro do corrente ano, a arcar com a mensalidade de 120\$000<sup>346</sup>.”

Não foi possível identificar o desfecho dessa situação, mas acredito que o Estado tenha assumido o aluguel. De acordo com os registros localizados nos *Livros de Controle de Matrícula e Frequência* (1935-1939; 1936-1939), é possível dizer que José Vieira ficou apenas até março de 1936 à frente do grupo escolar, sendo substituído pela diretora Silvia Barone.

A partir das informações encontradas até então, organizei um quadro síntese, procurando condensar alguns dados acerca dos primeiros dez anos de emergência desta forma escolar no contexto local.

Quadro 14: Grupos escolares instalados em Garibaldi e Farroupilha (1926-1936)

Nomenclatura inicial	Modalidade	Nomenclatura posterior	Espaço	Ano de instalação e matrícula inicial	Matrícula em 1935/1936
GE da Vila de Garibaldi	-	GE de Garibaldi	Público/alugado	1926 -?	208 alunos <sup>347</sup>
GER de Nova Vicenza	Escola reunida	GE de Nova Vicenza e GE Irene Guerra Flores da Cunha	Público/?	1927 - 85 alunos	135 alunos
GE de Carlos Barbosa	Escola reunida	-	Alugado	1935 - 44 alunos	49 alunos

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse tempo, observa-se a composição de um modelo escolar organizado a partir da reunião de escolas em um mesmo espaço. Inicialmente, espaços públicos cedidos pelas Prefeituras e, posteriormente, alugados. Espaços improvisados e que em nada se articulavam com os discursos educacionais, médicos e higienistas em voga (ERMEL, 2017).

Em Garibaldi, emergiram a partir dos anseios da municipalidade e da comunidade local, que sentiam necessidade de escolarização e acreditavam na proposta desta escola: uma escola que deveria ser melhor estruturada e que passou a ser investida de um simbolismo, representando prestígio para as localidades que as possuíam. Em Farroupilha, foi instalada para ofertar o ensino primário e também o ensino agrícola, pois era uma oportunidade de estudo para crianças e jovens em um período em que existiam poucas escolas, além de ser um incentivo para que a comunidade continuasse crescendo e progredindo a partir do trabalho rural, em favor da chamada vocação agrícola do Brasil, assim como do Rio Grande do Sul.

<sup>346</sup> GARIBALDI. **Ofício n.º 143**, do Prefeito de Garibaldi para o Secretário dos Negócios da Educação e Saúde Pública, 30 de março de 1936. Versa sobre o aluguel do prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa. AHMG.

<sup>347</sup> Esse número de matrículas refere-se ao ano de 1935, pois não foram localizados os dados de 1936.

Também chama atenção no quadro acima o número de matrículas, sendo o Grupo Escolar de Garibaldi, mesmo com os seus problemas de estrutura, a escola com mais alunos matriculados. Infelizmente, não localizei os dados de 1926 para poder comparar, mas acredito que a escola tenha iniciado com um número considerável de matrículas, diante da demanda existente na sede. Em Farroupilha, o grupo escolar também manteve um número significativo de alunos matriculados. Já o número de matrículas do Grupo Escolar de Carlos Barbosa foi menor por estar situado no distrito, com menos habitantes. Talvez, pela falta de espaços adequados, essas escolas não conseguiram ofertar o ensino primário para todos que necessitavam.

Destaco uma particularidade em relação ao Grupo Escolar de Nova Vicenza, que passou a identificar-se como Grupo Escolar Irene Guerra Flores da Cunha. Não encontrei fontes suficientes para afirmar em que ano essa modificação ocorreu, mas, possivelmente, tenha acontecido entre os anos de 1935 a 1936, período em que o General Flores da Cunha esteve à frente do governo estadual. Assim, levando em consideração que Nova Vicenza conquistara a sua emancipação em dezembro de 1934, no governo do então General Flores da Cunha, interpreto a alteração do nome da instituição como uma possível homenagem, pois Irene Guerra Flores da Cunha era o nome da esposa do referido político. A partir de 1937, com o início do Estado Novo e com a saída de Flores da Cunha do governo do Rio Grande do Sul, a denominação da escola sofreu mais uma mudança, passando a Grupo Escolar de Farroupilha e, assim, permaneceu até 1944.

Um último aspecto a tratar refere-se às direções, compostas inicialmente por homens, nomeados pelo governo e advindos de outros lugares do Rio Grande do Sul. A esse respeito, corrobora o estudo de Demartini e Antunes (1993), quando as autoras assinalam que o magistério primário era uma profissão feminina, exercida pelas mulheres, mas era uma carreira masculina, uma vez que

esses homens que assumiram o magistério como profissão iam tentando direcionar suas carreiras para outros postos, e abandonar o espaço “feminino” das salas de aulas. Deixam de ser professores para se tornarem diretores, supervisores, formadores de professores, delegados de ensino, chefes da instrução pública etc. e, dessa maneira, continuar controlando a profissão já então maciçamente feminina. (DEMARTINI & ANTUNES, 1993, p. 12).

Destaco o Diretor do Grupo Escolar de Nova Vicenza que não era professor, mas sim técnico agrícola, formado pelo Instituto de Zootecnia de Viamão (RS). Antão de Jesus foi o profissional que por mais tempo se manteve na administração do grupo escolar, pois ficou no

cargo durante os anos de 1927 a 1933, quando se afastou da direção da escola para trabalhar na Secretaria de Agricultura do município. Essa permanência por seis anos consecutivos à frente da direção do Grupo Escolar pode ser pensada em virtude da formação técnica-rural de Antão e dos significados atribuídos a ela, já que era um profissional especializado para orientar, organizar e vigiar o ensino rural na escola. Ainda, pode ser que a formação técnica fosse um requisito para o trabalho na direção da escola e, nesse sentido, a inexistência de outro profissional com esta formação na Região permitiu a permanência do diretor no cargo por tanto tempo. Também, neste Grupo Escolar, diferentemente dos demais, a direção continuou sendo ocupada por homens, sendo que a primeira mulher a assumir a direção da escola foi a professora Alice Luisa Cibelli, em meados de 1939<sup>348</sup>.

A partir de 1937, com o início do Estado Novo no Brasil e as ações empreendidas pela campanha de nacionalização do ensino, pode-se dizer que houve uma nova fase no processo de instalação dos grupos escolares no Rio Grande do Sul. Juntamente com as escolas isoladas, o governo tratou de instalar os grupos escolares em todo o território gaúcho, sendo que essas novas instituições tinham como objetivo “a disseminação do ensino e a nacionalização das populações infantis das zonas colônias”, como escreveu J.P. Coelho de Souza, no Relatório apresentado ao Interventor Cordeiro de Farias, em 1940<sup>349</sup>.

No quadro abaixo, apresento o nome destas novas escolas, o período de criação, assim como o ano e o local de instalação, tomando como espaço geográfico os municípios de Garibaldi e Farroupilha.

Quadro 15: Grupos escolares constituídos em Garibaldi e Farroupilha, entre 1937 e 1939

Nome da escola	Município	Área	Criação	Instalação
Grupo Escolar de São Marcos	Farroupilha	Rural	? de 1937	julho de 1938
Grupo Escolar da Vila Jansen	Farroupilha	Rural	setembro de 1937	agosto de 1938
Grupo Escolar de Nova Sardenha, posterior Caruara	Farroupilha	Rural	dezembro de 1937	janeiro de 1939
Grupo Escolar Rural de Picada Velha	Garibaldi	Rural	janeiro de 1939	outubro de 1939
Grupo Escolar Ipiranga, posterior Daltro Filho	Garibaldi	Rural	janeiro de 1939	? de 1944

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>348</sup> Uma análise detalhada acerca dos diretores e diretoras do Grupo Escolar Farroupilha pode ser conferida em Fernandes (2015).

<sup>349</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação e Saúde Pública. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza, Secretário da Educação e Saúde Pública, compreendendo o período administrativo de 21-10-37 a 31-12-39. Porto Alegre, 1940. p. 12. Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul.

No entanto, antes de prosseguir, destaco uma alteração importante no quadro das unidades de ensino do Rio Grande do Sul neste período. Aponto que, ao lado das escolas isoladas, passariam a existir as escolas reunidas – formadas pela reunião de escolas isoladas e os grupos escolares – criados pela condensação de escolas reunidas. Porém, a nomenclatura “grupo escolar” era usada para designar os dois tipos de escolas. O Secretário J.P. Coelho de Souza explicava que “as novas escolas reunidas destinam-se exclusivamente, a zonas que não comportam, por forma alguma, grupos escolares”. (RIO GRANDE DO SUL, 1940, p. 13). Acredito que essa diferenciação, de forma oficial, aparece pela primeira vez no Relatório produzido em 1940, pelo Secretário J.P. Coelho de Souza, assim como penso que, ao tratar dos grupos escolares no Rio Grande do Sul, especialmente a partir deste momento histórico, é preciso levar em consideração essa informação.

Em 1937, como observado, são criados três novos grupos escolares no município de Farroupilha. No início do ano de 1938, o Prefeito do respectivo município encaminhou uma correspondência ao Secretário Coelho de Souza, prestando contas sobre o andamento da instalação do Grupo Escolar de São Marcos e do Grupo Escolar de Vila Jansen, como pode-se ler a seguir:

Grupo escolar de São Marcos: Está situado a 9 quilômetros da sede do município. Funcionará provisoriamente, no salão de uma Sociedade Recreativa, com capacidade para 80 alunos. A Prefeitura se obriga a construir, até o fim deste ano, um edifício de material destinado ao grupo. Grupo escolar da Vila Jansen: Está situado a 15 quilômetros da sede do município. Funcionará provisoriamente, no salão de uma Sociedade Recreativa, com capacidade para 80 a 100 alunos. A prefeitura se obriga também de mandar construir, até o final do ano, um edifício de material destinado ao referido grupo. (apud BELUSSO, 2020, p. 217).

De fato, os dois grupos escolares foram instalados de forma provisória nos espaços supracitados na correspondência, no entanto, a promessa de construção dos edifícios não se efetivou. O primeiro a ser aberto foi o Grupo Escolar de São Marcos, em julho de 1938. Para compor o quadro docente, foram nomeadas as professoras Célia Dillenburg e Silvia Jaconi, sendo que esta última também foi indicada para assumir a direção escolar. De acordo com os registros no *Livro Ata de Exames (1938-1946)*, a matrícula inicial nesta escola foi de 46 alunos(as) na 1ª classe – 1ª seção e 23 alunos na 1ª classe – 2ª seção. No início do ano seguinte, a diretora Silvia foi transferida para o Grupo Escolar de Caruara e a direção ficou a cargo de

Célia Dillenburg, sendo nomeadas para auxiliá-la no trabalho escolar, as professoras Cenira Alves Velho e Margarida J. Iglesias<sup>350</sup>.

Depois, foi inaugurado, no dia 1º de agosto de 1938, o Grupo Escolar da Vila Jansen, criado pelo Decreto nº 6.755, de 24 de setembro de 1937. De acordo com a Ata de Instalação, o grupo escolar passou a funcionar provisoriamente no salão do Clube Recreativo Farroupilha. No mesmo documento, é possível identificar a presença das autoridades locais e os diversos agradecimentos prestados ao governo do Estado pela instalação da instituição. No Histórico da Escola consta que a matrícula inicial foi de 38 alunos, tendo a mesma funcionado sob a direção de Joanna Maria Dal Ponte, e regência de classe das professoras Amanda Mangoni e Elidia Biasiori, sendo que Joanna também mantinha uma classe.

Por fim, teve-se a organização do Grupo Escolar de Nova Sardenha, criado pelo Decreto nº 6.917, de 14 de dezembro de 1937, para funcionar em Nova Milano, 4º Distrito de Farroupilha. No entanto, em 1939, foi transferido para o 3º Distrito, sendo que a inauguração em Nova Milano nunca ocorreu. Ponto que tanto a solicitação de abertura quanto a de transferência deste grupo escolar foram realizadas pelo Prefeito Eudoro Lucas. Chama atenção que, após comparecer aos exames finais na escola mantida pelas Irmãs Carlistas em Nova Milano, ele voltou atrás na sua decisão (BELUSSO, 2020), o que reforça as influências e o poder da Igreja Católica, mesmo que nas entrelinhas, nas dinâmicas envolvendo a escola pública.

É possível que, para a organização do Grupo Escolar de Nova Sardenha, posterior Grupo Escolar de Caruara, tenham sido condensadas as duas escolas isoladas que existiam na localidade, sob os cuidados das professoras Lydia Schulke e Irma Leopoldina; ou, ainda, que apenas a escola isolada onde Lydia lecionara tenha sido transformada em grupo escolar, pois ela permaneceu como professora do grupo, ao contrário de Irma. Essa última hipótese se dá a partir das memórias compartilhadas pelo ex-aluno Alzedir Dal Magro (2018), que mencionou que só um tempo depois chegou na escola a diretora Silvia Jaconi para dirigir o Grupo Escolar. Se sabe, com base no Histórico da Escola (2017), que a mesma passou a funcionar a partir de 1939 com uma matrícula de 58 alunos, sob direção de Silvia e regência de outras duas professoras.

Já em Garibaldi, os dois novos grupos escolares foram criados por meio do Decreto nº 7.675, de 07 de janeiro de 1939, que instituiu a organização diversos grupos pelo interior do Estado. Na Linha Boa Vista, pertencente ao Distrito de Carlos Barbosa, foi instalado o Grupo

---

<sup>350</sup> Livro de Posses (1938-1954). AEEEFIV.



Escolar Rural de Picada Velha e, ao que tudo indica, para o seu funcionamento, foram reunidas as duas aulas isoladas municipais que existiam nesta comunidade, ambas subvencionadas pelo Estado; uma delas aos cuidados da Professora Luíza Maria Perazzoli Giacomelli. Conforme pesquisa realizada por Scaratti (2006), o grupo escolar passou a funcionar no local de uma das aulas até o início da década de 1940. Já no 4º Distrito, foi organizado o Grupo Escolar Ipiranga, posteriormente designado como Grupo Escolar Daltro Filho. Acredito que a Escola Mista Municipal de Daltro Filho tenha sido uma das escolas reunidas para a sua organização. Em relação a este último Grupo Escolar, foram encontradas poucas informações, sendo muitos os silenciamentos em torno do seu processo histórico educacional.

Apondo que, em 1939, em virtude da Segunda Guerra Mundial e do período estadonovista, algumas cidades e localidades tiveram suas nomenclaturas alteradas fazendo referência à cultura nacional, visto que Nova Sardenha passou a se identificar como Cajuru. Logo, a nomenclatura da escola também foi modificada, passando a ser Grupo Escolar de Cajuru, posteriormente denominado como Grupo Escolar de Caruara.

A partir dos vestígios analisados, entendo que, para a organização das três escolas em Farroupilha, foram condensadas algumas escolas isoladas que funcionavam próximas umas das outras. O mesmo aconteceu em Garibaldi, no entanto, estes grupos escolares permaneceram como escolas reunidas, independentes entre si, até o início da década de 1940. Pelo período e pela localização das respectivas escolas, é possível afirmar que emergiram, nos dois municípios, com o objetivo de nacionalizar as zonas coloniais, reflexos da conjunta entre prefeituras e governo do Estado. Desse modo, destaco os protagonismos dos prefeitos de Garibaldi e de Farroupilha no auxílio prestado à campanha de nacionalização do ensino.

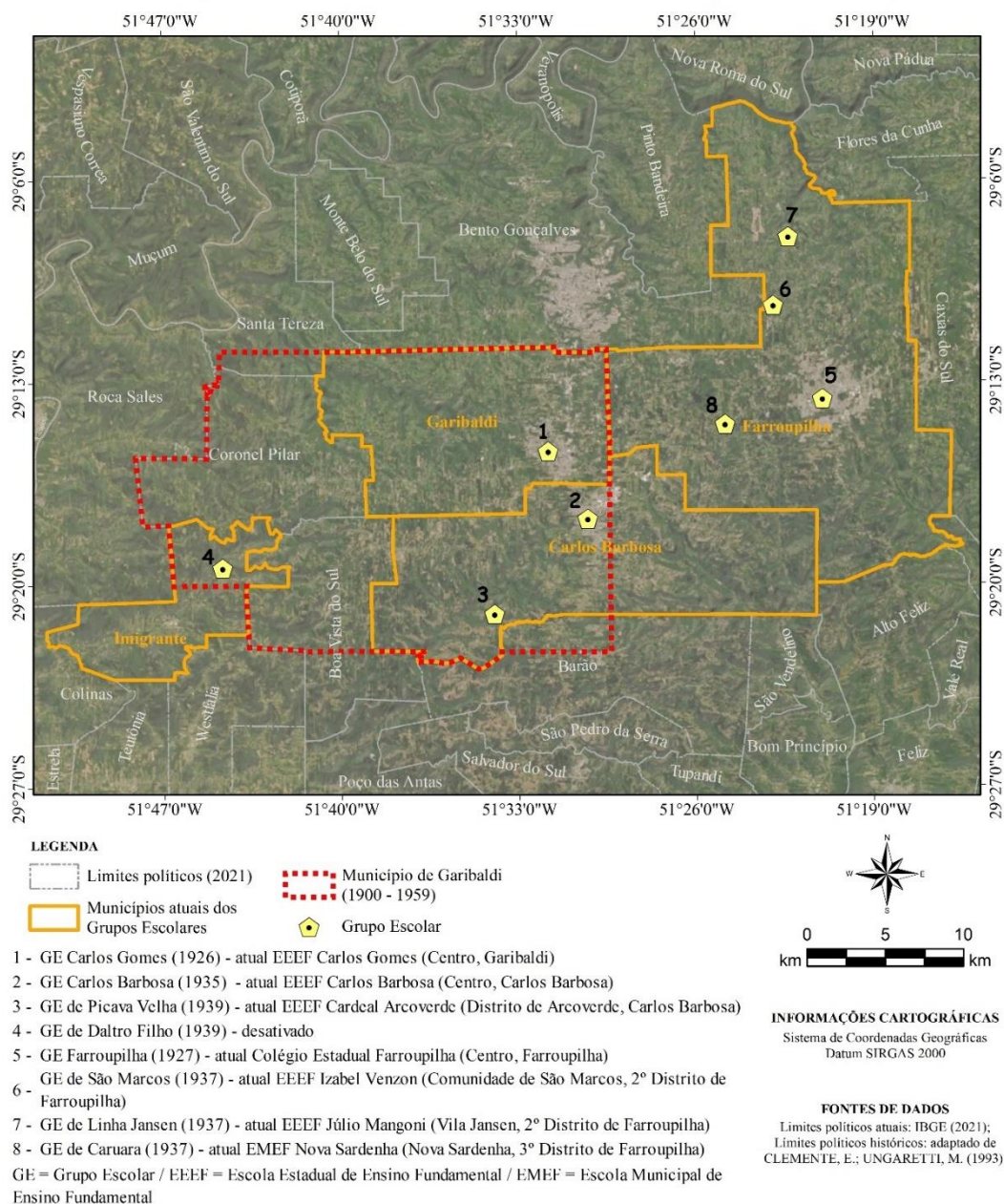
Em Garibaldi, o Prefeito Vicente Dal Bó (1935-1942) tratou de ampliar o número de escolas municipais, intervir junto ao Estado para a instalação dos três novos grupos escolares e para a edificação, em especial, do novo prédio para o grupo escolar da sede. Ainda, instituiu a obrigatoriedade do ensino primário no município, ficando reconhecido por tal feito. Em Farroupilha, destaco a atuação do Prefeito Eudoro Lucas de Oliveira (1937-1940), pois, em sua gestão, foram instalados os demais grupos escolares nas zonas rurais, assim como foi organizado o programa de ensino para as aulas municipais e criado o Projeto de Lei que visava a obrigatoriedade do ensino primário, seguindo o exemplo de Dal Bó.

Assim, com o intuito de apresentar a localização destas escolas em território local, apresento o Mapa 3, reforçando as distâncias entre uma escola e outra, bem como suas inserções no contexto rural dos respectivos municípios, caracterizados pelos traços culturais étnicos. No

mapa, pode-se visualizar novamente a delimitação geográfica de Garibaldi e de Farroupilha, sendo que cada ponto representa um grupo escolar.

Mapa 3 - Grupos escolares localizados em Garibaldi e Farroupilha (1926-1949)

**Grupo escolares localizados em Garibaldi e Farroupilha (1926-1949)**



Na última década desta pesquisa, ocorreram modificações importantes em torno das culturas escolares das instituições investigadas, como trocas de nomenclaturas, mudanças de prédio e de reorganização da gramática escolar, como pode-se verificar no quadro abaixo:

Quadro 16: Dinâmicas da década de 40 do século XX

Alterações de nomenclatura		Ano em que deixou de ser escola reunida	Mudança de prédio
Nome anterior	Nome posterior		
GE de Garibaldi	GE Carlos Gomes	-	1943
GE de Farroupilha	GE Farroupilha	-	1938
GE de Carlos Barbosa	-	-	1941
GE de São Marcos	-	-	-
GE de Linha Jansen	GE de Vila Jansen	-	-
GE de Cajuru	GE de Caruara	1939	Entre 1942 e 1943
GER de Picada Velha	GE de Picada Velha	1942	1942
GE de Daltro Filho	GE Daltro Filho	1944	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Considero a condensação das escolas reunidas para a formação do Grupo Escolar de Picada Velha e do Grupo Escolar Daltro Filho, uma modificação importante desse período, sendo que, a partir de 1944, estes grupos escolares não eram mais escolas reunidas. Ainda, destaco como ponto alto desta última década, a construção de edifícios para abrigar os grupos escolares locais; no entanto, essa conquista não foi possível para todas as instituições, como se verá ao longo deste texto.

Ponto que o Grupo Escolar Farroupilha foi a única escola contemplada com um prédio próprio antes da década de 40 do século XX. Conquista essa permeada pelas relações de poder, afinal: Por que em Farroupilha e não em Garibaldi? Por que o Grupo Escolar de Garibaldi não foi privilegiado se funcionava em condições tão precárias? Talvez o fato de Farroupilha ter sido administrada por um Capitão da Brigada Militar na época seja uma explicação plausível. Quanto ao prefeito Dal Bó, embora tenha conseguido se manter no cargo durante o Estado Novo, parece não ter contado com tanto auxílio do Interventor e do Secretário de Educação e Saúde Pública.

Na imagem abaixo, pode-se visualizar a nova construção:

Fotografia 26: Prédio do Grupo Escolar Farroupilha, 1938



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF – Farroupilha/RS.

Acredito que, para sua edificação, fora utilizada a mesma planta do Colégio Elementar de Bento Gonçalves, do Colégio Elementar de Santa Cruz do Sul e do Grupo Escolar 14 de Julho, localizado em Montenegro. O prédio tinha capacidade para abrigar 540 alunos e, sem dúvida, passou a ser uma das edificações mais bonitas do município até então. Sua inauguração contou com a presença da comunidade, do grupo de professoras e das autoridades religiosas e políticas vinculadas ao município, bem como do Interventor Cordeiro de Farias e do Secretário de Educação e Saúde Pública, Coelho de Souza.

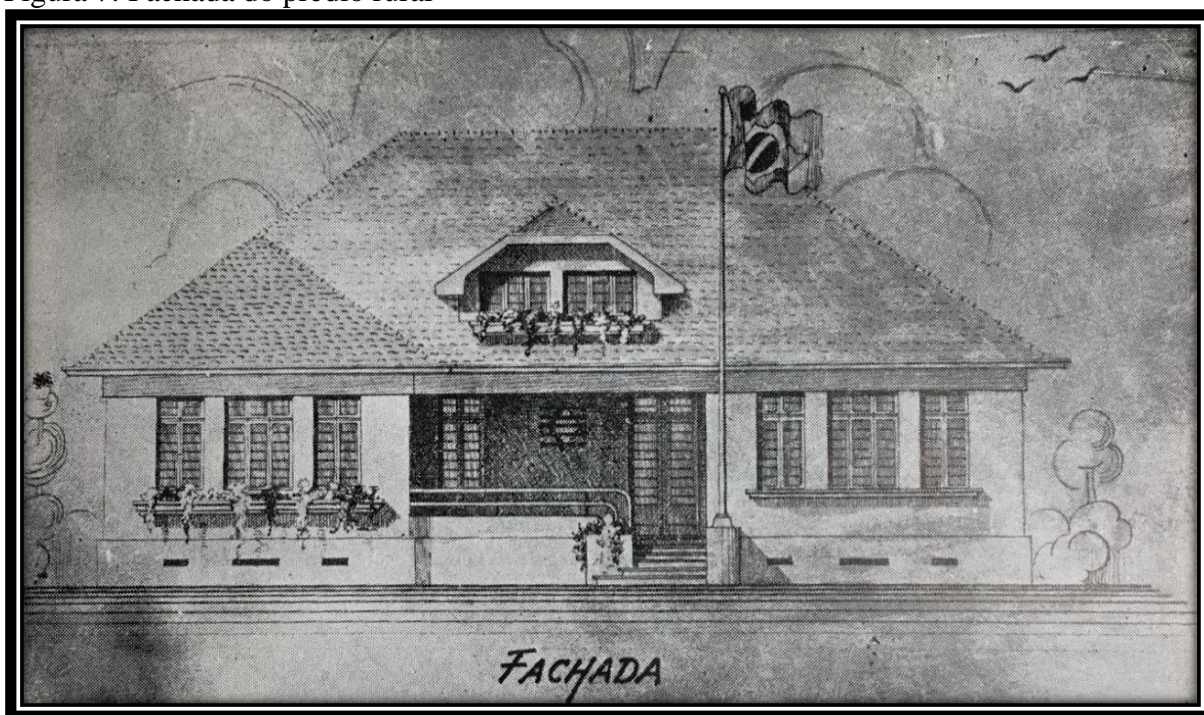
O Grupo Escolar de Carlos Barbosa foi a segunda escola a ser contemplada com um prédio próprio, inaugurado em 1941. O prédio era de alvenaria e o modelo era similar ao existente no Relatório de 1940, expedido pelo Secretário Coelho de Souza. Nesta década, houve uma ampliação de recursos financeiros para a área educacional e, ainda que insuficientes, repercutiram, entre outros aspectos, na contratação de novos professores, na compra de mobiliário e materiais, bem como na construção de novos edifícios para o ensino primário nas zonas urbanas e rurais. Conforme Coelho de Souza, a construção de prédios escolares era uma necessidade diante das precariedades dos espaços existentes:

A quase unanimidade das nossas escolas funciona em verdadeiros pardieiros ou prédios adaptados, que não apresentam o mínimo das condições exigíveis. Nos 50 anos de república que vimos de comemorar, construíram-se apenas 30 prédios

escolares, sem plano, de modo que os mesmos apresentam defeitos e precariedades de toda a sorte<sup>351</sup>.

O Secretário prossegue explicando as medidas realizadas para resolver esse problema; entre elas, a organização de quatro planos de construções, obedecendo as capacidades dos edifícios. Para a zona rural, o modelo adotado seria esse, para até 200 alunos, contando com uma verba específica do governo federal:

Figura 7: Fachada do prédio rural



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (1940, s. p.).

Na sequência, apresento uma fotografia do prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, onde pode-se notar algumas semelhanças como o estilo do telhado e do trio de janelas que ladeiam a varanda que dava acesso à área interna:

---

<sup>351</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza, Secretário da Educação e Saúde Pública, compreendendo o período administrativo de 21-10-37 a 31-12-39. Porto Alegre, 1940. p. 13 Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul.

Fotografia 27: Prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, década de 1940



Fonte: Acervo fotográfico da EEEFCB- Carlos Barbosa/RS.

Em relatório, o Prefeito Dal Bó (1941, p. 22) explicava que o prédio tinha capacidade para 150 alunos, sendo a obra “construída pela prefeitura e custeada pelo Estado, com a verba dos 5.000 contos, fornecida pelo Governo Federal e destinada especialmente para construção de grupos escolares rurais, nas zonas de colonização estrangeira”. No mesmo documento, mencionava que a inauguração contara com a presença de J.P. Coelho de Souza, e que

tal melhoramento veio sanar uma lacuna que há muito se fazia sentir naquela Vila, cuja população, imensamente satisfeita, compareceu ao ato inaugural oferecendo ao titular da Educação uma festa, tendo S. Senhoria ficado sumamente impressionado com o ato de referência<sup>352</sup>.

Conforme as recordações de Nilza (2020), o Grupo Escolar mantinha quatro salas de aula, uma biblioteca e uma secretaria, também “*tinha os banheiros, né. Não era muito grande*”. Nos fundos, havia um pátio, onde os(as) alunos(as) brincavam.

Também em 1941, foi inaugurado um novo edifício para abrigar o Grupo Escolar de Caruara, na zona rural de Farroupilha. Para sua construção, foi utilizado um modelo similar ao prédio acima. No início do ano supracitado, o Prefeito Nelson T. Schneider publicou uma nota

---

<sup>352</sup> Relatório do exercício de 1940 enviado ao Exmo. Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Vicente Dal Bó, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1941. p. 22-23). AHMG.

no Jornal *O Momento*<sup>353</sup>, abrindo concorrência pública para a construção do referido prédio. Mencionava que a Prefeitura, a partir do mês de abril, estaria recebendo as propostas, e que o prédio escolar deveria ser de madeira com as instalações de água e esgoto de acordo com os projetos existentes na Prefeitura. Exigia que os concorrentes deveriam declarar de forma clara o preço da obra, com prazo de início e término.

A proposta vencedora foi apresentada por José Fortunato e, segundo o que foi verificado por Belusso (2020, p. 241), a planta padrão utilizada, com capacidade para 150 alunos, seguia as determinações da Diretoria de Obras do Estado “para a construção de colégios rurais de madeira -, que foi encaminhada ao município pelo João Batista Pianca, engenheiro chefe de seção”. Ainda, segundo a autora, o terreno para construção do Grupo Escolar fora doado por Angelo Damiani, e sua inauguração ocorrera no dia 02 de setembro de 1941, provavelmente, em meio aos festejos da Semana da Pátria. Além disso, Belusso (2020, p. 242) examinou que

a verba para a construção do prédio foi encaminhada pelo governo estadual, num total de 50:0000\$000, que foram repassadas em parcelas ao construtor pela prefeitura. A inauguração do prédio, porém, não significou a conclusão dele. O que pôde constatar é que foi necessário um implemento de verba, que deveria ser de responsabilidade da Prefeitura de Farroupilha, para regularizar especificações da planta fornecida pela Secretaria dos Negócios das Obras Públicas.

Na sequência, apresento uma fotografia do referido espaço, já finalizado em 1943.

---

<sup>353</sup> **O Momento**, Caxias, ano X, n. 422, p. 3. 14 de abr. 1941 Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 mai. 2019.

Fotografia 28: Prédio do Grupo Escolar de Caruara, 1943



Fonte: Acervo fotográfico da EMEFNS – Farroupilha/RS.

O prédio em madeira, cercado por árvores, comportava, além das salas de aula, um espaço para residência das professoras. Nas memórias de Alda (2018): *“Tinha um pátio bom, com frutas”*. O ex-aluno Alzedir (2018) explicou que o prédio tinha três salas: *“Não era enorme, mas vamos dizer que do tamanho da casa aqui. Cabia 20 alunos, porque tinha 80 e poucos alunos. A primeira classe então empilhava-se”*. Para Salvador (2018), o prédio *“tinha cozinha, umas três ou quatro salas grandes”* e mais a casa das professoras. Os ex-alunos recordaram que as professoras Ida e Maria Frida Lydia Schulke passavam a semana na comunidade, morando na escola e que, na sexta-feira, pegavam o trem com destino ao centro de Farroupilha, onde tinham uma casa.

Em 1942, foi inaugurado um novo espaço para abrigar o Grupo Escolar de Picada Velha, em Garibaldi. A inauguração ocorreu no dia 26 de julho, contando com a presença de moradores da comunidade de Boa Vista, professoras, alunos(as), pais e demais autoridades políticas, religiosas e educacionais. Como pode-se ler na ata transcrita abaixo, o dia foi marcado por festividades, sinalizando a importância desta conquista:



Teve solene inauguração, sendo pela Sra. Diretora deste Grupo, Edialela Messina Rosa, convidado para cortar a fita inaugural o Dr. Olinto de Oliveira Freitas, que a fez ao som do Hino Nacional, cantado pelos alunos, mestras e todos os presentes. A seguir fez uso da palavra Dr. Olinto de O. Freitas, o qual agradeceu, sinceramente, a todos os que também o auxiliaram na obra de edificação. [...] Logo após o Rvdo. Padre Tarcísio abençoou todas as salas de aula. Após, o prédio foi franqueado a visitação pública, recebendo nesta ocasião a Sra. Diretora os mais merecidos encômios pela orientação sábia e pedagógica demonstrada na ornamentação das salas de aulas<sup>354</sup>.

Depois da benção e da visitação ao prédio, os presentes foram convidados a participar de um churrasco em comemoração ao “tão magno acontecimento”, como explicitado na documentação acima. Nesta mesma ata, é possível encontrar informações acerca do terreno, doado pelo agricultor José Giacomelli<sup>355</sup>. A construção foi custeada com verbas advindas dos governos estadual e municipal, bem como com auxílio dos moradores locais que pagaram o fornecimento da madeira, conforme consta no Relatório do Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas, produzido em 1943.

Fotografia 29: Grupo Escolar de Picada Velha, 1943



Fonte: GARIBALDI (1943, s/p). AHMG – Garibaldi/RS.

<sup>354</sup> Livro de Atas (1942-1948). Ata de inauguração do novo prédio do Grupo Escolar de Boa Vista (Picada Velha). Garibaldi, 26 de julho de 1942. AEEEFCA.

<sup>355</sup> Acredito ter sido o esposo de Luíza M. P. Giacomelli, professora do Grupo Escolar de Picada Velha. (SCARATTI, 2006).

Como pode-se visualizar na fotografia anterior, o prédio fora erguido em madeira e coberto com telhas de barro, sendo que as paredes eram duplas e pintadas a óleo, tanto na parte interna quanto externa (GARIBALDI, 1943). O prédio comportava três salas de aula, uma secretaria e dois quartos para acomodação das professoras. Um ano após a inauguração, houve o cercamento da escola com verba custeada pela *Caixa Escolar*. Este prédio era diferente do modelo apresentado no Relatório de Coelho e Souza (1940).

Por fim, em 1943, ocorreu a inauguração do edifício do Grupo Escolar Carlos Gomes, construído na principal rua do centro de Garibaldi. A obra iniciou em 1941, também com verba advinda do governo estadual. A inauguração ocorreu durante a gestão do Prefeito Olinto F. de O. Freitas (1942-1945), em meio aos festejos da Semana da Pátria daquele ano. O Jornal *Correio Riograndense*, no dia 15 de setembro de 1943, publicou a seguinte notícia:

#### **Inauguração do Grupo Escolar Carlos Gomes**

As 15 horas do dia 1º, presentes todos os estabelecimentos de ensino, devidamente uniformizados, procedeu-se a inauguração solene do edifício do Grupo Escolar Carlos Gomes, mandado construir pela Secretaria da Educação com capacidade para 250 alunos. Pronunciaram brilhantes discursos de ocasião o Sr. Dr. Prefeito Municipal e a exma. Diretora do referido Grupo, D.<sup>a</sup> Irene Fava, a quem foi entregue o edifício concluído. A seguir o Revmo. Padre Caetano, Vigário, benzeu e entronizou na sala principal a imagem do Sagrado Coração de Jesus, dando a benção a todas as repartições do artístico e confortável edifício<sup>356</sup>.

Quase duas décadas depois de seu início, o grupo escolar da sede de Garibaldi, finalmente, ganharia um espaço digno para o seu funcionamento. O prédio fora construído em alvenaria e mantinha dois pavimentos. No primeiro, havia quatro salas de aula, biblioteca, secretaria, cozinha, refeitório e sanitários. No segundo, seis salas de aula, terraço, sanitários e uma outra sala. O terreno era amplo e comportava um significativo espaço externo, como se pode conferir na próxima imagem.

---

<sup>356</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, ano 34, n.36, p. 1. 15 set. 1943. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

Fotografia 30: Prédio do Grupo Escolar Carlos Gomes, década de 1940



Fonte: Acervo fotográfico da EEEFCG – Garibaldi/RS.

A obra era grandiosa e, pelo estilo arquitetônico, atendia as exigências educacionais e higiênicas do período em questão. Segundo as memórias do ex-aluno Niuton (2020), o prédio do Grupo Escolar Carlos Gomes era

*muito limpo e bem cuidado. Era uma coisa muito linda, muito bonita! Os banheiros muito limpos, os corredores super limpos. O local onde a gente tomava a sopa, acho que uma vez por semana tinha a sopa, e era muito perto da minha casa. Era só subir as escadas da Buarque ou então fazer a volta pelo lado da Farmácia Providência. Era subir a rua, logo ali, estava pertinho. (CASACURTA, 2020).*

Todavia, enquanto algumas instituições celebravam a conquista de um prédio escolar, outras continuavam a padecer por problemas antigos. Pelo que foi possível averiguar, o Grupo Escolar de São Marcos e o Grupo Escolar de Vila Jansen só passaram a funcionar em prédios específicos nas décadas posteriores. No estudo realizado por Belusso (2020), é possível identificar algumas iniciativas empreendidas pela Prefeitura de Farroupilha para resolver esta questão, mas nenhuma chegou a ser efetivada.

O Grupo Escolar de São Marcos seguiu, até o final do recorte temporal desta pesquisa, sendo mantido em um prédio adaptado com aluguel pago pela Prefeitura; a princípio, o mesmo desde a inauguração, em 1938. Já o Grupo Escolar de Vila Jansen passou a residir em outro

espaço, desta vez, em um prédio pertencente à Prefeitura. Conforme as memórias da professora Ernilda (2019), era de madeira e ficava perto da beira da estrada: *“Tinha uma sala na frente, tinha uma no meio e uma pequenina atrás, como se fosse mais despensa quase, assim, sabe? Só isso ali e o pátio grande”*.

Quanto ao Grupo Escolar Daltro Filho, em 1944, foram feitas melhorias no prédio em que funcionava a Escola Mista, adaptando-o para a instalação do grupo escolar. Essa informação foi localizada no ofício trocado entre o Delegado Regional de Ensino e o Prefeito de Garibaldi<sup>357</sup>. No documento, o delegado agradecia pelas providências tomadas pelo prefeito e avisava que, dentro de poucos dias, enviaria um diretor e uma professora para a nova escola.

Em 1947, o Prefeito Dante Grossi encaminhou um ofício ao governador, solicitando a construção de um prédio para abrigar o respectivo grupo escolar. Explicava que a escola funcionava em uma antiga igreja e que, apesar dos reparos feitos, o prédio não atendia aos requisitos necessários ao ensino. Era precário, contrário aos preceitos de higiene, possuindo instalações sanitárias rudimentares. Ainda, segundo ele:

A distribuição da luz é defeituosa e deficiente, pois as janelas são estreitas, colocadas muito altas, como só acontece nas igrejas, e a as duas salas de aula que possui o mencionado Grupo, apesar de pequenas para conter os 75 alunos que as frequentam, são divididas por uma meia parede, o que vem importunar e dificultar sobremodo o trabalho das professoras, porquanto, ouve-se o que sucede na aula vizinha, distraindo, destarte, os alunos de suas obrigações<sup>358</sup>.

No entanto, o Prefeito não obteve nenhum retorno. No início do próximo ano, a municipalidade enviou novos ofícios ao governador e ao Secretário de Educação e Cultura que também não foram atendidos. Em um destes ofícios, o prefeito avisou que o município já tinha o terreno e que ele estava à disposição da Secretaria. Diante das péssimas condições em que funcionava o grupo e da omissão do Estado, em 1949, o Prefeito Heitor Mazzini decidiu transferir o Grupo Escolar Daltro Filho para a localidade de São Marcos, situada a aproximadamente 14 km da região central de Garibaldi, também na zona rural. Infelizmente, até o momento, não foi possível identificar esse local, assim como mais nenhum indício acerca desta escola.

---

<sup>357</sup> CAXIAS. **Ofício n.º 94**, de 9 de março de 1944, enviado ao Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas, pelo Delegado Regional de Ensino, Luiz Antônio Dalbem. Acusa recebimento de ofício anterior, comunicando as adaptações no prédio da Escola Mista Municipal Daltro Filho. AHMG.

<sup>358</sup> GARIBALDI. **Ofício n.º 108**, de 09 de junho de 1947, enviado ao Governador do Estado pelo Prefeito de Garibaldi. Verifica a viabilidade do Grupo Escolar Daltro Filho ser contemplado com a construção de um prédio escolar. AHMG.

Como visto, Estado e municípios empreenderam esforços, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), para entregar à comunidade escolar prédios adequados. No entanto, os mesmos não foram suficientes diante da demanda existente. Algumas escolas, especialmente as mais afastadas das sedes, continuaram a funcionar em espaços precários. Com o fim do governo estadonovista, os problemas prosseguiram, e a falta de recursos financeiros para a área da educação continuou a ser um empecilho, inclusive em relação à manutenção dos prédios já construídos anteriormente.

Sem dúvidas, a análise dos documentos aqui privilegiados não dá conta de evidenciar todos os silenciamentos, estratégias, tramas e relações de poder que envolveram os processos de construção, ou não, dos prédios para os grupos escolares locais; no entanto, permite conhecer um pouco sobre os espaços onde funcionaram estas instituições e, assim, “compreender uma parcela significativa do *lugar* da escola primária no cenário rio-grandense em parte do século XX”, sobretudo em Garibaldi e Farroupilha. (ERMEL, 2017, p. 196).

A partir deste momento, direciono a atenção para o funcionamento interno dos grupos escolares locais, atentando para as práticas pedagógicas e escolares produzidas pelos sujeitos do processo educativo.

## 5 MATIZES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESCOLARES

Fotografia 31: Hora da Leitura, Grupo Escolar de Caruara, 1943



Fonte: Acervo fotográfico da EMEFNS – Farroupilha/RS.

Fotografia 32: Alunos(as) do Grupo Escolar Farroupilha, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

## 5 MATIZES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESCOLARES

*As práticas cotidianas são, no fundo, antropofágicas. Mas trata-se de uma antropofagia não ritualizada, não visível, e que obriga a que se perceba que o essencial não é aquilo que o praticante come, atravessa ou vê, mas sim o que ele faz daquilo que come, vê ou atravessa. Ou seja, a questão essencial é aquilo que ele fabrica.*

*(Michel de Certeau, 1985, p. 6).*

No interior da escola primária, muitas foram as práticas pedagógicas e escolares produzidas pelos sujeitos do processo educativo. Assim, no capítulo que segue, exploro algumas destas práticas, vivenciadas ao longo da década de 40 do século XX, sobretudo aquelas que se destacaram durante a realização das entrevistas e da leitura dos documentos encontrados. Entretanto, antes de prosseguir, se fazem necessárias algumas considerações.

Ponto que as práticas pedagógicas e escolares são *os fazeres ordinários da classe* e também da escola (CHARTIER, 2000), ou seja, são as ações que dão vida ao cotidiano escolar, seja no espaço restrito da sala de aula, ou então, para além dele. As práticas pedagógicas, enquanto práticas individuais, dizem respeito ao fazer docente, “nutrem-se de memórias que são portadoras de um sentido cultural definido e contribuem para o desenvolvimento da profissionalidade dos docentes”. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 168). Como se verá ao longo deste texto, os modos de conduzir uma classe, de usar as diferentes materialidades e propor determinadas atividades ou castigos refletem como estes(as) professores(as)

se apropriam de modelos culturais que circulam nas escolas de formação, nas associações de classe, no corpo da legislação, na experiência de magistério, na sua própria frequência como alunos à escola primária, nas trocas familiares, entre outras. (VIDAL, 2009, p. 31).

Há muito de si e de suas vivências em cada prática pedagógica efetivada. Por isso, cada escola é única, uma vez que os sujeitos que a habitam também são. Já as práticas escolares são coletivas, pois contemplam os espaços comuns da(s) escola(s), ou, então, envolvem todo os discentes e docentes que nela(s) interagem e convivem. A partir de Certeau (2014), as compreendo como *as mil maneiras de fazer com*, ou seja, os acontecimentos diários, os ritos, os hábitos produzidos na teia do cotidiano. Tais práticas

são, no fundo, antropofágicas. Mas trata-se de uma antropofagia não ritualizada, não visível, e que obriga a que se perceba que o essencial não é aquilo que o praticante come, atravessa ou vê, mas sim o que ele *faz* daquilo que come, vê ou atravessa. Ou seja, a questão essencial é aquilo que ele *fabrica*. (CERTEAU, 1985, p. 6).

Assim, há, na fabricação das práticas escolares aqui evidenciadas, as apropriações que cada escola fez das determinações advindas, em especial, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado; da legislação educacional da época, sobretudo do Regimento Interno (1939), bem como dos discursos em torno da campanha de nacionalização do ensino e do movimento de renovação educacional. Práticas que contaram com o esforço e o envolvimento dos(as) professores(as), como também com o apoio, ou não, das famílias e das comunidades envolventes.

Prossigo dando destaque às duas fotografias que ilustram o presente capítulo, ambas produzidas em Farroupilha, no início da década de 1940, tendo como cenário o Grupo Escolar Farroupilha e o Grupo Escolar de Caruara.

Na primeira foto, aparecem os(as) alunos(as) do Jardim de Infância em sua sala de aula, devidamente uniformizados. Penso que este registro tenha sido realizado com o intento de apresentar a organização desta classe em um espaço específico, com carteiras individuais, adaptadas ao tamanho dos(as) pequenos(as). Ainda, evidenciar o trabalho desenvolvido através do lúdico, com a presença das bonecas (1 e 2) e da alfabetização inicial através do livro (3). O livro, em destaque no primeiro plano da fotografia, é a representação máxima do saber escolarizado e, conseqüentemente, da aprendizagem da língua nacional.

Já na segunda, temos o registro de uma *Hora da Leitura* vinculada à expansão das *Bibliotecas Escolares* nas instituições educativas do Rio Grande do Sul. Pela presença do quadro-negro, materialidade e disposição das classes, é possível inferir que uma das salas do Grupo Escolar tenha sido reorganizada para comportar a *Biblioteca*. Ao fundo, nota-se a presença de algumas coleções de livros dispostas em caixotes de madeira, cumprindo o papel dos armários. Nas mesas, parecem estar dispostos livros e jornais. Inclusive, algumas alunas parecem dividir o mesmo suporte de leitura. Na feitura da imagem, os meninos foram excluídos do registro. Sendo assim, estariam eles dispostos em outras classes? Ou então, realizando outras práticas? Ainda, é possível que estas alunas tenham sido selecionadas para que se pudesse fazer o testemunho deste espaço e desta prática de leitura. Nota-se que todas estão uniformizadas e com laço no cabelo, harmoniosamente posicionadas.

Logo, diante destas duas imagens repletas de elementos inerentes ao cotidiano escolar, apresento as três sessões pensadas para a composição deste capítulo. Inicialmente, discorro acerca das materialidades existentes no cotidiano dos grupos escolares locais, atentando para algumas das práticas pedagógicas produzidas a partir dos seus usos. Na sequência, abordo a constituição dos recreios, das peripécias e dos castigos físicos e morais. Por fim, trabalho com



algumas das instituições auxiliares do ensino, a saber: *Caixa Escolar, Círculo de Pais e Mestres e Biblioteca Escolar*.

### 5.1 MATERIALIDADES QUE PRODUZIRAM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: “ENTÃO EU PEGAVA ALGO E PERGUNTAVA EM ALEMÃO E DEPOIS EM ITALIANO”

*“Uma parte dos alunos era italiana, outra parte alemã, as crianças não sabiam dizer quase nada em Português e diziam: ‘Moi’, é o dialeto de alemão, ‘Goot Moi’, bom dia. Eles chegavam na aula e ficavam assim parados, olhando, nunca tinham ido para a escola, chegavam de casa pra mim, tinham crianças de 7, 8 anos, até 10 anos. Eu levava pratos, xícaras, colheres, levava tudo, então eu pegava algo e perguntava em Alemão e depois em Italiano: ‘O que é isso?’ e eles respondiam em alemão e em italiano e depois dizia em Português. Até às 10 horas era praticamente só conversação”.*

*(Adalgisa, professora do Grupo Escolar Daltro Filho, 2001, p. 189).*

As materialidades escolares são, para Escolano Benito (2017, p. 199), mediações-vestígios, “que circularam no pequeno universo da instituição educativa, em que transcorreu a vida dos sujeitos durante anos decisivos para a conformação da personalidade”. A arquitetura, os materiais didáticos e os diferentes objetos e utensílios produziram sujeitos escolarizados em uma determinada época e contexto. Assim, nesta seção, atento para as presenças e os usos de algumas das materialidades que compuseram o cotidiano das escolas investigadas neste estudo, produzindo *fazeres ordinários da classe* (CHARTIER, 2000), em especial, no que se refere ao aprendizado e à aquisição da língua nacional.

Para iniciar, discorro acerca dos livros para o ensino da leitura e da escrita, tomando como ponto de partida as memórias compartilhadas por ex-professoras e ex-alunos(as). Nas palavras de Ernilda (2019): “*O Queres Ler? foi um livro que eu usei bastante!*”. Ainda, segundo suas lembranças, cada aluno tinha o seu próprio livro. Nas recordações de Ulídio (2020), aluno da professora Ernilda, também é possível verificar tal afirmação: “*Sim, tinha. Começava no primeiro e ia até a quarta, aí trocava os livros*”.

O *Queres Ler?* foi um livro muito utilizado nas escolas primárias do Rio Grande do Sul e, conforme as análises de Peres (1999), foi uma adaptação do *Primeiro Livro de Leitura Quieres Leer?*, do professor uruguaio José Henrique Figueira, realizada pelas professoras Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza, “integrantes do grupo que participou da experiência de aperfeiçoamento profissional na Escola Normal de Montevideu, no ano de 1914”. (PERES,

1999, p. 93). Ao que tudo indica, passou a ser recomendado e editado a partir de 1924, permanecendo em uso por várias décadas no cotidiano das escolas primárias do Estado<sup>359</sup>.

Lendo o estudo realizado por Peres (1999) acerca do *Queres Ler?*, é possível compreender que o livro estava em consonância com o que havia de mais moderno em torno do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais de escolarização, fazendo uso do “método intuitivo analítico sintético de leitura e escrita corrente de palavras e frases básicas ou normais”. Nas palavras da autora, era

intuitivo, porque *as palavras normais ou básicas* representariam coisas que as crianças poderiam ver, tocar, palpar, observar (p. VIII). Intuitivo também porque a cada palavra apresentada correspondia um objeto respectivo supostamente do conhecimento das crianças, havendo, assim, a associação entre as ideias e as palavras, levando a uma leitura compreensiva por parte do aprendiz (p. XVIII). Esses princípios para o ensino/aprendizagem da leitura estavam em consonância com o método intuitivo, um dos pilares do movimento de renovação pedagógica, e que foi introduzido no Brasil ainda durante o século XIX. (PERES, 1999, p. 96).

O material estava organizado em “quatro partes e cada parte em lições” (PERES, 1999, p. 99), que iam aumentando o grau de dificuldade, partindo de palavras simples até a leitura de pequenos trechos literários.

O ex-aluno Alzedir (2018) lembrou ter estudado com outros materiais: “*Tinha lá as Seletas, então se reunia ali e ia escrevendo. Quando tu sabia o ABC... chega! Fazia o nome...*”. A *Seleta em Prosa e Verso*, de autoria de Alfredo Clemente Pinto, também foi um livro bastante utilizado nas escolas do Rio Grande do Sul, inclusive na Região Colonial Italiana, como pode-se observar no estudo de Luchese (2007)<sup>360</sup>. Nas palavras da autora: “Chegar ao nível de estudar com a *Seleta* constituía-se numa distinção. Significava ter passado pelos diferentes níveis de ensino com sucesso”. (LUCHESE, 2007, p. 432); afinal, este era um dos últimos livros e deveria ser destinado aos alunos que estavam prestes a concluir o Curso Primário. Compunham a *Seleta em Prosa e Verso* textos escritos por autores nacionais e portugueses,

em forma de contos; narrações e lendas; parábolas, apólogos, fábulas e anedotas; história, bibliografia, retratos e caracteres; religião e moral; cartas, apólogos; líras, canções, hinos, sonetos; descrições e retratos; sátiras e epigramas”. (SOUZA, 2015, p. 142).

<sup>359</sup> Para uma análise detalhada acerca dos livros *Queres Ler?* e *Quero Ler*, ver o estudo de Peres (1999). Acerca da Missão de estudos ao Uruguai, indico a tese de Michel (2017).

<sup>360</sup> Segundo Luchese (2007, p. 432): “Alfredo Clemente Pinto era Doutor em Filosofia, Lente Catedrático da cadeira de Português da Escola Normal do Rio Grande do Sul, professor de Latim e Retórica. A primeira edição da “*Selecta em Prosa e Verso*” foi em 1884. Foram 53 edições até 1963 pela Selbach, e a 54ª edição em 1980 pela Martins Livreiro.

Ao ser questionado acerca da existência de outros livros, Alzedir (2018) também mencionou *O Pequeno Escolar* que, segundo ele, “*Tinha o A, U de uva, O de ovo, assim... palavras.*”. Sabe-se até então que os livros da Série Moura Santos, de autoria de Máximo de Moura Santos, estiveram em circulação no Brasil por longos anos, sendo que, a partir da década de 20 do século XX, passaram a ser publicados pela Companhia Editora Nacional, em São Paulo. No ano de 1947, por exemplo, foram recomendados para uso nos grupos escolares instituídos no Rio Grande do Norte, pelo Departamento de Educação daquele Estado. Ao todo, eram quatro livros, um para cada ano de escolarização, sendo o primeiro denominado de *1º ano – Cartilha e 1º grau – O Pequeno Escolar*<sup>361</sup>.

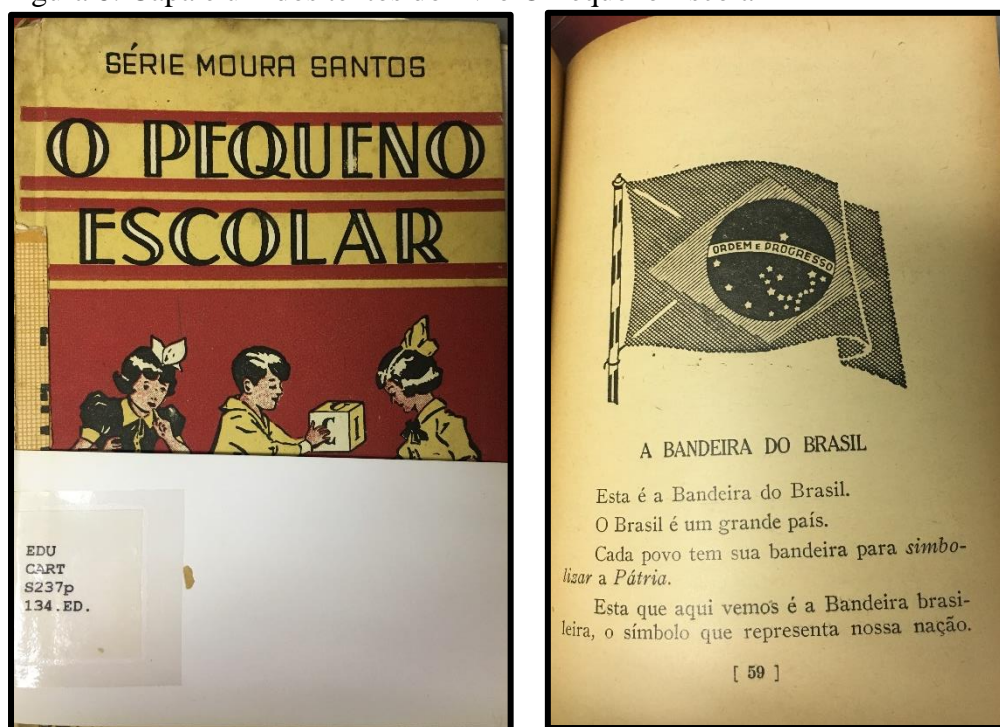
No Acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS, foi possível localizar um exemplar do 1º ano, na sua 134ª edição, porém, sem indicação de data. Este livro estava destinado aos alunos do segundo semestre do 1º ano escolar, complementando as lições da cartilha. Era um livro de leitura intermediária, contendo um conjunto de pequenos textos que iam aumentando o grau de dificuldade, com a introdução de novas palavras, grupos vocálicos e consonantais “poucos familiares ao aluno”, como descrito na página 7, no texto inicial destinado “Aos professores”.

A seguir, apresento a capa e um dos textos contidos neste livro:

---

<sup>361</sup> Ao todo, eram quatro livros, assim denominados: *1º ano – Cartilha e 1º grau – O Pequeno Escolar*; *2º ano – 2º grau – O Pequeno Escolar*; *3º ano – 3º grau – O Pequeno Escolar* e *4º ano – 4º grau – O Pequeno Escolar*. RIO GRANDE DO NORTE. Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 1947. **Diário oficial do Estado [do] Estado Do Rio Grande do Norte**, Natal, 5 jan. 1947. In: Revista Educação em Questão, Natal, v. 55, n. 43, p. 271-273, jan./mar. 2017.

Figura 8: Capa e um dos textos do livro *O Pequeno Escolar*



Fonte: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS.

Na capa, pode-se observar a indicação da Série Moura Santos, bem como a ilustração de três estudantes que manuseiam as primeiras letras, anexadas aos blocos. Abaixo do desenho, consta o ano escolar e o nome da editora.

O livro o qual me refiro é composto por 91 páginas, contendo pequenos textos e desenhos, como pode-se verificar na figura acima, ambos impressos em preto. Depois do texto, havia sempre uma lição, ou então, um exercício a se fazer. Em alguns casos, o texto era complementando por uma explicação mais detalhada acerca do assunto, como no exemplo visualizado na figura supracitada, intitulado “A bandeira do Brasil” que, na sequência (p. 60), trazia uma explanação acerca dos significados das cores e dos símbolos da Bandeira Nacional para que, depois, as crianças pudessem responder as seguintes questões: Que é uma bandeira? Como é a Bandeira Nacional? Que representa suas cores? Quantas estrelas há na esfera? Que representam? Que devemos fazer para honrar sempre nossa Pátria? (p. 61). Pontuo que os conteúdos do livro versavam sobre temáticas diversas como a escola, a casa, a bandeira, as estações do ano, o tempo, os animais, as plantas, os bons sentimentos: fraternidade e valentia, e as ações que deveriam ser banidas da escola e da vida dos pequenos, como travessuras e desobediências.

Relembro que Alzedir (2018) mencionou que no livro *O Pequeno Escolar* tinha o U de uva e O de ovo; sendo assim, seria este o conteúdo da cartilha inicial? Ou referia-se ele ao

*Queres Ler?* De qualquer forma, tais memórias sinalizam para o uso de cartilhas e livros no processo de alfabetização desta geração de alunos que aprendeu a ler e a escrever nas salas de aula dos grupos escolares que compõem esta pesquisa.

Salvador (2018), colega de Alzedir, explicou que existiam livros de todas as matérias e que os alunos podiam levá-los para casa: “*Sim, aqueles eram nossos*”. Nilza (2020), quando questionada acerca dos livros e cartilhas para estudo, compartilhou: “*Olha, eu tenho vaga impressão que a gente tinha uma espécie de... eu não lembro se era de história, não me lembro*”. Assim como Salvador, mencionou que cada aluno tinha o seu livro. Alda, prima de Salvador, compartilhou uma lembrança interessante acerca de um destes materiais de leitura:

*Tinha livros. Lembro assim de uma leitura que tinha o operário que trabalhava e ele se alimentava de pão e banana. Aí a gente achava o máximo porque a gente não tinha banana. Essa leitura eu nunca esqueci! Aí pensava, por que nós não tínhamos banana? Era meio difícil.* (RIBEIRO, 2018).

Não foi possível identificar o livro ou a cartilha com o texto mencionado por Alda (2018), no entanto, essa memória é um indicativo do poder da leitura na introdução de novos conhecimentos e palavras, bem como uma porta para o mundo da imaginação e dos questionamentos relacionados ao universo infantil, escolar e local. Em outras palavras: “A leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros”. (CHARTIER, 2002, p. 123).

Já no Grupo Escolar Daltro Filho, as memórias da professora Adalgisa dão a entender que, em dado momento, nem todas as classes tinham livros para estudo:

*A gente via progressos deles no falar e no escrever o Português. Os pais ficavam brabos com a gente porque eles não tinham livro e eu dizia: ‘Olha, se no fim do ano seu filho não estiver lendo e escrevendo o senhor peça a minha demissão’. Era o único jeito de convencer os pais*”. (ALMEIDA, 2001, p. 190).

Ao discorrer acerca dos livros e cartilhas escolares, é preciso levar em consideração as dificuldades de acesso aos mesmos, já que eram custeados pelas famílias e que, muitas, especialmente na zona rural, tinham dificuldades para comprá-los. Conforme argumentado por Souza (2015, p. 144), livros e demais objetos da cultura material “eram utilizados por todos os filhos da família que frequentassem a escola, passando um a um e adquiridos com muito sacrifício pelos pais, quando estes não eram oferecidos pela escola”.

No AHMG, encontrei vários ofícios versando sobre o envio de materiais didáticos aos grupos escolares pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, sobretudo a partir de 1944. Nestas fontes, não há maiores especificações sobre quais seriam estes materiais; porém, tendo em vista os registros contidos no *Livro do Inventário* do Grupo Escolar de Picada Velha, penso que poderiam ser mapas, livros e algumas coleções específicas, como a de sólidos geométricos.

O *Livro do Inventário* contém os registros acerca do ano de 1949, separados por sessões: utensílios, móveis, material de expediente, material didático, material de consumo, material de escrituração e ferramentas agrícolas. Nele, é possível identificar as diferentes materialidades existentes na escola até 1949, bem como aquelas que foram fornecidas pelo Estado ou adquiridas pela instituição ao longo do ano supracitado, conferindo uma multiplicidade de análises em torno da cultura material escolar.

No quadro abaixo, apresento os materiais de leitura inventariados no respectivo documento:

Quadro 17: Material didático: livros para leitura - Grupo Escolar de Picada Velha (1949)

Material	Existências em 04/03/1949	Fornecimento do Governo durante o ano	Aquisição pela Escola durante o ano	Baixas verificadas no fim do ano	Observações
Coleção Hist. Pátria	1	-	-	-	
Coleção Higiene	1	-	-	-	
Queres ler	10	-	-	2	
Infância 1ª	8	-	3	-	
Infância 2ª	6	-	-	1	
Sei ler	7	4	-	-	
Leitura principiante	5	1	-	1	
Guia leitura "Ler"	14	1	-	-	
Nosso Brasil I	-	12	-	3	2 perdidas
Nosso Brasil II	-	12	-	3	2 perdidas
Nosso Brasil III	-	8	-	1	Estas baixas de livros entraram todas na biblioteca. Encontram-se os mesmos numerados e anotados no caderno "relação" da Biblioteca.
Nosso Brasil IV	-	4	-	1	
Nosso Brasil V	-	4	-	1	
Pequeno Escolar I	-	6	-	1	
Pequeno Escolar II	-	6	-	1	
Pequeno Escolar III	-	6	-	1	
Pequeno Escolar IV	-	6	-	1	
Em casa da Vovó 2º ano	4	5	-	1	
A cartilha de Zé-Toquinho	-	1	-	1	
Quero ler	-	18	-	1	
Livro de Lili	-	11	-	1	
O meu livro	-	5	-	1	
Bons companheiros	-	4	-	1	
Est. Soc. e Naturais	-	1	-	1	
Aritmética – Souza Lobos	-	-	1	1	

Cadernos – Pádua Ramos	-	-	8	8	
------------------------	---	---	---	---	--

Fonte: Elaborado a partir do Livro do Inventário. AEEFCA – Carlos Barbosa/RS.

Entre os livros descritos, é possível localizar *O Pequeno Escolar* e o *Queres Ler?*, já tratados anteriormente, como também outros materiais de leitura fornecidos pelo governo gaúcho em 1949, sendo que, entre estes, destacam-se o *Quero Ler*, *O Livro de Lili* e a coleção *Nosso Brasil*, enviados em maior quantidade, considerando os demais. Diante disso, seriam estes os livros mais indicados para uso nas escolas primárias do Rio Grande do Sul, ao final da década de 40 do século XX?

Tendo em vista a maior distribuição dos livros acima, apresento alguns aspectos em torno destas três obras, iniciando pelo *Quero Ler*. Este livro, conforme apresentado por Peres (1999), foi escrito por Branca Diva Pereira de Souza e, ao que tudo indica, foi editado posteriormente ao *Queres Ler?*. Nas concepções da autora:

Ao contrário do *Queres Ler?*, ele não apresenta *palavras normais*, mas sim textos organizados por temáticas: *Na escola* (oito lições), *Antes da aula* (um lição), *Ao café* (três lições), *Depois da aula* (uma lição), *Alimentação* (treze lições), *As flores* (duas lições), *O vestuário* (quatro lições), *Nossas ruas* (seis lições), *Meios de locomoção* (três lições), *A casa* (duas lições), *Dormitório* (duas lições). Há uma personagem central nesses textos: uma menina chamada Maria. Ela é quem vivencia as situações narradas nos textos e que se passam no espaço da escola, da casa, da cidade, do campo. Ao final do livro são apresentados três textos de temáticas cívico-religiosas: *Minha Pátria*, *A Bandeira Brasileira*, *Minha Oração*. Diferentemente do *Queres Ler?*, o *Primeiro Livro de Leitura Quero Ler* apresenta sugestões de alguns poucos exercícios e jogos (testes de coordenação lógica, modelos de loto, atividades de reconhecimento de desenhos e frases, jogos de sílabas). (PERES, 1999, p 100).

O livro *Quero Ler*, conforme Peres (1999), contemplava o método global do ensino da leitura, experienciado pela autora Branca Diva que, por muitos anos, atuou como professora primária no Rio Grande do Sul. Seguindo este mesmo caminho, há *O Livro de Lili*, de autoria de Anita Fonseca que, segundo Peres (2000), permitiu a difusão do Método Global no Estado, sobretudo ao longo da década de 40 do século XX.

A história de *O Livro de Lili* vincula-se à criação da Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte, inaugurada em 1929, tendo como um de seus objetivos formar professores alfabetizadores para atuarem com o Método Global<sup>362</sup>. Assim,

para atender à demanda de livros didáticos que contemplassem a novidade, a Escola de Aperfeiçoamento promoveu um concurso para a produção de uma cartilha segundo os princípios do método e que contivesse os requisitos ensinados pela professora

<sup>362</sup> Acerca desta instituição, indico o estudo de Kulesza (2019).

Lúcia Casasanta no curso de formação de professores daquela escola. O vencedor do certame foi *O Livro de Lili*, testado nos anos de 1930 e posteriormente largamente adotado no estado de Minas Gerais. (BORTONI-RICARDO; FREITAS, 2010, p.388).

Produzida pela Editora e Livraria Francisco Alves, é possível que a obra tenha circulado por diversos estados, uma vez que esta editora “atuava na produção de cartilhas nacionais no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais”, segundo consta no estudo de Bortoni-Ricardo e Freitas (2010, p. 388).

Tomando como referência tais livros, Peres (2000) ressalta que o ensino da leitura nas escolas gaúchas é marcado por três momentos, sendo o primeiro deles com o uso *Cartilha Maternal*, difundindo o Método João Deus; na sequência, o segundo momento se dá a partir da difusão do *Quieres Ler?* e, o terceiro, com a introdução de *O Livro de Lili* em território sulino, ambos pondo em circulação o Método Global do ensino da leitura e da escrita, até o final da década de 1940.

A professora Olga Ramos Brentano rememorou em entrevista que havia liberdade na escolha do livro “*que serviria de base para as aulas do professor*”. (BRENTANO, 1991, p. 7). Assim como descrito por Peres (2000), ela apontou as mudanças vivenciadas em torno das cartilhas e livros de leitura:

*Houve mudanças de cartilha, foi no primeiro ano. Porque houve uma época assim em que a metodologia do primeiro ano sofreu uma mudança muito rápida. Então, vamos dizer, daquele método de João de Deus a gente passou para o Queres Ler, que aí também já era um ensino método..., com método, né, método analítico sintético, por exemplo. [...] Mas depois a gente teve assim o método de fraseação, o método... Então o professor escolhia a cartilha que lhe parecia mais conveniente, mais fácil, ah, com a qual ele se adaptava mais, né. O professor tinha liberdade nesse sentido. (BRENTANO, 1991, p. 7).*

Diante das diversas possibilidades para o ensino da leitura e da escrita, é possível compreender que cada professora conduzia o processo de alfabetização conforme suas crenças, concepções e materiais de que dispunha: “*Eu apliquei o método de silabação para alfabetizar. Eu achava mais fácil*”. (TURQUETTO, 2019).

Em relação ao processo de alfabetização, reapresento a epígrafe escolhida para abrir a presente seção, extraída do estudo de Almeida (2001), fazendo referência às memórias de docência compartilhadas por Adalgisa, professora no Grupo Escolar Daltro Filho, entre 1943 a 1953. Relatos preciosos de práticas pedagógicas produzidas por uma “menina da cidade” que, aos 19 anos, deixou a capital Porto Alegre para ir lecionar no meio rural de Garibaldi.

Assim, conforme as lembranças de Adalgisa:



Uma parte dos alunos era italiana, outra parte alemã, as crianças não sabiam dizer quase nada em Português e diziam: ‘Moi’, é o dialeto de alemão, ‘Goot Moi’, bom dia. Eles chegavam na aula e ficavam assim parados, olhando, nunca tinham ido para a escola, chegavam de casa pra mim, tinham crianças de 7, 8 anos, até 10 anos. Eu levava pratos, xícaras, colheres, levava tudo, então eu pegava algo e perguntava em Alemão e depois em Italiano: ‘O que é isso?’ e eles respondiam em alemão e em italiano e depois dizia em Português. Até às 10 horas era praticamente só conversação, ensinando o que é isso, o que é aquilo, mas a sorte é que eles pegavam muito ligeiro e nós aprendemos com a professora Branca Diva e com a Acauan, nós usávamos o ‘Queres Ler?’, então se ensinava as vogais e depois as consoantes. Eles me chamavam de ‘teachen’, os alemães, e eu escrevia cada palavra no quadro, chamando atenção para o som porque eles trocavam o som do f pelo som do v. Aí eles liam e eu mandava para casa para copiarem várias vezes a palavra ovo, fazíamos com o dedo imitando a cópia da palavra no ar. Isso cansava! Até julho, não tínhamos livro, era o caderninho, mas no final do ano todos estavam lendo. (ALMEIDA, 2001, p. 189).

As recordações de Adalgisa sinalizam para a existência de uma comunidade rural que mantinha em uso suas línguas de origem, ainda no início da década de 40 do século XX, bem como apontam para ação nacionalizadora da escola neste espaço através do ensino da língua e da disseminação da cultura nacional.

O relato ainda evidencia os desafios enfrentados pela professora e as estratégias por ela utilizadas para alfabetizar as crianças partindo do concreto e de palavras que faziam parte do cotidiano. Ressalto a menção ao livro *Queres Ler?* e, possivelmente, aos usos deste método em sala de aula.

Na continuidade das lembranças acerca da docência nesta escola, prossegue Adalgisa:

O melhor de tudo pra mim foi ter a primeira turma alfabetizada, foi a glória. Às vezes, até me pergunto, como é que fiz aquilo? Foi mais que uma medalha de ouro nas olimpíadas, uma criança pegar o livro *Queres Ler?* e ler o que a diretora pedia. Eu venci! (ALMEIDA, 2001, p. 190).

Sem dúvida, há, nestas memórias, muitas apropriações, estudos, vivências e limitações desta jovem professora que foi lecionar no meio rural e que, diante de tantas precariedades e desafios, precisou reinventar suas práticas pedagógicas para atender aquela comunidade com as ferramentas que tinha à disposição. Deste modo, a partir das lembranças compartilhadas por Adalgisa, percebe-se que há “um protagonismo social e cultural” desta professora, como também “as marcas de identidade de seu próprio ofício” em um tempo e um lugar específico. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 97).

Voltando os livros, destaco a coleção *Nosso Brasil*, organizada pelo autor Plínio Salgado e publicada em 1947, no Rio de Janeiro, pela Editora A Coelho Branco Filho. Tais livros compunham uma coleção de história destinada aos alunos do 1º ao 5º ano do Curso Primário,

que versava sobre temas relacionados à Pátria. Ao final do Estado Novo e com o retorno de Plínio Salgado do exílio, passou a ser reeditada e novamente posta em circulação<sup>363</sup>.

Partindo da organização do quadro acima e tendo em vista os livros contabilizados pelo Grupo Escolar de Picada Velha, em especial, na parte que se refere às baixas verificadas no final do ano, entendo que a escola fazia o empréstimo de livros aos alunos que não tinham condições de adquiri-los e que, ao findar o período letivo, eles eram devolvidos para serem novamente utilizados no ano seguinte.

Para encerrar esta discussão, destaco acima os cadernos da *Coleção F. de Pádua Ramos*, adquiridos pela escola em 1949 e destinados ao acervo da biblioteca escolar. Pelo que foi possível verificar até o momento, os cadernos formavam uma coleção de cinco livros, assim nomeados: *Geografia e Cartografia – 2º, 3º e 4º ano preliminar*, *História do Brasil - 2º, 3º e 4º ano preliminar*, *Ciências Físicas e Naturais - 2º, 3º e 4º ano preliminar*, *Auxiliar Geográfico – 1ª e 2ª série ginásial* e *Semanário de Lições - Livro em branco para uso das professoras*. Continham textos e ilustrações acerca dos conteúdos escolares: partes do corpo humano e diferentes mapas, para citar dois exemplos.

Não é possível dizer quais destes cadernos foram adquiridos pelo grupo escolar; provavelmente, os três primeiros, já que se destinavam ao Curso Primário. Acredito que estes livros tenham sido utilizados pelas professoras e também pelos alunos através de pesquisas, pois parece ser um material complementar de estudo. De qualquer forma, é notável o investimento realizado pela escola na compra desta coleção, já que havia sido produzida em consonância com o currículo da época e para uso nas escolas isoladas e grupos escolares.

A partir do exposto até aqui, compreendo que havia uma diversidade de livros escolares em circulação no Rio Grande do Sul, sobretudo durante as décadas de 30 e 40 do século XX, vinculados ao movimento de renovação educacional no Estado e no Brasil. Logo, é possível dizer que a presença, em especial, dos livros *Queres Ler?*, *Quero Ler* e *O Livro de Lili* no contexto das escolas desta pesquisa sinaliza para um ensino da leitura e da escrita pautados em métodos modernos de aprendizagem, fruto das escolhas das professoras primárias a partir do que havia disponível no momento.

Levando em consideração o acesso e os usos dos livros escolares no cotidiano da escola primária, é preciso mencionar as preocupações com o ensino e difusão da língua pátria. Assim, pode-se dizer que, com a instituição da República, o emprego do idioma nacional passou a ser alvo de preocupações pelo governo, diante da sua capacidade de “gerar comunidades

---

<sup>363</sup> Em 1947, foi publicada a segunda edição desta coleção, sendo que a primeira refere-se ao ano de 1937, antes do exílio de Plínio Salgado na Europa.

imaginadas”, como pontuou Anderson (2008, p. 189). Deste modo, foi preciso oficializar e difundir uma língua que identificasse a nova pátria, sobretudo pelos impressos e pela escolarização em massa (HOBSBAWN, 1990). No entanto, é a partir da instalação do Estado Novo (1937-1945) e do acirramento da campanha de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul que essa preocupação se intensificou, gerando intervenções das políticas públicas (KREUTZ, 2014).

Nas escolas municipais e estaduais, em especial no período que contempla a presente pesquisa, o ensino já se dava em língua vernácula; porém, mesmo com as proibições dos usos das línguas de origem de imigrantes e descendentes, identificou-se que o emprego do dialeto foi preservado em alguns núcleos familiares. Conforme rememorou Nilza (2020): *Eu sempre fui muito de falar italiano porque a gente foi criado com o meu avô que era italiano, vindo da Itália. Então com o nono e a nona, com as tias, a gente falava muito em italiano. Mas no colégio, assim, não*. Em contrapartida, também foi arquivado na memória e na história de outras tantas famílias: *“A gente tinha medo da guerra. Em casa, o italiano a gente quase não foi ensinado. Às vezes, só o pai e a mãe que falavam um pouco. Se não, a gente falava sempre o português”*. (RIBEIRO, 2018).

A partir das entrevistas realizadas, foi possível perceber que, nas comunidades rurais mais afastadas, tanto em Farroupilha como em Garibaldi, o dialeto era usado para além do espaço familiar. Em Vila Jansen, Ulídio (2020) recordou que se falava *“tudo em italiano!”*, mas que na escola era proibido e, caso alguém falasse em italiano, ganhava castigo. Elia (2020), sua vizinha e colega, confirmou tal afirmação: *“Na escola era português, agora fora... [...] Eu falava um pouco português e um pouco italiano.”*. O mesmo observa-se no estudo de Almeida (2001), como explicitado na epígrafe de abertura do presente subcapítulo, bem como no documento produzido pelo Prefeito Vicente Dal Bó e endereçado ao Secretário J. P. Coelho de Souza, acerca do emprego de língua estrangeira em Carlos Barbosa no ano de 1940.

O documento citado respondia ao expediente encaminhado pela Diretoria Geral do Departamento de Nacionalização ao Prefeito de Garibaldi, fruto de uma denúncia realizada pelo Delegado Regional do Ensino contra João Spader, Subprefeito e Subdelegado de Carlos Barbosa, acusando-o de comunicar-se em italiano. Em resposta, Dal Bó escreveu:

É bem verdade que o sr. Subprefeito e Subdelegado atende as partes do Hotel Bela Vista, de sua propriedade e onde reside. Porém, ele as atende em língua vernácula, em nosso idioma, fazendo de maneira diferente, somente, quando se vê obrigado a expressar-se dessa forma, em dialeto italiano, para dar explicações a algum velho colono que não sabe falar a nossa língua, por desconhecer-la completamente, e por viver afastado do meio civilizador da cidade. Em sua residência, estão também

hospedadas as distintas senhoras professoras do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, as quais, perfeitamente, poderão corroborar esta assertiva. Acresce que, fora de sua residência, quando em viagem, através do 2º distrito, encontra-se, amiúde, com colonos velhos cansados e de idade muito avançada, que pouco ou nada sabem a respeito do nosso grande idioma, e que os seus ancestrais não ensinaram. Falando aos mesmos, o procura fazer em Português, poucos o compreendendo e outros nada. Contudo, o sr. Subprefeito Spader procura por todos os meios somente falar o vernáculo, compelindo aos que menos o sabem a falarem o idioma pátrio e insistindo aos que nada sabem, para que aprendam a falar aquela língua da terra onde vivem. Em todo caso, Sr. Dr. Secretário, foi chamada a atenção do Sr. Subprefeito do 2º distrito, para o caso em que se viu, inocentemente, envolvido. O certo, porém, é, que o sr. Spader não tem aquela culpa, como quer acoima-la o sr. Delegado Regional do Ensino. Outrossim, muito grato e sobremodo penhorado ficaria, se o sr. Apolinário Alves dos Santos me tivesse dado o prazer de sua visita, de após percorrer o município de Garibaldi, e me narrado aquele procedimento, que diz ter o sr. Spader<sup>364</sup>.

A citação acima expõe as nuances do momento histórico vivido, onde as denúncias, assim como as fiscalizações pelo Departamento de Nacionalização, faziam parte da vida cotidiana dos respectivos municípios. Da mesma forma, dá indícios das dificuldades enfrentadas pelos colonos que viviam nas zonas mais afastadas, sobretudo aqueles com mais idade e que não chegaram a frequentar os bancos escolares. Como comunicar-se, então, diante da imposição de uma língua desconhecida? Ao que tudo indica, na tentativa de um destes auxílios, o Subprefeito João Spader foi denunciado. Nas entrelinhas, percebe-se o jogo de cintura de Dal Bó em confirmar o ocorrido e justificar os meios, ao mesmo tempo em que tenta apaziguar a situação. Destaco ainda a referência “às distintas senhoras professoras do Grupo Escolar de Carlos Barbosa” que poderiam confirmar, caso necessário, a palavra do Prefeito.

Na sequência, Vicente Dal Bó elogiava as medidas tomadas pelo governo em torno da nacionalização do ensino e afirmava:

Creia, excelência, que tudo o que esta Administração Municipal tem feito, em prol da nacionalização e do ensino em geral, reflete tão somente o desejo incontido de ver a Pátria cada vez maior, mais e mais engrandecida, enriquecida pelos seus filhos e seus homens íncritos que hoje constituem essa geração que se ergue e se levanta bem alto, numa consagração sublime à nacionalidade e ao desenvolvimento crescente da nossa língua, que é toda a nossa vida, nossa honra e nossa tradição.

Ao final, reforçava a importância do idioma nacional, dando a entender que o problema estava resolvido e que a Prefeitura de Garibaldi faria o possível para colaborar com o projeto de nacionalização.

---

<sup>364</sup> Relatório encaminhado ao Secretário do Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, J. P. Coelho de Souza, pelo Prefeito Vicente Dal Bó, respondendo ao expediente encaminhado pela Diretoria Geral do Departamento de Nacionalização. Garibaldi, 1940. AHMG.

Nesse contexto, entre o emprego do dialeto em casa e do idioma oficial na escola, questionei-me acerca dos usos que os alunos faziam de ambos. Como dava-se, na prática, a convivência com estas duas línguas, sobretudo na hora da escrita? A professora Alice Gasperin rememorou que sua maior dificuldade como professora foi a linguagem: *“Filha de imigrantes italianos, sempre falei em italiano. Ainda agora me atrapalho”*. (GASPERIN, 1996, p. 5). Certamente, o processo de aquisição da língua nacional não foi uma tarefa fácil para muitas crianças e adolescentes, sobretudo durante a alfabetização, como se verá no Capítulo 6, consistindo em números elevados de reprovações.

Por fim, na tessitura do cotidiano escolar, entendo que algumas professoras procuravam reforçar a aprendizagem e a memorização do idioma pátrio através do canto dos hinos oficiais e das orações, para citar alguns exemplos. Conforme Ulídio (2020): *“Nós rezava todos os dias antes de começar”*. Alzadir (2018) recordou que *“[...] entrava todo mundo de mão dada um no outro, rezava a Ave Maria, o Pai Nosso e depois continuava a aula”*. Ada (2020) também mencionou: *“Sim, as orações nós tínhamos, porque não tinha quase padre”*. Diante de tais lembranças, é possível inferir que a manutenção da religiosidade também se dava com frequência no contexto dos grupos escolares locais. A professora Ernilda (2019) mencionou que lia o evangelho para os(as) alunos(as): *“Se eu soubesse já qual era o evangelho do próximo domingo eu lia pra eles. Lá a gente não tinha sempre missa todos os domingos, não. Não era sempre que o padre ia”*. Ao compartilhar as práticas produzidas no Grupo Escolar Daltro Filho, Adalgisa mencionou a utilização de filmes que, certamente, também contribuíram com a difusão do idioma pátrio. Segundo explicou Almeida (2001, p. 191):

Mais adiante, elas conseguiram comprar uma máquina de passar filmes, então, para encantamento de todos, havia cinema na escola! Alugavam filmes da capital, como os do “Gordo e o Magro”, aventuras, mas romance não, e toda a comunidade poderia assisti-los. Parece que os filmes eram escolhidos de acordo com o código de condutas morais da localidade.

Ao longo das entrevistas realizadas, foram emergindo indícios de outros artefatos existentes na escola para além dos livros escolares, tais como os materiais de escrita. Assim, no conjunto de recordações, evidenciou-se como suporte inicial a ardósia, também chamada pelos(as) alunos(as) de tabelinha, lousa ou tábua: *“Isto, era uma tabelinha. Aí tinha uma caneta que escrevia. Aí depois veio o quadro negro grande, veio o giz. Aí veio os cadernos”*. Acerca desta materialidade, Ada (2020) partilhou: *“Nós escrevíamos na lousa. A lousa com aquela coisa de escrever e o paninho que nós tínhamos para apagar. Eu não sei como é que nós estudávamos!”*, Assim como sua irmã, Nilza (2020): *“Tinha que sempre levar um paninho*

*úmido pra limpar o pedaço da tábua. Geralmente, eu tinha um pedaço só porque eu quebrava [risos]*”. O uso da ardósia expõe um ensino pautado na memorização, já que não havia onde consultar os conteúdos vistos e aprendidos em sala de aula posteriormente, como também a fragilidade do artefato, que por um descuido, poderia romper, como relembra Nilza (2020). Vanz (2017), ao trabalhar com os vestígios da cultura material escolar, explicou que:

Esse dispositivo de escrita era de uso individual e consistia em uma placa de pedra de ardósia retangular preta envolvida por uma moldura de madeira. Esse material poderia apresentar superfície para exercitar a escrita de ambos os lados, e era comum as ardósias apresentarem pautas para facilitar as lições de caligrafia. (Vanz, 2017, p. 109).

Abaixo, pode-se visualizar um exemplar deste material, como descrito por Vanz (2017):

Fotografia 33: Lousa de ardósia (s/d)



Fonte: Acervo da família de Romeo Brustolin. Linha Amadeu, Vila Jansen – Farroupilha/RS.

Esta lousa foi usada por Felisberto Brustolin, avô de Romeo Brustolin. Ao que tudo indica, ele era aluno de uma das escolas isoladas existentes em Vila Jansen antes da instituição do grupo escolar nesta localidade. Cabe dizer que a respectiva lousa apresenta duas faces iguais, mas que também existiam outras lousas que apresentavam faces diferentes; apresentando, em um dos lados, a pauta para o exercício da caligrafia (VANZ, 2017).

O paninho e a caneta também faziam parte dos materiais escolares deste período, recebendo diferentes nomenclaturas: esponja, grafite, pena, ponteiro, giz, lápis ou caneta de ardósia (SOUZA, 2015). Depois, os(as) alunos(as) rememoraram a chegada dos cadernos: “*Eu cheguei a pegar a pedra. É, no começo tinha a pedra e depois, então, apareceram os cadernos. Era caderno de... não era caderno branco como tem hoje, era de papel pardo*”. (BARSÉ, 2020). Importa mencionar que, inicialmente, usou-se a ardósia para o processo de alfabetização, passando posteriormente ao caderno, sendo que “com o passar do tempo, a lousa foi substituída pelas folhas pautadas e/ou cadernos de linhas”. (SOUZA, 2015, p. 179).

Junto aos cadernos, foram surgindo outros instrumentos necessários à escrita, tais como lápis, borracha, mata-borrão e canetas, que representavam, conforme Vanz (2017, p. 111), “uma escrita durável”, onde “nas folhas, não mais se apagavam as lições que eram feitas”. A caneta tinteiro, por exemplo, foi um dos objetos recordados pelas alunas do Grupo Escolar de Vila Jansen e do Grupo Escolar de Caruara. Elia (2020), ao mostrar-me o seu caderno, explicou: “*A escrita era à caneta tinta, não sei se tu viu já? Tinha que escrever, por isso meu caderno tá tão borrado*.”. Da mesma forma, Alda (2018) compartilhou:

*Na época, a gente usava pra passar a limpo aquela caneta que hoje, que tinha pena e o vidrinho de tinta. A gente chamava pena... caneta com aquela coisa e a gente molhava na tinta. [...] Era só pra passar a limpo os trabalhos. Lembro que a gente tinha que decorar. Tinha que saber tudo!* (RIBEIRO, 2018).

A caneta tinteiro foi usada em momentos específicos, e pelos(as) estudantes que já haviam dominado o processo de escrita, sabendo manejar a caneta “sem se sujar e sem sujar o caderno”. (FRADE; GALVÃO, 2016, p. 328). Assim, importa referir que o uso desta escrita exigia habilidade e domínio por parte dos(as) alunos(as). Em 1949, no Grupo Escolar de Picada Velha, havia 50 penas de aço e um litro de tinta preta e vermelha. Estes e outros materiais de uso diário estão contabilizados no já citado *Livro do Inventário*, os quais transcrevo no quadro abaixo:

Quadro 18: Material de consumo – Grupo Escolar de Picada Velha (1949)

Material discriminado por seções	Existências em 04/03/1949	Fornecimento do Governo durante o ano	Aquisição pela Escola durante o ano	Baixas verificadas no fim do ano
<b>Material de consumo</b>				
Apagadores p/q/negro	1	3	-	-
Blocos p/desenho	15	12	-	7
Borrachas	-	36	-	5
Cadernos l. simples	148	50	-	56
Cadernos quadriculados	267	50	-	8
Cadernos l. dupla	-	50	-	12

Cadernetas	-	10	-	3
Lápis bicolor	8	12	-	6
Lápis pretos	12 dz.	6 dz.	-	1 dz.
Lápis de cor (seis lápis)	7 cx.	5 cx.	-	-
Papel dobradura	-	12 fs.	-	2
Mata-borrão	-	24 tiras	-	13 t.
Tinta preta	1 l. ½	1 l.	-	½ l.
Tinta vermelha	1 l. ½	1 l.	-	½ l.
Giz branco	-	3 cx.	-	1 cx. ½
Canetão	4	-	-	-
Penas de aço	-	50 p.	-	11
Cartolina branca	-	5 fls.	-	-
Cartolina de cor	-	10	-	3

Fonte: Elaborado pela autora com base no Livro do Inventário. AEEEFCA – Carlos Barbosa/RS.

A localização do *Livro do Inventário* trouxe luz à questão do envio de materiais pelo Estado aos grupos escolares contemplados nesta pesquisa. Alda (2018), quando questionada a respeito, mencionou: “*De materiais a gente tinha que comprar, não ganhava nada!*”. As memórias de Ernilda (2019) também corroboram com essa afirmação: “*Vinha do bolso dos pais!*”. Segundo a professora, o governo estadual não enviava nenhum material e, os pais, mesmo aqueles que não tinham muitas condições financeiras, davam um jeito de comprar para que os(as) filhos(as) pudessem estudar. Diante de tais ocorrências e levando em consideração a coluna “Baixas verificadas no fim do ano” exposta no quadro acima, penso que o Estado, aos fins da década de 40 do século XX, passou a fornecer alguns materiais para as respectivas escolas; porém, eram materiais que, inicialmente, ficariam restritos ao espaço escolar, sendo distribuídos conforme as necessidades dos alunos. Como exemplo, cito a baixa dos 56 cadernos de uso diário ao final de 1949, provavelmente, doados aos alunos.

Antes de discorrer acerca dos cadernos, chamo atenção para a presença de canetões, cartolinas e folhas de papel dobradura presentes no quadro acima, pois representam as novas materialidades que adentraram o espaço dos grupos escolares locais; em especial, durante a década de 1940, trazendo outras possibilidades.

Na listagem acima, destaco os cadernos com linha simples e linha dupla, portadores de uma escrita ordinária e durável, onde passou-se a assimilar “as pautas reguladoras do uso da escrita e, em definitivo, do espaço gráfico”. (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 16). Nos cadernos de linhas simples, os mais usuais, registravam-se diferentes tipos de textos, ditados, exercícios, desenhos. Como produto da cultura escolar, os cadernos determinavam formas de “organizar o trabalho em sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mudo saberes acadêmicos e dos ritmos, regras e pautas escolares”, como bem sinalizou Viñao Frago (2008, p. 23). Muitas vezes, abrigavam também linhas de castigos, como se verá no próximo



subcapítulo. Além disso, em alguns momentos, serviam também para registrar os conteúdos de mais de um ano letivo, como observado no caderno de Elia, usado em 1948 e em 1949.

No dia 25 de junho de 1947, durante a *Hora da Leitura* no Grupo Escolar Farroupilha, o Diretor Júlio Feijó sugeriu às professoras que procurassem distribuir aos alunos carentes os cadernos quadriculados, “visto haver muito em estoque ao passo que os de linhas simples já se esgotaram”<sup>365</sup>. Na ocasião, as professoras Olga e Célia sugeriram que a escola propusesse a troca destes cadernos nas livrarias, caso os proprietários permitissem. Neste momento, percebe-se o cuidado das professoras em oferecer um caderno adequado, bem como o protagonismo exercido na busca de soluções para os problemas cotidianos.

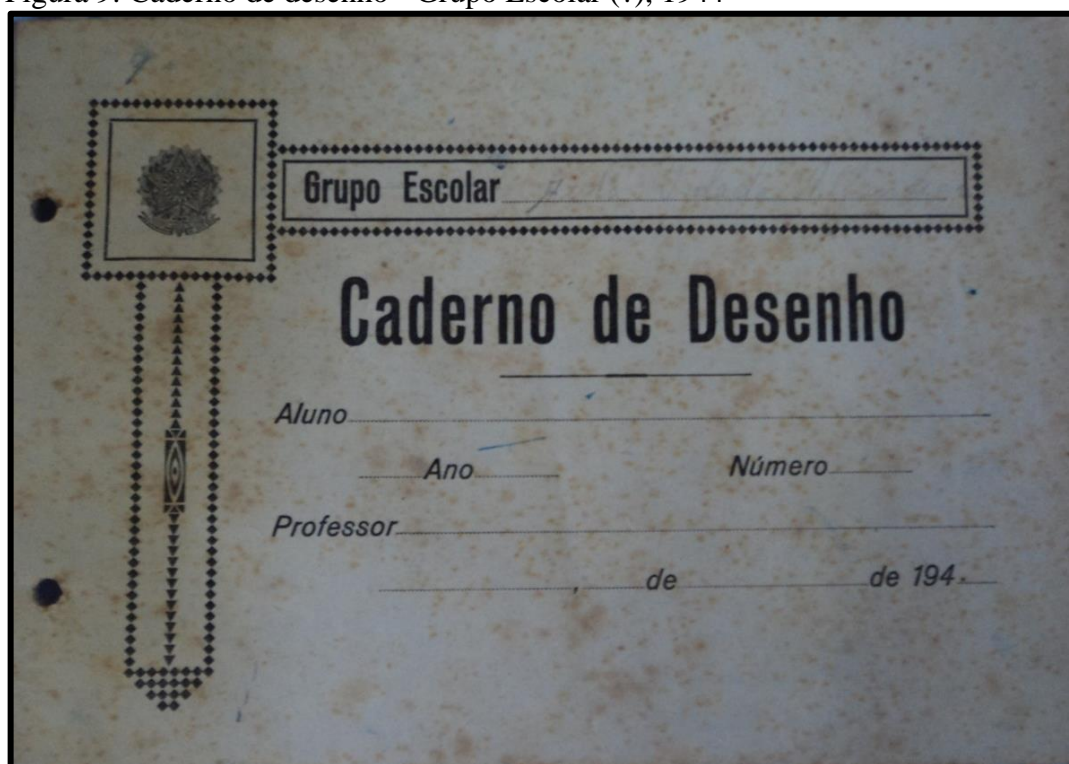
No quadro anterior também aparecem os blocos para desenho, perfazendo um total de 27 unidades, sendo que 7 destes foram utilizados ao longo do ano. Reitero que, em 1949, o Grupo Escolar de Picada Velha mantinha uma matrícula de 68 alunos do 1º ao 5º ano; assim, é provável que os 7 cadernos tenham sido entregues aos alunos mais carentes da instituição, o que reforçaria a hipótese inicial em relação ao envio e distribuição dos materiais escolares pelo Estado.

Durante a busca documental no AHMG, localizei o seguinte caderno, que acredito ser o mesmo identificado no quadro acima como bloco para desenho:

---

<sup>365</sup> Livro Atas Cívicas – Trabalhos relativos ao CPM (1940-1951). Grupo Escolar Farroupilha, Ata nº 16, 25 de junho de 1947. ACEF.

Figura 9: Caderno de desenho - Grupo Escolar (?), 1944



Fonte: AHMG – Garibaldi/RS.

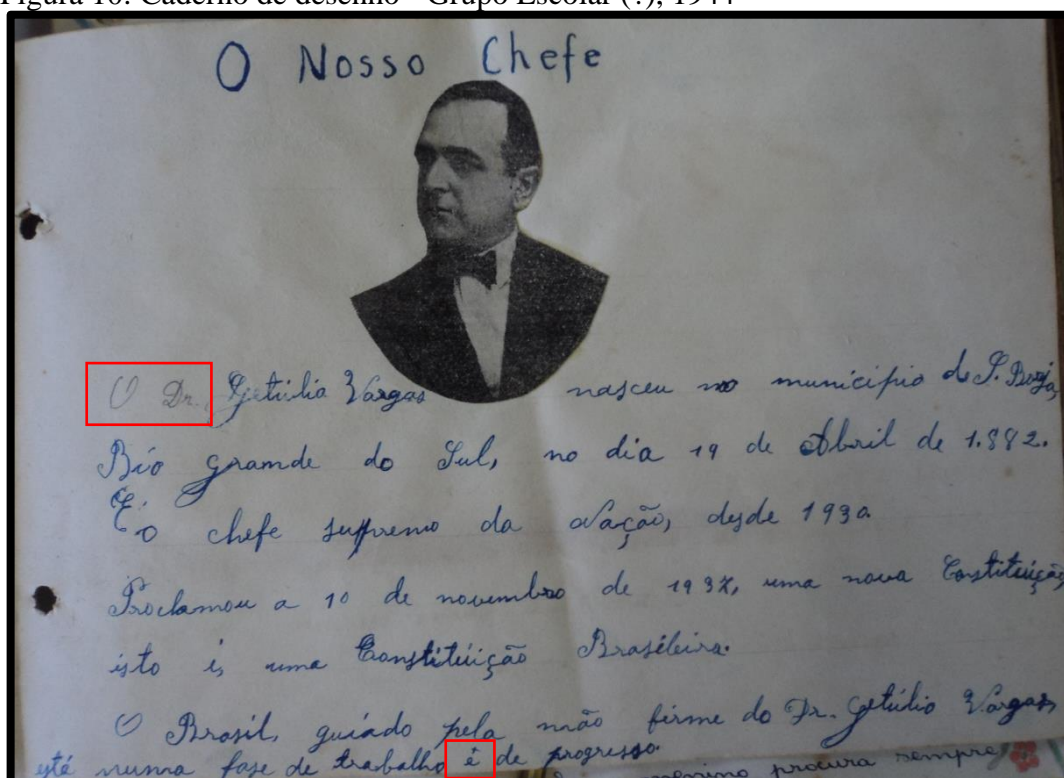
A princípio, o caderno teria sido utilizado em 1944 pelos(as) alunos(as) do 4º e do 3º ano do Grupo Escolar Daltro Filho, já que não identifiquei os nomes presentes no material entre as listas de matrículas das demais escolas pesquisadas. No entanto, na caixa em que estava o presente documento, também havia materiais pedagógicos referentes às escolas municipais; por isso, não é possível afirmar se pertencia de fato ao grupo escolar. Mesmo assim, optei por usá-lo tendo em vista o trabalho com as materialidades aqui focalizadas.

O bloco é composto por oito páginas, sendo que cada uma destinava-se a uma data comemorativa específica, trabalhada com desenhos, escritas e colagens. Em algumas páginas, também é possível identificar os nomes dos alunos que as compuseram. Dito isto, o respectivo material supõe uma multiplicidade de questionamentos até então sem respostas, tais como: Seria um caderno referente à disciplina de Desenho e Artes Aplicadas? Ou, então, um caderno utilizado para ser um álbum de pesquisa, vinculado à presença dos *Clubes de Leitura*?<sup>366</sup> Quais usos tivera, ou o que teria motivado a sua produção e preservação para além dos muros da escola?

Diante da impossibilidade de trabalhar com o caderno na íntegra, selecionei duas páginas para análise, sendo a primeira apresentada a seguir:

<sup>366</sup> Abordarei essa questão com mais propriedade no Capítulo 6.

Figura 10: Caderno de desenho - Grupo Escolar (?), 1944



Fonte: AHMG – Garibaldi/RS.

No texto, grifado à caneta, versa uma pequena biografia acerca do Presidente Getúlio Vargas, identificado no título como “O nosso chefe”. Em lápis, estão as correções realizadas pela professora, demarcando uma escrita que era controlada e que estava vinculada aos conhecimentos estabelecidos no Programa de Estudos Sociais para o 4º Ano<sup>367</sup>, onde estudava-se a história pátria, fazendo uso de livros para pesquisa, bem como de recortes de jornais e revistas.

Já a segunda página selecionada é composta tendo como temática a mocidade brasileira, como pode-se ver abaixo:

<sup>367</sup> Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939.

Figura 11: Caderno de desenho - Grupo Escolar (?), 1944



Fonte: AHMG – Garibaldi/RS.

Nota-se que a escrita foi realizada em formatos e cores diferentes, incluindo o uso da caneta tinteiro em preto. Com letra bastão, há os dizeres de Olavo Bilac: “Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste!”<sup>368</sup>. Destaco, na figura, o mapa do Brasil e o uso do lápis de cor para dar vida aos diferentes estados da federação. Nas páginas que por ora apresento, assim como no restante do caderno, há uma preocupação com a estética, “não só pelos desenhos que aparecem, mas também pela ordem, a limpeza, o cuidado da caligrafia, das margens e do uso do espaço e da cor”. (BADANELLI; MAHAMUD, 2017, p. 60).

O trabalho com mapas no cotidiano da escola primária teve vinculação com as concepções da Escola Nova e, como descrito no Programa de Estudos Sociais para o 4º Ano,

Substituem a aridez do estudo e o artificialismo das situações de classe, pelo encantamento e realidade produtivas que predispõem o aluno à aquisição de conhecimentos. As cartas geográficas e globos para a representação da terra, interpretados com facilidade, farão localizar, com proveito, fatos geográficos que interessam<sup>369</sup>.

<sup>368</sup> Essa frase está presente no poema “A pátria”, de Olavo Bilac, e foi adotada pelo governo do Rio Grande do Sul que incentivou os seus usos no espaço escolar.

<sup>369</sup> Decreto n. 8.020, de 29 de novembro de 1939. Aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado. In: **Revista do Ensino**. Porto Alegre, v.1, n.4, dez. 1939.

No Livro do Inventário do Grupo Escolar de Picada Velha, foi possível localizar a presença de diversos mapas na listagem de materiais didáticos existentes na escola em 1949, entre eles:

Quadro 19: Lista de mapas, Grupo Escolar de Picada Velha (1949)

Mapas	Existências em 04/03/1949	Fornecimento do Governo durante o ano
Mapas do Brasil	2	3
Mapas do Rio Grande do Sul	2	-
América do Sul	1	-
América do Norte	-	1
Mapa Estados Unidos	1	-
Mapa-múndi	2	-
Mapa Ásia	-	1
Mapa África	-	1
Mapa Oceania	-	1

Fonte: Elaborado com base no Livro do Inventário. AEEEFCA – Carlos Barbosa/RS.

Observa-se que, neste ano, juntamente com os mapas do Brasil, o governo do Rio Grande do Sul forneceu o mapa da América do Norte, como também os mapas da Ásia, da África e da Oceania, que até então não faziam parte dos materiais didáticos disponíveis para estudo no respectivo grupo escolar, faltando apenas o mapa do Continente Europeu.

Lembro que a partir da aprovação do programa mínimo para as escolas primárias do Estado em 1939<sup>370</sup>, deu-se ênfase ao ensino da Geografia partindo do contexto local para o global. No primeiro ano, os conhecimentos incidiam a respeito da casa do aluno e da escola, partindo para o estudo da cidade, depois do Rio Grande do Sul e do Brasil. Por fim, no último ano escolar, mediante a construção e a compreensão das noções anteriores, estudava-se a localização do Brasil no continente americano e, quando possível, os demais continentes<sup>371</sup>. Certamente, a presença dos mapas em sala de aula e a reprodução dos mesmos no caderno sinalizam para um ensino que se dava de forma concreta, acessível a partir dos diferentes utensílios e suportes que adentraram o espaço escolar, sobretudo ao longo do século XX no Brasil. No Grupo Escolar Farroupilha, havia também um globo terrestre, mas, nos demais grupos, não foi possível contabilizar a presença do mesmo.

Além de mapas e livros, pode-se identificar na lista de materiais didáticos do Grupo Escolar de Picada Velha duas coleções de sólidos geométricos, assim como um esquadro e um

<sup>370</sup> Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939.

<sup>371</sup> Outros conteúdos foram estudados e explorados na disciplina de Geografia em todos os anos de escolarização. No entanto, enfatizei os que diziam respeito ao território e às noções básicas de localização geográfica que poderiam ser estudadas com o auxílio de mapas.

compasso que, junto ao caderno quadriculado, compunham alguns dos materiais utilizados para o ensino da Matemática no Curso Primário. Destes, sabe-se que ao menos uma das coleções foi fornecida pelo Estado, em 1949.

Assim sendo, destaco a presença dos sólidos geométricos, possivelmente produzidos em madeira, relacionados à “pedagogia dos sentidos”, usando a expressão empregada por Teive e Dallabrida (2011) ao mapearem os diferentes materiais presentes nas salas de aula dos primeiros grupos escolares catarinenses. Segundo os respectivos autores:

Dada a proposição do método de ensino intuitivo de que era preciso instruir pelas coisas e não acerca delas, as coisas passaram a ter papel fundamental na escola primária, transformando-se na garantia de que o conhecimento não seria apenas transmitido, memorizado e repetido, tal como na escola tradicional, mas gerado com base no contato do aluno com o objeto concreto e nas suas experimentações. (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 83).

A presença destes materiais não garante a sua utilização no espaço escolar, uma vez que dependia dos usos feitos pelas professoras. No entanto, demarcam novas formas de ensinar e de aprender pautadas na observação e na manipulação das coisas e dos objetos que facilitariam e estimulariam a aquisição de novos conteúdos.

Como visto anteriormente, em 1949, o governo estadual fez também o envio de 3 caixas de giz branco e de 3 apagadores para quadro-negro, sendo que a escola havia iniciado o ano letivo sem giz e com apenas 1 apagador. Não pude identificar em que mês foi realizado o fornecimento destes materiais, mas a presença de um único apagador supõe usos compartilhados deste instrumento de trabalho entre as duas professoras do Grupo Escolar de Picada Velha, sendo Maria de Lourdes Farias da Silveira responsável pelas classes de 1º e 3º ano, e Hercília Santos Camargo, pelas classes de 2º, 4º e 5º ano, além de conduzir a direção da escola.

Tanto em Garibaldi quanto em Farroupilha, os(as) ex-alunos(as) rememoraram a presença do quadro-negro no espaço escolar. Como exemplo, compartilho uma das memórias de Salvador (2018): “*Tinha dois ou três quadrões pretos. Aí elas davam as coisas pra gente fazer, os temas pra copiar e fazer em casa*”. Para Souza (2015, p. 174), o quadro-negro presente na sala de aula “dimensiona a forma como o espaço é ocupado por professores e alunos. Pendurado na parede ou suspenso por um cavalete, a posição horizontal conduziu e educou corporalmente uma forma de aprendizagem coletiva”.

Na fotografia abaixo, pode-se visualizar a sala pertencente ao 1º Ano B do Grupo Escolar Farroupilha, em 1942:

Fotografia 34: Sala do 1º Ano B - Grupo Escolar Farroupilha, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

Na cena, as alunas estão representando a organização da sala para a visita dos pais. As meninas, devidamente uniformizadas, foram estrategicamente dispostas no cenário e cada uma delas parece ter uma função. Ao fundo, nota-se a presença do quadro-negro e da Bandeira Nacional. Na mesa da professora, há flores, um caderno e um globo terrestre. Nas carteiras, aparecem dispostos alguns trabalhos e, talvez, materiais pertencentes ao *Museu Escolar*, como conchas e pedrinhas.

A mobília escolar retratada na fotografia assemelha-se com os relatos de história oral compartilhados pelos diferentes sujeitos dos demais grupos escolares investigados. A professora Ernilda (2019), ao rememorar o espaço da sala de aula, explicou: “*Tinha a mesa, as classes, uma cadeira. Tinha a gaveta da mesa para guardar as minhas coisas. Acho que não tinha armário. Armário tinha na biblioteca e na secretaria*”. Conforme o *Livro do Inventário*, em 1949, no Grupo Escolar de Picada Velha, também existiam dois armários, sendo um deles em madeira e, o outro, em vidro, ambos para livros.

Quanto às carteiras escolares<sup>372</sup>, observa-se uma mobília em madeira, contendo mesas e bancos de forma integrada, com espaço para guarda de materiais. Nas memórias da ex-aluna: “Sentava em duas na classe. Mas não lembro se era cadeira ou banco”. (RIBEIRO, 2018). Nilza (2020), quando questionada acerca da escolha dos lugares para sentar, mencionou o seguinte: “Não, a gente escolhia. Por exemplo, se eu sentava no primeiro dia nesse banco, no fim do ano eu tinha que estar neste mesmo banco”. Segundo consta no já citado *Livro do Inventário*, faziam parte da mobília do Grupo Escolar de Picada Velha, em 1949, 2 mesas para professores e 60 carteiras bipessoais, que acredito serem similares às da fotografia acima.

A presença destas carteiras associada “à difusão do ensino intuitivo e do método simultâneo”. (VIDAL, 2009, p. 34) incidem para um espaço escolar em transformação, acompanhando, ainda que lentamente, os discursos higienistas e educacionais em voga.

Sem dúvida, a sala de aula foi e continua sendo um espaço de relações, intervenções e produções. Cenário de práticas pedagógicas e escolares, ela educa, socializa e ordena através da disposição e dos usos dos objetos e utensílios, bem como, pela ação dos sujeitos do ensinar e do aprender.

## 5.2 “MATEI A PROFESSORA AFONSINA!”: RECREIOS, PERIPÉCIAS E CASTIGOS

*“[...] Montei o esqueleto, sentei ele na mesa da professora e botei ele comendo a merenda. E essa tal de Afonsina, que era professora, ela entrou pra ver o que eu tava fazendo e ela viu e ela desmaiou. Eu passei por cima dela e sai gritando: “Matei a professora Afonsina! Matei a professora Afonsina! [...]”*

*(Nilza, ex-aluna do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, 2020).*

No decorrer da manhã, uma pausa para o descanso: era a *Hora da reparação*, como apontado no Regimento Interno de 1939. Na organização do tempo escolar, este era o período do recreio que deveria ser preenchido com jogos, brincadeiras e conversas ao ar livre, sempre que possível. A primeira orientação, segundo o respectivo documento, era a seguinte: “Art.º 54 – Haverá, como interstício de descanso, um recreio de 20 a 25 minutos, situado no meio-dia escolar, para o 4.º, 5.º e 6.º anos; as três primeiras séries terão dois períodos de descanso, de 10 a 15 minutos, entre as aulas”. Como visto, previa-se tempos diferenciados para o recreio; no entanto, a realização de dois intervalos menores para as três primeiras séries parece não ter ocorrido na prática, conforme o que foi possível verificar nos grupos escolares locais.

---

<sup>372</sup> Ver o estudo de Alcântara (2014).



Em relação ao tempo, Nilza (2020) rememorou: *“Naquela época, o recreio não era 10 minutos, era meia hora. Então, a gente tinha um tempo bem bom pra brincar”*. Da mesma forma, Elia (2020) mencionou: *“Elas davam o recreio das 10 horas até às 10h30min”*. Ainda, segundo esta aluna, durante essa meia hora de descanso, os(as) estudantes comiam a merenda e depois iam brincar. Na sequência, o Regimento determinava, conforme o artigo Art.º 55, que *“os recreios, a menos que o tempo não o permita, far-se-ão sempre ao ar livre e serão coletivos”*. Essa ênfase no recreio coletivo e ao ar livre vinculava-se às concepções da Escola Nova, onde as relações sociais e o contato com a natureza eram amplamente incentivados.

Em especial, nos grupos escolares localizados nas zonas rurais, o “ao ar livre” significou um contato direto com a natureza, uma extensão da vida cotidiana, onde ficar conversando embaixo da sombra de uma árvore era possível, como rememorou Ulídio (2020), ou, então, brincar na rua, como explicou Nilza (2020): *“Não tinha movimento nenhum. Então, a gente saía para o recreio e ia pra rua”*. Já no Grupo Escolar Carlos Gomes e no Grupo Escolar Farroupilha, o termo “ao ar livre” adquiriu outra conotação: escadarias, jardins, campos de futebol, menos árvores e um espaço demarcado pelos muros, que não permitiam o acesso à rua. Conforme as memórias de Niuton (2020), no Carlos Gomes tinha um pátio grande,

*até com campo de futebol na rua de trás e, na parte que era frontal, a Buarque de Macedo era um jardim. Tinha gramado com escadas e tinha um pé de Aroeira que cumprimentávamos trocando as horas para não contrair doenças (cobreiro). (CASACURTA, 2020).*

O pátio era o lugar comum dos encontros, do descanso, da liberdade, onde meninas e meninos podiam “desabrochar um sorriso, desmanchar em uma gargalhada, dedicar-se a jogos, brincadeiras, brigas”. (SOUZA, 1998, p. 144). Ao longo das entrevistas realizadas, o pátio foi sempre citado pelos(as) ex-alunos(as), pois tornou-se um lugar construído pelos seus usos. No recreio, foi utilizado para jogar caçador, amarelinha, futebol e bolinha de gude, como também para pular corda e acolher as conversas e desentendimentos. Segundo Nilza (2020): *“A gente brincava de caçador, às vezes ficava sentado na rua, no cordão da calçada conversando. Quer dizer, eu não ia muito para o recreio porque eu estava sempre de castigo”*. Para Salvador (2019): *“O pátio era grande, então um jogava aquelas bolinhas de vidro, outros faziam aqueles pulador pra pular. Tudo assim!”*.

Com a instituição da *Merenda Escolar* que abordarei na sequência, a *Hora da reparação* passou a ser dividida entre lanche e recreio. Em 1940, no Grupo Escolar Farroupilha, a organização passou a ser a seguinte:

Às 10 horas, após o sinal dado, mandar os alunos à merenda fornecida pela escola. Das 10 às 10:20 – o recreio será para as seguintes classes: 2º ano A – 1º ano B – 3º ano – 5º e 6º anos (ao pátio, quando o tempo permitir). Das 10:20 às 10:45 – recreio para o 1º A e C – 4º ano e 2º B. Para interessar os alunos devem as professoras tomar conta de suas classes, organizando entre os alunos jogos para esses 20 mts de descanso<sup>373</sup>.

Como pode-se notar, a organização era diferente daquela que havia sido proposta no Regimento Interno de 1939, uma vez que a divisão dos dois períodos de descanso, ao que tudo indica, era estabelecida pelo número de alunos nas classes, com o cuidado para não superlotar o refeitório e o pátio. Segundo o registro, cada professora deveria cuidar dos seus alunos, planejando jogos para ocupar o respectivo tempo. Assinalo que essas informações também foram rememoradas pela professora Olga (1991) e, segundo ela, havia uma escala para supervisão dos recreios nesta escola. Porém, a presença das professoras durante o recreio nos grupos escolares localizados nas zonas rurais não foram rememoradas pelos(as) ex-alunos(as), sendo as respostas muito parecidas: *“Não, elas iam pra secretaria papear entre elas, né? A gente tinha o recreio livre, elas não ficavam cuidando o recreio”*. (BARSÉ, 2020). Como o número de alunos e de professoras era menor, essa prática pode ter sido uma particularidade das escolas situadas nas sedes.

Ainda acerca da *Hora da reparação*, o Regimento Interno estabelecia que:

Art.º 57 – Não se privará, em caso algum, o aluno desse descanso necessário. Se, por motivo de ordem disciplinar, for aconselhável o afastamento temporário de determinado aluno, do recreio coletivo, ser-lhe-á concedido, em local ou hora diferente, o tempo de repouso, ao ar livre, a que tem direito. § único – Durante o recreio ou em qualquer saída temporária dos alunos, devem-se conservar as salas de aula em completo arejamento.

Entretanto, na tessitura do cotidiano escolar, a privação do recreio foi uma das medidas disciplinares mais utilizadas pelas professoras dos grupos escolares investigados. Segundo recordou Nilza (2020): *“Meu castigo era ficar no recreio!”*. Porém, como os sujeitos podem ser táticos: *“Quando elas saíam, eu pulava a janela e ia brincar no recreio, depois pulava de volta. Elas nem ficavam sabendo [risos]”*. (BARSÉ, 2020). Muitas vezes, os castigos “não significavam que o comportamento indesejado estava banido para sempre. Pelo contrário, a própria situação dos castigos poderia provocar nova indisciplina”. (SOUZA, 2006, p. 642). Pontuo que, diferentemente do que estava previsto no Regimento Interno (1939), o afastamento

<sup>373</sup> Livro Diário da Escola (1940-1944). Grupo Escolar Farroupilha, maio de 1940. ACEF.

do recreio coletivo por indisciplina dava-se no mesmo horário dos demais e sem direito a repouso ao ar livre.

Nilza compartilhou muitas situações interessantes relacionadas às peripécias de aluna, sendo umas delas transcrita abaixo; a mesma que deu origem ao título do presente subcapítulo:

*Nós tínhamos um, assim, atrás dos bancos tinha uma caixa e dentro dessa caixa tinha um esqueleto que a gente montava pra estudar. Eu como ficava de castigo, eu tinha o esqueleto. Montei o esqueleto, sentei ele na mesa da professora e botei ele comendo a merenda. E essa tal de Afonsina, que era professora, ela entrou pra ver o que eu tava fazendo e ela viu e ela desmaiou. Eu passei por cima dela e sai gritando: “Matei a professora Afonsina! Matei a professora Afonsina!” [risos]. E fui pra casa porque era perto. Cheguei em casa, cheguei gritando: “Matei a professora Afonsina! Matei a professora Afonsina!”. Meu pai disse: “Mas como tu matou a professora Afonsina? O que tu fez?”. “Eu matei a professora!” E meu pai me deixou em casa e foi no colégio ver o que eu tinha feito. Aí chegou lá e as professoras tinham já acudido a tal de professora, porque ela viu o esqueleto comendo merenda e desmaiou. [...] Quando meu pai chegou, as professoras contaram e meu pai chegou em casa e disse pra minha mãe: “Tu sabe o que tua filha fez? Isso, isso e isso e a professora desmaiou”. (BARSÉ, 2020).*

O tempo ocioso, sem supervisão direta, tornava-se uma possibilidade para a invenção das travessuras que também faziam parte do universo da infância. Nesta situação, podemos pensar que o castigo foi convertido em tempos de caça furtiva, de tática, onde “no interior de uma ordem imposta”, aproveitou-se “as conjunturas, as circunstâncias, para dar o golpe”. (CERTEAU, 1985, p. 16).

Como já explicitado por Peres (2000), a privação do recreio era uma punição que não estava prevista nas legislações da época e fora criada pelas próprias docentes, uma vez que era uma prática condenável pela pedagogia moderna. Assim, o Artigo 115º do Regimento Interno (1939) era esclarecedor: “São banidos da escola os castigos físicos, as posições humilhantes, a privação de refeições ou de recreios, bem como os que possam impedir o aluno de participar das lições da classe”. Como punições aplicáveis, estabelecia: más notas, advertências e exclusão definitiva da escola, conforme a gravidade da falta.

Destaco que, a partir das memórias de quem vivenciou o cotidiano escolar, é possível inferir que, embora abolidos da escola primária pela legislação, os castigos físicos e as humilhações continuaram existindo, mas de uma forma sutil, como parte das práticas disciplinares de algumas professoras. Como exemplo, apresento os relatos dos ex-alunos do Grupo Escolar de Caruara, onde essa mudança cultural parece ter demorado mais para acontecer. Nas palavras de Alda (2018):

*Da escola, eu lembro que tinha as professoras. Eram duas professoras, mãe e filha que davam aula. Elas eram bem enérgicas com a gente. Ai se a gente não fizesse as coisas! A gente ia pro quadro e qualquer coisa elas faziam assim na cabeça da gente [gestos]: tramposo! Essa eu nunca esqueci! [...] Tramposo! E batia na cabeça [risos].* (RIBEIRO, 2018).

Cabe dizer que os(as) três ex-alunos(as) entrevistados(as) mencionaram que as professoras Ida e Maria Frida Lydia Schulke eram enérgicas, assim como compartilharam situações dolorosas envolvendo as medidas disciplinares por elas utilizadas, como *“ficar em pé, na parede, pensando se a gente ia fazer de novo”*. (FELICETTI, 2018), ou, então, *“o coitado foi pro quadro e ele não sabia, não sabia, com dificuldade e elas ali xingando e faziam cheirar o quadro. Até xixi ele se fez!”*. (RIBEIRO, 2018). Alzedir, ao se referir à professora Lydia, mencionou: *“Ela comandava tudo! Que tu não olhasse pra ela feio porque a vara comia [risos]. Era de origem alemã!”*<sup>374</sup>. (DAL MAGRO, 2018). O ex-aluno também rememorou que ela tinha uma vara na sala de aula que ficava encostada no quadro-negro e, *“se tu chegasse em casa e dissesse: ‘eu apanhei da professora’, era outra surra!”*.

Ressalto que a professora Maria Frida Lydia Schulke começou a lecionar aos 11 anos para ajudar a sua mãe, que era professora. Aos 14 anos de idade, foi a Montenegro/RS estudar no Colégio Elementar 14 de Julho, onde cursou até o 6º ano do ensino primário, morando na casa de algumas professoras e, até mesmo, da diretora do Colégio. Depois, ao retornar para Farroupilha, aproximadamente em meados de 1930, prestou exame para ingressar no magistério municipal, ficando em 2º lugar de um total de 30 candidatas aprovadas. Em 1941, foi auxiliar da professora Gema Comin Pesca nos cursos de aperfeiçoamento para os professores municipais em Farroupilha (BELUSSO, 2020) e, no ano de 1943, formou-se pela Escola Complementar de Caxias. Depois de trabalhar por aproximadamente 10 anos como professora municipal, Lydia prestou concurso para ingressar no magistério estadual, tirando o 3º lugar. Em virtude da boa colocação, pôde escolher o lugar em que queria lecionar, optando, na época, pelo Grupo Escolar Farroupilha. Permaneceu nesta instituição de abril de 1944 até julho de 1945, quando pediu licença para ir lecionar no Grupo Escolar de Caruara.

Lydia dedicou sua vida à docência. Era uma professora conceituada, frequentemente solicitada para dar conselhos, ler escrituras e ajudar nas situações cotidianas da comunidade, segundo as representações que fazia de si (SCHULKE, 1984). Auxiliou na formação dos professores municipais, teve bons resultados nos concursos de que participou, além de ter estudado em importantes instituições de ensino, como a Escola Complementar de Caxias. Tudo

---

<sup>374</sup> Conforme Schulke (1984), seu nome era de origem holandesa.

isso em um período de renovação pedagógica no Rio Grande do Sul, ancorada na Psicologia, na Pedagogia Experimental e nos princípios da Escola Nova (PERES, 2000), onde os castigos e as humilhações não eram vistos com bons olhos.

Assim, o que explicaria, então, as punições aplicadas por Lydia? Possivelmente, as suas vivências como aluna e como professora a partir dos 11 anos de idade. Algumas práticas foram modificadas pela incorporação de novos conhecimentos profissionais, outras nem tanto; as mais enraizadas permaneceram intactas. Cada professora fez uso, a seu modo, do que aprendeu e ressignificou. Certamente, o processo de renovação pedagógica no Rio Grande do Sul enfrentou resistências de quem estava na sala de aula. Na sutileza das práticas cotidianas, nem tudo foi aceito ou efetivado.

Os(as) ex-alunos(as) do Grupo Escolar de Vila Jansen também lembraram situações envolvendo os castigos físicos e as humilhações, como ficar de joelho no banco e no milho. Já Nilza, ao se referir acerca das professoras do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, explicou que elas não eram bravas, e que suas amigas que estudavam no Colégio Santa Rosa conduzido pelas irmãs “*diziam que as professoras tinham régua comprida e batiam. No grupo escolar, eu nunca vi isso!*”. (BARSÉ, 2020). A única situação lembrada por ela foi a seguinte: “*Eu só me lembro da Afonsina que pegou o gurizinho pela orelha e com a unha comprida ela machucou. Isso eu me lembro! Não sei o que ele faz também, que ela pegou ele pela orelha*”. (BARSÉ, 2020).

Manter os alunos no ambiente escolar após o período de aula também foi um castigo utilizado pelas professoras dos grupos escolares localizados em Farroupilha, como esclareceu Ulídio (2020): “*Quando terminava a aula, elas mandavam embora uns e uns ficavam mais. Não iam todos juntos pra casa. Ficavam mais uns minutos... castigo!*”. O Regimento de 1939 proibia o envio de trabalhos extras para casa como medida punitiva; logo, manter os alunos na escola trabalhando por mais tempo também parece ter sido uma estratégia criada pelas professoras. Nilza (2020) lembrou de outro castigo:

*Uma vez, eu não lembro o que eu fiz, eu sei que na época dos cadernos já. Aí eu tive que escrever na folha do caderno: “Não devo fazer não sei o quê, não sei o quê!”. Não recordo o que eu fiz. Eu tive que fazer uma página: “Não faço mais isso, não faço mais isso!” e meu pai teve que assinar embaixo. (BARSÉ, 2020).*

A professora Ernilda (2019), quando questionada acerca da aplicação dos castigos, recordou uma situação parecida:

*[...] Eu dei. Aí depois, aí veio a mãe reclamar, a mãe e a criança: “O que, que minha filha fez?”. Mas não lembro que castigo que eu dei, tô tentando me lembrar [...]. Ah,*

*já sei! Eu não sei se eu mandei fazer cem ou duzentas linhas: não devo fazer tal coisa, não devo, não devo, não devo. E a Tereza, ela me disse: A minha mãe disse que os cadernos são caros, que não é pra gastar fazendo linhas de castigo! Mas tu vai fazer, eu disse! Eles eram gente rica, não eram pobres. Eu sabia que eram ricos. E ela fez, só que depois a mãe veio ali com ela junto: O que ela fez? Aí eu falei o que que tinha acontecido. Eu sabia só fazer isso. Eu dava umas linhas de castigo, às vezes dez, às vezes cinco, às vezes... sei lá, não me lembro de tudo! E ela me disse: “Tu sabe que não é pra fazer isso aí?”. Então eu disse, me diz o que eu faço? Fala comigo, ela disse. É, né? Em vez de dar castigo, falar com os pais, né? Aí eu comecei a mudar, sabe. (TURQUETTO, 2018).*

Partindo da perspectiva que castigar é também exercitar (FOUCAULT, 1995), pode-se dizer que o preenchimento das linhas do caderno com os dizeres apontados pelas entrevistadas foi uma punição amplamente utilizada pelas professoras das escolas primárias, ao menos até o final do século XX. Essa prática gravava o erro cometido no material escolar e na lembrança para que ele não mais se repetisse. A partir das lembranças de Ernilda, percebe-se que nem todas as famílias concordavam com os castigos aplicados na escola. Ainda, que as vivências do cotidiano escolar também ensinavam e transformavam as práticas disciplinares.

É possível dizer que as brigas em sala de aula, a não realização do tema e a falta de educação com as professoras foram os principais motivos das punições aplicadas nos grupos escolares investigados. Ainda, nas memórias de Alda (2018), os mexericos também resultavam em castigos: *“Uma vez, eu fui dizer que uma menina, que era colega, acho que está namorando aquele menino e a professora me deixou de castigo uns quantos dias”*. Já Ernilda (2019) rememorou a questão da pontualidade: *“Uma vez, uma professora mandou de volta um lá na Jansen. Mandou ele de volta porque ele chegou atrasado, meia hora atrasado!”*, e Ulídio (2020) citou que o emprego do dialeto italiano em sala de aula também resultava em punições. Tais representações estão em consonância com as reflexões de Foucault (1995, p. 159), quando o autor assinala que:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micro penalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações.

Como visto ao longo do texto, as situações eram muitas e, os castigos, aplicados conforme a gravidade da falta, como orientava o Regimento Interno de 1939. Assim, compartilho uma traquinagem ocorrida no Grupo Escolar Farroupilha, durante o mês de setembro de 1941, onde três alunos furtaram um valor pertencente à *Caixa Escolar*, sendo

suspensos até o caso ser resolvido pelo Delegado Regional do Ensino. Pelo registro, o episódio tomou grandes proporções e, ao que tudo indica, os alunos não puderam mais retornar ao espaço escolar naquele ano; podendo, apenas, participar dos exames finais, conforme determinações do Secretário de Educação. Além da suspensão das aulas, a medida punitiva veio também em forma de reprovação.

Em nível municipal, não há menção à proibição de castigos físicos no Regulamento para as Escolas Municipais de Garibaldi, aprovado em 1933<sup>375</sup>. Essa referência só irá aparecer em 1952, com a adoção do Regimento Interno e do programa de ensino das Escolas Primárias do Município<sup>376</sup>, onde o Art. 38º afirmava que estariam banidos a partir de então “os castigos físicos, os que impeçam o aluno de participar das lições da classe, as posições humilhantes e a privação de refeições ou recreios”. Diante disso, tomando como base a legislação escolar municipal, entendo que os castigos das mais diversas ordens estavam consentidos, mesmo que de uma forma sutil, até a sua proibição oficial<sup>377</sup>, no início da década de 50 do século XX.

Os castigos aplicados buscavam inculcar na memória das crianças e dos adolescentes os modos de conduta condenáveis, servindo como punição e como exemplo. Pelo visto, más notas e suspensões previstas na legislação conviveram com a sutilidade das humilhações, das privações do recreio, da extensão do tempo de aula e da repetição escrita vivenciadas no cotidiano e guardadas apenas nas lembranças de alunos(as) e professoras. Sem dúvida, nos grupos escolares desta pesquisa, o fazer docente foi permeado pelo uso de estratégias disciplinares conforme as crenças, as convicções e as experiências de escolarização das respectivas professoras, seja pela aplicação de castigos físicos, ou, então, morais. Entre o discurso propagado e efetivado, havia um distanciamento considerável, ancorado nas resistências das práticas.

Em 1940, como anunciado anteriormente, foi instituída a *Merenda Escolar*, separando a *Hora da reparação* entre lanche e recreio. A seguir, apresento o documento que foi encaminhado às escolas pelo Departamento Estadual de Saúde:

Ponto capital no programa da higiene do escolar é o da instituição regrada, em todas as escolas, e para começar, sistematicamente, nas públicas do serviço regular de merenda. A prática de dar refeições, nas escolas, completa e substitui mesmo, com

<sup>375</sup> GARIBALDI. **Ato n.º 9, de 7 de abril de 1933**. Baixa o Regulamento para as escolas públicas municipais. Garibaldi, 1933. AHMG.

<sup>376</sup> GARIBALDI. **Lei n.º 225, de 9 de abril de 1952**. Adota o Regimento Interno e o programa de ensino das Escolas Primárias do Município de Garibaldi. Garibaldi: Tip. “São Miguel”, 1952. AHMG.

<sup>377</sup> No que se refere ao município de Farroupilha, já se sabe da existência de um regulamento para as escolas municipais. No entanto, até o momento, o documento não foi localizado e não há indicação do ano exato de sua aprovação.

vantagens, o sistema de merendas trazidas de casa. Gradações diversas se conhecem para esse serviço, realmente de enorme utilidade. Num extremo, estão as refeições variadas e de alto valor nutritivo, fornecidas pelos menores preços, em locais adequados, e escolhidas de cardápios, a princípio modestos, mas que aos poucos se ampliam, orientadas pelos técnicos do D.E.S. e que podem chegar a constituir a refeição mais importante do dia para os escolares, assegurando a metade do valor energético total para eles necessários: é o regime mais recomendado, como se usam nos Estados Unidos, por exemplo. No outro extremo, sugerimos como simples merenda, apenas um copo de leite, às vezes, porém, com alguma coisa mais: frutas, pão integral, sanduíche de queijo, ovos etc. ou então, um caldo substancioso de legumes, carnes etc. [...] <sup>378</sup>.

O documento que tratava da organização da *Merenda Escolar* ressaltava a importância da alimentação ofertada na escola com base nas orientações dos técnicos do Departamento Estadual de Saúde, podendo ser um cardápio mais completo ou, então, um copo de leite com algum complemento, a critério das condições da escola. Na sequência, explicava que a instituição da *Merenda Escolar* deveria ser financiada com contribuições de voluntários, do *Círculo de Pais e Mestres* e das famílias com maiores recursos financeiros. Ainda, que o serviço de merenda ficaria a cargo dos alunos das classes mais adiantadas, que deveriam auxiliar os professores responsáveis pela sua execução.

Ponto que tais orientações vinculavam-se ao Departamento Nacional da Criança <sup>379</sup>, criado em fevereiro de 1940, o qual tinha como finalidade instituir as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país. Preocupados, entre outros assuntos, com os índices de mortalidade e desnutrição infantil, os médicos que estavam à frente do Departamento Nacional da Criança enviavam orientações sobre a questão da alimentação infantil para estados e municípios. (LOPES; MAIO, 2018). Cabe pontuar, ainda que de uma forma breve, a pluralidade de discussões em torno da higiene e da saúde das crianças no transcurso das décadas de 30 e 40 do século XX, tanto em casa quanto na escola. Neste sentido, destaco as preocupações com a alimentação escolar que repercutiram em textos publicados na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul a partir de 1939, como pode-se ver abaixo:

Quadro 20: Publicações sobre alimentação na Revista do Ensino do RS (1939-1941)

Ano	Mês	Título e autor(a)
1939	Out.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de Assistência Alimentar - Olga A. Gayer</li> <li>• Alimentação do pré-escolar - Departamento Estadual de Saúde</li> </ul>
1939	Nov.	Alimentação do Escolar de 7 a 12 anos de idade - Departamento Estadual de Saúde
1939	Dez.	Alimentação do Escolar de 12 a 16 anos de idade - Departamento Estadual de Saúde
1940	Jun.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor alimentar e importância econômica do “pão misto” – Dr. J. Maya Failace</li> <li>• Tipos de merendas – Departamento Nacional de Saúde</li> <li>• Conselhos sobre alimentação – Departamento Nacional de Saúde</li> </ul>

<sup>378</sup> RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Saúde. Divisão Técnica. Serviço de Educação e Propaganda. Merenda do escolar, 1940. AHMJSA. Grifo do documento.

<sup>379</sup> Órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Ver o estudo de Lopes e Maio (2018).



1940	Ago.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação natural do lactente - Dr. Cesar G. D'Elia</li> <li>• O Ensino da Alimentação na Escola Primária – Joaquina Muniz Reis</li> </ul>
1940	Out.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação artificial do infante - Dr. Cesar G. D'Elia</li> <li>• Importância dos vegetais na alimentação racional do homem – Prof. Gastão Dias de Castro</li> </ul>
1940	Dez.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação e saúde – Editorial – Dr. Bonifácio Costa</li> </ul>
1941	Jan/Fev.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refeitório escolar - Dr. Bonifácio Costa</li> <li>• As hortaliças na alimentação</li> </ul>
1941	Mar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cenoura</li> <li>• As frutas</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base nas publicações da Revista do Ensino (1939-1942), consultadas virtualmente no Repositório da UFSC e presencialmente no Acervo na Biblioteca da UFRGS.

No geral, os textos ressaltavam a importância da alimentação saudável, rica em frutas, legumes e verduras, bem como sugeriam tipos de merenda e indicavam que era preciso trabalhar com o ensino da alimentação na escola primária. Aponto, entre os autores, Olga Acauan Gayer, influente professora que ocupou cargos de destaque no cenário educacional do Rio Grande do Sul, como o de diretora do Departamento de Educação Primária e Normal da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Também, José Bonifácio Paranhos da Costa, especialista enviado pelo Departamento Nacional de Saúde a pedido do General Osvaldo Cordeiro de Farias, posteriormente indicado como diretor do Departamento de Saúde. Penso que tais publicações, alinhadas com os assuntos que estavam em voga no momento, como a prevenção de doenças, a desnutrição e a mortalidade infantil, chamaram atenção para a temática da alimentação escolar e a necessidade de regular a prática da merenda nas instituições de ensino.

Diante disso, entre os meses finais de 1939 e o início de 1940, o governo do Rio Grande do Sul instituiu a *Sopa Escolar*, já em funcionamento nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, para citar alguns exemplos. A sopa tinha como objetivo ofertar uma refeição nutritiva aos alunos pobres das escolas isoladas e grupos escolares. Logo, os prefeitos foram convidados pelo Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza<sup>380</sup>, a organizar a distribuição da sopa nas escolas, em parceria com as direções escolares e pessoas influentes da sociedade.

No contexto local, houve, neste período, um intenso movimento social em torno da organização de eventos beneficentes em prol da aquisição de doativos para a distribuição da *Sopa Escolar*, como anunciam as diversas notícias publicada nos jornais *A Época* e *O Momento*, assim como nos registros contidos no *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, do Grupo Escolar Farroupilha.

<sup>380</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Ofício [s.n.]** enviado pelo Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, ao Prefeito de Garibaldi, em 28 de novembro de 1940, convidando-o para organizar a distribuição da sopa nas escolas. AHMG.

No final de 1939, houve a inauguração da *Sopa* nos grupos escolares localizados em Farroupilha; porém, essa inauguração parece não ter garantido a sua oferta regularmente, como se verá na sequência. Abaixo, apresento uma das atas localizadas acerca da inauguração da *Sopa* no Grupo Escolar Farroupilha:

Inauguração da “Sopa Escolar”, com a presença das altas autoridades, civis, militares e eclesiásticas, presidente do Círculos de pais e mestres, corpo docente e alunos. Às 10 horas, reuniram-se todos na escola onde seria servida a sopa. Inicialmente, foi cantado o Hino Nacional. Após fez uma palestra alusiva ao fato, a profe Gema C. Pesca. Finalmente foi servida a sopa a todos os presentes. Após, o Sr. Prefeito e demais autoridades visitaram o estabelecimento; retiraram-se os alunos para as salas de aula<sup>381</sup>.

Conforme o registro, percebe-se que foi um acontecimento importante, contando com a presença de diversas autoridades, em especial, do prefeito da época. Na sequência, há a apresentação de dois cronogramas, sendo, o primeiro, organizado com o dia da semana e a professora responsável pela supervisão da produção e distribuição da sopa naquele dia, e o segundo, com o dia da semana e as alunas do 1º ao 6º Ano responsáveis pela distribuição da sopa aos colegas. Abaixo deste último, há o número de crianças atendidas, sendo 120 no total. Ressalto que, em 1940, havia 279 estudantes matriculados neste Grupo Escolar, o que sinaliza para a distribuição da sopa somente aos alunos mais carentes da instituição. Alguns dias após a inauguração da sopa, ocorreria uma reunião nas dependências da escola com a participação do diretor da Instrução Pública Municipal, professoras e senhoras da sociedade farroupilhense, visando a organização de uma festa em benefício da *Sopa* e da *Caixa Escolar*.

Essas ações evidenciam o caráter social da instituição da *Merenda Escolar*, uma vez que a desnutrição infantil era um problema da sociedade e, assim, cabia à mesma auxiliar o governo nessa questão, promovendo ações beneficentes em prol da alimentação na escola. Do mesmo modo, os(as) alunos(as) eram chamados(as) para auxiliar, exercendo atitude de cooperação e sociabilidade.

Pontuo, tendo como base o *Livro Diário da Escola (1940-1944)*, que, no início de cada ano letivo, havia uma singela solenidade de inauguração da *Sopa* no Grupo Escolar Farroupilha, e contava com a presença das autoridades civis e políticas, convidadas pela direção da escola. Pode ser que, entre outras intenções, esse convite procurava fortalecer os laços sociais em prol da importância da distribuição da sopa para os alunos pobres, uma vez que os recursos para sua preparação vinham, em maioria, de doações.

---

<sup>381</sup> Livro Diário da Escola (1940-1944). Grupo Escolar Farroupilha, 01 de agosto de 1940. ACEF.

Belusso (2020) argumenta que, a partir de abril de 1941, a Prefeitura de Farroupilha passou a contribuir mensalmente com a instituição da *Sopa* no Grupo Escolar Farroupilha, sendo o valor repassado para a presidente do *Círculo de Pais e Mestres*, com interrupção somente nas férias. No entanto, não há menção deste valor aos demais grupos escolares instituídos no respectivo município. Diante disso, questionei-me: Por que só o Grupo Escolar Farroupilha recebeu este auxílio financeiro? Seria pela maior quantidade de alunos(as)? Ou pela proximidade das relações sociais estabelecidas entre escola e Prefeitura? Pensando nas condições de funcionamento dos demais grupos escolares, parece-me injusto este privilégio ter sido concedido ao grupo escolar instituído na sede, sendo que os demais grupos também careciam deste auxílio.

Em se tratando desta escola, apresento uma fotografia produzida em 1945, retratando a distribuição da *Sopa Escolar*:

Fotografia 35: Distribuição da Sopa no Grupo Escolar Farroupilha, 1945



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

Essa imagem faz parte de um grupo de fotografias produzidas neste ano, que tinha como objetivo divulgar as diversas práticas realizadas no Grupo Escolar Farroupilha, como jardinagem, bailados, jogos, festividades, sopa, entre outras. Como pode-se ver, o fotógrafo foi

cuidadoso na produção do cenário, registrando o momento da distribuição da sopa para as meninas que, juntas, levavam a colher em direção ao rosto. Conforme observado em outra imagem produzida em 1942, havia uma mesa para os meninos e, outra, para as meninas, no espaço em que passou a ser o refeitório da escola, a partir da distribuição da sopa. A produção desta fotografia testemunha a oferta da *Sopa Escolar* conforme as determinações expressas pela Secretaria de Educação, assim como representa o esforço da escola em tornar a distribuição desta merenda uma prática cotidiana. Ainda, ressaltado na fotografia, o “pratinho de louça” ágata, rememorado pela ex-aluna Marília, no estudo de Santos (2018)<sup>382</sup>.

Aponto que, praticamente, todos(as) os(as) entrevistados(as), quando questionados(as) acerca do recreio e da merenda, rememoram a distribuição da sopa em suas respectivas escolas. Nas recordações de Ada (2020): *“Eles davam sopa pra gente, mas não assim uma merenda, como se diz. Davam um canequinho com coisa dentro... miséria, miséria, miséria!”*. Sua irmã Nilza (2020) também comentou: *“Nós tínhamos sopa, eles faziam pra gente. Eles faziam muita sopa de lentilha. Até hoje, eu não posso nem ver lentilha na minha frente por causa do colégio! Mas a gente levava lanche de casa”*. Já no Grupo Escolar de Caruara, os ex-alunos recordaram que levavam alimentos de casa para serem utilizados na preparação da sopa. Segundo Alzadir (2019): *“Tinha pra fazer sopa rabanete, abobrinha, do que era na época, né? Depois se plantavam os pés de milho, porque a gente levava milho, levava batata-doce”*. Alda (2018) também explicou que alguns alimentos vinham da horta cultivada na escola, e *“às vezes elas pediam e a gente levava alguma coisa pra fazer alguma sopa. A gente ficava feliz o dia em que tinha sopa!”*. O fato de não haver distribuição da sopa todos os dias também foi uma memória comum entre eles, o que reforçaria, neste caso, a importância de um auxílio financeiro ofertado pela Prefeitura de Farroupilha.

Acerca da alimentação escolar e da instituição da *Sopa* no Grupo Escolar Daltro Filho, a professora Adalgisa compartilhou:

Vimos que as crianças, apesar de serem filhos de colonos, de morarem nas colônias, eram muito mal-alimentadas, tinham crianças que vinham para o colégio sem café, sem nada, caminhavam uns dois quilômetros, não comiam porque os pais vendiam tudo... Só comiam aquela polenta, *radite*, salame e então começamos a campanha da Sopa Escolar. Pedimos abóboras, morangas, aipim que eles plantavam, mas não sabiam usar..., Mas e agora? Como íamos fornecer pratos e talheres? Não tinha. Toca pra Porto Alegre para o comércio pedir pratinhos de alumínio e talheres. (ALMEIDA, 2001, p. 187-188).

<sup>382</sup> Conforme Santos (2018), Marília estudou no Grupo Escolar Farroupilha de 1945 a 1949.

As lembranças de Adalgisa fortalecem a importância da instituição da merenda nos grupos escolares locais, inclusive para aqueles localizados nas zonas rurais. Do mesmo modo, apresentam as dificuldades pela falta de utensílios e a atuação das professoras na busca de soluções para os problemas do cotidiano. Na sequência, Adalgisa explicou que nenhuma professora tinha conhecimento para atuar no meio rural, então, buscaram auxílio na Escola de Agronomia em Taquara/RS. Assim, prosseguiu ela:

“Fomos pra lá. A escola era em um terreno maravilhoso, falei com o diretor, eu era sempre a que comandava. Falamos que não tínhamos verduras e frutas na escola, choramos, quando tem que chorar eu sei chorar. Ele sugeriu que os estudantes de lá fossem para a nossa escola nos orientar... Aí, na hora da merenda, a gente variava, um dia era tomate, no outro dia pêras, plantamos parreiras, a gente ia lá enchia os cestos de uva e dava para as crianças comerem. Aí um dia eu disse: ‘Nós vamos criar galinhas!’. Lá em Taquara nos explicaram os tipos de galinhas ideais para nós criarmos, a branca é a que põe mais ovos e a outra é a bem vermelha. Bom, aí tinha dias em que a gente dava uma fruta e um ovo, as crianças eram rosadas e os pais faceiros. Olha, nós éramos endeusadas!”. (ALMEIDA, 2001, p. 188).

No relato de Adalgisa, percebe-se o comprometimento das professoras com o humano. Havia uma preocupação social que ia além do ensino dos conteúdos estabelecidos no Programa de Ensino. Havia um envolvimento com a comunidade e uma relação de proximidade e de afeto: “Nós éramos endeusadas!”. (ALMEIDA, 2001, p. 188). A mobilização das professoras do Grupo Escolar Daltro Filho em prol da merenda escolar é apenas um dos muitos exemplos que ressaltam a dimensão do trabalho docente e a relevância que adquiriam essas professoras nas comunidades, sobretudo naquelas mais afastadas dos centros urbanos.

Aos poucos, a instituição da merenda passou a contribuir para que os(as) alunos(as) tivessem a oportunidade de uma refeição no ambiente escolar, uma vez que muitos(as) não tinham condições de levar a merenda de casa, como bem lembrou Ada (2020):

*A mãe sempre dava pra mim. Eu tinha a merenda do lado: era pão feito em casa, com chimia feita em casa. Tudo isso era a merenda que se levava para a escola. No fim, a gente distribuía para aqueles que não tinham. [...] Era pobreza, né! (TIEPPO, 2020).*

No entanto, em 1947, durante a *Hora da Leitura* no Grupo Escolar Farroupilha, registrou-se o seguinte:

Foi discutida a maneira de manter a merenda. Expôs o Sr. Diretor as providências que têm tomado para que se torne realidade o fornecimento de sopa a todos os escolares. Em primeiro lugar, serão tomadas medidas para que a produção da horta possa suprir, em parte, as necessidades da instituição. Para o cultivo de hortaliças, deverá ser adquirido adubo animal para enriquecer a horta. Ficou assentado que a Caixa Escolar

contribuirá para o pagamento do adubo comprado<sup>383</sup>.

Tal indício sinaliza que, mesmo com o passar do tempo e com as trocas de governo, os problemas relativos à oferta da merenda persistiram, uma vez que as escolas continuavam não tendo condições de oferecer uma alimentação regular para os(as) alunos(as). Assim, a partir dos documentos escritos e das entrevistas realizadas, compreendo que o governo estadual instituiu a *Merenda Escolar* como forma de diminuir os índices de desnutrição na infância, mas ausentou-se, deixando a responsabilidade a cargo das próprias escolas, das prefeituras e da sociedade de um modo geral, já que os alimentos para a preparação, em especial da sopa, provinham das hortas escolares, eventos beneficentes e doações familiares. No caso do Grupo Escolar Farroupilha, destaca-se, também, o auxílio financeiro fornecido pela Prefeitura e a oferta de hortaliças e legumes pelo Campo Experimental de Cooperação Municipal.

### 5.3 O TRABALHO SOCIAL E EDUCATIVO DAS INSTITUIÇÕES AUXILIARES DO ENSINO

*Na escola funcionavam várias instituições. Parece que foi aqui que começou esta revolução do ensino e também parece que se processa até hoje. [...]. Com o tempo algumas destas instituições foram substituídas por salas de aula, pois não havia espaço suficiente para os alunos ingressantes que eram de número maior.*

*(Olga Ramos Brentano, professora do Grupo Escolar Farroupilha, 1984, p.33).*

A *Merenda Escolar* abordada na seção anterior foi uma das instituições auxiliares do ensino implementadas na escola primária a partir da década de 40 do século XX, também denominadas como instituições auxiliares da escola, instituições complementares da escola, ou, então, instituições escolares (PERES, 2000).

O Regimento Interno das Escolas primárias do Estado, aprovado, como já foi mencionado, em 1939, determinava, no Capítulo XII – Das Instituições Escolares – Artº. 74, que as escolas primárias do Rio Grande do Sul deveriam:

Oferecer aos alunos oportunidades de exercitar atitudes de sociabilidade, responsabilidade e cooperação pela organização de associações escolares, estudos em comum, campanhas em prol de aspirações sociais e outras formas de atividade social próprias da infância.

---

<sup>383</sup> Livro Hora da Leitura (1944 a 1947). Grupo Escolar Farroupilha, ata nº 11, de 14 de maio de 1947. ACEF.

E, assim, procurar “obter a colaboração do meio local e exercer influências favoráveis sobre o mesmo, mediante a criação de instituições complementares e auxiliares”, segundo especificava o Art.º 75 do mesmo documento. Logo, pode-se dizer que as instituições auxiliares foram prescritas pelo governo com a finalidade de desenvolver um trabalho social e educativo, aproximando escola e comunidade em torno de temas que contribuiriam para a formação de um novo homem e de uma nova sociedade.

O Art.º 77 recomendava a criação das seguintes instituições: *a) Círculo de Pais e Mestres, b) Auditório, c) Clubes Escolares, d) Liga dos Amigos da Natureza, e) Cooperativa Escolar, f) Merenda, g) Pelotão de Saúde, h) Museu, i) Clubes de Ex-alunos* e orientava para que as mesmas obedecessem, “em sua organização, às diretrizes traçadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública”, passando a funcionar em definitivo somente depois de aprovadas e autorizadas pelo referido órgão competente. Cada escola poderia escolher quais instituições colocariam em funcionamento, atentando para “as necessidades do ensino e do meio em que funcionava”, como apontava o Art.º 78.

A única instituição obrigatória nos grupos escolares e escolas isoladas era a *Caixa Escolar*, vinculada, segundo o Regimento Interno (1939), ao Art.º 130 da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, que exigia uma contribuição modesta e mensal para a *Caixa*<sup>384</sup>. No entanto, conforme explicou Peres (2000, p. 374):

Praticamente desde as primeiras décadas do século as *Caixas Escolares* eram de funcionamento obrigatório nos colégios elementares, grupos escolares e escolas isoladas. Os números atestam, contudo, que em 1942 havia 518 grupos escolares no estado e 360 escolas isoladas, somando 870 escolas mantidas pela esfera estadual, e apenas 500 escolas mantinham *Caixa Escolar*; revelando, portanto, que, apesar de um número grande de escolas que mantinham a *Caixa*, nem todas cumpriam a obrigatoriedade regimental.

Ao olhar para o interior dos grupos escolares que compõem esta pesquisa, foi possível identificar que, durante a década de 1940, estiveram em funcionamento as seguintes instituições auxiliares do ensino: *Biblioteca, Caixa Escolar, Círculo de Pais e Mestres, Clube Agrícola, Clube de Leitura, Gabinete Medico-dentário, Merenda, Museu e Pelotão da Saúde*. Porém, como se verá ao longo do texto, nem todas foram instaladas ao mesmo tempo e em todas as

<sup>384</sup> Art.º 130: “O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a Caixa Escolar”. BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Brasília, DF: Presidência da República, [1937]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 22 jul. 2021.

escolas analisadas. Para a elaboração deste estudo, então, optou-se por trabalhar com a *Caixa Escolar*, o *Círculo de Pais e Mestres* e a *Biblioteca*.

Assim, dou início a presente discussão partindo da instituição da *Caixa Escolar*, obrigatória perante a legislação educacional da época, como já explicitado. Essa instituição tinha caráter assistencial e seu principal objetivo era captar recursos financeiros para a manutenção da escola e para auxílio aos alunos pobres, desenvolvendo atitudes de cooperação e de solidariedade. Era, também, conforme Peres (2000, p. 376), uma prática educativa, “já que exercitava a filantropia, a doação, a caridade”.

A ata mais antiga encontrada acerca da fundação da *Caixa Escolar* data de 1938, e refere-se ao Grupo Escolar de Vila Jansen, conforme pode-se ler abaixo:

Aos 4 dias do mês de novembro de 1938, às 10 horas, numa das aulas do Grupo Escolar de Linha Jansen, reuniram-se a Diretora, professoras e alunos, a fim de proceder-se a fundação da Caixa Escolar. Abrindo a sessão, a Diretora snra. Joana Maria Dal Pont, discorreu sobre as finalidades e vantagens da fundação da referida Caixa. Após, deu-se início à votação (da Diretoria) para eleger a Diretoria, que, por unanimidade de votos, ficou assim constituída: Presidente: Ada Mandelli, Vice-presidente: Irma Crocoli, 1º Tesoureiro: Adolfo Mantovani, 2º Tesoureiro: Rui Giron, Secretária: Elidia Biasiosi, Auxiliares: Jandira Mangoni, Arcinda Verona, Ivone Mandelli. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada bem como pelos demais membros da Diretoria. [...] <sup>385</sup>.

A fundação ocorreu três meses após a inauguração da escola, o que reforça a sua importância e obrigatoriedade. Para presidir a instituição, foi indicada a professora Ada Mandelli. Ao que tudo indica, a diretoria da *Caixa Escolar* era composta por professoras e alunos(as) por meio de uma eleição que deveria ocorrer no início de todo ano letivo, compreendendo os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, tesoureiro(s), secretário(s) e auxiliares (ou colaboradores). Reitero que as *Caixas* deveriam ser administradas em conformidade com o estatuto fornecido pela Diretoria Geral da Instrução Pública, conforme explicitado no Regimento Interno (1939).

A princípio, as contribuições deveriam ocorrer de forma mensal; no entanto, em 1944, a diretora do Grupo Escolar de Vila Jansen estabeleceu que o pagamento da *Caixa Escolar* deveria ser efetuado em duas prestações, sendo uma em março e outra em agosto. Na mesma ata onde estão registradas estas informações, a diretora Iracy Casagrande declarou que o saldo era, até então, de Cr\$ 300,00, e que o mesmo estava depositado na Caixa Econômica Federal

---

<sup>385</sup> Ata da fundação da Caixa Escolar (1938). Grupo Escolar de Vila Jansen. AEEEFJM.



conforme a caderneta nº 4.102, o que sinaliza para uma preocupação com os usos deste recurso financeiro que era tão necessário para as escolas.

No Livro Caixa da Caixa Escolar (1943-1949) do Grupo Escolar de Picada Velha, foi possível verificar os valores das contribuições e os meses em que elas ocorreram, assim como o saldo em caixa e a utilização do valor arrecadado, como pode-se ver abaixo:

Figura 12: Registros do Livro Caixa da Caixa Escolar do GE de Picada Velha, 1943

		Junho de 1943		Haver	
1º	Saldo a transferido		R\$ 205,50	1 armario	R\$ 40,00
	Contribuição do 1º ano	R\$ 30,50		8 metros de estamine	R\$ 30,00
	" " 2º "	R\$ 12,50		21 " " papel	R\$ 6,30
	" " 3º "	R\$ 6,50		2m,70 de estamine	R\$ 6,20
	" " 4º "	R\$ 1,50		1 carretil de linha	R\$ 1,20
	" das professoras	R\$ 4,00		<u>Balanço de saldos</u>	R\$ 76,30
	Reza de 1 ou em benefício do G. E.	R\$ 5,50	R\$ 60,50		R\$ 266,00
			R\$ 366,00		
2º	Saldo a transferir		R\$ 176,30		

Grupo Escolar de Picada Velha 23 de Junho de 1943

Hofensina Fortes  
Teroureira

Fonte: Livro Caixa da Caixa Escolar (1943-1949). AEEEFCA – Carlos Barbosa/RS.

A análise do documento na íntegra permite dizer que, até maio de 1946, as contribuições mensais eram realizadas por todas as classes da escola e também pelas professoras. No entanto, após esse período, passaram a ocorrer de forma escalonada, por exemplo: no mês de junho do ano supracitado, contribuíram somente as professoras e as classes de 1º e de 4º ano; sendo que essa reorganização se manteve até dezembro de 1949, com ressalva para os meses de março, onde todas as classes participavam.

Como se verá ao longo deste texto, com o declínio do Estado Novo, há uma gradativa redução no incentivo para a organização e para o andamento das instituições auxiliares do ensino; no entanto, por fazerem parte de uma cultura já instituída, houve uma continuidade dos trabalhos realizados no cotidiano escolar, mesmo que com algumas variações. Em relação à Caixa, por exemplo, não houve mais referência quanto a sua obrigatoriedade na Constituição de 1946.

Além das contribuições dos(as) alunos(as) e professoras, os grupos escolares arrecadavam recursos para a *Caixa Escolar* através de diversas ações; entre elas, a organização de rifas, como visualizado na figura acima. O Grupo Escolar Farroupilha, por exemplo, promoveu, em setembro de 1939, uma matinê dançante infantil no salão de festas da escola, em benefício da instituição. Em 1942, ficou estabelecido o seguinte na reunião do *Círculo de Pais e Mestres* da referida escola:

[...] Ficou tratado que seria passado um filme no cinema desta cidade cuja renda reverterá em benefício da “Caixa Escolar” deste Grupo. Falou-se também sobre a confecção dos uniformes para as crianças pobres, ficando resolvido que uma comissão de professoras percorreria as casas de comércio da localidade afim de adquirir pelo menor preço as fazendas necessárias. Essas fazendas serão distribuídas entre as professoras e as senhoras da diretoria do *Círculo de Pais e Mestres*, afim de que as mesmas confeccionem os referidos uniformes. [...] <sup>386</sup>.

Chamo atenção nesta transcrição para o apoio prestado pela sociedade local ao Grupo Escolar situado na sede, bem como a preocupação com a oferta de uniformes para os(as) alunos(as) pobres, resultando na estratégia pensada acima pelas professoras e pelas mães da diretoria do *Círculo*. Ressalto que a preocupação com o uso do uniforme foi constante entre as professoras dos respectivos grupos escolares. Por exemplo, em 1940, antes da decisão acima, houve distribuição de 32 uniformes aos alunos pobres do Grupo Escolar Farroupilha e, em 1941, ficou decidido que as serventes da respectiva escola lavariam os uniformes dos alunos pobres do Jardim de Infância (LIVRO DIÁRIO DA ESCOLA, 1940).

A adoção do uniforme escolar no cotidiano da escola pública ganhou forças com o advento da República e com a expansão paulatina do ensino, com o intuito de minimizar as diferenças entre pobres e ricos no contexto da democratização do ensino. Ou seja, “ao se constituírem como símbolos de padronização, os uniformes foram considerados um elemento fundamental para a construção de um sistema educacional que postulava uma educação *igual para todos*”, conforme explicitam Ribeiro e Silva (2012, p. 583, grifo das autoras).

Com o passar do tempo, essa padronização tornou-se obrigatória, como destaca a professora Olga R. Brentano. Segundo ela, o uniforme era de uso obrigatório e, quanto ao modelo, assinala: “a escola recebia uma folha assim com o modelo, que eu acho que vinha da *Secretaria de Educação*”. (BRENTANO, 1991, p. 4). A partir destas memórias, pode-se intuir que o mesmo modelo tenha sido utilizado na maioria das escolas estaduais do Rio Grande do Sul e que, provavelmente, tenha servido de inspiração para os municípios também. Essa última

---

<sup>386</sup> Livro Atas CPM. Ata da reunião do *Círculo de Pais e Mestres*. Grupo Escolar Farroupilha, 12 de julho de 1942. ACEF.

hipótese se dá a partir do comparativo realizado entre o modelo de uniforme escolar adotado pela Diretoria de Instrução Pública do Município de Farroupilha em 1946, presente no estudo de Belusso (2020), com as demais fotografias e memórias referentes aos grupos escolares aqui analisadas.

Ressalto que praticamente todos(as) os(as) ex-alunos(as) entrevistados(as) rememoraram o uso do uniforme, exceto Ulídio (2020). Segundo ele, naquele tempo, não tinha uniforme, e se ia para a escola “só com a roupa que saía de casa”. No entanto, sua ex-professora mencionou: “Eles tinham um guarda-pó branco”. (TURQUETTO, 2019). Sabe-se que, ao tornar o uso do uniforme uma obrigatoriedade, muitas crianças foram “excluídas” do processo de escolarização, pois nem todas as famílias dispunham de condições financeiras para custear tais gastos. Assim, teria Ulídio vivenciado essa situação? Ou apenas não conseguiu recordar-se?

Situação parecida foi rememorada por Ada (2020), ao compartilhar a seguinte fotografia ao longo da entrevista:

Fotografia 36: Alunos(as) e professoras do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, 1948



Fonte: Acervo pessoal de Ada (2020).

Na imagem, pode-se identificar da esquerda para direita: a professora Avelina Paim Camargo (1), a aluna Ada Inês Barsé Tieppo (2), seu esposo Luiz Tieppo (3) e a professora Maria Spader (4). Também, é possível visualizar a fachada do prédio e os(as) demais estudantes que compunham o corpo discente do Grupo Escolar de Carlos Barbosa no ano de 1948. Ao que tudo indica, essa fotografia foi produzida durante os festejos da Semana da Pátria daquele ano.

Nota-se que todos estão uniformizados, menos o aluno Luiz, posicionado atrás dos demais. Ao mostrar-me a foto, Ada (2020) explicou: *“Tem eu, tem ele sem uniforme. Eles eram pobres não tinham nada, nada”*. Neste mesmo dia, Luiz participou inicialmente da entrevista, mas disse não se sentir à vontade, pois não ia muito para a escola: *“Fui uns dois anos. Não podia ir...”*. (TIEPPO, 2020). O trabalho marcou a infância de muitas crianças da região, reduzindo o tempo de escolarização. Ajudar no sustento do lar era a prioridade, em especial, para os meninos:

*Meu pai me botou trabalhar lá no Accorsi. Eu tinha que levar as cadeiras (risos). [...] Tinha que pegar as cadeiras... serrava as pontas, porque tinha 15 que eu ia pegar e botava assim no pescoço e ia até a praça. Na praça descansava e trazia pra minha mãe empalhar.* (TIEPPO, 2020).

Segundo Ada e Luiz (2020), as cadeiras de palha eram da empresa Accorsi, onde os pais dele trabalhavam. Luiz contou que teve outros empregos e que, além do Grupo Escolar, frequentou também o Colégio das Irmãs: *“Eu fiquei uma semana, depois não tinha mais dinheiro, me mandaram embora. Minha mãe não podia pagar e eu fui embora. Aí eu ia às vezes com a minha irmã”*. (TIEPPO, 2020). É importante referir que, assim como Luiz, outros dois ex-alunos do Grupo Escolar de Carlos Barbosa optaram por não conceder uma entrevista, alegando terem estudado pouco tempo; possivelmente, por conta do trabalho.

Destaco a materialidade do uniforme visto na fotografia acima: o guarda-pó branco combinado com o laço ou a gravata na cor azul-marinho. Conforme Nilza (2020): *“Era o mesmo, tanto para os meninos quanto para as meninas, só que eles usavam gravata e nós, o laço”*. Segundo Alzedir (2018), no uniforme do Grupo Escolar de Caruara, ainda havia o *“emblema bordado no bolsinho assim”*.

Para a fabricação dos uniformes, eram usados sacos de açúcar ou de farinha, mandados fazer ou confeccionados pelas mães: *“A mãe fazia! A maior parte era saco de farinha. Vinha saco de farinha que parecia algodão. Fazia esses guarda-pós”*. (FELICETTI, 2018). Saliento que foram localizados dois tipos de uniforme escolar, sendo que, até 1945, predominavam nas fotografias localizadas a camisa social branca de manga longa ou curta, abotoada na frente e

bordada com as iniciais das escolas. Para os meninos, calça e bermuda e, para as meninas, saia pregueada, ambos(as) de cor azul-marinho. Depois, houve a adoção do guarda-pó branco.

Além da compra de tecidos para a confecção dos uniformes, os recursos da *Caixa Escolar* eram empregados em outras situações. No Grupo Escolar de Picada Velha, a partir do que consta no *Livro Caixa da Caixa Escolar (1943-1949)*, é possível verificar que os valores arrecadados pela *Caixa* custearam despesas com melhorias para o ambiente escolar, incluindo: a compra de madeira para a cerca, de tijolos, de tecidos e bordados para as cortinas, de livros para a biblioteca; bem como o conserto de fechaduras e a limpeza do pátio. Ainda, foram comprados itens de farmácia e pagas 4 fotografias dos alunos. No Grupo Escolar Farroupilha, em 1947, ficou decidido que a *Caixa Escolar* contribuiria com o pagamento do adubo comprado para incremento da horta escolar<sup>387</sup>.

Encerrando a discussão acerca da *Caixa*, compartilho um excerto do texto “Reflexos”, escrito por Iaçanan e publicado no Jornal *O Momento*, em 10 de março de 1945:

[...] Dizem que o nosso Estado, para não dar um exemplo maior, já atingiu um alto grau de progresso nas questões educacionais. Há, espalhados pelo Estado, um grande número de Grupos Escolares e Escolas mantidas pela Secretaria da Educação. Entretanto, o fato da existência destas escolas e grupos não importa na completa extinção dos inúmeros sem escolas que andam por aí. A um operário, chefe de família numerosa, não interessa que seja ministrado ensino gratuito a seus filhos. Isto não é o bastante. Os uniformes (como se eles influíssem na educação e na inteligência da criança) precisam ser adquiridos pelos alunos. Os livros também e algumas outras pequenas coisas que muito bem poderiam ser dispensadas. Atualmente, um uniforme de tecido da pior qualidade que possa existir custa, em relação ao salário que percebe a classe operária, quase uma fortuna. Os livros, então, nem se fala. Quase mais caros que um anel de brilhantes. Logo, para muitos e muitos trabalhadores humildes, é impossível mandar os filhos à escola, pois que, ante os preços atuais, é nulo o seu poder aquisitivo. É verdade, existem as caixas escolares, destinadas a fornecer livros e uniformes aos alunos mais necessitados. Esta caixa, entretanto, é mantida com a colaboração de alunos cujos pais desfrutam de melhor situação financeira, colaboração, aliás, que se resume numa taxa insignificante. Como, em escolas públicas, é maior o número de alunos necessitados, a Caixa Escolar não pode, em hipótese alguma, suprir por completo todos os que precisam do auxílio dela. Em resumo, a Caixa Escolar não pode resolver a questão de falta de uniforme e materiais por parte dos alunos pobres. Logo, o caso dos uniformes e livros para os alunos pobres das escolas públicas está na alçada dos responsáveis pela educação da infância e da mocidade brasileira. O preço absurdo dos materiais escolares também deveria ser controlado pelo poder competente. E tudo é fácil de corrigir, quando se tem vontade, quando se tem interesse em proporcionar ao povo aquilo que ele merece. [...]<sup>388</sup>

<sup>387</sup> Livro Hora da Leitura (1944 a 1947). Grupo Escolar Farroupilha, Ata nº 11, 14 de maio de 1947. ACEF - Farroupilha/RS).

<sup>388</sup> IAÇANAN. Reflexos. *O Momento*, Caxias do Sul, ano XIV, n. 623, p. 2, 10 mar. 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Neste impresso, há uma crítica em relação à abertura dos grupos escolares e escolas isoladas pelo Estado, ainda insuficientes diante da demanda por escolarização; ainda excludentes se pensarmos na obrigatoriedade do uniforme e dos livros escolares, materialidades de valor elevado no período em questão. Sem dúvida, a oferta de ensino gratuito não foi uma condição suficiente para que muitas crianças e adolescentes, sobretudo das camadas mais pobres da sociedade, se mantivessem por muito tempo frequentando as carteiras escolares. Na sequência, há uma reflexão acerca da *Caixa*, mantida com colaboração dos alunos cujas famílias desfrutavam de melhores condições financeiras, eximindo o governo e responsabilizando a sociedade, sob um discurso que instigava a cooperação e a solidariedade.

Já o *Círculo de Pais e Mestres* tinha como finalidade aproximar pais e professores, “para obter maior eficácia na educação dos escolares”. (SELIGMANN, 1941, p. 208). Assim, trazer os pais para a escola foi uma alternativa encontrada para auxiliar na obra de renovação educacional e na campanha de nacionalização do ensino (BASTOS, 2005). Era preciso que os pais conhecessem os professores, os desafios e a importância do ensino escolar:

As novas tendências pedagógicas tinham a família como uma importante contribuição ao processo educativo. A aproximação da família com a escola, como coadjuvantes do processo educativo, possibilitaria um melhor conhecimento do aluno, de seus interesses, aspirações, particularidades individuais, permitindo um melhor aproveitamento escolar. A escola, aliada à família e à comunidade, teria condições mais favoráveis para a formação do novo homem. (BASTOS, 2005, p. 224).

No Grupo Escolar Farroupilha, o *Círculo de Pais e Mestres* foi instalado no dia 18 de agosto de 1938, com a presença do Prefeito Capitão Eudoro Lucas de Oliveira. Na ocasião, leu-se o estatuto e discutiu-se sobre as finalidades da referida instituição, sendo indicado como Presidente, o ex-diretor Antão de Jesus Batista. A partir da análise do *Livro Atas CPM (1938-1953)*, é possível dizer que, entre 1939 e 1941, o *Círculo de Pais e Mestres* se manteve de forma ativa no respectivo Grupo Escolar, com reuniões mensais que aconteciam no turno da tarde, contando com palestras proferidas pelas professoras, apresentações pelos(as) alunos(as) e discussão de temas relacionados ao cotidiano, como, por exemplo, a necessidade de cortinas para as salas de aula e a maneira de consegui-las<sup>389</sup>, a importância do uniforme e da frequência escolar.

A partir de 1942, observa-se um decréscimo nas reuniões, que passaram a ocorrer no turno da noite, sem uma regularidade, ocorrendo três ou quatro vezes ao ano. Acredito que a troca de turno e o espaçamento no período das reuniões tenha sido uma estratégia para contar

---

<sup>389</sup> Livro Atas CPM (1938-1953). Grupo Escolar Farroupilha, Reunião do CPM, 27 de setembro de 1940. ACEF.

com maior participação dos pais, que já não participavam com tanta frequência. Por exemplo, em março e em abril de 1942, não houve reunião por falta de presentes, comparecendo somente a presidente do *Círculo* e as professoras.

Em agosto de 1944, há um registro interessante no *Livro Atas CPM (1938-1953)*:

Por estarem pintando o prédio, foi impossível realizar-se a reunião do Círculo de Pais e Mestres. Foram feitas visitas aos pais dos alunos. A professora Olga Ramos de Oliveira fez 4 visitas. A professora Lygia Schmits 4. Maria F. L. Schülk fez 5. Alice Gasperin 4. Hilda C. Rodrigues 7. Gema Pesca 5. Celia C. P. Amando 2. Maria Rössler 7<sup>390</sup>.

Em virtude da impossibilidade de realização da reunião, a escola manteve o contato com as famílias através de visitas feitas pelas professoras aos pais. Na ata, não há mais detalhes acerca dos dias em que elas aconteceram, nem mesmo há menção dos critérios para escolha das famílias visitadas. Sendo assim, teriam sido os(as) alunos(as) com mais dificuldades ou faltas? Ou, então, aqueles(as) que recebiam auxílio da *Caixa Escolar*? Ainda, os que moravam mais próximos à escola ou casa das professoras? Independente da escolha, essas visitas dependiam do tempo e da disponibilidade das professoras, demonstrando uma preocupação que ia além do espaço escolar.

No Grupo Escolar de Picada Velha, ao menos no ano de 1946, as reuniões do *Círculo* aconteciam após as festividades escolares, aproveitando a presença das famílias. Pelas assinaturas ao final do registro, é possível dizer que eram acompanhadas por um número significativo de pais e de mães. Veja-se, abaixo, uma das atas encontradas:

Aos 7 dias do mês de setembro do ano mil novecentos e quarenta e seis, logo após a comemoração do Encerramento da Semana da Pátria, houve uma reunião do Círculo de Pais e Mestres, a fim de serem tratados diversos assuntos sobre os trabalhos escolares. Falou na ocasião a Snta. Diretora: Orphélia Milani, que abordou os seguintes assuntos: 1º - Necessidade dos Snrs. pais mandarem os filhos com assiduidade à escola, fazendo-os compreender que somente assim verão as professoras e alunos terão os seus trabalhos recompensados no fim do ano letivo. 2º - Quanto às retiradas cedo, fez um apelo aos Snrs. pais que, se for possível, não diariamente, porque, caso contrário, o aproveitamento dos alunos não será satisfatório. 3º - Disse ainda para levarem em conta a matrícula dos alunos nos primeiros dias do ano letivo. 4º - Recomendou, também, a observação nos filhos se têm interesse em fazerem a tarefa escolar e que dispensem ao menos uma hora diariamente para a realização da mesma. 5º - Convidou os Snrs. pais para notificarem às professoras o aproveitamento de seus filhos e, quando não satisfeitos com os resultados, comunicarem para que novas medidas possam ser tomadas. 6º - Falou, também, sobre a possibilidade de ser fundado um Curso Noturno para adultos e isto só depois de serem apresentados 15 ou 20 candidatos de ambos os sexos. Foi notado por parte dos Snrs. pais a maior boa

<sup>390</sup> Livro Atas CPM (1938-1953). Grupo Escolar Farroupilha, Ata, 10 de agosto de 1944. ACEF.

vontade em atender os apelos cooperando assim com as professoras para melhores resultados na educação de seus filhos<sup>391</sup>.

Diferentemente do Grupo Escolar Farroupilha, no Grupo Escolar de Picada Velha, as reuniões do *Círculo de Pais e Mestres* tinham por finalidade o compartilhamento de recados pela Diretora e aconteciam conforme a necessidade, aproveitando, como já mencionado, os momentos festivos.

Nesta escola, também parece ter acontecido uma diminuição no número de reuniões do *Círculo* após 1946. No ano de 1949, houve uma reorganização da referida instituição com eleição da nova Diretoria, sendo que esta achava-se abandonada desde 1946. Na reunião, realizada no dia 15 de outubro, às 20 horas, foram passados alguns recados; entre eles, o seguinte: “Quando não satisfeitos sobre algum assunto, dirigir-se à Diretora, e não falarem em bodegas”<sup>392</sup>. Aproveitando a ocasião, a Diretora Hercília Santos Camargo fez questão de lembrar que os assuntos relativos à escola deveriam ser tratados na mesma e que, quando não satisfeitos, os pais deveriam procurá-la, evitando falatórios.

A organização da *Biblioteca* no interior dos grupos escolares locais também merece destaque. A partir da aprovação do Regimento Interno (1939), a *Biblioteca Escolar* passa a ser um espaço educativo, organizado para despertar o gosto pela leitura, a familiaridade com as pesquisas bibliográficas e o enriquecimento da língua nacional. Segundo o Capítulo X do respectivo documento, todas as escolas do Estado deveriam ter *Bibliotecas* constituídas por obras didáticas e recreativas para os(as) alunos(as), assim como obras de cultura geral e especializadas para os(as) professores(as).

Em 1939, a Revista do Ensino trouxe em suas páginas o Estatuto da Biblioteca Escolar, contendo os objetivos e informações acerca da organização, do funcionamento e da administração da mesma<sup>393</sup>. Naquele ano, as professoras do Grupo Escolar Farroupilha doaram para a *Biblioteca Escolar* as seguintes obras pedagógicas: *Testes ABC* de Lourenço Filho, *A nova Metodologia da Aritmética* de Edward Lee Thorndike, *Vida e Educação* de John Dewey, *A arte de pensar*<sup>394</sup>, *Didática* de João Toledo e *Iniciação à atividade (jogos educativos)*<sup>395</sup>. Livros comprados para este fim, ou então, pertencentes ao acervo de cada uma delas.

<sup>391</sup> Livro de Atas (1942-1948). Grupo Escolar de Picada Velha, Ata nº 4, 07 de setembro de 1946. AEEEFCA.

<sup>392</sup> Livro Atas CPM (1949-1977). Grupo Escolar de Picada Velha, Ata nº 1, 15 de outubro de 1949. AEEEFCA

<sup>393</sup> SESP/RS. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Estatutos da Biblioteca Escolar. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p.47-55, set. 1939.

<sup>394</sup> O nome do autor ou autora encontra-se ilegível no registro.

<sup>395</sup> O nome do autor ou autora encontra-se ilegível no registro.



Conforme o Estatuto, os livros da biblioteca deveriam ser adquiridos por meio de diversas ações; entre elas, de donativos em dinheiro, de ofertas, de aquisição mediante taxas resultantes da circulação de livros, do auxílio de outras instituições, como a *Caixa Escolar*; de produtos de festas beneficentes, intercâmbio escolar e trabalhos de alunos. Novamente, nota-se a ausência do Estado no auxílio à constituição destas *Bibliotecas*. Assim, os grupos escolares situados na zona urbana, com mais recursos financeiros, conseguiram fundá-las antes do que aqueles instalados na zona rural.

No Grupo Escolar Farroupilha, a *Biblioteca Escolar* foi inaugurada no dia 3 de setembro de 1940, em meio aos festejos da Semana da Pátria, sendo escolhido como patrono o escritor brasileiro Euclides da Cunha<sup>396</sup>.

Na fotografia abaixo, é possível visualizar o espaço organizado para abrigar a referida *Biblioteca*. Nota-se a presença de alguns livros, assim como quadros dispostos pelas paredes. As mesas para a leitura comportavam sete alunos sentados, e a professora que aparece na imagem é Olga Ramos de Oliveira Brentano, responsável por esta instituição.

Fotografia 37: Alunos do 3º ano do Grupo Escolar Farroupilha na Biblioteca, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

---

<sup>396</sup> Livro Atas Cívicas – Trabalhos relativos ao CPM (1940-1951). Grupo Escolar Farroupilha, Ata de Comemorações da Semana da Pátria, 03 de setembro de 1940. ACEF.

Já no Grupo Escolar de Picada Velha, as discussões acerca da organização da *Biblioteca* iniciaram em 1943, sendo este o tema da primeira reunião de professoras do respectivo ano. No dia, foi lido e discutido o texto *Bibliotecas Infantis*, publicado na *Revista do Ensino*<sup>397</sup>. Porém, a fundação ocorreu somente em 1946, conforme se lê na ata transcrita abaixo:

Aos cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e seis, com a presença dos professores e alunos, foi fundada a Biblioteca Infantil do Grupo Escolar de Picada Velha. Contando trinta e oito livros, encapados e numerados, sendo trinta e três livros de histórias, lendas, etc. e cinco didáticos, havendo, ainda, um caderno, constando a relação dos livros e autores que servirá de informação. A Biblioteca funcionará semanalmente e nas salas de aula, visto não haver sala e nem móveis especiais. Os alunos dos cursos mais adiantados terão o direito de fazer a escolha do livro que preferem, enquanto que o primeiro e segundo anos, a professora é que escolherá a leitura. Foi também determinado que, para verificar o aproveitamento dos alunos nas leituras feitas, terão que responder um questionário e, para os cursos mais adiantados, ainda, a reprodução da história lida. Foi, ainda, determinado que a inauguração da referida Biblioteca será no próximo dia sete<sup>398</sup>.

Como visto, a *Biblioteca* funcionaria semanalmente nas salas de aula, visto não haver uma sala específica para abrigá-la. Os livros eram guardados em um armário que, possivelmente, ficava na secretaria. Observa-se, ainda, uma rigorosidade em torno do aproveitamento da leitura realizada com o preenchimento de questionários ou reprodução das histórias lidas. No dia 07 de novembro, como previsto na ata acima, aconteceu a inauguração da referida *Biblioteca*, tendo Rui Barbosa como patrono, a partir de uma votação realizada pelos(as) alunos(as). Para marcar o funcionamento da instituição, foi lida pela professora Ilze Fetter a obra “Três oncinhas em férias” de Fernando de Almeida, “mostrando os alunos, a maior atenção e disciplina”<sup>399</sup>.

Aos poucos, as escolas iam adquirindo novas obras para compor os acervos das suas bibliotecas. Em 1949, a partir dos dados registrados no *Livro do Inventário*, o Grupo Escolar de Picada Velha já contava com 50 livros e 59 revistas. Ao que tudo indica, no Grupo Escolar de Vila Jansen, a *Biblioteca Escolar* também funcionava nas salas, já que os materiais de leitura ficavam guardados em um armário, como relembra Ernilda (2019): “*Lá, na época, era só um armário assim, sabe? Era pequeninha, pequeninha a biblioteca*”.

<sup>397</sup> Livro de Atas (1942-1948). Grupo Escolar de Picada Velha, Ata nº 7, Ata de reunião das professoras, 05 de maio de 1943. AEEEFCA.

<sup>398</sup> Livro de Atas (1942-1948). Grupo Escolar de Picada Velha, Ata nº 5, 05 de novembro de 1946. AEEEFCA.

<sup>399</sup> Livro de Atas (1942-1948). Grupo Escolar de Picada Velha, Ata nº 6, 07 de novembro de 1946. AEEEFCA.

Já no prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, havia uma sala destinada à *Biblioteca*, segundo as recordações de Nilza (2020). O mesmo parece ter ocorrido no Grupo Escolar de Caruara, tomando como indício uma das fotografias iniciais do presente capítulo.

Durante a entrevista, ela explicou que cuidava da *Biblioteca Escolar*, juntamente com uma professora: “*Ela gostava muito da biblioteca!*”. (BARSÉ, 2020). Conforme o Estatuto da Biblioteca Escolar, a mesma seria administrada por uma professora designada pela Direção, seguindo alguns critérios: ter interesse pelo estudo da psicologia da criança e do adolescente, ter capacidade para selecionar livros destinados a uma biblioteca escolar, bem como para acompanhar com inteligência e simpatia a leitura das crianças. Ainda, “saber contar histórias, conhecer a literatura e, especialmente, a literatura infantil. Ter, finalmente, em relação à leitura, todos os hábitos e atitudes que se pretendem formar nas crianças”<sup>400</sup>. Na sequência, o documento sugeria que bibliotecária aproveitasse a colaboração e a iniciativa das crianças para a realização das seguintes atividades:

- a) organização do catálogo, fichário, etc.; b) arrumação e ornamentação da sala; c) feitura de cartazes relativos ao trabalho da biblioteca - silêncio, devolução e trato dos livros, etc.; d) feitura e distribuição de listas dos livros da biblioteca nas diversas classes; e) no serviço de empréstimo de livros<sup>401</sup>.

Ao longo da entrevista, Nilza (2020) explicou que ela cuidava da biblioteca realizando algumas das atividades citadas acima, como o empréstimo de livros. Também, “*encapava e remendava os livros porque, geralmente, vinham despencados. Então, com uma cola, a gente colava*”. Em relação ao acervo, partilhou:

*Os livros eram doados. Os antigos compravam os livros e depois, doavam. Jornal, tinha muito jornal que vinha. Meu pai recebia o Correio do Povo, então, ele lia e a gente levava para a escola, às vezes para recortar figuras, eu não lembro o que a gente fazia.* (BARSÉ, 2020).

A ex-aluna mencionou que gostava muito da biblioteca. Certamente, para as crianças, a possibilidade de auxiliar a bibliotecária era uma tarefa importante, que conferia responsabilidade e distinção. Nilza (2020) ainda rememorou que, na *Biblioteca*, “*tinha uns vidros grandes com cobra. Era uma espécie de um museu de cobras. Eu não sei que fim levou aquilo, de repente desapareceu. Eu não sei se eles retiraram*”. O *Museu Escolar* também foi

<sup>400</sup> SESP/RS. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Estatutos da Biblioteca Escolar. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p.50, set. 1939.

<sup>401</sup> SESP/RS. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Estatutos da Biblioteca Escolar. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p.50, set. 1939.

uma das instituições auxiliares do ensino incentivadas pelo governo gaúcho. Alguns indícios sinalizam para a sua presença no Grupo Escolar de Carlos Barbosa, no Grupo Escolar de Picada Velha e no Grupo Escolar Farroupilha, sendo que, neste último, havia uma sala específica para abrigá-lo. A professora Olga (1989), em outra entrevista, relatou que ele era utilizado para classificar pedras, borboletas, entre outros. Nas palavras de Teive e Dallabrida (2011), os museus:

Deveriam concorrer para que o ensino se tornasse realmente intuitivo, vivo, assentado no postulado de que aprender supõe um indivíduo em contato direto com os objetivos a sua volta, descobrindo suas propriedades e características através de sua observação, de seu próprio pensamento, de seu próprio esforço.

Ao olhar para o interior dos grupos escolares que compõem esta pesquisa, procurando identificar quais instituições auxiliares foram organizadas, assim como alguns indícios dos trabalhos desenvolvidos por elas, ficou perceptível a atuação do corpo docente na tentativa de fundá-las e de mantê-las. Diante da omissão do Estado, as professoras assumiram o protagonismo na busca de soluções para os problemas cotidianos: falta de merenda, de uniforme, de materiais. Foram elas que criaram e recriaram o cotidiano, inventariando práticas para a aquisição de recursos que trariam mais conforto aos alunos. Nada foi adquirido sem esforço, sem doação. Destaca-se, também, o apoio das comunidades que envolvem as escolas e que delas participam.

Certamente, as instituições auxiliares cumpriram o seu papel, constituindo-se em espaços importantes de cooperação e de sociabilidade; pelo menos, até o fim do Estado Novo, onde passou-se a dar atenção a outros discursos e prioridades, como bem explicou a professora Olga Ramos Brentano (1984, p. 34): *“Com o tempo, algumas destas instituições foram substituídas por salas de aula, pois não havia espaço suficiente para os alunos ingressantes que eram de número maior”*.

## 6 FESTEJOS, CELEBRAÇÕES, OU ENTÃO, TRADIÇÕES INVENTADAS

Fotografia 38: Parada da Mocidade - Grupo Escolar Farroupilha, 1940



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

Fotografia 39: Comunhão Solene - Grupo Escolar de Picada Velha, 1947



Fonte: Acervo fotográfico da EMEFCA – Carlos Barbosa/RS.

## 6 FESTEJOS, CELEBRAÇÕES, OU ENTÃO, TRADIÇÕES INVENTADAS

*Por “tradição inventada”, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, em uma continuidade em relação ao passado.*

*(Eric Hobsbawm, 1997, p. 9).*

Abro o capítulo com duas fotografias que retratam a sua intencionalidade: analisar algumas das festividades e das celebrações produzidas na cotidianidade dos grupos escolares locais, compreendidas a partir de Hobsbawm (1997, p. 9) como tradições inventadas, abarcando um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas”. Práticas que, nas palavras do autor, são “de natureza ritual ou simbólica” e “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição”.

A partir das especificações contidas no Regimento Interno das Escolas Primárias (1939), as festas são entendidas neste estudo como “todas as manifestações que são dadas como tais na sociedade antiga”, ou então, no contexto escolar. (CHARTIER, 2004, p. 24). As festas são momentos coletivos, repletos de simbologias, encontrados para celebrar tradições, culturas, datas e histórias. Na escola, elas foram produzidas e constantemente incentivadas para inaugurar, civilizar, recordar, abrir e encerrar o ano letivo; marcando o calendário escolar como tempos de aprendizados, de memórias e de cultos às tradições (re)inventadas.

Como se verá ao longo do texto, as festas cívicas que foram privilegiadas neste estudo, sobretudo no período de vigência do Estado Novo (1937-1945), fortaleceram a constituição do Brasil como uma nação, propagando sentimentos de pertencimento e disseminando valores adequados à construção do novo cidadão, pois, “nos regimes autoritários, patriotismo e festas cívicas costumam estar muito presentes no dia a dia”, conforme sinalizou Gertz (2005, p. 103). Já as festas de encerramento do ano letivo, trabalhadas na sequência, também contribuíram com a formação cívica e moral ao demarcarem os sucessos e os insucessos daqueles(as) que haviam tido (ou não) comprometimento e aplicação para com os seus estudos.

Para além das festas cívicas, abordei a organização da Primeira Comunhão no Grupo Escolar de Picada Velha, compreendendo-a como uma celebração religiosa vinculada ao entorno e que fez parte da cultura escolar da respectiva instituição; e ainda, a celebração dos exames finais, a partir das concepções de Luchese (2007). Embora sejam eventos próprios ou

relacionados ao contexto escolar, não os concebo como festas, mas como celebrações mais simples e, talvez, mais restritas à comunidade ou ao espaço escolar.

Por fim, reitero que festas e celebrações são práticas ritualísticas, carregadas de elementos simbólicos, que fizeram parte das culturas escolares produzidas e vivenciadas no cotidiano das escolas que esta pesquisa traz. São rituais pedagógicos, cívicos e religiosos que “impregnam toda a vida escolar nas suas diversas dimensões, em articulação com o espaço, o tempo, a organização pedagógica e a materialidade escolar”, compondo uma gramática própria e, ao mesmo tempo, relacionada aos demais contextos regional, nacional e global. (PINTASSILGO; PEDRO, 2015, p. 119).

## 6.1 AS FESTAS CÍVICAS E AS CELEBRAÇÕES EUCARÍSTICAS

*Mais que os discursos, melhor que os discursos, ela encarnou, portanto, socializou um sistema novo de valores, centrado na família, na pátria e na humanidade. Desse ponto de vista, a festa foi o agente de uma bem-sucedida transferência de sacralidade, certamente porque, por meio de sua linguagem fortemente simbólica, podia ancorar-se uma pedagogia sensível e persuasiva, reiterada e comunitária. As demonstrações políticas da festa podem ser efêmeras, mas não os valores novos, domésticos, cívicos ou sociais que ela se encarrega de arraigar nos corações e nos espíritos.*

*(Roger Chartier, 2004, p. 42).*

A partir das palavras de Chartier (2004), dou início ao presente texto propondo uma (re)leitura das festas escolares cívicas e das celebrações eucarísticas produzidas ao longo da década de 40 do século XX, na cotidianidade das escolas pesquisadas, elencando como fontes principais os seguintes documentos: o *Livro Ata Comemorações (1942-1949)* do Grupo Escolar Farroupilha, o *Livro Ata Cívicas (1949-1953)* do Grupo Escolar de São Marcos e o *Livro de Atas (1942-1948)* do Grupo Escolar de Picada Velha. Todavia, diante da impossibilidade de trabalhar com todas as festividades produzidas, privilegiei nesta análise aquelas que considero serem as mais significativas e que contribuíram para inculcar valores cívicos, religiosos ou sociais “nos corações e nos espíritos” de meninas e meninos, estudantes dos grupos escolares locais, sobretudo no período de vigência do Estado Novo (1937-1945).

Mobilizando símbolos, reverenciando heróis e destacando fatos históricos, as festas cívicas contribuíram para nacionalizar as novas gerações, disseminando sentimentos de pertencimento e amor à Pátria. A festa não era “o único lugar”, mas era “um lugar exemplar” para a disseminação da cultura nacional. (CHARTIER, 2004, p. 23). Neste momento, “a festa escolar cívica perpetuava uma recordação, separava o que tinha importância e o que não era

relevante para a história/memória dos alunos e para a fundação de sua identidade social”, conforme pontuou Bencostta (2006, p. 310). O Ministério da Educação e da Saúde, “empenhado em reforçar os princípios da nacionalização do ensino” (JACQUES, 2015, p. 193), foi um incentivador das festividades que deveriam ser comemoradas na escola; como a Semana da Pátria, o Centenário da Princesa Isabel, o Dia do Pan-americano, o Aniversário de Rui Barbosa, o Dia da Criança, entre outras.

Na organização do calendário escolar, as festividades tiveram um espaço privilegiado com a introdução de inúmeras datas comemorativas, sobretudo aquelas de caráter cívico-patriótico, como pode-se observar no quadro abaixo:

Quadro 21: Datas comemorativas celebradas nos grupos escolares locais (1942-1949)

<b>Mês</b>	<b>Datas comemorativas</b>	<b>Mês</b>	<b>Datas comemorativas</b>
<b>Março</b>	Abertura das aulas	<b>Agosto</b>	25/08 - Dia do Soldado
<b>Abril</b>	14/04 – Pan-americano 19/04 - Aniversário de Getúlio Vargas e Batalha dos Guararapes 21/04 - Tiradentes 20/04 - Centenário de nascimento do Barão do Rio Branco 29/04 - 4º Aniversário de fundação da Cidade de Salvador	<b>Setembro</b>	07/09 - Independência do Brasil 20/09 - Revolução Farroupilha 21/09 - Dia da Árvore 18/09 - Promulgação da Constituição do Brasil 27/09 - IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus
<b>Maiο</b>	01/05 - Dia do Trabalho 03/05 - Descobrimto do Brasil 08/05 - Dia da Vitória 13/05 - Abolição da Escravatura 24/05 - Batalha do Tuiuti	<b>Outubro</b>	12/10 - Dia da Criança e Descobrimto da América 15/10 - Dia do Professor 23/10 - Dia do Aviador
<b>Junho</b>	11/06 - Batalha do Riachuelo 23/06 - Dia do Trigo 29/06 - Centenário do nascimento da Princesa Isabel	<b>Novembro</b>	05/11 - Centenário de Ruy Barbosa 10/11 - Dia do Estado Novo 15/11 - Proclamação da República 19/11 - Dia da Bandeira
<b>Julho</b>	25/07 - Dia do Agricultor	<b>Dezembro</b>	12/12 - 1º Comunhão 15/12 - Encerramento do ano letivo

Fonte: Elaborado com base no *Livro Ata Comemorações (1942-1949; 1949-1953)* do Grupo Escolar Farroupilha, no *Livro Ata Cívicas (1949-1953)* do Grupo Escolar de São Marcos e no *Livro de Atas (1942-1948)* do Grupo Escolar de Picada Velha.

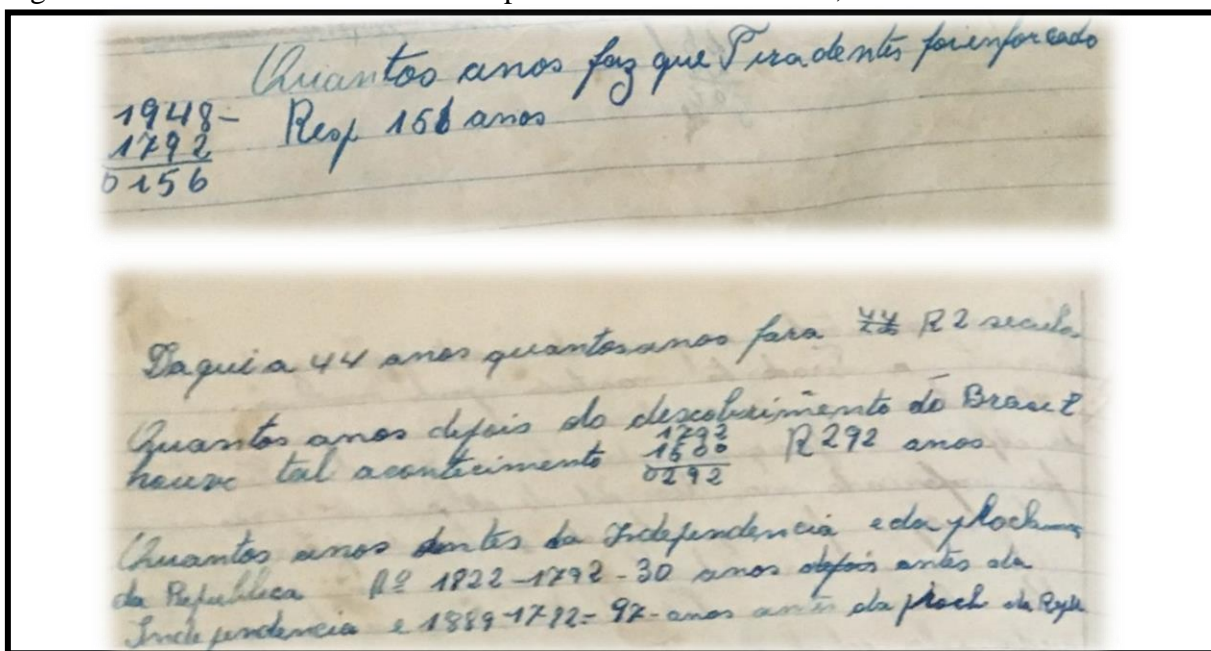
Pan-americano, Tiradentes, Abolição da Escravatura, Independência do Brasil, Dia da Árvore, Revolução Farroupilha, Dia do Soldado, Proclamação da República e Dia da Bandeira foram as principais datas cívicas celebradas nas escolas desta pesquisa até 1949. Conforme previa o Art.º 44 do Regimento Interno de 1939, as datas nacionais deveriam ser comemoradas em todas as escolas com um programa especial, procurando “formar a consciência cívica nos escolares”. O mesmo documento previa, no Art.º 48, que o programa seria “submetido à apreciação do Delegado Regional de Ensino, não sendo permitida a inclusão de novos números depois de aprovado”. Dramatizações, audições literárias e musicais, bailados, exercícios de



ginásticas, jogos, cinema educativo, leituras, palestras e relatórios dos trabalhos realizados em aula eram algumas das atividades sugeridas para as festas escolares, conforme o mesmo documento.

Partindo das contribuições de Teixeira (1999, p. 98), compreendo que os calendários são construções históricas e culturais, em que “neles, um povo, uma comunidade, um grupo se (re)conhece e se denomina. Neles, um povo, uma comunidade, um grupo narra a sua história, relembra, comemora, celebra. Constrói identidades”. Assim, seguindo o calendário escolar, as professoras davam vida às datas, acontecimentos, personagem e símbolos da história nacional e estadual. Tais conteúdos eram estudados e memorizados a partir de explicações orais e escritas, redações, construções de frases, ditados, desenhos, poesias e músicas. Muitas vezes, eram trabalhados com base no ensino globalizado, como pode-se verificar na figura abaixo, extraída do caderno de Elia, aluna do 4º Ano do Grupo Escolar de Vila Jansen, em 1948:

Figura 13: Histórias matemáticas - Grupo Escolar de Vila Jansen, 1948



Fonte: Acervo pessoal de Elia (2020).

Conforme observado nas demais páginas do caderno, após trabalhar Tiradentes a partir de explicações e construções de frases, a professora ampliou o estudo utilizando histórias matemáticas relacionadas à data. Pode ser que ela mesma tenha elaborado os problemas ou, então, tenha buscado inspiração na Revista do Ensino, pois como relatou uma das professoras deste grupo escolar: “O que mais me orientou foi a Revista do Ensino, que vinha da Secretaria de Educação. Ali, tinha exemplos de objetivos, como fazer um plano”. (TURQUETTO, 2019).

Sem dúvida alguma, este impresso pedagógico foi um importante veículo de divulgação das datas que deveriam ser comemoradas nas escolas, pois, como já apresentou Bastos (2005, p. 205):

Alguns editoriais e vários artigos da revista tinham por temática as festividades escolares, divulgando-lhes os objetivos, dados históricos, atividades apropriadas aos planos de trabalho; visavam cercar o professor de vários recursos para desenvolver a “participação ativa e consciente das crianças”.

As produções realizadas em sala de aula eram selecionadas para a composição do programa festivo que seria executado, como pode-se observar no excerto abaixo:

Aos quatorze dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e três, com a presença dos corpos docente e discente deste Grupo Escolar, do Sr. Prefeito Municipal e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, do Tiro de Guerra, das Escolas N. S. de Lourdes e Municipais e povo em geral, foi, com grande solenidade e entusiasmo, comemorado o “Dia Pan-Americano”, sendo desenvolvido o seguinte programa: Às 8 horas – Hasteamento da Bandeira neste Grupo Escolar e canto do Hino Nacional. Às 9 horas – Hasteamento no Pavilhão Nacional, na Praça da Bandeira, pela professora Albertina Cibelli. Às 16 horas – Concentração escolar, na Praça da Bandeira, com o programa: 1 – Hino Nacional, cantado por todos os presentes. 2 – Significação da data, alocução pelo Sr. Dr. Valentim Moacir de Castro, Delegado de Polícia. 3 – Deus salve a América - canto pelos alunos deste Grupo. 4 – Saudação aos Países Americanos – alocução pelo aluno Aramis J. Batista, do 5º ano. 5 – Realizações da América – leitura de frases, pelas alunas Lili Fetter e Assunta Bês, do 5º ano e Lourdes Maria Ayres, do 4º ano. 6 – Canto do Hino Pan-Americano. 7 – Pan-América – poesia pela aluna Lili Fetter, do 5º ano. 8 – “Sabemos lutar” – canto por todos os alunos. 9 – Desfile pelas principais ruas da cidade. Os alunos deste estabelecimento de ensino apresentaram-se devidamente uniformizados, levando bandeirinhas de pano e papel e os escudos dos Países Americanos. Às 18 horas – Arreamento da Bandeira Nacional<sup>402</sup>.

O Dia do Pan-americano foi instituído em 14 de abril de 1942, tendo como objetivo celebrar a união dos povos da América e, desde então, passou a ser uma das datas cívicas mais importantes do calendário escolar. No Grupo Escolar Farroupilha, assim como no Grupo Escolar Carlos Gomes, situados na parte central dos municípios de Farroupilha e Garibaldi, os festejos cívicos ganharam maior visibilidade e, frequentemente, extrapolavam os muros das escolas, estendendo-se para outros espaços: ruas, praças, igrejas, prefeituras. Em muitos momentos, a organização das programações festivas contou também com a participação ativa dos prefeitos e das autoridades militares e religiosas. Era uma comunhão coletiva em prol de um “futuro próspero e glorioso, para um Brasil livre, grande, forte e indestrutível”, como

<sup>402</sup> Livro Ata de Comemorações (1942-1949). Ata das comemorações do “Dia Pan-Americano”. Grupo Escolar Farroupilha, 14 de abril de 1943. ACEF.

pontuou o Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas nas comemorações do Pan-americano em Garibaldi, no ano de 1942<sup>403</sup>.

Na sequência, apresento um dos registros fotográficos localizados acerca dos festejos do Pan-americano, ilustrados no excerto acima.

Fotografia 40: Celebrações do Pan-americano - Grupo Escolar Farroupilha, 1943



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

No palco improvisado da Praça da Bandeira, as alunas fazem a leitura das frases contendo as realizações da América. Ao fundo, os demais alunos uniformizados, seguram as bandeirinhas de pano e papel, bem como os escudos dos Países Americanos. Reitero que as aulas aconteciam no turno da manhã; no entanto, o programa deste dia ocorreu no turno da tarde e longe do espaço escolar. Com isso, reforço a ideia de que os tempos de vida foram atravessados pelos tempos escolares, e de que os espaços sociais contribuíram para a reafirmação da cultura nacional.

Hinos e bandeiras estiveram presentes nesta, assim como nas demais festividades cívicas produzidas pelas escolas; pois, assim como no período republicano, era necessário também o “uso de outros signos além da palavra escrita, especialmente o uso de imagens, alegorias, símbolos e mitos, capazes de atingir não só a cabeça, mas o coração e as aspirações populares”. (SOUZA, 1998, p. 266). Os símbolos, especialmente a Bandeira Nacional,

<sup>403</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, ano XXXIII, n. 17, p. 1, 22 abr. 1942. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

educaram através do silêncio e da memorização. Em 1944, o Prefeito de Garibaldi mencionou em relatório que todas as escolas da cidade dispunham de bandeiras nacionais e mapas do Brasil, “intensificando-se o ensino da língua vernácula, história e geografia”, o que era “fundamental à instrução cívica”. (GARIBALDI, 1944, p. 10). Dada a sua importância, ela encerrava o calendário de datas cívicas celebradas nas escolas com um festejo que enaltecia sua história, criando sentimentos de pertencimento e veneração.

Já os hinos, entoados nas festividades e celebrações, eram copiados no caderno e constantemente lembrados em sala de aula, conforme explicitou Elia (2020): “*A gente entrava cantando o Hino Nacional. Depois, então, tinha uma reza. Não lembro mais se era Pai Nosso ou Ave Maria. Depois cada um sentava no seu lugar*”. Havia uma cobrança em relação ao conhecimento, em especial, do Hino Nacional. Assim, a repetição do canto na entrada foi uma estratégia pedagógica adotada pelas professoras dos grupos escolares investigados. Na narrativa da Prof.<sup>a</sup> Ernilda, essa prática também foi evidenciada; porém, quando as condições de trabalho permitiam, “*porque com duas classes tu não faz muita coisa. Tem que dar a matéria, tem que dar o programa e fazer eles aprender*”. (TURQUETTO, 2019).

Ao trabalhar com as datas cívicas, seria impossível não discorrer acerca da Independência do Brasil, que originava a principal festa deste período, ou então, a mais importante tradição. Sem dúvida alguma, os festejos alusivos à Independência ganharam um amplo destaque no contexto escolar e social dos municípios em estudo nesta pesquisa, em especial, pelo caráter étnico de ambos. Os prefeitos, como já demonstrado nos capítulos anteriores, não mediram esforços para contribuir com a política nacional e, nesse sentido, a festa da “maior data da nacionalidade” (CORREIO RIOGRANDENSE, 1943)<sup>404</sup> foi celebrada com grandiosidade e brilhantismo.

Os programas de comemorações da Semana da Pátria, elaborados pelas prefeituras<sup>405</sup>, convidavam os munícipes a participar das festividades cívicas pensadas para cada dia deste ritual. Normalmente, ao amanhecer do dia primeiro de setembro, as populações eram despertadas com queima de fogos ou tiros ao repicar dos sinos da Matriz, anunciando a abertura solene da festividade. Na sequência deste dia, cada município organizava sua programação; incluindo discursos de autoridades, guarda do fogo simbólico, hasteamento e arriamento do Pavilhão Nacional, jogos, concursos, sessões cinematográficas e participações nas celebrações

---

<sup>404</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, ano 34, n. 36, p. 1, 25 set. 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

<sup>405</sup> Foram analisados os programas de comemorações da Semana da Pátria de Garibaldi (1944, 1945 e 1947) e de Farroupilha (1943), localizados no AHMG e no ACEF.

internas das escolas e dos distritos. Em Garibaldi, acontecia sempre no dia primeiro o concurso de robustez infantil organizado pelo Posto de Higiene, com comissão julgadora composta pelos médicos da cidade. No meio da semana, era realizada a Parada da Mocidade, onde desfilavam as diversas entidades e escolas. O Dia da Pátria findava a semana de comemorações, revestido de uma simbologia que procurava enaltecer ainda mais os sentimentos de brasilidade. Abaixo, pode-se ler as programações organizadas em Farroupilha e Garibaldi, nos anos de 1943 e 1944:

Quadro 22: Programações do Dia da Pátria em Farroupilha e Garibaldi

7 de setembro em Farroupilha (1943)	7 de setembro em Garibaldi (1944)
<p>Às 9 horas – Hasteamento da Bandeira Nacional.</p> <p>Às 10 horas – Missa campal em honra à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, na Praça da Bandeira. (A realização dessa solenidade, nesse local escolhido, dependerá das condições climáticas).</p> <p>Às 15 horas – Parada Militar - Tiro de Guerra 652. Destacamento da Brigada Militar e Reservistas em geral.</p> <p>Às 16 horas – “HORA DA PÁTRIA” – Com a assistência de toda a população falará um orador. A seguir, será rezado na Igreja Matriz um solene TE-DEUM.</p> <p>Às 18 horas – Arriamento do Pavilhão Nacional.</p> <p>Às 20:30 horas – Marcha Luminosa pelas principais ruas da cidade.</p> <p>Às 22 horas – Cerimônia de extinção do Fogo Simbólico, na Igreja Matriz.</p>	<p>6,00 horas – <b>Alvorada</b> – por uma salva de 21 tiros e pelas bandas de tamboreiros da Escola Técnica Comercial Santo Antônio, Grupo Escolar Carlos Gomes e Colégio Santa Inês (todas em conjunto).</p> <p>8,00 horas – Grandiosa concentração, junto ao Altar da Pátria, do Grupo Escolar Carlos Gomes, Colégios São José e Santa Inês, Escola Técnica Comercial Santo Antônio, Professorado Municipal, Destacamento da Brigada Militar, Tiros de Guerra [...], Comerciantes, Industriários, Operariado, Entidades Desportivas, Funcionalismo público federal, estadual e municipal, aulas municipais e povo. Cerimônia de hasteamento da Bandeira Nacional pelo Sr. Dr. Olinto F. de Oliveira Freitas, Prefeito Municipal e Diretoria do Núcleo da Liga de Defesa Nacional. Hino Nacional pela Banda de Música. Continências pelo Destacamento da Brigada Militar, Tiros de Guerra 395, 311 e E.I.M. 88, Escola Técnica Comercial Santo Antônio. Vocalização do Hino da Independência. Discurso por um orador do Núcleo da Liga de Defesa Nacional.</p> <p>9,00 horas – Imponente desfile cívico-militar.</p> <p>10, 00 horas – Solene missa campal, no Altar da Pátria.</p> <p>13, 00 horas – Grande torneio de futebol entre os Tiros de Guerra.</p> <p>18,00 horas – Arriamento da Bandeira Nacional.</p> <p>24,00 horas – Encerramento das comemorações junto ao Altar da Pátria. Apagamento do <b>Fogo Simbólico</b>. Toque de silêncio por um clarim. Discurso pelo Sr. Dr. Prefeito Municipal.</p>

Fonte: Elaborado a partir do Programa Semana da Pátria em Farroupilha (1943) – ACEF e Programação de comemorações da Independência Nacional, Garibaldi (1944) – AHMG.

Como visto, cada prefeitura procurou fazer do seu município um palco de amor pátrio. Em Garibaldi, os festejos iniciaram mais cedo naquele ano, já contando com a presença das escolas. Em seguida, a programação fazia questão de anunciar as entidades e instituições que se fariam presentes, afinal, era preciso que todos se comprometessem em participar. Missas e desfiles cívico-militares eram o ponto alto da celebração. Os vigários, aproveitando a ocasião, faziam questão de fortalecer os laços entre Deus e a Pátria nas missas, salientando a importância do Catolicismo na vida do Brasil. A extinção do fogo simbólico, a marcha luminosa e o toque

de silêncio, simbolicamente, marcavam o encerramento da semana de comemorações cívicas.

Entre as diversas atividades pensadas para as comemorações da Semana da Pátria, destaco o envio de alunos à capital, Porto Alegre, para comemorações da Independência do Brasil<sup>406</sup>. Conforme explicou Luchese (2014b, p. 219):

Esses coloninhos, também chamados de gauchinhos, eram recebidos pelo governador. Alguns permaneciam instalados no Palácio Piratini e em casas de famílias porto-alegrenses para que pudessem viver em ambiente de brasilidade, educando-se e levando consigo lembranças que seriam transmitidas para colegas e familiares.

Em 1944, o Delegado Regional do Ensino solicitou ao Prefeito de Garibaldi o encaminhamento de oito alunos para compor a equipe de gauchinhos da 4ª Região Escolar, que iria até Porto Alegre. No documento, mencionava que deveriam ser dois alunos do Grupo Escolar de Picada Velha, dois alunos do Grupo Escolar Daltro Filho, dois da Escola Santa Bárbara e dois das escolas municipais<sup>407</sup>. Atento que a exigência do Delegado Regional recaia justamente sobre os dois grupos escolares mais afastados da cidade, onde a nacionalização esbarrava, ainda mais, na cultura local e familiar étnica.

Nesse contexto de exaltação da brasilidade, os grupos escolares procuraram organizar as comemorações da Semana da Pátria seguindo as determinações das prefeituras e da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Normalmente, a partir da segunda quinzena do mês de agosto, após envio do plano pelo Departamento de Educação Primária e Normal, as professoras iniciavam os preparativos dos festejos. Tudo era pensado e planejado com a finalidade de “criar no aluno a consciência de sua nacionalidade”, como escreveu a Diretora Silvia Jaconi, no *Relatório da Comemoração da Independência do Brasil de 1943*. Tais preparativos, conforme descreveu ela, envolviam os trabalhos de aula, onde

procurou-se dar aos alunos uma noção exata do verdadeiro patriotismo, mostrando-lhe todas as formas possíveis de bem servir a Pátria; demonstrou-se a necessidade que há de ativa cooperação de todos para o bem do Brasil; em estudo intenso de nossa História, foram explicados os fatos que imortalizaram brasileiros ilustres, ressaltando a importância e utilidade dos mesmos na vida Pátria; estudou-se com carinho as virtudes cívicas que fazem do homem um perfeito cidadão, usando-se, para isso, os 11 itens que compõem, o código do Bom Brasileiro; incentivou-se nos alunos o sentimento de orgulho de ser brasileiro, fazendo-lhes conhecer nossas tradições, nossas possibilidades, a riqueza do Brasil e o futuro que o espera; demonstrou-se, com clareza e simplicidade, as razões porque o Brasil está em guerra e a forma pela qual a

<sup>406</sup> Em seu estudo, Belusso (2020) perscrutou que, no ano de 1939, alunos do Grupo Escolar Farroupilha foram enviados a Porto Alegre para os festejos da Semana da Pátria.

<sup>407</sup> CAXIAS. **Ofício nº 392**, enviado por Luiz Antônio Dalbera, Delegado Regional do Ensino, ao Prefeito de Garibaldi, Olinto de Oliveira Freitas, em 10 de agosto de 1944. Trata da organização da equipe de “gauchinhos” da 4ª Região Escolar. AHMG.

criança pode cooperar para a vitória final; e, finalmente, detalhou-se, de forma fácil, precisa e completa, a significação das comemorações da Independência do Brasil<sup>408</sup>.

Esta parte do Relatório, em especial, contempla as representações em torno da nacionalização que envolveram a escola primária neste período histórico, com as suas exigências e desafios. Aos docentes, coube a missão de instituir o patriotismo por meio do “estudo intenso de nossa História”, valorizando personagens ilustres e seus feitos, apresentando as tradições e riquezas do Brasil, instituindo virtudes cívicas e sentimentos de pertencimento. A contextualização do momento histórico vivido se fazia presente no estudo das razões pelas quais o Brasil estava em guerra. Nas narrativas dos alunos, as memórias das exigências deste tempo:

*A gente tinha que decorar as datas históricas, a gente tinha que decorar! Tinha que saber de cor, por exemplo, a Inconfidência Mineira que foi dia 21 de abril. Tinha que saber tudo, como é que foi e como é que não foi. [...] A Independência do Brasil, a Proclamação da República...tinha que saber. (RIBEIRO, 2018).*

Até 1945, último ano do Estado Novo, os programas organizados, em especial, pelas escolas localizadas nas regiões centrais dos municípios foram extensos e repletos de atividades que ultrapassavam o período de aula, acontecendo dentro e fora do espaço escolar, durante os sete dias de solenidade. Como exemplo, reproduzo um trecho da programação da Semana da Pátria, organizada no Grupo Escolar Farroupilha em 1943, referente ao Relatório acima, mencionando os dias 1 e 2 de setembro:

No primeiro dia de setembro de mil novecentos e quarenta e três, com grande entusiasmo patriótico, iniciaram-se, neste Grupo Escolar, as comemorações da “Semana da Pátria” de 1943. Às nove horas, alunos e professoras deste estabelecimento de ensino dirigiram-se à Praça da Bandeira afim de assistirem o Hasteamento do Pavilhão Nacional que, a convite do Sr. Prefeito Municipal, foi feito pela Diretora deste Grupo, Srta. Silvia Jaconi. Após, na Igreja Matriz, foi assistida a Missa realizada em sufrágio aos brasileiros mortos em defesa da Pátria. Às dez horas, neste Grupo Escolar, com a presença do Ilmo. Sr. Antônio Pedroso Pinto, D.D. Prefeito Municipal, Dr. Olmiro de Azevedo, Advogado residente em Caxias, Dr. Antão Batista, Presidente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional, Padre Olívio Bertuol, Coadjutor desta Paróquia, Tenente Bernardino Coelho, Instrutor do Tiro de Guerra, Tenente Armando da Silva, Delegado da Junta de Alistamento Militar, Sr. José Pinto da Motta, Delegado de Polícia, Sr. Valentim Luchese, Diretor da Instrução Pública Municipal, Sra. Ondina Gomes Pinto, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, grande número de pais de alunos, alunos do Tiro de Guerra 652, professoras [...], de acordo com o programa enviado pela Secretaria de Educação e Cultura foram desenvolvidas as atividades seguintes: 1- Hasteamento da Bandeira pelo Prefeito

---

<sup>408</sup> Relatório da Comemoração da Independência do Brasil de 1943, enviado ao Departamento de Educação Primária e Normal. O mesmo encontra-se anexado no Livro Atas Cívicas do Grupo Escolar Farroupilha (1940-1951). ACEF.

Municipal com formatura dos alunos e canto do Hino Nacional. 2- Canto do Hino do Estudante. 3- Palestra pela professora Olga Ramos de Oliveira. 4- Como posso servir minha Pátria – leitura pela aluna Lili Fetter, do 5º ano. 5- Arabutã - canto por todos os alunos. 6- Leitura do quadro dos Deveres da criança brasileira – pelo aluno Walter Gomes Pinto, do 4º ano. 7- Pátria – narração acompanhada de canto, pelo aluno Alcibiades Vontz, do 4º ano. 8- Brasil – canto por todos os alunos. 9- Leitura do relatório da excursão à Fábrica de Calçados Broilo, pelo aluno Pedrinho Reginato, do 5º ano. 10- Canto do Hino da Independência. 11- Desfile em saudação à Bandeira. Às 18 horas – Arriamento do Pavilhão Nacional pelos alunos do Jardim de Infância e canto do Hino à Bandeira. Dia 2 de setembro: Às 8 horas – Hasteamento da Bandeira pela aluna Lili Fetter, do 5º ano, com formatura dos alunos e canto do Hino Nacional. Às 9 horas - Hasteamento do Pavilhão Nacional na Praça da Bandeira. Trabalhos em aula. Às 15, 30 horas, no pátio deste Grupo Escolar com a presença do Sr. Prefeito Municipal, do Dr. Juiz Municipal, demais autoridades civis, militares e eclesíásticas, dos corpos docente e discente deste estabelecimento de ensino, alunos do Tiro de Guerra 652 e grande número de pais de alunos, foi feita uma demonstração de Educação Física constando de: 1- Desfile de saudação às autoridades presentes. 2- Evolução, por alunos dos 3º, 4º e 5º anos. 3- Evolução, por alunas dos 3º, 4º e 5º anos. 4- Dança infantil, por alunos dos 1º e 2º anos. 5- O caranguejo – dança por alunos dos 3º, 4º e 5º anos. 6- Pirâmides, por alunos dos 3º, 4º e 5º anos. 7- Conjunto de exercícios, por todos os alunos dos 2º, 3º, 4º e 5º anos. 8- Às 18 horas – Arriamento do Pavilhão Nacional pelos alunos do 1º ano B e canto do Hino à Bandeira<sup>409</sup>.

Era de praxe acompanhar o hasteamento e o arriamento do Pavilhão Nacional na Praça da Bandeira ao longo dos festejos da Semana da Pátria. Em virtude do período de aula, para o hasteamento, compareciam boa parte dos discentes com suas respectivas professoras; já, para o final do dia, eram selecionados alguns alunos ou classes específicas. Na composição desse ritual inicial, “a veneração dos símbolos” proporcionava “o sentido de identificação dos homens com sua cidade e com sua nação”, conforme sinalizou Pinheiro (2006, p. 116), ao tratar dos grupos escolares constituídos na Paraíba.

Destaco no excerto o convite feito à Diretora Silvia Jaconi para hastear o Pavilhão Nacional neste dia e, reitero, a partir das diversas atas consultadas, a participação ativa das professoras deste Grupo Escolar nas respectivas comemorações, conduzindo, inclusive, o fogo simbólico pelas ruas da cidade, como fez a Professora de Educação Física Fandila Reginato, em 1947, ao lado dos alunos Darci, Angelo, Otacílio e Eraldo. Também verifiquei que as direções do Grupo Escolar Farroupilha eram frequentemente convidadas para tratar do programa de comemorações da Semana da Pátria na Prefeitura.

Rememoro, a partir de um estudo anterior (FERNANDES, 2015) que, neste período, o grupo de professoras era composto por mulheres formadas em instituições de excelência no Rio Grande do Sul, como a Escola Complementar de Caxias<sup>410</sup>, a Escola Complementar de São

<sup>409</sup> Livro Ata Comemorações (1942-1949). Ata das comemorações da Semana da Pátria de 1943. Grupo Escolar Farroupilha. ACEF. Grifos do documento.

<sup>410</sup> Acerca da Escola Complementar de Caxias, indico o estudo de Bergozza (2010).



José<sup>411</sup> e a Escola Normal de Porto Alegre. Algumas docentes eram filhas ou esposas de pessoas ilustres do município; outras, haviam conquistado as primeiras colocações no concurso para ingresso no magistério estadual<sup>412</sup>, ou seja, era um corpo docente visto com bons olhos pelas autoridades locais. Em consonância com Louro (2011, p. 102), vejo que

as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas”, uma vez que “professores e professoras – como qualquer grupo social – foram e são objeto de representações.

Diante da representatividade e competência das professoras, o Grupo Escolar Farroupilha foi obtendo relevância no cenário local. Era uma escola respeitada, constantemente observada e elogiada pelas autoridades, especialmente no que dizia respeito aos festejos cívicos, como é possível observar no texto escrito pelo Presidente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional para a composição do *Relatório das Comemoração da “Semana da Pátria”* de 1944: “O garbo, a disciplina e o entusiasmo revelados por esse Grupo foram fatores importantes na esplendida demonstração de civismo que vimos presenciar durante aqueles dias de intenso culto ao Brasil”<sup>413</sup>. Os diferentes Prefeitos de Farroupilha, assim como outras autoridades civis e religiosas, foram presenças assíduas nas festividades organizadas pelo Grupo Escolar Farroupilha, o que, para a Diretora Silvia Jaconi, demonstrava “a importância deste estabelecimento em Farroupilha”<sup>414</sup>.

Aponto, na ata transcrita anteriormente, as demonstrações de Educação Física que tinham como propósito desenvolver os cuidados e o disciplinamento do corpo, essenciais à formação do novo cidadão brasileiro. A partir dos documentos analisados, é possível inferir que as demonstrações de Educação Física contemplaram danças, dramatizações, apresentações de ginástica rítmica, jogos e exercícios diversos; entre eles, a construção de pirâmides, como se pode observar na fotografia abaixo:

---

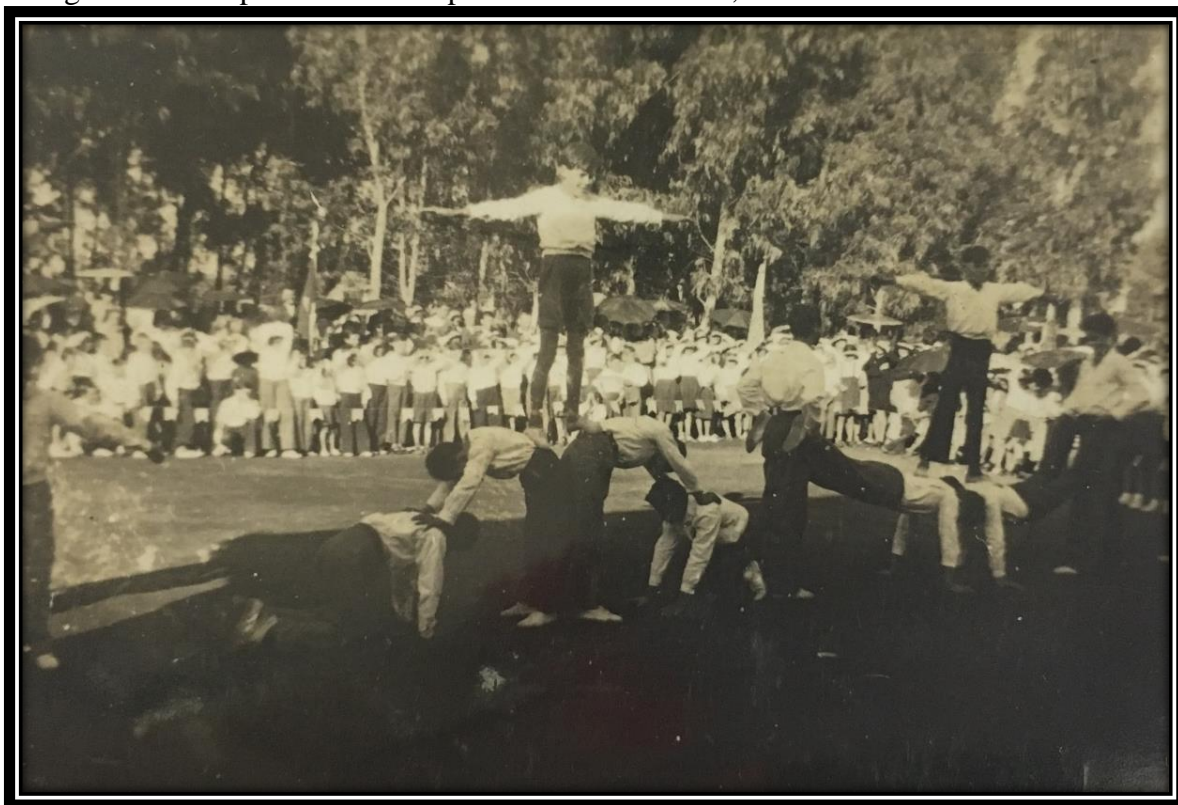
<sup>411</sup> Localizada em São Leopoldo/RS.

<sup>412</sup> Conforme Fernandes (2015, p. 97): “Depois de trabalhar por aproximadamente 10 anos como professora municipal, Lydia prestou concurso para ingresso no magistério estadual. Segundo relembra, existiam aproximadamente 1500 candidatas e as da *colônia* ficaram com as primeiras colocações, uma vez que o primeiro lugar ficou com a professora Alice Gasperin, e o 3º, com a professora Lydia. Em virtude da boa colocação, ambas puderam escolher o lugar em que queriam lecionar. Escolheram o *Grupo Escolar de Farroupilha*”.

<sup>413</sup> Texto escrito por Antão de Jesus Batista, Presidente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional, para composição do Relatório das Comemoração da “Semana da Pátria” de 1944, enviado ao Departamento de Educação Primária e Normal. O mesmo encontra-se anexado no Livro Atas Cívicas do Grupo Escolar Farroupilha (1940-1951). ACEF.

<sup>414</sup> Relatório da Comemoração da Independência do Brasil de 1943, enviado ao Departamento de Educação Primária e Normal. ACEF.

Fotografia 41: As pirâmides – Grupo Escolar de Caruara, 1944



Fonte: Acervo fotográfico da EMEFNS – Farroupilha/RS.

A construção de pirâmides foi um exercício muito utilizado pelas professoras nas demonstrações de Educação Física dos grupos escolares estudados e, diante do período histórico em que foram produzidas, penso que estavam alinhadas com os princípios de equilíbrio, coragem e cooperação (BASTOS, 2005). Como visto acima, eram reproduzidas no pátio da escola, por grupos de meninos ou meninas do 3º ao 5º ano, nunca de forma mista. Já a ginástica rítmica, por exemplo, era uma prática exclusiva das meninas, esboçando a graciosidade e a delicadeza do corpo feminino (CÔRREA, 2009). A diferenciação de gênero aparecia também na composição das equipes para os campeonatos esportivos ao longo dos festejos da Semana da Pátria na escola, como pode-se observar na imagem abaixo:

Fotografia 42: Equipe “Americano” - Grupo Escolar Farroupilha, 1942



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

Os campeonatos contavam com a participação dos(as) alunos(as) maiores e, normalmente, aconteciam no pátio escolar. As equipes, organizadas por gênero, escolhiam nome, madrinha e símbolos. Na fotografia, vê-se a Equipe Americano, campeã da disputa contra a Equipe 7 de Setembro nos jogos da Semana da Pátria de 1942. Segurando as flores, está a madrinha Silvia Jaconi. Em segundo plano, ao lado direito, está a torcida, composta pelas demais alunas da instituição. Ao fundo, alunas da outra equipe e, provavelmente, alunos do Tiro de Guerra local. Neste ano, as demonstrações de Educação Física contaram com grande público, incluindo autoridades diversas, famílias, discentes e professores(as) do Ginásio São Tiago e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes<sup>415</sup>. Jogaram, também, as equipes Ipiranga e Vitória, composta pelos meninos, alunos do Grupo Escolar.

No cotidiano da escola primária, os jogos foram amplamente incentivados, pois, através deles, o aluno aperfeiçoaria as “qualidades de sociabilidade, cooperação, solidariedade, cortesia, ao lado da coragem, da prudência, da perseverança, da serenidade, da modéstia na

<sup>415</sup> Informações extraídas da Ata das comemorações da “Semana da Pátria” de 1945. Livro Atas Comemorações, Grupo Escolar Farroupilha (1942-1949). ACEF.

vitória e da conformação na derrota”. (apud BASTOS, 2005, p. 288). Além disso, em meio aos festejos da Semana da Pátria, contribuíram para o fortalecimento dos sentimentos nacionalistas; onde, simbolicamente, esportistas representavam suas equipes, nomeadamente brasileiras, lutando por um objetivo em comum: vencer, se destacar. Da mesma forma, o público, ao torcer, tornava-se “o próprio símbolo da nação”, conforme sinalizou Hobsbawm (1990, p. 171). Além dos jogos de voleibol, havia a bola ao campo contrário, a corrida de estafeta, a corrida da centopeia e a corrida com braçal.

Ao rememorar tais festejos, a Professora Ernilda (2019) compartilhou:

*Os alunos faziam demonstrações. Primeiro dentro da escola, a parte cívica. Depois, poesias, essas coisas. No 7 de Setembro, cantos, essas coisas... e a data, falar da data, se fazia sempre em todos os anos. Os alunos, eu pegava eles pra fazer as coisas, treinava eles. Depois ia pro pátio. Tinha Educação Física e tinha os jogos pra disputar também.* (TURQUETTO, 2019).

Entre os jogos, lembrou da corrida de velocidade e da corrida com peso. Mencionou que os alunos adoravam essa parte dos festejos e, diante disso, penso que, apesar da cobrança em torno da organização e da execução deste festejo, havia também espaço para o lúdico e para o divertimento. A propósito, havia uma preocupação em relação à frequência dos alunos às solenidades cívicas, principalmente aos sábados e feriados. Diante disso, penso que o desenvolvimento da parte recreativa foi uma estratégia utilizada para contar com uma maior participação, uma vez que o programa de comemorações deveria dar “motivo à atividade interessada dos alunos, ajustando-se-lhes às necessidades, interesses, gostos e preferências”, conforme orientações expressas pela Diretoria Geral de Instrução Pública<sup>416</sup>. Comparecer aos festejos, independente do dia, era uma obrigação, como se pode observar nas frases representativas dos(as) alunos(as) do Jardim de Infância do Grupo Escolar Farroupilha, anexadas no já citado *Relatório da Comemoração da Independência do Brasil de 1943*: “Eu sou bom brasileiro, não é professora? Pois eu vim!” – “Eu cumpri com o meu dever”.

Voltando ao excerto apresentado anteriormente, friso os textos “Como posso servir minha Pátria” e “Quadro dos deveres da criança brasileira”, lidos durante a programação do dia primeiro de setembro; pois, como assinalou Peres (2000), a Semana da Pátria, “era o espaço e o tempo escolar onde uma verdadeira *campanha de boa conduta* era desencadeada”. (PERES, 2000, p. 360, grifo da autora). Dito isso, a partir de redações, poesias, preleções, músicas e

---

<sup>416</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Circular nº 3090, [s.d.]**. AHMG.

campanhas, ressaltava-se a importância da honestidade, da coragem, da generosidade e da responsabilidade consigo, com a natureza e com a Pátria; virtudes cívicas importantes para o desenvolvimento de um cidadão ideal.

No interior das comemorações da Semana da Pátria, aponto a realização dos desfiles cívicos que, normalmente, aconteciam no dia 05 de setembro, a título de Parada da Juventude, Parada da Mocidade ou Parada da Vitória; onde, pelas principais ruas das cidades, professoras e alunos(as) desfilavam representando suas escolas, assistidos(as) pelo público presente. Ao longo do percurso, devidamente uniformizados e alinhados, entoando cânticos cívicos, cumpriam com o dever de cidadão, de aluno(a), de professor(a): manifestar publicamente os sentimentos de respeito e amor à Pátria.

Fotografia 43: Parada da Vitória - Grupo Escolar Farroupilha, 1945



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

A presente fotografia retrata o ponto de concentração do Grupo Escolar Farroupilha para o desfile cívico de 1945, defronte ao prédio da escola. Abrindo o desfile, um cartaz com o mapa do Brasil é apresentado por dois alunos. Na sequência, ganha destaque o Pavilhão Nacional empunhado pelas alunas. Atrás, o cortejo com demais estudantes e professoras, incluindo a

aluna com a bola, dando destaque para a importância da saúde, dos esportes (1). A organização dos desfiles supõe uma gramática, onde se “põe em perspectiva os símbolos que se relacionam com as especificidades das diferentes realidades históricas”. (BENCOSTTA, 2006, p. 308). Ao desfilar, as escolas colocavam em destaque o trabalho e o comprometimento no auxílio da nacionalização.

Enquanto o Grupo Escolar Farroupilha e o Grupo Escolar Carlos Gomes estavam sob a mira dos holofotes das cidades (BENCOSTTA, 2006), os demais grupos escolares, localizados nas zonas rurais, tiveram comemorações mais modestas, sem tantas exposições. A seguir, leia-se a ata de comemoração da Independência do Brasil, no Grupo Escolar de Picada Velha:

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e cinco, às nove horas, reuniram-se as professoras e alunos do Grupo Escolar de “Picada Velha” para a comemoração do feriado “Independência do Brasil”. Foi apresentado o seguinte programa: 1º - Hasteamento da Bandeira Nacional com canto do Hino Nacional. 2º - Feitos do Corpo Expedicionário Brasileiro – preleção pela professora Orphélia Milani. 3º - O Brasil – poesia pela aluna do 5º ano – Clélia Piacentini. 4º - O grito do Ipiranga – declamação pela aluna do 4º ano – Lourdes Dameto. 5º - Soldado Expedicionário Brasileiro – poesia pela aluna do 3º ano – Olga Valezan. 6º - Semana da Pátria – preleção pela aluna do 4º ano – Odila Salvi. 7º - Minha Pátria – poesia pela aluna do 5º ano – Antonieta Dameto. 8º - Canto do “Hino à Bandeira” por todos alunos do Grupo. 9º - Encerramento com o canto da marcha “Vitória! Vitória!” em saudação à Bandeira. Foi também escalada para a próxima “Hora Cívica” a professora Ilka da Rosa<sup>417</sup>.

A partir desta e das demais atas analisadas, pode-se dizer que os festejos se restringiam principalmente aos espaços internos das instituições, seguindo um programa menos extenso e respeitando o período de aula. Como, normalmente, não havia desfiles nos distritos mais afastados, os alunos destes grupos eram levados para assistir aos desfiles nas cidades, conforme as narrativas de vários dos entrevistados. Elia (2020), quando questionada acerca do transporte para ir até o evento, mencionou: “*De caminhão, com uma carroceria em cima [risos]*”. No trabalho organizado por Belusso (2020), é possível verificar a progressão dos investimentos financeiros realizados pela Prefeitura de Farroupilha nos festejos da Semana da Pátria a partir de 1938, incluindo “o transporte de alunos do interior para a área central do município”. (BELUSSO, 2020, p. 352).

Ao menos em Farroupilha, as programações da Semana da Pátria organizadas pela prefeitura nos anos de 1943 e 1946 incluíram uma passagem das autoridades e do Tiro de Guerra pelos distritos e, diante disso, é provável que as escolas tenham, de alguma forma, participado

---

<sup>417</sup> Livro de Atas (1942-1948). Ata nº 3. Grupo Escolar de Picada Velha. AEEEFCA.

destas celebrações. No *Programa do Fogo Simbólico da Pátria*, elaborado pela prefeitura em 1944, pode-se observar o percurso que a chama faria pelos distritos e a recepção do mesmo a cargo das diretoras do Grupo Escolar de Vila Jansen e do Grupo Escolar de São Marcos. Por serem autoridades nestas comunidades e representarem suas escolas, as diretoras, também nas zonas rurais, eram convidadas a participar dos atos cívicos, devendo ser exemplos de conduta, moral e patriotismo.

Outra Centelha do “Fogo Simbólico” será conduzida desta cidade até a Sede do Distrito de Vila Jansen e, no trajeto, inflamará a Pira de São Marcos, ficando digníssimas Diretoras dos Grupos Escolares a Subprefeitos respectivos as solenidades de recepção<sup>418</sup>.

Em Garibaldi, a subprefeitura do Distrito de Carlos Barbosa destacou-se na organização dos festejos em honra à Pátria e, diante disso, o Grupo Escolar de Carlos Barbosa foi convidado (ou convocado) a participar. Embora situado na zona rural, diferente dos demais, desfilava pelas ruas de Garibaldi e também de Carlos Barbosa. Nas lembranças de Nilza (2020): *“Eu sei que, na época de desfile, quem desfilava sempre na frente era o Santa Rosa. Nós éramos os pobres atrás”*. Ainda, segundo ela:

*A gente tinha que decorar as poesias pra ir no palanque oficial recitar as poesias. Na frente do grupo escolar, eu lembro que tinha uma área assim e tinha o palanque oficial. Na Semana da Pátria, todas as manhãs, a gente tinha que ir lá cantar o Hino Nacional e arriar a bandeira de tardezinha. Isso eu me lembro!* (BARSÉ, 2020).

Tais fragmentos de memórias auxiliam na compreensão da representatividade que essa escola tinha nas comemorações da Semana da Pátria, além de evocar sentimentos próprios da infância: *“Nós éramos os pobres atrás”*. Para a ex-aluna, a ordem do desfile era um indicativo de importância ou destaque social. Chamo atenção, a partir da narrativa de Nilza, para a construção do *“palanque oficial”* na frente do Grupo Escolar; onde, de forma simbólica, instituía-se uma obrigatoriedade de participação nas celebrações organizadas pela subprefeitura. Aliás, destaco a organização da Parada da Mocidade em 1941, descrita com louvor nas páginas do Jornal *Correio Riograndense*, onde desfilaram os alunos do Tiro de Guerra local, o corpo docente e discente do Colégio Santa Rosa e do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, assim como alguns atletas do Esporte Clube Serrano, respectivamente nesta ordem.

---

<sup>418</sup> FARROUPILHA. **Programa do “Fogo Simbólico da Pátria”**. Farroupilha: Livraria Brentano, 1944. Folhetim produzido pela Livraria Brentano, a cargo da Liga de Defesa Nacional em parceria com a Prefeitura de Farroupilha. O mesmo encontra-se anexado no Livro Atas Cívicas do Grupo Escolar Farroupilha (1940-1951). ACEF.

Ao final do desfile, no “Altar da Pátria”, houve demonstrações de Educação Física pelos alunos das duas escolas. Na mesma notícia, havia uma descrição dos festejos da Independência do Brasil:

[...] Nove horas da manhã, chegam as Aulas Municipais do interior. Que belo espetáculo. Surgem os alunos do “Santa Rosa” e do Grupo Escolar e, a seguir, irrompe a turma do Tiro de Guerra 395 em bela cadência executada pela sua Banda. Colocam-se em linha e formações defronte ao Altar da Pátria, centro de toda a festividade. São 10 horas e um “frisson” de entusiasmo movimenta a massa de povo. Eis que chega, procedente de Garibaldi, o Fogo Simbólico, conduzido pelos atletas do T. G. 395. Sobe o jovem ao Altar e ali faz entrega da tocha ardente ao Rvdo. Pe. Joaquim, o qual, entre palmas da multidão, acende a Pira da Pátria. Entoa-se neste instante o Hino Nacional e, após, o Hino da Independência. Desfilam depois perante os presentes os oradores do dia. Em primeiro, um representante do Tiro de Guerra 395. Belo discurso. Suas palavras últimas são recebidas com alardeantes palmas. Vem depois duas alunas, uma do Grupo Escolar e outra do Santa Rosa. – Fala, a seguir, a prof. Naydes Bordini, que foi muito aplaudida. E agora... O Rvdo. Padre Joaquim previne a todos em exemplares palavras que irá celebrar a Santa Missa. [...] Iniciou-se o Santo Sacrifício o qual foi entrecortado por cânticos sacros habilmente vocalizados por um coro de alunos do Colégio S. Inácio de São Salvador. Finda a Santa Missa, aguarda-se um instante e então o Pe. Joaquim inicia uma eloquente e bela oração, na qual abordou assuntos do real interesse, salientando o papel do Catolicismo, da Religião de Cristo, na vida do Brasil, desde o seu descobrimento até nossos dias. Esboça um belo perfil do Soldado – exemplo “Duque de Caxias”, e destaca o amor e a devoção desse herói nacional pela religião de Cristo, a religião verdadeira. – [...] Com este discurso, foram encerradas as solenidades da manhã. O povo dispersou-se e os escolares rumaram para seus pontos de refeição. Queremos destacar aqui a exemplar colaboração das dignas senhoras da Sociedade Barboense, as quais, num belo gesto, serviram-se de ter sob sua guarda e cuidados os alunos das Escolas Municipais do interior, oferecendo-lhes suculento almoço. - Esta ideia deve-se ao Snr. Salvador Bordini, esforçado Inspetor Municipal de Ensino deste Município [...].<sup>419</sup>

Por muitos anos, a imprensa local procurou noticiar todo o ritual dos desfiles e das demais comemorações cívicas devido ao esforço dos municípios em prol da nacionalização. Assim como destacou Nascimento (2006, p. 163), ao escrever acerca da implantação dos grupos escolares em Sergipe, a participação destas escolas “em festas públicas destinadas à celebração de eventos cívicos era importante e merecia o registro frequente nos jornais”. Desconsiderando a tessitura dos elogios, destaco, a partir da notícia, a extensão da programação com término às 18 horas, contemplando uma diversificação de atividades que incluía discursos, rezas, jogos e uma sessão cultural cinematográfica oferecida aos estudantes no início da tarde. Chamo atenção para a presença dos(as) alunos(as) das escolas municipais do interior que, possivelmente, permaneciam até o final dos festejos. Certamente, para essas crianças e adolescentes, esta era uma oportunidade de contato com outras pessoas e práticas culturais, além de ser um momento de festa e diversão. Já para a inspetoria municipal, era um momento

<sup>419</sup> **Correio Riograndense**, Garibaldi, n. 39, p. 3-4, 24 set. 1941. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 abr. 2021.



propício para a transmissão de valores e sentimentos que deveriam ser internalizados e compartilhados com familiares e colegas no retorno para casa.

Além das atividades acima explicitadas, ao longo dos festejos da Semana da Pátria aconteciam exposições e concursos dos trabalhos produzidos nas/pelas escolas. Entre as produções expostas e avaliadas, destacavam-se álbuns, cartazes, desenhos, redações e frases que se relacionavam com a história, os símbolos, as tradições e as riquezas da Pátria. Para compor a comissão julgadora, eram convidadas diretoras, professoras e demais autoridades, especialmente os prefeitos. Os trabalhos eram confeccionados pelas diversas turmas, incluindo as classes de alfabetização e de extensão do Curso Noturno, para os grupos escolares que os possuíam. Além da avaliação dos trabalhos de forma individual, algumas vezes, avaliava-se também o desempenho das classes, como pode-se ler no fragmento abaixo, extraído da *Ata das comemorações da “Semana da Pátria” de 1947*, do Grupo Escolar Farroupilha:

Na apresentação e julgamento, os trabalhos foram classificados sob dois aspectos: a apresentação e o conteúdo, tendo, de acordo com essas especificações, conquistado o primeiro lugar, no conjunto, o 3º ano regido pela professora Suely Giron<sup>420</sup>.

Tais indícios lembram as concepções expostas por Foucault (1995, p. 162), quando o autor assinala que as classificações têm um duplo papel: “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar”. Além de destacar os alunos mais dedicados, os concursos davam visibilidade ao trabalho das professoras, uma vez que as premiações individuais e coletivas representavam a disciplina, a organização e a competência do fazer docente.

Em 1942, por exemplo, os(as) alunos(as) dos grupos escolares locais participaram do concurso de confecção da Bandeira Nacional instituído pela Prefeitura, no qual a aluna Elsa Postali, do Grupo Escolar Farroupilha, tirou o primeiro lugar<sup>421</sup>. Acerca deste concurso, Belusso (2020, p. 376) escreveu que:

Foram oferecidos prêmios, no total de 175\$000, aos vencedores do concurso de desenhos da Bandeira Nacional, instituído pela Prefeitura, entre os alunos de todos os estabelecimentos de ensino do município. Para participar, deveriam os concorrentes apresentar o mais perfeito desenho da Bandeira Nacional, em uma folha de cartolina branca medindo 30x40 centímetros. Os desenhos foram recebidos pela Diretoria de Instrução Pública e avaliados por uma comissão. Os prêmios, em dinheiro, correspondiam ao valor de 100\$000, 50\$000 e 25\$000, e seriam entregues na Semana

---

<sup>420</sup> Livro Ata Comemorações (1942-1949). Ata das comemorações da “Semana da Pátria” de 1947. Grupo Escolar Farroupilha. ACEF.

<sup>421</sup> Informações extraídas da Ata das comemorações da Semana da Pátria de 1942, presente no Livro Atas Comemorações (1942-1949) do Grupo Escolar Farroupilha. ACEF.

da Pátria aos três melhores desenhos, respectivamente. Os trabalhos vencedores seriam afixados na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac.

Durante a pesquisa no acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Gomes, localizei, em meio aos *Livros de Matrícula e Frequência*, um dos álbuns produzidos no início da década de 1940 pela turma de 3º ano, regida pela Professora Dóra Hugo Fortini. Diante da riqueza do material encontrado, não poderia deixar de analisá-lo, em especial, por tratar-se de uma escrita ordinária, produzida na teia do cotidiano escolar por uma turma de alunos e sua professora.

Figura 14: Álbum do Município de Garibaldi – Grupo Escolar Carlos Gomes



Fonte: AEEEEFCG – Garibaldi/RS.

O álbum apresenta capa dura e está composto por 21 folhas de tamanho A4, agrupadas por um laço em um dos lados, com uma fita nas cores da Bandeira Nacional. Na primeira folha, como visto acima, há o título e os dados de identificação da escola: nome, professora e turma. Na sequência, apresenta textos manuscritos, desenhos, fotografias, recortes e colagens. As páginas parecem ter sido

agrupadas uma a uma, de modo que essa justaposição permitisse que as atividades fossem fixadas depois de prontas, o que demonstra a clara intenção em produzir uma escrita limpa, sem erros de grafia, que causasse boa impressão. (GOMES, 2008, p.31).

Em algumas, há a inscrição do nome dos alunos, contabilizando sete estudantes no total. Talvez, as páginas sem essa inscrição tenham sido confeccionadas pela professora. Através da análise do documento, entendo que ele tinha como finalidade apresentar aspectos históricos e geográficos do município, em conformidade com o Programa de Estudos Sociais estabelecido para o 3º ano, no *Programa Mínimo das Escolas Primárias do Estado*<sup>422</sup>. Em relação ao



conteúdo, o álbum inicia apresentando as autoridades políticas do período em curso; na sequência, exhibe o mapa de Garibaldi, assim como um breve histórico do município e da administração municipal. Em seguida, estão anexadas fotografias, cartões postais e demais figuras retratando diferentes pontos da cidade. Nas próximas páginas, há informações acerca da instrução, dos distritos, da religião, da indústria e da agricultura. Pontuo que estes dois aspectos econômicos

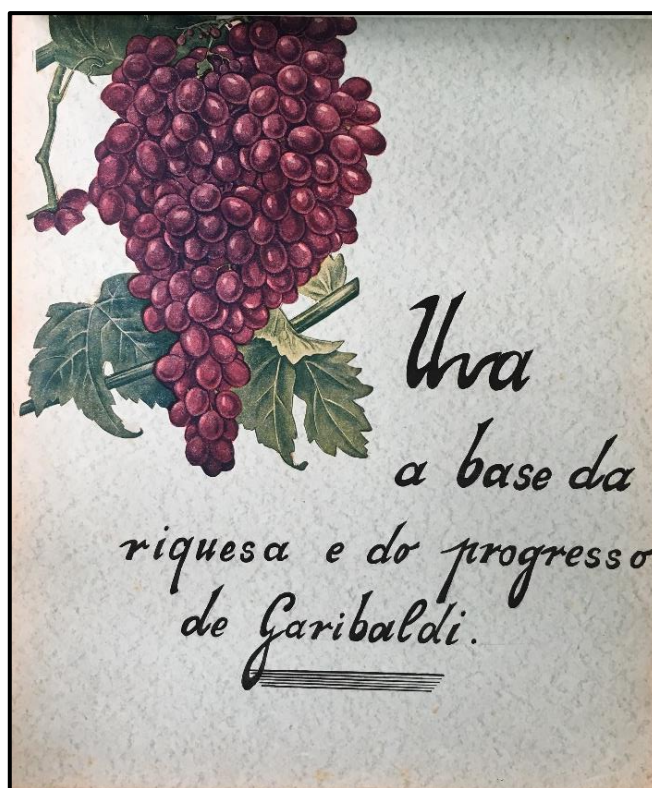
<sup>422</sup> Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939.

foram ressaltados no álbum, ganhando quatro páginas cada um, afinal, representavam as riquezas de Garibaldi. Ganharam destaque na composição do álbum a Vinícola Casa Peterlongo, a Cooperativa Agrícola de Garibaldi e a Granja Santo Antônio. No que se refere à agricultura, evidenciou-se os três principais produtos: a uva, o trigo e o milho. A confecção deste álbum, em especial, incutia os sentimentos de pertencimento com o local, valorizando a história, a geografia e a importância econômica das culturas advindas da terra, “riqueza e progresso de Garibaldi”.

A partir do estudo de Gomes (2008), compreendo que a confecção do álbum envolveu as práticas de leitura, pesquisa e escrita. Era um trabalho coletivo, onde “o capricho com a letra, o cuidado com os contornos, o preenchimento dos espaços vazios com desenhos e/ou ilustrações iam desenvolvendo sensibilidades para a organização estética”. (GOMES, 2008, p. 69). Vale pontuar que Gomes (2008) e Bastos (2005) vinculam a produção dos álbuns de pesquisa à criação das bibliotecas e dos clubes de leitura. Talvez, o “*Álbum do Município de Garibaldi*” também tenha sido produzido na tessitura destas instituições.

Pode-se pensar que os álbuns eram produzidos para comunicar o trabalho desenvolvido na escola e, ao serem expostos para apreciação, davam visibilidade à dedicação dos alunos e da professora responsável pela organização e condução da atividade. Neste sentido, destaco o investimento da Professora Dóra Hugo Fortini na feitura do álbum, em especial, pela utilização de diversas fotografias, um recurso com um custo considerável no período em estudo.

Ao procurar indícios acerca desta professora e de sua formação, verifiquei que Dóra Hugo Fortini estudou em instituições importantes de Porto Alegre, onde residiu até o casamento com Ruy Fortini<sup>423</sup>. Em 1931, concluiu os seus estudos no Ginásio Nossa Senhora do Bom



<sup>423</sup> Médico e diretor, por vários anos, do Hospital São Pedro, em Garibaldi.

Conselho, diplomando-se como aluna-mestra<sup>424</sup>. Em seguida, deu continuidade à sua formação na Escola Normal General Flores da Cunha, onde formou-se em 1935, tendo como uma de suas paraninfas a Professora Olga Acauan Gayer<sup>425</sup>. Neste período, seu nome aparece por diversas vezes na coluna social do jornal gaúcho *A Federação*, o que indica uma posição social elevada em meio à sociedade porto-alegrense. Assim, penso que a produção deste material, “iluminando vestígios de si” (CUNHA; SOUZA, 2015, p. 22), reverbera apropriações e representações de uma professora com prestígio social e profissional, formada em meio ao movimento renovador no Rio Grande do Sul.

Considerando o processo de classificação e de seleção dos documentos que compõem os acervos escolares, questionei-me acerca da preservação deste álbum em meio aos *Livros de Matrícula e Frequência*. Diante de tantos descartes, teria sobrevivido por estar totalmente embalado e ser do mesmo tamanho que os demais livros citados? Teria sido preservado pela autoria, beleza ou representatividade que tivera na época de sua produção? De qualquer forma, “no processo de arquivamento, intervém a vontade de guardar e preservar para a posterioridade o que se considera digno de ser lembrado e, o que nem sempre é evidente, de excluir tudo o que não desfrute de tal legitimidade”. (LUCA, 2020, p. 42).

Voltando às atividades, ressalto que o ditado<sup>426</sup> também foi uma prática utilizada para trabalhar as datas cívicas, como pode-se observar na figura abaixo, extraída novamente do caderno de Elia:

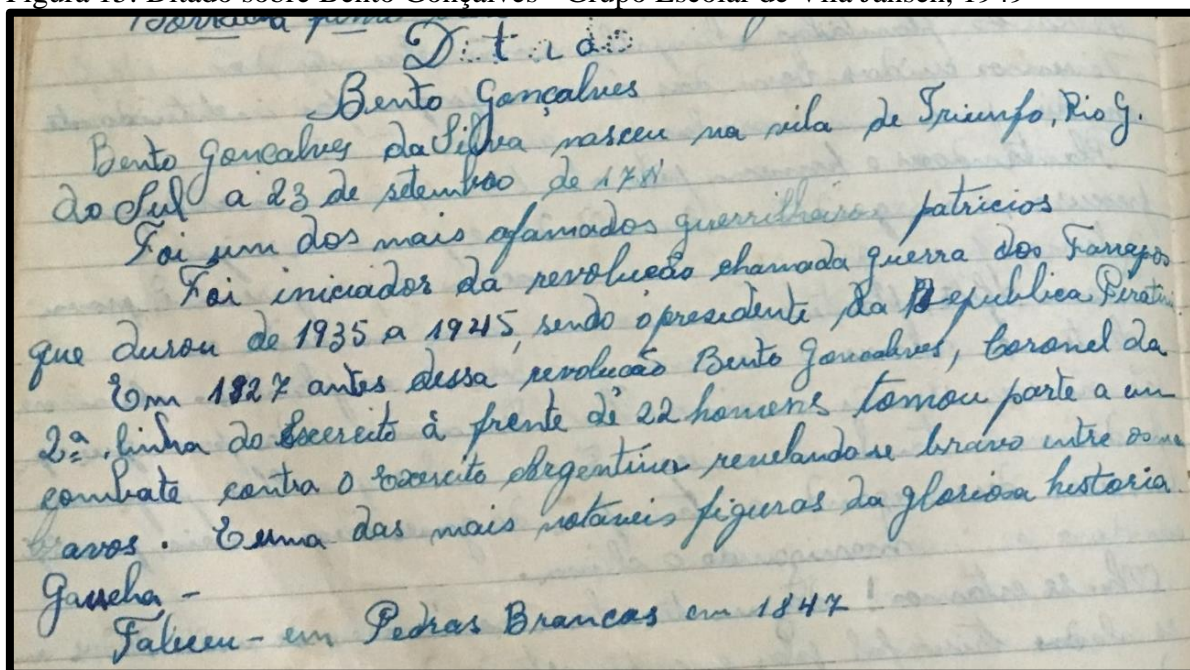
---

<sup>424</sup> Lebrun (1935).

<sup>425</sup> **A Federação**, Porto Alegre, ano LII, n. 160, p. 2, 18 dez. 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

<sup>426</sup> Acerca do uso do ditado na escola primária, indico o estudo de Monteiro (2016).

Figura 15: Ditado sobre Bento Gonçalves - Grupo Escolar de Vila Jansen, 1949



Fonte: Acervo pessoal de Elia (2020).

Em meio ao estudo da Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, celebrada no dia 20 de setembro no Rio Grande do Sul, a professora fez uso do ditado para estudar a biografia de Bento Gonçalves, considerado um dos heróis da Revolução. Como já apontou Peres (2000, p. 298), as biografias destes “homens notáveis” estiveram “associadas à construção de uma memória histórica do país e, certamente, de uma história celebrativa”. Foram usadas, como prossegue explicando a respectiva autora, “como suporte didático para as aulas de leitura, de História e das lições de moral e civismo”. Nesta ocasião, novamente de forma interdisciplinar, trabalhou-se a língua pátria e a memorização dos feitos de um dos personagens da história estadual. Para Monteiro (2016, p. 67-68):

O ditado é um exercício muito simples que demanda apenas materiais de uso corrente em sala de aula – papel e lápis. É um exercício coletivo e ao mesmo tempo individual, ou seja, permite que a professora conduza sua prática em conjunto com a turma, enquanto todos a realizam ao mesmo tempo, mas também permite a manifestação individual das forças e das fraquezas de cada aluno quanto às aprendizagens.

A partir da análise dos ditados realizados entre 1948 e 1949 neste caderno, notei que não há correções da professora; portanto, penso que o ditado tenha sido usado como fixação dos conteúdos de Estudos Sociais e Língua Portuguesa: ortografia e escrita “com razoável

rapidez”<sup>427</sup>. Ao invés de escrever no quadro, ditava-se, obtendo concentração e silêncio. Ainda, reforço essa hipótese a partir do lapso na duração da Guerra dos Farrapos, onde a aluna escreve que a mesma “durou de 1935 a 1945”, quando o correto deveria ser de 1835 até 1845.

Na fotografia abaixo, um grupo de alunos usando roupas típicas representa uma roda de conversas, de chimarrão:

Fotografia 44: Os gaúchos – Grupo Escolar de Caruara, 1944



Fonte: Acervo fotográfico da EMEFNS – Farroupilha/RS.

Assistidos pelo público, no pátio escolar, dão vida à cultura riograndense na figura do gaúcho, com seus costumes e tradições. Era uma dramatização, possivelmente alusiva à Revolução Farroupilha. Ressalto que as dramatizações foram frequentemente utilizadas pelas professoras na organização dos festejos cívicos, pois contemplavam os conhecimentos morais, cívicos, históricos, geográficos, artísticos e linguísticos em um mesmo palco ou cenário.

O Dia da Árvore<sup>428</sup> e o Dia do Trigo, ligados aos conhecimentos naturalistas, também podem ser pensados como datas cívicas, pois “incitar sentimentos de amor e apreço à natureza era também uma forma de estimular o patriotismo nos alunos e na sociedade”, como defendeu

<sup>427</sup> Decreto nº 8.020, de 29 de novembro de 1939. Quinto ano, Programa de Linguagem: escrita e caligrafia.

<sup>428</sup> Acerca desta celebração, ver os estudos de Pintassilgo e Pedro (2015), Fernandes (2015), Silva (2011), Rodrigues (2010), Cândido (2007) e Souza (1998).

Silva (2011, p. 22). No Brasil, a celebração em torno do Dia da Árvore foi incorporada ao calendário escolar no período da Primeira República, como indicam as pesquisas de Souza (1998) e de Cândido (2007), mas ganhou novo fôlego com o advento do Estado Novo, pois “a árvore surgia, acima de tudo, como símbolo da regeneração, isto é, ela representava, de forma admirável, a capacidade de renovação característica da natureza”. (PINTASSILGO; PEDRO, 2015, p. 127). Renovação esta aspirada pelo governo getulista e também pelos governos posteriores, tanto que este dia perdurou por décadas sendo comemorado na escola primária. A árvore representava a vida, a natureza e a Pátria: sagrada, resistente, fértil e segura; entre uma infinidade de representações prováveis.

Celebrado em 21 de setembro, o Dia da Árvore “consistia numa sessão solene em que era explicado o significado da festa, com palavras repassadas de muito carinho e amor às árvores”. (RODRIGUES, 2010, p. 101). Na sequência, havia orações, leituras de frases e textos, recitações de poesias, apresentações de desenhos, dramatizações e canções patrióticas, além do plantio de uma árvore pelos(as) representantes do *Clube Agrícola* escolar ou, então, pelos demais alunos. No Grupo Escolar Farroupilha, entre as autoridades que participavam desta celebração, destaco a presença de Antão de Jesus Batista, ex-diretor da instituição, Presidente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional e, por muitos anos, funcionário da Secretaria de Agricultura do município. Ele foi uma figura atuante nesta escola pelo auxílio prestado ao *Clube Agrícola* e pela participação em praticamente todas as celebrações organizadas pela instituição; em especial, nas celebrações de caráter naturalista, onde participava de forma ativa, fazendo palestras e distribuindo mudas de diversas plantas para alunos(as) e professoras, doadas pelo Campo de Cooperação Municipal.

Fazendo uma leitura dinâmica nos diversos jornais que circularam no Brasil ao longo das décadas de 30 e 40 do século XX, pude verificar que o Dia do Trigo ganhou representatividade a partir de 1939, inclusive no cenário escolar, onde começaram a surgir os primeiros indícios acerca desta celebração ligada à valorização das riquezas do país. Nesta época, o trigo era um dos produtos agrícolas mais cultivados, sobretudo no contexto local. Acerca deste assunto, leia-se a seguinte notícia<sup>429</sup>:

---

<sup>429</sup> **A Época**, Caxias do Sul, ano V, n. 238, p. 2, 04 jul. 1943. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 abr. 2021.



Figura 16: Notícias de Farroupilha, 1943



Fonte: A Época. Hemeroteca Digital.

Como visto, aos grupos escolares coube a função de explicitar a importância que tivera o trigo para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, assim como auxiliar as prefeituras no incentivo de sua produção. Conforme destacou Peres (2016, p. 41-42):

Os comunicados do CPOE das décadas de 1940-1950 confirmam que conhecimentos “naturalistas” eram valorizados na escola primária também em função da importância que a vida rural e a agricultura tinham para a economia do Rio Grande do Sul. As árvores, as plantações, a produção agrícola eram questões constantes nas atividades escolares e, nesse sentido, havia um conjunto de conhecimentos que pretendia argumentar em favor da nobreza do trabalho agrícola, da beleza da vida campesina e natural.

Assim, a data, que era comemorada em 25 de junho, contava com uma programação especial, como se pode verificar no excerto abaixo:

[...] Na sala de festas deste Grupo Escolar: 1- Canto do Hino Nacional. 2- Preleção sobre a importância do trigo pelo Orientador do Clube Agrícola, Dr. Antão de Jesus Batista. 3- Creio no trigo – poesia pela aluna Assunta Bês, do 5º ano. 4- O grão de trigo – poesia pela aluna Waine Breitembach, do 1º ano A. 5- Leitura do relatório da

excursão a um trigal, pelo aluno Lauro Noll, do 1º ano A. 6- Quadrinha pela aluna Weimar Fetter, do 1º no B. 7- Trigo – poesia, pelo aluno Eri Maia Gonçalves, do 1º ano A. 8- Apresentação de álbuns, quadros, desenhos, redações, relatórios e frisos confeccionados durante a semana de preparação para a “Festa do Trigo”. 9- Canto do Hino do Estudante. Na horta do Clube Agrícola: Plantio de um canteiro de trigo pelos alunos do Jardim de Infância, os quais, por essa ocasião, cantavam a canção “O agricultor”. [...]<sup>430</sup>

Ao escrever sobre a existência do *Clube Agrícola* no cotidiano dos grupos escolares em Santa Catarina, Fiori (2002, p. 243) explicou que uma das responsabilidades desta instituição era organizar festividades “adequadas às culturas da região”. Neste caso, penso que a organização do Dia do Trigo também tenha contado com o auxílio dos clubes agrícolas, instalados nos grupos escolares locais. Destaco, na transcrição, a utilização das excursões, uma prática escolar alinhada às concepções da Escola Nova, e que procurava ensinar pela vivência e pela observação do meio físico e natural. Em seu estudo, Peres (2016, p. 42) ressaltou que:

Na documentação pesquisada, vários aspectos foram salientados em relação ao valor pedagógico das excursões: a possibilidade de contato e de harmonização com a natureza, a ampliação das experiências e da observação, o conhecimento alargado do meio físico e humano, a percepção das formas de organização social, de diferentes formas de produção e de trabalho, o valor social das profissões, a possibilidade de autoconhecimento e autorreflexão em relação aos “pendores naturais” e as disposições físicas individuais. A relação entre escola e vida que se efetivava também através das excursões escolares tinha, entre outras coisas, o intuito de possibilitar a inserção e a integração social de cada um conforme suas possibilidades e “disposições naturais”.

Ao menos no Grupo Escolar Farroupilha, através das fontes consultadas<sup>431</sup>, posso dizer que as excursões foram muito utilizadas pelas professoras, contemplando todas as classes da escola conforme os conteúdos estudados, sobretudo em Estudos Sociais e em Estudos Naturais<sup>432</sup>. No entanto, ao longo das entrevistas realizadas, os(as) alunos(as) dos demais grupos escolares disseram não lembrar destas excursões, alegando nunca terem saído da escola para estudar.

Ressalto que, após o período estadonovista, ao menos pelo que foi possível verificar na escrituração escolar, esta data deixou de ser comemorada. No lugar do trigo, passou-se a comemorar o Dia do Agricultor ou Dia do Colono em 25 de julho, procurando valorizar a vida do agricultor e a importância do trabalho rural<sup>433</sup>.

<sup>430</sup> Livro Ata Comemorações (1942-1949). Ata da comemoração do “Dia do Trigo”. Grupo Escolar Farroupilha, 23 de junho de 1943. ACEF.

<sup>431</sup> Livro Diário da Escola (1940-1944) e Livro Ata Comemorações (1942-1949). ACEF.

<sup>432</sup> Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939.

<sup>433</sup> Cabe pontuar, a partir das contribuições de Gertz (2005, p. 156), que “em 1934, por ocasião dos festejos dos 110 anos de imigração alemã, o governo estadual decretou que o 25 de julho, data da chegada dos primeiros

Na perspectiva demarcada por Veiga e Gouvea (2000, p. 138), “as comemorações da infância se instituíram como festas cívicas, celebrando o primeiro cidadão”; assim, o Dia da Criança<sup>434</sup> no Brasil foi oficialmente estabelecido em 1924, devendo ser comemorado no dia 12 de outubro, juntamente com o Descobrimento da América. Nas palavras das autoras, as comemorações desta data

estiveram associadas não somente à divulgação médica do trato da infância, mas também aos ideais de civismo e direito de proteção, bem como a sua inserção na escola. Espaço onde, dentro deste contexto, *naturalmente* toda criança deveria estar. (VEIGA; GOUVEA, 2000, p. 139, grifo das autoras).

De forma breve, cabe mencionar que, entre o final do século XIX e o início do século XX, as discussões em torno da infância começaram a ser debatidas em conferências espalhadas pelo mundo, e os ecos desta modernidade acabaram por ressoar no contexto brasileiro, inicialmente no período republicano, onde,

a partir de 1899, são verificados progressos, impulsionados por grupos interessados em envolver esferas governamentais com o problema das crianças nos campos da higiene infantil, médico e escolar. No mesmo período, foram fundadas várias instituições, por iniciativa particular, e leis foram promulgadas, evidenciando preocupação com o problema da criança. Mas, as autoridades governamentais continuavam inertes em termos de iniciativas objetivas em favor da criança. (GUIMARÃES, 2017, p. 99).

Com a chegada do século XX, no contexto nacional, ampliaram-se as ações e os debates em prol da infância com a criação do Departamento da Criança (1909), a organização do 1º Congresso de Proteção à infância (1922) e a promulgação dos Direitos da Criança (1923). Desta forma, em meio às preocupações com a escolarização, a mortalidade, a saúde e o assistencialismo infantil (GUIMARÃES, 2017), instituiu-se um dia para comemorar as crianças e relembrar à sociedade que elas eram o futuro do país, carecendo de cuidados das mais diversas ordens.

Ao analisar as atas comemorativas do Dia da Criança no Grupo Escolar Farroupilha, verifiquei que a ênfase das celebrações neste dia recaía sobre o Descobrimento da América. Ao final do programa, até então sem menção à data, havia o registro da realização de excursões

---

imigrantes alemães a São Leopoldo, passaria a ser o “Dia do Colono”, um feriado oficial no estado”. Porém, foi posteriormente revogado com a instituição do Estado Novo.

<sup>434</sup> Para saber mais acerca do início das comemorações desta data, sobretudo no contexto mineiro, ver Veiga e Gouvea (2000).

que, quase sempre, eram para o Veraneio Guaraní, o Campo de Cooperação Municipal e o Açude Santa Rita. Em virtude destes espaços, pode ser que a comemoração era o próprio passeio. A partir de 1944, as atas trazem o registro da organização da Semana da Criança, finalizada em 17 de outubro. Ao longo desta semana que incluía as atividades do dia 12, aconteciam jogos no pátio da escola, sessão cinematográfica no Cinema Guaraní, oferecida pelo Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência e programas de auditório com apresentações diversas e palestras, algumas direcionadas aos pais, no turno da noite. Ainda, em alguns anos, houve merenda especial com distribuição de balas e doces ou, então, a realização de piqueniques em outros espaços para além do escolar.

A seguir, transcrevo a única ata localizada acerca desta data, referente ao Grupo Escolar de São Marcos:

Aos doze (12) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e nove (1949), as crianças do Grupo Escolar de São Marcos de Farroupilha ficaram reunidas no pátio do referido Grupo onde realizou-se as comemorações do “Dia da Criança”, que constou de jogos de disputa entre os quadros das diversas classes, de brinquedos de roda e cantos com as crianças menores. Num intervalo das diversões foram distribuídos doces a todas as crianças. Nesta ocasião notou-se grande contentamento da parte da criançada, depois deste descanso prosseguiu-se aos jogos de diversões e aproveitou-se nesta ocasião para dar uma lição de moral, fazendo-os compreender que qualquer dos adversários tem que perder e que nisto não existe humilhação. Às dez horas e (30) trinta minutos dispensou-se os alunos [...] <sup>435</sup>.

Os jogos, os cantos e as brincadeiras de roda, assim como a distribuição de doces e o término mais cedo das aulas neste dia, representam o objetivo desta data: proporcionar “aos(às) donos(as)” da festa, um dia diferente e especial. Certamente, no universo infantil, esta data foi esperada com expectativa e entusiasmo, sobretudo para as crianças que viviam na zona rural. Neste dia, nestas horas, haveria um tempo para ser somente criança, sem tarefas e preocupações. Aliás, a única preocupação era vencer o jogo, o que parece ter resultado em conflito, exigindo uma intervenção das professoras. Neste livro, não há menção à realização da Semana da Criança; assim, seria essa uma particularidade dos grupos escolares situados no contexto urbano? Ou apenas não foi contemplada no registro? Logo após o Dia da Criança, havia outra comemoração importante: o Dia do Professor, celebrado em 15 de outubro. Esta data comemorativa, assim como a anterior, também pode ser pensada como cívica, uma vez que procurava relembrar à sociedade a importância da figura do professor, o responsável pela formação das novas gerações.

---

<sup>435</sup> Livro Atas Cívicas (1949-1953). Comemoração do Dia da Criança. Grupo Escolar de São Marcos, 12 de outubro de 1949. AEEFIV.

Abaixo, compartilho o registro fotográfico de um destes momentos vivenciados no interior do Grupo Escolar Farroupilha:

Fotografia 45: Comemoração do Dia do Professor no GE Farroupilha, 1943



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

Nas pontas da mesa, estão Ondina Gomes Pinto e Olímpia Peters, representantes da diretoria do *Círculo de Pais e Mestres*. Da esquerda para direita, as professoras Hilda C. Rodrigues (1) e Olga Ramos de Oliveira Brentano (2). Ao centro, encontram-se a professora aposentada Maria Mocellini (3) e a Diretora Silvia Jaconi (4). Na sequência, Padre Olívio Bertuol (5), professor de Religião, e Celia C. Pinto Amando (6). As demais professoras são Fandila Reginato, Gema C. Pesca, Lourdes Comandelli e Clementina Mazzochi. Ao fundo da imagem, estão os(as) alunos(as) que auxiliaram na organização da “homenagem às suas mestras”, conforme descrito na Ata da comemoração do “Dia do Professor” de 1943. Segundo o mesmo documento, neste dia

as professoras foram recepcionadas na sala de festas deste estabelecimento, onde lhes foram oferecidos belos ramalhetes de flores e uma mesa de doces. Em nome dos alunos falou num belo improviso a aluna Carmen Klaser, do 4º ano. Músicas

escolhidas foram ouvidas, dedicadas pelos alunos à Diretora e professoras presentes. A seguir, no pátio do Grupo, foi jogada uma partida de (?)<sup>436</sup>.

Conforme o documento, a homenagem foi realizada no turno da tarde, possivelmente organizada pelo *Círculo de Pais e Mestres*, com auxílio da direção. À mesa posta, a entrega de flores e a escolha das músicas sinalizam para o cuidado em tornar esta celebração um momento especial, preparado com carinho. A presença do fotógrafo também aponta para a necessidade de eternizar este dia, de perpetuar uma memória individual e coletiva (KOSSOY, 2007).

Ressalto a presença da professora aposentada Maria Mocellini<sup>437</sup>, normalmente convidada para estes festejos. Conforme apontei em outro estudo, a história de Maria Mocellini no magistério farroupilhense

inicia em 24 de maio de 1916, quando assume a regência da 22ª *Aula Pública e Mista de Nova Vicenza* e depois do grupo escolar, permanecendo na instituição aproximadamente até o final da década de 30 do século XX. No ano de 1932, é jubilada ao completar vinte e cinco anos de magistério estadual, sendo, em 1938, promovida por antiguidade à categoria de 3ª entrância, continuando a exercer a profissão no grupo escolar até meados de 1939. (FERNANDES, 2015, p. 94).

Com a aposentadoria em 1939, ela passou a residir junto às irmãs no Colégio Nossa Senhora de Lourdes até o seu falecimento, em 1961. Ao analisarem o caderno de memórias desta professora, Belusso e Luchese (2020, p. 844) apontam que “suas memórias autorreferenciais outorgam-lhe a representação de uma professora comprometida, responsável e de uma professora querida pela comunidade”. Certamente, sua presença nas celebrações do Dia do Professor reforça estas representações de si, onde, mesmo afastada do magistério, era convidada para estar entre as professoras homenageadas. Índícios de respeito e valorização de quem, por muitos anos, contribuiu com a educação nesta escola.

Em 1945, foi oferecido um chá para as professoras com a presença das Orientadoras de Educação Primária, Wanda A. Jaconi e Nadir Saldanha da Rocha. No ano de 1948, houve uma programação especial, conforme pode-se ler abaixo:

Aos quinze dias do mês de outubro de 1948, por ordem do Sr. Secretário de Educação, comemorou-se o dia do professor. A comissão organizadora, composta da diretora interina deste Grupo, Celia C. Pinto Amando, da Rev.ª Madre Superiora do Colégio N.ª S.ª de Lourdes, do Irmão Diretor do Colégio, digo, Ginásio São Thiago, da orientadora municipal P.ª Olga R. de Oliveira, organizaram o programa para os festejos, já no dia 13 do corrente, o qual ficou assim constituído: Às 8 horas, missa rezada em ação de graças na Igreja Matriz. Às 10 horas sessão solene no Cinema local,

<sup>436</sup> Livro Ata Comemorações (1942-1949). Ata da comemoração do “Dia do Professor”. Grupo Escolar Farroupilha, 15 de outubro de 1943. ACEF.

<sup>437</sup> Acerca da história de vida de Maria Mocellini, indico o estudo de Belusso e Luchese (2020).

às 12 horas almoço no Clube local. Compareceram às festividades as professoras do município: Lydia Schulke, do Grupo Escolar Caruara; Ilidia Tedesco do G. Escolar de São Marcos; Maria Claudina Marques da Escola Isolada do Desvio Blauth; Eulalia Zamboni do Grupo Escolar de Emboaba, além das professoras abaixo assinadas deste Grupo Escolar, bem como as irmãs professoras do Colégio N.ª S.ª de Lourdes<sup>438</sup>.

Ao menos neste ano, houve um programa específico para as comemorações do Dia do Professor, organizado pelas direções do Grupo Escolar, Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Ginásio São Tiago, assim como pela Orientadora Municipal Olga Ramos de Oliveira Brentano, ex-professora do Grupo Escolar Farroupilha. Como visto, o programa constou de missa, sessão solene e almoço no clube local. Na sessão solene, iniciada com o canto do Hino Nacional e entrega de flores às professoras presentes, fizeram uso da palavra Antão de Jesus Batista, o ex-aluno Lauriano Silveira e mais duas alunas, uma do Grupo Escolar e outra do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Na sequência, foi aberta, pela diretora, a caixa de correspondência do Grupo Escolar, contendo cartões, bilhetes e cartinhas dos(as) alunos(as) às professoras desta e das demais escolas. Ao final da ata, se tem o registro das autoridades presentes e uma menção ao auxílio prestado pelos soldados e pelos(as) discentes do Grupo Escolar e do Colégio das irmãs.

Como um último aspecto analítico em torno da ata comemorativa de 1948, destaco a participação de Maria Claudina Marques, da Escola Isolada do Desvio Blauth e das professoras Lydia Schulke e Elidia Tedesco, docentes do Grupo Escolar de Caruara e do Grupo Escolar de São Marcos. Na transcrição, Eulalia Zamboni é mencionada como professora do Grupo Escolar de Emboaba; no entanto, como não havia uma escola desta tipologia em Emboaba (Nova Milano), penso que houve um engano, sendo a respectiva professora regente da aula isolada estadual de Emboaba. Também aponto a ausência das professoras do Grupo Escolar de Vila Jansen e dos professores do Ginásio São Tiago na transcrição acima. Chamo atenção para o fato de somente uma professora de cada grupo escolar ter sido convidada, enquanto que os corpos docentes do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e do Grupo Escolar Farroupilha parecem ter participado integralmente dos festejos. Talvez, os custos da festa tenham impedido a distribuição de mais convites, exigindo uma seleção.

Não poderia deixar de mencionar a presença da Orientadora de Ensino Municipal, Olga Ramos de Oliveira Brentano, indicada para o cargo em 1948, quando foi desvinculada do Grupo Escolar Farroupilha (BELUSSO, 2020). Olga era filha de professor, formada pela Escola

---

<sup>438</sup> Livro Ata Comemorações (1942-1949). Ata de comemoração do dia do professor. Grupo Escolar Farroupilha, 15 de outubro de 1948. ACEF.

Complementar de Caxias, esposa de Jacob Alberto Brentano, dono de uma livraria e de uma tipografia na Rua Júlio de Castilhos, em Farroupilha (TARTAROTTI, 2014). Era uma professora conhecida e respeitada na comunidade local. Em seu estudo, Belusso (2020) identificou que atuaram como orientadoras de ensino em Farroupilha as professoras estaduais Albertina Cibelli, Fandila Reginato e Olga Ramos de Oliveira Brentano. Nas palavras da autora:

As orientadoras de ensino que começaram a atuar a partir de 1943 eram professoras estaduais indicadas pelo prefeito e que, progressivamente, auxiliaram na normatização do cotidiano escolar, bem como visitaram escolas, atuaram na orientação aos professores e auxiliaram na realização de cursos de aperfeiçoamento. (BELUSSO, 2020, p. 162).

Concluo, mencionando que as três professoras apontadas por Belusso (2020) exerceram à docência no Grupo Escolar Farroupilha. Portanto, diante do que foi possível verificar até este momento, compreendo que as professoras desta escola se destacaram no campo educacional do respectivo município, para além dos muros da escola, muito por conta da produção e da execução das festividades que colocaram em evidência o trabalho desta instituição. Assim, compartilharam conhecimentos, ocuparam cargos importantes, foram exemplos de profissionalismo e estabeleceram redes de sociabilidade.

Ernilda, ao rememorar o Dia do Professor, partilhou:

*Era dia de encher a sala de presente, eles enchiam! Eles traziam até galinha viva, que as mães mandavam. Teve um ano que eu fiquei sozinha, com cinco classes. Fiquei sozinha porque quando uma ganhava nenê ficava em casa três meses. Sim, éramos em duas e uma ganhou bebê e ficou em casa. Eu fiz a mesma coisa quando ganhei os meus. Meus Deus do céu, a minha mesa... o Olívio, meu marido, ajudou a levar as coisas para casa. Encheu a minha mesa da cozinha que era comprida assim. Encheu, encheu, encheu... rosas brancas e de tudo o que era coisa do Dia do Professor, em outubro. Lá tinha bolo, tinha biscoito, tinha pão, tinha galinha que eu te falei. Eu nem me lembro da metade de tanta coisa que tinha aquele ano lá. Aí eu dividi um pouco com a outra, porque eu disse, tu merece também, porque também trabalhou. (TURQUETTO, 2019).*

Nas lembranças da professora, evidenciam-se as particularidades da docência na zona rural, onde, em meio às dificuldades de conduzir sozinha uma escola com cinco classes, houve um acalanto em forma de rosas brancas, pães e bolos que, simbolicamente, representaram o reconhecimento e a valorização das famílias para com ela(s). Conforme explicou Luchese (2007, p. 363), na Região Colonial Italiana

o professor, perante as famílias, identificava-se pelas referências culturais, pela distinção como o detentor do saber. Visto como um exemplo para as novas gerações, as famílias com frequência, no interior especialmente, o presenteavam com o que de



melhor possuíam.

Entre as lembranças, indícios de generosidade, amizade e coleguismo. Diante da desatenção do Estado, muitas vezes, só podiam, mesmo, contar uma com a outra.

Como demonstrado no início do presente texto, muitas foram as datas cívicas celebradas no cotidiano dos grupos escolares investigados, sobretudo a partir da instalação do Estado Novo (1937-1945). Neste período, o governo reforçou as celebrações instituídas com o advento da República e, ao mesmo tempo, inventou novas tradições, como o Aniversário de Getúlio Vargas e o Dia do Estado Novo, para citar alguns exemplos. Como bem explicou Hobsbawm (1997, p. 21), as tradições inventadas são indícios e não podem ser separadas “do contexto mais amplo da história da sociedade”. Logo, as inserções destas datas no calendário escolar podem ser pensadas como tentativas de fortalecer o poder do novo regime e enaltecer a figura do Presidente, “o grande brasileiro”<sup>439</sup>. Obviamente, com o fim do governo varguista<sup>440</sup>, elas caíram por terra, e outras datas foram incorporadas ao calendário, como o Dia da Vitória, celebrado pela primeira vez em 08 de maio de 1946. Veja abaixo:

Nesta data, oito de maio de mil novecentos e quarenta e seis, foram suspensas as aulas às oito e meia mais ou menos por chegar a notícia do decreto, considerando feriado esse dia. Comemora-se o “dia da Vitória”, isto é, o primeiro aniversário da vitória dos aliados. Para comemorar, o corpo docente e discente deste Grupo Escolar reuniu-se na entrada do estabelecimento, onde foi hasteada solenemente a Bandeira acompanhada do Hino Nacional, entoado por todos os presentes. Prestou guarda de honra ao Pavilhão Nacional o membro do Centro de Brasilidade<sup>441</sup>.

Este fragmento expõe a instabilidade política do momento histórico vivido com os reflexos do fim da Segunda Guerra Mundial e do início de um novo governo no cenário brasileiro e estadual. Surpresas pelo decreto que determinava a introdução de uma nova data no calendário escolar e suspendia as aulas naquele momento em virtude do feriado, as professoras improvisaram uma singela solenidade, fazendo uso dos símbolos nacionais e da representatividade do Centro de Brasilidade, antigo Pelotão da Brasilidade Dr. Getúlio Vargas. Ressalto que essa data estava sendo celebrada em outras partes do mundo, fazendo referência ao fim da Guerra e à vitória dos países aliados. No ano seguinte, ganhou um programa específico de comemorações, contando com a leitura de frases e redações, declamações de

<sup>439</sup> Livro de Atas (1942-1948). Nº 4, Ata de comemoração. Aniversário natalício do Dr. Getúlio Dorneles Vargas. Grupo Escolar de Picada Velha, 19 de abril de 1943. AEEFFCA.

<sup>440</sup> Em relação ao fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica, indico para leitura o texto de Corsi (1996).

<sup>441</sup> Livro Ata Comemorações (1942-1949). Dia 8 de Maio. Grupo Escolar Farroupilha. ACEF.

poesias e cantos pelo Coro Orfeônico da escola<sup>442</sup>. A partir de 1948, não encontrei mais indícios acerca da respectiva data.

Por fim, abordo a organização da Primeira Comunhão no Grupo Escolar de Picada Velha, compreendendo-a como uma celebração religiosa que também fez parte da cultura escolar desta instituição. A Primeira Comunhão, enquanto rito de passagem, era um acontecimento importante para as famílias católicas da comunidade, e sua organização contou com o auxílio das professoras do respectivo Grupo Escolar.

No dia 04 de dezembro de 1943, realizou-se, nesta escola, uma reunião de mães para tratar, entre outros assuntos, das vestimentas “das meninas e dos meninos para a 1ª Comunhão solene”<sup>443</sup>, a ser realizada no dia 12 do corrente mês, na capela da localidade. Segundo a ata deste dia, “fizeram a 1ª Comunhão 20 alunos, 4 a Comunhão solene”<sup>444</sup>. Conforme descrito por Peres (2000, p. 373), esta celebração era algo comum nas escolas do Rio Grande do Sul, “um indicador de que o Estado e a Igreja Católica sempre atuaram conjuntamente na escola pública e, conseqüentemente, na formação de várias gerações”.

Na fotografia abaixo, produzida em 1947, há o registro da Primeira Comunhão dos alunos deste Grupo Escolar:

---

<sup>442</sup> Em torno da presença do Coro Orfeônico e do ensino de música no Grupo Escolar Farroupilha, ver o estudo de Santos (2018).

<sup>443</sup> Livro de Atas (1942-1948). Ata n.º 28, Ata da reunião das mães dos alunos deste G. E. Grupo Escolar de Picada Velha, 04 de dezembro de 1943. AEEEFCA.

<sup>444</sup> Livro de Atas (1942-1948). Ata n.º 29, Ata da 1ª Comunhão dos alunos do G.E. Grupo Escolar de Picada Velha, 12 de dezembro de 1943. AEEEFCA.

Fotografia 46: Primeira Comunhão - Grupo Escolar de Picada Velha, 1947



Fonte: Acervo fotográfico da EMEFCA – Carlos Barbosa/RS.

Como apontado anteriormente, esse momento era importante para as famílias e, por isso, havia um cuidado para que todos(as) estivessem devidamente vestidos para a celebração; especialmente as meninas, que usavam o tradicional vestido branco, complementado pelo véu. Diante da relevância da data, havia a presença do fotógrafo. Na feitura da imagem, o cuidado em centralizar a câmera nas crianças, e a orientação, embora não seguida por todos, para que unissem as mãos em oração, simbolizando o sagrado.

Em 1949, o Jornal *Correio Riograndense* publicou uma notícia tratando da realização da Primeira Comunhão daquele ano em Garibaldi. Mencionava que 170 crianças haviam comungado no dia 16 de outubro, incluindo os(as) alunos(as) do Grupo Escolar Carlos Gomes, preparados pela Professora Dona Nelcir E. Zonta<sup>445</sup>.

A organização da Primeira Comunhão e o preparo dos(as) alunos(as) para essa celebração, assim como as missas, as orações diárias, as disposições dos crucifixos e imagens de santos pelos diferentes espaços das escolas, as bênçãos das salas e as aulas de religião ministradas pelos padres, são indicativos das práticas religiosas produzidas e vivenciadas no cotidiano dos grupos escolares investigados, sinalizando para a presença atuante da Igreja Católica nestes espaços.

---

<sup>445</sup> *Correio Riograndense*, Garibaldi, ano 40, n. 43, p. 1. 26 out. 1949. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

Como demonstrado ao longo do texto, os grupos escolares se tornaram espaços privilegiados para a disseminação da cultura nacional; em especial, a partir da organização e da realização das festividades. O governo, ao instituir as datas cívicas no calendário escolar e a festa como forma de celebrá-las, deu vida ao projeto político que pretendia forjar uma identidade nacional e construir uma memória coletiva, unificada e proeminentemente brasileira. Valorizando personagens ilustres e seus feitos, apresentando tradições e riquezas do Brasil, instituindo virtudes cívicas e sentimentos de pertencimento, usando símbolos e sinais de associação (HOBSBAWM, 1997), a escola e os Estado colocaram a festa na ordem do dia das aspirações e preocupações (CHARTIER, 2004).

Para além do espaço da sala de aula e das práticas pedagógicas das professoras, as datas cívicas tomaram outros espaços e, algumas, traduziram-se em verdadeiras festividades estendidas às comunidades. Nesta tessitura, destaco as minúcias e a exaustão do fazer docente na elaboração e na execução dos programas festivos, sobretudo nos grupos escolares sediados nas cidades, próximos aos olhos das autoridades. Concordando ou não, coube ao professorado a missão de formar a consciência cívica nos(as) alunos(as), desde o ingresso na escola, especialmente em tempos de nacionalização do ensino. Sem dúvida, a análise “dos livros de festas e comemorações escolares” revelaram como “essas práticas escolares” foram “instrumentos educativos considerados eficazes e poderosos” ao longo do período estudado. (PERES, 2000, p. 360).

Finalizo, compreendendo que, nas escolas, assim como no contexto dos municípios desta pesquisa, nem todas as pessoas deixaram-se envolver pela produção das festividades cívicas, em especial, pelo caráter étnico de ambos. Certamente, existiram aqueles(as) que resistiram, contestaram e se mantiveram indiferentes ao patriotismo propagado.

Ainda, reforço a importância da religiosidade, sobretudo no entorno do Grupo Escolar de Picada Velha, onde a comunidade católica contava com o auxílio das professoras para a elaboração da celebração eucarística.

Na sequência, amplio o olhar em torno das festividades e celebrações para compreender outras produções que ganharam importância no cotidiano dos grupos escolares investigados, como a celebração dos exames finais e as festas de encerramento do ano letivo.

## 6.2 A CELEBRAÇÃO DOS EXAMES FINAIS E AS FESTAS DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

*[...] Colegas, dessa hora em diante, iremos para casa junto dos nossos queridos pais descansar e folgar as férias, ao mesmo tempo, ajudar nossos pais na lavoura e nos trigais que tanto necessitamos para a nossa alimentação. Examinadores, professoras e colegas, vou terminar essas poucas e simples palavras que tinha a dirigir-vos e ofereço-vos este buquê de flores em nome de nossa professora com a mais prova do vivo afeto que vos dedicamos e oferecemos. Colegas, ajudai-me a dar um viva à comissão e a todos os presentes. Viva a comissão e viva os pais presentes!*

*(Elia, ex-aluna do Grupo Escolar de Vila Jansen, 1948)<sup>446</sup>.*

Tendo ciência que as escolas desta pesquisa emergiram em épocas diferentes, organizo o presente texto em três momentos: os conduzo a partir da aprovação do Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Público do Estado (1927), do Regimento Interno das Escolas Primárias (1939) e do documento “Instruções gerais para as provas objetivas”, emitido pelo CPOE/RS em 1943<sup>447</sup>.

Conforme determinações expressas no Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Público do Estado, aprovado em 1927, os exames finais nas escolas isoladas, grupos escolares e colégios elementares seriam realizados na última quinzena do mês de novembro, perante uma comissão de dois professores designados pelo diretor, sendo função deste último a condução da sessão. Os exames consistiriam em provas práticas, orais e escritas conforme as disciplinas:

Art. 18°. Nos exames de língua nacional, aritmética, geometria, história, geografia e pedagogia, far-se-á prova escrita e oral; de escrituração só prova escrita, nas das outras disciplinas somente prova oral, com exceção do desenho, música vocal, trabalhos manuais e ginástica, cujas provas serão práticas<sup>448</sup>.

A ordem prevista para sessão era a seguinte: chamada dos alunos, prova escrita, correção da prova escrita, prova oral e correção. Após conclusão das avaliações, seria lavrada a ata registrando o nome dos examinadores, o número de alunos examinados, as notas obtidas, as matérias do exame e outras observações consideradas importantes. O Regimento ainda estabelecia como facultativa as festividades de encerramento do ano letivo, bem como a entrega de prêmios para os alunos que haviam se destacado.

<sup>446</sup> Caderno escolar. Arquivo pessoal de Elia. Farroupilha, 1948 a 1949.

<sup>447</sup> Documento localizado no estudo de Peres (2000). O mesmo foi reproduzido na íntegra pela autora, compondo o anexo 5 de sua Tese (p. 482-487).

<sup>448</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação.

No ano de 1929, Addy Sobrosa Peterlongo, Diretora do Grupo Escolar de Garibaldi, posterior Grupo Escolar Carlos Gomes, enviou uma correspondência ao Intendente Manuel Coelho Parreira convidando-o para a inauguração dos trabalhos manuais, no dia 23 de novembro, às 10 horas da manhã. Ainda, estendia o convite para que o Intendente participasse das provas orais e distribuição das notas dos exames que aconteceriam nos dias 20, 25, 27 e 29 de novembro, como também do encerramento do ano escolar no dia 30<sup>449</sup>. Em novembro do ano seguinte, Addy emitiu outra correspondência para o Prefeito Lauro de Moura e Cunha convidando-o para inaugurar a exposição dos trabalhos manuais daquele ano<sup>450</sup>. Em 1931, estendeu o convite ao Prefeito David Sartori, contando com sua participação nos exames finais. Nesta correspondência, assim escreveu ela:

Esperando sermos atendidas, tomamos a liberdade de notificar-vos que o referido exame obedecerá ao programa preestabelecido: das 8hs às 12hs provas escritas; das 14 às 16hs, provas orais, com início dia 16 e devendo finalizar ao 26 do corrente. Atenciosas saudações. A diretora, Ady Sobrosa Peterlongo<sup>451</sup>.

Convidar as autoridades para as exposições, os exames finais e o encerramento do ano letivo era algo comum neste período, o que representava a importância destinada a estas práticas no interior das escolas primárias. Como bem explicou Luchese (2015), as exposições e os exames eram atividades públicas, abertas à apreciação das famílias e das autoridades municipais. Acerca das exposições escolares, Teive e Dallabrida (2011, p.162-163) pontuam que as mesmas “tinham por objetivo apresentar aos pais e à comunidade em geral os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos ao longo do ano letivo”. Já os exames eram o “ápice da avaliação escolar”. (LUCHESE, 2015, p. 296).

A primeira ata de exames finais que foi encontrada nesta pesquisa refere-se ao Grupo Escolar de Nova Vicenza, posterior Grupo Escolar Farroupilha, e foi produzida em 1933. O documento, seguindo as orientações do Decreto n.º 3.903<sup>452</sup>, menciona a realização dos exames entre os dias 16 a 29 de novembro, iniciando pela 1ª classe – 1ª seção, com banca examinadora composta por duas professoras e pelo diretor J. D. Pedroso Júnior. Rememoro que, naquele ano, estavam matriculados 116 alunos, sendo 69 meninos e 47 meninas.

<sup>449</sup> Correspondência do dia 18 de novembro de 1929, datilografada pela Diretora Addy Sobrosa Peterlongo e endereçada ao Intendente Municipal. AHMG.

<sup>450</sup> Correspondência do dia 06 de novembro de 1930, escrita pela Diretora Addy Sobrosa Peterlongo e endereçada ao Prefeito. AHMG.

<sup>451</sup> Correspondência do dia 11 de novembro de 1931, escrita pela Diretora Addy Sobrosa Peterlongo e endereçada ao Prefeito. AHMG.

<sup>452</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação.

A seguir, compartilho alguns dados em relação aos exames finais da escola no ano em questão:

Quadro 23: Exames finais no Grupo Escolar de Nova Vicenza (1933)

Classe/seção	Professora	Promovidos	Reprovados	Não compareceram
1ª classe/1ª seção	Norma G. Vizeu	28	5	14
1ª classe/2ª seção	Adelaide Costa Leite	10	-	6
2ª classe/1ª seção	Albertina Cibelli	15	-	6
2ª classe/2ª seção	Maria Mocellini	10	-	5
3ª classe/1ª seção	Loanda de Calasans	10	-	-
3ª classe/2ª seção	Loanda de Calasans	5	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base no Livro de atas, exames e sabatinas (1933 a 1938), presente no ACEF – Farroupilha/RS.

Como visto, a 1ª classe – 1ª seção era a mais numerosa, justamente por ser uma turma de alfabetização. A partir do quadro acima, fica visível a procura pela escolarização inicial e o seu abandono posterior, bem como chama atenção o número de alunos que não compareciam aos exames. Em seu estudo, Luchese (2007, p. 289) observou que “muitos professores, ao final do período, já alertavam aqueles que não estavam com bom rendimento para que não se fizessem presentes nos exames finais”. Possivelmente, essa situação também tenha ocorrido no respectivo Grupo Escolar em virtude da proximidade temporal e geográfica com a pesquisa da autora.

Além disso, pode ser que a distância entre as casas e a escola, ou mesmo, as responsabilidades que essas crianças e adolescentes assumiam no cotidiano familiar tenham sido empecilhos para o comparecimento no dia dos exames. Indícios desta hipótese são encontrados na ata já mencionada quando, abaixo dos nomes dos alunos aprovados na 2ª classe – 2ª seção, registrou-se o seguinte: “Os alunos Eugenio Silva, Rubens Meyes e Balduino Noro faltaram à maioria das provas, prejudicando os seus exames finais”<sup>453</sup>. Pelas idades dos meninos, respectivamente com 12, 11 e 13 anos<sup>454</sup>, é provável que estivessem envolvidos com algum tipo de trabalho, já que os tempos de vida e de escolarização não eram os mesmos.

Como mencionado anteriormente, o Regimento Interno de 1927 previa como facultativa a premiação para os alunos que haviam se destacado nos exames. Diante do exposto, ao analisar as atas de exames finais da referida escola, entre 1933 e 1935, não encontrei indícios desta prática. Em 1934, o diretor do grupo escolar convidou para os exames finais a Senhora Angelina

<sup>453</sup> Livro de Atas, Exames e Sabatinas (1933 a 1938). Exames finais de 1933, ata nº 1. ACEF.

<sup>454</sup> Idades observadas nos registros do Livro de Matrículas do Grupo Escolar de Farroupilha (1930-1938). ACEF.

Zanelatto<sup>455</sup> e o 2º Tenente Godofredo José Santoro, com o intuito de avaliar e classificar os melhores desenhos e trabalhos manuais de todas as classes da instituição escolar.

Ao final da ata, Angelina e Godofredo registraram suas impressões acerca deste momento:

Lavrando este registro nos sentimos perfeitamente à vontade, pois cedemos a um imperativo de consciência e de justiça, em virtude do progresso que se observa em todos os setores da atividade pedagógica destes zelosos educacionistas que tudo ensinam, tendo em mira o triunfo da instrução pública e a suprema grandeza do Rio Grande e do Brasil<sup>456</sup>.

A escolha dos convidados pelo diretor do grupo escolar, o registro em ata feito a próprio punho pelo Tenente e os elogios tecidos por ele e por Angelina em torno na instituição escolar evidenciam as relações de poder que perpassavam os momentos dos exames finais.

No Grupo Escolar de São Marcos, instalado em julho de 1938, os exames parciais ocorreram em setembro e dezembro daquele ano, sendo a nota final a média do resultado de ambos. A escola iniciou suas atividades com duas classes: 1ª classe - 1ª seção e 1ª classe – 2ª seção, acolhendo alunos entre 6 e 15 anos. Ressalto que, dos 61 alunos que prestaram exames em 1938, apenas 24 foram aprovados. Diante da falta de documentos para uma análise mais precisa em torno destas reprovações, levanto como hipótese as dificuldades de acesso à escolarização nesta localidade, visto que as escolas existentes, muitas vezes, ficavam distantes e que o trabalho na zona rural era uma prioridade. Ainda, outra hipótese seria que os conhecimentos básicos e rudimentares, antes ensinados nas escolas isoladas para aqueles que as podiam frequentar, já não eram suficientes frente as exigências do ensino nos grupos escolares. Muitas das reprovações observadas ocorreram nas disciplinas de Geometria, Ciências, História e Geografia.

No ano de 1939, em meio à campanha de nacionalização do ensino, tem-se a aprovação do Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado, visando modificações que estariam de acordo com o processo de renovação do sistema educacional gaúcho. Em relação aos exames finais, observam-se algumas alterações, como a realização de provas parciais na 1ª quinzena de junho e de dezembro. Segundo o Art.º 34 do Regimento: “A promoção dos alunos far-se-á em face das médias obtidas nas duas provas parciais e nos trabalhos de classe, com atribuição de notas que serão graduadas de cinco em cinco pontos, de zero a cem”. Seriam promovidos os

---

<sup>455</sup> Não foi possível encontrar maiores informações acerca de Angelina Zanelatto; mas, certamente, era uma mulher influente na comunidade local.

<sup>456</sup> Livro de Atas, Exames e Sabatinas (1933 a 1938). Exames finais de 1934, Ata nº 3. ACEF.



alunos que conseguissem atingir 50 pontos por matéria e 60 no conjunto de todas as disciplinas. Também, havia a possibilidade de promoções especiais no decorrer do ano caso houvesse necessidade, visando a homogeneização das classes.

O documento ainda trazia algumas especificações:

Art.º 36 – A aprovação dos alunos do 1º ano para o 2º dependerá de aprovação em uma prova final. Art.º 37 – Aos alunos do último ano que não lograrem média de aprovação, no máximo, em duas matérias, será permitido realizarem exame vago no fim do ano. § As provas desse exame serão escritas e orais.

As avaliações práticas, orais e escritas continuavam sendo corrigidas e julgadas por dois professores da instituição. As disciplinas avaliadas eram praticamente as mesmas, com alterações de nomenclatura: Linguagem, Matemática, Geografia, História, Estudos Naturais ou Ciências, Higiene, Educação Física, Canto ou Música, Civismo, Desenho e Trabalhos Manuais. O Regimento Interno não fazia menção à possibilidade de premiações para os alunos, e orientava para que as exposições de final de ano fossem substituídas pelas exposições dos trabalhos ao longo do ano em outros eventos.

As atas de exames finais que foram localizadas ao longo da pesquisa permitem identificar as datas de realizações dos exames parciais, seguindo as determinações expressas no Regimento Interno (1939) e os horários de aplicação das avaliações, sempre no turno da manhã, período em que funcionavam os respectivos grupos escolares. Em geral, a banca examinadora era composta por duas ou três professoras, sendo que uma delas sempre era a regente da classe.

Em novembro de 1939, a Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública encaminhou a Circular nº 19.788<sup>457</sup> com instruções para elaboração das provas finais, visando a uniformização do critério de promoção nas escolas primárias do Estado. Segundo o documento:

1º - As provas de 1º ano, rigorosamente feitas, deverão excluir da promoção os alunos que não estejam realmente alfabetizados. 2º - As palavras escolhidas para a prova de ortografia do 1º ano devem conter as diversas dificuldades que deverão ser vencidas pelas crianças desse grau. 3º - Os livros usados para a prova de leitura, adaptados ao adiantamento das classes, devem ser desconhecidos pelas crianças. 4º - Na prova de aritmética, os problemas apresentados devem ser sempre relacionados com a vida prática. 5º - Das provas de conhecimento gerais, devem ser excluídas as dissertações de pontos. 6º - Na prova de civismo de 2º ano, deve ser apresentado o desenho da

---

<sup>457</sup> Documento localizado no Livro de correspondências recebidas (1939 a 1949) do Colégio Elementar Bento Gonçalves da Silva, pertencente ao Acervo da Escola de Ensino Fundamental General Bento Gonçalves da Silva, Bento Gonçalves/RS.

Bandeira Nacional, para que as crianças façam o colorido, sem sugestões, afim de revelarem o conhecimento adquirido<sup>458</sup>.

Como visto, as instruções acima demonstram uma maior preocupação com as questões relativas à alfabetização e reforçam pontos principais, considerados importantes para que a promoção acontecesse. Abaixo das instruções, o documento apresentava sugestões para a organização das questões de Linguagem, Matemática, Geografia, História e Ciências. Ao final, havia um modelo das listas contendo as notas que deveriam ser organizadas para envio à Seção Técnica. No quadro abaixo, apresento as respectivas sugestões:

Quadro 24: Sugestões para organização das questões das provas finais (1939)

Sugestões para organização das questões		
Linguagem – leitura	Matemática	Noções
<p>1º ano: Leitura e interpretação de 3 frases escritas no quadro negro e desconhecidas dos alunos; leitura de uma lição de 1º livro.</p> <p>2º, 3º, 4º, 5º e 6º anos: Leitura e interpretação de trechos, de acordo com o nível da classe.</p>	<p>1º ano: Ditado de 10 números que não ultrapassem de 999. Pedir que escrevam um número par, um ímpar, o número que indica 1 dúzia, os que indicam ½ dúzia e a dezena. Quatro continhas, duas de somar com reserva e duas de diminuir sem empréstimos. Dois problemas em que haja só uma operação.</p> <p>2º ano: Ditado de números romanos até 12. Quatro problemas com mais de uma operação em cada um deles. Contas sobre as 4 operações. Reconhecimento dos sólidos e linhas estudadas.</p> <p>3º, 4º, 5º e 6º anos: Problemas e exercícios sobre a matéria estudada. Reconhecimento e desenho de sólidos, linhas, ângulos, triângulos, etc. Problemas de geometria.</p>	<p>2º e 3º anos: 10 perguntas de acordo com o programa. Colorir e desenhar a bandeira.</p> <p>4º ano: Mapa do Rio Grande do Sul. 5º ano: Mapa do Brasil. 6º Ano: Mapa da América, Europa, etc. com localização de acidentes, de acordo com a matéria dada. Para os mesmos anos, 10 perguntas sobre geografia, história e ciências, de acordo com os programas. Perguntas sobre a Bandeira.</p>
Linguagem – escrita		
<p>1º ano: Ditado de 10 palavras. Formação de 5 frases com palavras dadas ou decomposição de palavras em sílabas.</p> <p>2º ano: Ditado de 5 frases. Composição de frases com palavras dadas (exigindo-se o mínimo de 6 palavras em cada frase) ou redação de um bilhete. Exercícios de gramática.</p> <p>3º, 4º, 5º e 6º anos: Ditado de um trecho de 5 a 10 linhas, conforme o ano. Descrição de gravuras sugestivas, redação de bilhetes ou cartas, composições. Exercícios de gramática.</p>		

Fonte: Elaborado pela autora com base na Circular nº 19.788, de 24 de novembro de 1939.

Na falta de exemplares das provas, penso que as sugestões acima compartilhadas dão uma noção do que era cobrado nas avaliações elaboradas pelas professoras neste período. São os conhecimentos mínimos exigidos para promoção em cada ano escolar.

<sup>458</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública. Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública. **Circular nº 19.788**. Porto Alegre, RS: 24 de nov. 1939. Assunto: Instruções para elaboração das provas finais visando a uniformização do critério de promoção nas escolas primárias do Estado. Acervo da Escola de Ensino Fundamental General Bento Gonçalves da Silva, Bento Gonçalves/RS.

A seguir, partilho uma imagem com o resultado do segundo exame parcial do 2º Ano do Grupo Escolar de São Marcos, realizado na primeira quinzena do mês de dezembro de 1940:

Figura 17: Resultado do 2º exame parcial - 2º Ano do GE de São Marcos, 1940

Nome dos alunos	Português	Matemática	História	Geografia	Ciências	Ed. Física	Costa	Civismo	Inglês	Prat. Matemática	
Gláucia Leoni	90	80	70	95	90	90	90	100	90	100	80
África Tavares	100	80	60	85	95	90	90	100	100	90	80
Rosa De Cesaro	90	100	70	85	90	100	100	80	100	95	100
Seri Brustolini	85	70	80	90	90	90	50	100	100	100	100
Olinda De Cesaro	70	50	80	90	80	80	90	90	100	85	100
Leid Soares	75	65	55	70	70	80	70	90	80	60	60

Fonte: Livro Ata de Exames (1938 a 1946). AEEEFIV - Farroupilha/RS.

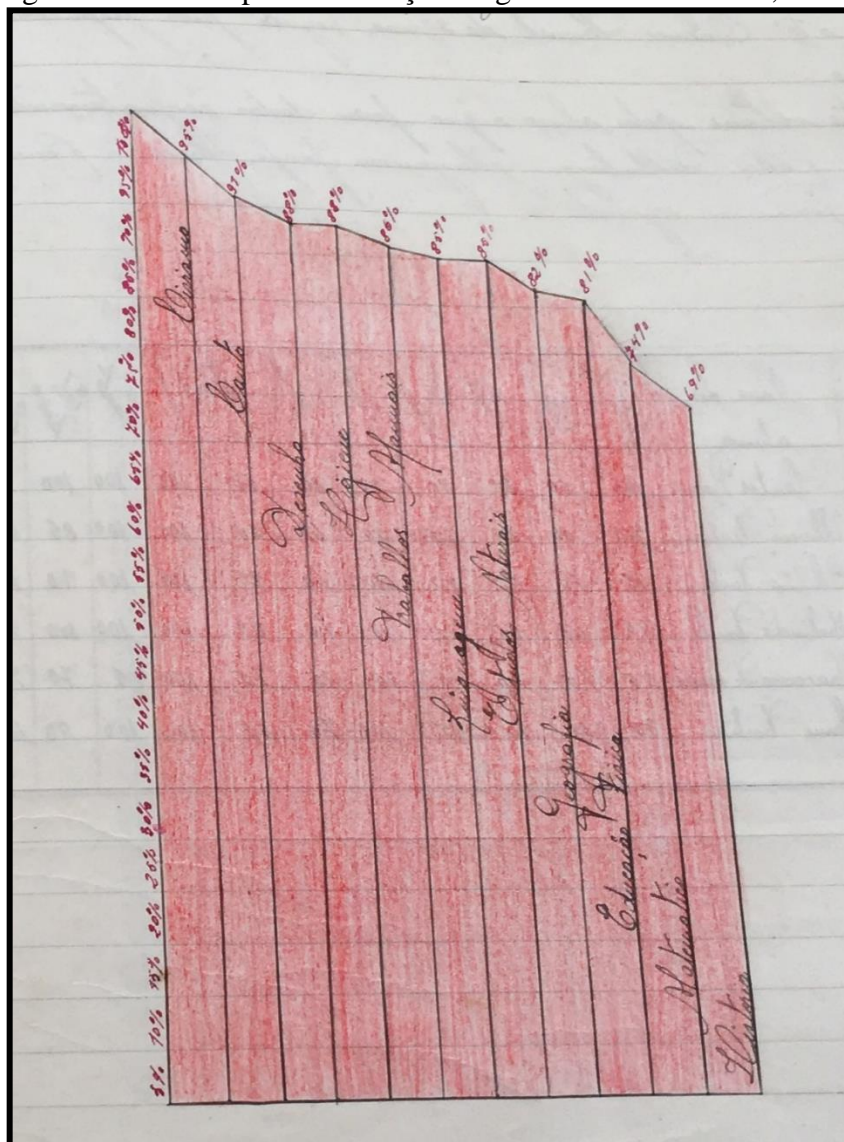
Como visto, a turma teve bons resultados nos exames e todos foram aprovados, sendo a aluna Rosa De Cesaro premiada pela classificação em primeiro lugar. Destaco, no quadro de notas, a pontuação conquistada em Civismo, uma vez que essa disciplina procurava desenvolver nas crianças os valores, as boas ações, a pontualidade, a organização, a obediência, entre outras necessidades consideradas importantes para a vida familiar, social e educacional. Conforme o Programa de Estudos de Moral e Civismo, publicado na Revista do Ensino em maio de 1940, a disciplina poderia ser constituída por atividades formais e informais; no entanto, ia além da sala de aula, devendo ser “vivida” todos os dias, como parte da cultura escolar (REVISTA DO ENSINO, 1940)<sup>459</sup>.

Observei nas atas de exames finais que, entre 1939 e 1942, após o quadro de notas, eram produzidos gráficos para verificação do grau de adiantamento dos alunos em cada matéria,

<sup>459</sup> RIO GRANDE DO SUL. Programas de ensino para as Escolas Primárias do Estado. In: **Revista do Ensino**. Porto Alegre, v. 3, n. 9, mai. 1940, p. 52-76.

provavelmente por orientações da Seção Técnica. Abaixo, apresento o gráfico referente à figura acima:

Figura 18: Gráfico para verificação do grau de adiantamento, 1940



Fonte: Livro Ata de Exames (1938-1944). AEEEFIV - Farroupilha/RS.

Acredito que não havia regra para a produção dos gráficos, visto que eles foram feitos de modos diferentes<sup>460</sup> em cada escola; no entanto, o objetivo era o mesmo: comunicar os resultados de forma visual e, nesse caso, auxiliar no levantamento de dados acerca das aprendizagens em cada matéria.

Em 1943, com a instalação e a atuação do CPOE, observa-se algumas mudanças em relação aos exames finais; em especial, a partir do documento “Instruções gerais para as provas

<sup>460</sup> No Grupo Escolar de Picada Velha, os gráficos eram organizados em barras; já no Grupo Escolar de São Marcos e no Grupo Escolar de Farroupilha, eram em linhas.

objetivas”<sup>461</sup>. As provas, antes elaboradas pelas professoras e manuscritas pelos alunos, foram substituídas pelas provas objetivas<sup>462</sup>, que eram organizadas e encaminhadas pelo CPOE aos grupos escolares. Importa destacar que, com a introdução desta nova forma de avaliação, o CPOE “praticamente extinguiu os exames orais como uma prática formal de promoção de alunos”. (PERES, 2000, p. 264). As questões das provas objetivas abordavam conteúdos de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Naturais, que podem ser observados no quadro abaixo:

Quadro 25: Conteúdos das provas objetivas organizadas pelo CPOE/RS (1943)

Linguagem		Matemática	Estudos Sociais e Naturais
1º Ano	Demais séries	Todas as séries	Todas as séries
a) Reconhecimento de palavras; b) reconhecimento de frases; c) leitura silenciosa e interpretação de pequenos trechos; d) auto ditado; e) ditado.	a) Leitura silenciosa, com interpretação dirigida do sentido geral e de pormenores significativos; b) ortografia; c) conhecimentos gramaticais; d) vocabulário.	a) Questões de raciocínio; b) aplicações de conhecimentos matemáticos a situações de vida, da experiência comum das crianças; c) domínio da mecânica das operações; d) domínio das significações.	a) Reconhecimento de noções; b) evocação de conhecimentos; c) exercício do juízo crítico e de apreciação.

Fonte: Elaborado pela autora com base no estudo de Peres (2000, p. 482).

Contemplavam diferentes graus de dificuldade: fáceis, médias e difíceis, e eram aplicadas em todos os anos do Curso Primário com o intuito de verificar os resultados da aprendizagem nestas áreas. Para ser promovido, o aluno precisaria atingir no mínimo 50 pontos em cada uma das três partes da avaliação. No 1º Ano, além da aprovação nas avaliações, o aluno precisaria ter o parecer favorável da professora, como explicarei ao longo texto.

Em seu estudo, Peres (2000) compreendeu que:

O objetivo básico em relação às provas objetivas finais era a garantia de sua “asepsia”, ou seja, os exames finais eram centralizados, com o intuito de serem universais, imparciais, isentos de qualquer influência, principalmente da professora, e era uma tentativa, também, de garantir uma aferição precisa e milimétrica do conhecimento de cada aluno e na comparação entre os diferentes alunos e/ou classes. (PERES, 2000, p. 267).

Assim, na tentativa de uniformizar as avaliações e controlar os resultados, o CPOE estabeleceu um tipo de prova para todas as escolas do estado, sem levar em consideração as realidades distintas das escolas existentes. Pode-se dizer que essa padronização foi alvo de

<sup>461</sup> Analisei o documento transcrito no estudo de Peres (2000, p. 482-487).

<sup>462</sup> Acerca das provas objetivas, indico os estudos de Peres (2000) e de Quadros (2006).

críticas entre os professores, como observado no estudo de Peres (2000) e na fala da professora Olga Ramos Brentano, docente do Grupo Escolar Farroupilha:

*Uma das coisas contrárias, vamos dizer assim, à essas provas objetivas, é que não atendiam às regiões. Inclusive, mesmo tendo em vista o Rio Grande do Sul, os interesses dos alunos do litoral não são os mesmos interesses da região da serra. (BRENTANO, 1991, p. 8).*

Além disso, na mesma entrevista, acerca das provas objetivas, Olga relatou:

*Antes das provas objetivas, as provas, as provas eram organizadas e avaliadas pelo regente da classe. Depois, com as provas objetivas, juntamente com as provas vinha uma chave de correção, que deveria ser seguida. Inclusive, a parte de composição vinha também a avaliação, por exemplo, dos erros cometidos pelos alunos, como a falta de concordância, é tantos erros; de ortografia, descontava tanto; redundância, descontava tanto... E era uma chave que tinha que ser seguida pelos professores. Inclusive, a correção dessas provas, para a correção dessas provas, organizava-se banca de professores, porque a prova tinha que ser, deveria ser feita a correção por no mínimo dois professores: um corrigia e o outro revisava. Se houvesse diferença de opinião, havia, então se apresentava a prova para a diretora, ou alguma coisa assim, que daria a última palavra, ou à Delegacia. Inclusive, numa ocasião, aconteceu uma coisa interessante: um aluno do primeiro ano, numa das questões, que seria descrever o nome da figura representada na prova, e que era um sapo, o aluno escreveu rósopo. E nós não conseguimos, ficamos impossibilitados de fazer julgamento então essa prova foi pra Delegacia de Ensino, pra Delegacia de Ensino determinar se estava certo, ou não; porque o menino respondeu rósopo, que em italiano quer dizer sapo. E a gente ficou sem saber, quer dizer, a gente não tinha liberdade, vamos dizer assim, de uma definição final. Isso aí, e fora outras coisas que surgiam. (BRENTANO, 1991, p.8).*

A narrativa de Olga confirma a rigorosidade do processo avaliativo neste período e induz à reflexão de que, com a introdução das provas objetivas, o CPOE tentou tirar dos docentes o protagonismo em relação aos exames finais; uma vez que não havia liberdade para organizar, conduzir ou, mesmo, corrigir as avaliações realizadas na escola. Embora o CPOE tenha difundido os princípios da Escola Nova, ao mesmo tempo, não se eximiu de orientar as professoras para uma condução rigorosa das avaliações, como concluiu Peres (2000, p. 409): “O trabalho do CPOE se desenvolveu no sentido de garantir liberdades vigiadas, iniciativas autorizadas, movimentos normalizados, atividades controladas, criatividade e espontaneidades assistidas”.

Em relação às datas, o CPOE orientava para que os exames acontecessem entre os dias 19 a 23 de novembro, com início às 8 horas, sendo os dois primeiros dias reservados para as avaliações do 5º e do 1º Ano, o que aponta uma preocupação em verificar a aprendizagem de quem ingressava e saía da escola primária. Ressalto que as provas impressas eram encaminhadas para as escolas através das Delegacias Regionais de Ensino. Vinham em um

envelope lacrado, que poderia ser aberto somente no dia da avaliação pela diretora e na presença das examinadoras e observadoras, como bem rememorou a professora Ernilda (2019): “As provas vinham da Delegacia de Ensino. As provas vinham fechadas, se abria na frente dos alunos. A gente olhava e entregava a prova”. Juntamente com as provas, estavam as instruções para sua realização e correção. Todas as etapas eram explicadas para que a condução ocorresse conforme as aspirações do CPOE.

Conforme as “Instruções gerais para as provas objetivas”, deveriam ser designados dois professores por sala para a aplicação das avaliações, sendo um examinador e um observador. Estes professores, escalados com antecedência, deveriam cuidar da organização da sala para aplicação da prova, receber da diretora as listas para lançamento das notas e acompanhar a abertura do pacote com as avaliações. Antes de iniciar os exames, teriam que recolher as borrachas e papéis em branco trazidos pelos alunos e fazer a chamada. Ao longo da manhã, marcariam “rigorosamente” o tempo de duração de cada parte da avaliação, evitando caminhar pela sala ou fazer qualquer sinal de aprovação ou reprovação frente às respostas dadas pelos alunos. Ainda, deveriam estar dispostos, quando possível, da seguinte maneira: o examinador, à frente, e o observador, ao fundo da sala.

A seguir, compartilho a ata dos exames realizados no Grupo Escolar de São Marcos, em 1944:

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e quatro, numa das salas aonde funciona o Grupo Escolar de São Marcos, 1º distrito do município de Farroupilha, teve lugar ao exame do 1º ano primário. Presentes a examinadora Sra. Célia Dillenburg e a observadora Sta. Alda de Almeida Simões, procedeu-se a chamada, verificando-se dezessete (17) comparecimentos dos dezoito (18) matriculados. Em seguida, a observadora deu as necessárias explicações e recomendações exigidas do decorrer da prova. Feito isso, foram entregues as provas, nas quais os alunos passaram a assinar e logo depois foi iniciada a 1ª parte de Linguagens, sendo que a 1ª parte (foi) começaram justamente às 8,30 e terminaram às 8,50 horas. A 2ª parte iniciada às 8,55 e terminada às 9,05. A 3ª parte iniciada às 9,06 e terminada às 9,30. A 4ª parte iniciada às 9,31 e terminada às 9,40. A 5ª parte iniciada às 9,41 e terminada às 9,55. Afim de descansarem alguns instantes, foi cedido aos pequenos um intervalo de dez (10) minutos. Após, reuniram-se novamente os alunos e continuou-se o exame de Matemática, que ficou distribuído em: A 1ª parte iniciada às 10 horas até às 10,05. A 2ª parte iniciada às 10,06 até 10,21. A 3ª parte iniciada às 10,23 até às 10,30. Foi cedido ainda mais cinco (5) minutos como intervalo da Matemática aos Estudos Sociais e Naturais, sendo essa última distribuída do seguinte modo: Iniciada às 10,35 e terminada às 10,50. Durante a execução das provas objetivas do corrente ano, observou-se boa conduta dos pequenos e sobretudo boa disciplina, portanto, tudo correu favoravelmente de acordo com os planos da banca examinadora. Em seguida, foi procedida a correção das já referidas provas,

verificando-se o seguinte resultado: nove aprovações e nove reprovações, deu-se a porcentagem de 50%<sup>463</sup>.

A avaliação foi realizada pela Diretora Célia e pela professora Alda, sendo que, naquele ano, somente as duas dividiam a docência no Grupo. Nota-se, na transcrição, a preocupação com o tempo de realização de cada etapa, como orientado no documento elaborado pelo CPOE. Entre uma disciplina e outra, um curto intervalo para usar o banheiro e descansar. Diante do resultado, a classificação da turma naquele ano foi dada como média. Acerca do controle do tempo nas provas objetivas, Peres (2000) concluiu que

isso revela, de alguma forma, as contradições com o discurso dominante nesse período: o da renovação pedagógica. A prática de calcular rigidamente o tempo das questões não supunha *ritmos próprios, respeito às capacidades individuais, à autonomia, à liberdade do educando*, aspectos principais que identificavam os adeptos da renovação escolar. (PERES, 2000, p. 274, grifo da autora).

O documento, antes citado, orientava para que a apuração das avaliações fosse realizada após o encerramento das provas objetivas de todas as turmas da escola, e ainda indicava que deveria haver a colaboração de todos os professores para que se evitasse a sobrecarga de alguns. No entanto, isso não se aplicava aos grupos escolares localizados nas zonas rurais, com apenas duas ou três professoras; mesmo com uma quantidade menor de alunos, o trabalho era exaustivo: correções, revisões, preenchimento das listas de notas, envio das provas para a Delegacia Regional de Ensino, produção das atas e também do relatório que deveria acompanhar as provas entregues.

Acerca desta etapa, apresento a transcrição abaixo:

Ata n.º 3

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e cinco, teve lugar no prédio aonde funciona o Grupo Escolar de São Marcos: município de Farroupilha, a correção das provas objetivas do 1º ao 5º ano. Para essa correção foram escolhidas duas salas claras e bem arejadas e, nessas salas, as professoras passaram a revisar as provas dos alunos com calma e cuidado, obedecendo severamente as instruções enviadas. [...]<sup>464</sup>.

A ata é um registro importante e que documenta os trabalhos realizados na escola, assim como atesta a presença dos diferentes sujeitos neste espaço. Assim, dada a sua relevância, havia a preocupação com o que ficaria eternizado nos registros. Não somente nesta, mas em diversas

<sup>463</sup> Livro Ata de Exames do Grupo Escolar de São Marcos (1938 a 1946). Ata nº 2, 7 de dezembro de 1944. AEEEFIV.

<sup>464</sup> Livro Ata de Exames do Grupo Escolar de São Marcos (1938 a 1946). Ata nº 3, dezembro de 1945. AEEEFIV.



atas analisadas acerca das avaliações, é possível notar um cuidado em mencionar que todo esse processo se realizava de acordo “com as instruções enviadas”, bem como que “as notas foram dadas em comum acordo”<sup>465</sup>, ou então, que os exames aconteciam “mediante a aplicação das provas elaboradas pelo CPOE”<sup>466</sup>. Tais menções são indicativos da preocupação que estas avaliações causavam entre as professoras dos grupos escolares investigados, bem como do controle do CPOE sobre o trabalho docente.

Em relação à presença de autoridades educacionais durante aplicação dos exames finais, localizei poucos indícios, mas que atestam a existência dessa prática, ainda no transcurso do século XX. Em 1940, no Livro Diário da Escola (1940-1944)<sup>467</sup>, há o registro do comparecimento do Delegado Regional do Ensino, no dia 29 de novembro, durante os exames finais do 6º Ano no Grupo Escolar Farroupilha. Já em 1946, na mesma escola, quem compareceu aos exames do 1º Ano foi Wanda Jaconi, Orientadora de Educação Primária<sup>468</sup>. Diante do exposto, questiono: Seria essa uma prática pouco utilizada neste período? Diante de tantas normatizações, em meio à campanha de nacionalização do ensino, teriam as autoridades educacionais deixado de participar destes momentos? Diante das distâncias entre um grupo e outro, teriam conseguido, então, participar dos exames de todas as escolas? Participavam somente dos exames do 6º ou 5º e do 1º Ano? Talvez, os registros presentes nos Livros Termos de Visita, caso encontrados, poderiam auxiliar na resolução destas questões. Importa dizer que nenhum dos entrevistados teve essa lembrança quando questionados acerca dos exames finais e da possível presença de orientadoras e demais autoridades. Como exemplo, trago o relato de Nilza, aluna do Grupo Escolar de Carlos Barbosa: “*Sempre elas! Elas faziam uma prova, não sei vinha de Porto Alegre ou se vinha de Bento Gonçalves, eu não me lembro. Pra passar, sei que a gente fazia essa tal de prova e entregava para a professora*”. (BARSÉ, 2020). Além disso, cabe dizer que algumas professoras do Grupo Escolar Farroupilha participavam das bancas examinadoras das escolas isoladas estaduais de Emboaba, Desvio Blauth e São Miguel. (LIVRO DIÁRIO DA ESCOLA, 1940-1944).

Ao analisar os exames finais, seria impossível não refletir acerca das aprovações e reprovações ao final de cada ano letivo, uma vez que essas classificações deixaram marcas na vida de alunos(as) e professoras. Assim, no quadro abaixo, apresento os resultados dos exames

<sup>465</sup> Livro Ata de Exames (1938 a 1946). Ata do IIº exame parcial do 4º Ano do Grupo Escolar de São Marcos, de dezembro de 1940. AEEEFIV.

<sup>466</sup> Livro Lançamento de Notas (1942 a 1956). Ata dos exames finais, 26 de novembro de 1945. AEEEFCA.

<sup>467</sup> Livro Diário da Escola (1940 a 1944). ACEF.

<sup>468</sup> Livro de Atas Exames do Grupo Escolar Farroupilha (1939 a 1948). Ata de aplicação das provas objetivas aos alunos do 1º Ano do Grupo Escolar Farroupilha, 02 de dezembro de 1946. ACEF.

finais do Grupo Escolar Farroupilha, do Grupo Escolar de São Marcos e do Grupo Escolar de Picada Velha, entre os anos de 1940 a 1944.

Quadro 26: Resultados dos exames finais nos grupos escolares (1940-1944)

Classe	Grupo escolar	Ano letivo								
		1940			1942			1944		
		Mat.	Apr.	Rep.	Mat.	Apr.	Rep.	Mat.	Apr.	Rep.
1º Ano	GE de Farroupilha	801	53	27	831	46	37	581	28	30
	GE de São Marcos	371	11	26	-1	-	-	18	9	9
	GE de Picada Velha	-1	-	-	40	15	25	30	20	10
2º Ano	GE de Farroupilha	481	43	5	441	35	9	471	35	12
	GE de São Marcos	6	6	-	-	-	-	10	7	3
	GE de Picada Velha	-	-	-	29	13	14	28	25	3
3º Ano	GE de Farroupilha	33	30	3	50	46	4	28	22	6
	GE de São Marcos	6	6	-	-	-	-	16	6	10
	GE de Picada Velha	-	-	-	11	10	1	6	5	1
4º Ano	GE de Farroupilha	25	21	4	20	18	2	17	14	3
	GE de São Marcos	8	4	4	-	-	-	4	4	-
	GE de Picada Velha	-	-	-	3	3	-	7	5	2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos seguintes documentos: Ata de exames do Grupo Escolar de São Marcos (1938-1946), Ata de exames do Grupo Escolar Farroupilha (1938-1948) e Lançamento de notas do Grupo Escolar de Picada Velha (1942-1968).

Relembro que, destas três escolas, apenas o Grupo Escolar Farroupilha ficava localizado na zona urbana, o que explica o maior número matrículas em todos os anos. Como visto, as turmas de alfabetização ainda eram as mais numerosas, e o prolongamento dos estudos continuava sendo para poucos, especialmente na zona rural. O trabalho na roça, as tarefas domésticas e as exigências impostas pela escola fizeram com que muitas crianças e adolescentes abandonassem os estudos. Elia (2020), ao rememorar sua época como aluna no Grupo Escolar de Vila Jansen, destacou: “[...] tinha que ir a pé pra escola, se virar. Eu gostava de ir, se faltava um dia eu chegava a chorar. Minha mãe era viúva, com seis filhos, não tinha como. Trabalhava na roça todo mundo!”. Aponto, ainda, que as dificuldades em Linguagem e Matemática consistiram em muitas reprovações, especialmente no 1º Ano.

Como mencionado anteriormente, com a introdução das provas objetivas, além da aprovação nas avaliações, os pequenos teriam que ter o parecer favorável da professora para que a promoção ocorresse<sup>469</sup>. Caso houvesse discordância entre o resultado suficiente da prova e o parecer contrário da professora, o aluno seria “promovido condicionalmente”, configurando

<sup>469</sup> “1º Ano: Aprovação nas provas objetivas da Linguagem e Matemática, com a caracterização de “Promovível” atribuída pela professora da classe”. (INSTRUÇÕES GERAIS PARA AS PROVAS OBJETIVAS, 1943). Documento presente no trabalho de Peres (2000).

turma “especial”. Como exemplo, trago os registros contidos na Ata de exames finais do 1º Ano do Grupo Escolar de Picada Velha, em 1947, onde, ao lado da lista de notas obtidas, consta a seguinte observação: “Os alunos não promovíveis ao parecer do professor não fizeram exame e constam na lista como “Faltou”<sup>470</sup>. Assim, dos 31 alunos matriculados na turma, 16 faltaram ao exame e 15 compareceram, sendo que, destes, apenas 9 foram promovidos. Essa informação induz a pensar que, mesmo com o passar do tempo, as professoras continuavam selecionando os alunos que tinham condições de realizar as avaliações, excluindo aqueles que não tinham bom aproveitamento dos exames finais.

No mês de abril de 1947, os alunos desta turma de 1º Ano haviam sido submetidos aos “Testes ABC para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita”, idealizados por Lourenço Filho<sup>471</sup>. Ressalto que os 16 alunos que faltaram aos exames foram justamente os que tiveram pontuação inferior a 11 nos Testes ABC<sup>472</sup>, ou seja, reprovados por não terem conseguido se alfabetizar no decurso de um ano.

Peres (2000), ao tratar da aplicação dos Testes ABC nas escolas gaúchas, explicou que Lourenço Filho propôs, por fim, 8 provas,

que tinham o objetivo de avaliar as capacidades necessárias à aprendizagem da leitura e da escrita: coordenação visual-motora, resistência à inversão na cópia de figuras; memória visual; coordenação auditivo-motora, capacidade de prolação; memória lógica, fatigabilidade; atenção dirigida; vocabulário; atitude geral de compreensão nas tarefas escolares (Lourenço Filho, 1969b, p. 144). Os resultados dessas provas indicavam o *nível de maturidade* (N.M) para a aprendizagem da leitura e da escrita. A escala dos Testes ABC variava de 0 a 24 pontos. (PERES, 2000, p. 249, grifo da autora).

Com base no estudo de Quadros (2006) e nas atas analisadas, entendo que os Testes ABC eram aplicados, geralmente, em março e, a partir dos resultados, organizavam-se as turmas de 1º Ano<sup>473</sup>. No entanto, entre os anos de 1947 e 1948, as testagens no Grupo Escolar de Picada Velha ocorreram na segunda quinzena de abril por falta de material, sendo as turmas reorganizadas posteriormente. Segundo o mesmo autor:

A distribuição dos estudantes nas classes devia obedecer à ordem da pontuação obtida no Teste ABC. Buscava-se, com isso, garantir a homogeneidade das turmas. Uma vez aplicados os testes e aferidos os resultados, classificavam-se as turmas em: a) classes

<sup>470</sup> Livro Lançamento de Notas (1942 a 1968). AEEEFCA.

<sup>471</sup> O autor publicou pela primeira vez a obra “Testes ABC para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita” em 1934, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo (Peres, 2000).

<sup>472</sup> Acerca dos Testes ABC, indico o estudo de Bassinello (2014).

<sup>473</sup> Infelizmente, encontrei poucos indícios acerca da aplicação dos Testes ABC no cotidiano dos grupos escolares investigados, o que não permitiu uma análise mais detalhada a respeito.

tipo A – fortes: acima de 15 pontos no Teste ABC; b) classes tipo B – médios: de 9 a 15 pontos; c) classes tipo C – fracos: de 0 a 8 pontos. (QUADROS, 2006, p. 234).

Alice Gasperin, professora do Grupo Escolar Farroupilha, partilhou uma memória em relação aos testes com o primeiro ano do Curso Primário, que merece ser transcrita:

*Eu ficava com todos os alunos e a outra professora fazia os testes com os alunos para poder classificá-los. Eu ficava sempre com A; a outra sempre com B e a outra com C. Eu tinha muitos alunos no primeiro ano, né? Sempre alfabetizei o 1º Ano em Farroupilha. [...] E um aluno era, como disseram vocês, rebelde, rebelde. Fazia teste também, se bem que rodava, rodava, fazia testes. Eu disse pra Maria: “Maria, faça, dá um jeito que fique com a professora que está para chegar, que ela não sabe nada. Nós conhecemos o aluno!”. Que ele era terrível e que a professora de Educação Física não podia com a vida dele. Todos os professores não queriam saber daquele aluno. [...] Depois dos testes feitos a tal de Maria levou os dela, eu fiquei na mesma sala com os meus. E, também, a diretora parece levou três. Éramos perto de cem alunos. Eu contente, comecei a lecionar, né? Mas eu estava sempre com toda a turma, entreter os alunos enquanto ela fazia os testes. Como eu não sabia o que fazer lá com os alunos, contava histórias para eles. Quando veio a diretora com tudo pronto os testes, levou todos dos alunos e fiquei com os meus e comecei a trabalhar, não passou uma hora, que veio a diretora, a professora que fez os testes e aquele rebelde... que eu ficasse com ele. Que ele era o demônio do grupo – 12 anos no 1º Ano. Junto com os pequenos de seis, sete anos. Eu não sou enérgica, nunca fui enérgica. O que vou fazer? Mas digo: Diz para a diretora que ele foi classificado para ficar com a letra B, e não com a letra A. [...] “Mas ele pediu para ficar aqui contigo!” – “Pediu pra vir comigo, o que vai ser de mim?” Pensava. Bom, digo: “Vou experimentar, mas se ele não se portar direito eu não quero, porque ele não foi classificado, não tenho obrigação de ficar”. Eu disse pra diretora e pra outra professora. Eu sentei [ele] perto de um bom menino lá, pequenininho. “Olha Sérgio, disse, se tu te portares bem ficarás, comigo, senão tu voltarás para a Dona Maria”. [...] Olha não me incomodou nada, perfeitamente nada. Ele aprendeu a ler, que ele rodava sempre, e passou. (GASPERIN, 1996, p.9).*

A lembrança de Alice nos aproxima das dinâmicas dos Testes ABC no início do ano letivo, assim como das táticas, hierarquias e representações docentes. Destaco que classificar os alunos para a organização de turmas mais homogêneas era uma prática instituída, mas que, pela ação dos sujeitos no cotidiano da escola primária, poderia ganhar movimentos próprios. Nas palavras de Certeau (2014, p. 96), são as táticas, ou seja, “as circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável”. Na sequência da entrevista, Alice comentou que teve a oportunidade, anos mais tarde, de perguntar para o aluno Sérgio o motivo de ele ter tido aversão das demais professoras e dela, não. O aluno, segundo ela, explicou:

*[...] “Não sei se é impressão minha, disse ele, mas achava que as outras não me tratavam como tratavam os outros. E, eu com isso, eu não me sentia bem, ele disse, me sentia revoltado”. Digo: “Porque eu preciso saber para poder aprender a lidar com as crianças”. Mas na escola ele também dizia: “Professora, conta uma história!”. Ele gostava de histórias! Mas ele tinha uma paixão! Então, perguntei se os pais nunca contaram histórias para ele. – “Nunca me contaram”. Perguntei se os*

*professores contavam histórias. - “Nenhuma contou uma história”. Só eu que contava histórias. (GASPERIN, 1996, p.9-10).*

Certamente, a sensibilidade e a amorosidade de Alice fizeram a diferença no processo de escolarização de Sérgio. As memórias partilhadas por ela trazem um outro olhar para a reprovação a partir das representações do aluno: indiferença, falta de motivação e de encantamento.

Muitos alunos reprovavam uma, duas, três vezes. Os altos índices de reprovação nos grupos escolares foram observados até o ano de 1949, data final da presente pesquisa, em todos os anos escolares, sempre com maior predominância no 1º Ano. Ao observar as atas, ouvir os entrevistados e compreender um pouco da realidade de cada uma das instituições investigadas, entendo que essas reprovações tinham raízes diversas, como: o pouco tempo para estudar; a desmotivação; as dificuldades de aprendizagens; a falta de condições adequadas; as provas, que não levavam em consideração o contexto dos alunos e, ainda, outros contratemplos que se faziam presentes, como no caso do Grupo Escolar de Picada Velha que, em 1948, teve suas atividades interrompidas de 11 de setembro até 23 de novembro, em virtude do afastamento da Prof.<sup>a</sup> Orphélia Milani para tratamento de saúde. As reprovações, naquele ano, foram muitas, e o motivo, segundo a ata de exames<sup>474</sup>, foi o pouco aproveitamento dos alunos, uma vez que, dos 72 alunos matriculados na escola, apenas 6 tiveram condições de passar de ano.

Com frequência, registravam-se, nas atas, que as crianças não venciam a prova objetiva, resultando em reprovações, como se pode ler na sequência:

[...] O teste foi aplicado de acordo com as instruções recebidas e, durante a aplicação do mesmo tudo, correu favoravelmente e às 10,40 foi encerrado o exame. Sendo, no dia 27, feita a apuração da mesma e verificado que, além de não ter a referida aluna vencido a prova de redação, foi reprovada na objetiva<sup>475</sup>.

Ressalto que essa menina era a única aluna matriculada no 5º Ano em 1946 e, diante disso, penso que chegar até essa etapa da escolarização era tão difícil quanto “vencer” uma prova elaborada em um contexto totalmente diferente do seu lugar de vivência. Tal situação levou-me a pensar no tempo de permanência destas crianças e adolescentes nos grupos escolares investigados. Pode-se ver abaixo:

---

<sup>474</sup> Livro Lançamento de Notas (1942 a 1968). Ata dos exames finais do Grupo Escolar de Picada Velha, 1948. AEEEFCA.

<sup>475</sup> Livro Ata de Exames do Grupo Escolar de São Marcos (1938 a 1946). Ata nº 1, novembro de 1946. AEEEFIV.

Quadro 27: Permanência dos(as) alunos(as) nos grupos escolares (1945-1949)

Grupo escolar	Matrículas								
	1945			1946			1947	1948	1949
	1º A	1º B	1º C	2º A	2º B	2º C	3º	4º	5º
GE Carlos Gomes	22	-	-	13	-	-	10	3	1
GE Farroupilha	23	24	16	13	16	-	31	20	7
GE Carlos Barbosa	16	-	-	4	-	-	10	4	5
GE de São Marcos	26	-	-	7	-	-	14	9	-
GE de Vila Jansen	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GE Cajurú	28	-	-	10	-	-	6	2	1
GE de Picada Velha	26	-	-	19	-	-	12	9	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos seguintes documentos: Livro de Atas exames do Grupo Escolar Farroupilha (1939-1948; 1948-1955); Livro Ata de exames (1938-1946) e Livro de Matrículas (1939-1949) do Grupo Escolar de São Marcos; Livro de Matrículas do Grupo Escolar de Caruara (1940-1949); Livro de Matrículas do Grupo Escolar de Carlos Barbosa (1939-1949); Livro de Matrículas do Grupo Escolar Carlos Gomes (1940-1949) e Livro Lançamento de notas do Grupo Escolar de Picada Velha (1942-1968).

Os dados presentes no quadro acima permitem acompanhar o movimento dos alunos que ingressaram no 1º Ano em 1945. Como visto, poucos foram os que conseguiram concluir o Curso Primário no tempo certo<sup>476</sup>. Ao longo dos anos, as reprovações e os obstáculos de ordens diversas fizeram com que muitos alunos abandonassem os estudos. Ao se referir sobre o Grupo Escolar de Vila Jansen, explicou a Professora Ernilda (2019), que na 4ª e na 5ª série sempre houve poucos alunos: *“Muito poucos, porque eles já estavam mais crescidinhos. Tinham que ficar em casa trabalhar, né. Coitados! Nem conseguiam terminar o primário, às vezes. [...] 2ª, 3ª, 4ª série às vezes largavam porque os pais precisavam”*. Diante do exposto, penso que concluir o Curso Primário era um privilégio, e um orgulho para quem conseguia chegar lá.

Ernilda, ao ser questionada acerca das reprovações, mencionou: *“Os que não passavam, coitadinhos, dava um dó que nossa!”*. (TURQUETTO, 2019). No decorrer da entrevista, rememorou a história de um aluno que nunca conseguiu se alfabetizar. Nas palavras dela:

*O aluno estava repetindo, Volpine era o sobrenome. O José Volpine era o primeiro filho da família. Depois, não sei se tinha meninas pelo meio, devia ter a Iracema e depois o outro. Este, em cinco anos, saiu com o diplomazinho dele formado, o José Volpine, o mais velho. O outro, em três anos, eu não consegui alfabetizar. Três anos, muita, muita dificuldade. Não aprendia nada! Não conseguia gravar, não conseguia. Era um desespero! [...] Eu consegui que ele aprendesse a escrever Arlindo Volpine, era o nome dele, mas ler pouca coisa. Então a minha colega, a Adinha Cavalca, ela disse: “Deixa ele vir na minha sala, que eu quero experimentar eu, pra ver”. Ele ficou*

<sup>476</sup> Nos dados expostos, precisam ser contabilizadas as novas matrículas que, possivelmente, se efetivaram ao longo desses anos.

*dois meses lá. Eu disse, olha eu quero que tu pegue as primeiras coisas da alfabetização, porque tem que começar por ali. Depois, talvez, ele entenda melhor. Ela experimentou e ela disse não, ele não aprende mesmo. [...] E eu não consegui alfabetizar aquele menino lá. Isso, isso marcou muito pra mim. Eles tinham levado até no médico e tudo. Não sei o que precisava, um especialista muito sabido, eu acho. (TURQUETTO, 2019).*

Não conseguir alfabetizar esse aluno foi algo que marcou profundamente a professora entrevistada. Aliás, quantos alunos passaram pelo processo de escolarização sem sucesso? As dificuldades de aprendizagem sempre existiram e, diante dos escassos recursos escolares, médicos e financeiros deste período, é provável que muitos estudantes tenham convivido com o fracasso escolar por conta delas.

Em relação aos docentes, penso que este processo de classificação ao final de cada ano letivo gerava alegrias pelas aprovações dos que conseguiam vencer as provas objetivas e, junto com elas, vencer as dificuldades de uma infância marcada pelo trabalho e pelas privações, especialmente na zona rural. Ao mesmo tempo, gerava frustrações e preocupações pelas reprovações, uma vez que

*essas provas acabaram por se estabelecer como uma forma de monitorar, supervisionar ou avaliar o trabalho desenvolvido pelos professores, na medida que os seus resultados informavam o cumprimento dos programas e a observância das respectivas normativas, adequação dos processos de trabalho, ineficiências em determinadas disciplinas ou em aspectos da sua aprendizagem, ou seja, deficiências do ensino poderiam ser superadas com um planejamento e organização mais inteligente das aulas. Os resultados decorrentes dessa avaliação, que pressupunha a existência de padrões que podiam demonstrar o ensino eficiente – no caso, os programas mínimos para as escolas primárias –, passaram a ser considerados como evidências de um ensino de boa qualidade. (QUADROS, 2006, p. 221).*

Assim, a partir dos resultados obtidos pelos alunos, avaliava-se, também, o desempenho docente. Ainda, em se tratando de memórias de escolarização preservadas ao longo dos anos, apresento algumas representações dos(as) alunos(as) que vivenciaram os exames finais nos grupos escolares localizados em Garibaldi e Farroupilha. Para Salvador (2018), o aluno só passava de ano *“quando estava pronto! Elas não queriam saber se tu ia um ano, dois anos... Elas não queriam nem saber! Tinha o boletim, o pior era quando pegava e mostrava para os pais, quando estava escrito em vermelho”. [...] Apanhava!*”. Alzedir (2018) disse que *“tinha que caprichar pra não rodar. Eu não me lembro de ter rodado. A gente procurava fazer, porque a coisa não era fácil!”*. Já, Nilza (2020): *“Eu acho que eu reprovei umas duas ou três vezes. Esse meu irmão aí se formou comigo e ele era dois anos mais novo que eu”*. Por fim, Alda (2018) rememorou que *“era difícil. Mas pra mim não era! [...] E os alunos que elas não gostavam, elas faziam rodar até várias vezes”*.

Como pode-se ver, cada aluno(a) compartilhou as suas representações acerca das aprovações e reprovações ao final de cada ano letivo. Alguns dos entrevistados disseram que nunca reprovaram, no entanto, a análise dos livros de matrículas diz o contrário. Alguns, chegaram a repetir três vezes o primeiro ano, por exemplo. Partindo das concepções de Izquierdo (2018, p. 1), entendo que “nosso cérebro ‘lembra’ quais são as memórias que não quer trazer à tona, e evita recordá-las: as humilhações, por exemplo, ou as situações profundamente desagradáveis ou inconvenientes”. No processo de escolarização, onde se destacam os sucessos e os insucessos, as reprovações foram e continuam sendo situações dolorosas. Ainda, a partir das memórias compartilhadas acima, pode ser também que esses(as) alunos(as) foram levados a acreditar que não haviam reprovado, pois, só passava de ano “*quando estava pronto!*”. (FELICETTI, 2018).

Importa mencionar que o resultado das provas objetivas, além de reter ou promover o(a) aluno(a), era determinante para a organização das turmas no ano seguinte, classificadas em: “A: forte; B: média; C: fraca; M: Mista e N: não-selecionada”. (QUADROS, 2006, p. 220). Em relação a este assunto, Quadros (2006) explicou em sua tese que:

Eram consideradas turmas A ( $A_1, A_2, A_3$ , caso houvesse mais de uma turma do mesmo ano com classificação forte) aqueles estudantes que obtivessem os melhores resultados nas provas de Matemática, Linguagem e Estudos Sociais e Naturais. Quando houvesse número suficiente, os repetentes formavam uma turma em separado. As turmas M (mistas) eram as parcialmente homogêneas, isto é, aquelas em que havia nivelamento em apenas uma disciplina – por exemplo: todos os estudantes são fracos em Matemática ou todos os estudantes são médios em Matemática e fortes em Linguagem ou, ainda, todos são fracos em Matemática, médios em Linguagem e médios em Estudos Sociais e Naturais. O número de acertos em Matemática era critério preponderante para a homogeneização das turmas. No caso da impossibilidade de nivelar os estudantes pelas notas de Matemática, eram agrupados segundo aproveitamento em Linguagem. (QUADROS, 2006, p. 220-221).

Ao analisar as atas de exames finais das diferentes escolas, não localizei a organização de turmas mistas e não-selecionadas. No Grupo Escolar Farroupilha, as turmas de 1º e 2º Ano, normalmente, eram divididas em A, B e C; já nos demais grupos com matrículas inferiores, funcionando em espaços menores e com menos professores, não observei essa recorrência. Como visualizado no quadro anterior, as classes de 3º, 4º e 5º Ano constituíam apenas uma turma em todos os grupos escolares desta pesquisa.

No mês de agosto de 1946, o assunto relativo à premiação foi debatido entre as professoras do Grupo Escolar de Picada Velha durante os Círculos de Estudos:



Apresentou a professora Orphélia Milani o tema “Causas das reprovações e meios de evitá-las” tirado do livro “Práticas Escolares”, de Antônio D’Ávila. Logo após a leitura, foi debatido o assunto; achando a professora Ilze Fetter que, além dos meios apresentados para melhorar a frequência, pode se levar em conta o prêmio. Não estando de acordo a professora Orphélia Milani, porque premiada a criança, será atraída apenas pela ambição de pagamento e não terá por norma o dever de assiduidade que é o ideal. Após os argumentos apresentados pela professora Orphélia Milani, as demais professoras entraram num acordo: que o prêmio não deve ser usado nessas ocasiões<sup>477</sup>.

A transcrição acima revela que as reprovações e as tentativas de as minimizar faziam parte do universo de preocupações e de estudos das professoras dos grupos escolares investigados; em parte, pelas cobranças dos CPOE, como já foi mencionado. O prêmio aparece como um estímulo para que os alunos fossem assíduos às aulas, tendo, assim, maior sucesso no processo de escolarização. No entanto, a decisão tomada pelas professoras não perdurou, pois as premiações seguiram acontecendo nos anos seguintes.

Também no mês de agosto de 1946, durante a Hora da Leitura<sup>478</sup>, as professoras do Grupo Escolar Farroupilha discutiram acerca da reprovação a partir da mesma obra lida pelas professoras do Grupo Escolar de Picada Velha, intitulada “Práticas Escolares”, de Antônio D’Ávila<sup>479</sup>. Conforme os registros na Ata n.º 18, não houve debates e as professoras presentes estavam de acordo com as ideias apresentadas pelo autor<sup>480</sup>.

Os Círculos de Estudos e a Hora Pedagógica<sup>481</sup> foram momentos destinados à formação docente no interior das escolas primárias. Constituíam-se em reuniões semanais, que buscavam estudar e discutir novas ideias com base nos princípios, finalidades, práticas e métodos fundamentados pelas concepções da Escola Nova, que orientaram a reforma educacional no Rio Grande do Sul e o trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS. Com frequência, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais enviava circulares e comunicados para as escolas que

eram, em muitos casos, verdadeiros *tratados de Pedagogia*: orientações didático-pedagógicas (de planejamento, de organização das aulas, das avaliações, etc.),

<sup>477</sup> Livro de Atas (1942-1948). Ata n.º 26, de 14 de agosto de 1946. Grupo Escolar de Picada Velha. AEEEFCA.

<sup>478</sup> Em relação aos momentos de formação em serviço no interior do Grupo Escolar Farroupilha, indico o artigo escrito por Fernandes e Luchese (2019).

<sup>479</sup> Antônio D’Ávila foi um dos autores mais lidos pelas professoras do Grupo Escolar Farroupilha ao longo dos anos de 1944 a 1949. Segundo o estudo de Trevisan (2009, p. 168), o educador paulista Antônio D’Ávila “escreveu manuais de ensino, livros didáticos, artigos em jornais e revistas, biografias” e ministrou inúmeras conferências e discursos. Entre os seus escritos mais difundidos no Brasil, destaca-se o Manual de ensino Práticas escolares que, de acordo com Trevisan (2009, p. 168), “teve sua 1ª edição em 1940 pela editora Saraiva, e foi utilizado até, pelo menos, a década de 1970, em cursos de formação de professores primários”. Ainda conforme aponta a autora, em 1944, foi publicado o volume 2 deste manual e, a partir de 1954, o volume 3.

<sup>480</sup> Livro Hora Da Leitura (1944-1947). Ata n.º 18, de 07 de agosto de 1946. ACEF.

<sup>481</sup> Como não me aprofundarei em torno deste assunto na tese, sugiro os estudos de Peres (2000), Quadros (2006) e Fernandes (2015), que tratam do mesmo.

sugestões de atividades escolares, discussões de caráter teórico, regulamentações, entre outras coisas, compunham esses comunicados que chegavam, via Delegacias Regionais de Ensino, a todas as escolas estaduais e de ensino primário e normal. (PERES, 2000, p. 217, grifo da autora).

Alguns desses comunicados indicavam temáticas para serem abordadas nas respectivas reuniões, como o assunto da reprovação, por exemplo. Ainda, sugeriam leituras de determinadas bibliografias. As publicações da Revista do Ensino, divulgando as novas ideias e obras pedagógicas, também fizeram parte do universo de leituras das professoras dos grupos escolares analisados nesta pesquisa.

As festas de encerramento do ano letivo findavam o calendário escolar cumprindo um papel de importância “na formação cívica e moral, nas quais se demonstrava a todos os estudantes e aos seus familiares a necessidade de aplicação nos estudos e de aprovação nos exames”. (NASCIMENTO, 2006, p. 164). Em geral, eram abertas ao público, contando com a participação da comunidade escolar e das autoridades. Excetuadas as particularidades de cada escola, comumente iniciavam com o hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional, seguidos por alocação da diretora. Havia a divulgação das notas obtidas nos exames, entrega dos certificados aos concluintes do Curso Primário e premiações aos alunos que tinham se destacado. Na sequência, em algumas escolas ocorriam apresentações, sendo o evento encerrado com o arriamento do pavilhão ao som do Hino Nacional, Hino do Estudante ou Hino às Férias. Em alguns momentos, foram organizadas exposições dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, “sendo oferecida, na ocasião, uma taça de guaraná”. Nas palavras de Souza (1998, p. 261), essa prática representava “um momento de exposição pública do trabalho e das atividades desenvolvidas na escola. Por meio delas, as famílias dos alunos e a população em geral tomavam ciência da qualidade do trabalho desenvolvido” na escola.

Em 1943, as professoras do Grupo Escolar de Picada Velha optaram por suspender as festividades programadas para este dia em virtude do falecimento do aluno Wolmir Salvi<sup>482</sup>, ocorrido no dia 08 de dezembro. Nas memórias de Rodolfo Salvi, compartilhadas na obra de Scaratti (2006), há o relato deste dia:

As professoras que vinham lecionar no grupo escolar de Boa Vista eram de Porto Alegre e de Caxias. Precisávamos ir buscá-las em Barão, pois vinham de trem. Um dia, meu filho Valmir e o Henrique foram buscá-las. [...] Meu filho ia seguindo de cavalinho do Guerino. Levava um animal com o Henrique. Quando chegou perto daquela entrada, vem um trem e apitou. O cavalinho deu uma virada brusca, o guri

---

<sup>482</sup> Durante a pesquisa, foram encontradas duas grafias diferentes para o nome do aluno em questão: Wolmir, no registro da escola, e Valmir, na transcrição de uma entrevista, como pode-se ver na citação que segue, presente na obra de Scaratti (2006).

caiu e o cavalo disparou. Arrastou ele uns duzentos metros. Morreu quase perto da estação. Lá ele caiu e ficou no chão. [...] Ficamos muito abalados. Meu pai e minha mãe tinham uma carrocinha. Pegamos ela e com duas mulas fomos até Barão buscá-lo. Quando chegamos lá, estava cheio de gente. Colocamos ele na carroça e as duas professoras que ficaram esperando, também subiram e viemos. [...] No outro dia enterramos ele, com toda a gurizada do grupo escolar, as professoras e muita gente presente. Meu filho tinha de sete a oito anos. (SCARATTI, 2006, p. 280-281).

A morte trágica do pequeno aluno abalou a comunidade de Boa Vista, assim como professoras e alunos(as) do Grupo Escolar. Não havia motivos para festejar o findar do período letivo, então optou-se por somente fazer a entrega dos boletins; afinal de contas

a instituição educativa afeta a comunidade envolvente, pela relação com os públicos, muito particularmente como público-alvo, mas também é afetada pelas culturas, expectativas, representações, vivências e influências do meio local. (MAGALHÃES, 2004, p. 165).

No caderno de Elia, localizei um texto que acredito ter sido organizado e escrito por ela, com auxílio da professora, para o encerramento do ano letivo de 1948 no Grupo Escolar de Vila Jansen. Leia-se abaixo:

Muito digna Comissão Examinadora, pais presentes, professora e colegas. Em nome de minha professora e colegas, venho dirigir estas poucas e simples palavras como prova de nossa gratidão para o encerramento do ano. Examinadores e demais presentes: esse dia, para mim e meus caros colegas, é o dia de maior alegria, porque é hoje o dia que depois de tanto sacrifício e tanto esforço vamos provar os nossos (?) esperando que este seja ótimo resultado. Agradeço à querida professora porque é ela que nos enleva do fundo dos rincões, as criancinhas inocentes ensinando, estudando, conhecendo novos conhecimentos, aprendendo tantas belas coisas úteis para nossa instrução para que mais tarde, os meninos tiverem que prestar serviço à Pátria, tenham um pouco de conhecimento, um pouco de amor para com ela. Queridos colegas, hoje é o último dia em que nos achamos todos reunidos junto a querida professora e depois teremos que ficar um tempo separados, mas espero que no ano vindouro todos voltem para repetir esta data. Sim, as escolas são templos de luzes onde as tenras inteligências desabrocham como flores da palavra meiga da encantadora mestra. Colegas, dessa hora em diante, iremos para casa junto dos nossos queridos pais descansar e folgar as férias, ao mesmo tempo, ajudar nossos pais na lavoura e nos trigais que tanto necessitamos para a nossa alimentação. Examinadores, professoras e colegas, vou terminar essas poucas e simples palavras que tinha a dirigir-vos e ofereço-vos este buquê de flores em nome de nossa professora com a mais prova do vivo afeto que vos dedicamos e oferecemos. Colegas, ajudai-me a dar um viva à comissão e a todos os presentes. Viva a comissão e viva os pais presentes!<sup>483</sup>

O texto, que ocupa toda página do caderno, foi produzido para ser lido em voz alta e num momento de festa, com a intenção de agradar e abrilhantar esse momento. Mostrava, aos presentes, o trabalho desenvolvido pela professora e a desenvoltura da aluna na leitura e na

<sup>483</sup> Caderno escolar. Arquivo pessoal de Elia. Farroupilha, 1948 a 1949.

escrita. Em sua composição, se sobressaem alguns pontos interessantes, como a presença dos pais e da comissão examinadora neste dia de festa, e o uso de palavras difíceis em meio à uma escrita ainda em formação, que acredito ter contado com a intervenção da professora. Evidenciam-se, também, as marcas do momento histórico vivido traduzidas no amor à Pátria, na figura da mestra e na importância do seu trabalho, como na visão das escolas enquanto “templos de luzes”. Ainda, as particularidades da infância local, onde as férias escolares significavam mais tempo para ajudar “na lavoura e nos trigais”, e as representações da aluna, esperando esse momento com alegria e com expectativa pelo resultado dos exames.

Como parte dos festejos de final de ano, ocorriam as formaturas, mais simples ou mais pomposas, conforme fossem as condições da escola. Nos grupos escolares localizados nas zonas rurais, os formandos eram chamados para receber o certificado de conclusão em meio aos respectivos festejos, ganhando “por ocasião, como despedida, algumas palavras proferidas”<sup>484</sup> pelos(as) colegas e também pela diretora ou professora. Ao longo da entrevista realizada, Elia mostrou-me um livro de orações<sup>485</sup>, presente que ganhou da Professora Ernilda no dia de sua formatura. Acerca da realização deste momento, rememorou que era algo simples: “*É, pouca coisa. Só entregar o boletim*”. (FERRI, 2020). E, quando questionada sobre a presença dos pais neste momento especial, salientou: “*Não, tchau e deu! [risos]*”. Por razões diversas, nem todos os pais podiam presenciar o encerramento do ano letivo, ou então, a formatura dos(as) filhos(as).

As atas de encerramento do ano letivo no Grupo Escolar Farroupilha, a partir de 1940, registram diferenças em torno da organização e da execução das formaturas em comparação aos demais grupos escolares. A partir da respectiva data, a formatura passou a ser um evento à parte, ocorrendo no mesmo dia do encerramento do ano letivo, porém, no turno da noite, tendo como cenário o salão de festas da instituição, recentemente inaugurado. Abrindo a cerimônia, com início marcado para às 20h30min, havia a alocação de uma autoridade, que podia ser a diretora, o prefeito ou o juiz municipal. Entoava-se o Hino Nacional e, na sequência, eram entregues pela mesma autoridade os diplomas de conclusão. A seguir, eram pronunciados discursos, como pode-se ler no exemplo abaixo:

[...] Despedindo-se das professoras e colegas, falou o jovem Rui Peters. Fez, após, uso da palavra a Diretora Wanda Jaconi. Numa justa e sincera homenagem foram

<sup>484</sup> Livro Lançamento de Notas (1942 a 1968). Ata de encerramento do ano letivo. Grupo Escolar de Picada Velha, 14 de dezembro de 1942. AEEEFCA.

<sup>485</sup> Livro de capa dura na cor preta, medindo aproximadamente 15x8cm. Contém diversas orações e, na primeira folha, a seguinte mensagem, escrita à caneta pela Prof.<sup>a</sup> Ernilda: “À querida Elia, uma pequena recordação da paraninfã”.

oferecidos ao Dr. Jaime Rössler e Srs. Dentistas Edmundo Hilgert e Alcides Krause belos ramalhetes de flores, que sintetizaram os agradecimentos das professoras e alunos pelos serviços prestados por esses snrs. ao Gabinete Médico-Dentário deste Estabelecimento de ensino. Em nome dos colegas, falou o aluno Eljocir Pesca, despedindo-se dos diplomados. Pelo Snr. Prefeito Municipal, entregues aos jovens Rui Peters e Eljocir Pesca, dois prêmios, merecidos pelo seu aproveitamento e aplicação. Foram também entregues às meninas Elsa Postalli, do IV ano, e Lori Fetter do V ano, dois prêmios, estabelecidos pelo Governo Municipal e que caberiam ao aluno que por sua aplicação, aproveitamento e comparecimento conquistasse o 1º lugar, dentre os colegas do colégio. Ainda, pelo Snr. Antão de Jesus Batista, foi feita a oferta de prêmios aos meninos Agostinho Michelin e Elsa Postalli, vencedores do concurso do trigo, realizado pelo Clube Agrícola. Teve lugar, após, uma hora de arte, na qual tomaram parte alunas da Escola, professora Lucy Courtois, Srta. Ligia Cibelli, Srs. Alcides Fetter e Oscar Hilgert. Encerrando as festividades, foi oferecida a todos os presentes uma taça de guaraná<sup>486</sup>.

Nesta ocasião, além da celebração do diploma, prestou-se uma homenagem aos profissionais do *Gabinete Médico-Dentário* pelos serviços prestados à escola. Logo após os discursos e homenagens, a cerimônia tinha continuidade com as premiações aos melhores alunos, terminando com apresentações e a oferta de doces, cafés ou taças de guaraná aos presentes. Destaco, na transcrição acima e nas demais atas analisadas, os prêmios entregues pela Prefeitura de Farroupilha aos melhores alunos desta instituição como forma de incentivar os estudos e a frequência escolar. Certamente, receber este prêmio, pelas mãos do prefeito ou do juiz municipal, na frente de tantas pessoas, entre tantos estudantes, era motivo de orgulho e distinção. Ressalto que, com o passar dos anos, a formatura passou a ocorrer, também, para os concluintes do Curso Supletivo.

Pontuo que a segunda parte de todas as atas, versando sobre a formatura, iniciam com a descrição das autoridades presentes no evento, demarcando a importância deste momento que era prestigiado por pessoas ilustres e de diferentes contextos. Da mesma forma, ao longo da década de 40 do século XX, o lugar de paraninfo(a) foi sempre ocupado por pessoas que tinham representatividade na escola ou na sociedade farroupilhense<sup>487</sup>. Normalmente, eram convidadas as diretoras da época, com ressalva para o ano de 1943, quando a paraninfa foi a ex-diretora e Orientadora de Ensino Wanda Jaconi; para o ano de 1945, onde o paraninfo foi o Prefeito Raul Cauduro e, para 1949, onde foi escolhido o advogado Lidovino Fanton. Penso que a escolha pelo(a) paraninfo(a) fazia parte da simbologia deste momento único e de extrema importância no calendário escolar e na vida destes(as) alunos(as). Também, entendo que

<sup>486</sup> Livro de Ata exames (1939 a 1948). Ata de encerramento do ano letivo. Grupo Escolar Farroupilha, 15 de dezembro de 1941. ACEF.

<sup>487</sup> Lista de paraninfos (as): 1940 e 1941 – Diretora Wanda Jaconi; 1942 – Diretora Silvia Jaconi; 1943 – Orientadora de Ensino Wanda Jaconi; 1944 – Professora Olga Ramos de Oliveira Brentano; 1945 – Prefeito Raul Cauduro; 1946 - Diretora Silvia Jaconi; 1947 – Diretor Júlio Feijó; 1948 – Professora Olinda Enriconi; 1949 – Advogado Lidovino Fanton. Livros de Ata exames (1939-1948; 1948 - 1955). ACEF.

estar na formatura poderia sugerir uma adesão, um aceite, uma colaboração em um evento que provavelmente envolvia forte aceitação social. E contar com a presença de uma personalidade proeminente vinculada ao poder político, econômico ou religioso também aditava prestígio, reconhecimento e outros elementos sutis. (COELHO JÚNIOR; CUNHA, 2016, p. 76).

O programa de apresentações dava continuidade às questões relativas à nacionalização do ensino, ressaltando a importância dos símbolos nacionais, bem como de Deus e do trabalho. Na próxima imagem, apresento um dos registros fotográficos da cerimônia de formatura realizada em 1949:

Fotografia 47: Formatura de 1949, Grupo Escolar Farroupilha



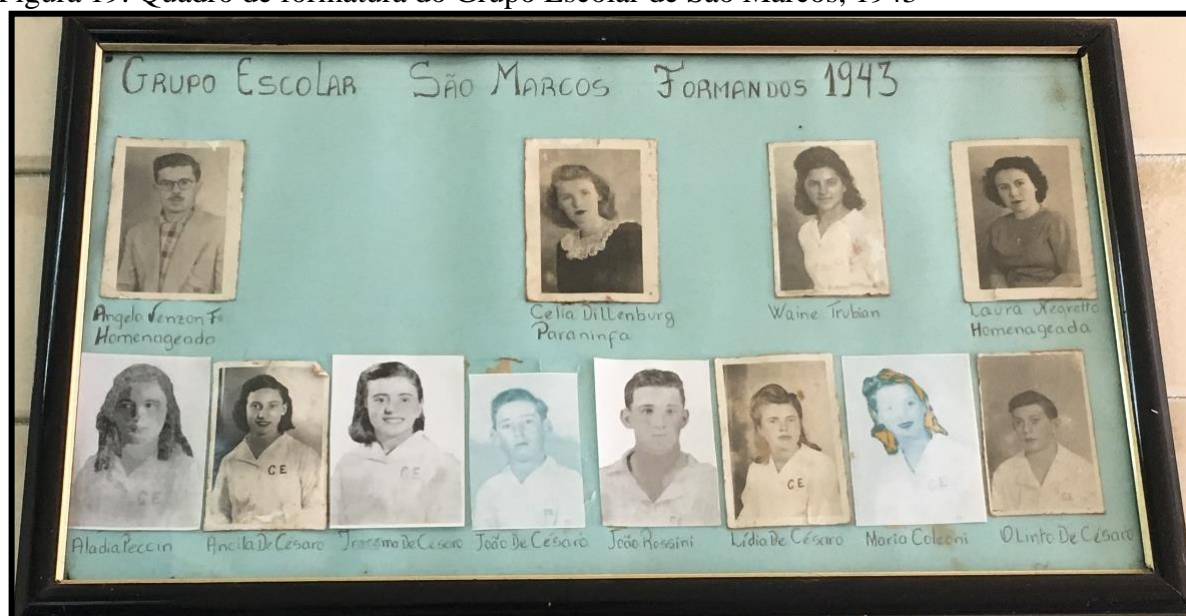
Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, ACEF - Farroupilha/RS.

Nela, pode-se observar uma parte do cenário preparado para a cerimônia, composto pela Bandeira Nacional ao fundo, pelas cadeiras dos formandos do Jardim de Infância e pela mesa das autoridades, decorada com flores e um livro (1). Na primeira fileira de cadeiras, de frente para a mesa, sentavam os demais formandos e algumas professoras. No chão, ladeando a mesa,

estavam alguns vasos ornamentados com flores<sup>488</sup>. Ainda, foi possível identificar, da esquerda para direita, a Orientadora de Ensino Municipal Olga Ramos de Oliveira Brentano (2), a Orientadora de Ensino Ivanyr E. Marchioro (3), o paraninfo Lidovino Fanton (4) e a Diretora Olinda F. Enriconi (5). Acredito que o sujeito de terno branco seja o Juiz Municipal Rui Rosado de Aguiar, pela centralidade do lugar em que está sentado.

Além dos registros fotográficos desta noite, localizei partes de dois álbuns de formatura do Grupo Escolar Farroupilha, produzidos em 1947 e 1949<sup>489</sup>. Deste momento ímpar, advinham também os quadros de formatura<sup>490</sup>, eternizados nas paredes das instituições escolares para lembrar os que por elas passaram. A seguir, apresento os dois quadros encontrados, sendo o primeiro referente ao Grupo Escolar de São Marcos, celebrando a formatura de 1943.

Figura 19: Quadro de formatura do Grupo Escolar de São Marcos, 1943



Fonte: AEEEFIV – Farroupilha/RS.

Nota-se uma moldura simples, produzida em linhas retas na cor preta com detalhe em prateado. Ao fundo, um papel azul, onde estão dispostas as respectivas fotografias e também o nome da escola, que parece ter sido grafado à mão. Pelos materiais utilizados, acredito que este não seja o quadro da época, provavelmente desfeito ou deteriorado. Porém, as fotografias foram preservadas e, quem o refez, teve o cuidado de deixá-lo parecido como o original. As fotografias do quadro foram dispostas em duas linhas, sendo a primeira composta pelos

<sup>488</sup> Detalhes observados em outras fotografias produzidas nesta noite que compõem o acervo fotográfico da Biblioteca Euclides da Cunha, do Colégio Estadual Farroupilha.

<sup>489</sup> Em meio às diversas fotografias desta escola, localizei páginas avulsas dos álbuns de formatura. Nestas páginas, aparecem as fotos dos formandos e paraninfos, os seus nomes e o ano de realização da formatura.

<sup>490</sup> Acerca da análise dos quadros de formatura, indico o estudo de Coelho Júnior e Cunha (2016).

homenageados, inspetor escolar Angelo Venzon<sup>491</sup> e a professora Laura Negretto. Ao centro, aparecem a paraninfa e diretora Célia Dillemburg, como também a aluna Waine Trubian, oradora da turma. Abaixo, estão os(as) formandos(as), devidamente uniformizados, sendo, em maioria, meninas.

O próximo quadro é do Grupo Escolar de Vila Jansen, alusivo à formatura de 1946:

Figura 20: Quadro de formatura do Grupo Escolar de Vila Jansen, 1946



Fonte: AEEEFJM – Farroupilha/RS.

<sup>491</sup> Angelo Venzon nasceu em Nova Vicenza em 15/06/1904. Trabalhou muitos anos como comerciante local, depois trabalhou como inspetor escolar, tesoureiro, escriturário da contadoria, fiscal geral, loteador e bibliotecário. Segundo o site da Escola Municipal Angelo Venzon Neto, localizada em Farroupilha/RS, foi também o 1º Coordenador de Ensino da Prefeitura Municipal de Farroupilha. Angelo desempenhou diversos cargos ao longo de sua vida pública e seu nome está relacionado a diversos momentos importantes da história do município, como a emancipação política e a criação da Biblioteca Municipal Olavo Bilac, sendo o seu 1º bibliotecário. Faleceu em 1994, aos 90 anos de idade.



Como visto, a materialidade utilizada neste segundo quadro é diferente, sendo o mesmo esculpido em madeira com o contorno do mapa do Brasil. Disposto acima da Região Sul, o livro aberto simboliza o conhecimento e traz os dizeres: “A escola é um jardim onde deixamos a ignorância e colhemos o saber”<sup>492</sup>. Aproximando a imagem, é possível perceber a riqueza de detalhes, uma vez que os lugares de cada fotografia, assim como as páginas e os escritos do livro, foram talhados à mão. No lado esquerdo do quadro, aparecem as professoras e as pessoas da comunidade que foram homenageadas. Ao centro, a professora e paraninfa Ada Mandelli; já, do lado direito, encontram-se os(as) formandos(as).

Ponto que as fotografias presentes nos quadros dão rosto aos sujeitos da pesquisa, uma vez que são poucos os registros imagéticos localizados acerca destes dois grupos escolares localizados em Farroupilha. Entre as similaridades dos quadros, resalto o número aproximado de formandos e o uso do uniforme nas fotografias individuais, bem como a presença de pessoas influentes da sociedade local ou que tinham alguma vinculação com as instituições entre os(as) homenageados(as). Conforme pontuam Coelho Júnior e Cunha (2016, p. 76):

Nos quadros de formatura analisados aqui é possível observar a cristalização de uma reunião de pessoas em um espaço de sociabilidade, onde ocorriam intercâmbios, aproximações, acordos, arranjos e outros elementos constitutivos dos jogos sociais na maioria das vezes não visíveis. Esses encontros acontecem simbolicamente sem assinaturas de contratos ou acordos.

Os quadros, assim como os álbuns, faziam parte das celebrações de formatura; porém, por ficarem visíveis, dispostos pelos espaços das escolas, procuravam enaltecer a conclusão do Curso Primário. Registravam o trabalho docente, os rostos e os nomes daqueles que haviam conquistado o diploma, assim como daqueles que apoiavam a escola e se faziam presentes, demonstrando que estavam “em sintonia com os projetos, crenças, aspirações e realizações de relevância social”. (COELHO JÚNIOR; CUNHA, 2016, p. 77).

No processo de escolarização, a formatura pode ser entendida como um rito de passagem que marca o encerramento de um ciclo. Para poucos, tornou-se ponte para a continuidade dos estudos. No entanto, para a maioria, sobretudo na zona rural, era o fim do período de estudo e o início de uma dedicação exclusiva ao trabalho na roça, como pontuou Elia (2020): “*Eu queria continuar, mas não tinha condições e parei por aí*”. Elia sonhava em ser professora, assim como Alda, mas as distâncias e os poucos recursos foram empecilhos para a realização desse sonho. Já Ada, provinda de uma família com mais recursos financeiros, teve a oportunidade de

---

<sup>492</sup> Não consegui verificar se essa citação foi retirada de alguma obra bibliográfica do campo da educação ou uma criação das professoras ou de quem produziu o quadro.

cursar o ginásio em Garibaldi, onde morou na casa de uma tia e, na sequência, foi estudar no município de Bento Gonçalves, em regime de internato no colégio das irmãs, para tornar-se professora<sup>493</sup>. Ao lembrar do pai que tanto incentivou os seus estudos, relatou: “*O dia da formatura de professora ele chorava, eu chorava, todo mundo chorava*”. (TIEPPO, 2020). A formatura é sempre um momento especial, imbuído de significados e representações particulares, independente da etapa de escolarização que se conclui.

A realização do exame final, enquanto celebração dos saberes instituídos, colocou o grupo escolar no lugar de uma escola que, ao premiar os(as) melhores alunos(as) pela assiduidade, aproveitamento e aplicação, fortaleceu o sucesso escolar de algumas crianças e adolescentes, sobretudo daquelas(es) que tinham melhores condições financeiras e tempo para estudar. Em contrapartida, ao selecionar quem deveria ou não participar dos exames e ao aplicar uma avaliação rigorosa e, muitas vezes, descontextualizada do local de vivência, reafirmou o insucesso de outros(as), excluindo e distanciando aqueles(as) que, talvez, mais precisassem de atenção e ajuda.

Os altos índices de reprovação escolar até 1949 indicam que o discurso de renovação educacional em voga não foi eficiente ao ponto de intervir na realidade de muitas dessas escolas, contribuindo para que fossem lugares de rigorosidades, seleções e exclusões.

---

<sup>493</sup> Como pontuou Gertz (2005, p. 105): “As escolas secundárias gaúchas estavam quase todas ligadas e eram mantidas por instituições, em especial instituições religiosas, e assim permaneceram, desde que atendessem aos ditames legais (como a “nacionalização” e outros)”.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fotografia 48: Professoras e alunos(as) do GE de Picada Velha, década de 1940



Fonte: Acervo fotográfico do AHMG – Garibaldi/RS.

Fotografia 49: Alunos(as) da 3ª série do Grupo Escolar de Caruara, 1943



Fonte: Acervo fotográfico da EMEFNS – Farroupilha/RS.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### *Matizar*

*Fazer passar gradualmente*

*de um matiz a outro:*

*arte de matizar cores.*

*Expressar diferenças delicadas:*

*matizar as palavras.*

*Apresentar cores variadas:*

*os jardins matizam-se de flores da primavera<sup>494</sup>.*

Ao iniciar a primavera de 2021, concluo a Tese que me acompanhou nos últimos quatro anos; percebendo-a, simbolicamente, como uma pintura que ganhou forma, com o passar do tempo, a partir da imersão na teoria e do manuseio/seleção dos diferentes documentos. O tempo, mesmo que por diversas vezes insuficiente, permitiu-me compor esta narrativa, matizando cores, palavras, memórias, fotografias, papéis e escritos diversos.

Ao definir como objeto de estudo os grupos escolares instituídos em Garibaldi e Farroupilha entre os anos de 1926 a 1949, me propus a investigar a constituição e a organização destas escolas, narrando nuances das culturas escolares produzidas na teia do cotidiano em correlação com os contextos históricos, sociais, culturais, econômicos, religiosos e políticos dos respectivos municípios, sem esquecer das relações mantidas com os cenários estadual, nacional e global.

Por isso, iniciei a análise compondo o segundo capítulo, intitulado *Contextos e práticas culturais*, que trata da emergência e do processo de emancipação dos municípios de Garibaldi e Farroupilha. Nesta tessitura, atentei para o desenvolvimento econômico, social, religioso e cultural de ambos, até a década de 40 do século XX. Também procurei olhar para o contexto político destes dois municípios; em especial, por conta do recorte temporal que perpassa o Estado Novo (1937-1945) e a campanha de nacionalização do ensino, com influências no processo de escolarização local.

Ainda, procurei contextualizar os cenários dos distritos, pois é nesse espaço, predominantemente rural, que foram instalados seis dos oito grupos escolares pesquisados. Assim, pude observar que Garibaldi e Farroupilha não são apenas municípios próximos territorialmente, mas se identificam pelos avanços propiciados pela passagem do trem, pelas riquezas advindas da agricultura, pela produção de práticas religiosas e culturais como também pelas constantes mudanças na liderança das prefeituras. Além destas questões, também

---

<sup>494</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/matizar/>. Acesso em: 20 set. 2021.

mantiveram algumas proximidades em relação às dinâmicas de escolarização, compondo a tríade fé, instrução e nacionalização que procurei narrar no capítulo três.

Assim, no terceiro capítulo, denominado *Fé, instrução e nacionalização: nuances do processo de escolarização em Garibaldi e Farroupilha*, trabalhei com outras iniciativas de escolarização para além dos grupos escolares. Inicialmente, privilegiei a análise em torno das escolas confessionais e paroquiais, organizadas pelas diferentes congregações religiosas que chegaram aos respectivos municípios entre o final do século XIX e o início/meio do século XX. Ao findar esta análise, reconheci a força da Igreja Católica no contexto local, sobretudo na condução do ensino primário e secundário, já que diversas foram as iniciativas de escolarização empreendidas pelas(os) religiosas(os) aqui estabelecidas(os). Entre as principais, destaco a soberania do Colégio São José e do Colégio Santo Antônio em Garibaldi e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e do Colégio São Tiago no caso de Farroupilha, instalados em prédios monumentais, na área central.

Em seguida, discorri brevemente acerca das escolas particulares italianas e das escolas apoiadas pelo governo italiano, destacando algumas iniciativas de escolarização vinculadas à atuação das diferentes comunidades. Nesta composição, entendi que, aos poucos, tais escolas foram cedendo lugar às escolas públicas municipais e estaduais, constituindo o início da rede escolar municipal em Garibaldi e Farroupilha, como também estadual, uma vez fortalecida com a organização dos grupos escolares. Destaco a ampliação do número de escolas isoladas que se dá, sobretudo, ao longo das décadas de 30 e 40 do século XX, nos respectivos municípios. Neste período, em especial, a educação foi vista como uma prioridade, pois, através dela, seria possível aculturar as populações “estrangeiras” com o ensino do idioma e da cultura pátria.

Depois, compus o quarto capítulo, nomeado *Os grupos escolares locais: elos de histórias e memórias*. Neste momento, direcionei as atenções de pesquisa para os grupos escolares que compõem este estudo. Meu objetivo foi olhar para cada uma destas instituições, procurando evidenciar os processos de constituição, atentando para as suas particularidades e semelhanças.

Inicialmente, para tal, foi preciso compreender nuances da emergência dos grupos escolares no Rio Grande do Sul com base em estudos já realizados. Assim, como demonstraram Peres (2000) e Ermel (2017), a escola graduada no Rio Grande do Sul foi instituída em 1909 sob a denominação de colégio elementar, prevendo modificações que configurariam uma nova *forma escolar*, ou seja, um novo modelo de organização para a escola primária com a adoção de novos espaços, métodos, conteúdos. Intuiu-se o ensino seriado, com alunos divididos por

idade e por grau de adiantamento, sob regência de um professor, controlado pela figura de um diretor, profissional que passa a fazer parte do espaço escolar a partir de então.

Ao lado dos colégios elementares e escolas isoladas, a partir de 1915, o governo do Rio Grande do Sul passou a instituir os grupos escolares no Estado, colocando em circulação uma outra *forma escolar*: as escolas reunidas. A proposta desta “nova” forma era reunir, em um mesmo espaço, escolas isoladas, sobretudo estaduais, que funcionavam próximas entre si, diminuindo os gastos com os alugueis dos diversos prédios. Diferentemente dos colégios, instalados nos centros urbanos, com uma matrícula superior a 200 alunos e funcionando, muitas vezes, em prédios majestosos, os grupos escolares foram pensados para serem instituídos no interior do Estado, especialmente na zona rural. Funcionavam em espaços mais simples, muitas vezes precários, sem tantos recursos, prevendo uma matrícula inferior a 200 alunos. A direção, por exemplo, era exercida em paralelo com a docência, outra particularidade em comparação aos colégios.

Penso que essa decisão tomada pelo governo gaúcho assentava-se na possibilidade de expansão e fiscalização do ensino primário estadual de forma mais organizada e controlada por parte do Estado. Ainda, diante da falta de condições financeiras para a instalação dos colégios, os grupos escolares representaram uma alternativa viável e barata de escolarização naquele momento. Pondero que estas foram algumas das percepções que emergiram ao longo do estudo proposto, mas que é preciso avançar nas análises em torno da emergência e configuração da escola graduada no Rio Grande do Sul, pois ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. Por não ser o objetivo desta Tese, deixo esta tarefa para outras pesquisas que, quem sabe, poderão vir na sequência.

Com a instalação do Estado Novo (1937-1945) e o acirramento da campanha de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul, houve uma expansão significativa do número de grupos escolares no Estado. Esta *forma escolar*, mais simples, cumpriria o seu papel: nacionalizar pelo idioma, pelos símbolos, pelas festas, pelo ensino, sem depender de grandes investimentos e recursos públicos.

Os reflexos destes tempos impulsionaram uma nova reorganização da educação no Rio Grande do Sul, sendo que, em janeiro de 1939, o governo gaúcho determinou que as instituições de ensino primário seriam classificadas como escolas isoladas e grupos escolares, extinguindo os colégios elementares. Nesse mesmo ano, foram aprovados o Regimento Interno das escolas primárias e o Programa de Ensino.

Tendo em vista o cenário, sobretudo estadual; na segunda seção deste quarto capítulo, passei a olhar para os grupos escolares locais, procurando evidenciar, como já explicitado, o

processo de constituição destas escolas, atentando para as suas particularidades e semelhanças. Assim, em relação aos primeiros dez anos de emergência desta *forma escolar* em Garibaldi e Farroupilha, compreendendo o período que vai de 1926 até 1936, observei a composição de um modelo escolar que se constituiu a partir da reunião de escolas em um mesmo espaço. Inicialmente, espaços públicos cedidos pelas Prefeituras e, posteriormente, alugados. Espaços improvisados e que em nada se articulavam com os discursos educacionais, médicos e higienistas em voga (ERMEL, 2017).

Em Garibaldi, eles emergiram a partir dos anseios da municipalidade e da comunidade local, que sentiam necessidade de escolarização. Em Farroupilha, foi instalada para ofertar o ensino primário e também o ensino agrícola, pois era uma oportunidade de estudo para crianças e jovens em um período em que existiam poucas escolas, além de ter sido um incentivo para que a comunidade continuasse crescendo e progredindo a partir do trabalho rural em favor da chamada vocação agrícola do Brasil, assim como do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2015).

Com o início do Estado Novo no Brasil e as ações empreendidas pela campanha de nacionalização do ensino, entendo que houve uma nova fase no processo de instalação dos grupos escolares no Rio Grande do Sul. Juntamente com as escolas isoladas, o governo tratou de instalar os grupos escolares em todo o território gaúcho, objetivando disseminar o ensino e nacionalizar as populações infantis das zonas coloniais do Estado (COELHO DE SOUZA, 1940).

Em 1937, foram criados três novos grupos escolares no município de Farroupilha e, em 1939, dois novos grupos escolares em Garibaldi. Ressalto que todos foram instalados nos distritos. Compreendi que, para a organização das três escolas em Farroupilha, foram condensadas algumas escolas isoladas que funcionavam próximas umas das outras. O mesmo aconteceu em Garibaldi; porém, estes grupos escolares permaneceram como escolas reunidas, independentes entre si, até o início da década de 1940. Pelo período e pela localização das respectivas escolas, é possível afirmar que elas emergiram, nos dois municípios, com o objetivo de nacionalizar as zonas coloniais, reflexos da conjuntura entre prefeituras e governo estadual. Desse modo, destaco os protagonismos dos prefeitos de Garibaldi e de Farroupilha no auxílio prestado à campanha de nacionalização do ensino.

Em Garibaldi, o Prefeito Vicente Dal Bó (1935-1942) tratou de ampliar o número de escolas municipais, intervir junto ao Estado para a instalação dos três novos grupos escolares e para a edificação, em especial, do novo prédio para o grupo escolar da sede. Ainda, instituiu a obrigatoriedade do ensino primário no município, ficando reconhecido por tal feito. Em Farroupilha, destaco a atuação do Prefeito Eudoro Lucas de Oliveira (1937-1940), pois, em sua

gestão, foram instalados os demais grupos escolares nas zonas rurais, assim como foi organizado o programa de ensino para as aulas municipais e criado o Projeto de Lei que visava a obrigatoriedade do ensino primário, seguindo o exemplo de Dal Bó.

Na última década desta pesquisa, ocorreram modificações importantes em torno das culturas escolares das instituições investigadas, como trocas de nomenclaturas e mudanças de prédio. Ponto que, a partir de 1944, os grupos escolares locais não eram mais escolas reunidas. Ainda, destaco como ponto alto desta última década a construção de edifícios para abrigar alguns dos respectivos grupos escolares. Neste sentido, rememoro que o Grupo Escolar Farroupilha foi a única escola contemplada com um prédio próprio antes da década de 40 do século XX, o que me fez refletir acerca das relações de poder que marcaram a história das instituições escolares.

Nesta década, houve uma ampliação de recursos financeiros para a área educacional e, ainda que insuficientes, repercutiram, entre outros aspectos, na construção de novos edifícios para o ensino primário nas zonas urbanas e rurais. Em terrenos doados pelas Prefeituras ou pelas comunidades, foram construídos prédios em madeira ou alvenaria, com capacidades distintas para abrigar alunos(as) e professoras. Infelizmente, enquanto algumas instituições celebravam a conquista de um prédio escolar, outras continuavam a padecer por problemas antigos, passando a funcionar em espaços específicos apenas nas décadas posteriores. Relembro que, em virtude das péssimas condições em que funcionava o Grupo Escolar Daltro Filho e da omissão do Estado, no ano de 1949, o Prefeito Heitor Mazzini (Garibaldi) decidiu transferir a escola para outra comunidade, também na zona rural. No entanto, até o presente momento, não foi possível identificar esse local, assim como mais nenhum indício acerca desta escola.

Percebi que Estado e municípios empreenderam esforços, especialmente durante o Estado Novo, para entregar à comunidade escolar prédios adequados. Porém, os mesmos não foram suficientes diante da demanda existente. Algumas escolas, especialmente as mais afastadas das sedes, continuaram a funcionar em espaços precários. Com o fim do governo estadonovista, os problemas prosseguiram, e a falta de recursos financeiros para a área da educação continuou a ser um empecilho, inclusive em relação à manutenção dos prédios já construídos anteriormente.

Ao concluir essa primeira parte, me vi diante de um *corpus* documental grandioso e com infinitas possibilidades de análise acerca das culturas escolares. Novamente, precisei fazer seleções e escolhas, optando por privilegiar as práticas pedagógicas e escolares produzidas na tessitura do fazer cotidiano, sobretudo ao longo da década de 40 do século XX. As entrevistas de *História Oral*, em especial, me instigaram a olhar com mais atenção para as produções



cotidianas destas escolas, seus professores, seus alunos e seus *fazeres*, ou melhor, suas *mil maneiras de fazer com* (CERTEAU, 2014). Decidi privilegiar as memórias compartilhadas, matizando-as com as memórias escritas e iconográficas. Havia muito para ser dito, escrito, compartilhado.

Assim, organizei o capítulo *Matizes das práticas pedagógicas e escolares*, dividindo-o em três seções. Na primeira, trabalhei com as materialidades existentes no cotidiano dos grupos escolares locais, atentando para algumas das práticas pedagógicas que foram produzidas a partir dos seus usos. Ao discorrer acerca dos livros para o ensino da leitura e da escrita, identifiquei uma diversidade destes materiais em circulação no Rio Grande do Sul, sobretudo durante as décadas de 30 e 40 do século XX, vinculados ao movimento de renovação educacional no Estado e no Brasil. Assim, compreendi que utilização dos livros *Queres Ler?*, *Quero Ler* e *O Livro de Lili* no contexto das escolas desta pesquisa sinalizou para um ensino da leitura e da escrita pautado em métodos modernos de aprendizagem.

Ainda, a partir das memórias compartilhadas pelos(as) ex-alunos(as), entendi que algumas professoras procuravam reforçar a aprendizagem e a memorização do idioma pátrio através do canto dos hinos oficiais e das orações. O dialeto, mesmo proibido, foi preservado em alguns núcleos familiares e em algumas comunidades rurais, sobretudo naquelas mais afastadas das sedes. Pelo elevado número de reprovações, principalmente durante o período de alfabetização, entendi que o processo de aquisição da língua nacional não foi uma tarefa fácil para muitas crianças e adolescentes.

Ao longo das entrevistas realizadas, foram emergindo indícios de outros artefatos existentes na escola para além dos livros escolares, tais como os diferentes materiais de escrita. A localização do *Livro do Inventário* (1949) do Grupo Escolar de Picada Velha trouxe luz à questão do envio de materiais pelo Estado aos grupos escolares contemplados nesta Tese. A partir do exposto, penso que aos fins da década de 40 do século XX, o governo estadual passou a fornecer alguns materiais para as respectivas escolas; porém, eram materiais que, inicialmente, ficariam restritos ao espaço escolar, sendo distribuídos conforme as necessidades dos alunos.

Para além dos materiais de escrita, foi possível localizar a presença de outras materialidades no espaço escolar, como o globo terrestre, os mapas e as coleções de sólidos geométricos, para citar alguns exemplos. Estes materiais, juntamente com as carteiras escolares, apropriadas para a idade, estavam vinculados ao ensino intuitivo e ao método simultâneo (VIDAL, 2009), demarcando novas formas de ensinar e de aprender. Neste período, havia um

espaço escolar em transformação, acompanhando, ainda que lentamente, os discursos higienistas e educacionais em circulação.

Na sequência, trabalhei com os recreios, as peripécias e os castigos. Na organização do tempo escolar, a *Hora da Reparação* era o período do recreio que deveria ser preenchido com jogos, brincadeiras e conversas ao ar livre. Nas memórias dos(as) ex-alunos(as), muitas foram as recordações acerca deste momento especial. O pátio, citado em praticamente todas as entrevistas, constituiu-se como um lugar dos encontros, do descanso, da liberdade. No recreio, foi utilizado para jogar caçador, amarelinha, futebol e bolinha de gude, como também para pular corda e acolher as conversas e desentendimentos. O controle da “liberdade” parece ter sido diferente para os grupos escolares constituídos nas sedes e nas zonas rurais. Ao que tudo indica, no Grupo Escolar Farroupilha havia uma escala para supervisão dos recreios, diferentemente do que foi lembrado nas demais escolas, constituídas por um número menor de alunos e de professoras.

Perante a legislação educacional da época, não se poderia privar o aluno deste descanso. Porém, no desenrolar do cotidiano, a privação do recreio foi uma das medidas disciplinares mais utilizadas pelas professoras dos grupos escolares investigados. Diferentemente do que estava previsto no Regimento Interno (1939), o afastamento do recreio coletivo dava-se no mesmo horário dos demais e sem direito a repouso ao ar livre. Assim, o tempo ocioso, sem supervisão, tornava-se uma possibilidade para a invenção de novas travessuras, como compartilhou Nilza (2020), ex-aluna do Grupo Escolar de Carlos Barbosa.

Além da privação do recreio, outras punições foram aplicadas no cotidiano dos grupos escolares locais, como os castigos físicos e as posições humilhantes, também abolidos pela legislação, mas que continuaram existindo de forma sutil, como parte das práticas disciplinares de algumas professoras. Nesta conjuntura, chamou-me atenção as punições aplicadas pela professora do Grupo Escolar de Caruara, Maria Frida Lydia Schulke. Pensando que Lydia formou-se pela Escola Complementar de Caxias, em um período onde os castigos e as humilhações já não eram vistos com bons olhos, o que explicaria, então, as punições por ela aplicadas? Concluí que estas práticas se assentavam nas suas vivências como aluna e como professora. Algumas práticas foram modificadas pela incorporação de novos conhecimentos profissionais, outras nem tanto; as mais enraizadas permaneceram intactas. Cada professora fez uso, ao seu modo, do que aprendeu e ressignificou. Certamente, o processo de renovação pedagógica no Rio Grande do Sul enfrentou resistências de quem estava na sala de aula. Na sutileza das práticas cotidianas, nem tudo foi aceito ou efetivado.

Ao longo desta escrita, emergiram outras práticas punitivas, como segurar os alunos após o período de aula na escola e o preenchimento de linhas de castigo no caderno. Relembro que o Regimento Interno de 1939 previa apenas como punições aplicáveis más notas, advertências e exclusão definitiva da escola, conforme a gravidade da falta. A partir das entrevistas, é possível dizer que as brigas em sala de aula, a não realização do tema, a falta de respeito com as professoras, o uso do dialeto e os mexericos foram os principais motivos das punições aplicadas.

Ao finalizar esta análise, compreendi que os castigos aplicados intentavam produzir na memória discente os modos de conduta condenáveis, servindo como punição e como exemplo. Pelo visto, más notas e suspensões previstas na legislação conviveram com a sutilidade das humilhações, das privações do recreio, da extensão do tempo de aula e da repetição escrita vivenciadas no cotidiano e guardadas apenas nas lembranças de alunos(as) e professoras. Certamente, nos grupos escolares desta pesquisa, o fazer docente foi permeado pelo uso de estratégias disciplinares conforme as crenças, as convicções e as experiências de escolarização das respectivas professoras, seja pela aplicação de castigos físicos, ou, então, morais. Entre o discurso propagado e efetivado, havia um distanciamento considerável, ancorado nas resistências das práticas pedagógicas.

A partir de 1940, foi instituída a *Merenda Escolar*, separando a *Hora da Reparação* entre lanche e recreio. Neste mesmo período, o governo do Rio Grande do Sul estabeleceu a *Sopa Escolar* no cotidiano das escolas isoladas e dos grupos escolares, objetivando a oferta de uma refeição nutritiva aos alunos pobres. Como visto, no cenário local, houve um intenso movimento social em torno da organização de eventos beneficentes em prol da aquisição de donativos para a distribuição da *Sopa*, uma vez que coube às Prefeituras a incumbência de sua realização, em parceria com as direções escolares e demais pessoas da sociedade.

No entanto, a instituição da *Sopa* nos grupos escolares não garantia a sua oferta regularmente, uma vez que os donativos para o preparo provinham das hortas escolares, eventos sociais e doações familiares. Destaco o auxílio financeiro fornecido pela Prefeitura e a oferta de hortaliças e legumes pelo Campo Experimental de Cooperação Municipal ao Grupo Escolar Farroupilha, única escola a receber estes subsídios. Ao finalizar esta análise, entendi que o governo estadual instituiu a *Merenda Escolar* como forma de diminuir os índices de desnutrição na infância, mas ausentou-se, deixando a responsabilidade a cargo das próprias escolas, das professoras, das prefeituras e da sociedade, de um modo geral.

Na última seção do quinto capítulo, optei por trabalhar com a *Caixa Escolar*, o *Círculo de Pais e Mestres* e a *Biblioteca Escolar*, sendo que estas foram algumas das instituições

auxiliares do ensino que estiveram em funcionamento nos respectivos grupos escolares ao longo da década de 40 do século XX. A *Caixa Escolar* tinha caráter assistencial, e seu principal objetivo era captar recursos financeiros para a manutenção da escola e para auxílio aos alunos pobres, desenvolvendo atitudes de cooperação e de solidariedade. As contribuições variavam de escola para escola e eram realizadas pelos(as) alunos(as) e professoras. Ainda, arrecadavam-se valores para a *Caixa* através de diversas ações, como rifas e matinês. Os recursos adquiridos eram utilizados na compra de tecidos para a confecção de uniformes e de novos materiais escolares, bem como para custear despesas com melhorias e consertos no prédio.

Já o *Círculo de Pais e Mestres*, criado com a finalidade de aproximar pais e professores, foi uma alternativa encontrada para auxiliar na obra de renovação educacional e na campanha de nacionalização do ensino (BASTOS, 2005). Era preciso que os pais conhecessem os professores, os desafios e a importância do ensino escolar. No Grupo Escolar Farroupilha, entre 1939 a 1941, se manteve de forma ativa com reuniões mensais que aconteciam no turno da tarde, contando com palestras proferidas pelas professoras, apresentações pelos(as) alunos(as) e discussões de temas relacionados ao cotidiano escolar. No Grupo Escolar de Picada Velha, ao menos no ano de 1946, as reuniões do *Círculo* aconteciam após as festividades escolares, aproveitando a presença das famílias, tendo por finalidade o compartilhamento de recados pela direção escolar.

A partir da aprovação do Regimento Interno (1939), a criação da *Biblioteca Escolar* passou a ser incentivada no interior dos grupos escolares, constituindo-se como um espaço educativo, organizado para despertar o gosto pela leitura, a familiaridade com as pesquisas bibliográficas e o enriquecimento da língua nacional. Os livros para a sua composição deveriam ser adquiridos por meio de diversas ações; entre elas, de donativos em dinheiro, de ofertas, de aquisição mediante taxas resultantes da circulação de livros, do auxílio de outras instituições, como a *Caixa Escolar*; de produtos de festas beneficentes, intercâmbio escolar e trabalhos de alunos. Novamente, nota-se a ausência do Estado no auxílio à constituição destas *Bibliotecas*. Assim, os grupos escolares situados nas sedes, com mais recursos financeiros, conseguiram fundá-las antes do que aqueles instalados na zona rural. Destaco a presença de uma sala específica para abrigar a *Biblioteca* no Grupo Escolar Farroupilha, no Grupo Escolar de Carlos Barbosa e no Grupo Escolar de Caruara.

Ao finalizar a análise deste último subcapítulo, resalto a atuação do corpo docente na tentativa de fundar e de manter estas instituições. Novamente, diante da omissão do Estado, as professoras assumiram o protagonismo na busca de soluções para os problemas cotidianos: falta de merenda, de uniforme, de materiais. Foram elas que criaram e recriaram o cotidiano,

inventariando práticas para a aquisição de recursos que trariam mais conforto aos alunos. Nada foi adquirido sem esforço, sem doação. Destaca-se, também, o apoio das comunidades que envolviam as escolas e que delas participavam.

Com certeza, as instituições auxiliares cumpriram o seu papel, constituindo-se em espaços importantes de cooperação e de sociabilidade; pelo menos, até o fim do Estado Novo, onde passou-se a dar atenção a outros discursos e prioridades.

Reconhecendo as potencialidades do *corpus* documental localizado para a análise das práticas escolares, organizei o capítulo *Festejos, celebrações, ou então, tradições inventadas* dividindo-o em duas partes. No primeiro subcapítulo, trabalhei com as festas cívicas e celebrações eucarísticas. Como foi possível verificar, os grupos escolares que constituem essa pesquisa tornaram-se espaços privilegiados para a disseminação da cultura nacional, sobretudo a partir da organização e da realização das festividades. O governo, ao instituir as datas cívicas no calendário escolar e as festas como forma de celebrá-las, deu vida ao projeto político que pretendia forjar uma identidade nacional e construir uma memória coletiva, unificada e proeminentemente brasileira.

Na organização e execução dos festejos, observei algumas particularidades em relação às escolas investigadas. No Grupo Escolar Farroupilha e no Grupo Escolar Carlos Gomes, por exemplo, situados na área central de Farroupilha e Garibaldi, as festas cívicas ganharam maior visibilidade e, frequentemente, extrapolavam os muros das escolas, estendendo-se para outros espaços. Nesta conjuntura, destaco as minúcias e a exaustão do fazer docente na elaboração e na execução dos programas festivos.

A análise dos documentos preservados no ACEF permite dizer que o Grupo Escolar Farroupilha se constituiu como um espaço educativo de referência para a elaboração de práticas de nacionalização. Diante da representatividade e competência das professoras, foi obtendo relevância no cenário local. Era uma escola respeitada, constantemente observada e elogiada pelas autoridades locais. Rememoro que as três orientadoras de ensino que começaram a atuar a partir de 1943, em Farroupilha, exerceram a docência no respectivo Grupo Escolar. Assim, concluí que as professoras desta escola se destacaram no campo educacional do município para além dos muros da escola, muito por conta da produção e da execução das festividades cívicas que colocaram em evidência o trabalho desta instituição. Assim, compartilharam conhecimentos, ocuparam cargos importantes, foram exemplos de profissionalismo e estabeleceram redes de sociabilidade.

Enquanto o Grupo Escolar Farroupilha e o Grupo Escolar Carlos Gomes estavam sob a mira dos holofotes das cidades (BENCOSTTA, 2006), os demais grupos escolares, localizados

nas zonas rurais, tiveram comemorações mais modestas, sem tantas exposições. Pode-se dizer que os festejos se restringiam principalmente aos espaços internos das instituições, seguindo um programa menos extenso e respeitando o período de aula.

Ao abordar a organização da Primeira Comunhão no Grupo Escolar de Picada Velha, compreendendo-a como uma celebração religiosa que também fez parte da cultura escolar desta instituição, identifiquei o auxílio prestado pelas professoras à essa celebração. Destaco que a organização da Primeira Comunhão, assim como as missas, as orações diárias, as disposições dos crucifixos e imagens de santos pelos diferentes espaços das escolas, as bênçãos das salas e as aulas de religião ministradas pelos padres são indicativos das práticas religiosas produzidas e vivenciadas no cotidiano dos grupos escolares investigados, sinalizando para a presença atuante da Igreja Católica nestes espaços, a despeito do prescrito na legislação educacional.

No segundo subcapítulo, privilegiei a celebração dos exames finais e as festas de encerramento do ano letivo. Como síntese, destaco que a realização dos exames finais colocou o grupo escolar no lugar de uma escola que, ao premiar os(as) melhores alunos(as) pela assiduidade, aproveitamento e aplicação, fortaleceu o sucesso escolar de algumas crianças e adolescentes, sobretudo daquelas(es) que tinham melhores condições financeiras e tempo para estudar. Em contrapartida, ao selecionar quem deveria ou não participar dos exames e ao aplicar uma avaliação rigorosa e, muitas vezes, descontextualizada do local de vivência, reafirmou o insucesso de outros(as), excluindo e distanciando aqueles(as) que, talvez, mais precisassem de atenção e ajuda.

Os altos índices de reprovação escolar até 1949 indicam que o discurso de renovação educacional em voga não foi eficiente ao ponto de intervir na realidade de muitas dessas escolas, contribuindo para que fossem lugares de rigorosidades, seleções e exclusões. Em relação aos docentes, penso que este processo de classificação ao final de cada ano letivo gerava alegrias pelas aprovações dos que conseguiam vencer as provas objetivas e, junto com elas, vencer as dificuldades de uma infância marcada pelo trabalho e pelas privações, especialmente na zona rural. Ao mesmo tempo, gerava frustrações e preocupações pelas reprovações, uma vez que, a partir dos resultados obtidos pelos alunos, avaliava-se, também, o desempenho docente.

Em relação às festas de encerramento do ano letivo, foi possível verificar que eram abertas ao público, contando com a participação da comunidade escolar e das autoridades, seguindo uma programação parecida, que incluía alocução da diretora, divulgação das notas obtidas nos exames, entrega dos certificados aos concluintes do Curso Primário e premiações aos alunos que haviam se destacado durante o ano.

Como parte dos festejos de final de ano, ocorriam as formaturas, mais simples ou mais pomposas, conforme fossem as condições da escola. Nos grupos escolares localizados nas zonas rurais, os formandos eram chamados para receber o certificado de conclusão em meio aos respectivos festejos; já no Grupo Escolar Farroupilha, sobretudo a partir de 1940, identifiquei diferenças em torno da organização e da execução das formaturas em comparação aos demais grupos escolares. A partir da respectiva data, a formatura passou a ser um evento à parte, ocorrendo no mesmo dia do encerramento do ano letivo; porém, no turno da noite, tendo como cenário o salão de festas da instituição e contemplando uma programação específica.

Ao concluir essa escrita, identifiquei que, para poucos, a formatura tornou-se ponte para a continuidade dos estudos. Para a maioria dos(as) alunos(as), sobretudo na zona rural, foi o fim do período de estudo e o início de uma dedicação exclusiva ao trabalho na roça.

À medida que fui realizando as análises e compondo a presente narrativa, visualizei possibilidades para futuras investigações que encontrariam espaço na área da *História da Educação*. Em Garibaldi, por exemplo, pesquisas poderiam ocorrer em torno da presença da maçonaria no contexto local e de sua convivência conflituosa com os Capuchinhos, assim como de seus reflexos na História da Educação local, o que não foi possível aprofundar nesta Tese. Pesquisas em torno da história do Colégio São José e do Colégio Santo Antônio seriam bem-vindas, trazendo compreensões acerca da escolarização instituída pelas Irmãs de São José e pelos Irmãos Maristas no contexto local e regional. Também, ainda pouco se sabe acerca do Colégio Rio Grande, instalado pelos Metodistas. Vejo potencialidades em pesquisas que se propusessem a compreender as ações municipais em prol da educação em Garibaldi, assim como fez Belusso (2020) em Farroupilha; em especial, a partir dos diversos documentos preservados no AHMG. Rememoro que, neste Arquivo, há também diversas fotografias, atas, cadernos, relatórios produzidos pela Orientadora de Ensino Municipal, professora Naydes Bordini, que poderiam contribuir para investigações em torno das culturas escolares das escolas isoladas em Garibaldi.

Nos dois municípios, há uma invisibilidade da presença das mulheres na história local. Quem sabe, quantas surpresas poderíamos ter em torno de uma investigação que atentasse para a presença feminina nos ramos da economia ou da política. Como exemplo, cito o caso de Elisa Tramontina<sup>495</sup> e Naydes Bordini<sup>496</sup> para Garibaldi. Também, penso que o protagonismo das professoras locais pode ser melhor estudado, explicado, problematizado.

---

<sup>495</sup> Conduziu o trabalho na ferraria, após o falecimento do esposo Valentin Tramontina.

<sup>496</sup> Primeira vereadora eleita em Garibaldi no ano de 1954.

Avançando na análise em torno dos grupos escolares investigados nesta Tese, novas pesquisas poderiam existir contemplando os tempos e os espaços, ou então, focalizando somente os sujeitos escolares, sobretudo as professoras primárias. Na década de 1950, houve a instalação dos grupos escolares municipais, assim, estendendo o recorte temporal, um estudo poderia emergir acerca deste acontecimento. O que levou os municípios de Garibaldi e Farroupilha a instituírem grupos escolares municipais? Quantas escolas isoladas foram transformadas em grupos escolares? Essa mudança significou melhorias no espaço escolar, ou então, mudanças na organização pedagógica destas escolas? O que muda na história da educação local a partir de 1950?

Outra possibilidade profícua de investigação e que não pude contemplar em meu estudo seria atentar para a instalação do Ensino Supletivo, posto em funcionamento no final da década de 40 do século XX nos grupos escolares e escolas isoladas. Por fim, um último tópico de pesquisa que se abre como possibilidade para novos estudos e aprofundamentos na região seria o trabalho com os livros para o ensino da leitura e da escrita pautados em métodos modernos de aprendizagem, como o *Queres Ler?*, *Quero Ler* e *O Livro de Lili*.

Respondendo à pergunta inicial que deu vida a este estudo, reafirmo que o processo de constituição e organização dos grupos escolares locais se deu a partir da reunião de escolas isoladas em um mesmo espaço, com o objetivo de disseminar o ensino e nacionalizar as populações infantis das zonas coloniais do Estado, reflexos da política entre prefeituras e governo estadual, sobretudo a partir de 1937, com o Estado Novo em nível federal.

Nesta tessitura, ao olhar para as culturas escolares produzidas no cotidiano destas instituições, atentando, em especial, para as práticas pedagógicas e escolares, defendo a Tese de que os grupos escolares locais se constituíram como espaços privilegiados para a disseminação da cultura nacional, sobretudo a partir da organização e da realização das festividades cívicas. Neste cenário, destaco a atuação do Grupo Escolar Farroupilha como uma escola de referência para as demais, inclusive na elaboração de práticas de nacionalização, colocando em evidência o trabalho de um corpo docente que alçou voos para além da sala de aula, ocupando lugares de destaque na área educacional; formando, inclusive, outros professores, por meio de cursos de aperfeiçoamento.

Ainda, defendo que, nos grupos escolares locais, houve uma circulação de práticas vinculadas ao processo de renovação educacional no Rio Grande do Sul com o uso dos livros de leitura e escrita, de excursões, de materiais e espaços que se relacionavam ao ensino intuitivo e ao método simultâneo. No entanto, ao mesmo tempo, houve uma continuidade de práticas que se distanciavam deste discurso, como a aplicação de castigos físicos e humilhações, arquivadas



apenas nas lembranças de alunos(as) e professoras. Também, ao olhar para os índices de reprovação até o final da década de 40 do século XX, penso que o discurso de renovação educacional em voga não foi eficiente ao ponto de intervir na realidade destas instituições, contribuindo para que fossem lugares de rigurosidades, seleções e exclusões.

Por fim, defendendo a importância do corpo docente que esteve em cada uma das escolas pesquisadas, assumindo, diante de certa omissão do Estado, o protagonismo na busca de soluções para os problemas cotidianos: falta de merenda, de uniforme, de materiais escolares. Foram as professoras, junto aos alunos e as comunidades, que criaram e recriaram o cotidiano, inventariando práticas para a aquisição de recursos que trariam mais conforto aos estudantes. Nada foi adquirido sem esforço, sem doação, sem entrega. Também, aponto que foram elas que resistiram e recriaram práticas que não estavam na legislação e nos discursos educacionais em circulação. Na sutileza das práticas cotidianas, nem tudo foi aceito ou efetivado.

Ao concluir esta Tese, estou ciente dos seus limites e imperfeições. Penso que aceitar as brechas e saber lidar com os silenciamentos é também uma tarefa daquele “que busca tornar-se um historiador”. (PESAVENTO, 2008a, p.11). Ainda, reconheço os reflexos deste tempo desafiador para a pesquisa, para a escola, para a vida de todos(as) nós.

Finalizo com a esperança de que outros estudos possam emergir a partir do que foi possível compreender e apresentar neste estudo em torno dos grupos escolares constituídos em Garibaldi e Farroupilha, entre os anos de 1926 a 1949.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, L. A. **O Rio Grande Estadonovista: interventores e interventorias**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2005.
- ACERVO FOTOGRÁFICO – FOTOTECA. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul, década de 1920.
- ACERVO FOTOGRÁFICO. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi, 1901 a 1949.
- ACERVO FOTOGRÁFICO. Museu Cada de Pedra. Farroupilha, 1940.
- ACERVO FOTOGRÁFICO. Biblioteca Euclides da Cunha. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1939 a 1949.
- ACERVO FOTOGRÁFICO. Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Sardenha, 1943 a 1944.
- ADAMI, J. S. **História de Caxias do Sul: 1877 a 1967**. Porto Alegre: EST, 1981.
- AGOSTINI, A. Entrevista concedida a Marisa Bortolini, em 1999. *In*: BORTOLINI, M. **Diagnóstico preliminar da qualidade ambiental do Arroio Marrecão – Garibaldi (RS)**. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Fundação Universidade Federal do Rio Grande – Rio Grande, 1999.
- ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI. Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Gomes. Garibaldi, [s.d.].
- ALCÂNTARA, W. R. R. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo – São Paulo, 2014.
- ALMANAQUE ILUSTRADO. Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac. Farroupilha, 1939.
- \_\_\_\_\_. Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac. Farroupilha, 1940.
- ALMEIDA, D. B. **Vozes esquecidas em horizontes rurais: histórias de professores**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- \_\_\_\_\_. As memórias e a história da educação: aproximações teórico-metodológicas. **Revista História da Educação**, Pelotas, v.13, n.27, p. 211-243, jan./abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em história da educação**. – 1. ed. – Porto Alegre: Editora Letra 1, 2021.

AMARAL, G. L. Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **Revista de História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 56-71, set./dez. 2017.

ANAIS DA CASA. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi, 1951.

ANDERSON, B. R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F.; PINTO, R. N. (org.). **Escola primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

ATA da fundação da Caixa Escolar do Grupo Escolar de Vila Jansen. Escola Estadual de Ensino Fundamental Júlio Mangoni. Farroupilha, 1938.

ATA de Regularização do Triângulo Giuseppe Mazzini. Garibaldi, 13 de julho de 1902. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

BADANELLI, A. M.; MAHAMUND, K. O caderno escolar como objeto de estudo: uma aproximação dos avanços metodológicos em manualística. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.7, n.20, p.42-66, maio/ago. 2017.

BARROSO, J. O século da escola: do mito da reforma à reforma de um mito. *In*: AMBRÓSIO, T.; TERRÉN, E.; HAMELINE, D.; BARROSO, J. **O século da escola**: entre utopia e burocracia. Porto: Edições ASA, 2001. p. 63-94.

BARROSO, J. Cultura, cultura escolar, cultura da escola. *In*: FERREIRA, A. G. (org.). **Escolas, Culturas e Identidade**. Comunicações – volume I. III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Coimbra, 2004. p. 103-111.

BARSÉ, N. C. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Carlos Barbosa**. Carlos Barbosa, 26 out. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

BASSINELO, I. **Lourenço Filho e a matematização da pedagogia**: dos testes psicológicos para os testes pedagógicos. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência). Universidade Federal de São Paulo, 2014.

BASTOS, M. H. C. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)**: o novo e o nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005.

\_\_\_\_\_. TAMBARA, E. C. A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do Sul. *In*: QUADROS, C. de (org.). **Uma gota amarga itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 71-118.

BELUSSO, G. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS**: histórias de sujeitos e práticas (1922-1954). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

\_\_\_\_\_. **Farroupilha/RS e a educação (1934-1948): um município pedagógico.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2020.

\_\_\_\_\_.; LUCHESE, T. Â. Una vita per l'educazione: memórias autorreferenciais da professora Maria Mocelini (1878-1961). **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 41, p. 825-848, Edição Especial, 2020.

BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, D. G. (org.) **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 299-322.

\_\_\_\_\_. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 3 v. p. 69-76.

BENEDUZI, L. F. **Mal di paese:** as reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde d'Eu (1884-1925). 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

BERGOZZA, R. M. **Escola complementar de Caxias:** histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, 2010.

BERTASO, H. D.; LIMA, M. A. (org.). **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BEZERRA, M. C. S. História com muitos poréns: a nacionalização das escolas criadas por imigrantes alemães em São Paulo. In: QUADROS, C. (org.). **Uma gota amarga:** itinerário da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 319-349.

BICA, A. C. A educação positivista republicana como uma herança cultural e patrimonial da Primeira República na Campanha Gaúcha. **Ágora.** Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 02, p. 83-95, jul./dez. 2015.

BIOGRAFIA DOS PREFEITOS. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi (1900 a 1930; 1930 a 1946; 1946 a 1972).

BOLETIM DE COLÉGIOS E GRUPOS. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1929.

BORDIGNON, I. P. Entrevista concedida a Rosana Peccini e Sônia Storchi Fries, em 13 dez. 2012. Caxias do Sul, **Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.** CD 187 e CD 188. Tema: Comércio: Galeteria Peccini.

BORTONI-RICARDO, S. M.; FREITAS, V. A. L. Revisitando *O LIVRO DA LILI:* uma cartilha eficiente que combinava métodos de alfabetização. **Polyphonia**, v. 21/2, p. 383-392, jul./dez. 2010.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTO, C. A liturgia moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista de História da Educação**, Porto Alegre, v.18, n. 44, p. 99-127, set./dez. 2014.

BRAGA, A. A. **Imigração italiana 130 anos de história:** caminho, sem volta. Farroupilha, RS: O Vermelhinho Guia de Negócios, 2005.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Brasília, DF: Presidência da República, [1937]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 22 jul. 2021.

BRENTANO, O. R. Entrevista concedida a Crivelatti *et al.* Em novembro de 1984. In: CRIVELATTI, *et al.* **A História da Educação no município de Farroupilha.** 1984. Trabalho desenvolvido na disciplina de História da educação II, professor Ivo Adamatti. Caxias do Sul: novembro de 1984.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Gilmar Marcílio e Janete Zucolotto em 24 out. 1991. Caxias do Sul, **Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.** FG 250 e 251. Tema: Educação – aspectos.

BRITO, E. D. S. **Memórias de ex-alunos (as) do Internato da Escola Normal Evangélica em São Leopoldo/RS:** práticas cotidianas e cultura escolar (1950-1966). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

BURKE, P. **Testemunha ocular:** história e imagem. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CADERNO DE DESENHO. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi, 1944.

CADERNO ESCOLAR. Arquivo pessoal de Elia. Farroupilha, 1948 a 1949.

CALOVI, M. **A Igreja Metodista de Garibaldi.** Pasta Igreja Metodista. [s.d.]. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

CAPELATO, M. H. R. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, M.C. (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 6.ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 183-213.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, R. M. **Culturas da escola:** as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASACURTA, N. R. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar Carlos Gomes.** 14 mar. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

CAXIAS. **Ofício nº 94**, de 9 de março de 1944, enviado ao Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas, pelo Delegado Regional de Ensino, Luiz Antônio Dalbem. Acusa recebimento de ofício anterior, comunicando as adaptações no prédio da Escola Mista Municipal Daltro Filho. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

\_\_\_\_\_. **Ofício nº 392**, enviado por Luiz Antônio Dalbera, Delegado Regional do Ensino, ao Prefeito de Garibaldi, Olinto de Oliveira Freitas, em 10 de agosto de 1944. Trata da organização da equipe de “gauchinhos” da 4ª Região Escolar. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao período de 1921 a 1923, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Coronel J. Penna de Moraes. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato. Caxias: Livraria Mendes, 1928. 149 p. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

CERTEAU, M. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. *In*: SZMRECSANYI, M. I. de Q. F. Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano. **Anais**. São Paulo: FAU/USP, 1985. p. 3-19.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERESOLI, A. M. Entrevista concedida a Ana Maria M. Nichetti. [s.d.] Garibaldi. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

CHARTIER, A. M. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2000.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, p. 173-191, jan./abr. 1991.

\_\_\_\_\_. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHIESA, V. D. O uso do italiano como língua litúrgica e de culto nas comunidades metodistas da Colônia Italiana do Nordeste gaúcho (1887-1939). *In*: XIII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: HISTÓRIA ORAL, PRÁTICAS EDUCATIVAS E INTERDISCIPLINARES, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais** [...]. São Leopoldo: Oikos, 2016. p.1-18

*CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel rio grande del sud*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

CLEMENTE, E.; UNGARETTI, M. **História de Garibaldi**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

CLUBE POLÍTICO BORGES DE MEDEIROS. Estatuto do Clube Político Borges de Medeiros de Garibaldi. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1925. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

CLUBE REX POPOLI. Estatutos do Clube Rex Popoli, 1948. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

COELHO JÚNIOR, N. M.; CUNHA, M. T. S. Os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus (1922 -1929): contribuições para o estudo da História da Educação em Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**, v.29, p. 71-79, 2016.

CONGREGAÇÃO Irmãs de São José. Resgatando aspectos da caminhada. Rio Grande, RS: La Salle, 1998.

CÔRREA, D. A. **Os governos de Getúlio Vargas (1930-1954) e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo**: lembranças de velhos professores. 2009. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CORSI, F. L. O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica. **Revista de Sociologia e Política**, n. 6/7, p. 25-36, 1996.

CUNHA, J. L. Prefácio. *In*: QUADROS, C. (org.). **Uma gota amarga**: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 7-11.

CUNHA, M. T. S. Acervos escolares: olhares ao passado no tempo presente. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v.19, n. 47, p. 293-296, set./dez. 2015.

\_\_\_\_\_.; SOUZA, F. de F. **Viver e escrever – Cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (Sec XX)**. Florianópolis: Insular, 2015.

\_\_\_\_\_. (Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente. 1. ed. – São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.

DADOS para a revista das municipalidades. 1948. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

DADOS estatísticos de Garibaldi. 1932-1948. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

DALLA VECCHIA, M. V. F.; HERÉDIA, V. B. M.; RAMOS, F. **Retratos de um saber**: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS: EST, 1998.

DAL MAGRO, A. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Nova Sardenha**. Farroupilha, 05 mai. 2018. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

D'APREMONT, B.; GILLONNAY, B. **Comunidades Indígenas, Brasileiras, Polonesas e Italianas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Vozes Ltda., 1982.

DEMARTINI, Z. B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

DE PARIS, A. (org.). **Memórias: Bento Gonçalves, 109 anos**. Bento Gonçalves, RS: Arquivo Público e Histórico Municipal de Bento Gonçalves, 1999.

DIAS, B. C.; FABRO, E.M. **A História do Colégio São Tiago**. Farroupilha: Gráfica Farroupilha, 2011.

DIPLOMA conferido a Manoel Peterlongo, pela conquista do prêmio de primeiro lugar na 1ª Exposição de uvas do Município de Garibaldi. 1913. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

ERMEL, T. F. **O “Gigante do Alto da Bronze”**: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913/1930). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo**: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928). 2017. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**. ASPHE/FaE/ UFPel, Pelotas (8): 141-174, set. 00.

ESCOLANO BENITO, A. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. *In*: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO BENITO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura escolar como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 26-47.

\_\_\_\_\_. Memoria de la escuela e identidad narrativa. **Cabás**, revista del Centro de Recursos, Interpretación y Estudios en materia educativa (Crieme) de la Consejería de Educación del Gobierno de Cantabria (España), n. 4. Diciembre 2010. Disponível em: <http://revista.muesca.es/articulos4/148-memoria-de-la-escuela-e-identidad-narrativa?showall=1>. Acesso em: 15 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Tradução e revisão técnica Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios**: Forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1909-1918). 1996. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.



\_\_\_\_\_. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. *In*: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. (org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 77-97.

FARROUPILHA. **Ofício nº 1.647**, enviado ao Prefeito de Garibaldi Vicente Dal Bó, pelo Capitão Eudoro Lucas de Oliveira, Prefeito de Farroupilha, em 29 de julho de 1939. Acusa o recebimento do Ato nº 7, de 12 de abril. AHMG.

\_\_\_\_\_. **Programa do “Fogo Simbólico da Pátria”**. Farroupilha: Livraria Brentano, 1944. Colégio Estadual Farroupilha.

\_\_\_\_\_. **Semana da Pátria em Farroupilha**. Farroupilha: Livraria Brentano, 1943. Colégio Estadual Farroupilha.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Tradução Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa, Portugal: Presença, 1989.

FELGUEIRAS, M. L.; POUBEL E SILVA, E. A implantação das escolas centrais em Portugal. *In*: VIDAL, D. G. (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 57-80.

FELICETTI, S. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Nova Sardenha**. Farroupilha, 05 mai. 2018. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

FERNANDES, C. C. **Uma história do Grupo Escolar Farroupilha: sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

\_\_\_\_\_.; LUCHESE, T. Â. O processo histórico-educacional em Nova Vicenza – Farroupilha/RS (1899 a 1917). **Caderno de Estudos: X ANPED Sul**, Florianópolis, p.1-16, out. 2014.

\_\_\_\_\_.; LUCHESE, T. Â. Os momentos de formação docente no interior do Grupo Escolar Farroupilha/RS (1944-1949): “Era um momento também onde a gente fazia um estudo das dificuldades, ou das ideias novas, modernas”. **HISTEDBR On-line**, Campinas, v.19, p. 1-23, 2019.

FERRI, E. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Vila Jansen**. Farroupilha, 05 nov. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

FIORI, N. A. Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n. especial, p. 231-260, jul./dez. 2002.

FOTOGRAFIA. Acervo pessoal de Ada. Carlos Barbosa, 1948.

FOTOGRAFIAS AVULSAS DO GRUPO ESCOLAR DE PICADA VELHA. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa, 1942 a 1949.

FOTOGRAFIAS AVULSAS DO GRUPO ESCOLAR DE CARLOS BARBOSA. Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa. Carlos Barbosa, década de 1940.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FRADE, I. C. A. S.; GALVÃO, A. M. O. Instrumentos e suportes de escrita no processo de escolarização: entre os usos prescritos e os não convencionais (Minas Gerais, primeira metade do século XX). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 16, n. 1 (40), p. 297-334, jan./abr. 2016.

FRANCO, S. C. O Partido Federalista. *In*: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (coord. geral). **História Geral do Rio Grande do Sul**, v.3, t.1, República Velha (1889-1930). Passo Fundo, RS: Méritos, 2007. p. 129-170.

GARDELIN, M.; COSTA, R. F. **Colônia Caxias**: origens. Caxias do Sul, RS: Edições EST, 1993.

GARIBALDI (RS). Edital de dissolução do Clube Político Borges de Medeiros. Garibaldi. 01 fev. 1933. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

GARIBALDI. **Ato nº 74, de 25 de janeiro de 1910**. Altera a denominação do povoado nº 35 para Carlos Barbosa. Garibaldi, 25 jan. 1910. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Ato nº 9, de 7 de abril de 1933**. Baixa o Regulamento para as escolas públicas municipais. Garibaldi, 07 abr. 1933. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Ato nº 7, de 12 de abril de 1939**. Altera o regulamento do ensino municipal, tornando efetiva a obrigatoriedade do ensino, e estabelece outras determinações. Garibaldi, 12 abr. 1939. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Código de Posturas do Município de Garibaldi. Garibaldi, 1917. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Convite “Semana da Pátria”**. Garibaldi, 1947. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 225, de 9 de abril de 1952**. Adota o Regimento Interno e o programa de ensino das Escolas Primárias do Município de Garibaldi. Garibaldi: Tip. “São Miguel”, 1952. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente Manuel Marques da Silva Acauan em 12 de outubro de 1920. Garibaldi: Typographia d’O Jornal, 1920. 63 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Ofício nº 5138**, encaminhado ao Prefeito de Garibaldi, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, em 19 de outubro de 1931. Responde aos ofícios anteriores solicitando consertos no prédio do Grupo Escolar. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Ofício [s.n.]**, do Prefeito de Garibaldi para o Diretor da Instrução Pública, 17 de junho de 1935. Responde ao Ofício n.º 4. 711. AHMG.

\_\_\_\_\_. **Ofício nº 143**, do Prefeito de Garibaldi para o Secretário dos Negócios da Educação e Saúde Pública, 30 de março de 1936. Versa sobre o aluguel do prédio do Grupo Escolar Carlos Barbosa.

\_\_\_\_\_. **Ofício nº 224**, enviado ao Dr. Darcy Azambuja, Governador Interino do Estado, pelo Prefeito Vicente Dal Bó, em 02 de setembro de 1936. Comunica a compra de um terreno para construção do Grupo Escolar. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Ofício nº 108**, de 09 de junho de 1947, enviado ao Governador do Estado pelo Prefeito de Garibaldi. Verifica a viabilidade do Grupo Escolar Daltro Filho ser contemplado com a construção de um prédio escolar. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Ofício nº 310/143/49**, encaminhando ao Cel. Djalma Dias Ribeiro, Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, pelo Prefeito Heitor Mazzini, de 02 de junho de 1949. Versa sobre a inauguração do hangar e do campo de aviação municipal. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Programa de Comemorações da Independência Nacional**. Garibaldi, 1944. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Manuel Marques da Silva Acauan, referente ao período administrativo de 1917. Garibaldi, 1917. 25 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Manuel Marques da Silva Acauan, referente ao período administrativo de 1922. Garibaldi, 1922. 14 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório de 1931 e Lei do orçamento para o exercício de 1932, apresentado pelo Sr. Davide Sartori, Prefeito Municipal. Caxias: Oficina Gráfica da Liv. Rossi, 1932. 65 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Affonso Aurélio Porto, referente ao período administrativo de 1913. Garibaldi, 1913. 28 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Jacob Nicolau Ely, referente ao exercício de 1º de outubro de 1925 a 30 de setembro de 1926. Garibaldi, 1926. 13 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Garibaldi pelo Intendente Jacob Nicolau Ely, referente ao exercício de 1928. Garibaldi, 1928. 9 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. General José Antonio Flores da Cunha, D.D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Prefeito de Garibaldi Dormelindo de Oliveira, em 1935. 12 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado pelo Prefeito de Garibaldi Vicente Dal Bó, em 1937. [s. p.]. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório do exercício de 1942, apresentado ao Exmo. Sr. General Osvaldo Cordeiro de Farias, DD. Interventor Federal, pelo Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas. Porto Alegre: Of. Gráf. Da Livraria do Globo – Barcellos, Bertaso & Cia, 1943. 89 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório do exercício de 1943, apresentado ao Exmo. Sr. Ten. Cel. Ernesto Dornelles, D. D. Interventor Federal, pelo Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas. Garibaldi, 1944. 46 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório do exercício de 1944, apresentado ao Exmo. Sr. Ten. Cel. Ernesto Dornelles, D. D. Interventor Federal, pelo Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas. Garibaldi, 1945. 31 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório do exercício de 1951 apresentado a Câmara Municipal de Garibaldi pelo Prefeito Heitor Mazzini. Garibaldi, 1951. 13 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Relatório encaminhado ao Secretário do Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, J. P. Coelho de Souza, pelo Prefeito Vicente Dal Bó, respondendo ao expediente encaminhado pela Diretoria Geral do Departamento de Nacionalização. Garibaldi, 1940. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Semana da Pátria**. Garibaldi, 1945. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Síntese do Relatório do exercício de 1940 enviado ao Exmo. Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Vicente Dal Bó, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1941. 46 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

GASPERIN, A. **Farroupilha**: ex-colônia particular Sertorina. Caxias do Sul, RS: [s.n.] 1989.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Sônia Storchi Fries e Susana Grigoletto, em 18 jan. 1996. Caxias do Sul, **Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami**. FG 195. Tema: Educação.

GERTZ, R. E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GIRON, L. S. **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul, RS: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

\_\_\_\_\_. BERGAMASCHI, H. E. **Casas de negócio**: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

GIRONDI, A. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar Carlos Gomes**. Garibaldi, 25 jan. 2019. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

GOMES, A. C. R. **Ruas de Farroupilha: suas vidas e histórias**. Farroupilha/RS: Ed. do autor, 2018.

GOMES, A. S. C. **Álbuns de Pesquisa: práticas de escrita como expressão da escolarização da infância (1930-1950)**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2008.

GONÇALVES, D. P. G. **A instrução Pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. 2013. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2013.

GOTTSELIG, C. W. **Álbum de Montenegro**. Montenegro, Rio Grande do Sul, Brasil. 1933.

GRAZZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. **Romagem no tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GRAZZIOTIN, R. M. B. **Pressupostos da prática educativa na diocese de Caxias do Sul – 1934 a 1952**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

GRÊMIO REPUBLICANO LIBERAL FLORES DA CUNHA. Estatuto do Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha, 1934. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

GUIMARÃES, C. M. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

HESSEL, L. **Município de Imigrante: registros e memórias**. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

HISTÓRICO DA ESCOLA. Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa. Carlos Barbosa, 2010.

HISTÓRICO DA ESCOLA. Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Sardenha. Farroupilha, 2017.

HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO. Garibaldi, 1974. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1997. p. 9-24.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945).** – 2. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

HOSPITAL BENEFICENTE SÃO PEDRO. Estatuto do Hospital Beneficente São Pedro, 1945. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

IAÇANAN. Reflexos. **O Momento**, Caxias do Sul, ano XIV, n. 623, p. 2, 10 mar. 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> . Acesso em: 18 jul. 2021.

IGREJA Metodista de Garibaldi: 108 anos de história. [s.d.]. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

IZQUIERDO, I. **Memória.** 3<sup>a</sup>. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

JACQUES, A. R. **O ensino primário no Colégio Farroupilha: do processo de nacionalização do ensino à LDB nº 4.024/61 (Porto Alegre/RS: 1937/1961).** 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KOFF, E. J. G. **Os primórdios da colonização de Garibaldi: Conde D’Eu, 1870-1875.** Bento Gonçalves: Grafite, 1995.

KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

KREUTZ, L. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **Revista Poiésis**, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 71-84, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: QUADROS, C. (org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 153-190.

KÜHN, F. **Breve história do Rio Grande do Sul.** 2.ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

KULESZA, W. A. A Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte e a profissionalização das professoras. **Paidéia: r. do cur. De ped. Da Fac. De Ci. Hum., Soc. e da Saú, Univ. Fumec.** Belo Horizonte, ano 14, n. 21, p.71-88, jan./jun. 2019.

LEBRUN, J. **Almanack Escolar do Estado do Rio Grande do Sul.** Diretoria Geral De Instrução Pública. Edição oficial. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1935.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEI de orçamento do Município de Garibaldi, para o exercício de 1932. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

LEITÃO, Joaquim Pinto. [**Transferência para Porto Alegre**]. Destinatário: Julio Motti. Garibaldi, 22 fev. 1946. Correspondência. Caixa Maçonaria. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

LISTA de Subprefeitos e Prefeitos de Cel. Pilar. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

LINS, A. **Lembranças que resistem ao tempo**. Sindilojas Farroupilha. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2013.

LIVRO de Atas da Intendência Municipal de Garibaldi (1900-1902). Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

LIVRO ATAS CÍVICAS. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1940 a 1951.

LIVRO ATAS CÍVICAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental Izabel Venzon. Farroupilha, 1949 a 1953.

LIVRO ATA COMEMORAÇÕES. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha (1942 a 1949; 1949 a 1953).

LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental General Bento Gonçalves da Silva. Bento Gonçalves, 1939 a 1949.

LIVRO ATAS CPM. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1939 a 1953.

LIVRO ATAS CPM. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa, 1949 a 1977.

LIVRO DE ATAS, EXAMES E SABATINAS. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1933 a 1938.

LIVRO ATA DE EXAMES. Escola Estadual de Ensino Fundamental Izabel Venzon. Farroupilha, 1938 a 1946.

LIVRO CAIXA DA CAIXA ESCOLAR. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa, 1943 a 1949.

LIVRO DE ATAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa, 1942 a 1948.

LIVRO DE ATAS EXAMES. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha (1939 a 1948; 1948 a 1955).

LIVROS DE CONTROLE DE MATRÍCULA E FREQUÊNCIA. Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa. Carlos Barbosa (1935 a 1939; 1936 a 1939).

LIVRO DE MATRÍCULAS. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1930 a 1938.

LIVRO DE MATRÍCULAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental Izabel Venzon. Farroupilha, 1939 a 1949.

LIVRO DE MATRÍCULAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa. Carlos Barbosa, 1939 a 1949.

LIVRO DE MATRÍCULAS. Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Sardenha. Farroupilha, 1940 a 1949.

LIVRO DE MATRÍCULAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Gomes. Garibaldi, 1940 a 1949.

LIVRO DE POSSES. Escola Estadual de Ensino Fundamental Izabel Venzon. Farroupilha, 1938 a 1954.

LIVRO DIÁRIO DA ESCOLA. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha. 1940 a 1944.

LIVRO DO INVENTÁRIO. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa, 1949 a 1957.

LIVRO HORA DA LEITURA. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1944 a 1947.

LIVRO LANÇAMENTO DE NOTAS. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cardeal Arcoverde. Carlos Barbosa, 1942 a 1956.

LOBATO, A. M. L. **“Templos de civilização” no Pará: a institucionalização dos grupos escolares (1890-1910).** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2014.

LOCATELLI, A. B. **Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história.** 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

LOPES, T. C.; MAIO, M. C. Puericultura, eugenia e interpretações do Brasil na construção do Departamento Nacional da Criança (1940). **Tempo**, Niterói, v. 24, n.2, p. 350-368, mai./ago. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOUSA DE ARDÓSIA. Acervo da família de Romeo Brustolin. Linha Amadeu, Vila Jansen. Farroupilha, [s.d.].

LUCA, T. R. de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020.

LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: Leggere, scrivere e calcore per essere alcuno nella vita.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2007.

\_\_\_\_\_. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, mai./ago. 2014a.



\_\_\_\_\_. Abrasileirar os coloninhos: histórias e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945). In: QUADROS, C. (org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014b. p. 191-232.

\_\_\_\_\_. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2015.

\_\_\_\_\_. De Colégio Elementar de Caxias para Colégio Elementar José Bonifácio (Caxias/RS, 1912-1929): “um impulso estupendo à instrução”. In: GRAZZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. (org.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2016. p. 82-109.

\_\_\_\_\_. História das instituições escolares, um olhar teórico-metodológico. In: LUCHESE, T. Â.; FERNANDES, C. C.; BELUSSO, G. (org.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: Educs, 2018. p. 55-68.

\_\_\_\_\_. Expandir as escolas, aumentar a frequência, valorizar a agricultura: Celeste Gobbato e a educação municipal (Caxias do Sul, RS, 1924-1928). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p.43-68, jan./abr. 2019.

\_\_\_\_\_.; RECH, G. L. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul: pesquisas e documentos**. Caxias do Sul: Educs, 2018.

MACHADO, M. A. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul - 1875/1950**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANGINI, I. V. Entrevista concedida a Sônia Storchi Fries e Susana Storchi, em 09 set. 2013. Caxias do Sul, **Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami**. CD 227. Tema: História de Vida: Irma Varisco Mangini.

MATIELLO, M. **História do Colégio Regina Coeli: de escola confessional a escola comunitária (Veranópolis/RS, 1948-1980)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

MENDONÇA, S. R. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). **Estud.soc.agric.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 88-113. 2006.

MEZADRI, D. T. **Carlos Barbosa a Alfredo Chaves: a primeira ferrovia de Bento Gonçalves**. 2003. Monografia do Curso de especialização em História. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2003.

MICHEL, C. B. **Missão de estudos ao Uruguai: mudanças no sistema de ensino do Rio Grande do Sul (1913-1927)**. 2017. Tese (Doutorado). Universidade de Pelotas, Pelotas, 2017.

MIGOT, A. F. **Carlos Barbosa: presente, primórdios e pioneiros**. Caxias do Sul, RS: Belas-Letras, 2008.

MONTEGUTTI, I.; GIACOMEL, M. T.; DALL'OSBEL, S. A. **Farroupilha ontem e hoje: subsídios**. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha, 1993.

MONTEIRO C. **Ditado: concepções, orientações e práticas de um dispositivo escolar (1939-1971)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MONTEIRO, K. M. N. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário** (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul – 1912-1924). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MOURA SANTOS, M. **O Pequeno Escolar – 1º Grau**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

NASCIMENTO, D. Brasilidades, lusitanidades, germanidades: a política de nacionalização do ensino primário e as disputas em torno da Nação (1934-1945). *In: QUADROS, C. (org.). Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 43-69.

NASCIMENTO, J. C. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe. *In: VIDAL, D. G. (org.). Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 153-171.

NETTO, J.C.C. **Montenegro**. Montenegro, RS: Livraria Irmãos Gehlen, 1924.

NETTO, Menna Barreto. [**Adaptações no prédio do grupo escolar**]. Destinatário: Intendente Municipal. Garibaldi, 04 jul. 1926. Correspondência. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi, 1926.

\_\_\_\_\_. [**Falta de professores**]. Destinatário: Intendente Municipal. Garibaldi, 18 jul. 1926. Correspondência. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi, 1926.

NEUMANN, R. M. **‘Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!’**. As colônias germânicas e a campanha de nacionalização. 2003. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2003.

NÓVOA, A. Carta a um jovem historiador da educação. **Historia y Memoria de la Educación**, 1 (2015): 23-58.

NUNES, I. M. L. **Ideal Mariano e Docência: a identidade feminina da Proposta Educativa Marista**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

PERES, E. T. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: *Queres Ler? e Quero Ler*. **História da Educação**. APHE/FaE/UFPel, Pelotas (6): 89-103, out. 99.

\_\_\_\_\_. **Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir.** A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares na escola pública primária gaúcha (1909-1959). 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

\_\_\_\_\_. A escola ativa na visão de Adolphe Ferrière – Elementos para compreender a Escola Nova no Brasil. *In:* STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 3 v. p. 114-128.

\_\_\_\_\_. Currículo e práticas escolares da escola primária gaúcha no período da implantação da escola graduada e da institucionalização da modernidade pedagógica (1909-1959). *In:* GRAZZIOTIN, L. S.; ALMEIDA, D. B. (org.). **Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul:** memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 30-64.

PESAVENTO, S. J. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. *In:* PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. S. (org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais:** percursos em História Cultural. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008a. p. 11-18.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural.** 2. ed. 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2008b.

PETERLONGO, Addy Sobrosa. **[Inauguração dos trabalhos manuais]**. Destinatário: Manuel Coelho Parreira, Intendente Municipal. Garibaldi, 18 nov. 1929. Correspondência. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi, 1929.

\_\_\_\_\_. **[Inauguração da exposição dos trabalhos manuais]**. Destinatário: Lauro de Moura e Cunha, Intendente Municipal. Garibaldi, 06 nov. 1930. Correspondência. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi, 1930.

\_\_\_\_\_. **[Exames finais]**. Destinatário: David Sartori, Prefeito. Garibaldi, 11 nov. 1931. Correspondência. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi. Garibaldi, 1931.

PINHEIRO, A. C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** 2001. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Grupos escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916-1922). *In:* VIDAL, D. G. (org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 109-139.

PINTASSILGO, J.; PEDRO, L. C. Rituais escolares e construção da cultura escolar em Portugal na transição do século XIX para o século XX. *In:* MOGARRO, M. J. (coord.). **Educação e patrimônio cultural:** escolas, objetos e práticas. Portugal: Edições Colibri, 2015. p. 119-134.

\_\_\_\_\_. Um olhar histórico sobre escolas diferentes: perspectivas teóricas e metodológicas. *In:* PINTASSILGO, J.; ALVES, L. A. M. (Coord.). **Roteiros da inovação pedagógica:** escolas e experiências de referência em Portugal no século XX. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2019. p. 8-32.

POZENATO, K. M. M.; GIRON, L. S. **Cinema: lembranças**. Porto Alegre, RS: EST, 2007.

POSSAMAI, O. J. **História do Município de Coronel Pilar**. Porto Alegre, RS: EST, 2006.

QUADROS, C. **Reforma, ciência e profissionalização da educação: o centro de pesquisas e orientações educacionais do Rio Grande do Sul**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. (org.). **Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

\_\_\_\_\_. O discurso que produz a reforma: nacionalização do ensino, aparelhamento do Estado e reforma educacional no Rio Grande do Sul. *In: QUADROS, C. (org.). Uma gota amarga: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 119-152.

QUADRO de obreiros que compõem a Aug. Loja José Garibaldi. Caixa Maçonaria. [s.d.]. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

RELA, E. **Nossa fé, nossa vitória: igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

RELAÇÃO das indústrias do município de Garibaldi. 1932. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

RELAÇÃO nominal dos dentistas estabelecidos no município de Garibaldi. 1942. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

RELATÓRIO da Biblioteca Popular Rex Populi, 1950. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

RELATÓRIO DA COMEMORAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL DE 1943. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1943.

RELATÓRIO DA COMEMORAÇÃO DA “SEMANA DA PÁTRIA” – 1944. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1944.

RELATÓRIO DAS COMEMORAÇÕES DA “SEMANA DA PÁTRIA” – 1946. Colégio Estadual Farroupilha. Farroupilha, 1946.

RELATÓRIO do Clube Rex Populi, 1948. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

RESENDE, O. A. **O projeto educativo nas escolas do Grupo Marista: desafios e perspectivas para o diálogo entre diferentes credos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. *In: REVEL, J. (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38. Título original: *La micro-analyse à l'expériense*.

RIBEIRO, A. L. F. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Nova Sardenha**. Farroupilha, 30 abr. 2018. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

RIBEIRO, I.; SILVA, V. L. G. da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 575-588, jul./set. 2012.

RIBEIRO, L. B. M. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. *In*: DE BONI, L. A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre, RS: Escola Superior de Teologia, 1990, v. 2. p.148-163.

RIO GRANDE DO NORTE. Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 1947. Diário oficial do Estado [do] Estado DO Rio Grande do Norte, Natal, 5 jan. 1947. *In*: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 43, p. 271-273, jan./mar. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. [Lei orgânica (1924)]. Lei orgânica do município de Garibaldi. Acto n. 69, de 27 de julho de 1924. **Lei n. 51, de 24 de junho de 1924**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1924. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 327, de 31 de outubro de 1900**. Eleva a ex-colônia Conde d'Eu a categoria de vila e município autônomo, sob a designação de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.898, de 4 de outubro de 1927**. Expede novo regulamento da Instrução Pública. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 12 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.903, de 14 de outubro de 1927**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.929, de 30 de agosto de 1939. Aprova o Regimento Interno que com este baixa. *In*: **Revista do Ensino**. Porto Alegre, v.1, n.3, nov. 1939, p. 142-228.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 8.020, de 29 de novembro de 1939. Aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado. *In*: **Revista do Ensino**. Porto Alegre, v.1, n.4, dez. 1939.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Saúde. Divisão Técnica. Serviço de Educação e Propaganda. Merenda do escolar, 1940. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Estatutos da Biblioteca Escolar. *In*: **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p.47-55, set. 1939.

\_\_\_\_\_. **Ofício [s.n.]** enviado pelo Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, ao Prefeito de Garibaldi, em 28 de novembro de 1940, convidando-o para organizar a distribuição da sopa nas escolas. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

\_\_\_\_\_. Programas de ensino para as Escolas Primárias do Estado. *In*: **Revista do Ensino**. Porto Alegre, v. 3, n. 9, mai. 1940, p. 52-76.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do

Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1921, I. Volume. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1921. 545 p. Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 31 de agosto de 1923, I. Volume. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1923. 590 p. Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. P. Coelho de Souza, D.D. Secretário de Educação e Saúde Pública pelo diretor da Seção Administrativa, encarregado dos serviços atinentes à nacionalização do ensino. Porto Alegre, 1939. 10 p. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, DD. Presidente da República pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1943. 253 p. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública. Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública. **Circular nº 19.788**. Porto Alegre, RS: 24 de nov. 1939. Assunto: Instruções para elaboração das provas finais visando a uniformização do critério de promoção nas escolas primárias do Estado. Escola de Ensino Fundamental General Bento Gonçalves da Silva.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação e Saúde Pública. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza, Secretário da Educação e Saúde Pública, compreendendo o período administrativo de 21-10-37 a 31-12-39. Porto Alegre, 1940. 95 p. Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. F. M. de. Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954). **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 23, n. 54, p. 877-896, set./dez. 2014.

RODRIGUES, M. M. P. F. Festas Escolares: as festas da árvore no Barreiro. **Revista de História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 95-119, mai./ago. 2010.

RODRIGUES, N. B. **Assim nossos irmãos maristas escreveram (1897-1941)**. Porto Alegre: USBEE, 1997.

ROSSLER, João Carlos. Entrevista concedida a Sônia Storchi Fries, em 05 abr. 2018. Farroupilha, **Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami**. CD 351 e CD 352. Tema: História de vida: João Carlos Ressler.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. *In*: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W. et al. (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p.75-94.

- SANTOS, D. S. **Memórias e práticas do ensino de música no Grupo Escolar Farroupilha/RS (1938-1945)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2018.
- SCARATTI, S. A. **História de Arcoverde**. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2006.
- SCHRAM, A. C. **Reconstrução histórica do primeiro grupo escolar dos Campos Gerais: Vicente Machado (1904)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.
- SCHNEIDER, C.; GAUER, H. **Revelando Farroupilha: inventário do patrimônio cultural e material**. Porto Alegre, RS: CORAG, 2009.
- SCHULKE, M. F. L. Entrevista concedida a Crivelatti *et al.* Em novembro de 1984. *In: CRIVELATTI, et al. A História da Educação no município de Farroupilha*. 1984. Trabalho desenvolvido na disciplina de História da educação II, professor Ivo Adamatti. Caxias do Sul: novembro de 1984.
- SELIGMANN, B. Finalidades do Círculo de Pais e Mestres. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v. 5, n. 20/21, p. 208-212, abr./mai. 1941.
- SESP/RS. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Estatutos da Biblioteca Escolar. *In: Revista do Ensino*, Porto Alegre, v.1, n. 1, p.47-55, set. 1939.
- SILVA, V. C. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas Escolares e Comemorações Cívicas na Paraíba (1937-1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2011.
- SÍNTESE Histórica do Município de Garibaldi. 1948. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.
- SLOMP, I. A.; BARBIERI, L. **Percorrendo caminhos: Província Imaculada Conceição**. Caxias do Sul: Editora Lorigraf, 1997.
- SOCIEDADE CLUBE 31 DE OUTUBRO. Estatuto da Sociedade Clube 31 de Outubro, 1946. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.
- SOUZA, J. E. **As escolas isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.
- SOUZA, R. C. de. **“Não premiarás, não castigarás, não ralharás...”**: dispositivos disciplinares em Grupos Escolares de Belo Horizonte (1925-1955). 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SOUZA, R. F. **Templos de civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo (1890-1910)**. 1997. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. *In*: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XIX**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 33-84.

STONE, L. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Tradução Denise Bottman. **Past em Present**, n. 85, p. 3-24, nov. 1979.

TAMBARA, E. A. C. Cartografia da gênese e consolidação do modelo republicano-castilhistas de educação primária no Rio Grande do Sul: o papel do “intelectual operador” Manuel Pacheco Prates (1894-1911). *In*: GRAZZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. (org.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2016. p. 12-29.

TARTAROTTI, R. P. **Farroupilha: história de uma cidade**. Porto Alegre: Ponto & Vírgula Editora, 2014.

TEIVE, G. M. G.; DALLABRIDA, N. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

TEIXEIRA, I. A. C. Cadências escolares, ritmos docentes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 87-108, jul./dez. 1999.

TERMO de contrato de instalação do campo de cooperação. 1938. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

TIEPPO, A. I. B. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Carlos Barbosa**. Carlos Barbosa, 14 mar. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

TIEPPO, L. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Carlos Barbosa**. Carlos Barbosa, 14 mar. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

TRENTIN, O. D. **Emancipação de Nova Vicenza: Farroupilha**. 2002. Monografia (Especialização em História) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2002.

TRES, U. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Vila Jansen**. Farroupilha, 01 dez. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

TREVISAN, T. A. O ensino da leitura e escrita segundo Antônio d'Ávila: Práticas escolares (1940). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 20, p. 165-191, mai./ago. 2009.

TRIVILIN, S. **A família operária: o processo de industrialização e a inserção da família no espaço industrial da Vinícola Armando Peterlongo (1915-1966)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.



TURQUETTO, E. M. C. **Entrevista oral sobre a trajetória docente no Grupo Escolar de Vila Jansen**. Farroupilha, 22 jan. 2019. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS DE GARIBALDI. Estatuto da União dos Moços Católicos de Garibaldi, 1943. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

VALDUGA, G. **“Paz, Itália, Jesus”**. Uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do Jornal Correio Riograndense (1930-1945). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2007.

VANZ, S. **O ensino primário em Caxias do Sul (1890-1930):** vestígios da cultura material escolar. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

VEIGA, C. G.; GOUVEA, M. C. S. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas da república. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. História política e história da educação. *In*: VEIGA, C.; FONSECA, T. N. L. (org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 13-47.

VIDAL, D. G. Escola nova e processo educativo. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-518.

\_\_\_\_\_. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005a.

\_\_\_\_\_. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. *In*: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b. p. 4-30.

\_\_\_\_\_. No interior da sala de aula: ensaio sobre culturas e práticas escolares. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p.25-41, jan./jun. 2009.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, set./out./nov./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. *In*: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO BENITO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura escolar como programa. Tradução Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 61-73.

\_\_\_\_\_. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. *In*: MIGOT, A. C. V. (Org.). **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 15-33.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p.7-48, jun. 2001.

ZAMBONI, I. Entrevista concedida a Ana Maria M. Nichetti. [s.d.] Garibaldi. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

## APÊNDICE

### ROTEIRO USADO PARA AS ENTREVISTAS:

#### **Eixo 1 - Dados de identificação**

- Nome completo:
- Data de nascimento:
- Local de nascimento:
- Escolarização:
- Profissão:

#### **Eixo 2 - Família e comunidade**

- Lembranças da infância.
- Dia a dia da família.
- Trabalho.
- Relação familiar - pais e filhos(as).
- Descendência.
- Lembranças da comunidade na época da infância.
- Espaços da comunidade para conversar, festejar.
- Tipos de comércio existentes na comunidade e as opções de trabalho.

#### **Eixo 3 – Escola**

- Escolas na comunidade/proximidades.
- Distância percorrida para ir até a escola.
- Inauguração da escola.
- Lembranças como aluno(a).

#### **Eixo 4 - Espaços da escola**

- Prédio escolar (alvenaria/madeira, grande/pequeno).
- Espaços escolares (biblioteca, pátio, salas)
- Móveis da sala de aula.

#### **Eixo 5 - Tempos da escola**

- Horário de funcionamento das aulas.
- Tempos de vida e tempos de escola.

#### **Eixo 6 - Práticas escolares**

- Recreio e brincadeiras.
- Castigos.
- Falar/escrever em italiano/alemão na escola e na comunidade.
- Nacionalização.
- Religião na escola.
- Aula de jardinagem, horticultura.

- Festas cívicas, religiosas.
- Semana da Pátria.
- Passeios, excursões com os alunos.
- Dia Árvore.
- Avaliações.
- Exames finais.

### **Eixo 7 – Materialidade**

- Materiais escolares para estudar (livros, cadernos, lousa, lápis).
- Uniforme.

### **Eixo 8 - Sujeitos: professores, diretores, inspetores, colegas**

- Identificação dos professores.
- Relação professor/aluno.
- Identificação dos diretores.
- Relação com os colegas.
- Lembranças dos inspetores de ensino.

## ANEXO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha: matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do Sul, 1926-1949)”, realizada por Cassiane Curtarelli Fernandes, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS, orientada pela Profª Dra. Terciane Ângela Luchese. O objetivo da pesquisa é investigar a constituição e a organização dos grupos escolares instituídos em Garibaldi e Farroupilha, narrando nuances das culturas escolares produzidas no cotidiano destas instituições em correlação com o contexto.

Os procedimentos metodológicos estão fundamentados na *História Oral* a partir de entrevistas com ex-alunos(as) da instituição e Análise Documental Histórica a partir de documentos encontrados no acervo da escola e/ou doados/emprestados pelos depoentes. Ressalva-se que o material coletado para esta pesquisa servirá apenas e unicamente para fins de estudo, pois, na perspectiva da História Oral o depoimento do entrevistado é considerado como documento histórico.

Estou ciente que os dados coletados (depoimento, fotografias, objetos da cultura material escolar, etc.) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando todos os preceitos da ética. Os dados coletados somente serão utilizados para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos.

A acadêmica Cassiane Curtarelli Fernandes fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não.

Sempre que julgar necessário, entrevistado(a) poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio do e-mail: [cassianecfernandes@gmail.com](mailto:cassianecfernandes@gmail.com) ou telefone (54) 981326449, bem como poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Obs.: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Autorizo a utilização de meu nome ( )

Em caso de anonimato, eu serei identificado(a) com o nome de \_\_\_\_\_

Autorizo a utilização de minha(s) imagem(s) ( )

\_\_\_\_\_  
 Nome do entrevistado(a) e assinatura

\_\_\_\_\_  
 Doutoranda: Cassiane Curtarelli Fernandes